



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HELMARA GICCELLI FORMIGA WANDERLEY JUNQUEIRA

DOIDOS[AS] E DOUTORES:
A MEDICALIZAÇÃO DA LOUCURA NA
PROVÍNCIA/ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE
1830-1930

RECIFE-PE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HELMARA GICCELLI FORMIGA WANDERLEY
JUNQUEIRA

DOIDOS[AS] E DOUTORES:
A MEDICALIZAÇÃO DA LOUCURA NA
PROVÍNCIA/ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE
1830-1930

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do
título de Doutora em História.

ORIENTADOR:
CARLOS ALBERTO CUNHA MIRANDA

RECIFE-PE

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

J95d Junqueira, Helmara Giccelli Formiga Wanderley.
 Doidos[as] e doutores : a medicalização da loucura na Província/
Estado da Parahyba do Norte 1830-1930 / Helmara Giccelli Formiga
Wanderley Junqueira. – 2016.
 465f. : il. ; 30 cm.

 Orientador : Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em História, 2016.
 Inclui Referências e anexos.

 1. História - Brasil. 2. História - Paraíba. 3. História - Paraíba -
Doenças mentais. 4. Medicalização. 5. Loucura. 6. Santa Casa de
Misericórdia (PB). 7. Hospital-Colônia Juliano Moreira. I. Miranda, Carlos
Alberto Cunha. II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2016-70)



Helmara Giccelli Formiga Wanderley Junqueira

***“DOIDOS/AS/ E DOUTORES:
A MEDICALIZAÇÃO DA LOUCURA NA PROVÍNCIA/ESTADO DA
PARAHYBA DO NORTE 1830-1930”***

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor** em **História**.

Aprovada em: **22/09/2016**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda
Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof^a. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Campina Grande)

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Campina Grande)

Aos meus pais, Helvécio Wanderley [*In Memoria*] e Gracinha, ***com todo o amor que houver nesta vida!***

A minha avó, Francisca Wanderley e ao meu tio Cristóvão, por me ensinarem que “não existe razão nas coisas feitas pelo coração”.

Aos homens e mulheres nomeados como doidos e/ou doidas que encheram de vida essas páginas.

AGRADECER [E ABRAÇAR]

E nada pedi[ram]...

A Deus, acima de tudo.

“Benditos sejam os amigos que acreditam na tua verdade ou te apontam a realidade”, afinal, amigo é também direção”. Assim, agradeço ao meu orientador e *amigo*, Carlos Alberto Cunha Miranda, por todos os ensinamentos partilhados durante as aulas e orientações, pela confiança depositada em mim, pelo respeito e humanidade como conduziu **nosso trabalho**, nos momentos em que os livros, os capítulos, a tese... tiveram que ser preteridos. Sua sensibilidade tornou possível este trabalho, pois me proporcionou a segurança necessária para escrevê-lo. Muito obrigada.

Aos professores Iranilson, Alarcon, Suzana e Christine, agradeço pela participação nesta Banca de Defesa, pela disponibilidade em ler e tecer suas considerações sobre este trabalho. Agradeço a cada um pelas contribuições acadêmicas adquiridas durante as aulas, palestras e/ou simpósios temáticos. A Christine Dabat, a quem passei a admirar também pela grandeza dos seus valores, agradeço novamente pela participação durante a qualificação deste trabalho e faço das palavras de Fernando Pessoa as minhas, para declarar: *“quero ser o t[ua] amiga. Nem demais e nem de menos. [...] Na medida mais precisa que eu puder”*. Minha banca de qualificação também contou com a participação do professor e amigo Antônio Clarindo, a quem agradeço, não só pela disponibilidade em ler o trabalho e pelas contribuições para sua finalização, mas pelos ensinamentos adquiridos ainda no Mestrado. Também lhe agradeço as considerações que fez quando este trabalho ainda era um projeto.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, especialmente a Socorro Ferraz, Patrícia e Antônio Paulo Rezende, além daqueles que compõem a banca de defesa deste trabalho, agradeço os muitos aprendizados.

As Secretárias do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Sandra e Patrícia, pela competência, atenção e por todo o suporte administrativo que sempre me deram durante mais de quatro anos de curso, o que encurtou a distância entre Recife e o Sertão paraibano.

Aos funcionários dos arquivos da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, do Manicômio Judiciário do Estado da Paraíba, da Casa de José Américo, do Jornal A União, do Arquivo do Estado da Paraíba, do Arquivo da Polícia Militar do Estado da Paraíba, do IPHAEP, do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, do Arquivo Afrânio Peixoto na Bahia, do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz do Rio de Janeiro, da Biblioteca Nacional e da Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro, do Arquivo do Exército de Portugal (GEAEM). Também registro os agradecimentos ao bibliotecário Francisco Araújo da UFCG/CCJS-Sousa e aos bibliotecários da UFPB, da UFPE e da Fundação Oswaldo Cruz, das Bibliotecas Geral e de Documentação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e da Biblioteca de Documentação da Universidade de Lisboa.

Ao psiquiatra Tiago de Castro, pelas conversas e ensinamentos sobre as práticas e terapêuticas médicas utilizadas nos hospícios paraibanos e por ter facilitado minhas pesquisas nos arquivos do Manicômio Judiciário. Também agradeço ao pesquisador-historiador pombalense Verneck Abrantes de Sousa pelas consultas em seu arquivo pessoal.

Aos colegas do curso de Serviço Social e Direito da UFCG-Sousa, que torceram por mim. Aos amigos[as] queridos[as] e companheiros de trabalho: Daluz, Cibelly, Clarissa, Conceição,

Padre Paulo, Trajano, Luan, Juliana, Larissa, Jônica e Jacyara. As Secretárias Paula, Lirifran e Geórgia, que tanto fizeram para facilitar minha vida burocrática. Aos queridos Silvio, Joaquim e Estrela, que sempre me receberam com carinho, alegrando meus dias de trabalho.

Aos meus alunos e alunas, que me ensinaram, no dia-a-dia da sala de aula, a importância de construir mais do que conhecimentos acadêmicos, construir laços de solidariedade e respeito. Vocês são uma fonte fundamental de novos conhecimentos e estímulos.

Ao meu pai, Helvécio Wanderley, ao lado de quem escrevi, nas enfermarias dos hospitais, grande parte deste trabalho. Além da minha gratidão por ter me ensinado a gostar de ler [contos de fadas] e por me incentivar a estudar, fica o meu pedido de perdão por ter permitido que eu me entregasse aos textos, quando você precisava do meu obro pra chorar. “*Porque amigo sofre e chora [...] não tem hora pra consolar!*”. Você está em meu coração Painho.

A minha mãe, minha maior incentivadora, “a quem o tempo muito ensinou” e me “ensinou a amar a vida e não desistir da luta”, a “acreditar nos valores humanos e ser otimista”. Pelos momentos de muito carinho, pelos telefonemas para me abençoar e por compreender minha ausência quando precisou de mim. Te amo Mainha.

A minha irmã, “quase-filha”, Helaine, o melhor presente que Deus me deu. Obrigada por me amar. Essa caminhada não seria a mesma sem o seu apoio, sem sua leitura atenta e crítica dos textos. Sua paciência e carinho nas horas de alegria e de dor, suas palavras de incentivo e suas **ações** foram muito importantes para eu chegar até aqui. Também agradeço aos meus irmãos Henio e Helton, pelo amor e carinho com que me envolveram nesse percurso e pela atenção dispensada aos meus chamados fora de hora. Aos meus sobrinhos Vinícius, Eduarda e Matheus, que juntos [com Coby] tornaram os meus dias barulhentos e alegres.

Ao meu esposo e amigo, Pedro, por ter me acompanhado e ajudado nas pesquisas, nos eventos, nas viagens tão longas ao Recife. Enfim, por ter ficado ao meu lado e me amado durante esta jornada, atravessada por dores pessoais e pelas dores dos personagens dessa trama, que me envolveram e comoveram.

Ao meu cunhado Ítalo, por todo o carinho, pelas pesquisas [em caráter de emergência] e pelos debates e discussões médicas! A cunhada Izabel Cristina, pelo carinho demonstrado nas pequenas grandes atitudes.

A minha Avó Francisca, aos tios, tias, primos e primas, que são muitos e **muito queridos**, por me mostrarem o sentido de ***ser e ter família***.

Ademais, agradeço o incentivo das amigas queridas Francineide e Neliane, a Leda e aos professores Isamar Lobo e Lucivânio, que me incentivaram antes mesmo de eu ser aprovada na seleção do doutorado. Ao amigo Daniel que me cativou com sua amizade sincera e fiel, apesar do meu distanciamento e silêncio durante este doutoramento. Também agradeço a minha prima Joana Thays, que segue desvendando textos e línguas estrangeiras. A contagiante e competentíssima cubana Raiza Díaz Téllez, pelo carinho das breves conversas médicas e pela ajuda com o *espanhol*. À prima amiga Alline, pelas conversas e consultas sobre elementos, fórmulas e reações químicas. Também agradeço a Tia Edianete, pela curiosidade e conversas sobre este assunto tão delicado que é a loucura. Finalmente, agradeço a ajuda, imprescindível, de Hermaan Clay e Callyandra com os complicados programas e sistemas de computador.

Minhas “idas relâmpagos” ao Recife impediram o convívio mais próximo com os colegas, mas apesar disso, pude contar com a gentileza dos amigos Marcelo, José Lins, Gilberto e Silvera.

A todos, enfim, que torceram por mim.

Só tenho a agradecer.

É necessário se espantar, se indignar e se contagiar, só assim é possível mudar a realidade.

Nise da Silveira

RESUMO

Considerada questão de higiene pública e de ordem social, marcada por práticas de banimento, exclusão e sequestro, assim como por experiências de sociabilidade e solidariedade entre loucos[as] e não-loucos[as], a loucura na Parahyba foi silenciada nas fontes por muitos anos, situação que mudou em meados do século XIX, quando passou a uma fase de intensa visibilidade e dizibilidade, ocasionada pela obrigação de “guarda” dos loucos[as], imputada a Santa Casa de Misericórdia por ordem Imperial. O período estudado foi marcado pela institucionalização da loucura no território parahybano, caracterizada pela prática de sequestro dos alienados[as]. O objetivo deste trabalho é problematizar o processo de construção da loucura enquanto doença mental na Província/ Estado da Parahyba e, nesta medida, analisar as permanências e rupturas decorrentes deste movimento que se prolongou por um século. Através da análise dos Relatórios de Provedores da Santa Casa de Misericórdia e dos Presidentes da Província/Estado da Parahyba, bem como dos Jornais e Revista de circulação local, buscou-se conhecer as disputas e interesse políticos que marcaram o processo de institucionalização e medicalização da loucura nos anos 1920. Também se pretendeu conhecer as experiências da loucura vividas nas passagens e/ou nas instituições, buscando, nestes lances, entender como o cotidiano da[s] cidade[s] parahybana[s] foi impactado pela presença daqueles personagens “tragicômicos”. Escolheu-se como referencial teórico a nova História Cultural, dado os profícuos diálogos com outros campos históricos, especialmente com a História Social e a Nova História Política. Neste sentido, além das fontes já citadas, foram imprescindíveis os trabalhos de memorialistas. O estudo da literatura médica, bem como das leis e normatizações da época, possibilitou identificar as formas de assimilação e adaptação ou o desconhecimento das teses psiquiátricas neste Estado. A partir da análise dos livros de registros de entrada e fichas dos hospitais e asilo parahybano, buscou-se conhecer o perfil dos homens e mulheres nomeados como alienados[as] pelos poderes competentes, que nem sempre foi médico. Finalmente, rastreando as pistas e indícios existentes nas fontes compulsadas, pôde-se reconstruir a trajetória percorrida por médicos e psiquiatras para a constituição da psiquiatria no Estado Parahyba.

Palavras-chaves: História. Parahyba. Doenças mentais. Medicalização. Loucura. Santa Casa de Misericórdia. Hospital-Colônia Juliano Moreira.

ABSTRACT

Considered an issue of public hygiene and social order, marked by practices of ban, exclusion and kidnapping, as well as for experiments of sociability and solidarity among lunatics and not-lunatics, the madness in Parahyba was silenced in the sources for several years – a situation which changed in the mid-19th century, when it passed to a stage of visibility and perceptibly due to the obligation of the Santa Casa de Misericórdia to care for lunatics, by imperial order. The period which has been studied was marked by the institutionalization of madness in the Parahyba state, characterized by the practice of kidnapping lunatic people. The aim of this thesis is to discuss the construction process of madness as mental illness in Parahyba Province/State and, to this extent, analyze the permanency and ruptures resulting from this movement, which lasted for a century. Through the reports analysis of Santa Casa da Misericórdia providers and the Parahyba Province/State presidents, as well as the local newspapers and magazine, it aimed to investigate disputes and political interest that marked the process of institutionalization and medicalization of madness in the 1920s. It also sought to know the madness experiences in the passages or in the institutions, in an attempt to, understand how the daily life of Parahyba city was impacted by the presence of those “tragicomic” characters. Accordingly, in addition to sources already cited, the memoir work was essential. The New Cultural History was chosen as a theoretical reference, because the efficient dialogues with the Social History and the New Political History. The study of medical literature, as well as the laws and norms of the season enabled to identify forms of assimilation and adaptation or the lack of psychiatric theses in this state. From the analysis of the input records of books and records of the hospitals and asylum we sought to know the profile of the appointed men and women as alienated by the competent authorities, who were not always doctors. Finally, tracing the existing tracks and evidence in the consulted sources it was possible to reconstruct the trajectory followed by doctors and psychiatrists for psychiatry constitution in Parahyba state.

Keywords: History. Parahyba. Mental illness. Medicalization. Madness. Santa Casa de Misericórdia. Juliano Moreira Hospital.

RESUMEN

Considerado cuestión de higiene pública y de orden social, marcado por prácticas de saneamiento, exclusión e secuestro, así como por experiencias de socialidad y solidaridad entre los locos(as) y los no locos (as), la locura en Paraíba fue silenciada en los medios por muchos años, situación que cambió a mediados del siglo XIX, cuando pasó a una etapa de intensa visibilidad, ocasionada por la obligación del guardia de los locos(as) asignados a la Santa Casa de Misericordia por orden Imperial. El periodo estudiado fue marcado por la Institucionalización de la locura en el territorio parahyba, caracterizado por la práctica del secuestro de los enajenados(as). El objetivo de este trabajo es mostrar el proceso de construcción de la locura como enfermedad mental en la Provincia/Estado de Parahyba y con esta medida analizar las permanencias y rupturas de este movimiento que se mantuvo por un siglo. A través del análisis de los Relatorios de Proveedores de la Santa Casa de Misericordia y de los Presidentes de la Provincia/Estado Parahyba, como los Periódicos y Revistas locales, se buscó conocer las diferencias e intereses políticos que marcaron el proceso de Institucionalización y tratamiento de la locura en los años 1920. También se pretende conocer las experiencias de locuras vividas en las calles y en las instituciones buscando entender, como lo cotidiano de las ciudades parahybanas fue impactada por la presencia de aquellos personajes tragicómicos. La Historia Cultural Nueva fue elegido como referencia teórica, teniendo en cuenta los diálogos fructíferos con otros campos históricos, especialmente con la Historia Social y la Nueva Historia Política. En este sentido, además de las de las fuentes ya citadas, fueron necesarios los trabajos de los memorialistas. El estudio de la literatura médica, como de las leyes y normativas de la época posibilitó identificar las formas de asimilación, de adaptación y el desconocimiento de las Tesis Psiquiátricas en este Estado. A partir del análisis de los libros de registro de entrada e fichas de los Hospitales y Asilos parahybanos se buscó conocer el perfil de los hombres y mujeres llamados como alienados(as) por los poderes competentes, que no siempre fueron médicos. Finalmente rastreando las pistas e indicios existentes en las fuentes se pudo reconstruir la trayectoria recorrida por médicos y psiquiatras para la constitución de la Psiquiatría en el Estado Parahyba.

Palabras claves: Historia. Parahyba. Enfermedad mental. Medicalización. Locura. Santa Casa de Misericordia. Hospital Colonia Juliano Moreira.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	Rua Nova, 1871	67
Imagem 02	Começo da Rua Das Trincheiras, 1875	68
Imagem 03	Antigo Hospital da Caridade, construído ao lado da Igreja da Misericórdia, S/D	118
Imagem 04	Antigo Beco do Carmo, 1877	201
Imagem 05	Igreja de Nossa Senhora do Rosário, S/D	220
Imagem 06	Cadeia Pública de Pombal, S/D	229
Imagem 07	Edifício Provincial da Cruz do Peixe – onde funcionou a Enfermaria Provisória da Cruz do Peixe, S/D	285
Imagem 08	Asylo de Sant’Anna” no Arrabalde da Cruz do Peixe, S/D	299
Imagem 09	Hospital-Colônia Juliano Moreira em Construção, 1923	366
Imagem 10	Hospital-Colônia Juliano Moreira, 1924	399
Imagem 11	Ergoterapia: Cultura da Macaxeira, S/D	407
Imagem 12	Ergoterapia: Lavanderia, S/D	408

LISTA DE MAPA E PLANTAS

Mapa 01	Mapa Província/Estado da Parahyba	38
Planta 01	Planta da Cidade da Parahyba em 1858	83
Planta 02	Planta da Cidade da Parahyba em 1889	112
Planta 03	Planta da Cidade da Parahyba	259
Planta 04	Planta da Cidade da Parahyba em 1923	360

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Receita da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, de 1857 a 1878	150
Tabela 02	Crimes ocorridos na Província da Parahyba entre 1870 e 1888	197
Tabela 03	Movimento Hospital Santo Antonio de Janeiro a Maio de 1879	212
Tabela 04	Movimento Hospital Nossa Senhora das Neves de Janeiro a Maio de 1879	212
Tabela 05	Movimento Hospital Variolosos da Cruz do Peixe de Janeiro a Maio de 1879	212
Tabela 06	Movimento Hospital Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, de Janeiro a Maio de 1879	213
Tabela 07	Inumações do Cemitério da Cruz do Peixe entre Janeiro e Maio de 1879	261
Tabela 08	Movimento do Hospital da Cruz do Peixe entre os dias 27 e 28 de maio de 1890	292
Tabela 09	Movimento do Hospital da Cruz do Peixe entre os dias 9 e 13 de julho de 1890	293
Tabela 10	Movimento de entradas e saídas do Asylo da Cruz do Peixe entre os anos de 1906 e 1928.	351
Tabela 11	População do Hospital-Colônia Julinao Moreira em relação a Idade, corresponde aos anos de 1928 a 1930.	389
Tabela 12	Doenças Mentais observadas no Hospital-Colônia Juliano Moreira entre 1928 e 1930.	391

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Movimento Necrológico da Cidade de Parahyba do Norte entre os meses de Março e Novembro de 1878	210
Gráfico 02	Doenças Mentais agrupadas segundo as sintomatologias entre os anos de 1928 e 1930.	390

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	A CIDADE DA PARAHYBA E AS DOENÇAS: O SILÊNCIAMENTO E A INVISIBILIDADE DA LOUCURA NA PRIMIERA METADE DO SÉCULO XIX	36
	1.1 A Cidade da Parahyba no “Século das Luzes”	40
	1.2 Ares, Águas e Lugares: A Cidade da Parahyba sob a ameaça dos miasmas	48
	1.3 Urbanizar e Higienizar em tempos de pestes: Em Parahyba do Norte “tudo estava para ser feito”.	66
	1.3.1 <i>A Epidemia de Febre-amarela</i>	74
	1.3.2 <i>O Cholera-morbus chega com seu “cortejo de lágrimas e dores”</i>	85
	1.3.3 <i>Henrique Beaurepaire Rohan: um “reformista” na Parahyba</i>	96
CAPÍTULO II	A CIDADE, O [A] LOUCO[A] E OS ASILOS: OS LUGARES PARA A LOUCURA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	101
	2.1 A “Nau dos Loucos[as]” não aportou na Província da Parahyba: As lutas entre o silêncio e as palavras	103
	2.1.1 <i>Os Nomes da Loucura no universo parahybano ou a loucura no “Jardim das Espécies”</i>	136
	2.1.2 <i>A Santa Casa de Misericórdia deflagra a luta pró-asilo de alienados</i>	147
	2.2 “De Poeta e Louco todos têm um pouco”: Experiências da loucura nas ruas da Capital parahybana a partir da trajetória do “Popular” Zé Cacimba	154
CAPÍTULO III	FAMINTOS, PESTILENTOS E LOUCOS[AS] NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DURANTE A SECA DE 1877-79	186
	3.1 Na Cidade de Parahyba do Norte o clamor era um só: Fome!	188
	3.2 E sobrevieram as Pestes: Práticas Médicas e as tentativas de reorganização do Espaço Urbano durante a Seca de 1877	200
	3.3 “Fome demais tira o juízo”: Experiências da Loucura durante a Seca de 1877	216

CAPÍTULO IV	O “ASYLO” DE ALIENADOS DA CRUZ DO PEIXE: DIMENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA LOUCURA NA CIDADE DA PARAHYBA	246
	4.1 Os Anos 1880 e as lutas pela construção de um “Asylo” de Loucos[as] na Cidade da Parahyba	247
	4.2 A Enfermaria Provisória da Cruz do Peixe ou Hospital “Stygio”: Prisão para pestilentos, retirantes e loucos[as]	277
	4.3 O “Asylo de Sant’Anna” no Sítio da Cruz do Peixe: “A terrível prisão de Loucos[as]”	289
CAPÍTULO V	A HORA DA PSIQUIATRIA NO ESTADO DA PARAHYBA: O HOSPITAL-COLÔNIA JULIANO MOREIRA E A MEDICALIZAÇÃO DA LOUCURA	308
	5.1 A Constituição da Psiquiatria no Estado da Parahyba: Uma Ciência de Hygienistas, Clínicos Gerais e Psiquiatras.	313
	5.1.1 “ <i>Um Illustre Advogado Assassinado</i> ”: <i>Criminoso Comum</i> ou um “ <i>Typo Lombrosiano</i> ”?	335
	5.2 A Construção do Hospital-Colônia Juliano Moreira no Contexto das Políticas de Saneamento e Profilaxia Rural no Estado da Parahyba	349
	5.3 A Inauguração da Colônia de Alienados[as]: Os Personagens aprisionados e os descompassos nas práticas dos “Doutores”	370
	5.3.1 <i>Os personagens aprisionados</i>	384
	5.3.2 <i>A ordem interna, o espaço e a terapêutica do “Hospital” em 1928</i>	395
	5.3.3 <i>Mudanças na ordem interna, espacial e a terapêutica: O “Juliano Moreira” se torna um “grande aleijão”</i>	409
	PARA CONCLUIR [CONSIDERAÇÕES FINAIS]	417
	FONTES	424
	REFERÊNCIAS	438
	ANEXOS	455

INTRODUÇÃO

Tornar o movimento visível quebra o silêncio sobre ele.

Joan Scott. **A invisibilidade da experiência**, 1998.

A loucura esteve presente em minha vida desde a infância na cidade de Pombal, Paraíba, experimentada, tanto porta afora, como porta adentro. No primeiro caso, ela foi vivida com muita intensidade, quando, durante as passagens ora trágicas, ora engraçadas, dos loucos e/ou loucas de rua, assisti aos “espetáculos” proporcionados por tipos populares como “Fitita”, que perseguia as crianças que o importunava, ameaçando-as comer-lhes as cascas de suas feridas, ou “Crocodilo”, que passeava seus delírios pela cidade “andando para trás”, num balé de encher os olhos, pois nunca tropeçava em nada, no que era muito imitado, sem sucesso, pela criançada, inclusive eu tentei a façanha. Essas experiências eram ricas em emoções, sons e movimentos: risos, choros, alegria, raivas, medo, gritos, indiferença, compaixão, pilherias, correria, enfim, momentos em que suspendi meus afazeres de criança e/ou estudante para ver aquelas experiências “tragicômicas”, que, não raras vezes, transformavam tais sujeitos em vítimas daqueles que se consideravam não-loucos[as].

Porta adentro, convivi com uma tia materna, “esclerosada” muito nova, “aos setenta e poucos anos de idade”, como insistiam em afirmar minhas tias. Sua loucura era visível, dentre outras coisas, por ser a tal tia dada a conversar com os mortos, o que ninguém levou a sério, até o dia em que mencionou o nome de um “vivo”, que, curiosamente, faleceu dias depois. Face ao inusitado acontecimento, todas as vezes que esta tia lembrava-se de um “vivo”, meus familiares se mobilizavam com rezas e simpatias a fim de afastarem os maus presságios. Era um espetáculo “trágico”! Hoje, entretanto, as cenas rememoradas ganham um toque de graça.

Não menos curiosos eram os espetáculos proporcionados durante as visitas semanais aos meus avós paternos, no sítio da família, onde se podia observar as manifestações da loucura de um tio “doido de nascença”, cujas manifestações de sua loucura oscilavam entre a completa calma e as crises de fúria, atribuídas as influências da lua [cheia], ocasião em que ninguém podia seguramente se aproximar dele, sob pena de sofrer algum tipo de agressão. Para mim, entretanto, sua loucura era visível pelas estranhas “manias” que ele tinha/tem de perguntar sobre as “doenças do coração” e/ou sobre política, esperando sempre obter respostas que estivessem/estejam de acordo com sua concepção de mundo. Assim, certo dia, dirigindo-se ele

a um médico que não estava prevenido sobre sua mania, perguntou se fumar era prejudicial ao coração, para o que obteve resposta afirmativa, resultando numa grande confusão, onde não faltaram palavras de baixo calão e ameaças contra o médico. O retorno à calma só foi conseguido quando meus familiares o convenceram sobre o “engano” do médico. Esta experiência, como outras protagonizadas por este tio, quando representadas por meus familiares, também ganhavam ares de “comédia”, arrancando risos de todos os que ouviam, inclusive do referido tio, que ficava todo envaidecido por ser o protagonista da cena.

Enfim, em todos os casos experienciados por mim, durante a infância, a loucura era visível por sua “tragicomédia”. Mais tragédia, que comédia! Até aí, minha compreensão era de que os loucos e/ou loucas eram incapazes de sentir e perceber a realidade como os não-loucos[as] a percebiam. Eu, em minha ingênua compreensão, fazia parte do segundo grupo.

No início dos anos 1990, entretanto, quando eu tinha entre quinze e dezesseis anos, o desvelar de um inusitado acontecimento familiar veio a mudar minha sensibilidade em relação à loucura. O caso veio à tona quando, numa dessas conversas de calçadas, tão comuns nas pequenas cidades parahybanas, enquanto eu falava das expectativas para o futuro, a partir dos estudos acadêmicos, que em breve eu iniciaria, um dos senhores presentes, dirigindo-se a mim de forma agressiva, arremessou: “cuide para não ficar louca como seu primo!”

Movidos pelo inopinado lance, como se o tempo tivesse ficado suspenso, todos os que estavam presentes ali silenciaram. Internamente, eu explodia de emoções: raiva, decepção, medo, dúvida. A princípio, achei que falava do tio, havendo aí uma confusão no grau de parentesco. Certeza que logo caiu por terra, visto que o tio “nasceu” louco. Então, a quem se referia aquele senhor? Que segredos minha família escondia? Não hesitei. Perturbada pelo terrível “agouro”, comecei a inquirir uns e outros a fim de esclarecer o tal caso:

Tratava-se de um primo materno, estudante de medicina na Capital parahybana, onde, por falta de meios econômicos e graças à intervenção de um médico que lhe tinha simpatia, passou a viver nas dependências do Hospital-Colônia Juliano Moreira, onde também estudava Clínica Psiquiátrica. Segundo as representações dos familiares, o mesmo era dono de uma “inteligência superior”, tanto que ele próprio havia se autodiagnosticado esquizofrênico, o que, dado aos prognósticos nada promissores acerca daquela doença, o levou ao suicídio. Meus familiares também faziam questão de afinar sobre suas semelhanças com o “bonito” Clark Kent [se referindo ao ator que fazia o papel do Superman, Christopher Reeve], talvez num gesto inconsciente de atribuir-lhe ares heroicos. Falavam tão bem sobre sua genial descoberta que suas tragédias pessoais ficavam obscurecidas.

A forma como os meus parentes teceram os fios daquela “tragédia” me deixou perplexa. Questionava-me sobre a genialidade do primo louco - confesso que eu pouco sabia sobre esquizofrenia-, por que ele não descobriu a cura para sua doença? Por que deixar para sua descendência tão mau atestado de sanidade [mental]? Sim, porque, embora naquele momento eu desconhecesse as teorias da degenerescência de Morel¹ ou as ideias eugênicas de Galton², as teses desses cientistas influenciavam as práticas dos pombalenses que, não só estigmatizavam os sujeitos cuja ascendência tivesse históricos de doenças consideradas incuráveis, tais como: a tuberculose, o câncer [na época a mais terrível das doenças] e os distúrbios mentais, como tentavam manter em segredo a existências desses tipos “degenerados” em suas linhagens.

Também a insensibilidade do tal senhor me afligia. Não compreendia que prazer sádico o levou me importunar com tão grave predição, ainda mais considerando o sofrimento interno do tal primo. Como aquele homem, que não se tratava de psiquiatra, nem mesmo de médico, poderia saber qual o limite entre a razão e não-razão? O certo é que a violência daquelas palavras provocou rupturas na minha forma de encarar a loucura. Assim, sopesando as experiências familiares e externas, passei a acreditar que os loucos[as] poderiam ter momentos de lucidez, havendo em suas ações alguma racionalidade. Seria o aquele primo realmente louco? Considerando as ideias vigentes nos anos 1960 acerca dos *degenerados superiores*³, talvez ele se ajustasse aos quadros nosológicos da psiquiatria parahybana,

¹As teorias acerca da existência de fatores biológicos de natureza hereditária na etiologia das doenças mentais podem ser encontradas no *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale*, de 1801, de Pinel. Depois de Pinel, Esquirol também insistiu na hereditariedade como causa da loucura. As ideias desses psiquiatras sugeriam a predisposição genética para a doença mental. Morel, entretanto, deu ênfase aos aspectos anatômicos e patológicos, de forma que a simples constatação de incidências mórbidas na ascendência implicaria na transmissão genética da loucura. Conf. PESSOTTI, Isaias. **Os nomes da loucura**. São Paulo: editora 34. 1999. pp. 82-84. Ver também: CAPONI, Sandra. **Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. pp.81-82.

²As ideias eugênicas, no caso a “eugenia negativa”, propunham melhorar ou aprimorar a espécie humana a partir da restrição da reprodução entre homens e mulheres que tivessem ascendentes ou fossem portadores de algum tipo de degeneração. O conceito, a difusão e as apropriações das ideias eugênicas no Estado da Parahyba serão tratada no Capítulo V, no título **A Constituição da Psiquiatria no Estado da Parahyba: uma ciência de higienistas, clínicos gerais e psiquiatras**. Ver também CASTAÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, vol. 10, set.-dez. 2003; STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005; MAIO, Marcos. Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Uma estranha noção de ciência: repercussão do pensamento Eugênico no Brasil. In: **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História. Nº. 27-1, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. KEHL, Renato. Eugenia no Brasil. In. **1º Congresso Brasileiro de Eugenia: Actas e Trabalhos**. v. 1. Rio de Janeiro, 1929.

³De acordo com o psiquiatra Franco da Rocha, em seu “Esboço de psiquiatria forense”, o degenerado superior é “o desequilibrado que possui algumas faculdades mentais brilhantes” apud. ENGEL, Magali Gouveia. **Os Delírios da razão: Médicos, Loucos e Hospícios – Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.p. 139.

inclusive, não teria sido o primeiro, já que Augusto dos Anjos tem sido julgado assim pela sua acuidade intelectual e as angústias presentes em sua obra *Eu*⁴. Quanto a mim, o prognóstico sobre a possibilidade de enlouquecer não incomodava, afinal, qualquer um, acreditava, poderia ser vítima daquele destino, bastando para isso fugir aos padrões considerados como normais pelo senso comum.

Entretanto, depois de ter ingressado na vida acadêmica, quando cursava mestrado em História, curiosamente, o mesmo senhor, tornou a proferir a “cruel” predição, o que me causou grande inquietação, não apenas pessoal. Desta vez, eu as encarava de outro lugar, socioeconômico, político e cultural: o de historiadora. Assim, tal como os personagens de Marcel Proust em *“Em busca do tempo perdido”*, que mudaram ao compasso do tempo, graças à interiorização das mudanças sociais, políticas e culturais pelas quais haviam passado, também eu havia mudado no decurso daqueles anos⁵. Em função do lugar que eu ocupava, como professora e pesquisadora de História, e como meu interesse fosse, naquele momento, as cidades, notadamente as representações sobre as cidades que se modernizavam e as sensibilidades dos seus habitantes frente àquele processo, assim, eu adentrei por esta porta⁶ no imenso “*continente*” que é a loucura. Dessa forma, movida por inquietações pessoais, e com a habilidade e engenhosidade própria do ofício do historiador, decidi tomar como objeto de estudo no doutorado a medicalização da loucura na Província/ Estado da Parahyba. Enfim, tal como sugerido por Certeau, foi em função deste lugar que se delineou uma topografia de interesses⁷, que passo a descrever:

Os objetivos deste trabalho se orientam no sentido de problematizar o processo de construção da loucura enquanto doença mental na Província [até 1889]/Estado da Parahyba, e nesta medida, analisar as permanências e rupturas decorrentes deste movimento. Neste sentido, entendendo que as relações históricas são construídas pelas experiências dos homens e mulheres ordinários⁸, buscou-se conhecer as disputas, resistências, acomodações e os interesses políticos

⁴ ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1998.

⁵PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. O tempo recuperado. Tradução Fernando Py. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

⁶A ideia de “porta” como possibilidade para pesquisar a questão da loucura nas cidades é tomada por aproximação com o trabalho “As sete portas da cidade”, de Maria Stella Bresciani, para quem a primeira porta que se abre aos estudos urbanos é aquela que remete as técnicas, notadamente, o sanitarismo, objetivando, por meio do saber médico, atingir a mente e a moral dos homens e mulheres que viviam nas cidades que se modernizavam. BRESCIANI, Maria Stella. As Sete portas da cidade. **Revista Espaço e Debate: Cidade e História**. São Paulo: Neru, Ano XI, n. 34, 1991. p. 11

⁷CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.pp. 66-67.

⁸Segundo Certeau, o homem [e/ou mulher] ordinário é o herói comum, anônimo. Não é somente o homem das camadas nomeadas como populares, mas todas as pessoas, independentes de sua condição social. Enfim, o homem [e/ou mulher] ordinário remete a ideia do sujeito praticante do espaço. Idem. **A Invenção do Cotidiano I: Artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

e sociais que marcaram o processo de institucionalização da loucura, iniciado em 1830, que culminou com a medicalização dos loucos e/ou loucas na Parahyba, em 1928. Também se pretendeu, como sugerido por L. Febvre, “*que la historia dej[ar] de aparecer como una necrópolis dormida por la que sólo pasan sombras despojadas de sustancia*”.⁹ Assim, pretendendo trazer a vida para dentro da história, “*llena de luz y restablecido el sonido*” das ruas e das instituições onde podiam ser encontradas aquelas “vidas insanas” e “*abriendo las ventanas de par en par*”¹⁰, penetrou-se nos gabinetes presidenciais, jurídicos e policiais, na provedoria e nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia, nos consultórios médicos e instituições de Assistência Psiquiátrica, bem como, nas sessões parlamentares ou as reuniões da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba afim de desvendar ou [re]apresentar a intrincada rede de sociabilidades e solidariedades que se estabeleceu entre loucos[as] e não-loucos[as] na Província/ Estado da Parahyba no curso de um século¹¹.

A pesquisa tem por cenário a pequena Província/Estado da Parahyba, localizado no Nordeste brasileiro, “na parte mais oriental do continente sul-americano”.¹² Apesar desse recorte, dado a condição de **Lugar Central** ocupado por sua Capital, que deveria dirigir/administrar, dentre outras coisas, também as práticas de cuidados e assistência aos doentes, pobres e desvalidos deste território, e devido às dificuldades de comunicação entre sertão e litoral, as fontes compulsadas quase sempre privilegiaram as experiências que tiveram como palco a cidade da Parahyba. Inclusive, especialmente a partir da década de 1850, a referida cidade se tornou também o lugar central para a institucionalização e posterior medicalização da loucura nesta Província/Estado, condição que manteve inalterada até os anos 1930 [para efeito dos limites deste estudo].¹³ Este aspecto põe em descoberto a ausência ou

⁹FEBVRE, Lucien. **Combates por la historia**. Barcelona: Altaya, 2000. p.57

¹⁰Ibidem.

¹¹ Optou-se por manter a ortografia original de época, que compõe as fontes primárias e os textos citados, neste sentido, usou-se “Parahyba” precedido pela indicação de Província e/ou Estado, ou ainda Capital/Capital para identificar o espaço de que se fala.

¹²Atualmente, a Parahyba ocupa uma área de 56.469,744 km², o que corresponde a 0,66% do território brasileiro¹². Sublinhe-se que 52.119 Km² [77%] das terras parahybanas estão incluídas nas áreas nomeadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial, do Ministério da Integração Nacional, como Semi-Áridas¹² e Subúmido Brasileiro. O mesmo Grupo observou, comparativamente, que na Parahyba a área do Polígono das Secas corresponde a 56.341,0 Km² [98%].¹² Dito isto, importa, para este estudo, compreender que, dada a sua situação geográfica, a Província/Estado da Parahyba é uma área de grande propensão à ocorrência de secas, impactando a vida dos seus habitantes, gerando tensões, promovendo encontros e desencontros, estabelecendo laços de solidariedade ou erguendo muros, enfim, fazendo surgir novas sensibilidades entre os parahybanos de todas as partes da Província [1822-1889] ou Estado [1889 – atual].

¹³Até os dias atuais, a Capital parahybana [atual João Pessoa] é um Lugar Central na vida administrativa, política e econômica do Estado, mantendo, inclusive, a condição de polo de saúde, atraindo pessoas de todas as partes do território. É importante observar que, ao sublinhar a perpetuação da Capital Parahyba como centro de assistência à saúde até os anos 1930, considerou-se o limite temporal da pesquisa. Entretanto, a construção de linhas férreas ligando o Sertão ao Litoral a partir daquele ano reforçou esta condição, uma vez que facilitava os deslocamentos.

ineficiência do poder do Estado nas cidades e vilas do interior da Província/Estado da Parahyba, notadamente, no que diz respeito às questões sanitárias e à saúde das populações de tais lugares, o que ratifica as ideias propaladas, a partir de 1916, pelos sanitaristas Belisário Pena e Artur Neiva, do Instituto Oswaldo Cruz, acerca do abandono e isolamento das populações sertanejas¹⁴. Apesar disso, graças aos rastros e pistas indiciárias existentes na documentação¹⁵, outras partes do território parahybano foram também alcançadas por este estudo¹⁶.

O corte temporal desta pesquisa remonta aos períodos Imperial [1830-1889] e a Primeira República [1889-1930], iniciando-se no ano de 1830, momento em que, na Província da Parahyba, em atenção a Lei Imperial de 1º de outubro de 1828¹⁷, surgiram as primeiras leis contra a *divagação* dos loucos e/ou loucas pelas ruas e caminhos das cidades, o que assinala a primeira fase do processo de institucionalização da loucura neste território, ocasião em que os “doidos[as]” passaram a ocupar ou as células das Cadeias Públicas ou os porões do Hospital da Santa Casa Misericórdia, onde eram misturados a toda sorte de marginalizados sociais ou, aos “mil rostos da desordem”.¹⁸ Cumpre observar que uns e outros tipos de estabelecimentos guardavam semelhanças tanto na estrutura física, quanto em seus fins, visando, nos dois casos, aprisionar os homens e mulheres considerados socialmente destoantes. Tais instituições distinguiam-se no seguinte aspecto: as cadeias destinavam-se juridicamente aos homens e mulheres considerados culpados, enquanto os hospitais e asilos eram reservados àqueles considerados inocentes. Neste sentido, a partir da aproximação com os apontamentos de Erving Goffman, em seu trabalho “Manicômios, Prisões e Conventos”, entende-se que tais estabelecimentos se tratavam daquilo que o pesquisador canadense nomeou como “instituições totais”.¹⁹

¹⁴SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **O pensamento sanitarista na Primeira República**: Uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985. Disponível em www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/antologias/eh-594. Acesso em 02.09.2015.

¹⁵ Sobre as pistas e indícios que podem ajudar a compreender um quadro histórico ver GINZBURG, Carlo. Sinais. In. _____. Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

¹⁶ Ver Mapa Mundi, destaque para a Província/Estado da Parahyba, Capítulo 1, página 36.

¹⁷ BRAZIL. **Lei de 1º de Outubro de 1828**. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em: 02.01.2012.

¹⁸ Expressão usada por Maria Clementina Pereira Cunha, em seu estudo **O Espelho do Mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹⁹ De conformidade com Goffman, as instituições totais são aquelas que se caracterizam pelo fechamento quase completo ao mundo externo, possuindo em alguns casos, barreiras físicas como muros. Quanto aos internamentos, segundo o autor, estes podem ser voluntários, como ocorrem em conventos, por exemplo, ou involuntários, ou seja, compulsórios, tais como: prisões, manicômios e quartéis. Nas palavras de Goffman o “fechamento” ou o caráter total destas instituições “é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – portas-fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, floresta ou pântanos”. p.16. Na Parahyba, até o final do Império, pelo menos, tanto a Cadeia, quanto o Hospital da Santa Casa, se enquadram no modelo descrito por Goffman, por seu sistema portas-fechadas, que constitui a principal barreira com o mundo externo, fora isso, observa-se o distanciamento, primeiro da Cadeia e,

Uma segunda fase do processo de institucionalização da loucura no Estado da Parahyba foi marcada pela criação do “Asylo de Sant’Anna”, nos anos iniciais da República[1891-1828], ocasião em que se observou a tentativa de separação dos alienados[as] em relação aos criminosos e/ou doentes “incuráveis”, não obedecendo a nenhum critério médico, predominando, também aí, o caráter de prisão e sequestração, característico das “instituições totais”. Isto posto, os anos 1920, marco final deste estudo, sinalizam para uma nova fase no estatuto da loucura no Estado Parahyba, quando se observa a construção e inauguração do Hospital-Colônia Juliano Moreira como parte das políticas Estaduais de saneamento e profilaxia rural, articuladas aos discursos da classe médica parahybana que reivindicava a responsabilidade sobre a “Assistência aos Alienados” no Estado desde os anos 1910.

Finalmente, entre os anos de 1928 e 1930, a loucura passou a ser objeto de intervenção médico-psiquiátrica, o que assinalou a terceira fase do processo de institucionalização dos loucos[as], promovendo tanto rupturas em relação ao modelo pré-alienista vigente, como acomodando *antigas* práticas de exclusão e sequestração dos sujeitos considerados alienados[os].

Apesar deste recorte, considerando que a temporalidade extrapola o tempo físico, tal como observado por José D’Assunção Barros, e compreendendo que suas dimensões são resultados da vivência e das percepções humanas, é possível que algumas vezes esses limites tenham se alongado ou contraído²⁰.

Feitas estas considerações, cumpre notar que, nos estudos históricos sobre a loucura na Parahyba, ainda existiam e existem experiências incogitadas acerca tanto das práticas, como das instituições médicas ou não-médicas onde tantos homens e mulheres, loucos ou não-loucos, foram aprisionados; nesta medida, também permaneciam “encobertas pela poeira do tempo” as experiências dos sujeitos que encheram de vida ou “morte”[se se considerar os hospícios como um “*Cemitério dos Vivos*”, tal como aferiu Lima Barreto²¹], as ruas das cidades parahybanas e as instituições de Assistência onde forma aprisionados.

Neste sentido, para alcançar os objetivos propostos, foi preciso seguir os rastros e as pistas encontradas num amplo e diversificado corpo documental. Assim, compreendendo as fontes como representações que permitem observações acerca do *espírito do tempo* em que

mais tarde, do Hospital da Santa Casa e seus anexos, para áreas afastadas do espaço citadino centralizado. GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

²⁰BARROS, José D’Assunção. **O tempo dos Historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 32.

²¹BARRETO, Lima. **Diário do Hospício e o Cemitério dos vivos**. São Paulo: Casac Naify, 2010.

foram produzidas, foram utilizados, para conhecer as *disputas* e *interesses* políticos, as *negociações* e as *atitudes* das elites parahybanas, que marcaram o processo de institucionalização e medicalização da loucura na Província/Estado da Parahyba²², bem como para analisar a trajetória percorrida por médicos e psiquiatras parahybanos em busca de reconhecimento e poder sobre a loucura transformada em doença mental, dentre outros: os Relatórios dos Presidentes da Província da Parahyba, dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia, dos médicos e chefes de polícia; *os escritos* dos médicos que atuavam neste Estado, publicados em periódicos de circulação local, tais como os jornais: *Gazeta da Parahyba*, *A União*, *O Liberal Parahybano* e *O Jornal*, e as Revistas: *A Philipeia*, *Medicina e Era Nova*, bem como, os *Anais da Primeira Semana Médica* de 1927. Sublinhe-se, ainda, que estes veículos de informações, usados pela classe médica parahybana a partir do início do século XX como espaços de afirmação social e intelectual, deu a conhecer os limites e as possibilidades da medicina e medicina-psiquiátrica no Estado da Parahyba, no contexto da Primeira República.

Além dos jornais citados, também foram compulsados *A Opinião*, *O Publicador*, *A Imprensa*, *O Estado da Parahyba*, *O Centro*, dentre outros. As fontes jornalísticas, carregadas de subjetividade, embora traduzissem as visões de mundo, os interesses e os dilemas das elites parahybanas, também possibilitaram adentrar o universo cotidiano das cidades e vilas da Província/Estado da Parahyba, trazendo para as cenas dessa trama os personagens nomeados pelos poderes competentes [político, religioso, médico e/ou jurídico], como “doidos e/ou doidas” que viviam nas “passagens”, ou que estavam presos nas “instituições totais”. Também teve grande importância, neste empreendimento, os “livros de memórias”, por meio dos quais pôde-se conhecer algumas posturas assumidas pela população das cidades parahybanas acerca da loucura. As *obras literárias*, apreendidas como fontes, por sua preocupação com a verossimilhança²³, permitiram recuperar significados, sensações, valores e razões sobre outro tempo. A literatura também é fecunda em falar das práticas quase invisíveis, negligenciadas em outras fontes, sobre as práticas que acontecem cotidianamente alterando ou mantendo a rotina dos consumidores dos espaços de sociabilidade²⁴.

²²Neste estudo, parte-se do pressuposto de que a institucionalização da loucura na Província e/ou Estado da Parahyba, que teve várias fases, não implicou, primeiramente, em sua medicalização.

²³PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relações entre história e Literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX). *Anos 90* - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 3, n. 4, 1995. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/issue/view/603>. Acesso em 15.05.2016.

²⁴Idem. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. *Revista História da Educação*. v. 7, n. 14, 2003. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220/pdf>. Acesso em 20/02/2016.

Para pensar a situação social e jurídica dos homens e mulheres, criminosos ou não, nomeados como alienados[as] entre os anos de 1830 e 1930, foi fundamental analisar as *Atas das discussões ocorridas nas Assembleias Legislativas, leis, ofícios, decretos e regulamentos Imperiais e/ou Republicanos, Estaduais, Municipais e Institucionais*, relativos a circulação, assistência, administração e imputabilidade dos alienados[as]. Esta documentação também possibilitou conhecer os posicionamentos e as ações dos gestores públicos, dos legisladores, dos administradores da Santa Casa, do corpo médico parahybano e das autoridades policiais e jurídicas acerca da doença mental no território parahybano.

Os *livros de registro de entrada* e os *receituários médicos* dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia, as *fichas de admissão dos pacientes* internados no Hospital-Colônia Juliano Moreira, assim como, os artigos científicos publicados em periódicos especializados na área médica e médico-psiquiátrica, produzidos e difundidos no Brasil desde o início do século XX, [*Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Ciências Afins, Boletins de Eugenia, Teses apresentadas as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, Anais do 1º Congresso de Eugenia*, dentre outros], foi possível observar, tanto os referenciais teóricos-metodológicos que influenciaram as práticas e discursos dos médicos e médicos-psiquiatras parahybanos, bem como, as adesões ou *apropriações* destes esculápios às ideias psiquiátricas que circulavam nos meios acadêmicos nacionais, possibilitando conhecer a organização, o funcionamento dos estabelecimentos de Assistência aos Alienados da Parahyba e as possíveis terapêuticas empregadas para a “cura” ou “melhora” das doenças mentais.

Finalmente, além das fontes citadas, foram utilizadas, também, como representações de uma época: *imagens fotográficas, mapas, plantas, boletins de ocorrência*, dentre outras, que foram “*cruzadas, compostas e contrapostas*”, em contínuo diálogo com os estudos que nortearam teórica e metodologicamente esta pesquisa.

Neste sentido, escolheu-se como referencial teórico a nova História Cultural²⁵, dado os profícuos diálogos com outros campos históricos, especialmente, no caso deste trabalho, com a História Social e a nova História Política²⁶. Esta última, entendida a partir dos esforços de

²⁵Para saber mais sobre a nova História Cultural, sugere-se a leitura das obras: BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro, Zahar, 2005; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005; RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Direção). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

²⁶Sobre a aproximação e o diálogo da Nova História Cultural com outras correntes históricas, o trabalho de José D’Assunção Barros, “A Nova História Cultural”, traduz em exemplos as muitas possibilidades de diálogos interdisciplinares [Antropologia, a linguística, a psicologia, a ciência política, etc], com a História Cultural, bem como, as aproximações e influências entre História Cultural, História Social, História Política. Ver: BARROS, José D’Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011. Disponível em:

René Rémond, “como uma modalidade da prática social”, que “liga-se, por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva”.²⁷ Assim, a história política que interessa a este estudo é aquela que se preocupa com as transformações sociais, com a cultura cotidiana²⁸, que “lança luz sobre o jogo dos interesses”, a pressão exercida por homens e mulheres dos diferentes segmentos sociais e culturais - inclusive, aqueles sujeitos que se alinham aos poderes institucionais e ao Estado-, nas tomadas de decisões²⁹.

Feitos estes esclarecimentos, e considerando que a História Cultural, como a define Jean François Sirinelli, “fixa o *estudo das formas de representação do mundo* no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional ou regional, social ou política -, e de que analisa a gestação, a expressão e a transmissão”,³⁰ o caminho escolhido para adentrar neste campo vai ao encontro das ideias do historiador francês Roger Chartier, para quem, o objetivo da História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”³¹.

Desta forma, a análise se concentra nas “noções” de: *práticas e representações*. Entende-se que as *práticas culturais* são também práticas sociais e políticas, realizadas individualmente ou coletivamente, que se relacionam aos “modos de fazer”, produzindo objetos culturais, não apenas a partir das técnicas ou instâncias oficiais, mas em relação aos costumes e modos de convivência”³². As *representações* sociais [individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas]³³, que não são apenas reflexos da realidade, mas percepções

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38/2958>. Acesso em 03/01/2016.

²⁷RÉMOND. René. Uma história Presente. In. _____. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 35.

²⁸O trabalho “Cotidiano e Cultura: História, Cidade e trabalho”, da historiadora Maria Izilda Santos de Matos, é um exemplo de como o estudo do cotidiano pode ser encarado a partir dos campos social, cultural e político. Neste estudo, a pesquisadora analisa as relações de trabalho na cidade de São Paulo entre os anos 1890 e 1930, notadamente, as relações de trabalho que envolvem mulheres imigrantes. A autora também adentra a intimidade dos domicílios, revelando também as práticas de trabalho e os conflitos sociais, políticos e culturais que se estabelecem, no âmbito privado. MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, Cidade e trabalho**. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

²⁹RÉMOND. René. Do Político. In. _____. (org.) op.cit. pp.445-450.

³⁰RIOUX, Jean-Pierre. Introdução: um domínio e um olhar. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (direção). op.cit p. 20.

³¹CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Algés-PT: Fifel, 2002. pp.16-17.

³²BARROS, José D’Assunção Barros. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, v. 11, n. 1, 2003. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5925/4901>. Acesso em 20.04.2016. p. 157.

³³CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**, v.5 n.11 São Paulo: jan./abr. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em 11.09.2012.

e apreciações ou ”modos de ver”³⁴, são construídas a partir dos valores e sistema simbólicos de cada grupo social³⁵, que as ratifica e legitima³⁶.

Sopesando que a representação é uma construção feita a partir da realidade e que visa substituí-la por um mundo de sinais no qual as pessoas vivem³⁷, entende-se que os sujeitos sociais descrevem essa *realidade* “tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”³⁸. Inclusive, ao afirmar que as representações são portadoras de símbolos, sugere-se, a partir dos apontamentos de Pesavento, que elas “dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexões³⁹”.

A partir desta perspectiva, pode-se analisar como as elites parahybanas, notadamente, juristas e médicos, produziram representações sociais acerca da loucura e dos loucos e/ou loucas, ao longo dos anos 1830 a 1930, e como estas representações foram incorporadas às representações já existentes na sociedade, gerando *novas* práticas culturais, sociais e políticas em relação à loucura e aos sujeitos considerados alienados[as], expressas em atitudes ou normas de convivência [aceitação, acolhimento ou banimento], valores [compaixão, discriminação ou repúdio], o que, por sua vez originava outros padrões culturais e novas representações que redefiniam a loucura e a figura do louco[a] na sociedade. Enfim, como observou a historiadora Pesavento, em *História & História Cultural*, as representações “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coercitiva, bem como explicativas do real”.⁴⁰

Neste sentido, entende-se as representações sociais como discursos interessados, não neutros, construídos pelos diferentes grupos sociais, de modo que cada um desses grupos tende a impor uma autoridade sobre o social e a sociedade à custa de outros grupos por ele menosprezado, o que implica em considerar, na análise histórica, as disputas de poder e dominação que atravessam as noções de *representações sociais*, tanto quanto as de *práticas*⁴¹.

³⁴BARROS, José D’Assunção Barros, op. cit. p. 157.

³⁵CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p.7; Idem, O Mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**, v.5 n.11 São Paulo: jan./abr. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em 11.09.2012. p. 183; Idem. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Alges-PT: Fifel, 2002, pp. 16-17.

³⁶De acordo com Pesavento, as representações apresentam múltiplas configurações, o que implica em dizer que o mundo é construído de diversa, pelos diferentes grupos que constituem a sociedade. PESAVENTO, Sandra Jatahy, **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 41.

³⁷Ibidem.

³⁸CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**, v.5 n.11 São Paulo: jan./abr. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em 11.09.2012. p.19.

³⁹PESAVENTO, Sandra Jatahy, Op. cit. p.41.

⁴⁰Ibidem. p.39.

⁴¹CHARTIER, Roger. Op.cit. p. 183.

Ora, considerando que cada indivíduo ou grupo produz, a partir de seu lugar sociopolítico, econômico, e cultural, práticas que correspondem aos seus interesses, ou que são resultados da posição que ocupam, entender-se-á que também as representações traduzem essas posições e interesses⁴². Tais “disputas” ou “lutas de representação” geram inúmeras práticas de recepção e/ou de produção de sentidos “diferenciadas/contrastantes”, de acordo com as motivações individuais e/ou coletivas, ou conforme as determinações (que são sociais, institucionais, culturais) e resistências políticas, que se confrontam na realidade social, remetendo às *apropriações*.⁴³

A noção de *apropriação* permite pensar em como as práticas dos gestores da Santa Casa de Misericórdia, dos gestores públicos e dos médicos parahybanos foram *diferentemente significadas* por estes sujeitos ou grupos a partir de seus próprios interesses ou em função dos “lugares” que ocupavam, assim como foram *diferentemente apropriadas, praticadas e representadas* por outros sujeitos ou grupos daquela sociedade, o que também reflete suas visões, seus interesses e seus “lugares” no mundo.

A propósito, é importante observar que para Roger Chartier, as práticas e as representações sociais *circulam* entre as diferentes classes ou grupos que compõem a sociedade, no que este autor se aproxima das ideias de Carlo Ginzburg acerca da *circularidade* entre culturas, conceito que rompe com o antigo paradigma cultura popular *versus* cultura erudita. Segundo o historiador italiano, que não nega a existência de uma cultura subalterna e de uma cultura hegemônica, há uma *circularidade* ou “influência recíproca entre as culturas das classes subalternas e a cultura das classes dominantes”⁴⁴. Este conceito é muito importante para este trabalho, por permitir cogitar sobre como certos “padrões culturais”, considerados como pertencentes aos grupos ditos dominantes foram consumidos e *apropriados* pelos diferentes

⁴²Também Antoine Prost, em artigo intitulado “Social e cultural indissociavelmente”, analisa as lutas de representações no campo da História, observando que “a história das representações remete para os conflitos reais [entre diferentes grupos sociais], de que estas representações são objetos”. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Direção). op. cit. p. 130.

⁴³ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Revista Estudos Avançados*, v.5 n.11 São Paulo: jan./abr. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em 11.09.2012. p. 26.

⁴⁴O conceito de circularidade cultural de Ginzburg foi influenciado pelos trabalhos de Bakhtin, *A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, onde o filósofo russo examinou a cultura popular a partir da obra do escritor e padre francês Rabelais, deixando claro sua intenção: “oferecer uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado”, ou seja, Bakhtin, estudou a cultura popular a partir da obra de um intelectual. Cf. BACKHTIN, Mikhail. *A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo-Brasília: Hucitec, 1999, p.4. Ginzburg, por sua vez, em *O Queijo e os Vermes*, conta a história do moleiro Menocchio, a partir dos autos do processo de inquisição a que foi submetido no século XVI. A partir das confissões de Menocchio, Ginzburg recupera as leituras, os hábitos culturais e a cosmologia daquele moleiro, influenciados tanto por uma tradição oral, como pelas ideias elaboradas por “grupos heréticos de formação humanista”, enfim, Ginzburg analisa a cultura dita “oficial” a partir dos filtros de um sujeito considerado popular. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 24-30.

indivíduos ou grupos sociais⁴⁵ e, na mesma medida, como elementos da cultura dita “popular” foram consumidos pelos sujeitos dos segmentos nomeados como elites.

O diálogo com Ginzburg a partir de sua obra “*O Queijo e os Vermes*”, possibilitou ainda “*ler, escutar e ver*”, as atitudes, normas de convivência, modos de vida e valores dos sujeitos nomeados como populares ou não-elites, a partir das representações produzidas pelas elites parahybanas acerca das práticas culturais, sociais e políticas relacionadas a loucura, a medicalização da sociedade parahybana e aos atores sociais loucos[as] e/ou não loucos[as] entre os anos de 1830-1930, filtradas a partir de uma documentação “dita” oficial, já apresentada ao leitor[a].

Outra aproximação importante para este trabalho foi estabelecida com o historiador Michel de Certeau a partir de sua obra *A Invenção do Cotidiano*, na qual o autor se refere à possibilidade de interpretar/decifrar os códigos culturais através das práticas cotidianas. Uma das contribuições de Certeau para este trabalho diz respeito principalmente aos seus conceitos de **usos e táticas**, pois, a partir deles, o autor revela a existência de uma cultura cotidiana, marcada por práticas quase invisíveis, nomeadas como *consumo*, caracterizadas pelas **astúcias**, ou seja, práticas que “não se faz[em] notar por produtos próprios”, mas a partir dos **usos ou consumos** “clandestinos” de “produtos” [informações, coisas e/ou espaços], fabricados a partir de uma racionalidade que pretende limitar as formas de utilizá-los⁴⁶. É a partir desse lugar de poder que Certeau estabelece as condições de possibilidades das **táticas**.

O conceito de **tática** é posto por Certeau em relação ao de **estratégia**, entendendo esta como um cálculo da relação de força empreendido por um sujeito detentor de poder, que circunscreve um lugar de poder e querer próprios, “a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”. Esse querer próprio permite acumular vantagens conquistadas, controlar pela visão⁴⁷; definidas como “gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida do forte, arte de dar golpes no campo do outro”⁴⁸, as **táticas** valem-se das falhas dos produtores, ou da ausência de poder **estratégico**. Enfim, a partir de tais noções pôde-se pensar tanto as estratégias de poderes dos provedores, gestores públicos, juristas e médicos para tentar estabelecer, nas cidades parahybanas, dentro dos limites temporais estudados, uma suposta normalidade social a partir de uma ideia social da doença. Também é possível observar

⁴⁵Na esteira desse pensamento, Roger Chartier, a partir de seus estudos sobre as “práticas de produção dos textos e de leituras”, analisa a interação que ocorre entre indivíduos letrados e não-letrados, através de práticas culturais de leitura diversas, das representações sociais e das apropriações, visto que na medida em que surgem novas práticas, mudam os costumes e surgem novas representações.

⁴⁶CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2009. pp.88-89.

⁴⁷Ibidem, p. 93.

⁴⁸Ibidem, p. 98.

os golpes, lances, enfim, as *táticas* dos homens e mulheres, loucos e/ou não loucos, para escaparem àquelas racionalidades. A aproximação com estes conceitos certeunianos possibilita pensar o cotidiano, não como rotina absoluta, mas como o *lugar* espaço-tempo das invenções, das rupturas e suspensões do tempo marcado pelo inusitado, da ressignificação da cartografia urbana a partir das práticas não programadas. Neste caso, pensa-se os sujeitos loucos[as] como potenciais protagonistas dessas experiências.

Outro conceito que se impõe nesse campo das *práticas e representações* é o de *sensibilidades*, que, neste estudo, são compreendidas a partir da perspectiva oferecida por Maria Stella Bresciani, que as define como “uma [re]educação dos sentidos do habitante da cidade”⁴⁹. Cumpre notar que, ao tratar as sensibilidades como “educação” dos sentidos, a autora remete a mudanças sensíveis implementadas nas cidades a partir das transformações materiais ou modernizantes porque passavam, a partir das intervenções médicoas e sanitárias, remetendo a ideia de mudança nas formas de ver, ouvir, dizer, cheirar, pensar, enfim, de senti-las.⁵⁰ Embora Bresciani lance seu olhar para as cidades de Paris e Londres no século XIX, no momento em que elas se problematizavam, ou que se tornavam objeto dos saberes técnicos, a ideia de *sensibilidade*, enquanto *educação dos sentidos*, é aplicável ao caso da Província/ Estado da Parahyba entre os anos de 1830-1930. Isso, não para pensar as mudanças materiais ou urbanísticas apenas - que não correspondiam, em termo de ritmos, nem as transformações matérias que ocorriam no Rio de Janeiro, e, tampouco, àquelas mudanças que se processavam nas cidades europeias-, mas para pensar em como as *representações* acerca dos perigos da livre circulação de loucos e/ou loucas pelas ruas da capital nacional, propaladas a partir dos anos 1830, pelos saberes técnicos de médicos como os doutores José Francisco Sigaud⁵¹, José Martins da Cruz Jobim ou Luiz Vicente De-Simoni⁵² e que transformou as sensibilidades dos habitantes daquela cidade em relação aos loucos[as] -, foram *apropriadas* pelas elites parahybanas, fazendo surgir, também nestas paragens, *novas sensibilidades* ou uma

⁴⁹ BRESCIANI, Maria Stella. As Sete portas da cidade. **Revista Espaço e Debate**: Cidade e História. São Paulo: Neru, Ano XI, n. 34, 1991. p. 11

⁵⁰ Ibidem. p. 12.

⁵¹ O médico franco-brasileiro José Francisco Sigaud, em 1835, publicou “*Diário de Saúde – ou efemérides das ciências médicas e naturais do Brasil*”, que reclamava, a partir da imprensa, não só providências relativas à “conservação da saúde pública”, mas, sobretudo, a vigilância e a retirada de circulação *dos tipos populares* que passeavam livremente sua loucura pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Conf. SIGAUD, José Francisco Xavier. Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. In. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. VIII, núm. 3, set, 2005, pp. 559- 562. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017541014>. Acesso em 20.05.2014.

⁵² ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. VII, núm. 1, mar, 2004, pp.131-132. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017778012>. Acesso em 02.05.2014.

reeducação dos sentidos, em relação à loucura. Enfim, as sensibilidades procuram apreender as novas maneiras de sentir e perceber a si e ao mundo, indicam uma forma de ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada.

As escolhas metodológicas aqui desvendadas revelam pouco se se considerar os inúmeros contatos, aproximações, diálogos, distanciamentos e discussões realizados nos “bastidores”, enquanto era feito o “reconhecimento” do “terreno”. Assim, é preciso advertir que ao longo de um trabalho como este, outros encontros vão acontecendo, alguns explicitamente, outros implicitamente, o que visa tornar o objeto de estudo mais inteligível ao leitor[a].

No que diz respeito aos estudos sobre a história da loucura, há uma crescente produção sobre o assunto, no exterior e no Brasil, destacando-se as obras de Michel Foucault, *História da Loucura na Idade Clássica* e *O Nascimento da Clínica*, nas quais o autor analisa a transformação do louco[a] em doente mental na Europa a partir da constituição da psiquiatria, constituída como uma formação prático-discursiva. Nessas obras, o hospício aparece como lugar de dominação e disciplina, onde o poder psiquiátrico seria inquestionável. Na esteira do pensamento foucaultiano, pode-se citar, dentre outros, os trabalhos de Robert Castel. Segundo esse autor, a loucura, no final do século XIX, resulta das relações de poder entre várias instâncias, interessadas no controle dos sujeitos nomeados como loucos[as]. Sobressaem-se nesta política de controle: os juristas, a administração pública, a escola, as famílias e os médicos. Em “*A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo*”, evidencia-se que, se o conteúdo do saber médico sofreu mudanças ao longo dos períodos, respondendo as suas questões sociais, sugerindo que a *postura* do médico esteve relacionada as exigências da gestão.

Não menos importante é o estudo do inglês Roy Porter, *Uma História Social da Loucura: análise de textos autobiográficos de Artaud*. Neste trabalho a loucura é compreendida como um “ato social, uma construção cultural”, e os loucos e/ou loucas como sujeitos que detém certas racionalidades. Porter, utilizando escritos autobiográficos dos homens e mulheres nomeados como loucos[as], afirma que tais sujeitos revelam um mundo através de um espelho, refletindo a lógica da sociedade que se diz não-louca.

O norte-americano, George Rosen, em seu texto *Loucura y sociedade: sociologia histórica de la enfermedad mental*, a partir de um viés sociocultural, analisou o lugar do louco[a] na sociedade ocidental, desde a antiguidade até a época contemporânea, observando como as práticas sociais em torno da loucura e como estes sujeitos eram aceitos, tolerados ou excluídos pelas diferentes culturas e épocas.

À produção externa sobre o tema devem-se acrescentar os estudos do escocês Andrew Scull, *La Locura: Una breve introducción*; além dos trabalhos dos argentinos Rosa

Falcone *Breve historia de las Instituciones psiquiátricas en Argentina* e Abelardo Gilabert, *El manicômio ¿una institución para locos?*

No Brasil, os trabalhos sobre loucura e psiquiatria têm, entre seus entusiastas, nomes como: Maria Clementina Pereira Cunha, que em *O espelho do mundo: Juquery, a História de um asilo*, descreveu aquele que foi o primeiro hospital para “loucos” de São Paulo, o Juquery, dando a conhecer os discursos, nem sempre homogêneos, da psiquiatria brasileira, ou melhor, sulista, do final do século XIX até os anos 1930, dentro da teia de questões urbanas vividas fora e dentro daquela instituição psiquiátrica. Também a pesquisadora Maria Claudia Magnani, em sua obra *Hospício de Diamantina: a loucura na cidade moderna*, estuda a loucura em sua relação com a cidade que se problematizava. Magali Golveia Engel, por sua vez, em *Os Delírios da Razão*, analisou as ideias e experiências da loucura presentes nas ruas do Rio de Janeiro e o processo de institucionalização dos sujeitos nomeados como loucos e/ou loucas, privilegiando as histórias de vidas daqueles sujeitos e suas vivências cotidianas.

Yonissa Marmitt Wadi, com o seu *Palácio para guardar doidos*, estudou as práticas médicas e constituição do discurso médico-psiquiátrico no processo de construção do hospital de Alienados no Rio Grande do Sul. Também seu estudo sobre a experiência da loucura da camponesa *Pierina*, a partir das cartas escritas por aquela mulher enquanto esteve internada no Hospício São Pedro em Porto Alegre, é reveladora dos desdobramentos que pode ter esta temática, colocando em evidencia, dentre outras, a questão sexual e os preconceitos enfrentados por aquela mulher.

Na obra intitulada “*Danação da norma: medicina social e a constituição da Psiquiatria no Brasil*”, Roberto Machado e outros analisaram, na esteira dos trabalhos de Foucault, o processo de medicalização social instituído no final do século XIX, mostrando que o esquadramento do espaço urbano, com o fim de eliminar suas patologias em atenção às exigências do capitalismo, fez surgir uma nova tecnologia de poder, capaz tanto de conter as populações, quanto de torná-las simultaneamente dóceis e produtivas. Segundo Machado et al., o ordenamento da cidade, na perspectiva dos senhores do saber, deveria atingir os loucos, retirando-os das paisagens urbanas e isolando-os em lugares apropriados para o processo de recuperação, tão caro a muitos daqueles passageiros.

A historiadora Cláudia Freitas de Oliveira investigou, em seu trabalho *O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a institucionalização da loucura no Ceará*, a história do primeiro estabelecimento exclusivo para loucos e/ou loucas do Ceará, dando a ver os silêncios e as práticas de exclusão a que foram submetidos aqueles sujeitos, que se tornaram visíveis graças a lente da historiadora.

Na Paraíba, destaca-se o trabalho da historiadora Fátima Saionara Leandro Brito, em seu texto *Andanças que cortam os caminhos da razão: as vivências e a atuação da Reforma Psiquiátrica em campina Grande*, no qual analisa como os discursos produzidos ou estimulados pela reforma psiquiátrica impactaram o Hospital Psiquiátrico João Ribeiro.

No que a produção local, com justiça, deve-se destacar a contribuição dos trabalhos dos psiquiatras Heronides Coelho Filho, *A Psiquiatria no País do açúcar*, e *História da psiquiatria da Paraíba*, de Edvaldo Brilhante da Silva Filho, que ao realizarem um trabalho de transcrição documental, à moda da história factual, muito contribuíram para essa pesquisa.

A estes pesquisadores[as], muitos outros, com igual importância, poderiam ser acrescentados e talvez o[a] leitor[a] os encontre nas páginas seguinte, tais são os casos de Flávio Coelho Edler, Jurandi Freire Costa, Vera Porto Carreiro, Paulo Amarante, Joel Birman, Ana Paula Vosne Martins, Ana Teresa Acatauassú Venancio, Sergio Carrara, Sandra Caponi, Lygia Maria Pereira, Isaias Pessotti, Daniela Arbex, Angela Maria Pagot, dentre outros.

Itinerários da Loucura [ou a disposição dos Capítulos]

Num trabalho de tais dimensões, e considerando as possibilidades abertas pela “divagação” da loucura, para que o leitor/ a leitora não se perca pelas ruas e caminhos das cidades e vilas da Província/ Estado da Parahyba, algumas orientações devem ser postas. Assim, é preciso ter em mente que esta tese é constituída de cinco *Capítulos*, cujo fio que os liga deve ser pensado em termos das lutas entre o *silêncio* e a *dizibilidade* sobre a loucura.

No primeiro capítulo, *A Cidade da Parahyba e as Doenças: O silêncio e a Invisibilidade da Loucura na Primeira Metade do Século XIX*, o leitor[a] é convidado[a] a caminhar pelas ruas, vielas e becos “poeirentos, esburacados e lamacentos”⁵³ da capital parahybana. Naqueles anos, como o leitor[a] poderá observar, a população da cidade da Parahyba esteve constantemente em luta contra as doenças que, não raras vezes, adquiriram aspecto de “má caracter”, alterando a rotina da cidade. Neste capítulo, para que o leitor[a] não se decepcione, face a ausência dos “doidos” e/ou “doidas” nas “passagens” ou nas “instituições totais”, faz-se necessário adverti-lo[a] que esta falta não implicou na inexistência de tais homens e mulheres naquela cidade, antes, revela o silenciamento nas fontes sobre suas vidas insanas. Assim, o objetivo deste capítulo é “*dar a ver*” a presença daqueles sujeitos, a partir dos rastros existentes na documentação utilizada.

⁵³CAVALCANTI, Achimedes. *A Cidade da Parahyba na Época da Independência*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.p. 40.

No segundo capítulo, *A Cidade, o[a] Louco[a] e os Asilos: Os lugares para a loucura na Província da Parahyba na segunda metade do século XIX*, o[a] leitor[a] poderá adentrar os gabinetes dos gestores provinciais/estaduais e provedores da Santa Casa de Misericórdia, a fim de conhecer as disputas e interesses, assim como as negociações acerca da responsabilidade sobre a loucura na Província/ Estado da Parahyba a partir dos anos 1850, o que pôs fim ao longo silêncio e a invisibilidade em que viviam os alienados/alienadas deste território. Concomitantemente, pode-se penetrar, cuidadoso[a], nas células da cadeia ou nos porões da Santa Casa, a fim de conhecer e, principalmente, *sentir* os martírios vividos pelos homens e mulheres que foram nomeados como loucos e/ou loucas pelo senso comum. Depois, percorrer-se-á as ruas da cidade, visivelmente melhoradas em relação aquelas do início do oitocentos, mas ainda comportando muitos problemas sociais e materiais. Aí, o[a] leitor[a], poderá observar as “passagens” ora alegres, ora trágicas dos “doidos” e/ou “doidas” de rua, procurando capturar, as sensibilidades e sociabilidades entre estes sujeitos e os habitantes da cidade da Parahyba, considerados não-loucos[as]. Antes disso, porém, considerando que eram muitos os tipos de loucuras existentes nesta Província da Parahyba, para que o[a] leitor[a] não incorra no erro de tomar doido[a] por alienado[a], ou um e outro por dementes, o[a] mesmo[a] é convidado a conhecer a nomenclatura utilizada nestas paragens para se referir a tais homens e mulheres.

O terceiro capítulo, *Famintos, Pestilentos e Loucos[as] na Província da Parahyba durante a Seca de 1877-79*, aborda as experiências dos parahybanos durante os anos da seca “77 Tirana”. Neste capítulo, o[a] leitor[a] vai acompanhar a saga dos retirantes que, fugindo do “Sertão em brasa”, conseguiram alcançar a Capital parahybana, onde estigmatizados pelos habitantes da cidade da Parahyba, passaram a ocupar as calçadas, ruas e prédios públicos, [re]significando tais espaços e alterando a ordem social estabelecida. Problematisa-se como a presença das populações retirantes na cidade da Parahyba concorreu para o aumento de comportamentos considerados viciosos, tais como: a criminalidade, o alcoolismo, a nudez, a prostituição e as doenças que adquiriram caráter de epidemia, o que levou o governo a abrir asilos e enfermarias provisórias, com o objetivo de afastar, do espaço citadino centralizado, aqueles indesejados “hóspedes” e, nesta medida, conter a propagação dos males a eles atribuídos. Ainda neste capítulo, o[a] leitor[a] é convidado a caminhar pelas cidades parahybana invadidas pelas levas de retirantes “famélicos”, para que possa *ver*, *ouvir* e *sentir* as dores de tantos homens e mulheres que perderam a esperança e a razão movidos pela enorme fome que os consumia.

O quarto capítulo, intitulado *O “Asylo” de Alienados da Cruz do Peixe: Dimensões sociais e políticas da loucura na cidade da Parahyba*, trata das lutas e negociações entre provedores da Santa Casa de Misericórdia e os presidentes da Província/Estado pela construção de um espaço “exclusivo” para loucos[as]. Percorrendo as ruas da cidade da Parahyba, que no final dos anos 1880, novamente foram tomadas por multidões retiradas que se juntavam aos sertanejos que acorreram aquelas paragens durante a seca de 77, o[a] leitor[a] poderá observar quão dolorosas foram as experiências dos retirantes que passaram a [sobre]viver nas ruas e calçadas daquela capital, naqueles anos. Entretanto, horrores maiores se passaram dentro dos muros do Hospital Provisório do Sítio da Cruz do Peixe. Neste lugar, devido as condições subumanas em que foram mantidos, pestilentos, retirantes e loucos[as], calcula-se que centenas de homens e mulheres pereceram à mingua de socorros. O capítulo analisa como, no contexto dos anos 1880, a questão da construção de um “Asylo de Alienados” foi marcada pelas disputas e [des]interesses em torno do Sítio da Cruz do Peixe, questão só resolvida nos anos iniciais da República, quando o governo do Estado criou o Asylo de Sant’Anna e o entregou a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Conhecer as práticas de Assistência subministradas pela Santa Casa, a terapêutica empregada no atendimento aos loucos[as], enfim, as rupturas e permanências em relação as experiências vividas nas instituições totais é o objetivo deste capítulo.

Por fim, no quinto capítulo, *A hora da Psiquiatria no Estado da Parahyba: O Hospital-Colônia Juliano Moreira e a medicalização da loucura*, procura-se entender tanto a constituição do campo psiquiátrico no Estado da Parahyba, marcado por disputas médicas num momento em que a medicina começava a se legitimar enquanto saber sobre a doença no Estado da Parahyba, como analisar a construção do “Juliano Moreira” dentro das políticas de Saneamento Rural do Estado da Parahyba e como resultado dos conflitos, negociações e interesses médicos e entre os gestores Estaduais e Federais. O[A] leitor[a] é conduzido a cidade da Parahyba no momento em que ela era impactada pela medicalização dos hospitais e demais instituições e da própria sociedade parahybana. Assim, no contexto dos anos 1910, o[a] leitor poderá observar o aparecimento dos primeiros discursos psiquiátricos neste Estado e, a partir daí o percurso trilhado ao longo dos anos 1920 por higienistas, clínicos gerais e psiquiatras, para a consolidação desse campo de saber médico. Finalmente, o capítulo pretende conduzir o[a] leitor[a] as enfermarias do Hospital-Colônia Juliano Moreira, a fim de conhecer não só a estrutura, as terapêuticas e o funcionamento daquele “Palácio para guardar doidos”, mas principalmente, para *tornar visível e dar voz* aos homens e mulheres, nomeados como alienados e/ou alienadas que foram encerrados naquelas “sepulturas vivas”.

CAPÍTULO I

A CIDADE DA PARAHYBA E AS DOENÇAS: O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE DA LOUCURA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Uma cidade pode ser muitas, a depender do olhar com que se lhe dá luzes e das nuances que se formam em torno destas.

Ângela Maria Pagot, *O louco, a Rua, a Comunidade*, 2012.

Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer incomunicáveis entre si. Às vezes os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traçados dos rostos, mas os deuses que vivem com os nomes e os solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos.

Ítalo Calvino, *As Cidades Invisíveis*, 2009.

Às margens do Rio Sanhauá, um dos principais afluentes do Rio Parahyba⁵⁴, foi edificada numa “planície de mais de meia légua, muito chão, de todas as partes cercado d’água”, por decisão da Coroa hispano-portuguesa, a atual Capital da Parahyba. Era o dia 30 de outubro de 1585⁵⁵. O empreendimento deveu-se, dentre outros motivos, à necessidade de promover a defesa das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá⁵⁶, que se viam constantemente ameaçadas,

⁵⁴ O Rio Sanhauá, um dos principais afluentes do Rio Parahyba, banha a Capital parahybana. Foi em sua foz que fora fundada a cidade de Nossa Senhora das Neves, no século XVI. Conf. mapa, anexo B. Sobre a localização da Cidade da Parahyba, ver JARDIM, Vicente Gomes. Monografia da Cidade da Parahyba do Norte. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba**. Vol.3, 1911. Disponível em <http://www.ihgp.net/revistas.htm>. Acesso em 20.01.2014.

⁵⁵ SUMÁRIO das Armadas que si fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba - escrito e feito por mandado do muito reverendo Padre em Cristo, o padre Cristóvão de Gouveia visitador da Companhia de Jesus, de toda a Província do Brasil. In. **História da Conquista da Paraíba**. Brasília: Senado Federal, 2010. p.74. De acordo com este documento, apesar do acordo de paz entre Tabajaras e Portugueses ter sido firmado em 05 de agosto de 1585, somente no dia 29 de outubro Martim Leitão chegou à região com gente e materiais para edificar a povoação. Embora a construção da Capital da Parahyba tenha sido iniciada em 30 de outubro de 1585, conforme o autor do *SUMÁRIO*, seu nascimento confunde-se com a *Conquista* do território, de forma que seu aniversário é comemorado no dia 5 de agosto. Note-se: conquista, *não* criação da Capitania, o que ocorreu antes, em 1874. Ibidem, pp.74-75.

⁵⁶ Ver anexo A.

ora pelas tribos indígenas da região⁵⁷, ora pelos franceses que investiam sobre a terra a fim de contrabandear o “pao brasil” e outras riquezas “naturaes”⁵⁸. Portanto, a fundação da cidade “ao pee do Rio Parahyba”, justificava-se pela necessidade de garantir o domínio da Capitania da Parahyba contra os invasores franceses⁵⁹.

A propósito, localizada no Nordeste do Brasil, “na parte mais oriental do continente sul-americano, sendo o Cabo Branco [Ponta do Seixas] sua ponta mais saliente”⁶⁰, a Capitania da Parahyba foi criada em 1574, quando foram desmembradas da Capitania de Itamaracá grande parte das terras que compreendem hoje o território parahybano. Apesar disso, a ocupação do seu território demorou cerca de 200 anos, sendo o Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó [atual cidade de Pombal] o primeiro núcleo de povoamento do Sertão desta Capitania, fundado em julho de 1698. Antes disso, existiam as vilas de Alhandra (1758), Pilar (1758), São Miguel da Baía da Traição (1762), Nossa Senhora dos Prazeres de Monte-Mor, hoje Mamanguape (1762) e Conde (1768), todas próximas do litoral, conforme pode ser notado no Mapa 01⁶¹.

Não se engane o leitor[a]: a existência de povoados no Sertão parahybano não implicou na efetiva comunicação sertão-litoral dessa Capitania. O Sertão da Parahyba do Norte esteve sob a influência das Capitânicas de Pernambuco para onde “se escoavam” os “sertões de fora” e da Bahia que dominava as rotas dos “sertões de dentro”⁶². Ademais, basta considerar, à título de exemplo que até 1860, devido as dificuldades de comunicação entre sertão e litoral parahybano, nenhum presidente da Província havia visitado o sertão, cabendo este feito ao Sr. Silva Nunes⁶³.

⁵⁷ Segundo Irineu Joffilly, o litoral parahybano foi palco de disputas entre as tribos dos Potiguaras e Tabajaras. Os conflitos entre esses grupos nativos se tornaram mais acirrados com o ingresso dos portugueses e franceses nas querelas, um e outro objetivando ganhos particulares. JOFFILLY, Geraldo Irenêo. Notas sobre a Parahyba. Brasília: Thesaurus Editora, 1982.

⁵⁸ SUMARIO das Armadas que si fizerão e guerras que se derão na conquista [...]. op. cit. pp.22-29.

⁵⁹ De acordo com Irineu Ferreira Pinto, antes mesmo das “pazes” conseguidas pelo “hercúlio” empreendimento lusitano na Parahyba, já havia, no Reino uma determinação, para que fosse fundada uma cidade na Parahyba para ser a sede da Capitania ali criada, a referida deliberação estava prescrita no Alvará de 29 de dezembro de 1583. Disso se depreende que a Capital parahybana, criada por ordem régia, “nasceu cidade”, vindo a consolidar a conquista hispano-portuguesa no norte do Brasil. PINTO, Irineu Ferreira. Datas e Notas para História da Paraíba. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 1977. p.20. Para compreender melhor a empresa portuguesa na Parahyba. MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil**. João Pessoa: IPHAN/Superintendência na Paraíba, 2010.

⁶⁰ JOFFILLY, op. cit. p.87.

⁶¹ Sobre a Conquista do Sertão e a fundação das Vilas na Capitania da Parahyba ver ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997. 2v.

⁶² Ver o mapa Roteiros de Penetração na Conquista dos Sertões Paraibanos, anexo C.

⁶³ NUNES, Luiz Antonio da Silva. **Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1860. Ver também: SEIXAS, Wilson Nóbrega. Viagem através da Província da Paraíba. União editora, João Pessoa, 1985.

No mapa a seguir, pode-se ter uma melhor compreensão acerca da demarcação espacial/territorial de que se ocupa este estudo:



MAPA 01- Mapa Província/Estado da Parahyba - [Re]produzido por Helmara Giccelli Formiga Wanderley Junqueira, 2016⁶⁴.

Pelo exposto, resta que, dado as funções que a Capital parahybana deveria comportar, a escolha do sítio onde seria assentado a cidade, “em hum monte alto tres legoas da bocca da barra ao rumo do loes sudueste ate o sudueste que fica em hua paraje ao pee da mesma cidade”⁶⁵, veio atender as necessidades administrativas, econômicas, religiosas, de defesa e de povoamento, o que obedecia às determinações da Coroa para a colonização do Brasil⁶⁶.

Apesar de não haver, na documentação estudada, referências à existência de um plano que orientou a construção da capital parahybana, há fortes indícios de que este núcleo não tenha sido obra do acaso. Ora, de acordo com Serrão (S/D), a escolha por lugares altos,

⁶⁴ Fontes utilizadas pela autora para a reprodução e modificação do Mapa 1: Planisfério. In. IBGE. **Atlas escolar**. Disponível em <http://atlasescolar.ibge.gov.br/mapas-atlas/mapas-do-mundo>; Divisões regionais do Brasil In. IBGE. **Mapas Temáticos**. Disponível em ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_divisoes_regionais_20014.pdf; Mapa das Cidades da Paraíba In. IBGE. **Cidades**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=25>; Mapa dos Municípios da Paraíba – 1920. In. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Ed. UFPB, 1993. Mapa de Delimitação do Semi-Árido e Subúmido Nordeste, In. BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório produzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial para Delimitação do Semi-Árido Nordeste e do Polígono das Secas**. 2005. Disponível em www.cpatsa.embrapa.br/public_electronica/downloads/OPB1839.pdf. Todos os acessos foram no dia 15.07.2015.

⁶⁵ Apud. MOURA FILHA, Maria Berthilde. Discurso, Imagem e Desenho de uma cidade no Brasil do século XVI: Filipéia de Nossa Senhora das Neves. In: **IX seminário da cidade e do urbanismo**. Anais. São Paulo, 2006. p. 7. Disponível em: lppm.com.br. Acesso em 20/09/2013.

⁶⁶ Idem. Cidade e território no século XVII – uma relação de poder, o caso da capitania da Paraíba. In: **XII Encontro Nacional da ANPUR**. Florianópolis, 2009. Disponível em: lppm.com.br. Acesso em 20/09/2013.

“inexpugnáveis”, caracterizou a paisagem portuguesa e concorreu para a divisão de suas cidades em dois planos distintos, quais sejam: Cidade Alta e Cidade Baixa, cada uma com funções bem definidas. A parte alta caracterizava-se por ser espaço residencial [e de defesa], já as áreas mais baixas definiam-se por suas funções portuárias e comerciais⁶⁷. Logo, não é precipitado afirmar que houve a transmissão de tais modelos/orientações urbanísticas para suas colônias no além-mar. Notadamente, a cidade de Nossa Senhora das Neves, sede da capitania da Parahyba, foi influenciada por modelos portugueses.

Dessa forma, como se verá, as funções ou “sentidos da cidade” justificaram não só a escolha do sítio, mas também, a disposição dos edifícios públicos, a abertura das ruas, bem como as formas de praticar o espaço, isso sugere que o traçado original foi dando lugar a muitas intervenções que surgiam para atender as necessidades cotidianas da sua população, conforme observou Maria Bertilde Moura Filha. Não obstante, também as funções ou “sentidos da cidade” foram [re]significados de forma que algumas das primeiras funções da povoação perderam sua importância com o tempo e, nessa medida, surgiram novas funções, garantindo que aquela cidade continuasse a ser um “lugar central” na Parahyba⁶⁸.

Enfim, no percurso dos séculos XVII e XVIII, muitos foram os caminhos íngremes e tortuosos que foram surgindo na Cidade da Parahyba e que ligavam o Varadouro [Cidade Baixa] à Cidade Alta, o que fugia ao controle das Municipalidades que, dado à ausência de regulamentos ou planos urbanísticos e/ou arquitetônicos, não intervinham naquele espaço, oportunizando que cada proprietário edificasse como quisesse a sua residência. Tal aspecto, nada lisonjeiro, caracterizaria a paisagem de Parahyba do Norte também no século XIX, muito embora, já se observe aí, algumas mudanças de caráter urbanístico, que não só transformavam materialmente a cidade, mas que impactavam a vida de seus habitantes, fazendo surgir novas sensibilidades e novas formas de praticar e significar a cidade.

⁶⁷ Cidades como Lisboa, Porto e Coimbra são exemplo de cidades construídas em lugares elevados margeados por rios, marcando a divisão característica das cidades portuguesas em parte alta e parte baixa. Cf. SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal**. Castanhoso: Iniciativas Editoriais, S/D, p. 60.

⁶⁸ Para explicar o conceito de cidade como lugar central, foi importante a aproximação com os apontamentos do arqueólogo português Jorge Alarcão, para quem “a formação de uma cidade é um processo que envolve toda uma região: cidade é lugar central que hierarquiza sítios à sua volta e exerce funções de que a população rural do território carece ou beneficia. A cidade estrutura ou ordena o território em que se insere ou de que é capital”. E mais, as cidades portuguesas se caracterizavam “pelas funções políticas, econômicas e eventualmente religiosas que exerce[iam]”. Apud. MOURA FILHA, Maria Bertilde. **De Filipéia à Paraíba**: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. João Pessoa: IPHAN/Superintendência na Paraíba, 2010. pp. 34-36.

1.1 A Cidade da Parahyba no “Século das Luzes”

A paisagem vista da janela é uma linda visão peculiar do Brasil. Vastos e verdes bosques, bordados pelos vários canais que dividem o rio, com suas casinhas brancas, semeadas nas margens, outras nas iminências, meio ocultas pelas árvores soberbas.

Henry Koster, Viagens ao Nordeste do Brasil, 1815

As cidades, em qualquer tempo ou lugar, são organismos vivos em permanente mudança, tal como sugere Martins et al., (2012).¹¹ E tendo por base que não é possível fugir do seu passado, a cidade que estava para os homens e mulheres do século XIX conservava muitos elementos arquitetônicos do antigo núcleo fundado em 1585. Mas não apenas isso, a cidade de “pedra e cal” guardava também pálidos reflexos das complexas realidades sociais, econômicas e ideológicas, que estiveram na origem daquele espaço e das gentes que construíram, sentiram, usaram e transformaram a cidade por mais dois séculos. Enfim, Nossa Senhora das Neves, Filipéia, Frederica...⁶⁹, foi sobre os fragmentos materiais daquela[s] cidade[s] que lentamente Parahyba do Norte foi se constituindo, isto porque, tal como Zaira, cidade imaginária de Ítalo Calvino, também Parahyba do Norte era feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”⁷⁰. Evidentemente, a Capital parahybana “não conta o seu passado”, ela o contém. Pois as transformações materiais, embora tenham o poder de mudar a paisagem e as funções e usos de um espaço, elas não podem modificar o seu passado e/ou as escolhas e usos que fizeram seus habitantes em outros tempos. Afinal, uma cidade não é somente “materialidade de espaços construídos e vazios”, ela é também, como afirmou Sandra Jatahy Pesavento, um tecido de relações sociais⁷¹.

Assim, chegando o século XIX, as representações de Parahyba do Norte revelam uma cidade de aspectos bucólicos, apesar de ter se passado aí, desde a sua fundação, mais de duzentos anos. A cidade, naquele começo de século, era ainda muito “pequena, antiquada e

⁶⁹ Ao longo de seus mais de quatrocentos anos a Capital da Parahyba teve muitas denominações, o que corresponde as diferentes fases de sua história, quais sejam: 1) Cidade Real de Nossa Senhora das Neves, em 1585; 2) Filipéia de Nossa Senhora das Neves, a partir de 1588 (homenagem ao rei Felipe II da Espanha que governava Portugal desde 1580); 3) Friederickstadt ou Frederica, entre os anos de 1634 a 1654 (durante a dominação Holandesa, em homenagem a Frederico Henrique de Nassau); 4) Cidade da Parahyba ou Parahyba do Norte, de 1654 até o ano 1930 (após a expulsão dos holandeses); 5) João Pessoa, denominação atual, atribuída em 1930 (homenagem ao Ex-presidente do Estado João Pessoa de Albuquerque). Observamos que predominará a denominação Cidade de Parayba sempre que fizermos referência a cidade por nós estudada.

⁷⁰ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.14

⁷¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. Ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2002. p. 32.

desprovida de muitos equipamentos urbanos”⁷². Era possível contar suas ruas, ladeiras, travessas e becos, assim como seus edifícios residenciais, administrativos, comerciais e religiosos – três conventos “cinco ermidas, uma misericórdia com seu hospital e uma matriz”⁷³. Inclusive, naquele contexto, a Igreja Matriz, cujas obras haviam sido iniciadas em 1585, continuava em construção, o que acentuava a imagem de atraso e pobreza da aludida cidade. Enfim, o quadro urbanístico não era diferente das demais cidades coloniais no alvorecer do oitocentos⁷⁴.

Em que pese, a cidade que o português Henri Koster⁷⁵ conheceu em 1810, quando de suas “*Viagens ao Nordeste do Brasil*”, tinha aproximadamente de dois a três mil habitantes. Somente a Rua Direita era pavimentada com pedras, o mato tomava conta das ruas, revelando o atraso da cidade⁷⁶. Koster também enfatizou em seus escritos a divisão topográfica daquela capital, sugerindo que já havia naquele ano nítidas diferenças socioeconômicas entre os habitantes da Cidade Alta e aqueles que viviam na Cidade Baixa. Segundo o viajante, apesar de comportar aspectos da[s] cidade[s] dos séculos XVI, XVII e XVIII, havia, por certo, em Parahyba do Norte, diferenças em relação àquela[s]. Destarte, enquanto no “auto da montanha”, os ricos proprietários da região haviam construído “casas excelentes”, inclusive comportando janelas de vidro, na parte baixa, as casas eram pequenas e mal construídas, estando muitas delas cercadas por pântanos e mangues, conforme relato de Koster.

Como se vê, o aspecto da cidade da Parahyba no início do oitocentos era pouco lisonjeiro. No entanto, apesar de muito se falar sobre seu processo de urbanização após a Proclamação da República, em fins do século XIX, não se pode desconsiderar que algumas transformações materiais e sensíveis já estavam em curso na referida urbe naquele princípio de

⁷² AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos** – evolução e roteiro. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989. P. 75.

⁷³ PINTO, Irineu Ferreira. op. cit. P.236.

⁷⁴ De acordo com estudo realizado por Marieta Pinheiro de Carvalho, quando a Corte portuguesa, por ocasião da invasão Napoleônica de Portugal, veio para o Brasil, escolheu para sede do governo a cidade do Rio de Janeiro, que, à época de sua chegada, era uma cidade pequena, com poucas ruas, estreitas e com grandes problemas em seus traçados. Também não havia um arruamento, estando muitas moradias em meio a matos e/ou mangues. Havia também muitas regiões alagadiças. As casas normalmente estreitas não possuíam janelas que favorecesse a circulação do ar. O espaço citadino era também denunciado com insalubre e, portanto, responsável pelas pestilências que atacavam os moradores da nova Capital do Reino português CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. Joao (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

⁷⁵ Segundo Luiz da Câmara Cascudo, nas notas que na tradução do livro *Travels in Brazil* (Viagens ao Nordeste do Brasil), o naturalista Henry Koster não veio para este país fazer uma investigação, “veio para viver em Pernambuco. Viver se defendendo da tuberculose”. De acordo com Cascudo, Koster viveu no Brasil de 1909 a 1915, quando foi obrigado, pela coroa inglesa, a retornar a Inglaterra. O referido livro foi escrito entre os anos de 1815 e 1816, quando Koster já não vivia no Brasil. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil* (Travels in Brazil) Tradução Luiz da Câmara Cascudo. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil>>. Acesso em 04.02.2013.

⁷⁶ Idem.

século, o que foi influenciado pela presença da Corte Joanina no Rio de Janeiro, embora lá também fosse muito precária a situação da cidade.

A despeito do aspecto nada lisonjeiro da nova sede do poder metropolitano, o que fica em evidência é que a chegada da corte, se não pôde alterar substancialmente o aspecto da cidade do Rio de Janeiro, tornando-a mais salubre e desobstruída, colocou em evidência os problemas que a mesma comportava, acelerando seu processo de urbanização⁷⁷.

Dito isto, no que se refere à Parahyba do Norte, deve-se observar que, naqueles anos, a defesa da civilização passou a fazer parte dos discursos dos gestores parahybanos que viam em instituições como a Guarda Nacional, a polícia, as igrejas, os hospitais, cadeias e casas de correção, instrumentos para assegurar e/ou manter a ordem e a disciplina, tal como sugerido na documentação examinada⁷⁸. Também deveriam ser criadas escolas para ensinar as primeiras letras aos jovens membros das elites⁷⁹ que estudariam em Coimbra. Tais eram as melhorias consideradas necessárias para que Parahyba se tornasse civilizada⁸⁰ e para que fizesse jus ao título “honroso” de cidade, que recebera quando da sua fundação em fins do século XVI.

A propósito, sobre o conceito de civilização, no sentido apreendido pelos parahybanos, considere-se, a partir dos apontamentos de Norbert Elias, que a Civilização “não é apenas um estado, mas um processo que deve[ria] prosseguir”, isto porque, ela se “constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie”⁸¹. Parece ser este o sentido implícito nos discursos que tratavam da civilização em Parahyba do Norte, sempre relacionado à ideia de um progresso não necessariamente material, mas sem excluir este aspecto. Tratava-se de um refinamento das práticas sociais, de educar a população de forma a eliminar aquilo que era considerado, por alguns sujeitos das elites parahybana, como irracional, o que barrava o desenvolvimento local. Portanto, entende-se que antes de promover melhorias materiais e higiênicas na pequena cidade, os discursos dos gestores se direcionavam para as práticas

⁷⁷ Ver: CARVALHO, Marieta Pinheiro de. op.cit.

⁷⁸ Sobre as melhorias reclamadas para a Província da Parahyba nos anos iniciais do Império brasileiro, analisar os relatórios dos Presidentes da Parahyba TORREÃO, Quaresma. **Discurso com que o presidente da província da Paraíba do Norte**, fez a abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincial no mez de janeiro de 1837. Cidade da Paraíba, Typ. Paraibana, 1837; D’ALBUQUERQUE, Joaquim Ferreira Peixoto. **Falla com que o Presente da província de Parahyba do Norte instalou a 1ª sessão da Segunda legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 24 de Junho de 1838**.

⁷⁹ Para que o leitor compreenda o que se nomeou como elites, sugere-se a leitura da obra *Ser médico no Brasil: o presente no passado*, de autoria de André de Farias Pereira Neto. Nesta obra Pereira Neto aproximou-se do conceito de “elite” de Pareto (1935), para quem a “elite” era composta por pessoas que ocupavam as mais altas posições econômicas, políticas e culturais da sociedade. Para Pareto, existia a “elite” governante e a não governante”. In. PEREIRA NETO, André de Farias. **Ser médico no Brasil: o presente no passado**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. p. 32.

⁸⁰ Conforme TORREÃO, Quaresma. Op cit; D’ALBUQUERQUE, op cit.

⁸¹ ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, vol. 1, p. 62.

supostamente incivilizadas de sua população. Diante do que se entende que para as elites políticas, econômicas e letradas de Parahyba, civilização era compreendida como sinônimo de civilidade, cortesia, polidez.

Seja como for, de acordo com o historiador Archimedes Cavalcante, na Capital da Parahyba, esse “desejo” de civilização era fruto da iniciativa “de pessoas sensíveis a um novo estilo de vida, às ideias arejadas, ao progresso”⁸². Dentro dessa ótica, a civilização era entendida, por alguns sujeitos das elites parahybanas, como racionalidade, de forma que, não raras vezes, as populações do interior da Província, e ainda os índios e negros, foram nomeados como “gente ignorante e sem civilidade”, o que se deveu a recusa dos mesmos em seguir as regras e/ou modelos impostos por aqueles que eram considerados os representantes do saber. Em face disso, lentamente foram se erguendo novos muros entre os habitantes de Parahyba, diante do que os padrões de comportamento, as condutas esperadas por aqueles que se diziam defensores da civilização vinham reforçar as diferenças entre os sujeitos que praticavam aquela cidade, provocando certo distanciamento entre eles.

Assim, influenciados pela Corte que estava alojada no Rio de Janeiro, alguns parahybanos, a exemplo de alguns governadores e comerciantes locais que, em viagem à Capital colonial, tiveram experiências que consideravam como civilizadas, tornaram-se defensores da suposta civilização. Apesar disso, como se observará, essas pessoas, na maior parte das vezes, limitaram-se a discursos eruditos destinados aos seus pares e sem grande impacto para a vida da maior parte da população parahybana. Tome-se em conta, ainda, que a chegada da família real ao Brasil em nada foi favorável ao desenvolvimento econômico da Província da Parahyba, pois os excessos da Coroa, que passou a cobrar das províncias taxas extorsivas a título de contribuição, vieram somente agravar a já “estiolada” economia parahybana, como faz notar o historiador Archimedes Cavalcanti⁸³.

A título de informação, outros fatores que corroboraram para que o quadro econômico da Parahyba fosse desfavorável às melhorias almejadas por alguns “espíritos civilizados” da Capital da Província foram as secas e a eclosão da Revolução de 1817⁸⁴, cujas consequências perpetuaram-se ainda por muitos anos.

Enfim, com tanta coisa acontecendo, não é de estranhar que nem mesmo a Proclamação da Independência do Brasil, em 1822, tenha sido capaz de promover grandes

⁸² CAVALCANTI, Archimedes. **A Cidade de Parahyba Na Época da Independência**. João Pessoa: Editora Universitária, 1972, p. 31.

⁸³ Ibidem p. 15-21.

⁸⁴ Sobre a Revolução de 1817 ver PINTO, Irineu Ferreira. Op cit.

transformações materiais e sensíveis na cidade da Parahyba e, menos ainda, nos hábitos cotidianos dos seus habitantes, segundo sugeriu Archimedes Cavalcanti, em seu estudo “A Cidade de Parahyba na época da Independência”. Naquele momento, surgiram discursos em defesa das transformações materiais e sanitárias e, principalmente, intelectuais⁸⁵. No entanto, somente na década de 1830, algumas ações puderam ser observadas, quer do governo, quer das elites econômicas e intelectuais da província, no sentido de imprimir um ar de civilização à paisagem da cidade, o que está decerto relacionado à Lei de 1 de outubro de 1828, que marcava as atribuições das Câmaras Municipais. A referida Lei, que foi a primeira do Império a sugerir meios para controlar o crescimento e ordenamento das cidades brasileiras, tinha em seu Título III as Posturas Policiais, constituídas por oito artigos, deliberando sobre melhoramentos materiais, higiene e conduta da população. Inspirados por esta normatização, as vereanças de Parahyba do Norte criaram a partir de 1830 uma série de posturas que visavam tanto melhorar o aspecto daquela cidade, como normalizar as condutas dos seus habitantes. Cumpre observar, entretanto, que as transformações materiais ocorridas na cidade da Parahyba não corresponderam a uma mudança na mentalidade daquela população, conforme sugeriu Archimedes Cavalcanti⁸⁶.

Sendo assim, apesar das limitações espaciais e econômicas, alguns parahybanos estavam informados não apenas sobre as mudanças que aconteciam em algumas cidades brasileiras e europeias, como também tinham conhecimentos sobre algumas descobertas científico-tecnológicas que aconteciam no Velho Mundo desde o final do século XVIII. Também se observa, naquele momento, a influência do pensamento europeu ilustrado na Parahyba. Inclusive, de acordo com o presidente da província Dr. Joaquim Pereira Peixoto D’Albuquerque, no século XIX,

Século das luzes, em que os conhecimentos humanos parece ter dado mais h[um] passo na carreira dos progressos” na província da Parahyba, bem como em sua Capital, eram muitas as obras que t[inham] de fazer” e que “a necessidade, e utilidade publica exige[a]”⁸⁷.

⁸⁵ De acordo com o médico Oscar de Castro, também o interesse pela higiene coletiva, em Parahyba, será sentido depois da década de 30 do século XIX. CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945.

Como já se observou, as Câmaras Municipais da Capital parahybana estavam informadas sobre as necessidades de promover melhoramentos materiais e à saúde pública, mas não apenas elas, os governadores da Província também externaram este desejo em seus relatórios. Ver Relatórios dos presidentes da Parahyba. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u492/000002.html>>. Primeiro acesso 02.02.2011.

⁸⁶ CAVALCANTI, Archimedes. Op. cit.

⁸⁷ D’ALBUQUERQUE, Joaquim Ferreira Peixoto. **Falla com que o Presente da província de Parahyba do Norte instalou a 1ª sessão da Segunda legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 24 de junho de 1838.**

Em qualquer caso, entre as obras, consideradas pelos habitantes de Parahyba de maior importância nos anos 1830, estiveram a instalação do Lyceo e a reivindicação para a criação do Collegio de Educandos Pobres.

O primeiro estabelecimento, segundo relatório do presidente da Província, Basílio Quaresma Torreão⁸⁸, deveria primar por “hua educação illuminada”, certamente direcionada aos jovens membros das elites econômicas da Província, que deveriam ser preparados para o exercício de cargos políticos e para administrarem economicamente o patrimônio familiar, não sem exceções, observe-se. Este collegio foi fundado em 1836.

O segundo estabelecimento, por sua vez, direcionava-se aos “educandos pobres, e órfãos, que se appli[cassem] aos officios mecânicos”. O Collegio de Educandos Pobres justificava-se por viabilizar o aproveitamento da mão-de-obra dos pobres para o desenvolvimento econômico da Parahyba, uma vez que àqueles sujeitos seriam ensinados “o officios de maior uso, e precisão” para as obras públicas, correndo todas as despesas deste empreendimento por conta do aluno, que pagaria os investimentos do governo “com o trabalho proporcional às suas forças”⁸⁹. A criação daquela instituição tinha ainda uma função de caráter moral, qual seja: afastar a ameaça representada pela pobreza ociosa que circulava pelas ruas e beccos da capital da Parahyba, mendigando dos transeuntes uma esmola e da Santa Casa de Misericórdia asilo e alimento, o que causava certo horror às elites “ilustradas” daquela cidade e aos provedores do referido estabelecimento. Ademais, a implantação do colégio de Educandos pobres era reclamada como um importante auxílio para a obra de caridade prestada pela Santa Casa de Misericórdia, tal como sugeriu o vice-presidente da Província.

Havia, portanto, no gesto de criar um collegio para crianças e jovens pobres, uma questão de ordem moral que atendia à ética capitalista, o que era reclamado a partir de um ideal de caridade e compaixão que, dizendo agir em benefício das classes necessitadas e sofredoras, conforme sugere a documentação examinada, pretendia criar vínculos de submissão, reforçando a desigualdade e gratidão daquele que é assistido em relação ao seu “benfeitor”⁹⁰. Poder-se-ia afirmar, com base nos apontamentos de Sandra Caponi, que os discursos em favor da criação de um espaço para a infância desvalida de Parahyba seria uma forma de racionalizar a pobreza,

⁸⁸TORREÃO, Quaresma. **Discurso com que o prezidente da provincia da Paraíba do Norte**, fez a abertura da sessão ordinaria da Assembleia Provincial no mez de janeiro de 1837. Cidade da Paraíba, Typ. Paraibana, 1837.

³⁰ Ibidem.

⁹⁰ CAPONI, Sandra. **Da compaixão à Solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

diz-se, a infância e a juventude pobre, a partir da designação de um lugar e de formas específicas de controle para aquele grupo⁹¹.

Neste sentido, guardadas as devidas proporções, o estabelecimento de collegios para pobres comportava semelhanças com as “casas de trabalhos” surgidas no século XVIII, na Europa, num contexto em que a pobreza e a ociosidade passaram a ser tratadas como questões de teor moral⁹². Assim, se o Lyceo se prestava a ajudar no progresso e na civilização do povo parahybano, diz-se, das elites da Província, um Collegio para educandos pobres, além de se prestar à guarda e assistência às crianças e jovens desvalidos, o que pouco interessou às elites econômicas e políticas da cidade da Parahyba, conforme sugere a documentação, também era reclamado à bem do progresso da Província. Pese que o desejo de criar um lugar específico para aquele grupo inseria-se nos princípios defendidos pela Lei dos Pobres, criada na Inglaterra no século XVII, que, de acordo com Himmelfarb, citado por Caponi, visava auxiliar todos os diferentes tipos de pobres: “esmolas e asilos para os idosos e doentes, aprendizado de ofício e escolas de caridade para as crianças, castigo e clausura para os ‘andarilhos teimosos’, e trabalho para os sadios”⁹³. Esta lógica vem auxiliar no controle dos pobres, criando mecanismo que garantiam obediência, assim como constituía em uma forma de auxiliar aqueles homens e mulheres menos favorecidos economicamente a satisfazerem suas necessidades. De qualquer forma, este empreendimento só foi levado a cabo em 1865, em proveito das vocações industriais, vindo a funcionar de forma precária no Sítio da Cruz do Peixe, nas imediações da Capital, no lugar que mais tarde se transformou em Asilo de Sant’Anna⁹⁴.

Esta “cruel compaixão”, tal como afirma Foucault, “permitiria manter um controle pelo qual as classes adinheiradas garantiam (...) a proteção de faixa privilegiada da população”⁹⁵. Assim, no caso da Província da Parahyba, embora o discurso da caridade sugerisse beneficiar o pobre, o certo é que ele agia em favor das elites, afinal, a caridade quase sempre se estendia a pobreza considerada doente e perigosa, diante do que, assisti-la e normatizá-la implicava em resguardar as camadas consideradas normais, diz-se: aqueles sujeitos que se consideravam benfeitores dos pobres.

Aliás, na cidade da Parahyba, a partir dos anos 1830, também bêbados e “loucos[as]” foram alvos das ações de controle das elites políticas e letradas, que criaram leis

⁹¹ Ibidem, p. 27.

⁹² FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

⁹³ Apud CAPONI, Sandra. Op. cit. p. 26.

⁹⁴ Para saber a localização do Sítio da Cruz do Peixe, assim como do Asylo de Sant’Anna, ver a Planta 03. Ver também Anexo D.

⁹⁵ CAPONI, Sandra. Op. cit. p. 24.

proibitivas a circulação de tais sujeitos pelas cidades e estradas da província. E acredita-se, sobre os últimos pesaram ainda as campanhas desferidas pelos médicos José Francisco Xavier Sigaud, José Martins da Cruz Jobim⁹⁶ ou Luiz Vicente De-Simoni que reclamavam, no Rio de Janeiro, a falta de um espaço adequado ao tratamento dos alienados[as], cujas condições de existência no Hospital da Santa Casa de Misericórdia era objeto de crítica dos médicos desde o início daquela década. Tais médicos alertavam contra os perigos que os loucos[as] ofereciam aos transeuntes, conforme pode ser observado:

Nós não tratamos aqui dos mendigos, dos leprosos, nem dos bêbados; só lembramos a classe desgraçada dos loucos, os quais ainda que entes inóxios, podem às vezes enfurecer-se e cometer atos homicidas de repente, e deste modo privar uma família de um filho amado, que eles esmaguem passando, ou de uma pessoa útil, que sem intenção firam com a primeira arma que o acaso lhes oferecer. Na verdade, a sociedade nada ganha com o espetáculo ridículo e hediondo de certos doidos; a moral pública sofre com sua presença nas ruas; a caridade geme vendo vítimas votadas a uma morte certa, e a segurança dos habitantes corre riscos que podem comprometer a vida de alguns deles.

Por que medidas a Câmara Municipal pode prevenir a presença de doidos nas ruas? [...] Só um existe, é a fundação de um hospício de doidos⁹⁷.

De todo modo, não consta ter havido interesse por parte das governanças parahybanas em criar lugares para aprisionar ou assistir os sujeitos nomeados pelo senso comum como doidos[as]. Também os irmãos da Caridade silenciaram sobre a questão, talvez para evitar que recaísse sobre aquela instituição o referente ônus. Restava então, em obediência ao código Criminal de 1830, entregá-los as suas famílias, ou enviá-los à Cadeia pública, onde os mesmos deviam ser contidos, por meios de torturas, tais como a diminuição da comida, a prisão ao “pé do tronco” ou em porões e o uso de correntes⁹⁸.

⁹⁶ José Martins da Cruz Jobim, médico brasileiro formado em Paris, juntamente com José Francisco Xavier Sigaud, fundaram a primeira associação médica do país, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1929. A partir deste grêmio, estes médicos passaram a reclamar a construção de um asilo de alienados na Capital Nacional. Conf. ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Apresentação a “Insânia loquaz” (Jobim, 1831) e a “Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro” (Sigaud, 1835). In. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. VIII, n. 3, septiembre, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017541012>. Acesso em 02.04.2016.

⁹⁷ SIGAUD, José Francisco Xavier. Op.cit. pp. 561.

⁹⁸ Os maus tratos aos alienados eram denunciados no Brasil desde o início do século XIX, para o que a tese inaugural do Dr. Antonio Luiz da Silva Peixoto, “Considerações gerais sobre a alienação mental”, defendida em 1837, é um exemplo. No estudo, o Dr. Antonio Peixoto citou os meios de tratamentos usados no Hospital da Santa Casa do Rio de Janeiro descritos por De-Simoni: “A camisola de força, prisões em quartos fechados, a do pé do tronco para os que as duas primeiras não podem conter, algumas vezes a diminuição da comida, são os meios repressivos de que pode fazer uso (...) Não podemos concordar com os meios de repressão adotados pelo Sr. Dr. De-Simoni em fazer meter os doidos no tronco”. PEIXOTO, Antonio Luiz da Silva. Considerações gerais sobre a alienação mental (1837). **Rev. Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**. vol.16 no.4, dec. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142013000400012. Acesso em

No campo das ideias, destacaram-se, nas décadas iniciais do século XIX, ainda a influência das teorias miasmáticas e contagionistas. Ora, a “patologização” do espaço, que as topografias e/ou geografias médicas do século XVIII tinham levado a cabo na Europa, sob o impulso do paradigma neo-hipocrático⁹⁹, também alcançaram a Capital da Parahyba, o que levou ao surgimento de práticas terapêuticas que ultrapassavam, em algumas ocasiões, as análises dos ares, das águas e dos lugares, definindo-se como uma política higienista de cunho socioeconômico, o que será tratado nas páginas seguintes.

1.2 Ares, Águas e Lugares: A Cidade da Parahyba sob a ameaça dos miasmas

Nos velhos tempos, a cidade de Nossa Senhora das Neves era descrita como um vasto pomar, tal a abundância de variedades das fruteiras existentes nos quintais, especialmente a bananeira. E em torno das touceiras dessa musácea, despejavam-se os excrementos humanos, recolhidos nas chamadas cumoas. A praxe, embora usada como medida de higiene era profundamente ante-higienica. [...] Basta pensar na proliferação das moscas e outros vetores animados. [...] O barreiro, cavouco meio profundo, feito na terra, era também, utilizado como depósito de escórias e desperdícios domésticos. Até que o acúmulo de ciscos impusesse a incineração nesses montouros, galinhas e porcos faziam gordos repastos. Os que não dispunham de terreno, jogavam os resíduos em plena via pública.

Humberto Nóbrega, As raízes das Ciências da Saúde na Paraíba, 1979.

Um homem ou mulher do século XXI, ao ler a epígrafe que abre este tópico, assim como o seu autor, sem dificuldades incorreria no erro de afirmar que os antigos moradores da Capital parahybana eram poucos afetos às práticas de higiene. E não seria difícil imaginar a confusão de odores que havia nas ruas de Parahyba do Norte, o que talvez não fosse considerado um problema de saúde para a maioria dos seus habitantes naquele momento, uma vez que o

20/08/2015. Ver também a Tese do Dr. Luiz Vicente De-Simoni, intitulada *Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados*. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. VII, núm. 1, março, 2004. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/2330/233017778012.pdf>. Acesso em 20/08/2015. Ver também: **BRAZIL**. Código Criminal do Império do Brasil, 1830. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

⁹⁹ CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

olfato dos homens e mulheres daquela cidade ainda não estava engajado na luta contra as emanções miasmáticas.

Antes de dizer mais sobre o assunto, é preciso considerar que apesar de haver indícios, na documentação, sobre o conhecimento das teorias neo-hipocráticas¹⁰⁰ por alguns parahybanos, uma série de fatores concorria para que o quadro sanitário de Parahyba fosse julgado insalubre¹⁰¹. Mas nem sempre foi assim. De acordo com os defensores destas ideias, houve tempos em que a Capital parahybana era “considerada de excelente ar e boas agoas”, o que foi atestado por Henri Koster quando este viajante esteve nesta cidade em 1811¹⁰².

No entanto, à medida que a cidade crescia e aumentava sua população¹⁰³, decerto, aumentavam também os problemas sanitários. Ora, com uma população elevada a mais de 9000 almas, não era pequena a quantidade de excrementos lançados às ruas, o que pode até ter provocado alguns incômodos, sem, no entanto, acender grandes preocupações àquela gente, afinal, até 1848 não havia na Parahyba médicos diplomados, e apesar de haverem pessoas com conhecimentos sobre as teorias miasmáticas, estes não correspondiam a uma maioria populacional, permanecendo tais discursos restritos a uma pequena minoria, o que nem sempre implicou na mudança de atitude desta parcela em relação à higiene pública e/ou doméstica. Ademais, que opção tinham aqueles homens e mulheres para se desfazerem de lixos e outros tipos de excrementos, numa cidade onde as fossas constituíam requinte de meia dúzia e a coleta do lixo e limpeza pública não representavam ainda obrigações da municipalidade, apesar de estarem previstas na Constituição do Império¹⁰⁴ de 1824, e na Lei Imperial de 1828?

¹⁰⁰ O tratado hipocrático “*Água, ares e lugares*” ressaltava a relação dos constituintes atmosféricos da variação das estações e da localização da cidade na determinação da doença. No século XVIII, tais teorias voltam a ter influência sobre as concepções médicas e, novamente, o meio reaparece como fator fundamental para explicar muitas epidemias. No entanto, deve-se notar que para as diferentes tradições científicas, “a ideia de meio e sua relação com os seres vivos nunca teve uma conotação unívoca”. Conforme sugere Flavio Coelho Edler, em seu estudo “*A Medicina no Brasil Imperial*”, o tratado hipocrático foi escrito para orientar os médicos acerca das doenças que poderiam ser encontradas em alguns lugares, de forma a antecipar-se a elas e buscar meios de tratá-las. EDLER, Flávio Coelho. **A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio Janeiro: FIOCRUZ, 2011, p, 29.

¹⁰¹ Cumpre observar que, apesar da perspectiva dos hipocráticos de que houvesse um estudo do meio e das patologias reinantes num determinado espaço, as observações e estudos sobre as morbidades que visitavam Parahyba só aconteciam quando o mau já estava disseminado. Em geral, em tempos considerados normais, não havia uma preocupação com o estado sanitário da cidade.

¹⁰² KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, 1942. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil>. Acesso em 04.02.2013.

¹⁰³ De acordo com Aguiar, o crescimento populacional da cidade pode ser descrito nos seguintes termos: no final do século XVIII, havia em Parahyba aproximadamente 1000 habitantes; nas primeiras décadas do século XIX esse número elevou-se para 3000 almas e, em 1851, viviam na capital parahybana aproximadamente 9000 pessoas. AGUIAR, Wellington. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. João Pessoa: Persona, 1992, p.111.

¹⁰⁴ De acordo com A Constituição de 1824, Título 7º, Capítulo II, Art. 167: “em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Camaras, ás quaes compete o Governo economico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas”. **BRAZIL. Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março

Dessa forma, o surgimento/difusão das ideias e práticas influenciadas pelas teorias neo-hipocráticas permitem algumas inquirições imprescindíveis para a compreensão do universo parahybano nos anos iniciais do oitocentos. Assim, cabe analisar as questões: como tais teorias [neo-hipocráticas/miasmáticas] chegaram nestas paragens e quais as formas de recepção e adaptação, diz-se, de apropriação, destas teorias foram observadas nas terras parahybanas? Como a cidade da Parahybase transformou em face da propagação das teorias neo-hipocráticas? Quem eram os alvos das ações higienistas na Cidade da Parahyba? Em que medida as teorias neo-hipocráticas foram responsáveis pela criação de espaços de segregação, vindo a demarcar geograficamente os territórios da exclusão em Parahyba do Norte? Finalmente, pode-se falar em Geografia e/ou Topografias médicas nesta cidade?

Primeiro, considerando-se o grande interesse dos cientistas ambientais/ naturalistas que se deslocavam da Europa para estudar o clima, as patologias e as terapêuticas tropicais, compreende-se que talvez tenham sido estes estudiosos os responsáveis pela introdução das teorias miasmáticas ou topografias médicas no meio parahybano, isto porque, “mediante ellas [as topografias médicas] pueden indicarse los lugares y aquéllas que deben evitarse”¹⁰⁵.

Neste sentido, destaque-se a atuação do médico naturalista Manuel de Arruda Câmara, que investigou, por encomenda da Coroa portuguesa, o meio ambiente de sua própria região, dando a conhecer a riquíssima fauna e flora do Nordeste brasileiro. Sublinhe-se que este médico parahybano, concluiu em 1791 seu curso de medicina em Montpellier, na França, com a tese “*De influentia oxygenii in aeconomia animali praecipuè in calore, ubi de ejufdem aequabilitatis vera causâ*”¹⁰⁶, o que revela os conhecimentos daquele esculápio acerca das topografias médicas. Também Francisco de Arruda Câmara, irmão de Manoel, doutorou-se naquele mesmo ano, com o trabalho intitulado “*Algumas investigações acerca das Pústulas da Variola*”, isso sugere que também este parahybano estava em sintonia com as teorias e interesses médicos daquele século. Outros viajantes/naturalistas estiveram na região em busca de tratamento para algumas enfermidades no clima tropical, podem ter sido eles os responsáveis pela difusão de tais teorias, para o que Henry Koster é um exemplo¹⁰⁷.

de 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 02.09.2013.

¹⁰⁵ URTEAGA, Luis. **Miséria, Miasmas y micróbios**. Las topografias médicas y El estudio Del medio ambiente in El siglo XX. 1980. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/geo29.htm>. Acesso e 03.05.2013.

¹⁰⁶ A tese do naturalista Manuel de Arruda Câmara encontra-se publicada no livro de NÓBREGA, Humberto. **As Raízes das Ciências da Saúde na Paraíba**: Medicina, farmácia, Odontologia e Enfermagem. João Pessoa: UFPB, 1979.

¹⁰⁷ Ver GASPAR, Lucia. Viajantes (relatos sobre o Brasil, século XVI a XIX). **Pesquisa Escolar Online**; Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso 06.06.2014.

Apesar das viagens e investigações realizadas por estes médicos, não há certeza quanto à introdução das referidas teorias em solo parahybano, até porque, havia também um intenso movimento portuário na Província anterior às práticas dos naturalistas, gente que ia e que vinha em missões comerciais realizando o circuito Brasil-Europa, o que muito se intensificou com a chegada da família real ao solo brasileiro e o decreto de abertura dos portos¹⁰⁸. Considere-se ainda o ingresso de estudantes parahybanos nas Universidades do Velho Mundo¹⁰⁹, corroborando para a difusão das descobertas científicas na Província da Parahyba, situação em que se enquadram os irmãos Arruda Câmara.

Ainda que não se possa ser conclusivos quanto ao aparecimento das teorias neo-hipocráticas em Parahyba do Norte, arrisca-se: o cotidiano daquela cidade sofreu algumas mudanças, em face das ideias do ar fixado, que passou a ser considerado o maior responsável pelas pestilências que constantemente “visitavam” aquele núcleo, ceifando muitas vidas, o que, guardando-se as devidas proporções, pode ser explicado em termos da teoria pútrida do alemão Becher¹¹⁰ e dos perigos das emanações dos corpos putrefatos. Corbin explica,

Se o combate permanente que se desenrola no vivente der vantagem à putrefação; se por ventura, miasmas pútridos, emanados dos corpos doentes ou em estado de decomposição, foram inalados pelo organismo e vierem a corromper o equilíbrio das forças intestinais; se se produzir uma interrupção da circulação do espírito balsâmico do sangue pela obstrução dos vasos, viscosidade dos humores ou ferimento, isto poderá significar o triunfo da gangrena, da varíola, do escorbuto, das febres pestilenciais ou pútridas¹¹¹.

Antes de aquelas teorias serem conhecidas na cidade da Parahyba, as pestes e catástrofes que acometiam sua população eram vistas sob o prisma da religião, e, portanto, consideradas castigos divinos. Frente a tais concepções, sempre que uma doença epidêmica aparecia naquelas paragens ou em épocas de seca e fome, era primeiro ao socorro da Corte Divina que se recorria. Não havendo auxílio dos céus, buscava-se a ajuda dos curandeiros ou dos esculápios, isso quando havia algum na cidade.

¹⁰⁸ Sobre a abertura dos portos e suas consequências para a economia brasileira, recomenda-se a leitura do texto de RICUPERO, Rubens. **O problema da Abertura dos Portos**, disponível em <http://en.braudel.org.br/research/archive/downloads/o-problema-de-abertura-dos-portos.pdf>. Acesso em 06.06.2014.

¹⁰⁹ De acordo com Humberto Nóbrega, até 1822, foram 26 os parahybanos que frequentaram as Universidades europeias. NÓBREGA, Humberto. Op. cit. p. 50-51.

¹¹⁰ Para saber sobre Johann Joachim Becher ver sua bibliografia na Enciclopaedia Britannica. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/57883/Johann-Joachim-Becher>.

¹¹¹ CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 27.

A despeito das práticas de cura na cidade de Parahyba do Norte, tal como em muitas cidades do Brasil nos tempos da Colônia e do Império, foi preponderante a atuação dos “terapeutas populares”¹¹², uma vez que eram raríssimos os médicos diplomados na Província Parahybana. Assim, apesar de haver registro acerca da existência de parahybanos formados em Medicina, nas Universidades de Coimbra e Montpellier desde o século XVII¹¹³, os poucos parahybanos que adquiriram os títulos de bacharel e doutor em Medicina, ao regressarem ao Brasil, praticamente não atuaram como médicos, pois muitos foram recrutados para o desempenho de altas funções no Estado, o que, aliás, foi muito comum em todo o território nacional¹¹⁴. Ressalte-se: esta prática manteve-se mesmo depois da criação de cursos médicos no Brasil¹¹⁵, deixando desguarnecida destes profissionais muitas Províncias, inclusive a Parahyba.

Sublinhe-se que a criação dos cursos médicos no Brasil, bem como a instituição de leis que visavam regular o espaço urbano, revelam a importância que os médicos vinham ganhando no cenário brasileiro, que estava constantemente em luta contra diversas entidades mórbidas de caráter epidêmico. Como se o momento fosse oportuno, a medicina apresentou-se como porta voz da civilização e do progresso, propondo-se a edificar uma nação saudável por meio de intervenções materiais e do controle das práticas, costumes e hábitos da população.

A influência do saber médico, observada nas posturas policiais e urbanas do Império, revela o lugar de importância ocupado por estes cientistas, naquilo que se refere à gestão das cidades e das suas questões. Não obstante, a difusão dos ideais médicos teve seu lugar também na Parahyba, apesar de não haver aí, até a década de 1830, um único médico diplomado, o que, diante da iminência de uma possível epidemia, suscitava discussões acaloradas durante as reuniões da Assembleia Legislativa, tal como se observou em 1832,

¹¹² Para saber sobre as artes de curar existentes no Brasil entre os anos da Colônia e Império, ver CHALHOUB, Sidney et al. (Org). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, Unicamp, 2003; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da Cura*. Campinas, Unicamp, 2001; MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **A Arte de Curar nos tempos da Colônia**: Limites e espaços da cura. Recife, Editora da UFPE, 2011.

¹¹³ De acordo Humberto Nóbrega em Coimbra, entre os anos de 1615 e 1822, matricularam-se no curso de Medicina dois parahybanos, dos quais apenas um diplomou-se. Na Universidade de Montpellier, França, entre os anos de 1767 e 1793, os irmãos Arruda Câmara foram os únicos parahybanos matriculados e que concluíram os cursos de bacharelado e doutorado em Medicina. *Ibidem*.

¹¹⁴ À título de exemplo, cite-se o caso de Francisco de Arruda Câmara que assumiu cargos políticos durante o Império Brasileiro. *Ibidem*.

¹¹⁵ Os cursos de Medicina no Brasil surgiram após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. SEIXAS, Wilson Nobrega. **Santa Casa de Misericórdia da Paraíba 385 anos**. João Pessoa: Grafica Santa Maria, 1987. O primeiro curso médico foi criado em Salvador em data de 18 de fevereiro do mesmo ano. Meses depois, em 5 de novembro, foi criada a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1832, as duas Escolas Médicas da Bahia e do Rio de Janeiro, respectivamente, foram transformadas em Faculdades de Medicina. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha de. **Da Polícia médica à cidade Higiênica**. Disponível em <http://www.ufpe.br>. Acesso em 01.12.2014.

quando a Província da Parahyba se viu sob a ameaça da invasão do cólera. Naquela ocasião, o Sr. Antonio Henrique de Almeida, ao propor um projeto para discutir a necessidade de um médico para atuar na Província, arremeteu:

Sendo a Saúde Pública um dos objetivos que deve merecer grande atenção deste Conselho, mormente quando se julga o Continente Brasileiro ameaçado da Cólera Morbus, flagelo terrível, que assolado tem os Países onde seus efeitos têm desenvolvido, e não havendo nesta Província um Médico, que melhormente possa aplicar a este, e outros males internos, que afetam os corpos humanos prontos e eficazes curativos¹¹⁶.

E propôs. “Art. 1º Fica desde já criado o lugar de médico da província”¹¹⁷. Era o dia 19 de dezembro de 1832.

O cólera *morbus* não “visitou” a Parahyba naquele ano, o que deve ter sido comemorado pelos habitantes da Capital parahybana, uma vez que o cargo de médico da Província permaneceu vago. A propósito, em 1835, ainda se reclamava a mesma falta, diante do que, foi apresentado pelo padre Domingues Alves Vieira à Assembleia Legislativa da Parahyba, em data de 28 de abril daquele ano, o Projeto 26 que reclamava a falta de um médico na província usando como argumento a necessidade de “subministrar os socorros da Medicina às classes indigentes”¹¹⁸.

Atendendo aos apelos das elites políticas, dos administradores do Hospital Militar e Provedores da Santa Casa de Misericórdia, uma vez que os referidos estabelecimentos se achavam sem médicos para oferecerem tratamentos para os enfermos “desvalidos” que ali buscavam socorros para suas aflições, foi contratado o Dr. João José Inocêncio Poggi, que era licenciado em Medicina¹¹⁹. A contratação de um único médico, entretanto, não foi suficiente para atender as demandas daquela cidade, de forma que continuaram a existir em Parahyba do Norte, sangradores, lançadores de ventosas, curandeiros etc.¹²⁰, isso se deveu, dentre outros

¹¹⁶ Apud NÓBREGA, Humberto. Op. cit. , p. 60.

¹¹⁷ Ibidem, p. 60.

¹¹⁸ Ibidem, p. 61-62.

¹¹⁹ O Dr. Poggi era Pernambucano. Na Parahyba, exerceu o cargo de Cirurgião-Mor e Inspetor de Higiene por muitos anos. Não há, na documentação consultada, informações sobre quando chegou à Parahyba do Norte ou sobre o início de sua atuação médica nestas paragens. Segundo Humberto Nóbrega, há relatos de que, ainda nos anos 1820, o Dr. Poggi teria atuado na Capital parahybana, não se sabe, todavia, se como médico público ou particular. NÓBREGA, Humberto. Op. cit.p. 269.

De acordo com Tânia Salgado Pimenta, em seu trabalho intitulado “*Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*”, a partir de 1808 até 1828, funcionou a Fisicatura, na cidade do Rio de Janeiro, objetivando regulamentar os ofícios e as atividades relacionadas as práticas de curar. Diante do que, quem desejasse exercer as “artes de curar” teria que pedir autorização no referido órgão, que após realizar exames para avaliar a capacidade do terapeuta, poderia conceder-lhe a licença para atuar no ofício “pelo resto da vida”. In. CHALHOUB, Sidney et al. (Org). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, Unicamp, 2003.

¹²⁰ NÓBREGA, Humberto. Op. cit. p. 50.

fatores, à falta de candidatos licenciados e, especialmente, diplomados¹²¹ para atender as demandas locais.

Na falta de autoridades médicas que pudessem auxiliar no tratamento das doenças que tinham caráter epidêmico, e em face da propagação das teorias dos miasmas, as elites políticas da Capital parahybana, quando da ameaça de que alguma pestilência viesse a invadir aquela cidade, davam início a um plano de combate à moléstia, o que consistia basicamente em vigiar o ar, as águas e os lugares [mais populosos] da cidade da Parahyba.

“Miasmas, humores podres, qualidades ocultas e venenosas, marcam curiosas terminologias que bem expressam os velhos conceitos epidêmicos”¹²². E, apesar do receio de que a cidade pudesse vir a ser tomada por alguma morbidade de mau caráter, não se conclua que houve um movimento enérgico dos gestores públicos e/ou de algum segmento populacional da cidade da Parahyba, no sentido de conter o ar e/ ou a água viciada. Não houve! As ações higiênicas eram pontuais e aconteciam especialmente em períodos críticos, de epidemias ou de secas, como se notará adiante.

Não obstante, analisando-se o quadro nosológico da cidade da Parahyba, percebe-se que além da teoria dos miasmas, também as teorias do contágio estavam em disputa para explicar a doença. Aliás, a teoria do contágio que considerava que uma doença, ou entidade mórbida, poderia passar de um organismo a outro foi responsável pelo surgimento de discursos em defesa de medidas preventivas, tais como a quarentena e os cordões de isolamento. Em Parahyba, as influências destas correntes, segundo a documentação examinada, se confundem, culminando com a construção de hospitais de isolamento, a exemplo do Lazareto em 1850¹²³ e, mais tarde, do Hospital provisório de Sant`Anna, durante as aparições de varíola ou em épocas de seca (1877-79 e 1888-1889). Neste sentido, compreenda-se que a defesa das práticas de saneamento da cidade, bem como os discursos acerca das necessidades de eliminar do Centro da cidade hospitais, cadeias, matadouros etc., eram obras influenciadas tanto pela teoria miasmática, quanto pela teoria do contágio. Também a influência da teoria contagionista concorreu para que entre ricos e pobres se levantassem muros em defesa dos primeiros.

¹²¹ CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p. 242.

¹²² Ibidem, p. 265.

¹²³ De acordo com Nóbrega, os primeiros lazaretos de Parahyba foram construídos por volta de 1640, por Duarte Gomes da Silveira, ao lado do Hospital da Misericórdia, que ainda não estava concluído. Ali, “em seu derredor, levantaram-se lazaretos de taipa, onde se prestavam os socorros médicos” (1979, p. 107), e, ao que tudo indica, bem no Centro da Cidade de Nossa Senhora das Neves, o que implica em dizer que, naqueles anos, miasmas e humores podres não faziam parte dos discursos patológicos dos habitantes da Capital parahybana, NÓBREGA, Humberto. Op.cit. p. 60.

De conformidade com o que afirma Luís Urteaga, em seu artigo “*Miseria, Miasmas y Microbios. Las Topografías Médicas y el estudio del medio ambiente em el siglo XIX*”, “por la misma época en que tienen gran consideración las doutrinas miasmáticas, se originan también aquellas interpretaciones de la enfermedad como fenómeno social”¹²⁴. E, segundo este mesmo autor, na Europa,

A finales del XVIII algunos médicos atribuirán a la pobreza, el exceso de trabajo, la mala alimentación, el hacinamiento en barrios insalubres, y otros factores de tipo económico-social, una gran relevancia para explicar el impacto de determinadas enfermedades¹²⁵.

Deve-se observar que, na Capital parahybana, diferentemente do que ocorreu em muitas cidades da Europa, onde tais ideias ganharam relevo a partir do século XVIII, somente na segunda metade do oitocentos foi que os discursos que tratavam da relação entre pobreza e enfermidades começaram a aparecer na documentação examinada, levando os gestores públicos da Província a realizarem alguns melhoramentos e medidas profiláticas em benefício das classes mais abastadas da sociedade, o que gerava grande desconfiança por parte dos homens e mulheres pertencentes aos segmentos despossuídos de recursos econômicos que ficavam à margem daqueles melhoramentos. É importante observar que, naquilo que se refere à doença em Parahyba do Norte, verificou-se, com base nos documentos estudados, que a lógica da compaixão, tal como descrita por Caponi, parece se inverter, pois a piedade e as práticas de assistência para os pobres, antes de gerar um sentimento de dívida e obediência, suscitava suspeita¹²⁶. O que sugere que o pobre nem sempre queria a piedade daqueles “benfeitores”. Inclusive, poder-se-á observar muitas experiências de recusa a assistências ocorridas em Parahyba pelos sujeitos pertencentes aos segmentos menos abastados.

Assim, note-se, por exemplo, que o combate às doenças contagiosas, tal como a varíola, ocorreu, entre outras medidas, por meio da vacinação, muito mal recepcionada entre os parahybanos em geral, mas direcionada especialmente às populações pobres, consideradas responsáveis pela rápida proliferação das doenças de “máio carácter”, quando estas se abatiam sobre a cidade em questão.

Pese que, em Parahyba do Norte, os primeiros registros sobre o uso da vacina contra as bexigas datam de 1802 e era direcionada à casa de expostos, aos “índios”, negros e pobres.

¹²⁴ URTEAGA. Luis. Op. cit.

¹²⁵ URTEAGA. Luis. Op. cit.

¹²⁶ CAPONI, Sandra. **Da compaixão à Solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio e Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

Já pelo que sugere o ofício do presidente da Província, enviado à metrópole portuguesa em 1805, o preservativo deveria ser inoculado indiscriminadamente. Todavia, conforme se depreende do mesmo documento, o governador observou: “tendo eu procurado quanto me foi possível adoptar a prática da vacina e conseguindo finalmente que chagasse nesta cidade, o humor vaccinico [...] fui eu o primeiro que aqui adoptei este preservativo”¹²⁷. Além deste Senhor e dos seus familiares, mais vinte pessoas foram inoculadas naquela ocasião, segundo informou Feo. E, acompanhando o número de vacinas administradas, a partir dos relatórios dos presidentes, nota-se que em todos os tempos, foi sempre muito reduzido o número de vacinados em relação à população, o que se explica tanto pela repugnância que sentia a população pela inoculação do pus vacínico, como pela crença reinante de que estariam se contaminando com aquela prática.

Sublinhe-se que, apesar de derivados de correntes diferentes, na Parahyba, teorias dos miasmas e teorias do contágio complementavam-se, agregando maior importância às obras que passaram a ser reclamadas pelos gestores públicos daquela Capital a partir de 1830. Neste sentido, destaquem-se as proibições, contidas nas Posturas Municipais, aos enterramentos no interior das igrejas, a limpeza de fontes e cacimbas, as quarentenas, a melhoria das Cadeias, a proibição à divagação de bêbados, loucos e animais pelas ruas das cidades¹²⁸. Aquelas teorias médicas também concorreram para o surgimento de uma teoria social da doença, o que levou a exclusão e “vigilância” dos corpos, considerados, contaminados. Mais que isso, naquele contexto, onde “a epidemiologia da doença era então um enigma”¹²⁹, as questões sociais, influenciadas por tais teorias, foram [re]significadas, de forma que a pobreza, a ociosidade, a má alimentação, os vícios, a falta de moral, tanto quanto, o avizinhar-se de espaços insalubres, passou a ser sinônimo de doenças, ou, dizendo de outra forma, passou a explicar o impacto de determinadas moléstias sobre a população da cidade [Alta], que via com desconfiança a presença das populações pobres nas áreas centrais de Parahyba.

Inclusive, o projeto do Padre Domingues Alves Vieira, de 1835, citado anteriormente, deixa em evidência a relação doença-pobreza na Capital de Parahyba, quando o mesmo sugere que o médico da Província se obrigaria a visitar as instituições de caridade existentes naquela cidade.

¹²⁷ FEO, L. M. apud PINTO, Irineu Ferreira. Op. cit. p. 232.

¹²⁸ Conforme Posturas Municipais de 1830. In. MAIA, Doralice Sátyro. A rua na Cidade da Parahyba (Brasil) no século XIX: espaço de controle e expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana. **Anais do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 2014. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Doralice%20Satyro%20Maia.pdf>. Acesso em 01.02.2015.

¹²⁹ NÓBREGA, Humberto. Op. cit. p. 64.

É importante sublinhar que a inexistência de médicos diplomados e/ou licenciados em Parahyba do Norte não excluiu a influência destes cientistas nas vidas dos homens e mulheres daquela cidade, o que fica em evidência nos discursos dos gestores e legisladores parahybanos nos anos anteriores à contratação do Dr. Poggi, em 1835.

Feitas estas considerações, implica dizer que foi em fins da década de 1830, talvez por orientação do que estabelecia a Lei de 1º. de outubro de 1828, que apareceram os primeiros discursos em defesa da urbanização e “aformoseamento” daquela capital nortista. E, dentre as obras apontadas como cogentes, citava-se a criação de um lazareto, a edificação de um Cemitério e a construção de uma Nova Cadeia, as três obras deveriam guardar certa distância da cidade e eram influenciadas pelas teorias neo-hipocráticas e/ou topografia médicas, o que pode ser observado no relatório do Presidente da Província, o Dr. Brasília Quaresmas Torreão, quando o mesmo se prestou a fazer seu relatório administrativo em 1837. O gestor advertia os membros da “Assembleia Provincial” sobre os perigos provenientes do contato com sujeitos atacados de doenças como o “mal de elefancia” e, sobretudo, da bexiga, observando que o estrago proveniente deste estado de coisa não se tornava mais grave devido à posição geográfica do país, “da salubridade do seu clima, e da doçura de sua atmosfera”¹³⁰.

É evidente que o Dr. Torreão, tinha conhecimento sobre as aludidas doutrinas, o que fica em maior relevo em sua “Falla” durante a abertura da “Assembleia Provincial” do Rio Grande do Norte em 1835, quando era Presidente daquela Divisão. De acordo com o aludido gestor, a situação geográfica e climática da citada Província era a causa de não haver ali “moléstias alguma que lhe seja endêmica, e muito menos [...] males contagiosos”¹³¹.

A propósito, Dr. Brasília Quaresmas Torreão, além de político era também geógrafo, e nos domínios da Geografia, as topografias médicas estavam, no início do oitocentos, entre os estudos mais influentes¹³², denominados “geografia médica” ou “el estudio del medio ecológico-social y su influencia en la salud del hombre”. É importante observar que, embora as topografias e geografias médicas se ocupem dos mesmos problemas e utilizem os mesmos métodos de análises, elas apresentam diferenças quanto ao nível de escala. Assim, enquanto as

¹³⁰TORREÃO, Quaresma. **Discurso com que o presidente da provincia da Paraíba do Norte**, fez a abertura da sessão ordinaria da Assembleia Provincial no mez de janeiro de 1837. Cidade da Paraíba, Typ. Paraibana, 1837. p.13.

¹³¹ Idem. **FALLA com que o presidente da Provincia do Rio Grande do Norte abriu a assemblea Provincial no dia 2 de fevereiro de 1835** (manuscrito), pp. 5-6.

¹³² No Brasil, a obra do médico francês José Francisco Xavier Sigaud, “Du climat et des Maladies du Bresil ou Statistique Médicale de cet empire, de 1844, é considerado o primeiro tratado brasileiro de geografia Médica. FERREIRA. et al. Geografias e topografias médicas: os primeiros estudos ambientais da cidade concreta. Disponível em <http://scielo.org.mx>. Acesso em 20.06.2013. Para ler a obra de SIGAUD, ver: <http://brasiliansa.usp.br>. Acesso em 20/06/2013.

topografias médicas estudam lugares e regiões, a Geografia médica, por sua vez, dedica-se aos estudos nacionais. Inclusive, estas teorias médicas faziam parte dos discursos e práticas higienistas surgidas ainda no século XVIII. Os higienistas consideravam que o meio ambiente e as condições socioeconômicas tinham grande influência sobre a saúde das populações. Segundo estes médicos, a falta de salubridade das cidades e os maus hábitos, ou melhor, a cultura higiênica, das populações [pobres] poderiam provocar o aparecimento de muitas doenças. Neste sentido, a fim de contribuírem para melhorar a saúde da população, propunham intervenções sociais e materiais de teor higiênico nas cidades¹³³.

Nos discursos produzidos por Torreão, os limites entre “Topografia” e/ou “Geografia” médica, teorias miasmáticas e contagionistas não estão definidos. Apesar disso, é possível conhecer a partir da sua “Falla” ou Relatório o lugar que ocupava aquelas teorias no território parahybano na primeira metade do século XIX.

Na Província parahybana, apesar não haver um *corpus* de higienistas, o gestor em seu relatório administrativo se prestou a registrar o *desejo* de dotar a Capital da Parahyba de importantes estabelecimentos públicos e, em igual medida, de alguns melhoramentos urbanísticos, com o fim de higienizá-la.

Assim, observa-se que, além dos discursos em defesa da escolarização da infância e da juventude de Parahyba, o que já foi citado no tópico anterior, Torreão insistiu na importância da construção de um Lazareto, observando que o edifício deveria ser levantado em **“hum lugar cuja posição não offenda os povoados e para onde se possam recolher os morféticos, leprozos e outros doentes tocados de males contagiosos”**¹³⁴. Esta orientação ratifica o conhecimento daquele administrador acerca das teorias miasmáticas, contagionista e, particularmente, da “Geografia Médica” do seu tempo.

Não obstante, a construção do Lazareto teve que esperar por tempos de sofrimento e luto para se concretizar, contrariando o que afirmou este mesmo presidente em 1837 quanto à urgência do empreendimento.

Pese também que a salubridade de Parahyba do Norte reclamava a construção de um Cemitério, o que se devia às inúmeras epidemias que visitavam aquela cidade, provocando

¹³³ URTEAGA. *Miseria, Miasmas y Microbios*. Las Topografias Médicas y el estudio del medio ambiente en el siglo XIX, 1980. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/geo29.htm>>. Acesso em 03.05.2013. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/geo29.htm>. Acesso em 03.05.2013. Sobre a relação doença e meio ambiente ver também o artigo Higienismo y ambientalismo en la medicina decimonónica, do mesmo autor. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/Dynamis/article/viewFile/121798/170265>. Acesso em 10/01/2016.

¹³⁴ TORREÃO, Quaresma. **Discurso com que o presidente da provincia da Paraíba do Norte**, fez a abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincial no mez de janeiro de 1837. Cidade da Paraíba, Typ. Paraibana, 1837. p. 13.

grande sofrimento e luto às famílias que ali residiam. Em face do “caráter contagioso” daquelas doenças e impactados pelas teorias médicas em voga naquele espaço, as práticas de inumações ocorridas nas igrejas passaram a ser vistas com desconfiança e medo por parte de alguns sujeitos da cidade, o que levou o presidente da Província Dr. Fernandes Chaves¹³⁵, em 1842, a sugerir à Assembleia Provincial que fosse construído na cidade da Parahyba um Cemitério, de modo que aquela prática “tão nociv[a] á saúde pública de se enterrarem os cadáveres dentro das Igrejas” se fizesse sessar.¹³⁶

Em 1843, novo alarme quanto aos enterramentos no interior das Igrejas foi feito, desta vez, pelo presidente Gomes Jardim, que aspirava “com a construção do Cemitério, desterrar de huma vez o abusivo e pernicioso costume de sepultarem-se os cadáveres no recinto das Igrejas”¹³⁷. Para o referido administrador não bastava apenas que se construísse uma necrópole na cidade da Parahyba, era preciso seguir algumas orientações nosológicas, para o que advertiu o Dr. Jardim:

he preciso, porém, que **o local para este Cemitério não seja escolhido ao acaso**, mas com **atenção á direcção dos ventos dominantes na estação mais quente do anno**, á sua **distancia da Cidade**, e finalmente ao **gráo de consistência e humidade da terra**¹³⁸. grifos da autora

Mais alguns anos se passaram e, no início dos anos 1850, a cidade ainda se ressentia da ausência de um lugar apropriado para sepultar seus mortos.

De tal maneira, enquanto não se edificou um Cemitério, nas Igrejas de Parahyba, onde não havia mais sepulturas disponíveis, as exumações de cadáveres passaram a representar perigoso foco miasmático. Frente à questão, em 1853, o Presidente da Província, Manoel Simpício Jacome Pessoa, antes de sugerir a edificação de uma necrópole naquela Capital, solicitou ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia permissão para que os enterramentos fossem realizados na Igreja da Irmandade, onde as sepulturas não se achavam tão cheias. Com esta medida, acreditava aquele gestor e, talvez, os médicos que o orientavam que se evitaria a

¹³⁵ O Sr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves foi Jornalista e Magistrado, tendo o mesmo se formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. In. SILVA, Manuel Francisco Dias da. **Diccionario biográfico de brasileiros celebres**. 1871. pp. 175-176. Disponível em <http://www.books.google.com.br>. Acesso em 06/12/2014.

¹³⁶ CHAVES, Pedro Rodrigues Fernandes. **Relatorio que á Assembléa Legislativa da Parahiba do Norte apresentou na sessão ordinaria de 1842**, o excellentissimo presidente da mesma provincia, Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1842, p. 16.

¹³⁷ JARDIM, Ricardo José Gomes. **Discurso recitado pelo excellentissimo senhor presidente da provincia da Parahyba do Norte**, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de agosto de 1843. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843, p.23.

¹³⁸ Ibidem, p. 23

propagação dos miasmas pútridos responsáveis pelas doenças que estavam atingindo a população daquela cidade.¹³⁹

Assim, apesar das queixas e denúncias sobre os perigos representados pelos miasmas, os habitantes de Parahyba, mesmo em meio aos discursos de combate aos enterramentos no interior das igrejas, cultivavam o hábito de usar os féretros, que depois de transportar até a sepultura o morto, era reconduzido, sem desinfecção, a um lugar onde seria guardado o esquife até o próximo sepultamento¹⁴⁰.

No próximo enterro, o caixão iria fazer o trajeto pelas ruas da cidade de Parahyba, até o lugar do sepultamento, sem levantar uma só crítica, quer por parte dos irmãos da Santa Casa, quer por parte dos gestores públicos, o que talvez se explique a partir da perspectiva da medicina social, afinal, aquele era um luxo a que poucos poderiam se dar. Quanto aos pobres, sobrava a opção de conduzir seus mortos para o sepultamento em redes, que eram também enterradas, conforme sugeriu Humberto Nóbrega¹⁴¹.

Feitas estas considerações, cabe dizer que, tal como o Lazareto, a edificação do Cemitério da Capital parahybana, teria que esperar por tempos “piores”.

Outro importante melhoramento reclamado para a Capital da Parahyba como urgente tratava-se da edificação de uma “nova Casa da Cadeia e Correção”. Esta obra era, segundo o governador da Província, Dr. D’Albuquerque, um dos mais necessários empreendimentos a serem realizados naquela cidade. De acordo com o referido gestor, o edifício deveria ser distante do Centro da Cidade e mais asseado, que o existente. Afirmou Dr. D’Albuquerque: “este melhoramento devido à incapacidade das Cadeias existentes, e da falta absoluta de prizoens, reconheço de maior urgência”¹⁴².

E insistiu na importância daquele empreendimento, afirmando que a medida “era reclamada pela necessidade, por quanto existindo a Cadêa acumulada de presos, no meio da Cidade, sem asseio, não pode deixar de ser prejudicial à mesma saúde pública”¹⁴³. Conforme se observa nas representações existentes, estava a Cadeia em diametral oposição aos modelos de prisões garantidos pela Constituição do Império, que além de prever o que já foi observado no relatório do referido presidente, estabelecia em seu artigo 179, inciso XXI, a necessidade de

¹³⁹ NÓBREGA, Humberto. Op. cit. p.91.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ NÓBREGA, Humberto. Op. cit. p.90.

¹⁴² D’ALBUQUERQUE, Joaquim Ferreira Peixoto. **Falla com que o Presente da província de Parahyba do Norte instalou a 1ª sessão da Segunda legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 24 de junho de 1838.** p. 17.

¹⁴³ Ibidem, p. 18

que houvesse “diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circunstâncias, e natureza dos seus crimes”¹⁴⁴.

O Código Criminal do Império de 1830, em conformidade com a “Lei Fundamental”, estabelecia ainda, que as penas de prisão deveriam ser cumpridas “nas prisões publicas que oferece[ssem] maior comodidade e segurança”¹⁴⁵. No entanto, o que se percebe analisando-se os discursos produzidos pelos administradores é que aquelas orientações, previstas em lei, não eram atendidas, ou, não eram atendidas em conformidade com a referida lei que, inclusive, estabelecia em seu artigo 46, que a pena de prisão com trabalho deveria ser cumprida dentro do estabelecimento prisional.

A mesma lei admitia que em não havendo prisões próprias à pena de prisão com trabalho, a mesma deveria ser convertida em prisão simples. Os gestores da Parahyba estavam cientes desta possibilidade, todavia, também estavam informados sobre os melhoramentos materiais e sensíveis, que aconteciam nos países do Velho Mundo. Os Presidentes da Província, em seus relatórios e Falas pareciam, como observado anteriormente, espíritos ilustrados. Neste sentido, tratando da obra da Cadeia Nova, o Dr. João José de Moura Magalhães, falou,

Apesar dos inumeraveis panegiristas dos sistemas das prizoens com trabalho, á quem dê preferênciã ao das colônias penaes, de que a Inglaterra nos deu o primeiro exemplo, como aquelle que melhor satisfaz a Justiça, e Humanidade, os interesses da Sociedade, e do criminoso, reunindo em si a pena, e a reforma do culpado¹⁴⁶.

Apesar das leis e de ser conhecido o sistema de colônias penais em Parahyba do Norte, as aplicações penais das prisões, tanto aquelas simples como aquelas que previam prisões com trabalho implicaram na utilização dos apenados em obras públicas, tais como a limpeza de ruas em épocas de pestes, ou mesmo nas construções de alguns edifícios, executadas fora dos estabelecimentos prisionais ou das colônias, o que se deu em parte, devido à crença que havia entre as elites letradas e dirigentes da província acerca dos perigos da ociosidade¹⁴⁷. Em face disso, talvez, se tornou prática comum em Parahyba do Norte o emprego de prisioneiros nas obras públicas. Assim, em relatório de 1843, o Dr. Gomes Jardim, afirmou, durante o seu

¹⁴⁴ BRAZIL. **Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. acesso em 02.09.2013.

¹⁴⁵ BRAZIL. **Código Criminal do Império do Brazil, 1830.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

¹⁴⁶ MAGALHAENS, João José de Moura. **Falla com que o exm. presidente da provincia da Parahyba do Norte, abriu a segunda sessão da 2.a legislatura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em o dia 16 de janeiro de 1839.** Pernambuco, Tip. de M.F. de Faria, 1839, p.16.

¹⁴⁷ Ibidem.

governo, ter feito algumas obras “sem despesa alguma, com o trabalho de alguns condenados”¹⁴⁸. O direcionamento dos trabalhos dos presos nas obras de melhoramentos e embelezamentos da Capital, desde a primeira metade século XIX, não implicou na melhoria do estabelecimento prisional, que continuou a ser percebido como uma ameaça aos moradores do Centro da cidade. De acordo com o Sr. Antonio Manoel de Aragão e Mello, em seu relatório de 1845, sete anos depois das primeiras reclamações, a situação do antigo edifício de dois andares, localizado na entrada do largo do Mercado, no final da Rua das Mercês, onde se limitava com a Rua da Cadeia¹⁴⁹, continuava a preocupar médicos e gestores de Parahyba do Norte.

O autor foi tão detalhista na descrição que fez que quase sufoca o leitor com aquele ar viciado. Veja: segundo Aragão e Mello, na prisão dos homens, por falta de ventilação, o ar que entrava pelo pequeno postigo misturava-se ao “fumo do fogão” e ao mau cheiro que exalava das latrinas e do sumidouro que existia naquele lugar, tornando o ambiente infecto e incômodo para o preso. A prisão da mulher, afirmou o mesmo gestor: “é sabidamente pior”, pois além de haver os mesmos problemas existentes nas células destinadas aos homens, ficava de frente para o poente, permitindo a entrada do sol durante toda à tarde. E concluiu, afirmando que uma e outra são insalubres, “constitu[ndo-se] a sepultura fatal de entes condenados a uma morte lenta, e terrível”¹⁵⁰.

Como se vê, naquele espaço, situado no Centro da Cidade, conforme sugere os relatórios dos presidentes da Província, “se recolh[iam] promiscuamente todas as presas de qualquer qualidade, idade, estado, ou condição que seja e, por mais agravantes que sejam seus crimes, pois não h[avia] outra”¹⁵¹. É visível, no relato do Chefe de Polícia, a preocupação com o estado sanitário do edifício da cadeia. No entanto, apesar do autor do relatório expressar preocupação com a saúde dos presos, na Petição n. 3, anexa ao Relatório, deixa em relevo, quando solicita ao governo da Parahyba autorização para enviar para Fernando de Noronha todos os presos sentenciados, “cujas penas excederem de quatro anos de prisão simples”, também o interesse em livrar a Província das “despesas forçadas” que aqueles sujeitos, “sendo

¹⁴⁸ JARDIM, Ricardo José Gomes. **Discurso recitado pelo excellentissimo senhor presidente da provincia da Parahyba do Norte**, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de agosto de 1843. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843, p. 19.

¹⁴⁹ Para melhor localização ver a Planta 1, p. 80

¹⁵⁰ MELLO, Antonio Manoel de Aragão. Relatório apresentado pelo Chefe de Polícia sobre o estado das Prisões da Província da Parahyba conforme art. 151 do regulamento N. 120 de 31 de janeiro de 1952. In. CAMPOS, Frederico Carneiro de. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahiba do Norte pelo excellentissimo presidente**, em maio de 1845. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1845, pp. 42-43

¹⁵¹ Ibidem p. 43

peessoas miseráveis, pois que como taes tem de fazer não pequenas despesas o Cofre Provincial”¹⁵².

Antes de analisar os fatores que impediram a imediata materialização do referido estabelecimento, importa saber que a necessidade de segregar os prisioneiros, pelos motivos acima expostos, deixa em evidência também que a construção de uma nova cadeia, naqueles anos, esteve, pelo menos nos discursos dos administradores da cidade da Parahyba, em estreita relação com as questões de saúde, digo, foi também incorporada aos discursos que atentavam para os cuidados com os *ares, as aguas e os lugares [populosos]* em Parahyba do Norte.

Pelo exposto, e apesar de se observar que em meados dos anos 1830 já havia discursos em defesa da urbanização da Capital parahybana, os administradores da província não foram capazes de realizar ou concluir algumas das melhorias que julgavam imprescindíveis para o “progresso” e higiene da cidade, quais sejam: o Lazareto, o Cemitério Público e a Cadeia Nova. Ora, não era incomum, na Província da Parahyba, que as obras iniciadas numa determinada gestão demorassem cinco, seis, sete, dez, dezoito anos..., concluindo-se durante a gestão de outros administradores. Outras obras, por sua vez, nunca chegaram a ser terminadas e, outras ainda, eram “addiadas para melhores tempos”, usando as palavras do presidente da Parahyba, João Antonio de Vasconcelos¹⁵³.

Dito isto, considere-se que durante as décadas de 1830 e 1840, “nenhum mal epidêmico accomet[eu] a Capital [parahybana]”, e como se “somente as febres intermitentes, que apparec[iam] devido à mudança das estações”, fizessem-se sentir no meio da população¹⁵⁴, ceifando vidas, é certo! O número de mortes, todavia, não pareceu justificar tão grandes investimentos¹⁵⁵, pois naquelas décadas, “felismente [a] Província não sofreu moléstias indemicas, que tão perniciosas se tornão á prosperidade publica”, o que se deveu, conforme observou o governador da Parahyba, a providência da vacina, que de alguma maneira obstou o progresso daqueles males¹⁵⁶.

¹⁵² Ibidem, p. 53

¹⁵³ VASCONCELLOS, João Antonio de. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia**, em 1 de agosto de 1848. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1848.

¹⁵⁴ De acordo com Oscar de Castro, “as febres com esta ou aquela denominação, com frequência, rotuladas de “malignas”, encobriam as diversas formas de malária ou da febre tifoide, que de tempos imemoriais encontraram em nosso meio ótimo campo para seu desenvolvimento”. CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba – Flagrantes da sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945 p. 262.

¹⁵⁵ Para que se tenha ideia sobre o número de mortes na capital parahybana, em 1845, morreram 309 pessoas. Em 1847, a população da cidade da Parahyba era de 20.099 habitantes e o número de mortes chegou a 1163, o que pode ter sido motivado pela seca.

¹⁵⁶ D’ALBUQUERQUE, Joaquim Ferreira Peixoto. **Falla com que o Presente da província de Parahyba do Norte instalou a 1ª sessão da Segunda legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 24 de Junho de 1838**. p. 19.

Ora, “a ciência de então não dispunha de meios para diagnósticos precisos que identificassem com segurança as entidades mórbidas”¹⁵⁷. Assim, diante de tal desconhecimento, os médicos e demais curadores, de acordo com o médico Oscar de Castro, denominavam tudo o que não sabiam como “moléstias interiores”¹⁵⁸, o que fazia aumentar a ocorrência de doenças e o número de óbitos naquela Capital.

Também a seca, que se manifestou a partir de 1844, matando de fome e miséria muitos sertanejos, alterou os ânimos da cidade. Em fevereiro de 1846, como se a chuva ainda não tivesse vindo minorar o sofrimento daqueles homens e mulheres que “fugiam do sol”, em Parahyba, no dia 9 de fevereiro, “fez-se uma procissão do Senhor dos Passos para ver se do céu v[inha] auxílio contra a temível secca”¹⁵⁹.

Inútil! Somente em janeiro de 1847 começou o inverno¹⁶⁰. Durante aqueles anos de seca, certamente, o estado sanitário da Província havia se agravado muito, diante do que o Dr. Poggi foi nomeado para o cargo de Inspetor de Higiene da Província em 1848. Não imagine o leitor que com este ato, as coisas mudaram naquela paragem, absolutamente, até porque a referida Inspetoria, ao tempo do Império, “não tinh[a] sede própria, variando, de casa em casa, até os fins do século, conforme as residências dos respectivos inspetores que possuíam, apenas, um livro para anotações”¹⁶¹.

Depois, tomando-se como referência os Relatórios dos Presidentes da Província, dos anos 1848 e 1849, verificou-se que, naqueles anos, a atuação do Dr. Poggi como Inspetor limitou-se ao emprego da vacina, uma vez que este médico já acumulava os cargos de Cirurgião-Mor da Província e Comissário vacinador desde os anos 1830. Ademais, a aplicação da vacina era também uma atribuição do Inspetor, mas não apenas isto, pois inspecionar significava vigiar

¹⁵⁷ CASTRO, Oscar Oliveira. Op. cit. p. 258.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 262.

¹⁵⁹ CAMPOS, apud. PINTO, Irineu Ferreira. Op.cit. p.175.

¹⁶⁰ Sobre o perigo representado pela seca naqueles anos, faz-se necessário algumas considerações. Antes de tudo, é preciso ter ciência que não havia uma relação direta entre seca e epidemias, só mais tarde se observará o aparecimento de discursos no sentido de atribuir o aumento das epidemias à seca; segundo, não era prática comum a criação de verbas “socorros públicos” para atender as dificuldades dos retirantes. Desta forma, a migração daqueles sujeitos que fugiam do seu “torrão” não tinha como último destino a Capital da Província. Embora muitos chegassem até ela, eram como “fantasmas estropiados como que iam dançando, de tão trôpegos e trêmulos, num passo arrastado de quem leva as pernas, em vez de ser levado por elas”. ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora. 1979, p.5. Nessas condições, e sem esperanças de socorros, muitos iam ficando pelo caminho. Assim, no ano de 1846, as ruas de Campina Grande foram invadidas por aquela “gente faminta”, cujo semblante da fome e da miséria estava pintado em suas fisionomias. Ciente desta situação o presidente da Província foi ver de perto o fatídico espetáculo, ocasião em que mandou distribuir farinha entre os pobres daquela cidade, talvez no sentido de evitar que aquela multidão chegasse à cidade da Parahyba e ocupasse suas ruas, becos e ladeiras. E, como se a farinha distribuída fosse pouca para tanta fome, só Deus poderia ajudar, enviando do céu chuva para minorar o sofrimento daquela gente perseguida pelo sol.

¹⁶¹ CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p. 242.

a população e o meio ambiente de forma a combater a doença, eliminando os focos de contágio e de proliferação de miasmas. De acordo com Edna Maria Araújo, inspecionar é “o mesmo que controlar a população, que ter a cidade sob olhares vigilantes e permanentes”¹⁶², portanto, considerando a função de Inspetor de Higiene da Parahyba a partir deste viés, entende-se que a atuação, diz-se o desempenho do Dr. Poggi, neste sentido, foi praticamente nulo.

Como é de se presumir, do ponto de vista da Saúde, a Inspetoria de Higiene, naquele momento, parece não ter conseguido melhorar a organização sanitária da Cidade da Parahyba. A ação daquele órgão será mais efetiva a partir do final do século XIX. Apesar disso, não se deve atribuir o mau estado de saúde e a precária higiene da Capital somente à inação da Inspetoria de Saúde, afinal, sem secretário algum, sem laboratório, e sem o apoio da Câmara Municipal, restava aquele Inspetor, “cruzar os braços diante de qualquer calamidade pública, planteando com toda a população o indiferentismo e incúria dos governos passados” que só agiam quando o “mal era irremediável”¹⁶³.

Diante do exposto, não seria outra a descrição do estado sanitário de Parahyba do Norte em meados do século XIX:

Tomando-se em consideração as imperfeições da ciência sanitária, as habitações sem higiene, mal arejadas e escuras; as casas úmidas e sem fôro; a água cheia de impurezas, carregadas às costas de burros e retiradas de cacimbas; a existência de poços nas imediações da cidade, as fossas espalhadas por toda parte, além da falta de noções rudimentares de contágio, era natural que muitas fossem as doenças que se desenvolvessem¹⁶⁴.

Enfim, como se vê, “a cidade carecia de qualquer obra de saneamento”¹⁶⁵, o que sugere que será sobre a sigla das epidemias que terá início o processo de urbanização e higienização da Capital parahybana.

¹⁶² ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma cidade, muitas tramas: A cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880 – 1920)**. Dissertação (Mestrado) em história – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001, p. 45.

¹⁶³ CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba – Flagrantes da sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945, p. 243.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 255.

¹⁶⁵ Ibidem. p. 44.

1.3 Urbanizar e Higienizar em tempos de pestes: Em Parahyba do Norte “tudo estava para ser feito”

A história das obras públicas n'esta Província é triste; depois de muitos dispêndios de não pequenas somas não temos um único edifício, que mereça tal nome.

Antonio da Costa Pinto Silva,
Presidente da Província da Parahyba, 1856

Poder-se-ia dizer que os anos 1850 na Província da Parahyba, foram apocalípticos. Naquela década e até o princípio do decênio seguinte, a população da Capital parahybana, bem como os homens e mulheres que viviam em outras paragens da Província, foram surpreendidos com as visitas indesejáveis de algumas entidades mórbidas de “mão character”.

Em 1850, a febre-amarela que, “conquanto não apresentasse no começo hum character maligno como em outros lugares do Brasil, todavia f[ez] bastantes victimas”¹⁶⁶, o que veio acossar as autoridades locais a promoverem intervenções urbanas de caráter higiênico. Foi, todavia, a partir de 1855, quando, por ocasião da epidemia de varíola e em face da “infausta notícia da existência do Cholera-morbus, e dos destroços por ele causados na província do Pará e [...] na da Bahia”¹⁶⁷, que, na cidade da Parahyba, fundamentados nas teorias neo-hipocráticas, os gestores públicos, orientados pelos médicos que atuavam naquela paragem, realizaram as primeiras intervenções sanitárias, o que teve grande impacto no cotidiano de seus habitantes. Cumpre assinalar que, à época, a Capital parahybana era ainda “um aglomerado urbano acanhado, pequeno e pobre”¹⁶⁸.

De acordo com Maurílio Augusto de Almeida, as ruas de Parahyba do Norte, em meados do século XIX, não eram continuamente edificadas, existindo, entre uma e outra construção, espaços vazios ocupados por uma vegetação rala que ou se transformava em pasto para animais ou eram ocupadas por lixo e outros dejetos animais¹⁶⁹.

As casas residências seguiam arquitetura típica da época baixa, beiral lançando na calçada a água descida pelo telhado em dias de chuva, senão no próprio leito da rua, com o aumento dos agentes erosivos que ainda mais

¹⁶⁶ BEZERRA, José Vicente de. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da parahyba do Norte**. 2 de agosto de 1850. p. 19

¹⁶⁷ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo vice-presidente da mesma**, em 02 de outubro de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855a, p.9.

¹⁶⁸ ALMEIDA, Maurílio Augusto de. Cidade da Paraíba, 1859 – Um pequeno aglomerado urbano. In. AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro**. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989, p.96.

¹⁶⁹ Idem.

dificultavam o trânsito de quantos então procuravam abrigo junto às paredes [...] via-se o pedestre compelido a caminhar no leito da rua, quase sempre transformada em largo atoleiro¹⁷⁰.

A representação a seguir, apesar de haver entre ela e o período tratado um lapso temporal de 20 anos, aproximadamente, possibilita também uma apreensão sobre o espaço,



IMAGEM 01 – Rua Nova (1871)

Fonte – RODRIGUEZ, Walfredo. Acervo. **2 Séculos da Cidade:**
Passeio retrospectivo (1870-1930), João Pessoa-PB, S/D.

A Rua Nova¹⁷¹, depois denominada de Rua Marquês de Herval, de acordo com a descrição feita pelo agrimensor Vicente Gomes Jardim, começava “fazendo ângulo com a da Misericórdia, do lugar onde findou a da Medalha e Ladeira das Pedras e vai terminar na Rua da Matriz”¹⁷². A representação se trata do trecho que parte do cruzamento da Rua da Misericórdia (23), no sentido da Matriz (O), onde se pode observar também o Convento de São Bento (E)

¹⁷⁰ Ibidem, p.97.

¹⁷¹ Ver Planta 01, p. 80, neste mesmo Capítulo.

¹⁷² JARDIM. Vicente Gomes. Monografia da Cidade da Parahyba do Norte. Revista do Instituto Histórico e Geographico da Parahybano . Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1910. N.2. Disponível em <http://www.ihgp.net/revistas.htm>. Acesso em 12.01.2014 pp.83-84

¹⁷³, e que revela, tal como a descrição feita por Maurilio Augusto de Almeida, a falta de infraestrutura urbano-higiênica naquele espaço central. Ora, na ocasião em que foi feito o registro fotográfico, a referida Rua não era ainda calçada, também não havia serviço de esgotamento, o que acarretava em formação de alagamentos. Dado a sua localização, os inconvenientes da circulação e evacuação das águas das chuvas ou servidas, dos resíduos lançados à rua pelos moradores daquela rua e de outras próximas, talvez representasse maior problema para os moradores das ruas localizadas na parte baixa da cidade, para onde a topografia fazia direcionar aqueles resíduos. Claro, a falta de saneamento e infraestrutura básica era também um problema para os homens e mulheres que usavam de diversas maneiras aqueles espaços.

Também a imagem da Rua das Trincheiras, captada provavelmente em 1875, é reveladora do atraso em que vivia a Capital parahybana, apesar da distância temporal em relação ao contexto examinado.



IMAGEM 02 – Começo da Rua das Trincheiras (1875)

Fonte – RODRIGUEZ, Walfredo. Acervo. **2 Séculos da Cidade:** Passeio retrospectivo (1870-1930), João Pessoa-PB, S/D.

¹⁷³Ver Anexo B - Mapa Frederica Civitas (1637-1645) Georg Marggraf. Recorte destacando a Topografia da Cidade e suas edificações.

Segundo Jardim, a Rua das Trincheiras era uma continuação da Rua Direita, atual Duque de Caxias, tendo início no Campo do Comendador Felisardo. Na Planta 01 é possível observar a localização e extensão das referidas ruas, no Centro da Cidade¹⁷⁴.

Conforme se depreende da Imagem 02, nesta rua, os habitantes também viviam cercados de árvores nativas, arbustos, capim, lama, e, por certo, lixo¹⁷⁵. A circulação se tornava ainda mais difícil devido à ausência de calçadas¹⁷⁶ e de pavimentação. Enfim, como se observa nas representações anteriores, os calçamentos, existente em poucas ruas de Parahyba do Norte, estavam em péssimo estado, conforme denunciou o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello, em 1854, o que era considerado incompatível com o desejo de “aformoseamento” da cidade. Inclusive, de acordo com o referido gestor, tal estado de coisa “tão contrário a comodidade pública”, só era tolerado por motivo de não haver na Capital parahybana, tal como nas grandes cidades, grande concurso de pessoas e veículos¹⁷⁷.

Além disso, a documentação estudada sugere que a travessia por aquelas ruas podia se tornar perigosa por ocasião da passagem de pessoas suspeitas [forasteiros, ex-presidiários], mendigos, bêbados e “doidos” e/ou “doidas”, o que era consequência da falta de fiscalização e obediência das municipalidades às normatizações existentes, muitas das quais criadas por eles próprios.

Inclusive, o viajante Daniel P. Kidder, que esteve nestas paragens, entre os anos de 1836 e 1842, relatou que na cidade da Parahyba “a intriga, a discórdia e o crime” imperavam, “a vingança arrogava-se o direito de ministrar justiça e os mais nefastos crimes trepidavam sobre a lei”¹⁷⁸. O autor norte-americano, narrando o caso de um sequestro seguido de crime, ocorrido durante sua estadia na cidade, lembrou que, embora o delito tenha causado horror e consternação a toda a cidade, “nenhuma medida eficaz se tomou a fim de capturar e punir os criminosos”. Disse mais: “a princípio a polícia fez grande alarido [...] e tudo serenou com a prisão de algumas pessoas suspeitas que logo foram postas em liberdade, sem julgamento”¹⁷⁹.

¹⁷⁴ JARDIM, Vicente Gomes. **Monografia da Cidade da Parahyba do Norte**. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba. Vol.3, 1911, p.84. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em 20.01.2014.

¹⁷⁵ Em fins da década de 1830, Daniel Kiddler, viajante norte-americano, retrata como era difícil caminhar nas ruas de Parahyba.

¹⁷⁶ Em 1857, foi inaugurada a Cadeia Nova em Parahyba, como já assinalado neste estudo, o que fez abrirem-se nas imediações novas vias de acesso que mais tarde tornara-se ruas.

¹⁷⁷ MELLO, João Capistrano Bandeira de. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parabyba [sic] do Norte no acto de passar a administração da provincia ao segundo vice-presidente**, Flavio Clementino da Silva Freire, em 07 de abril de 1854. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854, p.24.

¹⁷⁸ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Províncias do Norte)** Brasília: Senado Federal, 2008, p. 150.

¹⁷⁹ KIDDER, Daniel P. *Ibidem*. p. 152.

Além dos relatos de Kidder, pôde-se observar na documentação a ocorrência de outros crimes de morte que estiveram relacionados ou atribuídos a forasteiros e sujeitos encapuzados que agiam durante a noite¹⁸⁰.

Apesar de ser o espaço da rua considerado ameaçador, para o que as representações de Kidder dão testemunho, não imagine o[a] leitor[a] que a criminalidade naquela cidade fosse tão elevada naqueles anos, pois, conforme se observa nos relatórios dos presidentes da Província da Parahyba, “A Capital gosa[va] de paz e socego”, embora estes gestores admitissem que “a repressão dos crimes contra a segurança, a propriedade e a vida do cidadão não [fosse] muito fácil de se obter”¹⁸¹. Na verdade, o que preocupava a população e os dirigentes parahybanos não era o número de delitos, mas a modalidade dos crimes e a dificuldade de identificar os criminosos e puni-los. Diante do que, diminuir a circulação de pessoas nas ruas e caminhos da cidade era um dos meios usados pelo pequeno contingente policial, constituído por pessoal incapaz e despreparado, para tentar evitar as atitudes criminosas¹⁸².

Em todo o caso, nas ruas de Parahyba também se desenrolavam outras tramas, a exemplo das festividades religiosas e cívicas, inclusive, o citado viajante também teve a oportunidade de experimentar, na mesma ocasião, a celebração da festa de Nossa Senhora das Neves, para a qual, suas impressões, talvez influenciadas pelos dogmas de suas doutrinas religiosas, o calvinismo, tenham sido “as mais penosas possíveis”.

Segundo Kidder, ao fim da novena, todo o povo acorria para o Largo que ficava em frente à Igreja Matriz¹⁸³, onde havia muitas “velas em lanternas quebradas” e grandes fogueiras, em torno das quais, “acotovelavam-se negros ansiosos por queimar baterias de foguetes”. Daquele rito, relatou: participavam padres, monges, as autoridades políticas e o povo em geral, “admirando cenas que não só tocavam às raias do ridículo, mas, ainda, eram acentuadamente imorais”, julgou o viajante¹⁸⁴.

Claro, as impressões do missionário Daniel P. Kidder não eram partilhadas pela grande maioria dos habitantes daquela cidade, pois, durante os nove dias de rezas, “em cada uma dessas noites havia um divertimento diferente, do qual se encarregava um cidadão que, naturalmente, procurava sempre exceder o outro na pompa e no brilho da festa a seu cargo”, conforme observou o missionário. Além desses momentos de lazer, os homens e mulheres da

¹⁸⁰No início do século XIX, também Koster relatou a prisão de alguns homens encapuzados que circulavam à noite na cidade da Parahyba, praticando furtos e raptando mulheres, o que deixou a população apavorada.

¹⁸¹D’ALBUQUERQUE, Joaquim Ferreira Peixoto. Op. cit. p.2.

¹⁸²De acordo com Relatório do presidente da Província da Parahyba de 1841, o número de Policiais que atuava na Capital da Parahyba correspondia a 40 homens, dos quais 23 alternavam-se no serviço de guarda.

¹⁸³Ver Ilustração 01.

¹⁸⁴KIDDER, Daniel P. op.cit. p. 148.

cidade da Parahyba também experimentavam ocasiões de fuga, divertimentos não planejados, tais como os banhos de bica e/ou de rio ocorridos, por exemplo, quando se corria àquelas fontes a fim de adquirir água para o consumo residencial¹⁸⁵.

Finalmente, no que se refere a salubridade, apesar das denúncias dos presidentes da Província sobre o mau estado urbanístico e sanitário das ruas de Parahyba, estes gestores pouco fizeram neste sentido, direcionando seus esforços para a continuação das obras da Cadeia Nova e para a realização de pequenos concertos nos edifícios públicos.

E até 1858, os arruamentos daquela capital não diferiam muito das representações anteriores, pois conforme relatou o presidente Henrique Beaurepaire Rohan, até aquele momento, as ruas de Parahyba do Norte “não esta[vam] sujeitas a plano algum, quer em relação aos alinhamentos, quer em relação ao nivelamento”¹⁸⁶, o que resultava na forma labiríntica que tinha a cidade naquele momento.

Este quadro nada salutar devia-se, em parte, a inoperância da Câmara Municipal de Parahyba, que era acusada de não exercer suas atribuições, tal como fez entender o presidente da Província, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, anos antes, em seu relatório de 2 de agosto de 1850, quando acossou as vereanças “a melhor curarem de seus deveres”. Asseverou: “a Câmara da capital lembrei alguma posturas e medidas, não só a bem do aformoseamento, asseio e aumento material da Cidade, como em benefício da moral publica, e segurança individual”¹⁸⁷.

E não parou aí as acusações do Coronel Amorim Bezerra que insistiu: “certas medidas que de necessidade convém ser tomadas para o bem da salubridade publica, com quanto semelhante objeto pertença a rigorosa, e especial obrigação às Camaras Municipaes”¹⁸⁸.

O mesmo presidente ressaltou em seu relatório que ao assumir a administração da Província da Parahyba encontrou “as ruas menos públicas e becos d[a] cidade [da Parahyba] quase obstruídos de pútrido lixo”, em face do que, temendo a proliferação de miasmas e o aparecimento de doenças, empregou os presos sentenciados no serviço de remoção daquelas imundícies. Amorim Bezerra também afirmou ter agido com vigor na ativação dos fiscais cuja

¹⁸⁵Neste estudo, faz-se uso dos conceitos de lazer e diversão do historiador cearense Antônio Clarindo Barbosa de Souza, para quem o lazer é entendido como as atividades/ práticas divisionais programadas, enquanto diversão se refere àquelas não-programadas SOUZA. Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)**. Tese (Doutorado em História do Brasil) – UFPE, Recife. 2002.

¹⁸⁶ ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858a, p. 21

¹⁸⁷ BEZERRA, José Vicente d’Amorim. **Exposição feita pelo excellentissimo presidente da provincia da Parahyba do Norte**, em 23 de janeiro de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850.

¹⁸⁸ Ibidem.

inoperância “depunh[a] contra os empregados da Camara”¹⁸⁹. Com esta acusação, por sinal, justa, se se considerar que estava em conformidade com a Lei de 1º de outubro de 1828, em vigor na época, esquivava-se da responsabilidade sobre o mau estado sanitário da Capital parahybana.

A propósito, a referida lei, em seu Título III, Posturas Policiais, Art. 66, estabelecia que as Câmaras Municipais deliberariam e proveriam as normas sobre as edificações, os alinhamentos, a limpeza, conservação e iluminação de ruas, praças e fontes, bem como acerca da ordem, decoro e ornamento das cidades. Além disso, de acordo com o parágrafo 2º da mesma lei, também cabia às Municipalidades decidir sobre a necessidade de construir cemitérios fora dos templos, e, ainda, sobre a drenagem dos pântanos e praças, assim como dispunha sobre estabelecimento e asseio de currais e matadouros públicos e “sobre os depósitos de imundices e tudo o quanto pudesse alterar e corromper a salubridade da atmosfera”¹⁹⁰.

Dito isto, cumpre observar que o Código Criminal do Império também pode justificar a delação do presidente Amorim Bezerra, pois em conformidade com o que determinava o Título V, Dos crimes contra a boa Ordem e Administração Pública, Artigo 154, ele próprio poderia ser responsabilizado pela inoperância das Vereanças por “deixar de cumprir, ou fazer cumprir exatamente qualquer lei, ou regulamento”, o que previa a pena de suspensão do emprego por um período de nove meses¹⁹¹.

De qualquer forma, apesar do que estabelece o referido Código, não se observou na documentação compulsada nenhum caso em que o governador da Província respondesse pelo crime de “descumprimento dos deveres”, o que sugere que as causas para tais acusações podem ter sido de cunho político. E, claro, é possível que o referido gestor estivesse apenas cumprindo o seu dever.

Em relatório de maio de 1854, o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, então presidente da Parahyba, fez acusações semelhantes às aquelas desferidas, quatro anos antes, pelo Dr. Amorim Bezerra contra a Câmara Municipal de Parahyba. Mello, que afirmou ser a salubridade pública digna da mais séria atenção, ressaltou em seu relatório que a responsabilidade, arrogada pela lei de 1º de Outubro de 1828 às Municipalidades, somente se revelou nas posturas criadas por seus representantes. O gestor observou também que, embora

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Parágrafos 1 e 2 da Lei de 01 de Outubro de 1828. Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição e dos Juizes de Paz. In, BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1828 Vol. 2. Publicação Original. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 02.01.2012.

¹⁹¹ BRAZIL. **Código Criminal do Império do Brasil**, 1830. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

tais posturas contivessem prescrições úteis à saúde da população, elas eram ignoradas até mesmo por seus idealizadores que justificavam sua incapacidade administrativa alegando a falta de recursos para tais empreendimentos.

Os reclames contra a inoperância das vereanças eram antigos, tanto que se encontraram relatos já nos anos 1830, denunciando a falta de eficácia daqueles gestores municipais. Assim, em 1838, o presidente Dr. Joaquim Pereira Peixoto D’Albuquerque já havia sugerido que, embora as Posturas Policiais criadas pela Municipalidade pudessem ser muito úteis à saúde pública, concluiu sua “Falla” afirmando serem “quiméricas” aquelas normatizações devido à falta de recursos econômicos para que as fossem postas em prática.

De todo modo, se a falta de operacionalidade das Câmaras Municipais era justificada pela falta de recursos, poder-se-ia dizer que um dos motivos para a deficiência desses recursos estava exatamente na falta de funcionamento daquela edilidade. Ora, de acordo com a lei de 1º de outubro de 1828, Título III, as Posturas Policiais previam multas que poderiam variar entre 30\$000 e 60\$000, conforme estabelecido no Art. 72¹⁹².

No Título V, Artigo 86, da mesma lei, na seção “Dos Empregados”, estavam previstas multas por negligência para fiscais e suplentes que poderiam variar entre 10\$000 e 30\$000 ¹⁹³.

O próprio Código Municipal de 1830, e acredita-se também em outros que foram elaborados posteriormente, previa multas específicas para cada infração¹⁹⁴. Veja-se, por exemplo, os artigos seguintes da Postura número 10 de 1930¹⁹⁵:

Art. 1.º Toda a pessoa, que das 10 horas da noite ate o toque de alvorada fizer vozeiras nas ruas desta cidade, e povoações do seu termo **será multada em mil reis.**

[...]

Art. 3.º Qualquer pessoa, que isto observar dará parte ao fiscal, o qual achando ser certo pelos ditos de três testemunhas de verem, ou ouvirem as ditas vozeiras, e obscenidades **praticará o disposto nos artigos antecedentes**¹⁹⁶.

¹⁹² Lei de 01 de Outubro de 1828, In. BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1828 Vol. 2. Publicação Original. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 02.01.2012.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Considerando a Lei de outubro de 1828 e o Regulamento de Inspeção Pública de 17 de novembro de 1829, que transferiam as responsabilidades sobre o ordenamento e higiene das cidades pelas Câmaras Municipais, entende-se que o Código de Postura de 1930 seja a primeira normativa da cidade da Parahyba.

¹⁹⁵ Também nas Posturas Municipais da Parahyba nº 13 de 1830 em seus artigos de 1 a 7 previam multas que poderiam variar entre mil reis e oito mil reis. In. MAIA, Dolarice Satyro. *A Rua na Cidade da Parahyba (Brasil) no século XIX: Espaço de controle e expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana*. 2014. Disponível em www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Doralice%20Satyro%20Maia.pdf. Acesso em 01.02.2015.

¹⁹⁶ Postura Municipal da Parahyba, nº 10 de 1930, art. 1 a 3. In. MAIA, Doralice Satyro. op. cit.

Como se depreende, da execução das normas impostas e sua devida fiscalização resultaria ou na obediência às normas por parte da população, ou na acumulação de recursos proveniente das multas, diante do que a Câmara Municipal, ao justificar sua inação por falta de recursos, depunha, ela própria, contra sua insuficiência administrativa.

De qualquer forma, naquilo que se referem às acusações desferidas pelos gestores anteriormente citados, fica manifesto que havia uma animosidade entre aqueles administradores provinciais e municipais, as razões para isto, no entanto, não puderam ser observadas na documentação compulsada. Querelas à parte, entende-se que aquele mau estado sanitário parece ter sido muito favorável a propagação de pestilências. Não obstante, mesmo em face de todo o sofrimento e dor que ocasionavam, as pestes tiveram importante papel no processo de urbanização e higienização de Parahyba do Norte, uma vez que, naquele contexto, as práticas médicas de combate às doenças visavam primordialmente à eliminação dos focos de miasmas e contágio por meio do controle dos ares, das águas e dos lugares, como já se observou.

Feitas estas considerações, observe-se o que se passou na Capital parahybana no ano de 1850, quando o então presidente, Dr. Amorim Bezerra, foi informado sobre os estragos que a febre-amarela vinha provocando em outras Províncias do Brasil.

1.3.1 A Epidemia de Febre-amarela

Ciente de que a “terrível epidemia das bichas”¹⁹⁷ poderia chegar a Parahyba a qualquer momento, o governador Dr. Amorim Bezerra consultou os médicos João José Innocêncio Poggi e, também, o Dr. Francisco Antonio Victal de Oliveira, que atuavam na cidade da Parahyba, sobre as medidas cabíveis e necessárias para obstar a entrada do mal na Província. E, tendo aparecido os primeiros casos da febre entre os tripulantes dos navios estrangeiros, o referido gestor e o então Cirurgião Mor da Província, Dr. Poggi, deram início as ações de combate ao “hospede” indesejado.

De imediato e em conformidade com as teorias médicas vigentes na Capital parahybana, o governo provincial autorizou a construção de um Lazareto, obra esta, como se viu, reclamada desde os anos 1830. O lugar para a edificação do referido nosocômio, deveria

¹⁹⁷ Nome pelo qual era conhecida popularmente a febre amarela. De acordo com Oscar de Castro, em seu livro *Medicina na Paraíba*, uma das sintomatologias da febre amarela era o doente parecer ter sido mordido de cobra, de “bicha venenosa”. CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p. 465.

ser, segundo os médicos, distante da cidade, de forma a evitar o contato entre os pestilentos e o restante da população¹⁹⁸. Seguindo esta orientação, o Lazareto, foi construído na Ilha do Tiriri, que havia sido cedida pelo “prestimoso cidadão Coronel Joaquim Gomes da Silveira”.¹⁹⁹

Concluída a obra, e logo que a mesma entrou em funcionamento, verificou-se que o número de óbitos entre os “pestilentos” havia se elevado rapidamente, o que foi logo explicado pelos médicos: “ali a mortalidade era maior sem dúvida por estar o ar ambiente impregnado de miasmas infectos”²⁰⁰. Tal constatação levou a imediata desativação do edifício, ficando a Província da Parahyba outra vez sem este importante melhoramento.

Apesar do insucesso daquele empreendimento, a desativação do Lazareto da Ilha do Tiriri, tanto quanto a sua edificação, deixa em relevo a importância que iam adquirindo os médicos na cidade da Parahyba, o que pode ser considerado como as primeiras experiências de medicalização social neste território, afinal, tais experiências revelam importantes mudanças e/ou deslocamentos nas práticas médicas, quais sejam: prevenir a sociedade parahybana do advento de doenças, não cuidar do indivíduo doente. Assim, para usar as palavras de Machado et al., naquele momento, o objeto dos médicos parahybanos começava a se “desloca[r] da doença para a saúde”²⁰¹, diante do que, fundamentados nas teorias neo-hipocráticas²⁰² e nas Topografias médicas, aqueles esculápios passaram a ter certa influência sobre a gestão do espaço, sugerindo intervenções materiais e posturas sanitárias que visavam combater as diversas entidades mórbidas que surgiam naquela cidade, muitas das vezes, como se viu, sem o apoio das Municipalidades, o que tornava difícil a execução das suas propostas.

¹⁹⁸ BEZERRA. José Vicente de. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da parahyba do Norte**. 2 de agosto de 1850b.

¹⁹⁹ Os motivos ou interesses para que o Coronel Joaquim Gomes da Silveira tenha concedido a construção de um hospital de quarentena em sua propriedade não foram explicados na documentação examinada que sugere apenas ser um ato de ajuda do referido senhor.

²⁰⁰ BEZERRA. José Vicente de. op.cit. p. 19.

²⁰¹ MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 155.

²⁰² Segundo o historiador Carlos Alberto Cunha Miranda, o pensamento médico brasileiro, até a segunda metade do oitocentos, foi influenciado especialmente pelas teorias formuladas pelo italiano Girolamo Fracastoro e aquelas propostas pelo inglês Thomas Sydenham. O primeiro defendia em sua obra *Contágio, doenças contagiosas e suas curas*, de 1560, que havia três formas de contágio, quais sejam: o contágio por contato direto; por contato indireto, por meio de substâncias e objetos contaminados e, finalmente, pelo ar contaminado. Para Fracastoro, as doenças poderiam ser transmitidas por pequenos agentes infecciosos. Thomas Sydenham, por sua vez, afirmava que as epidemias tinham suas origens nas emanções mefíticas, sendo o ar o principal responsável pelo contágio. Também de acordo com Miranda, exerceram alguma influência no Brasil as doutrinas do animismo de Georg Ernest Stahl, o solidismo de Hoffman, o brownismo (teoria das excitações nervosas e musculares), de Jonh Brown, o magnetismo animal de Mesmer, dentre outras. MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **A Arte de Curar nos tempos da Colônia: Limites e espaços da cura**. Recife, Editora da UFPE, 2011, pp. 119-123. Em Parahyba do Norte, verifica-se a influência de tais teorias em maior ou menor grau, como se observará nas páginas que seguem.

Quanto à atuação no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, os médicos estavam em situação de submissão em relação aos provedores, não lhes sendo permitido tomar nenhuma decisão em relação aos doentes ou sujeitos assistidos.

Como é de supor, a febre-amarela atingiu a população de Parahyba, em face do que foram criadas novas leis de saúde pública e implantada rigorosa fiscalização sobre os possíveis focos de miasmas e contágios. Nesse sentido, os pobres passaram a ser perseguidos pelos olhares médico-policial.

Naqueles anos, dentre as medidas para controlar o meio, o governador Amorim Bezerra, por recomendação dos médicos, exigiu que fossem vedadas as sepulturas nas igrejas, medida esta que provocou grande celeuma entre os habitantes de Parahyba. Neste sentido, visando acabar aquele costume de receberem os corpos mortos e a abertura das covas, o que era considerado uma prática incauta, talvez por acreditarem, os médicos, que dali emanava “um vapor ou uma mistura elaborada, fazendo o efeito do contágio”, provocando “grande podridão da massa sanguínea ou mostrando a sua natureza que é uma infecção que passa de uma parte a outra”,²⁰³ foi votada em 23 de março a Lei Provincial Nº. 7, que autorizava a liberação de 2:500\$000 réis para a construção de um Cemitério Público naquela cidade. Contudo, apesar dos discursos contrários à prática de enterramento nas igrejas, o referido empreendimento foi outra vez adiado, para tempo ainda piores!

Também os dobres dos sinos foram proibidos, pois aquela prática, segundo Dr. Amorim Bezerra, falando em nome do saber médico, “muito constrang[eria] hum enfermo no leito de dor”²⁰⁴. Esta cautela indica que os médicos e gestores parahybanos tinham conhecimento sobre os estudos realizados pela **Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina** acerca dos supostos malefícios provocados à saúde em decorrência dos toques dos sinos²⁰⁵. Não obstante, o relatório do governador da Parahyba referiu a existência de uma Constituição do Bispado onde estava prevista a abolição dos toques dos sinos, apesar disso,

²⁰³ Embora o Dr. Odair Franco estivesse se referindo a outra realidade e/ou contexto, suas palavras, guardados os devidos cuidados, revelam o que pode ter acontecido quando dos enterramento e aberturas das covas no interior das igrejas de Parahyba do Norte. E, ainda, que as terminologias contágio e/ou infecção não estejam explícitas nos relatos dos presidentes desta Província, seus discursos revelam a influência destas tradições médicas. FRANCO, Odair. **História da Febre amarela no Brasil**, 1969. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em 20.07.2014; ver também: BEZERRA, José Vicente de. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da parahyba do Norte**. 2 de agosto de 1850b.

²⁰⁴ Ibidem, p. 19.

²⁰⁵ Relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina de 1833, citado por GOMES, Ana Lúcia de Abreu, et al. Dossiê descritivo. O toque dos sinos em Minas Gerais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 10.12.2014. Em conformidade com os autores do referido dossiê, o toque do sino poderia provocar doenças nervosas e auditivas a depender da intensidade e repetição do toque. Imagine-se, com base nesta informação, quantas pessoas não se viram atormentadas diante do toque dos sinos anunciando a morte dos parentes e amigos em época tão catastrófica.

nada mais se encontrou, na documentação examinada, que possa melhor esclarecer sobre esta prática e os malefícios por ela provocados à saúde publica. De resto, cabe dizer que a orientação de fazer cessão dos dobres do sino na cidade da Parahyba naquela ocasião de calamidade foi também influenciada pelas teorias neo-hipocráticas, especialmente pela doutrina da excitabilidade de Brown, para quem as doenças dependiam “do excesso ou da falta de excitação do sistema nervoso e muscular”²⁰⁶. Enfim, para impedir o surgimento de doenças, os médicos locais recomendavam também que se evitassem grandes emoções²⁰⁷.

Mas as intervenções médicas não pararam aí. Afinal, naquela cidade, tudo ainda estava por ser feito!

O Matadouro público, segundo se comentava, “andava prostrando os habitantes”. Foi fechado. E como se a carne estivesse contaminada, no Varadouro, os armazéns, onde eram comercializados estes produtos, passaram a ser fiscalizados “com mais energia” pelos fiscais, pelo subdelegado de Polícia e pelo Inspetor Sanitário, Dr. Poggi. Os Armazéns, tanto quanto o Matadouro, eram, decerto, considerados perigosos focos de contágio, o que ficou ainda pior quando os vendedores daquele gênero de alimento se deram à prática, nada salutar, de comercializar carne estragada que, segundo relato do presidente da Parahyba, Dr. Amorim Bezerra, acreditava-se ser procedentes de Pernambuco. Assim, graças a uma denúncia, Dr. Poggi, no desempenho de sua função de Inspetor de Higiene, “condenou a serem lançadas ao mar mais de cinco mil arrobas de carne completamente podre”²⁰⁸.

Este acometimento revela que, se por um lado havia na capital da Parahyba pessoas que, de acordo com o presidente da província eram verdadeiros “envenenadores da humanidade” e que agiam movidos por “huma ganancia tão lucrativa quanto criminosa”, desprezando as posturas instituídas naquele contexto colocando em perigo a saúde pública, por outro lado, o Dr. Amorim Bezerra sugeriu que a participação da população, vigiando e denunciando algumas práticas nocivas à saúde, foi importante para melhorar as condições higiênicas da cidade. Claro, é possível que a denúncia tivesse motivação política. Sublinhe-se ainda que aquela prática, nada salutar, feria o que estabelecia o Art. 179 da Constituição Política do Brasil de 1824, que dispunha sobre a inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, tendo por base “a liberdade, a segurança individual, e a propriedade”. Inciso XXIV “nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria, ou commercio póde ser

²⁰⁶ MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **A Arte de Curar nos tempos da Colônia**: Limites e espaços da cura. Recife, Editora da UFPE, 2011, p. 122.

²⁰⁷ Sobre isso ver FRANCO, Odair. Op. Cit.

²⁰⁸ BEZERRA, José Vicente d'Amorim. **Exposição feita pelo excellentissimo presidente da provincia da Parahyba do Norte**, em 24 de fevereiro de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850a, pp. 19-21

proibido, uma vez que não se oponha aos costumes públicos, á segurança, e a saúde dos Cidadãos”.²⁰⁹

Diante do exposto, depreende-se que a medida desferida pelo Dr. Poggi, que arrancou grandes protestos por parte dos comerciantes, não era somente uma prática profilática, mas uma atitude prevista em lei com fins de garantir a saúde da população da Capital parahybana, afinal, “a ele competia os maiores cuidados, sendo como era o inspeco de saúde publica”²¹⁰.

Sobre isso, considere-se, ainda, que o comércio de carne “arruinada” a preços que os comerciantes julgavam pequenos, seguramente, destinava-se aos sujeitos pertencentes aos segmentos menos abastados daquela sociedade, o que pode ter concorrido para deteriorar a saúde de parcela desta população, enquanto perdurou o negócio. A referida ordem provocou grande descontentamento popular. No Cais, uma multidão de pessoas pobres tentou impedir que aquele “desperdício pudesse ocorrer”, para o que “a polícia a fim de cumprir a ordem teve muito trabalho”²¹¹. Com isso, não se entenda que a carne “podre” foi vendida e/ou consumida exclusivamente às pessoas pobres. É possível que alguns sujeitos das elites tenham se tornado consumidores daquele mau produto.

Além disso, como se os pobres estivessem mais vulneráveis à doença, o que, aliás, se explicava pelo regime alimentar e por suas condições de moradias, estas, em sua maioria, feitas de palhas, e, portanto, consideradas insalubres, foi autorizado pelo governador que nas Boticas da cidade se distribuísse medicamentos gratuitos para tais homens e mulheres. Ocorre que a “febre” também atacou os sujeitos das elites econômicas, até o próprio presidente da Província foi vítima da moléstia. Mesmo assim, era sobre a pobreza que recaíam os maiores cuidados e a vigilância dos médicos da Cidade, o que põe a descoberto a existência de uma ideia social da doença. Assim, sob a sigla da assistência aos pobres, observar-se-á o aparecimento de um discurso de solidariedade e compaixão que se baseará na perseguição e vigilância aqueles sujeitos, visando controlar sua saúde sim, mas para proteger, das doenças, os homens e mulheres pertencentes aos segmentos mais abastados da sociedade²¹².

²⁰⁹ BRAZIL. **Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. acesso em 02.09.2013.

²¹⁰ CASTRO, Oscar de. Subsídio à História da Medicina na Parahyba: Um caso esporádico. **Revista Medicina**. João Pessoa: S/Editora, ano. VI, n.1, jul. 1937, p.36.

²¹¹ BEZERRA. José Vicente de. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provinical da parahyba do Norte. 2 de agosto de 1850b.

²¹² CAPONI, Sandra. **Da compaixão à Solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio e Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

Com efeito, objetivando “asseiar a cidade e evitar as malignas influencias de tão prejudiciais miasmas principalmente em hum tempo tão pestífero”, foram realizadas as primeiras experiências de coleta de lixo em Parahyba do Norte, o que aconteceu de forma pontual, tanto no que diz respeito às ruas que deveriam ser atendidas, quanto à frequência daquele serviço. De um modo geral, as ruas da referida cidade só eram limpas em períodos festivos²¹³ e/ou quando grassava uma epidemia naquela paragem. Nestas ocasiões, é preciso que se diga, havia uma maior atenção com a limpeza e higiene das ruas Centrais onde residiam as famílias mais abastadas.

De todo modo, ou não houve tempo para que fossem realizadas as intervenções necessárias ao combate da moléstia ou, o que é mais provável, as medidas, por mais enérgicas que tenham sido as ações dos gestores, dos médicos, fiscais e da própria população, não eram as mais acertadas para enfrentar aquele velho inimigo, conhecido naquela paragem por seu “clássico vômito negro”.²¹⁴

Àquela altura, a população de Parahyba deveria estar assustada, pois reconhecia a falência das ações movidas por influência dos saberes médicos. Também esta gente deveria estar informada sobre o que acontecia em outras Províncias brasileiras, diante do que, “chei[a] de fé, transportou em procissão de penitência, [da Igreja] do Carmo para a Igreja do Colegio [Conceição], a imagem do senhor da Agonia, que ali permaneceu durante dois meses, quando o mal desapareceu”²¹⁵. Para muitos parahybanos, foi graças à benevolência Divina que ocorreu o desaparecimento da moléstia daquela Cidade.

Reestabelecida a saúde pública, os habitantes de Parahyba respiraram um ar mais saudável por algum tempo. No entanto, não demorou muito até que as posturas foram esquecidas uma-a-uma. Dessa forma, os melhoramentos materiais, “tão necessários”, foram adiados mais uma vez.

Durante os próximos quatro anos, a normalidade pareceu ter sido retomada em Parahyba. Durante aquele tempo, além de pequenos reparos, realizados em edifícios públicos,

²¹³ Quando da vinda de D. Pedro II à Parahyba, foi realizada a limpeza da cidade e o caiamento dos prédios públicos, o que dá um exemplo de que, quando por ocasião de alguma comemoração ou evento importante, aquela prática era implementada na cidade. Conforme CUNHA, Ambrósio Leitão. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província da Parahyba em 13 de abril de 1860.**

²¹⁴ A febre-amarela se manifesta em termos do que foi descrito pelo padre franciscano Diogo Lopes de Cogolludo, no século XVII. A enfermidade, segundo o espanhol, “começava com uma gravíssima e intensa dor de cabeça e de todos os ossos do corpo, tão violenta que parecia desconjuntarem-se e que uma prensa os comprimia. Pouco depois sobrevinha um calor intensíssimo, que à maioria ocasionava delírios, embora não a todos. Em seguida, alguns apresentavam-se com vômitos como de sangue podre e destes poucos ficavam vivos”. Apud. FRANCO, Odair. Op. cit.

²¹⁵ Apud AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro.** 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989, p. 92-93.

pontes e estradas, a construção da Cadeia foi a obra de que mais se ocuparam os administradores da Província²¹⁶. O empreendimento era mais uma vez reclamado por estar o edifício que servia de cadeia em “completo estado de ruína e asquerosidade [...] já porque temia uma evasão eminente de presos, e já porque me [o presidente Silva Freire] angustiavam os sofrimentos dos que a ocupam, os quaes a justiça quer punir, mas não flagelar”²¹⁷.

Pelo acanhamento do prédio, que de acordo com a descrição feita pelo Secretário do governo, o Padre Lindolfo José Corrêa das Neves, no “*Quadro Demonstrativo do Estado das Cadêas, e Casa de Prisões das Cidades e Villas da Parahyba no anno de 1851*”, tratava-se de um estabelecimento, “immund[o], pouco arejad[o], e a segurança que tem é nas sentinelas, carece de melhoramentos por ser o depósito de quase todos os presos da Província que veem cumprir sentenças”²¹⁸, não é de se estranhar, portanto, que a edificação de uma nova Cadeia fosse “uma das obras mais altamente reclamadas pelo publico”, afinal, além das ameaças à saúde, a casa da Cadeia Velha passou a representar grande e constante risco à segurança daquela população, o que é atestado pelo número de presos que foram recolhidos ali em 1851, quando alcançou o número de 228 prisioneiros. Também a descrição feita pelo viajante Daniel P. Kidder²¹⁹, quando de seu passeio à Parahyba, dá uma ideia de como eram perturbadoras aquelas presenças. Lembrou: “passando certo dia pela cadeia, pareceu-nos que estava repleta, tanto no andar superior como no térreo, e, a julgar pelo vozeio e pela hilaridade que de fora se percebia, poder-se-ia imaginar que se tratava de uma casa de diversões”²²⁰.

Este estado de coisa deve ter provocado certo falatório entre os moradores das ruas próximas, que, além de se sentirem incomodados com a vizinhança, deveriam ter algumas restrições a bem de sua segurança e da moral, o que veio somar forças para levar a cabo o referido empreendimento. De outra forma, o início da construção da Cadeia Nova teria sido adiado.

²¹⁶ Ver anexo E.

²¹⁷ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Exposição feita pelo excellentissimo 2º Vice - Presidente da provincia da Parahyba do Norte**, ato de passagem da administração ao 1º Vice-Presidente, Frederico de Almeida e Albuquerque, em 7 de Outubro de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853, p. 12.

²¹⁸ Apud. ALBUQUERQUE. Antonio Coelho de Sá e. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**, em 3 de maio de 1852.

²¹⁹ Daniel P. Kidder foi um missionário norte-americano que esteve no Brasil por duas vezes, de 1836 a 1837 e de 1840 a 1842, portanto, durante o período Regencial brasileiro. Durante sua missão evangelizadora, inclua, dentre outras práticas, a venda de exemplares da Bíblia. Foi durante estas viagens que Kidder acumulou experiências para escrever “*Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*”, que foi publicado em 1845. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/creditos.htm>>. Acesso em 20.10.2014.

²²⁰ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Províncias do Norte)** Brasília: Senado Federal, 2008, p. 152.

Decidido o Dr. Silva Freire a executar aquela obra, não deixou de seguir as orientações médicas em vigor no solo parahybano. De acordo com o aludido presidente, “o lugar escolhido para ele [o edifício da Cadeia Nova] reúne todas as condições de salubridade, tendo mais a vantagem de estar próximo ao quartel de polícia”²²¹, sendo distante do centro da Cidade²²², visto que, de acordo com os médicos desta Província, reputava inquestionável prejuízo à saúde pública,

a colocação destes edifícios nos centros das Cidades pela aglomeração das pessoas ali encerradas, donde gera-se um ar pútrido, que, damnificando á eles próprios, comunica-se ao depois á de mais população, formando d’ahi graves epidemias, o que não acontece nos lugares mais arredados, onde o ar livre, e puro banha todo o edifício desinfectando-o de alguns miasmas impregnados, que por ali existão²²³.

Note-se que, com a conclusão das obras da Cadeia, que iria se arrastar ainda por quatro anos²²⁴, era para a Cidade Baixa que os prisioneiros, com todos os infortúnios que a eles eram atribuídos, seriam transferidos. Entende-se, portanto, que esta obra veio demarcar geograficamente o início de um processo de segregação social que vai além daquele que separava homens brancos e negros. Uma nova cartografia da exclusão começava a ser desenhada na cidade de Parahyba do Norte, como poderá ser observado na Planta produzida por Alfredo de Barros e Vasconcellos em 1858.

Note, na Planta 01, a seguir, a disposição dos Edifícios que serviam para separar alguns sujeitos, considerados indesejados em Parahyba, a exemplo da Nova Cadeia Pública (C) que foi construída na Cidade Baixa, promovendo a retirada dos presos do antigo prédio localizado no Centro da Cidade, na Rua da Viração (28). Também o Cemitério Público foi edificado naquela parte da Cidade, afastando do Centro, onde estavam localizadas as sepulturas nos interiores das Igrejas, consideradas focos de doenças. Além disso, construiu-se o Hospital e Quartel da Linha de Frente (G), em lugar diferente da Cidade Alta, diante do que os policiais enfermos daquele grupamento seriam ali tratados. Também a Igreja da Mãe dos Homens (H),

²²¹ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Exposição feita pelo excellentissimo 2º Vice - Presidente da provincia da Parahyba**, em 7 de out. de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853, p. 12

²²² Ver Planta 01.

²²³ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Exposição feita pelo excellentissimo 2º Vice - Presidente da provincia da Parahyba do Norte**, ato de passagem da administração ao 1º Vice-Presidente, Frederico de Almeida e Albuquerque, em 7 de Outubro de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853, p. 16

²²⁴ De acordo com o Engenheiro Vicente Gomes Jardim, o edifício da cadeia Nova teve sua primeira pedra lançada em 31 de janeiro de 1853, durante a administração do Dr. Sá e Albuquerque, e foi concluída em 1857, quando governou a Província o Dr. Pinto e Silva. JARDIM, Vicente Gomes. *Monografia da Cidade da Parahyba do Norte*. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba**. Vol.3, 1911. Disponível em <http://www.ihgp.net/revistas.htm>. Acesso em 20.01.2014. p. 106.

que, dentre as obras citadas, teve sua construção iniciada em 1767, “provavelmente por pertencer a uma irmandade de cativos, foi edificada no arrabalde do Tambiá, afastado do núcleo principal da cidade”²²⁵, o que ratificava a segregação espacial de alguns tipos humanos em Parahyba do Norte.

²²⁵ MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba**: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. João Pessoa: IPHAN/Superintendência na Paraíba, 2010, p. 361.

Planta da Cidade da Parahyba em 1858

Relação dos edifícios públicos, com letras que os identificam na Planta

A. Alfândega	K. Igreja de N. S. do Rosário
B. Cadeia Nova	L. Igreja de São Pedro Gonçalves
C. Cadeia Velha	M. Igreja de S. Bom Jesus
D. Convento de N. S. do Carmo	N. Liceu, Igreja do Colégio e Palácio
E. Convento de São Bento	O. Matriz
F. Convento de São Francisco	P. Mercado
G. Hospital e Quartel de Linha	Q. Quartel da Polícia
H. Igreja da Mãe dos Homens	R. Tesouraria
I. Igreja da Misericórdia	S. Tesouro Provincial
J. Igreja das Mercês	

Nomes dos logradouros públicos e números que os identificam na Planta

1. Beco de João Magro	26. Rua da Raposa
2. Ladeira das Pedras	27. Rua da Tesoura
3. Ladeira de São Bento	28. Rua da Viração
4. Ladeira de São Francisco	29. Rua das Convertidas
5. Ladeira do Rosário	30. Rua das Flores
6. Largo da Mãe dos Homens	31. Rua das Mercês
7. Largo da Matriz	32. Rua das Trincheiras
8. Largo de São Francisco	33. Rua Direita
9. Largo de São José	34. Rua do Boi Choco
10. Largo do Mercado	35. Rua do Carmo
11. Largo do Palácio / Campo do Comendador Feliardo	36. Rua do Carro
12. Porto da Gameleira	37. Rua do Cemitério
13. Rua da Alegria	38. Rua do Consumo
14. Rua da Areia	39. Rua do Fogo
15. Rua da Aurora	40. Rua do Império
16. Rua da Bica	41. Rua do Melão
17. Rua da Boa Vista	42. Rua do Quartel
18. Rua da Cadeia	43. Rua do Sobradinho
19. Rua da Gameleira	44. Rua do Tambiá
20. Rua da Lagoa	45. Rua do Varadouro
21. Rua da Macaíba	46. Rua do Zumbi
22. Rua da Medalha	47. Rua Nova
23. Rua da Misericórdia	48. Travessa da Misericórdia
24. Rua da Palha	49. Travessa do Rosário
25. Rua da Ponte	50. Travessa do Tanque



PLANTA 1 – Planta da cidade da Parahyba em 1858 – Alberto de Barros e Vasconcelos

Versão modificada por Alberto Sousa e Wyltna Vidal.

Fonte – SOUSA, Alberto; VIDAL, Wyltna. Sete plantas da capital paraibana, 1858-1940) João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

Em que pese, além das obras da Cadeia, no ano de 1853, foi principiada a construção de um Theatro Público em Parahyba²²⁶, obra logo abandonada pela “defficiencia de meios” e porque “outros melhoramentos com justiça reclam[avam] a preferência²²⁷, tais como os concertos de pontes, estradas e igrejas, digo, matrizes²²⁸. Aliás, a exposição feita em outubro de 1853 pelos administradores, Dr. Flávio Clementino da Silva Freire e do Comendador Frederico de Almeida e Albuquerque, quando já havia sido iniciada a obra do Theatro, revela nítido descontentamento destes gestores para com o empreendimento. Protestaram os relatores:

Bem a meu pezar não posso estar de acordo n'este ponto [sobre o theatro] com os meus ilustres antecessores. Não desconhecendo as vantagens que, em geral, resultão dos theatros, todavia atendendo á exiguidade das finanças Provinciaes, e a necessidade indeclinável de certas obras públicas, é minha opinião que actualmente se não devia ter principiado a construção d'essa obra.²²⁹

Na ocasião em que os aludidos administradores fizeram esta exposição, já havia sido dispendido na construção do Theatro 12:000\$000rs. O edificio nunca chegou a ser concluído, o que revela, dentre outras coisas, a falta de planejamento orçamentário e o consequente desperdício do erário público, prática, aliás, que se repetia na Província Parahyba com certa frequência²³⁰.

Dito isto, cumpre observar que, passados aproximadamente cinco anos desde a grande epidemia de febre-amarela, poucas foram as mudanças de caráter higiênico observadas na Cidade de Parahyba. E como se “nenhum mal epidêmico t[ivesse] accomettido a[quela] capital”, conforme relatou o governador João Capistrano Bandeira de Mello, em 1854, o quadro nosológico da cidade não recebeu maior atenção dos seus gestores e tampouco do corpo médico existente ali.

²²⁶ A edificação de um Theatro Público na Parahyba foi autorizada pela Lei Provincial no. 21 de 8 de julho de 1852. ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**, em 3 de maio de 1852.

²²⁷ MELLO, João Capistrano Bandeira de. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da província**, em 13 de dezembro de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853, p. 5.

²²⁸ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da província**, em 05 de ago. de 1853. p. 9; ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parabyba [sic] do Norte no acto de passar a administração da provincia ao segundo vice-presidente**, em 29 de abril de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ Idem. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**, em 3 de maio de 1852. p. 15.

Ocorre que a situação da cidade não era tão satisfatória como desejava o Dr. Mello, pois eram muitas as doenças de bom ou mau caráter que costumavam aparecer naquela paragem. Neste sentido, dentre as doenças mais recorrentes estavam as bexigas, o impaludismo, o tifo, a tuberculose, o sarampo e a sífilis. Estas eram mais facilmente identificadas por nossos esculápios. Havia, contudo, “alguns sinais, sintomas e estados mórbidos mal definidos cujos diagnósticos [...] se mostravam com roupagem extravagante”, a exemplo das “feridas na garganta”, o estupor, a quebraçura, o espasmo, a tísica, os vermes, a morfeia, a inflamação, o cancro, a barriga d’água, a inchação, a hidropisia, além das “febres malignas” que “encobriam as diversas formas da malária ou da febre amarela”, conforme sugere Castro²³¹.

As coisas, entretanto, tendiam a mudar, sendo a “infausta notícia da existência do Cholera-morbus²³² e dos destroços por ele causado na província do Pará e [...] na da Bahia” que precipitaria os melhoramentos há muito adiados. Sublinhe-se: não eram tempos felizes aqueles!

1.3.2 O Cholera-morbus chega com seu “cortejo de lágrimas e dores”

*Senhor! Pelos vossos passos
Para salvar a humanidade
Da cruel peste livrai
O povo desta cidade.*

*Este cholera terrível
Que não cede á medicina
É do crime o castigo
E da justiça divina...*

Irineu Pinto,
Cholera-morbus na Parahyba, 1910.

Quando da notícia da existência do cólera, em 1855, os parahybanos lutavam contra um antigo inimigo, a varíola, que lavrava com intensidade na Capital da Província, “f[azendo] não pequeno número de victimas”²³³.

²³¹ CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945.

²³² O cólera-morbo é causado pela bactéria *Vibrio Cholerae*. A sua transmissão faz-se por meio de águas ou alimentos contaminados. A prevenção resume-se à adoção de medidas de saneamento básico. Quanto a ocorrência da doença nas terras parahybanas, deve-se observar, antes de tudo, que não havia esta compreensão naquele contexto, apesar dos estudos.

²³³ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parahyba [sic] do Norte no acto de passar a administração da provincia ao presidente**, Antonio da Costa Pinto Silva Paes, em 26 de novembro de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855, p.8.

Não tendo o Presidente da Província conhecimentos científicos sobre o assunto, de imediato, convocou uma conferência médica para que fossem tomadas todas as precauções necessárias para obstar a entrada daquela moléstia no solo parahybano e de conformidade com os preceitos da ciência médica em vigor naquela paragem. Confiante, o Dr. Silva Freire, vice-presidente da Parahyba, iniciou um grande plano de combate ao terrível inimigo, como ele mesmo afirmou em seu relatório de outubro de 1855:

Todas as medidas que é possível a Presidência tomar tem sido para mim adoptadas e empregadas, a fim não só de evitar a introdução da epidemia na província, como de minorar e reduzir os seus efeitos caso (de que DEOS nos livre) venhamos a ser por ella perseguidos e sacrificados²³⁴

Como se vê, a medicina que era novamente chamada a auxiliar os gestores na ordenação do espaço urbano revestia-se mais uma vez de um caráter policial, instituindo posturas, inspecionando, diligenciando intervenções materiais, enfim, os médicos, considerados pelas elites políticas e econômicas da cidade da Parahyba como os senhores do saber sobre a doença, eram autorizados a exercerem o poder sobre aquela cidade e sua gente, o que não aconteceu sem resistências.

Aliás, é importante que se diga que, meses antes da chegada daquele “hospede indesejado”, além do Dr. Poggi, continuavam a exercer as “artes de curar” nestas paragens, curandeiros, benzedeiras, práticos, farmacêuticos e homeopatas, estes últimos, considerados verdadeiros auxiliares da medicina, sendo muito respeitados não só na cidade da Parahyba, mas em toda a Província.

Segundo o médico Oscar de Castro, entre os melhores e mais ilustres práticos da homeopatia em Parahyba, figurou o Dr. Feliciano Hardman, que “no tempo da epidemia do cólera-morbus, quando teve a sua fase culminante, a terapêutica homeopática” muito ajudou a salvar “preciosas” vidas²³⁵.

Inclusive, acredita-se que, tal como aconteceu em outras paragens, coube aos “terapeutas populares”²³⁶, por muito tempo, a missão de acalmar, ou tentar curar, os homens e mulheres nomeados como loucos e/ou loucas, com suas receitas secretas e ritos, o que se devia

²³⁴ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. Op. cit. p.9.

²³⁵ CASTRO, Oscar Oliveira. Op cit., p. 296

²³⁶ Chamamos de “terapeutas populares” os homens e mulheres que exerciam as “artes e ofícios de curar” no Brasil sem o auxílio da ciência médica, conforme Tânia Salgado Pimenta. Nesta categoria, estão os sangradores, curandeiros, rezadeiras, parteiras, barbeiros, feiticeiros, homeopatas, dentre outros. PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na Primeira metade do século XIX. In. CHALHOUB, Sidney et al. (Org). Op. cit.; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Op.cit.

a crença de que muitos homens e mulheres loucos e/ou loucas estavam possuídos por espíritos malignos.

Também os religiosos prestaram bons serviços à medicina, pois além de “acudir aos pobres e ricos que para eles apelavam aflitos”, com suas rezas e intersecções aos santos, também socorriam os enfermos, “porém se portavam dentro da melhor linha de conduta, utilizando apenas a homeopatia, aconselhando com prudência e mandando que os clientes procurassem os médicos”²³⁷

Em 1856 chegaram à Parahyba do Norte os médicos Henrique Krause e o Dr. Antonio da Cruz Cordeiro. Tão logo foram registrados os primeiros casos da doença em solo parahybano, em resposta às solicitações do presidente desta Província, chegaram da Bahia para clinicar na Parahyba “um farmacêutico, dois médicos e quatro acadêmicos”. Tratavam-se dos Drs. Luiz Ignácio Leopoldo d’Albuquerque, Estevão Cavalcante de Albuquerque e Eloy José Jorge, que se instalaram na Capital. Outros, os Acadêmicos Abdon Felinto Milanez, Francisco Antonio Fernandes, Jesuíno Augusto dos Santos Mello e Pereira de Sousa, foram enviados para o interior da Província, todos julgando-se preparados para enfrentar o “trágico cavaleiro do Apocalipse”.

Como se vê, apesar deste auxílio, continuou a ser muito reduzido o número daqueles que exerciam legalmente a medicina nestas terras, diante do que, não era incomum que a população, quando atacada por alguma enfermidade, recorresse a xaropes, rezas fortes, feitiçarias, dentre outros métodos considerados como não oficiais pela medicina científica. Mas a falta de médicos era somente uma entre as muitas dificuldades enfrentadas pelos gestores parahybanos para combater o Cholera-morbus, conforme explicou o Dr. Silva Freire em seu relatório,

A novidade da moléstia, cuja origem não está ainda bem averiguada, sua força destructiva difficil de superar-se, os horríveis padecimentos dos que são d’ella accommetidos, o numero tao reduzido de facultativos insufficientes mesmo em tempos ordinários, a falta de hospitais onde possão ser tractadas as pessoas pobres e desvalidas entre as quaes são maiores os estragos: todas estas considerações afflictivas tem convertido aquelle receio em quase terror²³⁸

Em 1849, o cientista europeu, o inglês John Snow, divulgaria seu estudo “*On the mode of communication of Cholera*”, demonstrando que a comunicação do cólera dava-se por

²³⁷ CASTRO, Oscar Oliveira. Op.cit. p. 284.

²³⁸ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba pelo vice-presidente**, em 02 de out. de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855a, p. 9.

meio da ingestão accidental da água e de alimentos contaminados por partículas excretas coléricas, contrariando o teoria miasmática ainda vigente, naquele contexto. Snow sugeria que um organismo vivo era o causador da doença, afirmava que não havia nada que favorecesse tanto a propagação do cólera como a falta de higiene pessoal²³⁹, o que foi amplamente combatido pelos defensores da teoria do ar contaminado.

Além de afirmar que o cólera era mais frequente entre os pobres, que Snow nomeia como classe trabalhadora, o que se devia à falta de asseio dos seus corpos e à falta de higiene de suas habitações, o cientista afirmou ainda que a situação tornava-se mais grave devido à falta de iluminação que, segundo o referido cientista, representava um grande obstáculo para a limpeza, uma vez que impede que a sujeira pudesse ser vista, o que contribuiria para a contaminação dos alimentos a partir das evacuações do cólera²⁴⁰.

De acordo com o raciocínio do cientista inglês, os riscos de contrair o cólera pelo contato com o doente diminuiriam significativamente se o ambiente fosse salubre. Neste sentido, recomendava, como meio de prevenção e controle da doença, a higienização das cidades e uma educação sanitária, cuja vigilância, por certo, incidia com maior rigor sobre as habitações e hábitos dos pobres, como se viu.

Hoje, sabe-se que o “Cólera é uma doença infectocontagiosa aguda do intestino delgado” e que sua “transmissão é fecal-oral e se dá através da água e de alimentos contaminados pelas fezes ou pela manipulação de alimentos por pessoas infectadas”.²⁴¹ De acordo com o Dr. Dráuzio Varela, epidemias de cólera são comuns em lugares onde as condições de higiene e de saneamento básico são precárias ou inexistentes, o que explica os motivos para que aquela doença, que se abatia como maior frequência entre as populações pobres, tenha atingido também as elites parahybanas, afinal, uns e outros eram vítimas da falta de saneamento básico²⁴².

Frente ao exposto, entende-se que, em meados do século XIX, os médicos que atuavam na Parahyba, segundo sugere a documentação examinada, não estavam informados sobre os estudos do inglês John Snow. Ali, o acometimento do cólera esteve relacionado às teorias dos miasmas e do contágio. Aliás, poder-se-ia dizer que, naquela paragem, a doença foi explicada por meio de uma combinação de diferentes elementos, tais como: o ar, as águas, o

²³⁹ SNOW, John. **On the Mode of Communication of Cholera**. Disponível em: <<http://ph.ucla.edu>>. Acesso em 20.10.2014.

²⁴⁰ Segundo Snow, “a falta de luz nas moradias dos pobres [era] um dos principais fatores para o aumento do número de casos de cólera” (Tradução da autora). Ibidem.

²⁴¹ Conf. VARELLA, Drauzio. **Doenças infecciosas: Coléra**. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br>>. Acesso em 26.12.2014.

²⁴² Ibidem.

clima, a alimentação, as paixões, os lugares [populosos], as questões socioeconômicas, dentre outros. Entre os médicos parahybanos,

era coisa assentada que em toda a infecção ‘havia sempre uma qualidade maligna oculta ou fermento maligno e venenoso, gerado dentro do corpo da comunidade de fora, o qual fermento se compunha de sais alcalinos, lixiviosos, tão acres e tão volatizados, que, introduzindo-se no corpo destruíam o ácido natural do sangue e da lymphá, corrompendo os humores²⁴³

Como se vê, a epidemiologia do Cólera era desconhecida para aqueles esculápios. Tal como afirmou o médico Oscar de Castro, “a ciência de então não dispunha de meios para diagnósticos precisos, que identificassem com segurança as entidades mórbidas.²⁴⁴

Assim, diante do desconhecimento sobre o inimigo, fazia-se necessário eliminar, o mais possível, aqueles que eram considerados os focos de miasmas e de contágios existentes naquela cidade, para o que foram aprovadas e postas em execução novas posturas e realizadas intervenções urbanísticas de caráter higiênico²⁴⁵.

Em que pese às considerações formuladas anteriormente, em meados do oitocentos, na cidade topograficamente situada neste estudo, já se percebia clara divisão social, geograficamente localizada. Assim, se os discursos ditos civilizados defendiam a retirada dos focos de contaminação do Centro de Parahyba, a mesma preocupação não havia quanto a deslocá-los para a parte baixa da cidade.

Naquele momento, a cidade continuava se ressentindo da falta de um regular serviço de limpeza das ruas e fontes, o que levou o governador Silva Freire, a chamar a atenção para a situação das ruas Centrais onde o lixo se acumulava junto a fezes e urinas de animais, “e que eram outros tantos focos de infecção donde se exalavam vapores mefíticos que corrompiam o ar e o dispunha a propagar todas as epidemias”²⁴⁶ Visando a acabar com aquela prática considerada prejudicial, uma medida provisória autorizou o asseio daquelas ruas. Também foram concertados e limpos os edifícios públicos e as fontes do Gravatá e do Tambiá, onde algumas vezes homens e mulheres, em desobediência as Posturas e à moral religiosa, foram flagrados banhando-se em “promiscuidade dos corpos”.²⁴⁷

²⁴³ CASTRO, Oscar de. Subsídio à História da Medicina na Parahyba: Um caso esporádico. **Revista Medicina**. João Pessoa: S/Editora, ano. VI, n.1, jul. 1937, p. 36.

²⁴⁴ Idem. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p. 258.

²⁴⁵ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo vice-presidente da mesma**, em 02 de outubro de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855a.

²⁴⁶ Ibidem. p. 10.

²⁴⁷ PINTO, Irineu Ferreira. Op.cit.

O Matadouro Público, condenado em 1850 pelo Dr. Poggi e que foi reaberto meses depois, continuava a ser considerado um ambiente insalubre e, aparentemente, nenhuma medida higiênica havia sido implementada no edifício que era administrado pela Santa Casa de Misericórdia, naquele interstício, o que pode ser verificado na citação a seguir:

No lugar em que estava era sumamente inconveniente e prejudicial tanto pela falta d'agoa tao necessário em estabelecimento desta natureza, como pela sua posição colocado em uma das ruas da Cidade e quase a barlavento d'ella, para onde, por conseguinte eram muitas vezes trazidos os miasmas que d'elle emanavão, e que tão nocivos erão à saúde publica.²⁴⁸

Por importar perigo à saúde da população e em face da ameaça representada pelo cólera, o estabelecimento foi fechado e um novo edifício começou a ser construído em lugar afastado do Centro de Parahyba, o que deve ter desagradado profundamente os administradores da Santa Casa, visto que, desta vez, a instituição, apesar dos muitos apelos dos seus administradores, “fic[ou] privad[a] d'essa parte dos seus rendimentos”, isto porque o novo Matadouro, construído com verbas públicas, foi entregue à administração da Câmara Municipal.

Bem se vê que, naquele momento, diante da iminente ameaça representada pelo cólera-morbo, Dr. Silva Freire e os médicos que orientaram a campanha sanitária estavam vigilantes à saúde da população e atentos a tudo o que pudesse corromper o ar, as águas e os lugares. A propósito, também o Hospital da Caridade, localizado no Centro da cidade, cuja edificação data do século XVIII, foi apontado por aqueles senhores como ameaça à saúde pública. De acordo com o Dr. Silva Freire, o referido nosocômio,

único asylo que existe na Província para os enfermos desvalidos que n'elle encontrão sempre algum lenitivo e remédio aos seus sofrimentos, está bem longe de preencher completamente o fim de tão santa como útil instituição [...] a pequenez e máo estado da caza lhe não consente acolher maior numero de pobres que necessitados procurão esse triste abrigo de caridade publica.²⁴⁹

O estado de atraso do referido estabelecimento era denunciado de longa data, como incompatível com a população e com a capacidade da Província²⁵⁰. Apesar disso, as delações não foram suficientes para justificar que o governo provincial despendesse grandes somas para

²⁴⁸ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. Op. cit. p.22.

²⁴⁹ Ibidem. p. 17.

²⁵⁰ Sobre o mau estado do hospital da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba ver D'ALBUQUERQUE. **Falla do Presidente da Província da Parahyba**, em 24 de junho de 1838.

a construção de um novo edifício ou para promover ali as reformas necessárias, de forma que o hospital se prestasse a promover o adequado atendimento dos doentes desvalidos. E enquanto o governo não se propôs a realizar o empreendimento, o estado do Hospital da Caridade foi tornando-se cada vez pior, conforme pode ser observado nos relatórios dos presidentes da Parahyba.

Aquela situação nada lisonjeira, era sempre apontada pelo governo da Província, como resultado do desleixo dos seus administradores que, não raras vezes foram acusados de improbidade administrativa, depois, com o passar do tempo, em 1852, foi reformado o Regulamento daquele nosocômio e o governador tornou-se protetor da instituição. Apesar disso, a obra de um novo hospital não esteve entre as preocupações dos presidentes parahybanos, que estiveram envolvidos em outros empreendimentos considerados de maior importância, segundo se observou na documentação estudada.

Assim, em 1855, em face da necessidade de atender as vítimas do cólera-morbo, foram realizados alguns reparos no edifício, que não ultrapassaram a quantia de 2:800\$ reis, segundo declarou o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, que observou: “limitei-me por tanto a mandar afazer os reparos indispensáveis para que não viesse a ficar inutilizado, e podesse funcionar regularmente”.²⁵¹

Além disso, naquele mesmo ano, por ocasião da epidemia, foram criadas enfermarias provisórias. Medida que, para adiar a construção de um novo hospital, tornou-se corrente em tempos de crise, como poderá ser observado no Capítulo III.

Também foram distribuídos “impressos” contendo “precauções higiênicas e medidas preventivas que dev[iam ser] toma[das] durante a epidemia”²⁵², o que tinha como alvo as populações pobres da Capital parahybana e do interior da Província. Inclusive, quando da visita do segundo cólera, em 1862, “a população estava mais cautelosa e se defendia melhor. Muitos ainda possuíam, em casa, as instruções impressas confeccionadas pelos profissionais dr. Antonio da Cruz Cordeiro [...] e João José Innocencio Poggi”²⁵³. A campanha vacínica [contra a varíola] foi impulsionada entre os sujeitos destas camadas de pauperadas.

Como se reputa, aquelas ações de combate/prevenção à doença eram direcionadas, especialmente, aos pobres da Província, para o que o Presidente Pinto Silva “nome[ou] pessoas que diariamente visitassem as casas dos pobres, que velassem sobre suas necessidades e lhes

²⁵¹ FREIRE, Flávio Clementino da Silva. Op. cit. p. 18.

²⁵² CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, pp. 50-51.

²⁵³ Idem. Subsídio à História da Medicina na Parahyba: Um caso esporádico. **Revista Medicina**. João Pessoa: S/Editora, ano. VI, n.1, jul. 1937, p.36).

procurassem remédio”²⁵⁴. Inclusive, numa descrição que fez o médico Oscar de Castro a respeito de um caso de suspeita de cólera em 1867, cinco anos após a epidemia do Segundo Colera, fica em evidência esta relação com a pobreza.

Assim foi que, depois de uma inspeção realizada no vapor Tocantins, suspeito de ter a bordo um doente de cólera, Dr. Poggi, que voltava para sua residência, situada na Rua das Convertidas, no Varadouro, foi avisado de um possível caso de cólera, “em pleno coração da cidade”, nas proximidades do convento dos Jesuítas.

O suspeito era o mulato Ignacio Ferreira, um homem que contava com a idade de aproximadamente 50 anos e de compleição forte, “apesar da pobreza que lhe não permitia uma vida descansada”. Diante da ameaça de uma nova epidemia do cólera, correram os três médicos da Capital, Dr. Cruz Cordeiro, Abdon Milanez e o Dr. Poggi, à casa do enfermo, para fazer as devidas averiguações.

O ambiente era semi-escuro, sem ar, deixando perceber um cheiro pouco agradável, tal a ausência de cuidados, o desprezo em que se achava o doente [...] após uma hora de exame constataram, com tristeza, os três médicos a dura realidade: tratava-se de um caso de cholera.²⁵⁵ grifos da autora.

Depois desta feita, restava a orientação terapêutica: “nada de líquidos, proibição formal da agua e uma poção cordial”.²⁵⁶

Diagnósticos e terapêuticas à parte, o que se pretendeu com a exposição do caso do mulato Ignacio Ferreira que, a propósito, não morreu daquele mau, foi destacar a questão social da doença em Parahyba do Norte. Apesar dessa compreensão, não faltariam exemplos de pessoas pertencentes aos segmentos economicamente favorecidos, que foram acometidas pela doença. Ora, o próprio Dr. Abdon Milanez e o frei Carmelita Erico de Sant’ Anna Rique lutaram contra o mal durante a primeira ocorrência.

De qualquer forma, era comum quando se detectava a presença de um “temível hóspede”, que os médicos, os representantes da Câmara Municipal, os gestores Provinciais e a população em geral entrassem todos em estado de alerta.

Nestas considerações, entende-se que o cotidiano dos habitantes de Parahyba do Norte ia sendo impactado pela doença, diz-se, doença de caráter epidêmico, que não só

²⁵⁴ SILVA, Antonio da Costa Pinto. **Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia**, em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1856, p. 27

²⁵⁵ CASTRO, Oscar de. Subsídio à História da Medicina na Parahyba: Um caso esporádico. **Revista Medicina**. João Pessoa: S/Editora, ano. VI, n.1, jul. 1937, p.38.

²⁵⁶ Ibidem p.38.

contribuía para que fossem fixadas novas posturas, como fazia executarem-se aquelas já instituídas em outras ocasiões. Também surgiam, nestas circunstâncias, discursos acerca da doença, das formas de contágio, das medidas de profilaxias, sobre os sintomas, sobre a morte, etc., e, então, os medos de cada um e de todos provocavam um “rebuliço” na vida daqueles habitantes. Enfim, a doença não agia só no interior, isto é, no corpo, sua ação talvez fosse mais intensa no exterior, pois ali os homens e mulheres a [re]construíam a partir das suas subjetividades, das suas experiências sensíveis, cada um ou uma portando uma verdade particular acerca daquela doença, que, pouco-a-pouco, ia adquirindo outras verdades a partir das experiências e representações de outros sujeitos. Nas calçadas, em casa, na igreja, ou na rua, muitos foram os discursos que surgiram em torno daquela doença devastadora e das mortes que vinha provando, o que, por sua vez, gerava novas práticas sociais. Neste sentido, poder-se-ia inferir que a doença reinventa não só os espaços, mas também as formas de praticá-los e as sociabilidades dos seus habitantes.

Também as intervenções médicas agiam sobre o imaginário da doença, pois estes esculápios eram também responsáveis pelos discursos acerca das doenças. Inclusive, o conceito de doença do escritor Jean-Charles Sournia, é bem sugestivo:

as doenças tem apenas a história que lhes é atribuída pelo homem. (...) entidade abstrata ao qual o homem dá um nome. (...) A partir das indisposições sentidas por uma pessoa, os médicos criam uma noção intelectual que agrupa os sintomas de que sofre o ‘doente’, os sinais que um observador pode constatar, as lesões anatômicas, por vezes, uma causa ou um grande causal, e a este conjunto aplicamos uma etiqueta chamada diagnóstico, do qual decorre um tratamento destinado a agir sobre os sintomas e, se possível, sobre a causa)²⁵⁷.

Depreende-se daí que as representações que surge em torno daquela doença e do adoecer eram, antes de tudo, um produto do saber médico. Porém, não se encerrava nele, conforme se observou, afinal, o senso comum ia fazendo seus acréscimos e decréscimos às teses dos “doutores”, tudo a fim de se evitar o contágio.

Assim, quando do Primeiro Cólera, conforme se depreende da documentação, foi instituída uma polícia sanitária constituída por médicos e fiscais que se encarregaram de garantir que as posturas fossem observadas pela população²⁵⁸. A cidade, como se viu, estava

²⁵⁷ Apud. VALE, Vanda Arante. As doenças nos escritos de Pedro Nava. In. NASCIMENTO. Dilene Raimundo. et al. (Orgs.) **Uma História Brasileira das Doenças**. Rio de Janeiro, MAUAD X, 2006, p. 92.

²⁵⁸ De acordo com Carlos Alberto Cunha de Miranda, em seu artigo “Da Polícia médica à cidade Higiênica”, o termo polícia médica foi utilizado pela primeira vez em 1764, pelo alemão Wolfong Thomas Rau, em trabalho intitulado “Reflexões sobre a utilidade e a necessidade de um regulamento de polícia médica para o Estado”.

em alerta e essa mobilização incomum, sem dúvida, corroborou para que a população da Capital acreditasse que o Cólera-morbo não iria fazer muitos estragos nesta terra.²⁵⁹

Esta confiança talvez tenha sido alimentada pelos médicos, uma vez que o Dr. Cordeiro chegou a afirmar em seu manual de 1862, que “quando os socorros da medicina são empregados a tempo e convenientemente, muitas vezes se cura[va] este mal”.²⁶⁰

Ele tentava tranquilizar a população, insistindo na ideia de que os espíritos agitados não poderiam evitar a propagação da doença, assegurava: “a coragem e tranquilidade de espírito, a par dos meios profiláticos já indicados, é o mais poderoso auxiliar para resistir á influência da epidemia que se anuncia”.²⁶¹ No entanto, apesar de todas as medidas profiláticas ou preservativas que “deve[ria] usar uma população inteira”, a doença “invadiu” de forma devastadora a Província da Parahyba.

Em março de 1855, toda a confiança havia se esvaído, o desânimo tomava conta de todos os setores da população, pois os casos eram quase sempre fatais, o que, de acordo com o presidente Pinto Silva, e, decerto, também conforme os médicos que atuavam nesta Província, devia-se à “miséria da população”²⁶².

Mais tarde, dando conta do mal e dos estragos provocados pela “invasão do cholera morbus”, o mesmo presidente observou: “apezar das quarentenas e de todas as medidas preventivas e vexatórias, que a sciencia [médica] julgou dever tomar para obstar a sua entrada visitou-nos [o cólera-morbo] e por maneira bem cruel e devastadora”²⁶³.

Segundo Miranda, o programa proposto por Rau versava, dentre outros pontos, sobre a necessidade de “registrar os diferentes fenômenos epidêmicos ou endêmicos, obtendo os dados através da observação da morbidade, pela contabilidade solicitada aos hospitais e aos médicos que exerciam a medicina nas diferentes regiões da Alemanha; [...] criação de um departamento especializado para coletar informações transmitidas pelos médicos, e para controlar a atividade dos profissionais da saúde junto à população; e, finalmente, a criação de um corpo de funcionários médicos competentes, nomeados pelo governo, para interferir diretamente na implementação dessa política estatal alemã”. Apesar da importância que teve os estudos de Rau para o aparecimento da polícia médica no contexto do século XVIII, foi somente no século XIX, com a obra de Johann Peter Frank “System einer vollstândigem medicinischen Polizen”, que o conceito de polícia médica atingiu o ápice, afirma Miranda. Pelo modelo de Frank, o médico passava a intervir em todas as instâncias da vida da vida social. Também sugere a necessidade de intervir no espaço citadino, propondo melhorias para corrigir os erros das edificações públicas e particulares, bem como a adequada higienização de tais espaços. Para saber mais consultar o artigo que está disponível em <http://www.ufpe.br>. Acesso em 01.12.2014. Também se sugere a leitura de Roberto Machado et al. **Danação da Norma**, especificamente a parte intitulada *Sob a mira da polícia médica*. pp. 159-180).

²⁵⁹ SILVA, Antonio da Costa Pinto. **Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da pelo presidente da provincia**, em 5 de ago. de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1856, p. 19

²⁶⁰ apud. CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p. 55.

²⁶¹ Ibidem, p. 55.

²⁶² Apud ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980. p.440.

²⁶³ Somente na capital calcula-se que faleceram vítimas da epidemia do Cólera morbo 1548 pessoa. SILVA, Antonio da Costa Pinto. **Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia**, em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1856, pp. 20-27.

Reconheceu: “A província não estava preparada para receber tão terrível hospede”²⁶⁴

O presidente concluiu seu relatório dizendo: “consolo-me do meu erro, porque outros com mais conhecimento de causa também erraram”²⁶⁵. Ele se referia, novamente, aos médicos que o aconselharam.

Ora, como se vê, as causas e meios de prevenção do cólera morbu eram, de fato, desconhecidas pelos médicos que atuaram nesta província da Parahyba, no entanto, não se pode negar que a reunião e o concurso das medidas e melhoramentos implementados, tenha contribuído positivamente para que o número de vítimas não tenha sido superior. Prova disso é que, mantendo-se algumas práticas experienciadas em 1856, introduzindo novas reformas materiais e higiênicas na cidade, quando em 1862, durante a visita do 2º Cólera, “o mal não teve a anterior extensão e apresentou-se com uma benignidade que cedeu à experiência dos meios de combate”. Na Capital parahybana, morreram apenas 19 pessoas. Apesar disso, considerando o que observou o Dr. Antonio da Cruz Cordeiro em suas “Instruções Sanitárias Populares”, “o modo particular porque se desenvolve o cholera, a causa essencial de sua extensão, e suas circunstâncias assaz variadas nos [eram] inteiramente desconhecidas”.²⁶⁶

Dado o desconhecimento da doença e pelo que se pode extrair do manual, todas as medidas orientadas pela medicina para tornar o ar, á agua e os lugares salubres, assim como os corpos, eram indicadas como formas de prevenção. Mas não apenas isto, muitas instruções de teor não científico estavam contidas naquele manual, diante do que, entende-se que as pessoas ficariam sob aturada quarentena caso não seguisse as recomendações daquele médico²⁶⁷.

Dessa forma, não deve ter sido pequeno o número daqueles que, assustados com os estragos provocados pelo Primeiro Cólera, empenharam-se em seguir à risca as “instruções” do Dr. Cordeiro, o que pode ser atestado pelo número de vítimas que fez a morbidade nos anos 1860.

Como pode ser notado neste estudo, do início do século XIX até a o final dos anos 1970, os combates às doenças que invadiam a Parahyba foram às práticas de que mais se ocuparam as elites políticas desta Província, o que pode ser explicado em termos do que

²⁶⁴ Ibidem, p. 21.

²⁶⁵ Ibidem.

²⁶⁶ apud. CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p. 49.

²⁶⁷ Para conhecer as “Instruções Sanitárias Populares”, escrita pelo médico Dr. Antonio da Cruz Cordeiro, ver CASTRO, op. cit. pp. 46-73. As instruções que se baseiam nas experiências que tiveram os médicos Antonio da Cruz Cordeiro e João José Innocencio Poggi foram dirigidas à população pobre de Parahyba, intitulada “Duas palavras ao povo”: “Para vós, e só para vós foram escritas quase que exclusivamente estas instrucções; visto como, delas não precisam os homens de sciências”. Ibidem, p. 73.

articulou José Américo de Almeida: “a proteção sanitária seria [...] uma medida de defesa econômica” (1980, p. 431). Também não se pode negar que as epidemias foram responsáveis pelo mau estado das finanças, mas não apenas isso, secas, escravidão, declínio da produção açucareira, corrupção, são outros tantos fatores que concorreram para que a receita da Parahyba se mantivesse sempre inferior as suas despesas.

Feitas estas considerações, observe-se que, na primeira metade do século XIX, além das intervenções citadas, muitas foram as reformas urbanas reclamadas pelas elites de Parahyba com o fim de “civilizá-la” e dotá-la de melhores condições higiênicas. Assim, a introdução deste ou daquele melhoramento foi responsável pela ressignificação espacial da cidade que, apesar de revelar nítido interesse em evitar que as morbidades se transmitissem às elites, alterou sobremaneira o cotidiano dos homens e mulheres ordinários de Parahyba do Norte²⁶⁸.

Na Parahyba do século XIX, impulsionado pelas pestes, acontece uma grande reorientação das atitudes sociais diante da enfermidade. Abandona-se, pouco a pouco, o tradicional fatalismo que precedia a qualquer doença de mau caráter de entregar à providência divina os doentes. Naquele momento, a medicina deixará de observar somente o corpo doente e tratará do corpo urbano, imprimindo algumas medidas de saneamento e controle. No entanto, como se os médicos sozinhos não tivessem sido capazes de conduzir a Capital parahybana ao “progresso”, era chegada à hora da engenharia oferecer uma amostra da sua capacidade de intervenção urbanística.

1.3.3 Henrique Beaurepaire Rohan: um “reformista” na Parahyba

Em 1857, assumiu a presidência da Parahyba o engenheiro militar Henrique de Beaurepaire Rohan²⁶⁹, que, seguindo a carreira de engenheiro do exército, despontou, em 1842, como urbanista, quando foi nomeado Diretor das Obras Municipais do Rio de Janeiro. De acordo com seu biógrafo, Barão Homem de Mello, citado por Gillies, enquanto ocupou aquele

²⁶⁸ Ver NÓBREGA, Edna Maria. **Uma Cidade muitas tramas: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920)**. Recife: UFPE. Dissertação de mestrado em História. 2001

²⁶⁹ Filho de franceses que se estabeleceram no Brasil com a Corte em 1808, Henrique Beaurepaire Rohan, nasceu em 1812 em Niterói, Rio de Janeiro. Tendo falecido somente em fins do oitocentos, Rohan “viveu todos os momentos dramáticos do século XIX”. Formado na Academia Militar, que objetivava não apenas “formar oficiais capazes, mas também engenheiros que pudessem construir estradas, portos, pontes, etc”. GILLIES, Ana Maria Rufino. **Henrique de Beaurepaire Rohan: Razão e Sensibilidade no século XIX**. 1998, p. 38. Disponível em: <<http://www.academia.edu>>. Acesso em 10.12.2014.

cargo, o engenheiro se interessou em promover os melhoramentos necessários à Capital Nacional. Durante sua gestão foram realizadas:

Ampliação da área da cidade; o alargamento e novo traçado de ruas; o nivelamento para o conveniente escoamento das águas tudo, enfim, que mais diretamente se prendia à salubridade pública, mereceu a mais solícita atenção do ilustrado engenheiro ²⁷⁰.

A experiência de Rohan como urbanista no Rio de Janeiro, se não lhe trouxe a fama que, no início do século XX, foi atribuída ao Prefeito Pereira Passos, tornou-se um traço distintivo de sua atuação como engenheiro e ou administrador. Ora, nas muitas Províncias brasileiras onde atuou o Dr. Rohan, o mesmo tanto propôs reformas, como realizou muitos melhoramentos urbanos de cunho sanitaristas²⁷¹.

Em se tratando de Parahyba do Norte, durante sua administração como Presidente da Província [1857-1859], Rohan realizou um plano de urbanização muito semelhante em seus fins àquele por ele proposto para a Capital do Império do Brasil, o Rio de Janeiro, em 1842.

Não obstante, este engenheiro, apesar das limitações próprias do contexto brasileiro, antecipou-se, até mesmo, ao prefeito parisiense Georges Eugène Haussmann, em muitas das propostas de remodelamento e saneamento urbano. Muito embora, muitas das intervenções idealizadas pelo engenheiro brasileiro não tenham sido executadas durante suas gestões²⁷².

De qualquer forma, ainda que numa escala muito pequena e pontual, as propostas do Rohan para a cidade da Parahyba se assemelhavam àquelas que foram realizadas em Paris a partir de 1853 por Haussmann²⁷³, ou pelo menos eram orientadas pelas mesmas motivações, quais sejam: nivelamento e alinhamento das ruas, saneamento das áreas pobres, construção de rede de esgotos, alargamento e regularização das ruas existentes, desapropriações e demolição de muitas edificações, aberturas de ruas amplas, visando melhorar a circulação do ar, das águas e das pessoas, construção de praças e jardins. Enfim, desejava-se melhorar as condições de salubridade da cidade com base no modelo de cidade de circulação, ou, como foi identificado na época, tratava-se de um embelezamento estratégico.²⁷⁴

²⁷⁰MELLO, apud GILLIES, Ana Maria Rufino. Op. cit.

²⁷¹ Dentre as províncias onde atuou Rohan pode-se citar: Rio de Janeiro, Paraná, Pará, São Paulo, Mato Grosso, e Parahyba do Norte. Ibidem.

²⁷² Ver GILLIES, Ana Maria Rufino. op.cit.

²⁷³ De acordo com FREITAG, Haussmann que era administrador e político, inaugurou a partir de 1853, em Paris, por orientação de Napoleão III, um novo estilo de administrar e embelezar as cidades. FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas, SP: Papirus, 2010.

²⁷⁴Ibidem.

O relatório produzido por Rohan em 1858, quando governava a Província da Parahyba, revela que os melhoramentos ou as intenções de intervenções urbanas idealizadas para a Capital parahybana, apesar de refletirem preocupação sanitarista, foram pensadas, planejadas e executadas por engenheiros que, decerto, eram orientados pelas teorias médicas vigentes, o que implica em dizer que Henrique Beaurepaire Rohan, tanto quanto Haussmann, havia captado o espírito do seu tempo.

Aliás, cumpre observar que ainda era o “provedor da saúde pública” o Dr. Poggi, por cuja experiência deve ter sido ouvido pelo governador e pelo “pessoal científico” daquela área de conhecimento, diz-se, da Engenharia.

Ademais, Rohan destaca-se de outros gestores parahybanos por ter denunciado o mau planejamento das obras e intervenções realizadas em Parahyba do Norte por seus antecessores. Nesta medida, o presidente colocou em relevo a importância da engenharia para o bem da Província, quando declarou que não consentiria que fossem iniciadas obras de qualquer espécie, sem que engenheiros fossem consultados. Segundo Rohan, adotando-se esta prática, os recursos do Thesouro Provincial seriam empregados com segurança, evitando-se desperdícios.²⁷⁵

O reformista Rohan não só insistiu na importância dos profissionais de engenharia para a realização das obras públicas, como também sugeriu a criação de um Órgão para se encarregar exclusivamente de tais obras. Assim, visando legitimar a entrada dos engenheiros na cena urbanística de Parahyba do Norte, o referido presidente, com o consentimento dos membros da Assembleia Provincial, criou a Repartição de Obras Públicas, compostas por um diretor, um secretário e engenheiros, em número necessário para o bom andamento das obras.²⁷⁶ Neste sentido, com o auxílio de quatro engenheiros: Carlos Bless, David Polemann, Sebastião de Souza e Mello e Alfredo de Barros e Vasconcellos, o governador da Parahyba, o engenheiro-urbanista, Henrique Beaurepaire Rohan, elaborou o primeiro plano de urbanização da Capital daquela Província, cujo projeto além de incluir melhorias nos edifícios públicos, tais como, o Palácio da Presidência, o Quartel de Polícia, o Hospital Militar, o Prédio da Alfandega, a Fortaleza de Cabedelo, também compreendeu os concertos das Pontes do Sanhauá e de Mandacarú.

Durante sua curta administração, Rohan mandou construir, ainda, na Capital da Parahyba, o Cães do Varadouro, o Paço da Assembleia, um novo Matadouro na Baixa do

²⁷⁵ ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba em 20 de set. de 1858 pelo presidente**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858a, p. 17.

²⁷⁶ Ibidem

Riacho, “onde há[via], pelo menos, água em abundância”, e, visando melhorar a distribuição de água potável, depois de realizar um estudo em parceria com outro engenheiro, “indicou o encanamento do rio Marés” para o abastecimento da cidade. O edifício do Tesouro Provincial, que estava em andamento, foi concluído durante sua gestão²⁷⁷.

Cumpra observar que o plano urbano-sanitário para as ruas da cidade, realizado por Rohan, foi orientado pela planta da cidade levantada pelo 1º Tenente de engenheiros Alfredo de Barros de Vasconcellos²⁷⁸. Não obstante, de conformidade com o plano feito por Vasconcelos, Planta 01, foram marcados os novos alinhamentos e realizado o nivelamento geral da cidade, em relação a um sistema de esgotos, o que melhorou sensivelmente o estado sanitário da cidade. Rohan tanto abriu novas ruas, como sugeriu, em seu relatório, que outras mais deveriam ser abertas por seus continuadores,²⁷⁹ o que só aconteceu por força das práticas de consumo cotidianas dos habitantes de Parahyba.

Finalmente, os planos de reformas urbanas empreendido pelo referido gestor não puderam ser realizados todos durante sua curta administração²⁸⁰. No entanto, pode-se vislumbrar o alcance das intervenções propostas durante sua administração a partir do que firmou em 1859, quando obrigou os engenheiros Carlos Bless e David Polemman, por meio de um contrato de quatro meses, “a fazer o nivelamento geral das ruas da cidade”, para o que a análise das Plantas 01 e 02 permitem entender a vultuosidade de suas ações²⁸¹.

Em que pese a informação, o governo de Henrique Beaurepaire Rohan também representou o fim de um longo silêncio sobre a loucura em Parahyba do Norte. Silêncio este só rompido em 1830, quando da Instituição das Posturas Nº 10, conforme se observará mais detidamente no Capítulo seguinte, no título que trata das experiências da loucura nas ruas de Parahyba do Norte. De tal modo, eis que, passando-se quase três décadas depois de sancionada aquela lei, novamente a loucura ganhou dizibilidade e visibilidade, pois, ao denunciar o mau estado do Hospital da Caridade, o que, aliás, se repete nos relatórios e falas dos gestores provinciais ao longo do século XIX, Rohan atentou para a existência de alienados nas dependências do hospital, como se observa a seguir:

²⁷⁷ Para conhecer o plano urbanístico de Rohan, ver ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Op.cit..

²⁷⁸ A Planta a que se refere Rohan encontra-se neste trabalho e pode ser identificada como Planta 01.

²⁷⁹ ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Op. cit. p. 21.

²⁸⁰ Henrique Beaurepaire Rohan assumiu a presidência da Parahyba em Agosto de 1857 tendo permanecido no cargo até Junho de 1859.

²⁸¹ A Planta 01, feita durante a administração de Rohan, mostra a situação da cidade em 1858, com algumas das melhorias realizadas durante sua administração. Considerando que muitas das propostas daquele plano só vieram a ser concluídas quando este engenheiro não estava mais em solo parahybano, a partir da minuciosa descrição realizada pelo engenheiro agrimensor Vicente Gomes Jardim em 1889, a Planta 2 pretermite visualizar as obras idealizadas pelo referido governador e realizadas por outros gestores que o sucederam. Claro, nem tudo deveria estar de acordo com os projetos, pois havia se passado aí quase três décadas.

O hospital da Santa Casa deveria ser mais amplo, mais convenientemente distribuído, e em melhor localidade. Entretanto, cumpre reconhecer que as obras que n'elle se executarão ultimamente melhorarão consideravelmente o estado d'aquelle edificio. Uma das suas **faltas notáveis** é a de um jardim suficientemente espaçoso destinado ao passeio e recreio dos enfermos e convalescentes; e outra ainda mais sensível é a de uma **enfermaria para alienados**. Hoje **estão três destes infelizes** accommodados em um dos repartimentos térreos, o qual não tendo sido construído para esse fim, dá lugar a que **os loucos quebrem e destruam tudo o quanto lhes chega ao alcance**.²⁸² grifos da autora

É preciso ponderar que a intenção do referido gestor não foi dar visibilidade à loucura e as práticas de reclusão dos sujeitos nomeados como loucos e/ou loucas em Parahyba do Norte, sua intenção foi, antes, avigorar os discursos, nada salutareis, já existentes sobre o Hospital da Santa Casa. De tal maneira, contraditoriamente, o Presidente Rohan, apesar de sugerir que o Hospital da Misericórdia deveria ser retirado do espaço citadino centralizado, limitou-se a fazer apenas algumas reformas no edificio. Quanto aos alienados, quais foram as mudanças observadas naqueles anos? Seria ou nas células da Cadeia ou nas enfermarias e/ou porões daquele nosocômio que muitos seriam encerrados, à contragosto dos gestores, que, não poucas vezes, tentaram se livrar desta empresa considerada tão onerosa e inútil. Conhecer alguns dos lugares onde estiveram os loucos e/ou loucas da Província da Parahyba a partir da segunda metade do oitocentos é o que se pretende a seguir.

²⁸² ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858a, p. 3.

CAPÍTULO II

A CIDADE, O[A] LOUCO[A] E OS ASILOS: OS LUGARES PARA A LOUCURA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Chamamos de loucura essa doença dos órgãos do cérebro.

Voltaire, apud. Foucault, 2010.

Por todo o período colonial e, até o século XIX, na Parahyba, como em muitas das Províncias do Brasil,

os alienados, os idiotas, os imbecis, foram tratados de acordo com as suas posses. Os abastados, se relativamente tranquilos, eram tratados em domicílio. [...] se agitados, punham-nos em algum cômodo separado, soltos ou amarrados, conforme a intensidade da agitação. Os mentecaptos pobres tranquilos vagueavam pelas cidades, aldeias ou pelo campo entregues às chufas da garotada mal nutridos pela caridade publica. Os agitados eram recolhidos às cadeias onde barbaramente amarrados e piormente alimentados muitos faleceram mais ou menos rapidamente.

Juliano Moreira,

Notícias sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil, 1905.

Não deve se surpreender o leitor com as representações feitas pelo médico Juliano Moreira²⁸³ acerca das circunstâncias a que estiveram expostos os homens e mulheres nomeados pelo senso comum como loucos e/ou loucas, em solo brasileiro, por cerca de três séculos, pois as palavras desse psiquiatra não foram capazes de dar conta de todas as práticas de escorraçamento, punições e torturas desferidas contra estas “infelizes criaturas”. Aliás, mesmo

²⁸³ Juliano Moreira nasceu em Salvador. Aos 13 anos de idade, matriculou-se como interno na Faculdade de Medicina da Bahia, adquirindo o grau de doutor em 1891, com a tese *Sífilis maligna precoce*. Frequentou diversos cursos psiquiátricos na Europa e conheceu as principais clínicas psiquiátricas e manicômios da Alemanha, Inglaterra, Escócia, Bélgica, França, Itália, Áustria e Suíça. No Rio de Janeiro, por influência de Afrânio Peixoto e J.J. Seabra, foi nomeado diretor do Hospital Nacional de Alienados, em 1903. Enquanto esteve à frente desse hospital (1903-1930), Juliano Moreira defendeu a reformulação da assistência psiquiátrica pública, tanto no âmbito legislativo quanto assistencial. Contribuindo para a promulgação da primeira Lei Federal de Assistência aos Alienados em 1903. Em 1905 fundou, junto com Antônio Austregésilo e E. Lopes, os *Archivos Brasileiros de Medicina*, e, no mesmo ano, com Afrânio Peixoto, criou a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Affins. Participou, entre 1908 e 1910, juntamente com Carlos Eiras, Henrique Roxo e Afrânio Peixoto, de comissão da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal encarregada de estabelecer uma classificação psiquiátrica, o que era influenciado pelos trabalhos de Kraepelin. Conforme VENANCIO. Ana Teresa A. MOREIRA, Juliano (1873 - 1933). IN. CAMPOS Regina Helena de Freitas (org.) **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil**: Pioneiros. Imago Editora - Rio de Janeiro - 2001. Disponível em <http://www.cliopsyche.uerj.br/arquivo/juliano.html>. Acesso em 22/10/2016.

que se tentasse inventariar todos os atos de violências físicas, psicológicas e morais, pelas quais passaram tais sujeitos, talvez nem imagens, nem as palavras, por mais perturbantes que fossem, comportariam os horrores experienciados por aqueles homens e mulheres que, como os demais habitantes desta Província da Parahyba, eram sujeitos “ordinários”, no sentido certauniano do termo.

Fora isso, o Dr. Juliano Moreira, em seu estudo de 1905, veio auxiliar a desvelar os possíveis lugares onde se encontravam os loucos e/ou loucas no território parahybano. Nesta perspectiva, entende-se que nesta Província, antes do estabelecimento de um lugar exclusivo para alienados[as], poder-se-ia encontrá-los encerrados nos quartos esquecidos das casas de seus familiares²⁸⁴, ou lançados nos porões ou células das instituições totalitárias” e, mesmo em suas divagações pelas ruas, cidades e caminhos, o que sugere que são muitas as “portas” para se alcançar algumas possibilidades da loucura nas cidades e caminhos da Parahyba²⁸⁵.

Feitas estas considerações, importa notar que a prática de encerrar alienados[as] nas prisões e/ou nos Hospitais da capital parahyba, experiências silenciadas nas fontes compulsadas, só veio à tona a partir da década de 1850, marcando uma fase de intensos embates políticos, econômicos, religiosos e culturais entre gestores provinciais e provedores da Santa Casa que eram influenciados pelos discursos médicos e jurídicos em formação no país. Assim, observa-se a partir do ano de 1858, nesta província nortista, que a loucura reclusa [ou porta adentro] sairá do silêncio para um momento de grande dizibilidade.

Então, ali estavam, nas células da Cadeia Pública e/ou nas enfermarias do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, alguns homens e mulheres alienados da Província da Parahyba, um pouco protegidos, ou melhor, excluídos da confusão em que se encontrava a cidade que estava cheia de picaretas, martelos, pedras, areia e homens, que realizavam as obras de calçamentos, aberturas de ruas, drenagens de pântanos, restauração de edifícios ruinosos e outros melhoramentos feitos apressadamente por Dr. Rohan antes de ter que deixar a presidência da Província. Sobre estes sujeitos, sabe-se que não se tratavam de homens e/ou mulheres tranquilos, de outra forma estariam soltos nas “passagens” ou em casa de seus familiares. Dir-se-ia, na confusão que se encontravam aquelas instituições totalitárias, que se

²⁸⁴Sobre a loucura porta adentro, ver o texto intitulado “Augusto dos Anjos: Razões da Angústia”. In MARTINS FILHO, Antônio. **Reflexões sobre Augusto dos Anjos**. Texto disponível em <http://www.jornaldepoesia.jor.br>. Acesso em 10.01.2015.

²⁸⁵Ao usar a expressão “portas” como possibilidades para adentrar no universo da loucura, foi fundamental o diálogo com a historiadora Maria Stella Brasciani, que em seu estudo *As Sete Portas da Cidade* aponta caminhos de acesso à cidade moderna. Na obra, a autora além de indicar as “portas”, também alude às fissuras que deixam entrever possibilidades diferentes de alcançar as muitas cidades que existem em cada cidade, inclusive a cidade dos “Loucos[as]”. Para saber mais ver BRESCIANI, Maria Stella. “**As Sete Portas da Cidade**” In. Espaço & Debates: Cidade e História, Revista de Estudos Regionais e Urbanos: São Paulo, Ano XI, n. 34, 1991.

tratava de pessoas anônimas, sem nome, sem idade, sem sexo, sem cor, sem nacionalidade. No entanto, tais sujeitos, mesmo misturados a outros “rostos da desordem”, adquiriram notoriedade por mostrarem-se sem “mascaras”, revelando algumas das marcas da vesânia, diante do que se conclui que os loucos e/ou loucas não eram invisíveis e, menos ainda, anônimos.

Finalmente, cumpre notar que durante boa parte do século XIX, na cidade da Parahyba, quiçá na Província, decerto, designava-se como loucos e/ou loucas aqueles sujeitos que ou apresentavam traços evidentes de “desarranjos mentais”, ou apresentavam comportamento incompatível com as normas socialmente estabelecidas como padrões de normalidade. Apesar disso, de acordo com os documentos analisados, estes personagens não foram dignos de nota, observando-se um licenciamento sobre eles, o que tornou suas existências quase imperceptíveis ao olhar desatento. Isto posto, uma questão se revela da maior importância para este trabalho, qual seja: conhecer por quais motivos aqueles homens e mulheres nomeados como “loucos, doidos, mentecaptos, insanos, sandeus, desassissados, dementes ou alienados mentais”²⁸⁶ tiveram suas existências silenciadas nas fontes por tanto tempo. Na mesma medida, buscar-se-á compreender as causas para que suas existências tenham se tornando dizíveis entre os parahybanos. Com este escopo, percorreremos as instituições totais da Província da Parahyba e as ruas da sua Capital. Às vezes, o trajeto será guiado por algum “nobre” senhor e/ou senhora, outras vezes, tentaremos alcançar alguns daqueles personagens nomeados como loucos e/ou loucas, divagando pela cidade da Parahyba, a fim de conhecer suas experiências cotidianas ali.

O[a] leitor[a] sinta-se convidado a fazer esta travessia. Entretanto, recomenda-se cuidado, pois o divagar seduz pela liberdade que sugere poder proporcionar.

2.1 A “Nau dos Loucos[as]” não aportou na Província da Parahyba: As lutas entre o silêncio e as palavras

Não desconheço a justiça com que o governo imperial tomou a medida de obstar á que se continuassem a mandar das províncias alienados para o hospital – Pedro 2º -, no Rio de Janeiro; mas esta medida, não é nem pode ser uma proibição absoluta, e a nós compete solicitar, que na distribuição dos lugares vagos seja igualmente atendido esta província.

Francisco d’Assis Pereira Rocha,
Provedor da Santa Casa da Parahyba, 1858.

²⁸⁶Conforme ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. **O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria.** 2004. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf>. Acesso em 12.12.2014.

A existência de loucos e/ou loucas na Parahyba não é recente, no entanto, somente em 1830, por meio da Postura Municipal Nº 10, foi que se ouviu o primeiro grito sobre as experiências da loucura nesta Província. Fala-se possível porque, naquela ocasião, a referida lei era sancionada em atendimento a Lei de 1º de outubro de 1828, que ordenava no Art. 66, § 3º que fossem tomadas medidas pela Municipalidade, para evitar a circulação de tais sujeitos pelas ruas das cidades. Depois disso, somente em 1858, quando governava a Província o Sr. Henrique Beaurepaire Rohan, foi que a existência desses sujeitos veio à luz. Naquele ano, o provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, o Sr. Francisco d'Assis Pereira Rocha, tentou, num movimento muito semelhante em seus fins, àquele representado pela experiência da *Nau dos Loucos*²⁸⁷, qual seja: livrar não só a Província, mas principalmente aquela Casa de Caridade do “terrível fardo”, representado pela responsabilidade de recolher e cuidar dos alienados[as]. Indignado, o Provedor Pereira Rocha reclamava da proibição de enviar para o Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, os alienados que viviam divagando pelas ruas de Parahyba. Aliás, na ocasião, o dirigente da Santa Casa de Misericórdia manifestava seu descontentamento em relação à obrigação arrogada pelo Ofício-Circular do Ministério dos Negócios do Império, de 04 de setembro de 1854, segundo o qual, o Imperador, Pedro II, ordenava:

1º que não se continue a remeter alienados para serem recolhidos no dito hospício sem prévia autorização deste Ministério cumprindo por isso que V. Excia. Quando entender ser conveniente a remessa dos que existirem em vossa Província o participe, fazendo as declarações recomendadas em Aviso já expedido por esta Secretaria de Estado sobre a sua naturalidade, residência, idade, condição civil e estado, afim de ser authorizada a sua vinda a medida que for possível a entrada deles.

[...]

3º Que não é admissível exonerarem-se os Hospitais e Casas de Caridade das Províncias da obrigação de alimentarem e curarem os alienados que, em virtude de suas Instituições tiverem a seu cargo, enviando-os para os ditos

²⁸⁷A *Nau dos Loucos* teve existência concreta nas sociedades européias dos séculos XIV, XV e XVI. Esse costume estava ligado à prática como de “escorraçamento” do louco. Escorraçados, os loucos eram expulsos de suas cidade, algumas vezes sobre pedradas ou bastonadas, ou simplesmente deixados a vagar pelos campos, outras vezes, ainda, eram entregues a marinheiros ou mercadores para que fossem levados para longe de sua vila de origem. Foucault sugere que haviam cidades que recolhiam e tratavam de seus loucos ou os trancafiavam nas prisões, mas ele sugere também que aquelas cidades criaram instituições para alojar os loucos. Outras, não contando com esse tipo de organização, optavam pelo escorraçamento, uma saída mais simples e menos dispendiosa de se livrar daqueles incômodos habitantes. Muitas vezes, também resolviam o problema entregando os alienados a navegadores ou mercadores de forma a exportar para outras cidades a sua população de insanos, transferindo para estas, a responsabilidade para acomodação e tratamento dos alienados. Com o tempo, muitos seriam esquecidos. De qualquer forma, as suas cidades de origem se viam livres do problema de ter que trata-los ou, o que era mais comum, de trancafiá-los numa prisão. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Hospícios, salvo a respeito daqueles cujo estabelecimento só se possa esperar fundadamente do tratamento especial que neste Estabelecimento é dado e que nessas Casas não é possível²⁸⁸.

Finalmente, o documento era claro em determinar que de forma alguma os provedores das Santas Casas poderiam tomar a decisão de enviar alienados para o Hospício Pedro II sem o consentimento dos Presidentes das províncias que, antes, deveriam pedir autorização ao Imperador²⁸⁹.

De todo modo, recebido o documento, não demorou para que o presidente da Província, Silva Freire, ordenasse o cumprimento da circular e oficiasse o provedor da Santa Casa, o Sr. João Pinto Monteiro e Silva, acerca da ordem imperial, o que aconteceu no dia 10 de outubro de 1854. Compete observar que, somente quatro anos depois de expedido o referido documento, a provedoria da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba manifestou formalmente sua insatisfação diante da imputação legal da responsabilidade sobre a administração da loucura no território parahybano. Mas por que esperar tanto tempo?

A explicação para que as autoridades leigas daquela Irmandade tenham demorado a se pronunciarem acerca do conteúdo do referido documento pode ter sua causa na inexistência de alienados nas dependências do Hospital da Santa Casa, na ocasião em que o ofício foi despachado pelo Dr. Silva Freire. Outra explicação para esta demora pode estar relacionada à morosidade da administração provincial, que não teria feito cumprir o que dispunha o Ofício Imperial de 1854, vindo a ser o presidente Henrique Beaurepaire Rohan, quatro anos depois, aquele que, possivelmente, fez cumprir a referida ordem, pois, como é sabido, este gestor foi muito atuante enquanto esteve à frente dos destinos da Parahyba.

A rigor, nesta Província, como em outras partes do território brasileiro, conforme se depreende das palavras do psiquiatra Heronildes Coelho Filho, “era costume recolher-se os insanos as prisões, de mistura com ladrões, assassinos e malfeitores de toda espécie. Isto quando não ficavam em casa trancafiados e acorrentados em algum aposento da casa da família”²⁹⁰. Tais práticas atravessaram o século XIX e puderam ser experienciadas ainda no século XX. Inclusive, diante do desconhecimento da doença mental, era muito comum que os familiares de sujeitos considerados alienados recorressem a

²⁸⁸BRASIL. **Offício-Circular do Ministério dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro, em 04/09/1854. Arquivo do Estado da Paraíba.

²⁸⁹Conforme artigo 4º do **Offício-Circular do Ministério dos Negócios do Império** de 04/09/1854.

²⁹⁰COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977, p. 147.

severos castigos físicos, pois era uso corrente pensar tratar-se de problemas de possessões demoníacas (questões espirituais), também usavam medicações caseiras como os chás de ervas medicinais, os banhos de água quente e fria, os banhos de mar, as orações das benzedeiças (conhecidas por rezadeiras), tinha ainda os exorcismos (praticados pela Igreja Católica), os enclausuramentos radicais²⁹¹.

Seria falso afirmar que estas experiências ocorriam sem contestações ou censuras por parte da população parahybana. Entretanto, sem conhecimentos sobre os tratamentos “científicos” que deveriam ser dispensados aos alienados e sem o auxílio da psiquiatria que ainda era uma novidade no país, aquela gente não tinha outro recurso para o tratamento dos seus loucos e/ou loucas. Ademais, não se perca de vista que a documentação analisada foi produzida por membros das elites econômicas, políticas e intelectuais de Parahyba que, apesar de divergirem em alguns assuntos, mantinham certa homogeneidade de pensamento sobre os alienados.

Também era possível encontrar nas ruas e arrabaldes, incorporados à paisagem, sujeitos considerados alienados. Estes “mentecaptos”, tal como sugeriu o Dr. Juliano Moreira na epígrafe que abre este Capítulo II, eram normalmente oriundos de famílias de pouco poder aquisitivo, tratavam-se de sujeitos abandonados à própria sorte, cuja subsistência dependia do seu próprio trabalho ou das esmolas dos habitantes das cidades onde viviam ou “passavam”²⁹². Como se verá, tais personagens foram, em certa medida, tolerados nas cidades parahybanas por muitos anos. No entanto, quando eram acometidos por crises de excessos, se tornavam casos de polícia²⁹³, ocasião em que eram conduzidos as Cadeias públicas, onde eram mantidos até a ordem de soltura ou o encaminhamento para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia ou para a residência familiar.

Não deve ter sido pequeno o número de loucos e/ou loucas que foram contidos nas celas “imundas” da Cadeia da Capital parahybana, visto que muitos dos momentos de furor experimentados pelos homens e/ou mulheres nomeados como loucos e/ou loucas poderiam ter

²⁹¹SILVA FILHO, Edivaldo Brilhante. **História da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p.44.

²⁹²De acordo com Rosen, na Idade Média, também os loucos que não eram considerados perigosos, “gozaban de libertad siempre que no causaran alborotos públicos ROSEN, George. **Locura y sociedad** (Sociologia histórica de La enfermedad mental). Madri: Alianza Editorial, 1974, p. 167.

²⁹³Exemplo deste tipo de experiência ocorrido no século XX, foi relatado pela Sra. Ivanil Salgado de Assis, que falando do louco Severino Gabriel, natural da cidade de Pombal, observou: “por andar com um saco nas costas, as crianças inflamadas por seus pais tinham medo daquele louco. Então, quando ele passava por elas [as crianças] o insultavam e o apedrejavam, e ele? Respondia com palavrões e pedradas, o que muitas vezes ocasionou sua prisão na cadeia” ASSIS, Machado de. **O Alienista**. São Paulo: Scipione, 2004, apud. WANDERLEY, Helmar Giccelli Formiga. Da loucura que habita as ruas às ruas sem loucos: A tentativa de normatização do louco[a] na cidade de Pombal – PB (1930-1945). **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural**: Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. UFPI – Teresina – PI – junho de 2012, p.4. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br>; Acesso em 20.10.2014.

sido evitados, pois nem sempre eram sintomas da doença, mas provocados por força das circunstâncias a que estavam expostos àqueles sujeitos. Dizendo de outra forma, algumas das crises de acessos experimentadas pelos alienados[as] eram provocadas por insultos dos transeuntes, que de forma alguma poderiam devolver as ofensas, o que seria motivo para prisão. Entende-se, portanto, que a detenção de alienados nas cadeias parahybanas tratava-se de mais uma forma de banir aquela população “insana”. E, uma vez conduzidos às celas das Cadeias, tais homens e mulheres ali permaneceriam até que “a crise” cessasse e que não oferecessem mais perigo à população, ocasião em que eram devolvidos às ruas da cidade da Parahyba.

Enfim, a documentação compulsada sugere que não havia, na capital parahybana, quiçá em outras partes desta Província, preocupação em proteger os alienados[as] da população que os atacava, tampouco, parece ter havido interesse do governo em assisti-los, fosse para alimentá-los ou para tratá-los, pois, como fez notar o vice-presidente Manoel Carneiro da Cunha em seu relatório, a “Nova” Cadeia, que em 1857 ainda estava em construção, apesar de ser descrita como um edifício espaçoso, de “dous pavimento”, não foi planejada para receber alienados. Aliás, segundo Carneiro da Cunha, referindo-se à divisão do edifício da Cadeia Nova, de acordo com a planta do referido prédio, o pavimento térreo estava dividido em oito cômodos designados como: acomodação para a guarda, custódia, duas enxovias, uma para homens e outra para mulheres, também dois seguros, um para cada um dos sexos e, finalmente, duas prisões que seriam um para escravos e uma para as escravas. No segundo pavimento, estavam projetadas apenas quatro salas que daria lugar ao funcionamento de uma enfermaria, uma sala de audiência, além de haver um quarto para o carcereiro e uma “sala livre”²⁹⁴.

Carneiro da Cunha relatou ainda que, devido à falta de espaço, não seria possível fazer uma classificação regular dos presos, segundo os princípios prescritos naquele contexto. Esta falta devia-se ao fato de que aquela obra foi projetada com o fim de serem os presos “acomoda[dos] em repartimentos necessários, guardadas entre elles a desigualdade que o estado social estabelec[ia]”²⁹⁵. Talvez o referido gestor se referisse aos modelos prisionais norte-americano, de Auburn ou Filadelfia²⁹⁶, e/ou ao modelo de prisão francesa, onde se destacou o

²⁹⁴CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. **Relatorio apresentado na Assembléa Legislativa da Parahyba pelo vice-presidente**, em 1 de ago. de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857, p. S1-2.

²⁹⁵ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. **Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da Parahyba pelo presidente da provincia**, em 2 de ago. de 1851. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1851, p.15.

²⁹⁶Segundo Magnabosco, dentre os mais modernos estabelecimentos carcerários, encontra-se Walnut Street Jail, na Filadelfia; Auburn, em Nova York e o sistema da Pensilvânia. MAGNABOSCO, Danielle. **Sistema penitenciário brasileiro: aspectos sociológicos**. 1998. Disponível em <http://www.jus.com.br>. Acesso em 02.01.2015. DE acordo com Perrot, o modelo de Alburn, previa “o isolamento celular à noite e o trabalho coletivo e silencioso durante o dia”; já a prisão da Filadelfia, “prevê o sistema celular completo, de dia e de noite”. Na Europa, o Panoptico de Bentham, converteu-se no modelo principal de penitenciaria, permitindo que a prisão assumisse as funções de “punir, defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal e

Panóptico de Bentham²⁹⁷. Na Europa, também surgiram “os chamados sistemas progressivos”, que apesar de ter sido influenciado pelo modelo americano de Alburn, diferenciava-se dele por permitir aos presos “a redução da pena e a melhoria de sua condição dentro do presídio”²⁹⁸.

A aproximação com Michelle Perrot ajuda a compreender o resultado das influências destes modelos prisionais no século XIX.

No interior da prisão, o sistema visa a destruir qualquer comunidade, a impedir qualquer forma de sociabilidade, a fim de submeter o recluso às influências exclusivas do alto e impedir o “contágio do vício”, essa coléra. Ele se funda na “classificação”. É preciso separar os sexos, “que os dois sexos nunca se vejam, nunca se ouçam, e nem sequer assistam em comum, ainda que sem se ver, ao ofício divino”. [...] separar-se-ão as idades (16 anos, limite da infância). [...] A triagem será feita conforme a natureza e a duração das penas, segundo o grau corretivo.²⁹⁹

Mas, a Cadeia Nova da cidade da Parahyba, iniciada em 1852, não obedecia a plano algum, tanto é verdade que, em 1857, o engenheiro Bless levantou diversos esboços de diferentes projetos sobre a necessária fortificação dos alicerces do edifício em construção. Enfim, corroborando com as denúncias de Rohan sobre o mau planejamento das obras e uso indevido do dinheiro público, a edificação daquele estabelecimento, que se arrastava por cerca de seis anos, era um exemplo da imperícia dos gestores que o antecederam.

De qualquer forma, como já foi dito, não havia, na antiga Cadeia, e tampouco no edifício em construção³⁰⁰, espaços para acolher os loucos e/ou loucas que eram encaminhados para aquela instituição. Diante desta falta, os sujeitos conduzidos como alienados[as] pelas autoridades policiais e/ou jurídicas da Província eram misturados a outros criminosos[as] e/ou doentes, conforme já sugerido anteriormente e, neste último caso, os mesmos eram remetidos ao Hospital da Misericórdia, onde, supunha-se, receberiam o tratamento adequado às moléstias de “má carátér” que os vitimava. Esta divisão, com o tempo, promove outras formas de classificação para os sujeitos alienados[as], qual seja: a condição de culpados ou inocentes.

inspirando o temor ao seu destino, corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade, *no nível social que lhe é próprio*”. PERROT, Michelli. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2010, pp. 262-263. Segundo Claudia Freitas de Oliveira, em Fortaleza a cadeia pública propunha-se a seguir o modelo prisional de Auburn, visando “exercer um efetivo controle da população do Ceará” em face da falta de segurança que atingia aquela Província desde o final dos anos 1840. OLIVEIRA, Claudia Freitas de. **O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a Institucionalização da Loucura no Ceará (1871-1920)**. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011a., p. 19.

²⁹⁷Sobre o Panoptismo ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, pp. 162-187.

²⁹⁸MAIA, Clarissa Nunes. **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p.9.

²⁹⁹PERROT, Michelli. Op. cit. p. 266.

³⁰⁰Ver anexo E.

Também se observa que a detenção dos loucos e/ou loucas nas células da Cadeia de Parahyba, a partir de meados do século XIX, guardadas as devidas proporções, tal como os internamentos ocorridos na Europa do século XVII, citados por Foucault, “não representava apenas um papel negativo de exclusão, mas também um papel positivo de organização”³⁰¹, pois, retirar de circulação, mesmo que temporariamente, os alienados considerados perigosos, era uma forma de manter ou reestabelecer a ordem urbana.

Neste sentido, o[a] leitor[a] entenda que, quando se fala da organização urbana, está se considerando a realidade da capital parahybana, com todas as suas “questões”, algumas das quais já analisadas no Capítulo I.

Assim, apesar de não haver menção acerca da existência de alienados[as] nas Cadeias daquela capital, até a primeira metade do século XIX, isto não implica em dizer que aqueles[as] “infelizes” não estiveram entre aquela população que se ajuntava “perigosamente” bem no Centro da cidade, para o desconforto dos homens e mulheres que viviam naquelas imediações. Afinal, se considerar o disposto na Postura de 1830, se depreenderá que o louco e/ou a louca levado à presença do Juiz de Paz, talvez, a depender das circunstâncias que o conduziram aquela situação, fosse encaminhado a Cadeia da Cidade. Esta prática, tão perniciosa, conforme denunciado pelos presidentes da Província repetidas vezes, arrastar-se-á até o início do século XX, conforme poderá ser observado adiante.

Ademais, reforça a tese sobre a detenção de loucos juntamente aos presos a informação do escritor Wilson Nóbrega Seixas quando, em seu livro *“Santa Casa da Misericórdia da Paraíba- 385 anos”*, afirmou que quando em 1893 houve uma modificação no Compromisso da Instituição, estabelecido em 1850, foi “substituído o mordomo de Presos pelo do Hospital de Sant’Ana”³⁰². Esta informação é elucidativa, se se considerar que quando foi criado o Hospital de Sant’Ana, em 1889, foram enviados para lá não só portadores de enfermidades contagiosas, mas também os alienados que se encontravam nas enfermarias, diz-se, nos porões, do Hospital de Santa Izabel. Sobre isso o leitor poderá saber mais no Capítulo IV.

Pese que, a supressão do cargo de mordomo de presos sugere não apenas que o Hospital Santa Izabel, à cargo da Santa Casa de Misericórdia, deixou de atender a este tipo de doente, mas também que os loucos e/ou loucas estiveram, muitas vezes, nas cadeias e mesmo no Hospital da Misericórdia, misturados a outros tipos humanos “indesejados” pela população da

³⁰¹FOUCAULT, Michel. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 83.

³⁰²SEIXAS, Wilson Nóbrega. Op. cit. , p.122.

cidade da Parahyba. E este estado de coisa ratifica que, de alguma forma, as autoridades políticas e ilustradas desta capital reconheciam certa semelhança entre estes sujeitos.

Em suma, o que fica em evidência é que, na cidade da Parahyba, no contexto do século XIX, tal como aconteceu na Europa entre o seiscentos e o setecentos, conforme observou Foucault, a loucura só terá hospitalidade entre os muros dos hospitais e/ou das cadeias, junto aos pobres e indesejáveis. E aqui, como lá, também se observou uma degradação moral da pobreza, antes vista sob a sigla da misericórdia e que passou a comportar todos os tipos de práticas antissociais³⁰³.

Em que pese às considerações feitas até aqui, é possível que o Dr. Rohan, em 1858, sopesando a questão, por sinal, complexa, tenha se sentido motivado a delegar a Santa Casa de Misericórdia a obrigação de assistir a tais sujeitos de forma regular, pois além dos gastos que representava para o governo a manutenção daqueles sujeitos considerados “inúteis”, a perpetuação da prática de encerrar os alienados nas cadeias contrariava o que estabelecia a Circular de 1854 que compelia a Santa Casa a recolher, abrigar, alimentar e cuidar dos loucos e loucas da Província da Parahyba, ou melhor, de todo o Brasil.

O certo é que, de acordo com o Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, instituído em 1619 e que regeu a “Casa” da Parahyba até 1852³⁰⁴, os irmãos estavam obrigados a educar as crianças pobres e desvalidas, dar assistência moral e religiosa às mulheres, presos e pobres, libertar os cativos, socorrer os famintos e sedentos, cuidar dos enfermos, recolher os necessitados e enterrar os mortos³⁰⁵, o que apesar da supressão dos termos loucos[as], doidos[as] ou alienados[as], não os excluiu.

No entanto, não é possível precisar a data em que, na Província da Parahyba, diz-se, capital parahybana, a referida Irmandade começou a prestar auxílio aos alienados. Apesar disso, arriscar-se-á em concordar com o pesquisador Wilson Nóbrega Seixas, que sugeriu ter sido iniciado este serviço ainda no século XVIII, quando, por ocasião da expulsão dos holandeses, o Hospital da Santa Casa, por eles destruído, foi reedificado³⁰⁶.

³⁰³Segundo Foucault, a dessacralização da pobreza e dos loucos no século XVII levará estes sujeitos a serem internados não por motivos de doenças ou por suas misérias, mas por motivos de ordem moral. Naquele contexto “a loucura, com a pobreza e a ociosidade” se tornarão assunto de polícia. FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 63.

³⁰⁴O primeiro Compromisso da Santa Casa da Parahyba data de 1723, cujo modelo era o da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Conforme SEIXAS, Wilson Nóbrega, op.cit. p. 123.

³⁰⁵Ver. CRAESBEECK, Pedro. **Compromisso da Misericórdia de Lisboa**. Lisboa. 1619. Disponível em <http://www.purl.pb>. Acesso em 05.05.2014.

³⁰⁶De acordo com Moura Filha, em 1618, a igreja da Santa Casa de Misericórdia já estava quase acabada e, “anexo à igreja foi erguido também ‘o hospital dela que se conservou até a tomada do olandez’ quando foi destruído”. (p. 160). Em 1774 o capitão general de Pernambuco, José Cesar de Meneses ao tratar sobre a Paraíba, registrou a existência do Hospital da Misericórdia na Parahyba, o que sugere que naquele ano o edifício já havia sido reconstruído. Anotou: “tem Hospital, Alfândega, Caza de Contos, e da Companhia, Mizericordia, outo Igrejas e a

De acordo com Seixas, o Hospital, reconstruído por iniciativa do provedor Antonio José dos Foyos,

ficava situado no mesmo lugar onde existia primitivamente o primeiro nosocômio da Paraíba, sendo que agora apresentava uma construção mais sólida e definitiva, com enfermarias destinadas não apenas aos pobres e enfermos indigentes, como às pessoas cuja condição social permitiam um tratamento melhor e mais condigno com o seu status social³⁰⁷

A disposição do prédio do Hospital, bem como da Igreja da Misericórdia podem ser observadas na Planta da cidade da Parahyba feita por Wylнна Vidal e Alberto Sousa, a partir da descrição feita em 1889, pelo engenheiro Vicente Gomes Jardim³⁰⁸:

da Matriz”. Apud. MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba**: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. João Pessoa: IPHAN/Superintendência na Paraíba, 2010, p. 337.

³⁰⁷ SEIXAS, Wilson Nóbrega, op. cit. p. 68.

³⁰⁸ JARDIM. Vicente Gomes. Monografia da Cidade da Parahyba do Norte. Revista do Instituto Histórico e Geographico da Parahybano . Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1910. N.2. Disponível em <http://www.ihgp.net/revistas.htm>. Acesso em 12.01.2014 pp.83-84

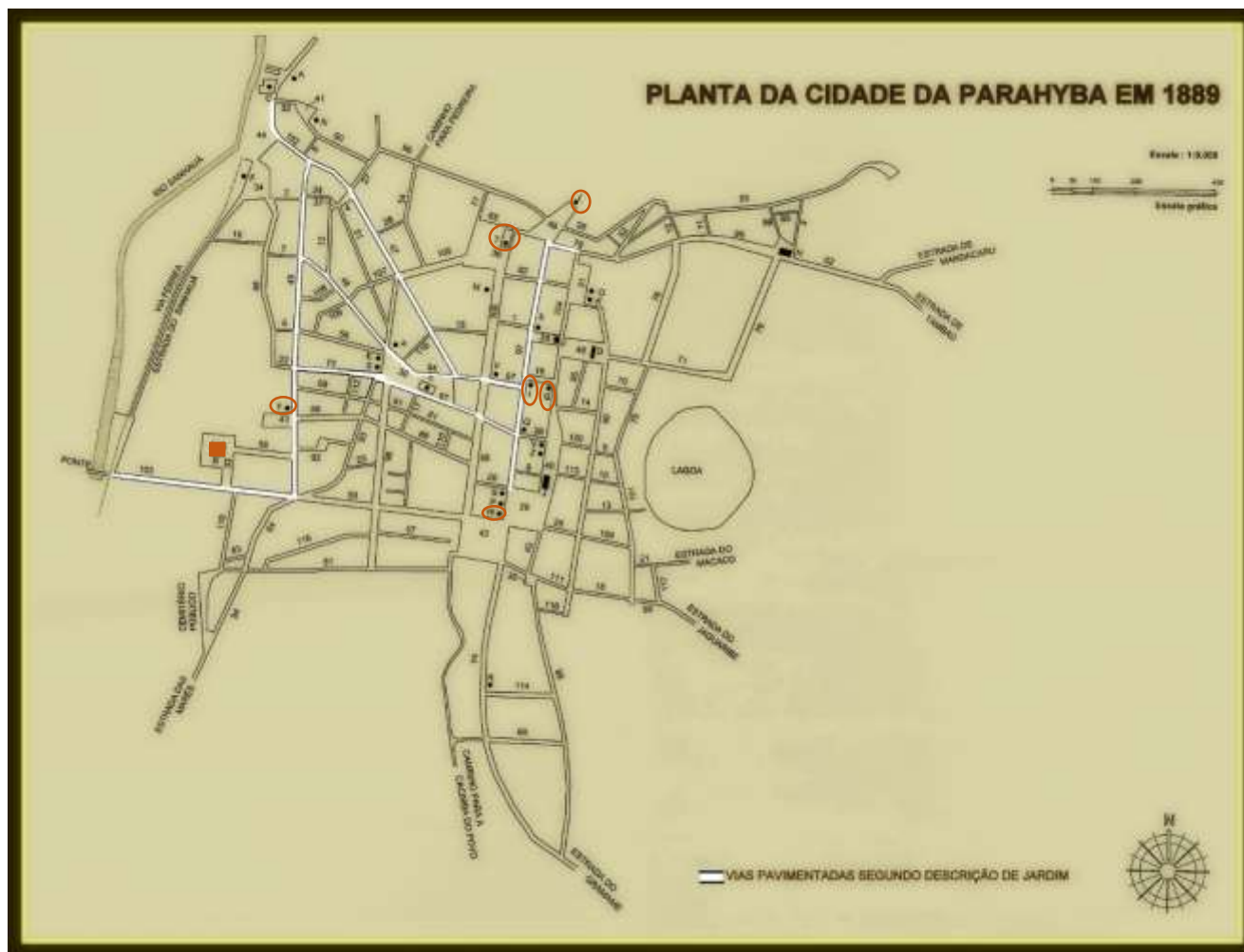
Planta da Cidade da Parahyba em 1889

Relação dos edifícios públicos, com letras que os identificam na planta

A. Alfândega	K. Igreja de Santa Teresa	U. Paço Municipal
B. Cadeia Nova	L. Igreja de Santo Antônio	V. Palacetede Inst. Primária
C. Capitania do Porto	M. Igreja de São Bento	W. Palácio do Governo
D. Casa do Mercado	N. Igreja S. Pedro Gonçalves	X. Quartel da Linha
E. Enfermaria Militar	O. Igreja do Carmo	Y. Quartel da Polícia
F. Estação Central	P. Igreja do Colégio	Z. Teatrinho Santa Cruz
G. Hospital da Santa Casa	Q. Igreja do Rosário	a. Teatro Santa Cruz
H. Igreja da Mãe dos Homens	R. Igreja dos Martírios	(em fase de Construção)
I. Igreja da Misericórdia	S. Liceu	b. Tesouraria da Fazenda
J. Igreja das Mercês	T. Matriz	c. Tesouro do estado

Nomes dos logradouros públicos (quase todos) e números que os identificam na planta

1. Beco da Companhia	41. Pátio S. Pedro Gonçalves	81. Rua do Cajueiro
2. Beco da Estação	42. Pátio de Palácio	82. Rua do Carmo
3. Beco da Mãe dos Homens	43. Pátio do Quartel da Polícia	83. Rua do Cemitério
4. Beco da Quitandinha	44. Praça de D. Pedro II	84. Rua do Consumo
5. Beco das Almas	45. Praça C. Silvino da Cunha	85. Rua do Diniz
6. Beco das Cacimbas	46. Praça do Cel. Luiz Ignácio	86. Rua da Emboca
7. Beco de Carlos Holmes	47. Rua Barão da Passagem	87. Rua do Fogo
8. Beco S. Pedro Gonçalves	48. Rua Barão do Triunfo	88. Rua do Gravata
9. Beco do Barão	49. Rua Conde d'Eu	89. Rua do Império
10. Beco do Barrancão	50. Rua da Alagoa	90. Rua do Jaguaribe
11. Beco do Barro Alto	51. Rua da Alegria	91. Rua do Limoeiro
12. Beco do Beriz	52. Rua da Aurora	92. Rua do Mulungu
13. Beco do Cipriano	53. Rua da Bica	93. Rua do Quartel
14. Beco do Diniz	54. Rua da bica dos Milagres	94. Rua do Riacho
15. Beco do Góes	55. Rua da boa Vista	95. Rua do Tambiá
16. Beco do Hospital	56. Rua da Cadeia Nova	96. Rua do tanque
17. Beco do Império	57. Rua da estrada Nova	97. Rua Duque de Caxias
18. Beco do Jaguaribe	58. Rua da Gameleira	98. Rua Formosa
19. Beco do João Magro	59. Rua da Imperatriz	99. Rua Major Moreira
20. Beco do Liceu	60. Rua da Laranjeira	100. Rua Marquês do Herval
21. Beco do Macaco	61. Rua da Macaíba	101. Rua Nova da Alagoa
22. Beco dos Medeiros	62. Rua da Mãe dos Homens	102. Rua Visconde de Inhaúma
23. Beco do Melão	63. Rua da Mangueira	103. Rua Visconde de Itaparica
24. Beco do Moutinho	64. Rua da Matinha	104. Rua Visconde de Pelotas
25. Beco do Passinho	65. Rua da Matriz	105. Trav. Barão da Passagem
26. Beco do Rosário	66. Rua da Medalha	106. Travessa Barão do Triunfo
27. Beco do Tanque	67. Rua da Misericórdia	107. Travessa da Alegria
28. Beco dos Milagres	68. Rua da Palmeira	108. Travessa da Boa Vista
29. Campo do Com. Felizardo	69. Rua da Raposa	109. Travessa da Lagoa
30. Campo Conselheiro Diogo	70. Rua da Senzala	110. Travessa da Macaíba
31. Campo Cons. Henriques	71. Rua da Tesoura	111. Travessa da Mangueira
32. Ladeira S. Pedro Gonçalves	72. Rua da Viração	112. Travessa da Raposa
33. Largo da Cadeia Nova	73. Rua das Flores	113. Travessa das Mercês
34. Largo da Gameleira	74. Rua das Trincheiras	114. Travessa do Bom Jesus
35. Largo da Mangueira	75. Rua do Santo Antônio	115. Travessa do Cajueiro
36. Largo da Matriz	76. Rua de santo Elias	116. Travessa de Chão Duro
37. Largo da Viração	77. Rua de São Bento	117. Travessa do Jaguaribe
38. Largo do Erário	78. Rua de São Francisco	118. Travessa do Teatro
39. Muro de São Francisco	79. Rua de São José	119. Trav. Visconde de Itaparica
40. Pátio das Mercês	80. Rua São Pedro Gonçalves	120. Trav. Visconde de Pelotas



PLANTA 02 – Planta da cidade da Parahyba em 1889 – Wynlna Vidal e Alberto Sousa
Representação gráfica da descrição do traçado da cidade feita por Vicente Gomes Jardim
Fonte – SOUSA, Alberto; VIDAL, Wynlna. Sete plantas da capital paraibana, 1858-1940) João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

No hospital reinaugurado, de acordo com Wilson Seixas, eram atendidos doentes de todas as moléstias, inclusive loucos[as]. Embora existam relatos afirmando a impossibilidade dos enfermeiros em tratar dos alienados[as] que existiam no Hospital, e considerando que os médicos faziam suas visitas sempre com muita pressa, não se pode negar que, de alguma forma, para o bem ou para o mal, também a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba prestou algum tipo de assistência aos alienados desvalidos, naqueles anos

Dito isto, e tomando em consideração, ainda, a representação feita por Seixas quando sugeriu que o Hospital, reconstruído no século XVIII, tinha cômodos para atender adequadamente àqueles que ali procurassem socorros, o mesmo não se pode afirmar quanto as suas condições em meados do oitocentos, quando o edifício de dois pavimentos, situado à Rua Visconde de Pelotas, ao lado da Igreja da Misericórdia, cuja capacidade “se acha[va] em atraso, relativamente a população da Província”, estava em estado de ruína. Inclusive, as descrições feitas pelo vice-presidente da Parahyba sugerem que as enfermarias dos pobres e desvalidos achava-se em péssimo estado, já àquela destinada ao internamento dos presos,

consta[va] de um corredor estreito e não muito longo, sem divisões algumas que conservem separados, como convém, os affectados de moléstias contagiosas do resto dos doentes; sem quarto reservado e outras accomodações próprias e precisas³⁰⁹.

O relato do Dr. Silva Freire trata da primeira descrição encontrada na documentação, acerca dos espaços destinados à acomodação de doentes no Hospital da Santa Casa da cidade da Parahyba. As informações anteriores são, quase sempre, genéricas. A propósito, a exposição do governador Silva Freire, que se deteve à enfermaria dos presos, revela um importante dado para este estudo, qual seja: os presos doentes, independente da enfermidade que os acometiam, eram misturados indiscriminadamente, e, muitas vezes abandonados à própria sorte. Isso sugere que, apesar de não haver na documentação referência as moléstias que atingiam aqueles homens e mulheres, acredita-se que aí, na enfermaria destinada aos presos, por falta de espaço adequado, eram mantidos alguns daqueles homens e mulheres nomeados como loucos e/ou loucas, aprisionados pela polícia quando das crises de furor e que foram encaminhados aquele hospital.

Dessa forma, ainda que não tenha sido encontrada menção a existência de loucos e/ou loucas nas prisões parahybanas até meados do oitocentos, este silêncio ou “omissão de

³⁰⁹FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo vice-presidente da mesma**, em 02 de outubro de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855a, p.17.

vocabulário” não pode ser entendido como indicativos da inexistência destes sujeitos nestas instituições totalitárias³¹⁰, até porque, como se viu, se existiam leis proibitivas a divagação de alienados, e não havendo casa destinadas a acolhe-los, bem como, considerando que a Santa Casa não era obrigada a assisti-los, resta que tais homens e mulheres foram conduzidos as prisões comuns³¹¹, quando não entregues aos seus familiares.

De todo modo, independente de quando o Hospital da Santa Casa passou a acolher os loucos e/ou loucas, infere-se que somente em 1858 foi que a loucura passou a se constituir enquanto questão nesta Província.

Um ano antes, em 1857, porém, o Inspetor de Saúde da Província, Dr. Poggi, descrevendo a situação dos nosocômios existentes na capital parahybana, observou que tanto no Hospital Regimental do meio Batalhão, como no da Santa Casa de Misericórdia [este último dirigido por ele], todas as regras de higiene eram esquecidas³¹²

Poggi sublinhou também que “somente uma reforma em tudo que lhes dizia respeito poder[ia] dar caracteres de Hospitais [àqueles nosocômios]. E acusava os gestores municipais e provinciais por aquela situação: “que fazerem, porem, os Diretores de taes estabelecimentos, quando os competentes para melhora-los não o querem, ou não o podem fazer?”³¹³. Com esta inquirição Poggi deixava tudo como estava.

Naquele mesmo ano de 1857, foi concluído o novo edificio do Hospital Regimental, ficando resolvidas as questões apontadas pelo Dr. Poggi quanto ao estado sanitário daquele

³¹⁰De acordo com a historiadora Cláudia Freitas de Oliveira, também em Fortaleza, a loucura ocupou as células da Cadeia, apesar de ter sido silenciada a existência daqueles sujeitos, quer nos Regimentos da cadeia pública, quer nos relatórios da Santa Casa dos anos de 1870 e início da década de 1880. Anotou: o silêncio dos discursos sobre a alienação [...] não implicaram, entretanto, que os loucos não existissem de fato naquelas instituições” OLIVEIRA, Claudia Freitas de. **O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a Institucionalização da Loucura no Ceará (1871-1920)**. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011a, p. 25.

³¹¹A prática de encerrar nas prisões os loucos é muito antiga e teve seu lugar em diferentes contextos. Foucault cita, por exemplo, o caso do Hospital Geral, fundado em 1656, que foi criado para atender aos pobres em geral, fossem eles válidos ou inválidos. Mas o autor observa que o “Hospital Geral” não tratava-se de uma instituição médica. Era, antes, “uma estrutura semijurídica, uma espécie de entidade administrativa que, ao lado dos poderes já constituídos, e além dos tribunais, decide, julga e executa”. Segundo Foucault, os administradores do referido estabelecimento tinham ao seu dispor: “postes, golilhas de ferro, prisões e celas. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 50. Também George Rosen sugere que durante a Idade Média a tutela dos loucos furiosos ficava à cargo das autoridades públicas, que os admitia em hospitais gerais. Observou: “La tutela del enfermo mental recaía generalmente sobre parientes y amigos; la comunidade sólo se ocupaba de aquellos que consideraba peligrosos o socialmente subversivos. Em algunos lugares era costumbre admitir a las personas gravemente trastornadas y agitadas em los hospitales generales” ROSEN, George. **Locura y sociedad** (Sociologia histórica de La enfermedad mental). Madri: Alianza Editorial, 1974, p. 181.

³¹²POGGI, João José Innocencio. **Relatorio da Repartição de Saúde da província de Parahyba do Norte**. 1857. In. CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. Relatorio recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da provincia, em 1 de agosto de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857, p. 3.

³¹³Idem, p. 3.

estabelecimento. Talvez esta ocorrência possa ter motivado este médico, que dirigia o Hospital da Santa Casa, a fazer as delações contra o presidente da Província, que respondia como Protetor da Instituição, objetivando que também aquele gestor lançasse suas vistas para a situação daquele nosocômio. Claro, ele o faz com certa cautela, como se nota na citação anterior, pois ocupava dois cargos públicos junto à administração provincial. Por outro lado, pode-se deduzir que o Provedor de Saúde tenha feito as críticas com o propósito de desresponsabilizar-se pelo mau estado sanitário do hospital que dirigia já há algum tempo. Inclusive, talvez, as críticas desferidas pelo Dr. Poggi tivessem o escopo de justificar sua malograda campanha contra as epidemias que se manifestaram na Província, no curso da década de 1850. Aliás, como se viu, este médico não foi o único a justificar sua insuficiência administrativa lançando sobre outros a responsabilidade da situação.

Mesmo em face das denúncias do Provedor de Saúde, não seria naquele momento que a Santa Casa iria ver edificado um novo prédio para servir de Hospital da Caridade. Assim, quando assumiu a administração da Província da Parahyba em 1857, o Dr. Rohan realizou algumas melhorias naquele Hospital, o que, como se viu, não foram suficientes para resolver algumas das suas questões mais urgentes, quais sejam: a falta de higiene e a distribuição dos pacientes por gênero e de acordo com suas enfermidades.

Diante de tal situação e, talvez considerando a “operosidade” do Dr. Rohan em seu primeiro ano de governo, Dr. Poggi deu início ao movimento para retirar do Hospital da Santa Casa, situado no centro da cidade, os alienados[as]. Segundo consta, foi ele a primeira voz médica a favor da construção de um estabelecimento para tais enfermos na Província da Parahyba:

Tem-se feito sensível durante a estadia dos alienados no hospital da Caridade a **necessidade de um comodo próprio para eles**, construído **de modo a resistir aos estragos que eles costumão praticar, e que os livre o mais possível dos choques, contusões**, etc.; no entanto, força é confessar que **no mesmo edificio não é possível construí-lo**³¹⁴. grifos da autora.

Enfim, Dr. Poggi, talvez influenciado pela circular de 1854, reclamou não a remessa dos loucos e/ou loucas parahybanos para o Hospício Pedro II, como pretendeu o provedor Pereira Rocha, mas sua excisão para um estabelecimento diferente.

³¹⁴POGGI, João José Innocencio. **Relatorio do Provedor de Saúde da Província de Parahyba do Norte**, em 11 de ago. de 1858. Parahyba, Typ. L. Parahybana, 1858, pp.27-28 ; ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858, p. 3.

A propósito, de acordo com o então presidente da Província, Henrique Beaurepaire Rohan, até 1858, a loucura não era uma enfermidade muito geral na Parahyba³¹⁵, inclusive, segundo este gestor, na Capital parahybana, naquele ano, havia apenas três loucos e/ou loucas presos nos porões do Hospital da Santa Casa. Mas, a pedido do Provedor da Santa Casa, o governo provincial tentou enviá-los para o Hospício Nacional, conforme previsto no Ofício-Circular de 1854, o que apesar de ter sido autorizado pelo Ministro do Império, acabou não acontecendo, pois “no acto de embarcarem, recusou-se a recebê-los o comandante do vapor”, que alegou não fazer o transporte daquela carga insana por determinação existente no regulamento da companhia de navegação, que “prohib[ia] a passagem de loucos [e/ou loucas] a bordo de seus navios”³¹⁶

Ora, considerando que as práticas destinadas ao controle da loucura caracterizavam-se claramente como uma forma de excisão dos loucos[as] furiosos[as], o certo é que, o Dr. Rohan, bem como o Provedor da Santa Casa, referia-se apenas aos sujeitos contidos nas enfermarias do Hospital, uma vez que àquela altura, dado a ordem Imperial de 1854, os loucos e/ou loucas presos pela polícia, estavam sendo encaminhados para aquele estabelecimento. Neste sentido, o reduzido numerário apresentado pelos referidos dirigentes, de alguma forma, explica o motivo para que a loucura não tenha ganho dizibilidade e/ou visibilidade naquele momento, afinal, mesmo considerando que os números indicados por aqueles senhores não são fieis à realidade, ainda assim, pode-se afirmar que aquela população “insana” se tratava de uma minoria, não raras vezes, desprezada por seus familiares e/ou pelas autoridades públicas de Parahyba. Neste sentido, sem ter quem lutasse por sua causa, que mal poderia fazer àquela sociedade, três ou quatro loucos furiosos?

Como se vê, as medidas mais empregadas para conter os alienados furiosos eram as prisões e/ou internamentos temporários. Estas práticas, de caráter “imediatista” e por certo, cruel em sua aplicação, conforme observado por Dr. Poggi em seu relatório, eram as menos onerosas para os cofres públicos e para os sempre “minguados” recursos da Santa Casa de Misericórdia, diante do que, sem assistência ou tratamento de qualquer espécie, de volta às ruas, ali permaneceriam os homens e mulheres nomeados como alienados até que novamente fossem retidos pela polícia.

Pelo exposto, os loucos e/ou loucas, cujas tentativas de banimento da cidade não tiveram êxito, permaneceriam ou nas ruas e caminhos, ou nas casas dos familiares ou, ainda, nas células da cadeia ou do Hospital Misericórdia, onde não existia para eles um cômodo

³¹⁵ ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Op cit. p.3.

³¹⁶ Ibidem.

específico³¹⁷, conforme assinalou o Provedor da Santa Casa o Padre Lindolfo José Corrêa das Neves em 1862:

Não havia e nem há ainda, quartos para os doentes de enfermidades transmissíveis e nem para a segurança dos alienados; o que bastante me tem compungido sempre que sou forçado a consentir no uso de meios de prisão, que molestão os membros dos alienados, para contê-los. Felizmente a segunda dessas urgentes necessidades vai ser satisfeita no andar térreo da nova obra da enfermaria das mulheres, e talvez a primeira também possa sê-lo.³¹⁸

Segundo consta, no pavimento inferior do Hospital da Santa Casa, foram edificadas saletas, arejadas com grades de ferros nas janelas, destinadas aos alienados[as], que, logo que concluída, teve outro destino, dado ao fato de ter aparecido demandas consideradas mais “uteis”³¹⁹.

Os loucos e/ou loucas permaneceram confinados no pavimento térreo, nas duas celas sujas e escuras nos fundos do Hospital (3), junto à cozinha onde tantas vezes estiveram de mistura com os presos, “e por baixo do salão, em que se ach[avam] as enfermas, de sorte que, quando se ach[avam os loucos e/ou loucas] nos intervalos de furor não pod[iam] as enfermas tranquilizar[em-se] um instante”³²⁰.

A construção das enfermarias a que se referiu o Provedor deveu-se a doação de seis contos de réis (6.000\$000), feita pelo Imperador Pedro II, quando, em visita à Parahyba no ano de 1859, esteve no Hospital³²¹. Com o dinheiro doado, aumentou-se o número de enfermarias de forma que o Hospital da Santa Casa de Misericórdia passou a ocupar toda a área dos fundos da Igreja da Misericórdia.

A imagem a seguir, além de sugerir que o prédio encontrava-se em mau estado arquitetônico - o que, tanto enfeava a cidade, como dava testemunho da falta de asseio das suas enfermarias -, também permite que o[a] leitor[a] percorra por suas calçadas, irregulares e largas, toda a extensão do edifício do Hospital, com o cuidado de ao aproximar-se das janelas das

³¹⁷Não se está referindo apenas aos alienados cuja autorização para internamento no Pedro II havia sido autorizada em 1858, mas também àqueles que foram/eram vítimas de outras práticas de exclusão em Parahyba ou em outras paragens da Província parahybana.

³¹⁸NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1862 In. LIMA, Francisco D'Araujo. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862, p.2.

³¹⁹Ibidem, p. 2.

³²⁰GOUVEIA, Antonio da Cruz. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1869. In. CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. **Exposição feita pelo vice-presidente da provincia da Parahyba [sic] do Norte em 11 de junho de 1869 no acto de passar a administração da provincia a Venancio José de Oliveira Lisboa. Parahyba, J. R da Costa, 1869**, p.3.

³²¹LIMA, Francisco D'Araujo. Op. cit.

últimas enfermarias (3) não ser atingido por restos de alimentos e/ ou matérias fecais, que poderiam ser lançadas pelos loucos e/ou loucas que ocupavam aquele espaço³²².

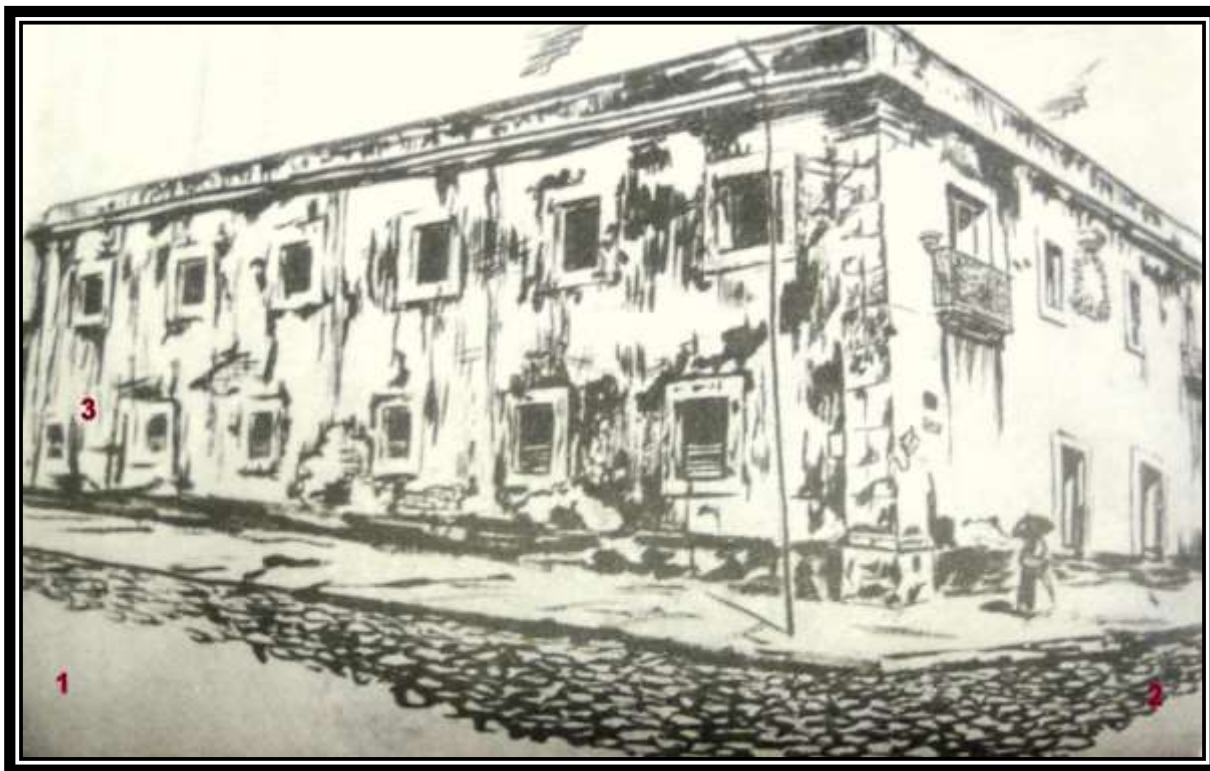


IMAGEM 03 – **Antigo Hospital da Caridade**, construído ao lado da Igreja da Misericórdia S/D
Fonte – SEIXAS, Wilson Nóbrega. Santa Casa da Misericórdia da Paraíba – 385 Anos. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.³²³

Conforme pode ser observado na representação, a frente do Hospital estava situada na Rua conhecida como Beco do Hospital (2), estendendo-se o referido edifício à Rua das Mercês (1), atual Rua Visconde de Pelotas. No andar superior, localizavam-se as enfermarias dos homens e das mulheres, “separadas pelas portas que as feixam, e há falta no edificio de espaço suficiente e lugar conveniente para que os doentes de um e outro sexo, quando em convalescença, pudessem passeiar e arejar, sem se misturarem”³²⁴. Também se conservava, no andar superior, uma privada, que em 1867 foi considerada pelo Provedor da Santa Casa como

³²²Embora o médico CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, sugira que tal prática era corrente no Asilo da Cruz do Peixe, criado somente em 1889, por certo, também ali, nas enfermarias do andar térreo do Hospital da Santa Casa, este tipo de prática pode ter ocorrido, afinal, quantos não eram os olhares curiosos lançados pela população através daquelas janelas.

³²³ Ver Anexo F - Imagem do Antigo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, quando funcionava a Polyclínica Infantil.

³²⁴BRITTO, Felisardo Toscano de. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.o vice presidente**, em 4 de agosto de 1865. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1865, p. 42.

“anti-higienica”³²⁵, talvez por não funcionar bem e, em consequência, exalar odores desagradáveis. Ora, tamanha era a falta de higiene daqueles quartos que, repetidamente, os seus administradores, os médicos da cidade e os presidentes apontavam o hospital como foco de contágio. Apesar disso, até aquele momento, e por todo o século XIX, a Santa Casa de Misericórdia foi o único estabelecimento de recolhimento e assistência aos pobres e enfermos desvalidos da Província da Parahyba, muito embora, o fizesse precariamente.

Sempre se queixando dos módicos recursos e da insensibilidade dos parahybanos, no Hospital da Santa Casa, eram atendidos pacientes de diversas moléstias, vindos de várias partes da Província, mas quando convinha aos provedores, que se diziam constrangidos diante impossibilidade “de dar expansão aos impulsos de [seus] corações”. Quando então apelavam para a caridade individual, sugerindo que sem os donativos que poderiam receber dos ricos, dado a pequenez de suas rendas, não sobraria recursos para a educação dos expostos e das crianças desvalidas “na economia, actividade e moralidade de cuja falta muito se recente a classe pobre”³²⁶.

É digno de nota que Padre Lindolfo Neves, enquanto acusou os ricos “cuja opulência não anima[va] a caridade individual” por nada fazerem em prol dos infelizes que, sem recursos, procuravam aquela instituição, desresponsabilizou a Assembleia Provincial, afirmando a insuficiência de recursos daquela Casa naquele momento. O Provedor concluiu seu relatório de 1874, fazendo uma espécie de ameaça às elites econômicas daquela cidade que, por certo, temiam a presença dos pobres nas ruas da cidade. Sublinhava: “se a caridade particular esquece-se deste “Pio” estabelecimento, [...] teremos de diminuir o numero de leitos, e recusar abrigos á necessitados que estão acostumados a encontrar prompto e fácil recurso em nosso Hospital”³²⁷.

Estranha superfície esta, pois embora se observe nos discursos dos Provedores da Santa Casa da Parahyba um ideal filantrópico, um desejo de cura, na verdade, a instituição parece atender às necessidades da ordem capitalista vigente, o que fica em relevo quando os provedores externaram, em seus relatórios, suas insatisfações em receber “inválidos”. Há, decerto, aí um imperativo do trabalho, da produtividade, do lucro.

³²⁵GOUVEIA, Antonio da Cruz. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1867. In. VASCONCELLOS. (Barão de Maráu). **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 2º vice-presidente, em 5 de ago. de 1867**. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1867.

³²⁶NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1874**. In. CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 7 de ago. de 1874 pelo presidente**. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874, pp. 1-2.

³²⁷Idem, pp. 1-2.

Diante do exposto, depreende-se que a entrada de doentes pobres, bem como de “pessoas invalidas e menores órfãos eram limitadas pelos, sempre “insuficiente”, recursos da Santa Casa de Misericórdia, isto quando não se tratavam de viúvas idosas e órfãos que podiam arcar com suas despesas, delegando à mesa administrativa da Santa Casa a tutela dos seus bens. Também não se verificou restrição ao atendimento de militares, estrangeiros e presos que eram igualmente subvencionados, ou pelos poderes públicos, ou pela iniciativa privada³²⁸.

De qualquer forma, apesar das alegações e reclamações que faziam os administradores da Santa Casa sobre a existência de inválidos e pensionistas na instituição, bem como, das despesas decorrentes destas “incomodas” presenças, o que se nota é que os pensionistas pobres não traziam ônus para aquele estabelecimento, pois esta assistência era paga pelo governo provincial, conforme se pode observar no relatório feito pelo provedor Lindolfo José Correia das Neves em 1874³²⁹. Como se vê, a Santa Casa mantinha-se fiel ao *Compromisso* de atender aos pobres e desvalidos, com um detalhe apenas: que a obra de “caridade” não onerasse seus cofres!

Para voltar ao problema da tutela dos alienados, fica em relevo que, ao ser obrigada a receber estes sujeitos em suas dependências e alimentá-los, a Santa Casa de Misericórdia, impunha também, ao louco e/ou louca, a obrigação de aceitar a repressão física e moral administrada pelos mordomos, médicos e enfermeiros da instituição, que raramente visitavam suas celas, conforme se depreende do relato do Dr. Poggi, citado antes.

Feitas estas considerações, não há dúvidas de que os “alienados”, em Parahyba do Norte, foram vítimas de muitas práticas de exclusão e da indiferença daqueles que deveriam resguardá-los. Tendo em vista que as teorias da degeneração de Morel ainda não eram conhecidas no solo parahybano³³⁰, o que, decerto, levaria muitas famílias a esconderem ou rejeitarem seus entes doentes, tal desprezo pode ser explicado em termos das observações que

³²⁸Os presos eram tratados à custa da fazenda provincial (1854). De acordo com Neves, eram tratados no Hospital da Santa Casa os Aprendidos da Marinha, os Educandos Artífices e os Soldados do Corpo Policial NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1874**. In. CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte em 7 de agosto de 1874 pelo presidente. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874, p 4.

³²⁹De acordo com o provedor Neves, em 1874, existiam na Santa Casa quatro viúvas e uma órfã cujas mensalidades eram pagas pela Assembléa Provincial. O mesmo administrador também observou que “não [era] raro encontrar-se quem deseje exercer a caridade, encarregando a Santa Casa de seus favorecidos. Ibidem, p. AD-7.

³³⁰Em *Traité des Maladies Mentales*, de 1860, Morel propôs uma classificação das loucuras a partir das causas organizar. Sobre isso ver PESSOTI, Isaias. **Os nomes da loucura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999, pp.82-87; a leitura do texto *A teoria da Degeneração de Morel e a Emergência da psiquiatria Ampliada* de autoria de Sandra Caponi traz importantes contribuições para a compreensão das ideias de Morel. In. **Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**: Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Também no Capítulo III, na parte intitulada “*Fome demais tira o juízo*”: *Experiências da loucura durante a seca de 1877*, há algumas informações importantes sobre as ideias deste médico.

fez o psiquiatra norte-rio-grandense, João Machado, em 1977. Segundo este médico, para grande parte da população, a loucura não tem cura,

muitos são convencidos de que o “louco[as]” gente perigosa, deve[ria] ser isolado, preso acorrentado, castigado; gente incomoda, barulhenta, envergonha a família, que o abandona; gente sem possibilidade de restabelecimento, não merece o sacrifício de despesas inúteis, da parte dos parentes nem do governo [quicá da Santa Casa!]³³¹

Esta ideia de que os alienados[as] nada têm a oferecer à sociedade ou à família, devido a sua condição de inválido e sem recuperação, os tornavam desprezíveis aos olhos dos provedores, governadores, da família e da população em geral, que movidos por uma mesma sensibilidade, tentavam escorraçá-los daquela paragem, tal como ficou em relevo nos relatórios do presidente Rohan e do provedor da Santa Casa de Misericórdia, Francisco d’Assis Rocha, ambos datados de 1858³³². Neste caso, escorraçar significava degredar.

Quanto à aceitação de loucos e loucas no Hospital da Santa Casa, entende-se que, mesmo em face da ordem Imperial de 1854, dado a especificidade da doença mental e, pelos motivos de ordem econômica e social, já referidos, o internamento ficava a depender da disponibilidade de vagas, da conveniência da situação [se a família tinha como financiar o internamento ou se, na ausência desta, o governo o faria] e, sobretudo, da “beneficência” dos seus administradores.

Chegado à década de 70 do século XIX, a Santa Casa encontrava no argumento da falta de espaço uma forma de se ver livre dos “indesejados” hospedes, que, conforme referido pelo Provedor Joaquim Moreira Lima, “não só perturba[vam], e encommoda[vam] os outros doentes [e também os funcionários do estabelecimento], como arruína[vam] e destro[iam] o edifício”, diante do que,

Converia ao menos, já que não se pode fazer um edificio independente, preparar alguns quartos com toda a segurança para esses infelizes.

Conserval-os em ferros, e algemados para evitar que eles arrombem os quartos, é um crueldade pungente.

Não existe no Hospital uma só prisão segura, e com as comodidades indispensáveis a esses enfermos.

³³¹Apud. COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977, pp. 156-157.

³³² ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858^a; ROCHA, Francisco d’Assis Pereira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba em 2 de julho de 1858**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858.

Se a Assembléa não der os meios os infelizes teram de sofrer, além dos encommodos d'essa cruel enfermidade, **as violências empregadas para contel-os**³³³. grifos da autora

As palavras do Dr. Lima, além de justificar as possíveis recusas em receber loucos e/ou loucas nas dependências do referido nosocômio, reitera o que relatou Dr. Poggi em 1858, colocando a descoberto o tipo de assistência e/ou tratamento desumano que era dispensado aos enfermos da mente naquele estabelecimento de saúde³³⁴. Ademais, Dr. Lima, externando certo descontentamento para com os membros da Assembleia provincial, arroga a ela a “cruel” situação em que se achavam os alienados no “pavimento térreo” do Hospital da Santa Casa. Talvez aí, esteja uma das explicações para que, por tanto tempo, a questão da alienação tenha se mantido intocada. Afinal, ninguém, nem a família, nem os médicos, religiosos, e, menos ainda, dos “filantropos”³³⁵ gestores públicos se responsabilizaram por aqueles sujeitos, delegando sempre a outrem este papel, o que revela a existência, naquela paragem, “de uma sensibilidade social capaz de banir seus loucos”. Assim, ao imputar a culpa do tratamento desumano à presidência da Província, ou melhor, à Assembleia, o Provedor da Santa Casa parece esquecer que também os administradores e médicos daquela instituição de caridade, as Câmaras Municipais, assim como os familiares e a sociedade em geral, se fossem todos capazes de traduzir “em facto o preceito divino do amor do próximo”³³⁶, deveriam ser responsabilizados por aquele tratamento cruel dispensado aos “infelizes” alienados.

Aliás, tamanho era o desinteresse dos familiares e da população em geral em assistir seus loucos e/ou loucas que, ao longo da década de 1870, a procura por espaço para

³³³LIMA, Joaquim Moreira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, jul. 1871. (manuscrito), p. AIII-2.

³³⁴Os maus tratos aos alienados eram denunciados no Brasil desde o início do século XIX, para o que a tese inaugural do Dr. Antonio Luiz da Silva Peixoto, “Considerações gerais sobre a alienação mental”, defendida em 1837, é um exemplo. No estudo, o Dr. Antonio Peixoto descreveu os meios de tratamentos usados por De-Simoni: “A camisola de força, prisões em quartos fechados, a do pé do tronco para os que as duas primeiras não podem conter, algumas vezes a diminuição da comida, são os meios repressivos de que pode fazer uso (...) Não podemos concordar com os meios de repressão adotados pelo Sr. Dr. De-Simoni em fazer meter os doidos no tronco” PEIXOTO, apud. Conforme ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. **O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria**. 2004, p. 148. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf>. Acesso em 12.12.2014.

³³⁵O termo “filantropos” aqui é compreendido a partir do artigo de Sigaud quando o mesmo refere que o tratamento dos alienados[as] deveria sair da esfera da caridade, que se voltava para a assistência aos pobres, e se tornar objeto de atenção do Estado, voltando-se para atender as questões de “higiene pública”. Apud. ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Apresentação a “Insânia loquaz” (Jobim, 1831) e a “Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro” (Sigaud, 1835). In. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. VIII, n. 3, septiembre, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017541012>. Acesso em 02.04.2016. Ver também: SIGAUD, José Francisco Xavier Op. cit.; SANGLARD, Gisele. et al. (Orgs.) **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

³³⁶Palavras do provedor Joaquim Moreira Lima quando se referia aos fins da Santa Casa, que chamou de “santa Instituição”. Ver: LIMA, Joaquim Moreira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, jul. 1871. (manuscrito), p. AIII-1.

internamento destes sujeitos naquela instituição totalitária, teria, segundo o relato do Provedor Lindolfo Neves, aumentado significativamente, o que não implica em dizer que tais pedidos foram sempre atendidos³³⁷. Ora, de acordo com o relato do Padre Lindolfo Corrêa Neves em 1873, quando geria a “Casa”: “continua[vam] a procurar abrigo nas enfermarias inválidos por suas moléstias, ou idade, alienados, idiotas e lázaros”³³⁸.

Apesar do discurso de benevolência para “o auxílio dos pobres”, os irmãos da Santa Casa, que tantas vezes acusaram os homens abastados da Província de não terem se convencido “da santidade e importância do serviço que fazem á Deos, e á humanidade, concorrendo para aumentar o patrimônio dos pobres”, esqueciam-se também dos fins daquela instituição.

Diante do exposto, não deixou de ter relevo, na Província da Parahyba, os lances ocorridos em Pernambuco nos anos 1860, isto porque, de acordo com Heronides Coelho Filho, com a criação em 1864, do Hospício da Visitação de Santa Izabel, em Olinda, e depois, em 1883, com a inauguração do Hospital da Tamarineira, no Recife, “alguns dos insanos da Paraíba foram, pelas famílias e autoridades policiais enviados para Pernambuco, fato que em nada agradava aos homens da Misericórdia recifense”³³⁹, que também declaravam não haver ali condições de receber alienados de outras províncias.

Também no Hospício administrado pela Santa Casa de Misericórdia de Pernambuco, alguns alienados deveriam ser mais ou menos convenientes, pois, segundo sugere o psiquiatra Edvaldo Brilhante da Silva Filho, algumas “famílias estruturadas com condições financeiras satisfatórias” enviaram seus parentes loucos e/ou loucas para aquele estabelecimento, o que, de acordo com a documentação compulsada, não implicou, naquele momento, numa mudança de sensibilidade em relação à forma de perceber a doença mental e, tampouco, de tratar a alienação mental na Província da Parahyba, como foi sugerido pelo referido psiquiatra. Infelizmente, aquela experiência foi mais uma forma encontrada pelas famílias abastadas para se verem livres dos seus membros considerados “inúteis”, o que ficou em relevo no relatório do provedor da Misericórdia de Pernambuco Anselmo Peretti em 1870. Para este administrador, os familiares dos alienados deixados no Hospício de Olinda não estavam interessados em oferecer um tratamento regular e adequado aquele tipo de enfermidade, o que “almejam [era] verem-se livres deles como de uma pessoa que os oprime”.

³³⁷ NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1873. In. SÁ, Francisco Teixeira de. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo presidente da província, em 6 de setembro de 1873**. Parahyba, Typ. dos herdeiros de José R. da Costa, 1873, p. AIII-3.

³³⁸ Ibidem.

³³⁹ COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977, p. 148.

Peretti observou ainda que pouco importava aos parentes daqueles homens e mulheres enfermos da mente se tais sujeitos fossem acometidos por alguma moléstia grave proveniente da insalubridade daquele local, ou se seriam vítimas de agressões de outros sujeitos internados no mesmo espaço, o que se dava por ser “a vida de seus desgraçados parentes ou amigos coisa por demais secundária”³⁴⁰.

De acordo com Heronides Coelho Filho, o mesmo provedor também afirmou que era enorme a mortalidade naquele asilo, chegando à cifra mortuária a atingir 50% da população total, o que acontecia, dentre outras coisas, devido à superlotação daquele hospital, o que resultava em más condições de alojamento, de alimentação, falta d’água, carência de enfermeiros, falta de médicos e más condições sanitárias³⁴¹.

Note-se que o Provedor da Instituição de Caridade, Dr. Anselmo Peretti, sublinhou que não havia naquele nosocômio o tratamento adequado à enfermidade daqueles sujeitos, tal como preconizado pelo psiquiatra parahybano Edvaldo Brilhante da Silva Filho, em seu trabalho “História da Psiquiatria na Paraíba”. Aliás, basta dizer que o Hospício de Olinda foi criado por imposição do governo de Pernambuco, passando a ocupar o velho edifício do Hospital da Santa Casa daquela cidade, quando os pacientes não-alienados, existentes ali, foram transferidos para um novo prédio localizado em Recife.

Pese que, mesmo em face das precárias condições do antigo hospital, que estava em ruínas, o presidente de Pernambuco, Ambrósio Leitão da Cunha, em 1861, aconselhado pelos médicos locais e, **“baseado nos princípios da ciência e nas práticas dos países cultos”**, assumiu que não projetou levar para o Hospital Pedro II, em Recife, os “infelizes” loucos e/ou loucas. Ao expor sua posição, Leitão declarou ter autorizado alguns reparos no prédio onde funcionou o hospital da Santa Casa de Olinda, de maneira que pudessem ser recolhidos ali “aquelas desgraçadas criaturas”. Na mesma medida, este gestor sugeria que, naquele lugar, poderia vir a “estabelecer-se um Hospital de Alienados com grandes proporções, sujeitando-o a conveniente regularidade, e proporcionando assim aos pobres enfermos todos os meios aconselhados pela ciência para a sua cura”³⁴². Talvez aí esteja a explicação para que o escritor Edvaldo Brilhante tenha sugerido que, com a inauguração do Hospício, em Olinda, tenha havido uma mudança na forma de tratar, diz-se, na sensibilidade dos parahybanos em relação a loucura. Ocorre que a promessa do governador Ambrósio Leitão da Cunha nunca veio a se concretizar,

³⁴⁰COELHO FILHO, Heronides. O. cit. p. 34.

³⁴¹Ibidem.

³⁴²PERNAMBUCO. Exposição apresentada a Assembleia Legislativa da Provincia de Pernambuco pelo Dr. Ambrósio Leitão da Cunha em 01 de abril de 1861. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u635/000001.html>. Acesso em 19/01/2016.

conforme pode-se concluir a partir das informações contidas nos relatórios dos provedores daquela instituição, citados pelo escritor Heronides Coelho Filho.

Em todo o caso, não há certezas se a população parahybana tinha conhecimento acerca da realidade experienciada pelos alienados[as] que foram aprisionados naquele Hospício. Com efeito, também o Hospício da Visitação de Santa Izabel foi uma forma de “escorraçar” os loucos e/ou loucas da cidade de Parahyba do Norte que, de outra forma, ou seriam conduzidos às células da prisões e enfermarias da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, a contragosto dos irmãos daquela Casa, ou ficariam vagando pelas ruas, provocando grandes incômodos à população da cidade, segundo referiu o provedor Lindolfo Corrêa Neves em 1873.

Entende-se, portanto, que a expulsão dos alienados da cidade de Parahyba tratava-se de uma espécie de regra aceita implicitamente pela sociedade. Dessa forma, tamanha era a indiferença dos gestores parahybanos e/ou da Santa Casa, em relação à existência destes sujeitos, que nem mesmo suas extravagâncias e esquisitices foram dignas de notas³⁴³ naqueles anos. Este silêncio, no entanto, pode ser caracterizado também como um mecanismo de exclusão social, pelo qual os gestores públicos e irmãos da Santa Casa de Misericórdia se furtavam à responsabilidade de administrar a loucura existente nas ruas ou nas instituições totalitárias daquela Capital.

Assim, um dos possíveis motivos para que tais gestores tenham silenciado sobre a existência destes homens e mulheres alienados nas ruas, ou nas prisões e hospitais de Parahyba do Norte, por mais de dois séculos, deveu-se ao fato de que ao apontar a existência destes sujeitos, aqueles administradores não só denunciariam suas faltas para com os mesmos, como ainda atrairiam para si as responsabilidades em assisti-los.

Sopese ainda, no que diz respeito ao internamento e responsabilidade dos alienados, que entre o governador da Parahyba e os irmãos da Santa Casa de Misericórdia havia certa cumplicidade. Aliás, esta relação ultrapassava os limites da questão da loucura, pois, como se sabe, nas Santas Casas de Misericórdia [espalhadas pelo país], os provedores eram sempre homens considerados pelas elites econômicas e políticas, como sendo de boa índole e de grande prestígio socioeconômico, condições estas consideradas fundamentais para ocupar aquele cargo ostentatório, afinal, somente eram indicados para esta função os sujeitos que ao ingressarem na Irmandade ofereceram as melhores esmolas para a Casa de Misericórdia.

³⁴³De acordo com Magali Garcia Engel, a loucura revelou-se a partir do vestuário dos hábitos estranhos do palavreado esquisito e, principalmente, pelo delírio ENGEL, Magali Gouveia. **Os Delírios da razão: Médicos, Loucos e Hospícios** – Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p.25.

A indicação para ser um irmão e a condição para que o mesmo fosse aceito na Casa correspondia praticamente aos mesmos critérios³⁴⁴. Esta condição social talvez tenha corroborado para que os governadores da Província da Parahyba, muitos dos quais vindos de outras partes do Brasil tenham evitado questionar as obras de assistência realizadas pela referida instituição com o propósito de serem aceitos entre os irmãos, o que, inclusive, foi consolidado com a promulgação do Compromisso da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1850, elaborado pela Assembleia Legislativa e que entrou em vigor em 1852.

Por meio do novo Compromisso, o Presidente da Parahyba se tornava irmão e protetor da instituição, devendo passar por sua apreciação qualquer ato de interesse da “Casa”, inclusive a indicação dos nomes daqueles que seriam os provedores³⁴⁵.

Os Provedores, por sua vez, reclamavam insistentemente da falta de recursos para o hospital e da diminuta subvenção oferecida pelo Thesouro Provincial, mas remendavam sugerindo compreender a sempre “difícil” situação econômica da Província. Esta relação de interesses políticos e econômicos teve reflexo também sobre os sujeitos nomeados como loucos[as]. Como se vê, decerto, a convivência dos aludidos gestores foi fundamental para manter intocada, nesta Província, a questão por tantos anos.

Chama a atenção, em relação à responsabilidade sobre os loucos e/ou loucas, o fato de não se observar, quer por parte dos Provedores, quer da parte dos Presidentes, nenhuma culpabilidade às Câmaras Municipais, por não fazerem cumprir a Lei Imperial de 1828 ou as Posturas Municipais de 1830, que versam sobre a circulação destes sujeitos na referida Capital.

Feitas estas considerações, não há como negar que o “Ofício-circular do Ministério dos Negócios do Império, de 04 de setembro de 1854, foi um divisor de águas para a história da loucura na Parahyba, visto ter sido o conteúdo deste documento o responsável pelo fim do silêncio, nas fontes, sobre a existência de alienados[as] nesta Província. Ironicamente, os homens e mulheres considerados loucos[as] ganharam dizibilidade e visibilidade a partir das penas daqueles sujeitos que, por tanto tempo, ignoravam suas existências e seus martírios, silenciando sobre eles e mantendo-os na escuridão dos calabouços. Aliás, de acordo com a bibliografia consultada, a luta entre o silêncio e a palavra, entre o invisível e o visível, é uma marca indelével na história³⁴⁶ da loucura, tendo atravessado uma longa trajetória de “batalhas”

³⁴⁴Ver: CRAESBEECK, Pedro. **Compromisso da Misericórdia de Lisboa**. Lisboa. 1619. Disponível em <http://www.purl.pb>. Acesso em 05.05.2014.

³⁴⁵NUNES, Luiz Antonio da Silva. **Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1860, p. 37.

³⁴⁶Ver: WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos**. Uma História de lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2002 e OLIVEIRA, Claudia Freitas de. op.cit.

reais e imaginárias para garantir a estes sujeitos um lugar no mundo, ou dizendo de outra forma, para lhes garantir o direito de existir.

Neste sentido, observando-se os discursos existentes, vê-se que o governo parahybano estava em falta com suas obrigações para com os alienados, pois, apesar da Constituição do Império não garantir a tais homens e/ ou mulheres nenhum direito específico como cidadão, o Código Criminal de 1830 não deixara passar despercebida à existência daqueles habitantes, estabelecendo em seu artigo 10º que os loucos e/ou loucas que cometessem crimes privados do sentido seriam inimputáveis³⁴⁷.

Portanto, ao nível das Leis do Império, entende-se que os alienados estavam encerrados em um discurso que só lhes permitia uma distinção quanto ao seu estado patológico, qual seja: a condição de ser louco[a] ou louco[a]-furioso, qualificação esta atribuída juridicamente.

Por conseguinte, apesar do perigo que era arrogado àquele sujeito, entende-se que o estado de loucura era premissa para a absolvição de crimes, em face do que não seriam as cadeias comuns os lugares para os supostos loucos e/ou loucas criminosos[as]. Inclusive, o Código Criminal de 1830 deixou isto claro: os loucos[as] que tivesse praticado crimes deveriam ser recolhidos em lugares destinados ao seu tratamento. No entanto, uma vez considerado o criminoso um “enfermo da mente” e, não havendo um lugar adequado para o seu recolhimento, já que eram raros os Hospícios existentes no Brasil, estes homens e mulheres deveriam ser tutelados por suas famílias³⁴⁸. Ocorre que muitos não tinham família e deixá-los a vagar pelas ruas e cercanias da cidade era, certamente, um risco que ninguém queria correr. De tal forma, entende-se que, a depender do crime e do criminoso, era atrás das grades que aqueles desafortunados iriam passar seus dias³⁴⁹.

Diante do que foi dito, não se perca de vista que, em face da inimputabilidade dos loucos e/ou loucas, houve casos de delinquentes comuns que tentaram fugir das penalidades da lei, sob a alegação de terem praticado crimes por privação da razão. E não deve ter sido pequeno

³⁴⁷ BRAZIL. **Código Criminal do Império do Brasil**, 1830. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

³⁴⁸ Os primeiros estabelecimentos exclusivos para alienados no Brasil, criado durante o Império foram: O Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, de 1841; o Hospício Provisório de São Paulo, de 1852; O Hospício da Visitação de Santa Izabel, em Olinda, de 1864; o Hospício Provisório de Belém, de 1873; O Asilo São João de Deus, criado em 1874, em Salvador; e o Asilo São Vicente de Paulo, em Fortaleza, de 1886. Conforme ODA, Ana Maria Galdini R.; DALGALARRONDO, Paulo. **História das Primeiras Instituições para alienados no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n3/19.pdf>. Acesso em 19/01/2016.

³⁴⁹ Sobre isso ver CARRARA, Sérgio. **Crime e Loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: EDUERJ/EDUSP, 1998; ver no Capítulo III, o episódio intitulado: “Fome demais tira o juízo: Experiências da loucura durante a seca de 1877”.

o número de criminosos[as], talvez não-alienados[as], que escaparam das células “imundas” das Cadeias ou mesmo da pena capital, prevista na lei penal brasileira do Império. Inclusive, o jornal *A Regeneração* denunciou, em 1862, o caso de um raptor de uma moça desassissada [Art. 227 do Código Criminal do Império de 1830] que, acusado também de crime de defloramento de vulnerável [Art. 219 do Código Criminal do Império de 1830], para fugir das penalidades da lei, primeiro tentou casar-se com a mesma, o que anularia as penas de prisão e degredo previstas no código criminal vigente³⁵⁰, no que fora impedido pelo genitor da “pobre idiota”. Baldada esta tentativa, com o apoio de um juiz local, o mesmo foi declarado idiota, sendo libertado imediatamente, dada a “condição” de “irresponsável”, diz-se, de louco. Louco pacífico, diga-se, visto que, caso fosse identificado como furioso, teria sido considerado criminoso e, portanto, mantido preso³⁵¹.

De uma forma geral, o gesto de aprisionar os loucos[as] nas Cadeias Públicas ratifica o desinteresse dos governadores em fazer gastos considerados, supostamente, inúteis. Assim, compreende-se que era negado ao louco e/ou louca que cometeu um crime, ou àquele considerado furioso[a], o benefício de ser assistido em lugares/espços adequado à sua suposta enfermidade.

Como se depreende, esta experiência revela que, naquele momento, os alienados estavam relacionados, confusamente, aos criminosos e/ou a outras categorias de “associais” e não à doença, o que se deveu, dentre outras coisas, à incerteza sobre a possibilidade para curar aqueles sujeitos. Neste sentido, entende-se que o poder de distinguir o louco/ louca do não-louco/louca, bem como o alienado[a] furioso[a] de um criminoso[a] comum, na província da Parahyba, não era médico, o que, decerto, deve ter provocado desentendimentos entre os senhores do saber³⁵², médicos e/ou juristas. Assim, entende-se que, na medida em que a loucura escapava ao controle médico, inversamente ela era cerceada pelo saber jurídico que a transformava em ameaça quando furiosa e a aprisionava em Cadeias, casas de correção ou nos porões do Hospital da Caridade.

A propósito, as referências mais antigas encontradas na documentação compulsada sobre a prática de aprisionar alienados nas Cadeias da cidade de Parahyba do Norte datam da década de 1860, portanto, posteriores à Ordem do Imperador Pedro II, já referida neste estudo,

³⁵⁰ Conf. Artigos 219, 227 e 228 respectivamente, Dos Crimes contra a segurança da Honra: **Estupro; Rapto e a penalidade.** BRAZIL. **Código Criminal do Império.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

³⁵¹ Jornal *A Regeneração* de 29/03/ 1862. Disponível em http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/A_REGENERACAO/N_01_A_88/A%20REGENERACAO_29-03-1862.pdf. Acesso em 07/12/2014.

³⁵² Não se observou na documentação examinada, a existência de uma concepção médica da loucura.

e se relacionam intrinsecamente com a internação no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Tratam-se de “**pedido de tratamento de saúde mental**” realizados ou pelo presidente da Província ou pelos chefes de polícia de Parahyba e das cidades e vilas circunvizinhas.

Entre as solicitações para o tratamento dos alienados no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, pelas autoridades policiais, chamam atenção as “passagens” do Sr. João Lopes de Souza e também o caso da Sra. Maria Umbelina, ambos procedentes da vila de Ingá e que, segundo os documentos analisados, estavam acometidos de loucura.

Consta que o primeiro senhor foi detido e internado pela polícia quatro vezes, num período de apenas oito meses, isso revela que não havia interesse da Santa Casa em manter o louco no estabelecimento por um tempo maior que o necessário, para que o mesmo se reestabelecesse da crise de furor. Quanto à “louca”, Maria Umbelina foi encaminhada para o Hospital da Caridade por três vezes, num espaço de cinco meses, até que, recebendo alta em fevereiro de 1863, por “se achar restabelecida”, foi “dada ordem que ela [seguisse] para a corte”, onde, acredita-se, seria internada no Hospital Pedro II, no Rio de Janeiro³⁵³, para onde só deveriam ser encaminhados os alienados passíveis de cura, conforme previsto no artigo 2º. do Ofício-circular de 04 de setembro de 1854.

Mas houve razões para que tivesse sido autorizado o envio da Sra. Umbelina e não do Sr. João Lopes de Souza à Corte, o que gera grande interrogação, afinal, uma e outro foram internados e liberados do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, inúmeras vezes, com pareceres médicos “comunicando” estarem “recuper[ados] da sanidade mental”³⁵⁴. Assim, na busca de uma resposta para esta questão, tentou-se adentrar com Maria Umbelina os portões do Hospício Pedro II.

Tomando-se como certo o que estabelecia o artigo 2º da Lei de 1854, anteriormente citado, concluir-se-ia que a Sra. Umbelina seria passível de cura. No entanto, é sabido que a admissão de alienados no Hospício Pedro II era realizada “exclusivamente por intermédio do Provedor da Santa Casa” e apesar da insistência do médico Manoel José de Barbosa para que o administrador “se pautasse na admissão de alienados passíveis de cura”, eram frequentes os pedidos de aceitação de sujeitos considerados incuráveis, tais como “imbecis e idiotas”, o que acontecia por motivos de ordem econômica³⁵⁵.

³⁵³SILVA FILHO, Edivaldo Brilhante. **História da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, pp. 45-47

³⁵⁴Ibidem, pp. 45-46.

³⁵⁵GONÇALVES, Monique de Siqueira; EDLER, Flávio Coelho. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. 12, núm. 2, jun, 2009, pp. 393-410. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233016517013>. Acesso em 20.12.2014.

Segundo Flavio Coelho Edler e Monique de Siqueira Gonçalves, com relação a admissão de alienados, administrativamente, ficou estabelecido no “Projeto do Estatuto do Hospício Pedro II”, que ali “poderiam ser recebidos [alienados] em quatro categorias: indigentes (não pagantes), pensionistas de 1ª. Classe, 2ª. Classe ou 3ª. Classe, pelas quais seriam pagas cotas diárias de acordo com a classe”³⁵⁶.

Ao se considerar este aspecto, surgem outras possibilidades para explicar o que motivou o envio da Sra. Umbelina para aquele Hospital. Primeiramente, talvez dado aos muitos pedidos de internamentos encaminhados pelos governos provinciais àquela instituição, que dispunha de um reduzido número de quartos para indigentes, a “louca” tenha sido escolhida para fazer a travessia marítima por ser mais calma que o “louco” João; segundo, talvez seu encaminhamento para o Pedro II, tenha sido determinado por uma questão moral, ou melhor, de honra. Neste sentido, é possível que os próprios parentes tenham recorrido à administração da Santa Casa para solicitar sua internação no Hospício do Rio de Janeiro como pensionista, onde suas práticas, talvez, não virtuosas aos olhos das populações das cidades de Ingá e Parahyba do Norte, pudessem ser suprimidas.

Há, contudo, uma possibilidade mais crível, qual seja: a de que esta senhora, que atendia pelo nome de Maria Umbelina, e que era, segundo os pedidos de tratamento encaminhado pelos chefes de polícia, natural da vila de Ingá, tratar-se, na verdade, da Maria Umbelina de Albuquerque Maranhão, proveniente da província do Rio Grande do Norte, protagonista do episódio que ficou conhecido como “o caso da ‘Ressuscitada’”.

Sobre este caso, de acordo com a documentação consultada, em 1862, quando o cólera-morbo fazia sua segunda aparição na Província da Parahyba, surgiu na cidade de Parahyba do Norte uma mulher identificada como Maria Umbelina, que dizia ser a filha do comendador, norte-rio-grandense, Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, e que foi casada com o Capitão Anacleto José de Matos, a quem deixara viúvo em 1858, por ter simulado estar morta. A dita mulher referiu

que seu marido mandou-a envenenar; que o encarregado da propinação, um Português de nome Freitas ou Fortunato, trocou o veneno por um narcótico; que considerada morta, foi enterrada na capela do engenho Cunhaú [Rio Grande do Norte]; que da sepultura foi subtrahida durante a noite pelo mesmo Português; e que quando tornou a si achava-se no mar, dentro d’um caixão mortuário, em uma barca e na companhia do seu raptor³⁵⁷.

³⁵⁶ GONÇALVES, Monique de Siqueira; EDLER, Flávio Coelho. Op. cit. p. 2

³⁵⁷ BRAZIL. ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da undécima legislatura, sessão de 1862. Tomo 1. Rio de Janeiro, Typographya Imperial e constitucional de J. Villeneuve & C. 1862. Disponível em <http://www.books.google.com.br>. Acesso em 01.02.2015. pp. 180-181.

Desta narrativa, considerada “tão maravilhosa” pelas autoridades jurídicas da Província da Parahyba, resultou uma grande investigação por parte do chefe de Polícia, Dr. Riqueira Costa, a acerca dos fatos revelados por Maria Umbelina que, àquela altura, já era conhecida como “A Ressuscitada”. Depois de 7 ou 8 meses, o Dr. Riqueira Costa concluiu sua averiguação, afirmando a veridicidade dos fatos revelados pela suposta mulher, pedindo a prisão do seu suposto esposo e também do comendador Antônio de Albuquerque que fora acusado de filicídio, tudo motivado por uma suposta traição e pela desonra que aquele caso provocaria a família.

Também a senhora Joana de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, a quem a “Ressuscitada” chamava de mãe, foi presa por não permitir que os médicos peritos “corressem seu corpo” a fim de encontrar sinais congêneres com o da suposta Maria Umbelina³⁵⁸. Mas isto não foi tudo. A prisão daqueles nobres senhores e senhora norte-rio-grandense mobilizou também a Câmara dos Deputados daquela província, de maneira que foi requerido pelos parlamentares do Rio Grande do Norte ao parlamento parahybano esclarecimento sobre os supostos “abusos” cometidos pelo Chefe de Polícia, a quem acusavam de “arbitrário e despótico”.

Como forma de pressionar as autoridades jurídicas da Parahyba, o caso foi noticiado no Jornal “Constitucional”, onde o advogado dos acusados, o Dr. Silveira Lobo, informava sobre a investigação e pedia esclarecimentos públicos sobre o caso³⁵⁹. O referido advogado, em sessão parlamentar de 22 de agosto de 1862, reverteu o caso declarando tratar-se àquela mulher não de quem afirmava ser. Segundo o Dr. Silveira Lobo, tratava-se de uma louca, para o que descontruiu as provas juntadas pelo Chefe de Polícia, afirmando o estado de epilepsia da Ressuscitada, o que explicava sua inexatidão e o seu “desmemoramento”³⁶⁰. Inclusive, chamou a atenção o depoimento da testemunha de acusação o Sr. Manoel “Porteiro”, que declarou ter conhecimento de que uma das filhas do aludido comendador sofria do “mal da gôta”, como era conhecida popularmente a epilepsia³⁶¹. Tal coisa foi imediatamente negada pelo advogado do comendador Antonio de Albuquerque Maranhão cavalcanti, afirmando não

³⁵⁸BRAZIL. ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Op.cit. p. 187

³⁵⁹Jornal o Constitucional, Rio de Janeiro, 21/08/1862; 23/08/1862; 19/09/1862. Disponíveis em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=235709&pagfis=131&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em 28/05/2016.

³⁶⁰Idem, p. 183.

³⁶¹Dentre as formas de nomear a epilepsia pode citar: "mal divino; mal de Hércules; mal de gotta; morbus major; passio puerilis; morbus caducus; morbus comiciais e morbus de São João. Sobre isso ver: SEIXAS, Henrique Carlos do Rosario. **Os crimes dos Epiléticos**. Porto, Imprensa Nacional, 1922.

ter conhecimento o Porteiro sobre “mal da gôta que nunca sofreu, nem se provou que sofresse nenhuma filha do comendador”³⁶². E não se falou mais sobre esse assunto, senão para acusar a Ressuscitada de ser louca.

Os senhores Anacleto José de Matos e Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, e sua esposa Joana, não foram inocentados dos crimes de envenenamento, mas conseguiram o *habeas-corpus* em setembro daquele ano. Entretanto, depois daquela decisão “já não se fala[va] mais na Ressuscitada”, diz-se, o assunto foi dado por encerrado. Quanto ao destino desta mulher, foi estabelecido que, quando melhorada de uma enfermidade que a havia acometido, a mesma seguiria para a Capital Nacional³⁶³, diante do que acredita-se que seria encaminhada para o hospício Pedro II. Não há maiores informações na documentação examinada.

Ademais, se a mulher “Ressuscitada” falava a verdade ou se se tratava de uma “embusteira” ou “louca epilética”, como se referiu o Dr. Silveira Lobo, não há como afirmar.

Finalmente, além do nome incomum que aparece nos “pedidos” do chefe de Polícia e o nome da suposta “Ressuscitada”, também coincide a temporalidade dos fatos. O primeiro pedido de tratamento para a Sr. Maria Umbelina [a do Ingá], que se tem notícia, data de outubro de 1862, portanto, no mês seguinte a concessão do *habeas-corpus* aos acusados de tentar envenenar Maria Umbelina. Se a mulher de Ingá e a “Ressuscitada” são a mesma pessoa, independente de sua saúde mental, seu envio para o Rio de Janeiro teria sido motivado pelas revelações “fantásticas” que fez, o que parece ter dividido a opinião da população da cidade da Parahyba, além de ter causado contendas entre as elites políticas do Rio Grande do Norte e desta Província. Se for esta a verdade dos fatos, o certo é que os propósitos da internação de Maria Umbelina no Pedro II seriam: 1) calar a mulher, uma vez que os envolvidos no polêmico caso eram homens de grande prestígio político nas Províncias do Rio Grande do Norte e Pernambuco³⁶⁴; 2) ratificar que a mulher era louca e garantir a absolvição dos acusados de tentá-la assassinar por envenenamento, dando por encerrado o processo.

Estas ocorrências explicariam por que teria sido autorizado o envio de Maria Umbelina e não de outros alienados, como o senhor João Lopes de Souza para a corte

³⁶²BRAZIL. ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Op. cit., p. 183

³⁶³ Jornal Constitucional, Rio de Janeiro, 19/09/1862. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=235709&pagfis=131&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em 28/05/2016.

³⁶⁴Ver A Lenda da Ressuscitada. In: <http://www.secretaria-turismo.blogspot.com.br>. Acesso em 03.02.2015. Ver também BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.) Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. – João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins>. Acesso em 12.12.2014.

Diante da complexidade da questão, somente uma coisa pode-se afirmar a respeito: aquele ato foi uma forma de banir da Província da Parahyba aquela mulher que perturbava a ordem social estabelecida.

Feitas estas considerações, no nível das internações, no “**pedido de tratamento de saúde mental**” a ser realizado no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, chama a atenção o fato de não se verificar, na documentação examinada, nenhuma referência a “tratamento de saúde”, quaisquer que fosse, dispensado aos alienados na referida instituição. Neste sentido, o certo seria “pedir a internação do doente mental” ou algo equivalente e não “tratamento de saúde mental”. Daí concordar com Foucault quando afirmou que

o internamento não é um primeiro esforço na direção da hospitalização da loucura, sob seus variados aspectos mórbidos. Constitui antes uma homologação dos alienados aos outros correcionais, como demonstram essas estranhas formulas jurídicas que não entregam os insanos aos cuidados do hospital, mas os condenam a uma temporada neles³⁶⁵.

Apesar de tratar-se de contextos diferentes, fica em evidência que também nesta Província o internamento não visava à cura, mas sim a contenção do suposto louco e/ ou louca. Inclusive, o mesmo se observa no Hospício de Visitação de Santa Izabel, em Olinda, Pernambuco³⁶⁶. Afinal, fazendo uso das palavras de Foucault: “ser tratado com os outros insanos: isso não significa submeter-se a tratamento médico, mas sim seguir o regime da correição”³⁶⁷, tanto é que, nos casos dos “referidos” alienados, mesmo que eles tenham recebido o diagnóstico de “recuperados”, tempos depois, tornaram a ser levados pela polícia para o mesmo Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba.

Chamou a atenção em todos os pedidos de tratamento para alienados, citados pelo escritor Edvaldo Brilhante da Silva Filho, os termos empregados nas recomendações dos sujeitos alienados, encaminhados pelos chefes de polícia para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia: o tratamento solicitado foi sempre ou “de saúde mental”, ou “de sanidade mental”. Em nenhum caso se observou o uso de termos de sentido negativo, tais como “doença mental” ou “enfermidade mental”. Não há certezas sobre os motivos que levou, naquela conjuntura, aquelas autoridades públicas, e mesmo os médicos, a utilizarem-se daquelas fórmulas para referir-se ao tratamento dispensado aos alienados.

³⁶⁵FOUCAULT, Michel. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, pp. 115-116.

³⁶⁶Conforme COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977.

³⁶⁷FOUCAULT, Michel. Op. cit. p. 116.

Entretanto, considerando que “a finalidade de qualquer processo curativo é apenas fazer as propriedades vitais alteradas voltarem ao tipo que lhes é natural”, como afirmava Bichat³⁶⁸, diante do que, considerando que aqueles homens e mulheres supostamente alienados estivessem ali por motivo de grandes excitações nervosas, e sendo a finalidade do internamento diminuir a incitação e restituir a suposta normalidade, ou melhor, a saúde daqueles sujeitos, a expressão “tratamento de saúde mental” estaria no seu devido lugar, o que ficaria mais bem explicado nos seguintes termos: internamento para restituição ao estado normal [do paciente ou o que se considera como normal numa determinada sociedade].

Para Broussais, que foi muito influenciado por Bichat, “as doenças nada mais são que os efeitos de simples mudanças de intensidade na ação estimulante indispensável à conservação à saúde”³⁶⁹. Em seu *“Traité de l’irritation et de la folie”*, o francês considerava que a excitação era o fator vital primordial. De acordo com Georges Canguilhem, Broussais teria afirmado que “o homem só existe pela excitação exercida sobre os órgãos pelos meios nos quais é obrigado a viver”³⁷⁰. Assim, também Broussais compreendia que a cura era restituir as propriedades vitais ao seu estado considerado normal. As teorias destes médicos se tornaram conhecidas a partir da segunda metade do século XIX, especialmente, por meio das obras de Augusto Comte, conforme sugere Canguilhem³⁷¹. Apesar disso, não há como afirmar se as ideias de Bichat ou Broussais tiveram ressonância na Província da Parahyba naquele momento, quer pela leitura dos seus manuais, quer através das obras de Comte.

Não se pode negar que, de alguma forma, pensamentos que podem ter sido inspirados por tais cientistas influenciaram no aparecimento da ideia de que, talvez, fosse possível tratar a saúde mental, não no sentido de prevenir a doença, mas de reestabelecer a normalidade do corpo que sofria algum tipo de alteração. Para ser mais preciso: com base em tais ideias, entende-se que “a irritação é, portanto, a excitação normal, transformada por seu excesso”³⁷², diante do que, a saúde do alienado, encaminhado para “tratamento” por crises de furor, seria restabelecida logo que a excitação fosse normalizada³⁷³.

Por outro lado, caso não fosse esta a explicação para o uso de expressões positivas para referir-se aos alienados encaminhados as instituições totais da Província da Parahyba, e,

³⁶⁸Apud. CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 29.

³⁶⁹Ibidem, p. 17.

³⁷⁰Ibidem, p. 22.

³⁷¹Ibidem.

³⁷²BROUSSAIS, apud. CANGUILHEM, Georges. Op.cit. p. 22.

³⁷³Acredita-se que talvez os médicos e/ou magistrados políticos tenham recebido alguma influência das teorias destes cientistas, por motivo de ter-se encontrado nas obras de Oscar de Castro e outros memorialistas referências a Bichat. Claro, não se pode perder de vista que este médico escreveu sua obra cerca de um século depois daqueles eventos.

ainda que persistissem, no território parahybano, entre juristas, médicos e demais elites letradas, políticas e econômicas, a crença na incapacidade de cura do alienado, observa-se incipiente a influência dos discursos psiquiátricos nesta paragem. Bastando considerar que o próprio *Ofício-Imperial* de 1854 sugere a possibilidade de cura para alguns dos homens e mulheres acometidos de loucura. Apesar disso, não se observou na documentação produzida por médicos, sobre qualquer enfermidade, a expressão “tratamento da saúde”. Aqui na Província da Parahyba, pelo menos até onde permite concluir a documentação estudada, aqueles cientistas tratavam das enfermidades/ doenças físicas.

Mas isto não é tudo. O “**pedido de tratamento de saúde mental**” pode esconder interesses de ordem jurídica. Basta considerar que todos os sujeitos para quem foram solicitados os “tratamentos” eram encaminhados pelas autoridades de polícia. Assim, considere-se que poderia tratar-se de criminosos que foram considerados alienados e, portanto, encaminhados para receberem tratamento, o que visava garantir, em conformidade com o Código Criminal do Império, a liberação daqueles sujeitos, supostamente inimputáveis, tão logo recebessem alta médica, conforme previsto no Art. 12. O contrário também é verdade, muitos devem ter sido os pedidos de tratamento cujo fim seria evitar a fuga e, logo que fosse autorizada a alta, torná-los imputáveis, o que poderá ser observado a seguir, no caso *Donária dos Anjos*, de 1877. Fato é que, de outra forma, aqueles homens e/ou mulheres seriam condenados a usar indeterminadamente uma máscara [de louco/louca] para fugir das penalidades previstas no Código Criminal de 1830.

Frente o exposto, entende-se que, de alguma forma, os discursos e práticas psiquiátricas iam fazendo sua aparição nesta paragem, quebrando o silêncio sobre os alienados, alterando as falas sobre aquela enfermidade, ora segregando, ora juntando, caracterizando-os ou até individualizando-os, internando-os e quem sabe, como sugere os documentos, tratando-os. Apesar disso, não se reconhece naquela província o hospital como instrumento terapêutico, destinado à cura da loucura e, tampouco, o médico como detentor do “poder de decisão” acerca da existência ou ausência da alienação. De um modo geral, até o final do século XIX, os hospitais parahybanos eram essencialmente instituições de assistência aos pobres. Aliás, como se viu ao longo deste estudo, não havia nesta Província uma “medicina hospitalar” ou um “hospital médico”, nos termos utilizados por Foucault, ou seja, não havia intervenção médica, nem distribuição do espaço hospitalar, a fim de promover a cura dos doentes e evitar a propagação de doenças³⁷⁴.

³⁷⁴FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da Violência nas Prisões. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, pp. 101-111.

Em que pese, os casos do louco João Lopes de Souza e da “louca” Maria Umbelina põem a descoberto não só a fragilidade do atendimento prestado pelos médicos da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, a sujeitos que eram nomeados como alienados[as], mas também acendem novas dúvidas acerca daquela enfermidade. Diante do que se pergunta: quem eram os homens e mulheres nomeados pelos provedores, juristas, médicos e gestores parahybanos como alienados? Quais critérios eram considerados para avaliar, classificar e nomear alguém como alienado naquele contexto da segunda metade do século XIX?

É isso o que tentar-se-á compreender a seguir.

2.1.1 Os Nomes da Loucura no universo parahybano ou a loucura no “Jardim das Espécies”

Que dizer da loucura? Mergulhado no meio de quase duas dezenas de loucos, não se tem absolutamente uma impressão geral dela. Há, como em todas as manifestações da natureza, indivíduos, casos individuais, mas não há ou não se percebe entre eles uma relação de parentesco muito forte. Não há espécies, não há raças de loucos; há loucos só. Há uma nomenclatura, uma terminologia, segundo este, segundo aquele; há descrições pacientes de tais casos, revelando pacientes observações, mas uma explicação da loucura não há.

Lima Barreto, Diário do Hospício.

Até a década de 1870, na Província da Parahyba, a linguagem para tratar da loucura era resumida. Sua classificação era muito genérica. Doidos[as], loucos[as], alienados[as], idiotas, epiléticos, “desafortunados da razão”, “enfermos da razão” e dementes eram estas as formas ditas oficiais de nomear a loucura nesta Província, ou, pelo menos, foram estas as expressões encontradas na documentação analisada, quando representantes da Câmara Municipal, Provedores da Santa Casa de Misericórdia, médicos, juristas, Presidentes da Província da Parahyba, autoridades policiais, jornalistas e demais elites letradas se referiram àqueles “infelizes”.

A despeito do emprego do termo loucura, deve-se ter em mente, tal como sugerido pelo escocês Andrew Scull, que

no es un término médico (aunque los profesionales de la medicina lo emplearon de forma habitual en otras épocas). Es una categoría de sentido común, y refleja el reconocimiento en nuestra cultura (¿cualquier cultura?) de que la sinrazón existe, que algunos de nuestros congéneres no parecen compartir nuestro universo mental: son “irracionales”; se encuentran

emocionalmente ausentes, cabizbajos o furiosos; sus mentes desordenadas exhiben una extravagancia e incoherencia incontrolable y extreme, o la vida mental grotescamente despojada de los dementes³⁷⁵.

O psiquiatra escocês esclareceu ainda que, “como muchos conceptos de sentido común, la “locura” es un término un tanto impreciso. [...] este umbral varia con la cultura y la época, con las distinciones de género, clase y otras categorías sociales, aunque no de manera aleatoria, sino más bien de forma sociológicamente explicable”³⁷⁶.

Não há dúvidas de que o conceito de loucura sofre variações de contexto para contexto. Entretanto, não se pode negar que as construções discursivas sobre este copioso fenômeno que é a loucura, em qualquer conjuntura, sofrem a influência das ideações de outras culturas³⁷⁷. Assim, entende-se que a forma como na Província da Parahyba a população usava o termo loucura, se por um lado guarda alguma singularidade em relação às experiências vivenciadas em outros territórios, por outro, apresenta grandes paridades com práticas experimentadas em lugares e tempos distantes.

Ora, para que se perceba esta relação, basta considerar que, nesta Província, a loucura certamente era vista sob diferentes óticas, como pôde ser observado. Para os religiosos, tratavam-se de possessões demoníacas, espíritos³⁷⁸; do ponto de vista sociopolítico, tratavam-se de deficientes “physicos”, o que pode ser observado com base no “Recenseamento do Brazil de 1872”, onde alienados e dementes, completavam, junto a “cegos, surdos-mudos e aleijados”, o “*Quadro geral da população considerada em relação aos defeitos physicos*”³⁷⁹. Neste sentido, sopesando a condição de deficiente, a loucura era considerada improdutiva e, portanto, inútil. Medicamente, a loucura era entendida como uma doença incurável. Do ponto de vista jurídico, como se viu, ela era tratável e inimputável e, em certa medida, era também criminosa. Moralmente, todo comportamento indesejado era considerado um sintoma de loucura, o que era, na maior parte das vezes, legitimado nos discursos de médicos, juristas e religiosos, principalmente, e incorporado aos discursos dos políticos e demais elites letradas, assim como eram absorvidos pelos sujeitos dos segmentos nomeados como populares. O senso comum - que não deve ser entendido aqui como uma forma de expressão da maioria, mas como as noções

³⁷⁵SCULL, Andrew. **La loucura: Una breve introducción**. Madrid: Alianza, 2013, pp. 14-15.

³⁷⁶Ibidem, pp. 14-15

³⁷⁷ROSEN, George. **Locura y sociedad: Sociología histórica de La enfermedad mental**. Madri: Alianza Editorial, 1974.

³⁷⁸Este entendimento teve origem durante a idade média e deve-se as obras de Agostinho e Tomás de Aquino, conforme PESSOTTI, Isaias. **A loucura e as épocas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001, p.31.

³⁷⁹Província da Parahyba do Norte: Quadro geral da população considerada em relação aos defeitos physicos. In. BRAZIL. **Recenseamento do Brazil de 1872**. Disponível em <http://www.ia802702.us.archive.org>. Acesso em 20.07.2013.

admitidas pelos indivíduos de qualquer segmento social, a partir de suas experiências cotidianas acerca de determinada[s] prática[s] -, multiplicava as noções de loucura infinitamente: profética, lunática [aquela que manifestava-se durante determinadas fases da lua], ébria, andarilha, genial, imbecil, desassisada ou idiota, epilética, furiosa, e tantas outras possibilidades quanto a experiência pudesse classificar. Tais categorizações, de uma forma ou de outra, podiam ser consideradas a partir de dois aspectos: a calma ou a fúria.

Apesar das inúmeras possibilidades de classificá-la, como se viu, no universo parahybano, a loucura não admitiu, nos discursos oficiais, muitos nomes. Dessa forma, em que pese a informação, estes nomes estiveram sempre relacionados a não-razão. Às vezes, seu uso na documentação é indiscriminado, às vezes ele sugere diferenças. Em alguns casos, os termos doido[a], louco[a] e alienado[a] foram usados como sinônimos de loucura, no sentido da não-razão. Assim, poder-se-ia dizer, com base em Foucault, que “sob o olhar da razão: a loucura é individualidade singular cujas características próprias, a conduta, a linguagem, os gestos, distinguem-se uma a uma daquilo que se pode encontrar no não-louco[a]”³⁸⁰, neste sentido, “o louco[a] é o outro em relação aos outros: o outro – no sentido da exceção – entre os outros – no sentido do universal”³⁸¹.

Um exemplo que expressa essa relação do louco[a] com o outro e, na mesma medida, da loucura com aquilo que o outro julga a partir do que acredita ser a razão, pode ser observado na obra seiscentista do espanhol Miguel de Cervantes. O personagem, que também dá nome ao livro, “Dom Quixote”, é um fidalgo que, por motivo de ter lido muito romance de cavalaria, perdeu a “razão” ou a lucidez, vindo a se tornar um cavaleiro andante que lutava contra moinhos de vento e ovelhas, acreditando está lutando contra exércitos inimigos. Quixote era incapaz de perceber sua loucura. Pessoas que estavam ao seu lado, nesse caso, seu fiel escudeiro Sancho Pança foi quem percebeu sua loucura³⁸². Ocorre que experiências como a do personagem de Cervantes não existiram somente na ficção. Na Província da Parahyba, esta relação entre razão e loucura poderá ser melhor observada na segunda parte deste Capítulo, quando das relações entre o jornalista Francisco Coutinho de Lima e Moura e o “popular Zé Cacimba”. Isto prova que, também nesta Província nortista, “o louco não pode ser louco para si mesmo, mas apenas aos olhos de um terceiro que, somente este, pode distinguir o exercício da razão da própria razão”³⁸³.

³⁸⁰FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 184

³⁸¹Ibidem, p. 183.

³⁸²CERVANTES. Miguel de. **D. Quixote De La Mancha**. Estarreja, Portugal: MEL Editores, 2009.

³⁸³FOUCAULT, Michel. Op. cit. p. 186.

Note que, se num primeiro instante loucura, doido[a], louco[a] e alienado[a] são considerados sobre a sigla da razão, diz-se, da *desrazão*, depois, estes termos encerrarão significados diferentes. Assim, enquanto a loucura relaciona-se a doença e sua expressão enquanto doença é a não-razão, o louco[a] e/ou doido[a], por sua vez, é aquele em que fica evidente a falta de razão, o delírio, as frases sem nexos. Trata-se daquele sujeito em quem a loucura faz-se visível. Quanto ao termo alienado[a], ele encerra, nos casos parahybanos, ora uma concepção universal da loucura³⁸⁴, ora a ideia de um sujeito que oscila entre a razão e a não-razão, o que o comprova os “pedidos de tratamento de saúde mental” para alienados, feitos pela polícia. Tais pedidos sugerem que aqueles sujeitos eram passíveis de recuperação. E, apesar de não ser possível precisar quando o termo alienado[a] passou a fazer parte da linguagem de médicos e autoridades administrativas desta Província, o certo é que o emprego desta terminologia veio a assinalar uma mudança de sensibilidades em relação à loucura. Pode-se dizer que aí, a loucura começava a fazer parte do juízo médico, mesmo quando não se observava mudanças em relação aos métodos empregados para contê-los em seus momentos de fúria ou para restituir sua “saúde mental”.

A demência, por sua vez, que aparece no censo de 1872, quando se constatou a existência de 209 homens e mulheres em toda a Parahyba com este tipo de “deficiência”, vem por a descoberto à existência de uma loucura manifesta no cérebro e também no pensamento³⁸⁵, caracterizando-se pela parada no desenvolvimento mental, constituindo o idiotismo, de acordo com os indícios, uma forma avançada desta doença. Neste sentido, observou-se, desde 1862, a utilização do termo idiota para referir-se aos sujeitos cuja capacidade de raciocínio não era compatível com sua idade, o que ficou em relevo nas páginas do Jornal A Regeneração, de 29 de março daquele ano, quando foi noticiado o rapto de uma moça dita *idiota e desassissada* na

³⁸⁴Em 1904, Francisco Franco da Rocha, em “Eboço de Psiquiatria Forense”, ao estabelecer a diferença entre alienação mental e loucura, observou que o termo alienação era mais geral, abrangendo a loucura, de forma que poder-se-ia usá-lo como significado de loucura, porém não o inverso. Afirmava tratar-se a primeira de um estado de perturbação estabelecida entre o indivíduo e o seu meio, devido a uma patologia no cérebro. A loucura, por sua vez, foi definida pelo médico como uma definição de cunho sociocultural, conforme se depreende do exemplo por ele citado: “um ato que é loucura no Brasil pode não o ser na China”. ROCHA, Francisco Franco da. Esboço de Psiquiatria Forense. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental*. vol.11 no.1 São Paulo Mar.2008, p. 152. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000100015. Acesso em 20.04.2016.

³⁸⁵Atualmente, o termo demência é definido pela psiquiatria como uma “síndrome, geralmente crônica e progressiva, devido a uma patologia encefálica na qual se verificam diversas deficiências das funções corticais superiores, que incluem memória, pensamento, orientação, compreensão, cálculo, capacidade de aprender, linguagem e julgamento; a consciência não é afetada; as deficiências cognitivas são acompanhadas (e ocasionalmente precedidas) por deterioração do controle emocional, da conduta social ou da motivação”, conforme NICOLAU, Paulo Fernando M.; ROCHA, Carolina R. M. Nicolau. *Psiquiatria Geral: Glossário de Termos Técnicos*. Disponível em <http://www.psiquiatriageral.com.br>. Acesso em 10.02.2015.

cidade de Campina Grande³⁸⁶. Esta espécie de loucura pode ser explicada também em termos da observação que fez o padre Lindolfo José Corrêa das Neves quando, em 1873, reclamava da falta de cômodos especiais para inválidos. Na ocasião, Lindolfo Neves denunciava a existência de “alienados furiosos” e “idiotas” entre aqueles sujeitos, diante do que se conclui que os últimos tratavam-se de homens e mulheres que, embora sofresse de loucura, eram pacíficos, diz-se, calmos. Ao classificar os não-furiosos como “idiotas”, sugere-se que tais sujeitos eram considerados incuráveis. Aliás, basta considerar que os furiosos eram devolvidos às ruas da cidade da Parahyba assim que tornavam à calma. Neste grupo, estavam os ébrios, considerados alienados por seu estado de confusão mental e excitação. Acredita-se que alguns bêbados[as], além de revelarem estado de confusão mental, mantinham um comportamento depressivo ou de quietação, em face do que, os mesmos, eram mantidos juntos aos idiotas até recobrem a saúde mental, ou até cessar o efeito do álcool em seus organismos. Os demais idiotas, por sua vez, permaneceriam no hospital por tempo indeterminado, o que muito desagradava os médicos, enfermeiros e principalmente os gestores da Santa Casa. Apesar disso, aqueles alcoolatras eram tão indesejados quanto os idiotas e outros homens e mulheres aferidos inúteis.

A propósito, dentre os homens e mulheres considerados inúteis, encontravam-se, dentre outros, os epiléticos. Assim, como se a epilepsia constituísse também um tipo de loucura nesta Província, era no grupo dos idiotas que se encontravam os epiléticos em geral. Tal era o caso de um certo João Perú, Inspetor de Quarteirão da cidade da Parahyba nos anos 1860. Na página de “Registros Noticiosos” do Jornal O Publicador, de 01 de setembro de 1862, o redator daquela folha reclamava dos gestores municipais esclarecimentos sobre “a propriedade dos idiotas para os cargos policiaes”, antes, porém, referiu-se ao dito João Perú como “epyleptico”, o que revela uma relação idiotia-epilepsia-inutilidade³⁸⁷.

Esta relação, conforme se observa na documentação consultada, não parece ter estatuto médico, revelando-se antes como uma categoria estabelecida pelo senso comum, a partir das manifestações físicas consideradas atordoantes para o espectador, quando, de acordo com a descrição feita pelo médico Afrânio Peixoto, o doente

subitamente empalidecido, emitindo um grito estridente, dilacerante, cahisse fulminando [...]; ahi cahido, insensível, inconsciente, seria presa de violentas convulsões que lhe agitariam todos os músculos voluntários, fazendo voltar a cabeça, crispem-se as linhas do rosto, torcer-se desviada a comissura dos lábios, trancarem-se as arcadas dentarias [...] e todo o corpo, músculos

³⁸⁶Jornal A Regeneração de 29/03/ 1862. Disponível em http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/A_REGENERACAO/N_01_A_88/A%20REGENERACAO_29-03-1862.pdf. Acesso em 07/12/2014.

³⁸⁷Jornal O Publicador. Parahyba do Norte, 01 de set. De 1862.

respiratórios, abdominais, dos membros, numa gymnastica violenta; a face se injectaria congesta; as pupilas se desatariam, dilatando-se; os globos oculares desviados para cima, deixariam apenas ver as escleróticas; uma espuma, sanguinolenta, às vezes escapa pelos cantos da boca torcida, e urina e fezes talvez fossem igualmente rejeitados pelo emunctórios correspondentes. Em seguida viria a phase de calma [...] plantando-o no leito, esmorecido, inerte³⁸⁸.

A representação feita pelo médico baiano, cerca de 40 anos depois, não deixa de ter relevância para a compreensão da crise epiléptica e nas atitudes dos habitantes da parahyba naquele contexto dos anos 1800. Ela permite deduzir que, por vezes, os sujeitos acometidos de epilepsia foram vítimas de estigmas, tornando-se questão de higiene pública. Inclusive, acredita-se que tal como no romance *O Idiota*, do russo Dostoiévski, onde o personagem Míchkin, portador de epilepsia, centralizava as atenções da população que o percebia a partir de aspectos considerados positivos e/ou negativos, identificando-o ora como gênio, ora como idiota³⁸⁹. Nas cidades parahybanas não devem ter sido raros os casos em que tais homens e mulheres foram classificados a partir dos juízos estabelecidos socialmente, embora, não exista nas fontes compulsadas nenhum indício de que, naquele contexto da segunda metade do século XIX, nestas paragens, o senso comum tenha atribuído características de teor positivo aos sujeitos que sofriam do “grande mal”.

Pese que, os primeiros estudos a relacionarem epilepsia e loucura no Brasil, que datam do final dos anos 1850, vinham reforçar as ideias já consagradas pelo senso comum acerca da deterioração do estado mental de tais doentes³⁹⁰. Inclusive, se se considerar o que disse o advogado Silveira Lobo acerca da Sra. Maria Umbelina, a quem identificou com epilética³⁹¹, afirmando “que sendo em alguns dos casos um efeito da epilepsia o desmemoriar a quem sofre”³⁹², entender-se-á que ou seu discurso vinha legitimar as ideias instituídas pelo senso comum ou era influenciado pelos incipientes estudos médicos e jurídicos sobre aquela doença

³⁸⁸PEIXOTO, Afrânio. **Epilepsia e crime. Salvador**. V. Oliveira & Comp., 1898, p.5.

³⁸⁹DOSTOIÉVSKI. *O Idiota*. São Paulo: Martin clarete, 2012.

³⁹⁰O primeiro estudo brasileiro a relacionar epilepsia e loucura data de 1859. Trata-se da tese de doutoramento do Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, intitulada: “*Algumas palavras sobre a epilepsia*”, neste estudo o médico definiu a epilepsia como “uma nevrose de acessos intermitentes, caracterizada por movimentos convulsivos, reunidos a uma perda súbita e momentânea das faculdades intelectuais e da sensibilidade”. NEVES, Margarida de Souza. **Pela saúde da nação**. O pensamento médico sobre a epilepsia e a construção da ordem no Brasil. p. 9. Disponível em: <http://www.historiacultura.pro.br/cienciaepreconceito>. Acesso em 10/10/2014. No final do século XIX, Afrânio Peixoto esclarece que a epilepsia não implica fatalmente a degradação intelectual. Segundo o médico baiano, “o aniquilamento da razão e o caminhar para a demência na epilepsia dependem de condições múltiplas: primeiro da idade em que activamente irrompe o mal, tanto mais fatal, quanto mais cedo começa; [...] da frequência e duração dos acessos; finalmente da forma e qualidade destes e tratamento empregado para impedir seu aparecimento” PEIXOTO, Afrânio. **Epilepsia e crime. Salvador**. V. Oliveira & Comp., 1898, p.66.

³⁹¹Conforme se observou nos casos encontrados acerca da epilepsia na Província da Parahyba, parece ter sido comum a prática de identificar o sujeito como doente, ou a partir de sua relação com a doença, “o epilético/ a epilética”, prática ainda comum nos dias atuais para inúmeras moléstias que acometem os homens e mulheres.

³⁹²BRAZIL. ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Op. cit. p. 183.

no país. Ademais, cumpre notar que tais juízos se perpetuaram até o início do século XX, como bem prova o trabalho do jurista Galdino Siqueira, “Direito Penal Brasileiro”, segundo o qual havia grande comprometimento da memória após as crises epiléticas³⁹³. O comentário de Siqueira refere-se à questão da supressão da imputação dos sujeitos com “perturbações psychicas” no Código Penal de 1890, no qual se observou influência das teses lombrosianas acerca da relação epilepsia e crime, relação esta que até os anos 1870 não teve correspondente na Província da Parahyba, nem entre os juristas e, tampouco no senso comum.

Finalmente, acredita-se que no referido contexto, nestas paragens, existissem, sobre os portadores do “grande mal”, ideias próximas àquelas citadas pelo médico português Henrique Carlos do Rosário Seixas, para quem o desconhecimento sobre as causas dessa doença, fez surgir muitos interditos e preconceitos contra tais sujeitos, “considerados como personagens à parte; quer inspirados pelos deuses que os cobriam com a sua divina proteção, quer possuídos pelo demônio e fazendo nascer quási sempre junto do vulgo um supersticioso receio ou um respeitoso terror”.³⁹⁴ Neste último caso, acredita-se que tais homens e ou mulheres, se pertencentes aos segmentos pobres da sociedade, eram conduzidos às células das Cadeias Públicas e/ou as enfermarias do Hospital da Santa Casa, o que visava impedir que a população assistisse as crises de acesso.

Sobre a relação do romance “*O Idiota*” e as representações acerca da epilepsia na Província da Parahyba naquele contexto, cabe sublinhar ainda que, escrito no final dos anos 1860, o romance em questão não deve ter se tornado conhecido nestas paragens naqueles anos. Inclusive, o registro parahybano acerca do estado epilético do Sr. João Perú, lhe foi anterior, o que não torna a obra menos importante para este estudo, afinal, nela, Dostoiévski tentou desvendar esta doença, da qual ele próprio era portador, aos olhos da sociedade russa³⁹⁵. Assim, a aproximação com o trabalho desse escritor, permite compreender como, nas cidades parahybanas, as ideias consagradas pelo senso comum oprimiam e estigmatizavam, a partir das experiências mais públicas e das sequelas visíveis, os sujeitos portadores do “grande mal”.

Dito isto e considerando, ainda, os dados do censo populacional do império de 1872, algumas questões merecem ser destacadas. Primeiro, o levantamento foi realizado por meio de

³⁹³SIQUEIRA, Galdino. **Direito Penal Brasileiro**: (segundo o Código Penal mandado executar pelo Decreto N. 847, de 11 de outubro de 1890, e leis que o modificaram ou completaram, elucidados pela doutrina e jurisprudência). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 381.

³⁹⁴A bíblia alimentou este ideário, fazendo-se perpetuar o temor em torno do portador do mal epilético, cujas representações, naqueles textos, estavam relacionadas a possessões demoníacas. Sobre os epiléticos na construção bíblica ver: Mateus 4: 24, 17:14-20; Lucas 9:37-43 e Marcos 9: 14-29. Sugere-se ainda a leitura de SEIXAS, Henrique Carlos do Rosario. **Os crimes dos Epiléticos**. Porto, Imprensa Nacional, 1922, p. 3.

³⁹⁵Para saber mais sugere-se a leitura da obra: DOSTOIÉVSKI. *O Idiota*. São Paulo: Martin clarete, 2012.

formulário que era preenchido pelos chefes de família, o que sugere que a população de alienados e/ou dementes existentes nas ruas das cidades parahybanas não foram contabilizadas na pesquisa. Diante do que, o número destes “deficientes phisicos” aumentaria significativamente. Também não há informações se os sujeitos que estavam nas cadeias e hospitais foram contabilizados. Depois, o censo computou a existência de outros 293 alienados que, juntos aos dementes, totalizavam 499 sujeitos acometidos de algum tipo de loucura, o que corresponde a 0,13% da população geral da Província que, segundo o mesmo senso, era 376.226³⁹⁶. Dos deficientes considerados alienados, 194 eram mulheres, 98 das quais foram consideradas por seus familiares como “dementes”, outras 89 mulheres foram nomeadas como alienadas.

Quanto a população escrava que era constituída de 21.526 pessoas, consta que 7 mulheres foram declaradas por seus senhores como loucas, 2 delas seriam dementes, e 5 alienadas. Entre os homens escravos, havia 1 demente e 6 alienados, ou seja, o número de escravos alienados em relação ao número total destes homens e mulheres era inferior a 0,07%. Calcula-se, entretanto, que o número de escravos que sofria de alguma doença mental tenha sido bem superior àquele declarado nas pesquisas. De qualquer forma, tais dados trazem à tona a questão racial brasileira em sua relação com a loucura. Contudo, deve-se observar que, no referido quadro, os “defeitos phisicos” não foram considerados em relação à “raça”, mas em relação a sua condição social: se livres e/ ou se escravos. Considere-se, sobre a referida questão, que, naquele momento, no Brasil, já haviam sido adotadas medidas e leis para acabar com a escravidão³⁹⁷. Diante de tal ideia, depreende-se que a população de “pardos ou pretos” alienados[as] deveria ser superior àquela registrada enquanto escrava, bastando para tanto considerar que a população constituída por tais “raças” na Província foi estimada em 200.412, ou seja, cerca de 55% da população parahyba. Quanto ao reduzido número de escravos acometidos de loucura, entende-se que as informações existentes no referido censo não são capazes de dar conta da questão, pois muitos daqueles homens e /ou mulheres devem ter deixado de estar entre as estatísticas por motivo de terem sido abandonados por seus donos à própria sorte, tal é o caso da louca Maria Jararaca, citada na segunda parte deste capítulo. Afinal, considerando a condição de inútil, manter estes sujeitos era, para o proprietário, uma empresa onerosa. Também a Santa Casa, pelos motivos já postos, não os receberia de bom grado, afinal,

³⁹⁶ BRAZIL. **Recenseamento do Brazil de 1872**. Disponível em <http://www.ia802702.us.achive.org>. Acesso em 20.07.2013.

³⁹⁷De acordo com SCHWARTZ, Lilian M. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das letras, 2008, nos anos 1870, inicia-se o processo de desmontagem do regime de escravidão no Brasil cujo marco foi a Lei do Ventre Livre de 1871. Depois, em 1885 foi promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe.

tratava-se de um “bem” particular, de forma que, tal como acontecia em outras paragens nacionais, somente mediante pagamento de seus donos estes sujeitos seriam recolhidos ali.

Outra experiência da loucura registrada neste território tornou-se visível graças ao ofício encaminhado pelo Provedor da Santa Casa, Lindolfo José Corrêa das Neves, em janeiro de 1875, ao presidente da Província, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, em resposta ao despacho nº 59, que cobria ofício emitido pelo Chefe de Polícia da Província, que atendia ao pedido feito pelo Delegado de Mamanguape, a fim de que fosse internado no Hospital da Santa Casa o “desavisado Manoel de Tal”. No documento, o aludido provedor afirmava não ser possível recolher no Hospital a seu cargo, por insuficiência de cômodos, aquele indigente, já que os dois quartos destinados aos loucos e/ou loucas achavam-se ocupados com outros “sete alienados, mais ou menos furiosos”. Até aí nada atípico, entretanto, chama a atenção no documento a informação sobre a existência de dois sujeitos “estranhos no ninho”,³⁹⁸

um que veio preso como envolvido nos movimentos populares do interior, e para ali remetido de ordem de V. Ex. como louco, ou uma mulher encontrada nas ruas desta cidade, e também recolhida de ordem de V. Ex. mas esse melhoramento não se tem verificado, e temo que tão cedo não se obtenha³⁹⁹.grifos da autora

Além de apontar a loucura que era contida nas células das prisões, o ofício do Sr. Lindolfo José Corrêa das Neves traz um dado de grande importância para a compreensão do alienismo, na Província da Parahyba, qual seja: o uso político do poder para nomear/qualificar como vesânico aqueles que se mostrassem insubmissos às normas impostas socialmente.

Sobre o referido caso, assinala-se que a falta de dados sobre o “suposto” louco, não permite uma compreensão fiel da situação, diante do que a representação do Sr. Coelho Filho sinaliza para a interdição de um homem, que talvez não sofresse de nenhuma enfermidade mental, mas que a mando do Presidente da Província, por ter ameaçado à ordem pública, provavelmente envolvido no movimento “Quebra-Quilos”⁴⁰⁰, foi privado de sua liberdade e

³⁹⁸Titulo do romance de KESEY, Ken. **Um Estranho no Ninho**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2007. A obra relata as experiências de McMurphy em um hospício. O Personagem que foi condenado por um crime, finge ser louco a fim de escapar da cadeia e é internado numa instituição psiquiátrica onde passará a conviver com outros sujeitos considerados alienados. Embora tratar-se de realidades diferentes, a expressão faz uma analogia ao internamento de pessoas não-alienadas num espaço [as duas salas] que é destinado à alienados.

³⁹⁹Apud. COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977, p. 147.

⁴⁰⁰Movimento de contestação, ocorrido entre os anos de 1874 e 1875, contra a cobrança de impostos e em reação a adoção do sistema métrico decima de pesos e medidas, que teve como palco as Províncias de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Sobre isso ver: Revoltas dos Quebra-Quilos. LIMA, Viviane de Oliveira. Levantes contra a imposição do Sistema Métrico Decimal. In: Anais do XV Encontro Regional de

passou a ser qualificado como louco-furioso⁴⁰¹. Ora, considerando o que previa o Título II, do Código Criminal do Império: “Dos crimes contra o livre exercício dos Poderes Políticos”, artigo 93:

Usar de violência, ou de ameaças contra qualquer membro das Camaras Legislativas, ou para melhor influir na maneira de se portar no exercício de seu emprego, ou pelo que tiver dito, ou praticado no mesmo exercício.
Penas: de prisão com trabalho por seis meses a quatro anos, além das mais que incorrer pela violência, ou ameaças⁴⁰².

Compreende-se que o sujeito que havia sido remetido para o Hospital da Santa Casa como envolvido nos movimentos populares, já era, segundo a referida Lei, culpado, de forma que não seria necessário que o governo usasse do artifício de acusá-lo de louco para incriminá-lo, a menos que houvesse algum interesse no sentido de privá-lo dos direitos de cidadão brasileiro, que de acordo com a Constituição de 1824, estabelecia em seu Título 2º.,

Art. 8º. Suspende-se o exercício dos Direitos Políticos

I. Por incapacidade physica, ou moral.

II. Por Sentença condemnatória a prisão, ou degredo, enquanto durarem os seus effeitos.

Considerando a classificação do censo de 1872, que junta sob a sigla deficiências, pessoas com limitações físicas e mentais, não seria errado supor que o objetivo do internamento daquele sujeito tenha sido destituí-lo dos direitos políticos. Sobre isso, nada mais foi possível elucidar a partir da documentação examinada.

História da ANPUH-RIO. 2012. Disponível em <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais>. Acesso em 20/02/2016.

⁴⁰¹Esta prática pode ter sido influenciada pela difusão das ideias contrárias aos movimentos anarquistas que surgiram em meados do século XIX. Este tipo de crime estava previsto no Código Criminal do Império, na Parte Segunda, Capítulo III "Dos crimes contra o Chefe do Governo", Título II "Dos crimes contra o livre exercício dos Poderes Políticos" Art. 95. Oppôr-se alguém directamente, e por factos ao livre exercício dos Poderes Moderador, Executivo, e Judiciario no que é de suas attribuições constitucionaes. Penas de prisão com trabalho por quatro a dezesseis annos. Naquele contexto, a prática de prender inimigos políticos, de interdição de cônjuges (sic), pais e/ou filhos declarando-os incapazes e perigosos à sociedade, é recorrente nas fontes por nós compulsadas. A título de exemplo, citamos o caso de João Silva e Brito, que foi conduzido à cadeia de Parahyba do Norte, em 1913, para tratamento de saúde mental. Observe-se, contudo que o laudo médico concedia aquele sujeito, licença remunerada por 180 dias. Todavia o mesmo permaneceu na cadeia por aproximadamente nove anos. No espaço reservado ao laudo médico, para concessão da licença, chama a atenção: "internado a pedido da filha", o que foi observado também numa carta que escrita por aquele homem em 1915. "fui detido pela patrulha policial a mando de uma filha minha que deseja controlar meus vencimentos". E continua o Sr. João, "Seu Governando, encontro-me há já dous anos presos nesta cadeia, sem ser incluso nos códigos penais [...] sou completamente são. Absurdo isso, se eu fosse, como diz aquella minha filha, um portador de disturbios mentaes, pois tenho dinheiro suficiente para me internar num Henrique Roxo". Observando-se também a documentação constante em seu processo, percebe-se que não havia prescrição de medicamentos ou referência a "suposta" doença mental.

⁴⁰²BRAZIL. **Código Criminal do Império do Brasil**, 1830. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

Note-se que, naquela ocasião [década de 1870], apesar das prisões de alienados serem realizadas pelas autoridades policiais, estes sujeitos eram, sempre que possível, encaminhados para o Hospital da Santa Casa e tudo isso graças ao Ofício-circular do Ministério dos Negócios do Império de 04 de setembro de 1854.

O relato feito pelo Provedor Lindolfo José Corrêa das Neves, em 1875, indica ainda que, naquele contexto, era prática comum que a polícia, atendendo as ordens da gestão, recolhesse das ruas pessoas que estivessem ociosas, o que tinha como fim evitar por em perigo a vida e a honra das famílias parahybanas, conforme já citado anteriormente⁴⁰³. Tal prática estava prevista no Código Criminal do Império, nos termos da Lei de 16 de Dezembro de 1830, que estabelecia em seu Art. 295. "Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente. Pena - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias"⁴⁰⁴.

Como se pode ver, esta prática também foi vivida na Parahyba nos séculos XIX e XX. Em todo o caso, o que não estava previsto no Código Criminal do Império era o castigo de transformar sujeitos transgressores da ordem estabelecida em alienados. No caso específico, citado no ofício remetido pelo Provedor, a mulher encontrada nas ruas da Capital parahybana não é referida como louca. Esta prática, no entanto, por um lado desresponsabilizava alguns sujeitos por seus atos antissociais, por outro, decretava sua interdição por incapacidade, condenando homens e mulheres a infeliz condição de sujeitos inúteis.

De uma forma geral, na Parahyba, este tipo interdição era reconhecido juridicamente, apesar de o "rebelde" envolvido em movimento populares, nomeado como louco, ter sido encaminhado para o Hospital e não para a Cadeia, que, na falta de uma prisão especial, seria o lugar mais adequado para um "furioso". Ademais, em nenhum momento, o autor faz referência à autoridade médica em qualquer daqueles casos narrados, até porque,

⁴⁰³ A prisão por ociosidade, prevista no Código Criminal do Império do Brasil, assim como outras práticas de ordenamento policial e jurídico que constavam naquele código e nos códigos atuais, foram, como é sabido, inspirados na obra clássica de Cesare Beccaria, "Dos Delito e das Penas". Sobre a ociosidade, o autor deixa claro que há os ociosos herdeiros de grandes fortunas, que sabem aproveitar sua ociosidade de forma vantajosa, promovendo o crescimento de seu patrimônio e há aqueles ociosos que se entregam aos vícios, que transformam seu ócio em coisa funesta. Desta forma, afirmou: "Cabe exclusivamente às leis, e não à virtude rígida de alguns censores, definir a espécie de ociosidade punível" BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p.99). No Capítulo XLI "Dos meios de prevenir crimes", o autor Adverte: "É melhor prevenir os crimes do que ter de puni-los; e todo legislador sábio deve procurar antes impedir o mal do que repará-lo, pois uma boa legislação não é senão a arte de proporcionar aos homens o maior bem-estar possível e preservá-los de todos os sofrimentos que lhes possam causar" BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p.115. A Obra em questão teve influência não só no Brasil, mas ainda no século XVIII, momento em que a sociedade, dita modernizante, começava a se constituir, seu pensamento correu países como França, Inglaterra e Alemanha, por exemplo.

⁴⁰⁴ BRAZIL. **Código Criminal do Império do Brasil**, 1830. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

naquele momento, os médicos existentes na Capital da Província, em meados do oitocentos, pouco conheciam sobre a recém-fundada psiquiatria.

Pese ainda, que o mesmo ofício veio ratificar aquilo que se observou anteriormente acerca da permanência temporária dos alienados nas instituições totalitárias. Este aspecto imediatista permite entender que a população era tolerante à presença daqueles sujeitos nas ruas da cidade, o que será analisado com maior atenção no próximo item.

De todo o modo, acredita-se que não deve ter sido pequeno o número dos sujeitos que foram nomeados por juristas, por policiais e/ ou pela população das cidades parahybanas, como alienados e que foram presos nas Cadeias e/ou encaminhados para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia e, algumas vezes, por esta Misericórdia, remetidos, para o Hospício de Olinda em Pernambuco. Quanto à ordem de soltura, conforme sugere a documentação, a mesma era autorizada ou pelo chefe de polícia e/ou delegados, nos casos de loucos e/ou loucas retidos por “distúrbios” nas instituições totalitárias parahybanas. Já aqueles envolvidos em crimes, tanto o internamento, quanto as ordens de soltura, eram delegadas às autoridades judiciais⁴⁰⁵. Em qualquer caso, se tais sujeitos estivessem em “tratamento” em algum nosocômio, o médico até poderia emitir seu parecer. Todavia, a soltura, dependia da ordem, emitida ou por autoridades judiciais ou policiais. Além disso, o caso do “Tal” rebelde põe a descoberto que prisões e solturas de alienados[as] e não-alienados[as] também poderiam ser autorizadas pelos presidentes da província, o que muito desagradava o Provedor da Santa Casa.

Enfim, tal como referido por Machado de Assis em *O Alienista*, na Província da Parahyba, desde meados do século XIX, “não se sabia mais já quem estava são, nem quem estava doido”.⁴⁰⁶

2.1.2 *A Santa Casa de Misericórdia deflagra a luta pró-asilo de alienados*

Por tudo o que foi dito, e como se não existisse nenhum interesse em assistir os loucos e/ou loucas parahybanos, quer por parte da administração pública, quer por parte dos gestores da Santa Casa ou mesmo dos familiares daqueles sujeitos, foi de Dom Pedro II que

⁴⁰⁵Segundo se observou no conteúdo da documentação acerca dos pedidos de internamento para alienados citado por SILVA FILHO, Edivaldo Brilhante. **História da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, pp. 45-47.

⁴⁰⁶ ASSIS, Machado. *O Alienista*. São Paulo: Scipione, 2004, p.15.

veio à ordem que inquietou os administradores da Santa Casa e, de certa forma, os governadores da Parahyba, estes últimos, “protetores” da Instituição desde 1852.

Ora, o ato Imperial veio delegar à Irmandade da Misericórdia os cuidados e recolhimento dos alienados[as], o que explica o fato de o movimento para a internação dos loucos e/ou loucas em local diferente do Hospital, para moléstias curáveis, ter sido deflagrado pelo provedor Francisco d’Assis Pereira Rocha, em 1858⁴⁰⁷.

Até aquele momento, e ainda por algum tempo, a questão da loucura na Província da Parahyba dormitou. Os administradores parahybanos, reclamando sempre da falta de recursos, diziam fazer o que podiam e destinavam as verbas públicas às “obras de maior urgência”, diz-se, faziam o que melhor lhes convinha. Enquanto isso, os[as] “doidos[as]”, apesar dos olhares desconfiados e dos estigmas instituídos socialmente, talvez gozassem de certa liberdade, pois até se tornarem alvo das discussões de políticos e das elites letradas e econômicas, eles, os loucos e/ou loucas, puderam circular pelas ruas quando estavam calmos, ou quando suas esquisitices não perturbavam a ordem pública e a moral das famílias da cidade de Parahyba. Destarte, enquanto foram ignorados, decerto, aqueles[as] “desafortunados[as] da razão” usufruíram de certa liberdade.

Para os provedores da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, o problema desfechado pela ordem imperial estava exatamente na obrigatoriedade de responsabilizar aquela instituição pelo atendimento aos alienados[as] que, pobres e abandonados por seus parentes, tornar-se-iam pensionistas vitalícios, tornando-se onerosos para uma instituição que reclamava insistentemente da insuficiência das suas finanças, o que pode ser comprovado a partir das palavras do provedor Francisco José Rabelo, que atribuía o mau estado das finanças da Casa a dois fatores principais, quais sejam: 1) o maior número de doentes, que afluía ao hospital e neles se demorava, por assim exigir seu tratamento; 2) a falta de arrematação dos dízimos⁴⁰⁸.

E continuou Rabelo:

A deficiência de nossas rendas motivadas pelas causas que já vos expuz, nos colocou em algum atraso e na impossibilidade de satisfazer a todos os compromissos a que estamos obrigados; assim, pois, pesa sobre o estabelecimento ainda o resto da ultima prestação da obra da nova enfermaria, e na importância de oitocentos mil reis o resto dos reparos feitos nos quartos

⁴⁰⁷ Francisco d’Assis Pereira Rocha. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1858. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1858.

⁴⁰⁸ RABELLO, José Francisco. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1864. In. MOURA, Sinval Odorico de. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no dia 1 de outubro de 1864**. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1864, p. 60.

dos loucos, medicamentos, e parte do suprimento do hospital, que ainda não estão legalizados⁴⁰⁹.

Decerto, no ano de 1864, o saldo da “Casa” fechou negativo em 127\$086 réis, uma importância irrisória diante do seu enorme patrimônio. Inclusive, conforme se observa na documentação consultada, desde 1857 as finanças do estabelecimento fechavam sempre com grandes margens de saldo positivo, o que dispensa explicações se se considerar o relatório de 1860, que detalha seus bens:

Possue a santa casa 7 prédios, que estão arrendados ou alugados, e um, de que por disposição testamentaria do doador ainda lhe não pertence o usufructo.
Possue também alguns chãos e terras nesta cidade, em seus subúrbios, em Lucena e na margem do Parahiba. [...] São tênues as rendas da santa casa, e a não ser auxiliada com uma subvenção de 10:000.000 reis, que com razão lhe tem sido anualmente concedida pela assembleia provincial, ser-lhe-hia talvez impossível acudir ás suas necessidades sempre crescentes.
Provem as rendas dos títulos seguintes:
Fóros, laudêmios, e rendas dos prédios.
Disimos de miunças.
Impostos do despacho marítimo das embarcações de barra-fora.
Joias por admissão dos irmãos.
Taxas de enterramentos no cemitério.
Subvenção do tesouro provincial.
Dons gratuitos.
Indemnisação de despesas de curativos das praças do corpo policial⁴¹⁰.

Além de terras deixadas à Santa Casa, havia ainda os legados que, muitos “Irmãos da Misericórdia”, inspirados na prática da caridade, deixaram-lhe por morte somas elevadas, ou em vida mandaram, fazer numerosas obras, por sua conta”⁴¹¹.

De acordo com Seixas, na Província da Parahyba “quase não se abria um testamento ou inventário em que não fosse destinada alguma soma em dinheiro ou imóveis a Santa Casa de Misericórdia”. Não se pode esquecer que, apesar de reclamar insistentemente de suas finanças, a Santa Casa também emprestou muito dinheiro a juros, podendo ser considerado “o primeiro estabelecimento creditício da Parahyba”⁴¹².

O quadro a seguir permite uma compreensão do estado financeiro daquela Casa:

⁴⁰⁹RABELLO, José Francisco. Op. cit. p. 60.

⁴¹⁰NUNES, Luiz Antonio da Silva. **Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba em 15 de junho de 1860 pelo presidente**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1860, p. 36.

⁴¹¹SEIXAS, Wilson Nóbrega, **Santa Casa de Misericórdia da Paraíba 385 anos**. João Pessoa: Grafica Santa Maria, 1987, p. 117.

⁴¹²Ibidem, p. 117.

TABELA 01- Receita da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (1857-1878)

ANO	RECEITA	DESPESAS	SALDO
1857	15: 139\$ 968	9:219\$830	5:920\$ 128
1858	16: 357\$068	10:130\$408	6: 226\$660
1859	-	-	1:491\$380
1860	19: 534\$108	18: 058\$040	1:436\$068 (em letras) 2:812\$732
1861	18: 516\$552	11: 467\$762	1:069\$013 (em letras) 8:467\$762
1862	15: 962\$059	15:500\$446	461\$653
1863	21: 915\$ 402	21: 632\$250	283\$152
1864	15: 271\$739	15: 398\$ 825	-127\$086
1867	24: 792\$615	22:855\$477	1.937\$141
1868	17.475\$194	15:934\$201	1:520\$993
1869	20:338\$263	19:181\$336	1:036\$897
1871	2:836\$508	19:181\$336	1:036\$897
1873	20:199\$037	19:310\$967	1:388\$570
1874	18:788\$446	18:338\$446	450\$000
1877	-	-	402\$658
1878	111:525\$954	100:145\$422	11:380\$525

Fonte: Relatórios dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba enviados aos Presidentes da Província da Parahyba entre os anos de 1857 e 1878⁴¹³.

Diante do exposto, depreende-se que, mesmo diante do crescente patrimônio que a Irmandade acumulava, os provedores insistiam em reclamar da falta de recursos financeiros, o que, com a convivência dos administradores provinciais, vinha justificar a “impossibilidade” da instituição em atender a todos os seus fins humanitários, especialmente aqueles mais dispendiosos, tais como: receber indivíduos inutilizados ou pela idade avançadas ou por serem portadores de doenças incuráveis, o que representaria gastos inúteis, que segundo o provedor Lindolfo Correa Neves, “em regra devião ser ocupados por aquelles, que dessem esperanças de restabelecimento” ⁴¹⁴.

⁴¹³ MELLO, Benjamim Franklim d'Oliveira. **Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de 1879**, (manuscrito).

⁴¹⁴ NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1862 In. LIMA, Francisco D'Araujo. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862, p.3.

Deve-se notar que, conforme os compromissos que regiam aquela Casa, os cuidados dos alienados e demais inválidos foi, desde o princípio daquela instituição na Parahyba, uma de suas finalidades. No entanto, a responsabilidade pela efetiva administração da loucura foi uma imputação que em nada agradou seus representantes que, como se percebe, gradativamente, foram perdendo a timidez e inflamando seus discursos contra a permanência daqueles sujeitos no Hospital e em prol da construção de um Hospício.

Aliás, antes de 1877, em algumas raras ocasiões, estes gestores reclamaram do governo provincial a edificação de hospitais específicos para os inválidos [de qualquer espécie]. E, no caso específico dos alienados, não se observa uma preocupação em melhorar o atendimento a eles oferecido. Reclamava-se a edificação de um hospício, antes de tudo, para reforçar a necessidade de dotar a Capital parahybana com um Hospital melhor e mais amplo, conforme se pode observar no relatório do Provedor Lindolfo José Correa das Neves, dirigido ao presidente da Parahyba em 1862: “V.Exc. sabe perfeitamente o acanhamento daquele edificio e que assim não oferece ainda os necessários commodos”⁴¹⁵.

Claro, não se pode negar que havia, entre os irmãos daquela Casa, o interesse em ver edificado um hospício na Cidade de Parahyba, o que objetivava livrar médicos, enfermeiros, serventes, os demais doentes e os habitantes das áreas centrais da Capital parahybana do terrível incômodo provocado por aqueles “habitantes”. Dessa forma, eram explícitos em afirmar que desejavam também os provedores daquela instituição livrar a Santa Casa daquela empresa “inútil” que a assistência a alienados representava naquele momento. E, como se “a concurrencia as enfermarias cresce[sse] todos os dias, e se a digna Assembléa não fôr augmentando a subvenção, com que nos auxilia” ameaçava, o provedor da Casa, não poderia mais receber alienados[as]⁴¹⁶.

Insuflado, em 1863, o presidente da Província, Francisco d’Araújo Lima, se manifestou sobre a questão,

Na falta de algum outro estabelecimento em que possam ser também recebidos os alienados, tem sido estes recolhidos e tratados no hospital da Santa casa, onde para semelhante fim já se há promovido algumas acomodações; mas entretanto, contra a conservação ali de taes doentes tem ultimamente representado o Provedor por mui incommoda aos outros doentes, e mesmo as famílias, que residem nas proximidades do edificio, lembrando ao mesmo tempo a creação de um hospício em lugar mais retirado do centro da Cidade. Parece-me boa ideia, e só não tenho tentado leva-la á efeito por ser para isso indispensável fazer despesas, sem duvidas não pequenas, para as quaes não

⁴¹⁵ NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. Op. cit. p. 2.

⁴¹⁶ Ibidem.

me achava autorizado sobre parece-me que **outras necessidades tem a Províncias que de preferencia devem ser atendidas**⁴¹⁷. grifos da autora

Apesar das reclamações dos administradores da Santa Casa, fica em evidência que, em havendo a criação de um asilo próprio para loucos[as] em espaço diferente do Hospital da Misericórdia, para o Provedores, seria conveniente que seus cuidados ficassem a cargo deste “Pio Estabelecimento”, como observou o Provedor Francisco José Rabello⁴¹⁸.

É muito provável que este gesto comportasse interesses de ordem econômica, pois a criação de um asilo representaria mais uma fonte de renda para aquela casa, que tanto seria subvencionada pelo governo Provincial, que já patrocinava a assistência aos “loucos[as], lázaros e inválidos”⁴¹⁹, como também atenderia às demandas dos particulares que desejassem se ver livres dos seus parentes alienados[as], para o que teriam que pagar pensões à Instituição.

Como se depreende, apesar do governador Francisco d’Araújo Lima (1863) dizer considerar a importância da construção de um hospital para alienados, em lugar afastado da cidade. Ele deixa sobressair que aquele empreendimento não estava entre as suas maiores preocupações. Inclusive, pelas obras que empreendeu em sua gestão⁴²⁰, parecia ter mais interesse em fazer pequenos reparos nas edificações existentes a ter que investir em melhorias para atender a homens e mulheres considerados improdutivos.

Diante do exposto, entende-se que os governadores da Parahyba estavam numa situação muito confortável em relação aos lugares para a loucura na Província, pois o documento imperial de 1854 tinha sido claro em determinar que as Santas Casas de Misericórdias ficassem com o ônus. Desta forma, quando encaçados pelos provedores daquele estabelecimento, os presidentes da Província faziam aquilo o que mais sabiam: pequenos concertos, que se restringiam a caiação das enfermarias.

E como se a procura por vagas para este tipo de paciente fosse cada vez maior, a recusa em recebê-los justificava-se pela falta não só dos recursos pecuniários, mas também pela falta de espaços, o que acarretava em gritos e protestos por parte dos familiares, que se viam obrigados a voltar para casa com seus “indesejados” parentes ou abandoná-los às ruas da cidade

⁴¹⁷LIMA, Francisco D’Araujo. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte na abertura da sessão ordinaria em 1 de outubro de 1863**. Parahyba, Typ. Parahybana, [n.d.], p. 23.

⁴¹⁸NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1863. (manuscrito), p. 51.

⁴¹⁹Conf. afirmação do Provedor Lindolfo José Correia das Neves, em 2 de Jul. de 1873. In.: SÁ, Francisco Teixeira de. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte**, em 06 de set. de 1873.

⁴²⁰Dr. Lima, em seu governo, limitou-se ou a fazer reparos em edificios que ele afirmou estar em estado de ruínas, tais como o Palácio da Presidência, a casa do Telegrapho e a Fortaleza de Cabedelo, ou a denunciar tal estado de coisas LIMA, Francisco D’Araujo. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba em 1 de out. de 1863**. Parahyba, Typ. Parahybana, [n.d.], pp. 29-33.

e/ou caminhos, prática denunciada pelo Provedor Lindolfo Correa Neves, quando novamente dirigia-se ao governador:

Continua a procurar abrigos nas enfermarias inválidos por suas moléstias, ou idade, alienados, idiotas e lazaros.
 Já vos fiz sentir a inconveniência do acolhimento de taes enfermos; mas qual o recurso, quando lhes faltam estabelecimentos próprios?
 Será humano e commodo a população, deixa-los vagar por essas ruas mendigando e morrendo ao relento?⁴²¹.

E cada parte se defendia como podia, diante do que, em 1874, o presidente da Província, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, respondeu as provocações com a doação da insignificante quantia de 650\$000 réis, justificando-a em face do estabelecimento receber alienados[as], sem que para isso houvesse cômodos apropriados. Desta forma, a solução imediata, e que em nada mudaria o quadro de desolação, foi a contratação de dois quartos para o tratamento destes “enfermos da razão”. Aliás, o número de enfermarias para alienados[as], apesar dos inúmeros reclames feitos em nome destes sujeitos, nunca foi superior a duas células. Pior, a análise da documentação revela que tal como aconteceu com os quartos preparados em 1864, também as enfermarias edificadas nos anos 1860, quando prontas, foram destinados a outros pacientes.

Por tudo o que foi dito, diante da indiferença dos gestores públicos e dos dirigentes da Santa Casa, muitos eram os homens e mulheres considerados loucos e/ou loucas que circulavam nas ruas, ladeiras e becos de Parahyba diariamente, provocando risos ou lágrimas aos seus habitantes, alterando o ritmo da cidade, proporcionando uma visibilidade e dizibilidade imediata, outras vezes, entretanto, suas presenças passaram despercebidas, revelando que também estes sujeitos foram vítimas da indiferença daquela gente.

⁴²¹NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1874**. In. CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 7 de agosto de 1874 pelo presidente. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874, p.8.

2.2 “De Poeta e Louco todos têm um Pouco”: Experiências da loucura nas ruas da Capital Parahybana, a partir da trajetória do “Popular” Zé Cacimba

Embora os homens costumem ferir a minha reputação e eu saiba muito bem quanto o meu nome soa mal aos ouvidos dos mais tolos, orgulho-me de vos dizer que esta Loucura, sim, esta Loucura que estais vendo é a única capaz de alegrar os deuses e os mortais. A prova incontestável do que afirmo está em que não sei que súbita e desusada alegria brilhou no rosto de todos ao aparecer eu diante deste numerosíssimo auditório. [...] Bastou pois, a minha simples presença para eu obter o que valentes oradores mal teriam podido conseguir com um longo e longa mente meditado discurso: expulsar a tristeza de vossa alma.

Erasmus de Roterdã, Elogio da Loucura

A citação em epígrafe, escrita em 1508 pelo holandês Erasmo de Roterdã, deixa em relevo aquela que é uma das principais características da Loucura: sua capacidade de fazer rir e alegrar pessoas de todas as classes sociais e de todas as idades. Mas ela, a Loucura, tal como descrita em seu autoelogio, sem máscaras, disfarces ou ensaios, revela à sociedade suas verdades e vícios, o que, por certo, provoca também a ira, o descontentamento e mesmo o medo em alguns sujeitos que, a contragosto, tornaram-se parte dos seus espetáculos “tragicômicos”. Tais experiências sugerem que os loucos e/ou loucas tanto foram acolhidos pelas populações dos lugares onde viveram, como foram rejeitados e/ou excluídos do convívio social por não coadunarem com os padrões de normalidade socialmente estabelecidos.

Dito isto, considere-se que, por mais de dois séculos, a loucura foi escorraçada da cidade de Parahyba, não necessariamente no sentido de serem aqueles homens e mulheres levados daquela paragem, em transportes especialmente contratados para tal fim e com destinos incertos, mas por terem sido, tais sujeitos, muitas vezes, largados por seus parentes, expulsos de seus lares e abandonados à própria sorte. Diante do que, sem recursos de qualquer espécie, muitos se viram reduzidos à condição de mendigos e/ou peregrinos, levando uma vida errante, tornando-se “prisoneiros das passagens”⁴²².

Protegidos por uns, indesejados por outros, aos loucos e/ou loucas foram pouco a pouco sendo fechadas as portas da cidade de Parahyba. Inclusive, a Lei do Império de 1º de Outubro de 1828, Título III, Posturas Policiais, já estabelecia em seu Artigo 66 que as Câmaras

⁴²²Foucault entende, a partir do gesto de encerrar de escorraçar os loucos das cidades, a partir da simbólica Nau dos Loucos, que aqueles sujeitos se tornavam reféns da sua liberdade, um passageiro eterno, sem destino, e não mesma medida em que lhes são fechadas as portas da cidade, estes sujeitos são aprisionados no exterior, nas passagens. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 12.

Municipais “ter[iam] a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia e economia das povoações e seus termos”, pelo que deveriam tomar deliberações, e proverem, conforme instituído no parágrafo 3º, “**cautela contra o perigo proveniente da divagação dos loucos**, embriagados, de animais ferozes ou damnados e daqueles que, correndo, pode[riam] incomodar os habitantes”⁴²³.

A referida Lei, que foi a primeira do Império a estabelecer normas que incidiam sobre a vida das cidades brasileiras e das suas respectivas populações⁴²⁴, deixa em relevo a sensibilidade⁴²⁵ das elites dirigentes nacionais, quanto à existência e circulação de loucos e/ou loucas nas muitas “paragens” brasileiras, colocando-os entre ébrios e animais ferozes, o que reforça a ideia de que aqueles homens e mulheres eram considerados perigosos, não só por incomodar com “vozerias” as populações dos lugares por onde “passavam”, mas por estarem associados a outros espécimes irracionais⁴²⁶. Na capital da Parahyba, tanto loucos e/ou loucas, como alcoólatras, foram tratados como animais⁴²⁷, diante do que, quando considerados perigosos e incômodos para a sociedade, eram os mesmos aprisionados nas células da cadeia ou nos porões do Hospital da Santa Casa, em condições denunciadas pelos próprios gestores

⁴²³Lei de 01 de Outubro de 1828, In. BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1828 Vol. 2. Publicação Original. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 02.01.2012.

⁴²⁴De acordo com a pesquisadora Dolarice Satyro Maia, durante o período colonial existiam normatizações feitas pelas Câmaras Municipais, no entanto, leis que objetivavam ordenar e estabelecer regras e diretrizes próprias à cidade e à vida urbana só teriam sido instituídas, de fato, depois da chegada da família real no Brasil, 1808. In. MAIA, Dolarice Satyro. **A Rua na Cidade da Parahyba (Brasil) no século XIX: Espaço de controle e expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana**. 2014. Disponível em www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Doralice%20Satyro%20Maia.pdf. Acesso em 01.02.2015.

⁴²⁵De acordo com Sandra Jatahy Pesavento, as sensibilidades se traduzem numa forma de apreensão do mundo a partir dos sentidos, elas lidam não com o racional, mas com as emoções, sensações e sentimentos. Elas operam como uma forma de reconhecimento da realidade a partir dos sentidos, da percepção individual, subjetiva. É preciso observar que as sensibilidades traduzem as experiências reais ou não-reais vividas e construídas num determinado contexto, isto porque “os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **LANGUE, Frédérique.(orgs). Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 14. Enfim, recuperar as sensibilidades de um outro no tempo, não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível desse outro, a partir dos sinais, indícios que este deixou, o que requer também uma reeducação e adestramento do olhar de historiador. Ibidem, pp. 9-21. A autora também trata do conceito de sensibilidades no trabalho intitulado “Sensibilidade no tempo, tempo das sensibilidades”. Disponível em <https://nuevomundo.revues.org/229>. Acesso em 28/04/2014. Ver ainda ⁴²⁵ BRESCIANI, Maria Stella. As Sete portas da cidade. **Revista Espaço e Debate: Cidade e História**. São Paulo: Neru, Ano XI, n. 34, 1991.

⁴²⁶Somente a partir do final do século XIX é que a relação entre álcool e doença mental começa a aparecer nos discursos médicos. Todavia, foi especialmente a partir dos anos 1920, com a Fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental, que os discursos acerca das perturbações mentais provenientes do álcool vão ter destaque no país, o que objetiva diminuir o vasto número de “inválidos da Pátria”, no contexto da República. Sobre o assunto, ver COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007; MOREIRA, Juliano. Assistência aos Bebedores. In. **Archivos Brasileiros de Hygienen Mental**. N.2, abril-junho, pp.123-126. Aqui na Parahyba também foi nos anos 1920, que a propaganda anti-álcool e anti-tabagismo começou a se difundir, tendo como marco as palestras do médico uruguaio Nigro Basciano em outubro de 1924. Conf. Jornal A União de 04 de out. de 1924; O Jornal de 04 de out. de 1924.

⁴²⁷DEUS, João de. **A Vida Dramática de Silvino Olavo**. Brasília. Centro Gráfico: Senado Federal: 1992, p. 17.

destes espaços como desumanas, conforme observado anteriormente. Dito isto, de acordo com médico Oscar de Castro, até fins do século XIX, “o doente mental era considerado perigoso, **sem pouso certo** ou tratamento conveniente”⁴²⁸, muitas vezes, expostos a rezas, xaropadas, sessões de torturas, exorcismos, sangrias e purgantes, ministrados por terapeutas populares e/ou religiosos.

Frente o exposto, acredita-se que a permanência de homens e/ou mulheres loucos e/ou loucas foi, por mais de uma vez, combatida das ruas da cidade da Parahyba, mais que isso, foi combatida a entrada de tais sujeitos nos prédios residenciais e comerciais daquela Capital. Também, nos edifícios e instituições públicas ou religiosas, suas presenças foram consideradas incômodas, em face do que, acredita-se que, não raras vezes, os mesmos foram escorraçados daqueles ambientes. De qualquer forma, estas experiências tensas revelam que alguns dos sujeitos nomeados como loucos e/ou loucas foram aceitos ou tolerados naquela cidade, incorporando-se às suas paisagens, sociabilizando-se e estabelecendo com a população daquela Capital laços de solidariedade.

A Lei de 1º de outubro de 1828 sugere que havia um desejo de controlar os loucos e/ou loucas das cidades brasileira, a fim de se prevenir não apenas danos aos transeuntes e ao patrimônio público e privado, que poderiam por eles serem ocasionados, mas também de advertir os representantes das Câmaras Municipais acerca das suas responsabilidades administrativas sobre a loucura que circulava nas ruas das cidades e nos arrabaldes. Com tal fim, a referida lei veio acossar as Vereanças a criarem Posturas Policiais Municipais que atendessem as particularidades de cada lugar. Neste sentido, conforme estabelecido no Artigo 71 da aludida Lei, estava estabelecido que caberia à Municipalidade deliberar

sobre os meios de promover e manter a tranqüilidade, segurança e saúde, e comodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações, e sobre estes objetos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editais, antes e depois de confirmadas⁴²⁹.

Dois anos haviam se passado quando, em 1830, a Câmara Municipal de Parahyba do Norte prestou-se a criar um Código de Postura Municipal, a fim de cumprir as atribuições arrogadas aos ocupantes daquela Assembleia pela lei de outubro de 1928.

⁴²⁸CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p.364.

⁴²⁹Lei de 01 de Outubro de 1828, op. cit.

A normatização municipal da Cidade da Parahyba de 1830, cujo conteúdo assemelha-se muito àquele instituído nas Posturas Policiais contida no Título III, da Lei Imperial de 1828, além de dispor sobre o alinhamento e a limpeza das ruas, caminhos e fontes, iluminação, bem como, acerca da conservação e reparos dos edifícios públicos e privados daquela capital, dentre outras obrigações, determinava também algumas formas de praticar e/ou consumir a cidade, estabelecendo os horários de recolhimento e as formas de divertimentos públicos instituindo censuras e penalidades. Também na Lei Municipal, ficou em revelado o desejo de escorraçar das ruas e caminhos de Parahyba do Norte os sujeitos referidos no parágrafo 3º, do Artigo 66 da Lei Imperial de 1828, conforme pode ser observado no Art.5º. da Postura Nº 16 de 1830, que ordenava:

Os fiscais deste termo, ficam obrigados a **mandar pegar os bebados, e doidos**, que **divagarem** pelas ruas, e estradas publicas, e os fará conduzir a presença do Juiz de Paz respectivo, para este proceder na forma da Lei de seu Regimento; convocando para esta deligência as pessoas, que estiverem proximas, e **o fiscal que o contrario fiser será multado em dez mil reis**; e a pessoa que se negar ao seu chamado será multada em dois mil réis⁴³⁰.

Veja, a lei era clara quando obrigava os fiscais a “mandarem pegar” os “doidos” que viviam no exterior, ou melhor, fora dos domicílios familiares ou das instituições totalitárias e, apesar de arrogar o destino destes homens e /ou mulheres ao Juiz de Paz, não há certezas sobre a conduta do Juiz em relação a tais sujeitos que podem ter sido encaminhados às prisões ou à casa de seus familiares, ou, no contexto dos anos 1850, à Santa Casa de Misericórdia da Parahyba que não era mais isenta da responsabilidade de acolher os loucos e/ou loucas da Província. Outrossim, em nenhum momento observa-se na lei a intenção de bani-los para fora da cidade, o que não implica em dizer que isto não aconteceu. Inclusive, a própria tentativa do Dr. Rohan, em atenção ao pedido do provedor da Santa Casa, Pereira Rocha, de enviar para a corte os alienados existentes nas enfermarias daquela instituição, deixam em relevo esta prática que se concretizou, anos depois, no caso da senhora Maria Umbelina, “a Ressuscitada”, como se viu.

De toda forma, a elaboração da Postura Municipal Nº 16 de 1830 deixa implícito que, talvez o número de homens e mulheres considerados “alienados” pelas vereanças da cidade de Parahyba do Norte não fosse tão insignificante, proporcionalmente ao tamanho da cidade e

⁴³⁰Postura Municipal n.16, 1830. Citado por MAIA, Doralice Sátyro. **A rua na Cidade da Parahyba (Brasil) no século XIX: espaço de controle e expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana.** Anais do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Doralice%20Satyro%20Maia.pdf>>. Acesso em 01.02.2015, op.cit.

de sua população naquele momento, visto ser o senso comum, a partir dos critérios de normalidade daquela sociedade, quem nomeava alguém como “louco e/ou louca”, isto é, predominava na capital parahybana uma concepção da loucura muito próxima àquela citada por George Rosen, quando o mesmo estudava a “enfermidade mental” nas antigas sociedades greco-romanas, onde

El que una persona sea considerada mentalmente enferma o no, depende del grado de alteración de su conducta y de las actitudes de los miembros del grupo social al que pertenece respecto a dicha alteración. En este sentido, la enfermedad mental depende mucho más íntimamente de los factores sociales que la física. Esta situación puede determinar el que la opinión pública acuerde una mayor tolerancia respecto del enfermo mental en unas sociedades que en otras.⁴³¹

Enfim, se se considerar tais critérios, na cidade da Parahyba, o rol dos ditos loucos e/ou loucas comportava desde pessoas com transtornos mentais, até “aleijados”, epiléticos, alcoólatras, não católicos, mulheres “transgressoras”, criminosos[as], dentre outros. Em face do exposto, talvez não fossem poucas as queixas que gestores e autoridades policiais recebiam diariamente da população daquela cidade que tanto deviam se sentir incomodados, como ameaçados pela presença daqueles “mentecaptos” nas ruas de Parahyba. Outra questão que desponta da referida Postura diz respeito ao descumprimento das atribuições de “Fiscais da Câmara” fixadas na lei imperial, o que fica em evidência quando da prescrição de penalidades pecuniárias para os ocupantes daqueles cargos públicos. Finalmente, a criação daquelas normas denunciaria, anos depois, a inoperância dos próprios vereadores que, em respostas às críticas levantadas contra suas inações, deram-se à prática “inútil” de elaborar posturas “imperfeitas”, que não eram executadas, como observou o Presidente da Província o Dr. Amorim Bezerra em 1854, já referido no Capítulo I.

Em todo o caso, entende-se que uma e outra lei corroboraram para fazer surgir entre os homens e mulheres da cidade da Parahyba uma nova sensibilidade em relação à loucura. Talvez tenha sido aí que os “doidos” e/ou “doidas” que, por tanto tempo coexistiram e consumiram os espaços mais públicos daquela Capital, reinventando-os de acordo com suas necessidades cotidianas, foram, pouco-a-pouco, deixando de fazer parte das suas paisagens. Isto

⁴³¹Na literatura, este critério esteve presente na obra de Shakespeare, no clássico Hamlet, conforme pode ser observado no diálogo entre Hamlet e o Clown, no Ato V, cena I: “*Hamlet*: Sí tienes razón. ¿Y por qué le enviaron a Inglaterra? *Clown 1º*: Pues porque estaba loco, allí recobrará el juicio, y si lo recobra, no importará ello gran cosa en aquel país. *Hamlet*: ¿Y eso? *Clown 1º*: Porque nadie lo notará, allí todos son tan locos como él” apud. ROSEN, George. **Locura y sociedad** (Sociologia histórica de La enfermedad mental). Madri: Alianza Editorial, 1974, p. 114.

porque ali, tanto quanto em outras paragens parahybanas e/ou brasileiras, houve um tempo em que

O doido passeia[va]
Pela cidade sua loucura mansa.
[Era] reconhecido seu direito
À loucura. Sua profissão.
Entra[va] e com[ia] onde quer[ia]⁴³².

As experiências de acolhimento expressas no poema “Menino Antigo”, de Carlos Drummond de Andrade, revelam que o louco e/ou a louca de rua, em algum momento, pertenceu à cidade, como também a cidade o pertencia. Houve um tempo em que tais homens e mulheres puderam divagar não só por suas ruas, ladeiras e becos, mas também, entrar em seus edifícios, suprir-se de suas necessidades. Enfim, houve um tempo em que a cidade, ou melhor, as ruas da cidade não eram somente “lugares de passagem” para os loucos e/ou loucas, mas o lugar onde poderiam apresentar sua loucura.

Cumprir notar que a instituição das Posturas Policiais e Municipais de 1828 e 1830 não representaram somente uma forma de precaução contra os loucos-furiosos, aquelas leis tratavam-se, antes de tudo, de discursos que se levantavam contra um dos principais distintivos da loucura: a *divagação*⁴³³. Esta prática estava associada, de certo modo, à vadiagem, o que na cidade de Parahyba do Norte representava, naquele momento, perigo à circulação dos habitantes considerados virtuosos.

A divagação representava todas as possibilidades que a loucura permitisse alcançar, pois, o vagar não estabelecia limites, não havia ponto de partida ou de chegada, não estabelecia muros. A documentação revela que os gestores públicos e as autoridades judiciais tinham dificuldades de cercear as práticas daqueles sujeitos nomeados como “doidos e/ou doidas” que, de conformidade com o *Diccionario de Língua Brasileira de 1832*, além de serem definidos como “sem juízos” e “inconsiderados”, eram também identificados como “temerários”, o que sugere que, em muitas partes do Brasil, os mesmos representavam uma ameaça à ordem estabelecida, diz-se, a ordem desejada por suas elites.

Note que, naquele momento, apesar da pequenez da Cidade da Parahyba, a rua, apesar de ser, em certa medida, uma extensão da casa, continuava a ser um espaço considerado

⁴³²ANDRADE, Carlos Drummond. **Menino antigo**. São Paulo: Editora José Olympio, 1973, p.73.

⁴³³De acordo com o Luiz Maria da Silva Pinto, divagar significa “andar de huma parte a outra”. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario de Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typ. de Silva, 1832, S/P.

perigoso⁴³⁴. Assim, era preciso controlá-la, eliminando dela, o quanto possível, aqueles sujeitos e as condutas consideradas ameaçadoras.

De uma forma ou de outra, era/é no espaço da rua, “onde se materializam as transformações na trama física e na paisagem da cidade e ainda era/é a rua o lugar de manifestações das relações sociais, das diferenças e das normatizações do cotidiano em momentos históricos diversos”⁴³⁵, e, por isso mesmo, também ali os loucos e/ou loucas podiam ser encontrados divagando em suas ideias, agitando-se contra os transeuntes e espectadores que os importunavam, ou somente passando!

A despeito do que estabeleciam as Posturas Policias do Império de 1828, entende-se, apesar do decreto imperial ter incitado as práticas de banimento dos sujeitos considerados loucos e/ou loucas das ruas e lugares públicos, decerto, na capital da Parahyba existiram outros motivos, talvez, anteriores àquela lei, para que alguns daqueles homens e mulheres tenham sido desprezados por seus habitantes não-loucos. De tal modo, além de fatores de ordem econômica que se relacionavam à suposta ociosidade em que viviam os “doidos[as]” nas ruas da cidade, por certo, o senso comum havia instituído outras barreiras entre os loucos[as] e os não-loucos[as], o que só pôde ser conhecido graças ao exame de pequenos detalhes, “quase negligenciáveis”, existentes na documentação consultada⁴³⁶. Neste sentido, convida-se o leitor a divagar pela cidade de Parahyba do Norte, não a que está para os homens e mulheres do século XXI, mas pelas passagens da cidade do século XIX, a fim de encontrar com alguns daqueles homens e mulheres nomeados como doidos e/ou doidas e experimentar com eles alguns momentos de diversão, fúria, trabalho, ócio, delírios, espetáculo. Isso leva tanto a conhecer como analisar algumas das práticas de sociabilidade e solidariedades entre eles e os demais habitantes daquela cidade [considerados não-loucos e/ou loucas], como as práticas de exclusão a que estiveram submetidos tais sujeitos.

⁴³⁴Conforme Doralice Sátyro Maia, Op. cit.

⁴³⁵MAIA, Doralice Sátyro. **A Morfologia Urbana no Movimento da Modernidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p. 5. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall0/Procesosambientales/Geomorfologia/04.pdf>. Acesso em 03.02.2013.

⁴³⁶Trata-se aqui do Método Indiciário, utilizado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, que está fundamentado na investigação de sinais, pistas ou “pormenores aparentemente negligenciáveis” capazes de revelar a realidade dos fenômenos. Ginzburg baseia-se no método de investigação desenvolvido por Morelli para verificar a autenticidade de quadros no século XIX, segundo o qual o investigador não deveria basear-se nas características mais visíveis, mas nos “pormenores mais negligenciáveis”. Ver GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp.144-145. É oportuno observar que o Método Indiciário tornou-se popularmente conhecido graças as narrativas policial-detetivesca ou romance enigma, destacando-se entre os autores desta modalidade Edgar Allan Poe, no século XIX, e Agata Cristie, no século XX.

Antes de qualquer coisa, é preciso sublinhar que uma das práticas de banimento sofrida por aqueles homens e mulheres, em Parahyba, foi o silêncio, não o seu próprio silêncio, mas o silêncio das elites políticas e/ou religiosas daquela Capital, e ainda, o silêncio de muitos homens e mulheres que ordinariamente experienciaram suas passagens pelas ruas e caminhos daquela cidade. Apesar disso, “suas vozes encontraram uma saída”.

A própria normatização de 1830 revela a existência destes homens e mulheres em Parahyba, de outra forma, as vereanças não teriam reformulado o texto da Lei Imperial de 1º de Outubro de 1828, que versa sobre os perigos da circulação de loucos e/ou loucas nas ruas da cidade e caminhos. Inclusive, a referida Postura Municipal, ao conferir ao Juiz de Paz a responsabilidade sobre estes sujeitos, sugere que na cidade da Parahyba havia algumas tensões entre loucos[as] e não-loucos[as].

Em qualquer caso, entende-se que, apesar de haver uma intenção de retirar os “doidos” das ruas de Parahyba, dada a inação dos gestores municipais e dos funcionários da Câmara Municipal daquela cidade, as normatizações não impediram que a presença de tais sujeitos nas ruas e caminhos da cidade da Parahyba se perpetuasse por todo o século XIX. A afinal, não havendo um lugar apropriado para encerrar aqueles homens e mulheres, nem existindo a prática de banimento por expatriação e/ou degredo, seria ali mesmo, nas ruas daquela Capital nortista, que muitos loucos e ou loucas permaneceriam ainda por muitos anos, o que indica que lhes era negado o direito à cidade, não à vida urbana, como sugere Henri Lefebvre⁴³⁷, porque na segunda metade do século XIX Parahyba ainda não havia sido impactada pelo ritmo e transformações materiais características de um espaço urbanizado ou em processo de urbanização.

Os loucos e /ou loucas passaram a ser expulsos “dos locais de encontro e de trocas”⁴³⁸, pois, apesar de circularem nas ruas de Parahyba e estabelecerem algumas sociabilidades, isso não implicava em sua aceitação pelos habitantes daquela cidade, absolutamente. Inclusive, segundo o reclame observado nas páginas de O Publicador de 01 de setembro de 1862, o jornalista questionava em tom irônico se era certo nomear para o cargo de Inspetor de quarteirão o “epiléptico, semidiota, João Perú”: “desejamos saber com certeza para os nossos estudos: porque queremos verificar a propriedade dos ediotas para os cargos policiais”.⁴³⁹ Enfim, a fronteira da coexistência entre loucos e não-loucos passou a ser definida pelo fio da tolerância, visto que o fio da aceitabilidade havia se rompido, talvez a partir do

⁴³⁷ LEFEBVRE, Henri. O direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

⁴³⁸ Trata-se aqui não apenas de espaços de trocas materiais, mas também de espaços de convivência em geral.

⁴³⁹ O PUBLICADOR. Parahyba do Norte, 01 de set. de 1862.

momento em que surgiram as referidas leis, talvez antes disso, por influência das doutrinas bíblicas que os associava a demonios⁴⁴⁰.

De qualquer forma, contrariando as leis, para os homens e/ou mulheres nomeados pelo senso comum como “doidos[as]”, as ruas da cidade de Parahyba eram o palco onde estes personagens, que tiveram existência real, representavam cotidianamente suas loucuras pessoais. Neste sentido, se tal como sugere Foucault, em sua “História da Loucura”, a exclusão dos sujeitos nomeados como alienados encerrava-os, “eles não pod[iam] e não deve[riam] ter outra prisão que o próprio *limiar*”. Desta maneira, seria no “lugar de passagem”, no exterior, que eles seriam aprisionados⁴⁴¹. E, apesar de o escritor francês indicar, em seu trabalho, que este “lugar de passagem” seria extramuros da cidade, isto não exclui a possibilidade de, no caso parahybano, terem sido as ruas, ladeiras e becos de Parahyba do Norte também “passagens” para os vesânicos.

Aliás, acerca da indiferença e rejeição sofrida por aqueles homens e mulheres em Parahyba, compreende-se que, embora na maior parte das vezes estes sujeitos tenham sido “reduzidos a estereótipos sociais fora do seu universo cultural”⁴⁴², ainda assim, faziam parte do dia-a-dia daquela Capital. Algumas vezes, provocando risos ou atentando contra a população que os importunava, outras vezes trabalhando para garantir sua sobrevivência ou mendigando uma esmola. O certo é que, de uma forma ou de outra, eles, os doidos e/ou doidas, apesar dos discursos contrários a sua presença, permaneceriam vagando, condenados a serem “prisioneiros das ruas e caminhos de Parahyba”. E foi ali, nas ruas, que muitos destes sujeitos estiveram bem antes de serem aprisionados nas instituições totalitárias. Estes personagens, às vezes queridos, às vezes odiados, sempre alvejados por olhares desconfiados ou de piedade, muitas vezes afrontados por chistes e pedradas, são/foram nomeado pelo senso comum como “louco e/ou louca de rua”.

A propósito, segundo o psicólogo Flávio Carvalho Ferraz, em *Andarilhos da Imaginação: um estudo sobre os loucos de rua*, “para ser classificado como um ‘louco[a] de rua’, faz-se necessário naturalmente, que um indivíduo preencha dois requisitos: ser ‘louco[a]’ e ser ‘de rua’”, afirma. Entretanto, de acordo com Ferraz, para que essas qualidades sejam preenchidas, esses loucos[as] são aqueles[as] que vivem “soltos[as]”, não institucionalizados. Apesar deste conceito não dar conta da complexidade que abrange o sujeito nomeado como

⁴⁴⁰Ver por exemplo a história do endemoninhado de Gadareno em Bíblia Sagrada, Marcos 5: 1-20.

⁴⁴¹FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 12.

⁴⁴²CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Cidadelas da Ordem: A doença mental da República**. São Paulo: Brasiliense, 2010, p.62

“louco[a] de rua”, considera-se esta uma premissa para explicar a experiências da loucura de rua, diz-se, da loucura vivida nos exteriores. Tratam-se daqueles sujeitos que escaparam das instituições, dos hospícios, da medicalização, enfim, da psiquiatria. Esta loucura, também de acordo com o aludido psicólogo, relaciona-se a mendicância e a perambulação⁴⁴³, “circunscrita a limites que podem ser os da cidade ou de uma parte dela, ou ainda, em certos casos, ampliarem-se para áreas rurais do município e mesmo abranger cidades [e vilas] vizinhas”, tornando-se parte da “paisagem”⁴⁴⁴. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o “louco e/ou louca de rua” é aquele cujas experiências se passaram/passam porta afora.

Importa dizer que o termo porta afora foi utilizado por oposição à expressão “porta adentro” empregada pela pesquisadora Maria Izilda Santos de Matos, em seu estudo “Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho, para referir-se às experiências de trabalho e às sociabilidades e solidariedades que se passam no âmbito do domicílio. No entanto, considerando que o termo pode comportar não só as relações de trabalho, mas também inúmeras práticas cotidianas que se desenrolam no domínio do privado, e entendendo que naqueles espaços “familiares” ocorreram também tramas que envolveram sujeitos nomeados como alienados, poderíamos chamar estas experiências de loucura em domicílios ou, loucura porta adentro. Destarte, chama-se de loucura porta afora as experiências mais públicas da loucura, aquela que compreende as relações sociais estabelecidas entre o louco e/ou louca e a população de uma cidade nos lugares das “passagens”, das passagens na cidade, fora do domicílio, pois, tudo nela é exterioridade. Tais ideias permitem concluir que o louco e/ou a louca de rua é aquele sujeito cuja loucura é experienciada, no exterior, diz-se nas ruas da cidade, onde, via de regra, deveriam gozar de plena liberdade para divagar.

Foi então que, certo dia, por volta das quatro horas da tarde, avistou-se de longe, subindo a estrada do Carro [no final da Rua Direita], o popular Zé Cacimba. Foi ali, na rua, que o encontro com aquele “doido” aconteceu, o que permitiu conhecer algumas faces dessa loucura, por vezes, tão incômoda, mas também capaz de “alegrar a deuses e mortais”, com suas passagens. Aí está, talvez, toda a singularidade do louco e/ou louca de rua. Sabendo que o louco e/ou a louca é um personagem fugidio, dado as suas possibilidades de divagação, foi seguindo

⁴⁴³ Ferraz, observa que não deve ser confundido o louco de rua “andarilho” com o sujeito, considerado “andante”, definido por ele como uma pessoa de vida nômade que não mantém vínculo nem com os lugares por onde passa, nem com as pessoas desses lugares. FERRAZ, Flávio Carvalho. **Andarilhos Da Imaginação: um estudo sobre os loucos de rua**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2000. Pp. 112-113.

⁴⁴⁴ Ibidem. p. 113. Ver também FERRAZ, Flávio Carvalho. O LOUCO DE RUA VISTO ATRAVÉS DA LITERATURA. **Psicol. USP**. Vol.11, no.2. São Paulo, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642000000200009&script=sci_arttext. Acesso em 03.01.2015.

os passos deste homem que encontramos outros tipos considerados doidos[as] que, tal como ele, experienciavam sua loucura nas ruas daquela cidade.

Não foi possível saber quando o referido homem, cujo nome de batismo, por certo, é José, ganhou o apelido Cacimba, vindo a se tornar conhecido na cidade da Parahyba como “Zé Cacimba”. O provável é que o cognome tenha se originado da prática de vender água de poço/cacimba, o que não era nada incomum naquela cidade, no contexto do século XIX, afinal, ainda não havia, naquela Capital, serviço de distribuição de água encanada, diante do que a população se abastecia com as águas provenientes daquele tipo de fonte⁴⁴⁵. Apesar da alcunha, Zé Cacimba exercia outras atividades econômicas para garantir sua sobrevivência e a subsistência da sua família, quais sejam: vendia carvão ou lenha diariamente e cultivava uma roça nas proximidades do Rio Jaguaribe.

Segundo a descrição que fez o escritor e jornalista Francisco Coutinho de Lima e Moura, Zé Cacimba possuía uma fisionomia serena, era calmo, “um caboclo baixo de compleição regular e pele alatoada como os da sua classe, que vivem descalços trabalhando nos pântanos, de pouca barba e as pernas ligeiramente arqueadas”⁴⁴⁶. Sua idade também não é conhecida, mas a documentação analisada sugere que este sujeito não era mais jovem que o escritor Coutinho. É possível que por volta do ano 1877, Zé já contasse com a idade de 20 ou 30 anos, enquanto o escritor tinha apenas 10 anos. Contudo, as experiências recordadas por Francisco Coutinho parecem oscilar entre a infância e as fases em que o escritor já era rapaz e/ou homem feito.

Zé Cacimba possuía residência fixa, morava nas imediações do Rio Jaguaribe, numa velha choupana paga com a venda do carvão. E foi a prática do comércio de carvão que fez este homem se popularizar na Capital da Parahyba, uma vez que se tornara protagonista daquele que foi considerado, pelo Sr. Coutinho, “um espetáculo grotesco e divertido” e que se repetiu diariamente naquela cidade por muitos anos⁴⁴⁷.

Consta que todos os dias, por volta das quatro horas da tarde, assomava nas ruas centrais de Parahyba do Norte o “exótico” Zé Cacimba, sempre acompanhado do seu boi que, “de ridículo”, era conhecido como “o Boi do Zé Cacimba”, o que já revela alguma

⁴⁴⁵Como pode ser observado na notícia publicada no Jornal O Mercantil, na seção “Pelos Factos”, de 1 dezembro de 1883, a cidade da Parahyba, depois de algumas tentativas, sem sucesso, de implantação do sistema de abastecimento de água encanada, denunciava-se que, dado a falta d’água encanada, “sem agua fácil e limpa, estamos sujeitos ás impurezas das cacimbas particulares e á porcaria das fontes publicas, de ordinário maltratadas, sem um olhar se quer da municipalidade”.

⁴⁴⁶LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências**: Figuras e factos da Parahyba. João Pessoa. 1938, 219.

⁴⁴⁷Ibidem, p. 218.

particularidade no animal, do contrário, talvez não tivesse sido nomeado desta forma pela população da cidade, mas isso é só um detalhe se se considerar que o animal era “grande como um dos maiores elefantes [...] tendo o beijo superior furado e com uma argola de ferro na qual amarradas duas cordas formavam o instrumento da direção á guisa de cabresto”⁴⁴⁸.

O Boi, conduzido por seu proprietário, subia e descia as ladeiras da Cidade Alta em “passos de kagado”, transportando “sua carga microscópica”, constituída apenas

de ordinário dois cassues de carvão com meio metro de comprido e palmo e meio de largura, sobre uns trapos de uma cousa que teve o nome de cangalha quando nova; mas que chegou ao ponto de se transformar em um arcabouço desnudo sobre uns molhos de capim dentro de um sacco de estopa, velho, esburacado...⁴⁴⁹

Os trapos que sustentavam a carga, segundo Coutinho, pareciam combinar com a “vetusta e andrajosa” vestimenta do carvoeiro, que às vezes levava consigo, para o divertimento da população, “dois pobrezinhos” que deveriam ter entre 10 e 12 anos de idade “escanchado, um no pau da cangalha e outro sentado na garupa do animal. O primeiro com a corda da venta do boi para guial-o e o outro com uma varinha fina para tangel-o”⁴⁵⁰. As duas crianças talvez se divertissem com o passeio, que, por sinal, deveria ser bem custoso dado a morosidade do animal e, ainda, devido à distância do Jaguaribe até o Centro da cidade, por uma estrada tortuosa dentro da mata [do Buraquinho] e cheia de poços.⁴⁵¹

Estava completa a “trupe” do Zé Cacimba, que se tornou, conforme sugeriu o jornalista Francisco Coutinho, objeto de divertimento do “populacho”, que os recebiam diariamente, com vaias, chacotas e ditos chistosos, o que não parecia incomodar o “doido” que, embora encerrasse um ar de seriedade na face, sugerindo indiferença, deixava escapar vez por outra um riso, insinuando que se divertia com aquela situação.

Por estranho que possa parecer, esta experiência comporta um importante distintivo da loucura, qual seja: a forma peculiar como o louco e/ou a louca de rua e a população de um determinado espaço/cidade se comunicam, não só se sociabilizando, mas mantendo, de alguma forma, laços de solidariedade entre si. Ora, não são raros os episódios em que a única forma de comunicação entre os loucos e os não-loucos é principiada a partir das muitas formas de provocações que estes últimos lançam aos primeiros. Inclusive, quando se fala em provocações,

⁴⁴⁸Ibidem, p. 218.

⁴⁴⁹LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. op. cit. p. 218.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 218.

⁴⁵¹Distância esta que pode ser percorrida pelo leitor a partir das Plantas 3 e 4.

não se compreenda apenas as ofensas ocasionadas pelas palavras engraçadas e/ou sádicas, mas também as atitudes daí resultantes, que podem ter as mais diferentes formas, levando o suposto louco e/ou louca a atitudes tais como a desconsideração, a indiferença, as agressões com palavras deselegantes e até violências físicas⁴⁵², contra aquele que o atacou ou até mesmo contra outro que por ventura esteja naquela cena.

Há, claro, outras formas de comunicação entre loucos e não-loucos. Considere-se, por exemplo, que a linguagem usada pelas autoridades municipais para reprimir as atitudes reprováveis daqueles “doidos[as]”, era a contenção por meio da força e a subsequente prisão destes sujeitos nas células da cadeia e/ou do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Quantos não tentaram em vão defender-se, resistir às prisões? Quantos devem ter sido os palavrões, os gritos desesperados? Quantos daqueles homens e/ou mulheres não olharam piedosamente ou odiosamente para seus ofensores e repressores sugerindo que suspendessem suas atitudes injustas?

É bem verdade que, a passagem de Zé Cacimba pelas ruas de Parahyba do Norte exprime um modo peculiar de convívio entre os moradores de Parahyba e o carvoeiro. E, embora sugira a aceitabilidade deste sujeito por parte da população, revela, antes, que também Zé Cacimba era tolerante com aquelas práticas/ provocações, pois de outra forma estaria obrigado a viver nas “passagens”, o que, aliás, aconteceu a muito dos homens e mulheres nomeados como loucos e/ou loucas pelos habitantes daquela cidade.

Se as experiências apontam sempre o “louco” como aquele que pede, que precisa do auxílio de outrem, não é menos verdade que este sujeito é também capaz de ser solidário e oferecer-se a ajudar⁴⁵³. Também o “bom amigo” Zé Cacimba, apesar de não ter uma condição

⁴⁵²Muitos são os exemplos na literatura, sobre as experiências de provocações desferidas aos loucos por não-loucos. Ver Wanderley, Helmar Gicelli Formiga, op.cit.

⁴⁵³Na literatura, chamam a atenção sobre este tipo de experiência o caso da personagem Mula-Marmela, do conto “A Benfazeja”, de João Guimarães Rosa. “Mulher-malandra, a malacafar, suja de si, misericordiosa, tão velha e feia, feita tonta, no crime não arrependida – e guia de um cego”. Na obra em questão, Mula-Marmela casa-se com o criminoso Mumbungo, a quem matou e não se arrependeu. E sem jamais ter tido um filho, carregou também o peso de cuidar do enteado Retrupé, que ela se encarregou de cegar e, depois, estrangular. Ocorre que isto não é tudo. Mumbungo “era célebre-cruel e iníquo, muito criminoso, homem de gostar do sabor de sangue, monstro da perversidade [...] nos tempos, e por causa dele, todos estremeciam [...] O Mumbungo queria à sua mulher, a Mula-Marmela, e, contudo, incertamente, ela o amedrontava”. A mulher, também queria Mumbungo, mas “a Marmela, pobre chorava por os seus entes parentes, que o Mumbungo, mandatário de não sei que poderes, atroz sacrificara. Se só ela poderia matar o homem que era o seu, ela teria de mata-lo”. A personagem de Guimarães Rosa, incompreendida pela população que a estigmatizava pelo seu ato, tirara a vida do seu marido por ele representar um mal à sociedade. O texto sugere que seu ato foi solidário até mesmo com Mumbungo, pois só ela poderia pôr fim as suas crueldades, de forma que ele “colocava-se a mercê de sua justiça” ROSA. João Guimarães. A Benfazeja.. In. _____. **Primeiras Estórias**. Editora Nova Fronteira. Pp. 116-124. Disponível em: <https://iedamagri.files.wordpress.com/2014/07/joc3a3o-guimarc3a3es-rosa-primeiras-estc3b3rias.pdf>. Acesso em 20.06.2014.

econômica estável, era “prestativo e obsequiador”, sempre recebia quem quer que chegasse a sua residência com frutas e outras iguarias produzidas de forma artesanal, por ele e seus familiares, conforme Coutinho⁴⁵⁴.

Tudo indica que, por sua reputação tranquila, Zé Cacimba, que se tornou um “tipo” conhecido da população de Parahyba, adquiriu tanta simpatia entre os moradores da Capital parahybana, que lhe era permitido participar da vida da cidade. Consta que frequentava as ruas e lugares mais públicos, fosse na realização do seu ofício ou ainda por ocasião de algum evento cotidiano ou mesmo festivo, onde, algumas vezes, era impelido a encenar, para o divertimento de uns e para o aporrinho de outros, sua loucura. Claro, não imagine o leitor que todas as portas eram abertas àquele sujeito, algumas ou, quem sabe, muitas portas, foram-lhe fechadas pelos habitantes daquela cidade.

Neste sentido, a experiência do Zé Cacimba, guardadas as devidas proporções, se assemelha muito àquela vivida pelo personagem Rubião do romance “Quincas Borba”, do escritor Machado de Assis. Na obra, que se passa no Rio de Janeiro do final do século XIX, Rubião, que enlouquecera por motivo de um amor não correspondido e que pensava ser Napoleão, desfilava diariamente nas ruas centrais da Capital Nacional, provocando as mais diversas reações à população da cidade. Eram sensações de medo, tristeza, indiferença, alegria e dó, por exemplo. Mas havia aqueles que eram movidos apenas pela curiosidade de ver o doido[a] passar, “gente que o viam e paravam na rua, ou se debruçavam das janelas” para assistir ao espetáculo produzido pela passagem de Rubião, o que provocava certa mudança no ritmo da cidade, como se durante aquele momento a população vivesse uma nova temporalidade, marcada pelos passos rápidos do personagem.

Na cidade da Parahyba, o espetáculo oferecido por Zé Cacimba e seu Boi também devem ter promovido interrupções no cotidiano dos seus habitantes. Imagine, por exemplo, o barulho que tomava as ruas daquela cidade quando, por ocasião da passagem do “doido”, acompanhava-o os “moleques de rua” que faziam grande algazarra⁴⁵⁵. A travessia de Cacimba pelas ruas daquela Capital mobilizava alguns sujeitos que corriam atrás dos dois, embalados pelo vozerio, enquanto outros tantos suspendiam seus afazeres para assistirem o “desfile” que, na certa, era mais demorado que aquele desfechado pelo personagem machadiano, já que era o

⁴⁵⁴ LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências: Figuras e factos da Parahyba**. João Pessoa. 1938.

⁴⁵⁵ A expressão “moleques de rua” foi citada pelo historiador Archimedes Cavalcante que a atribui ao Desembargador Ricardo Lima que, falando sobre as ocasiões em que passava a bandinha de música da Cidade, teria dito a alguns amigos: se eu fosse moleque de rua p’ra onde a banda fosse eu ia atrás”. CAVALCANTI, Archimedes. **A Cidade de Parahyba Na Época da Independência**. João Pessoa: Editora Universitária, 1972, p.37.

Boi do Zé quem ditava o ritmo do movimento. E, que incômodo ou alegria não provocava suas paradas em frente a algum dos “armazéns, boticas e lojinhas” existentes na cidade? Poder-se-ia mesmo calcular a cólera do barbeiro Monoca que, dado aos excessos do público quando da passagem daquele “doido”, não conseguia a concentração necessária para fazer bom uso do “escalpelo”. Enfim, durante as passagens do Zé Cacimba, a população da cidade da Parahyba deve ter suspenso

por instantes os seus pensamentos tristes ou enfatiados, as preocupações do dia, os tédios, os ressentimentos, esta uma dívida, outro uma doença, desprezos de amor, vilanias de amigos. Cada miséria esquecia-se, o que era melhor que consolar-se. [...] E mais de um tinha pena do pobre-diabo; comparando as duas fortunas, mais de um agradecia ao céu a parte que lhe coube – amarga, mas consciente. Preferiam o seu casebre real ao alcáçar fantasmagórico⁴⁵⁶.

Além do Zé Cacimba, naquela capital, outros homens e mulheres considerados loucos[as] faziam os parahybanos considerados não-loucos[as] viverem, por alguns instantes, uma temporalidade diferente daquela habitualmente experienciada. E, a depender do suposto alienado[a] e das sociabilidades que o mesmo mantinha com seus habitantes, bem como das reações que o mesmo provocava à população e/ou das atitudes que era levado a praticar, o ritmo da cidade poderia parecer estar mais rápido ou mais lento, mais calmo ou mais agitado que de costume.

Este momento de diversão, de suspensão das atividades, também explica como Zé Cacimba e tantos outros sujeitos nomeados pelo senso comum como loucos e/ou loucas, apesar de serem discriminados por suas características “incomuns” e, indesejados por aquela população que os escorraçava, conseguiam garantir para si um espaço naquela cidade, importando, para tanto, lembrar que, por muito tempo, os momentos de diversões programadas daquela população restringiram-se às festas religiosas, aos desfiles marciais acompanhados pela banda de música⁴⁵⁷ e a alguns espetáculos de teatro que aconteciam esporadicamente numa casa residencial localizada na Rua da Areia⁴⁵⁸. Pode-se, então, afirmar que a passagem dos “doidos”

⁴⁵⁶ASSIS, Machado de. Quincas Borba. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2011. Disponível em <http://machado.mec.gov.br>. Acesso em 12.12.2014., p. 259.

⁴⁵⁷De acordo com Archimedes Calvalcanti, a banda de música da cidade pertencia à tropa militar e tocava desde 1809, “abrilhantando os desfiles marciais, as solenidades no Senado da Câmara e Palácio do Governo” CAVALCANTI, Archimedes. **A Cidade de Parahyba Na Época da Independência**. João Pessoa: Editora Universitária, 1972, p.37.

⁴⁵⁸Trata-se do teatrinho “Coliseu”, que funcionava precariamente numa casinha da Cidade Baixa. Ver História do teatro na Parahyba de autoria de Augusto Magalhães. Disponível em ideiaeditora@uol.com.br. Acesso 20.03.2015.

pelas ruas de Parahyba, representava também uma prática de diversão não planejada, um momento de suspensão dos afazeres.

De tal modo, mesmo que se queira afirmar que suas presenças “incômodas” eram excessivamente vigiadas pelas autoridades policiais e/ou pela população, o certo é que muitos loucos e/ou loucas devem ter tomado de assalto alguns homens e mulheres daquela cidade parahybana, fosse com uma graça, fosse com um gesto violento, uma nudez pública e, nestes últimos casos, “o fio da tolerância se rompia”, tal como aconteceu com outros personagens, que também adquiriram muita notoriedade na cidade de Parahyba do Norte, na segunda metade do século XIX, especialmente na década de 1880, quando Coriolano de Medeiros era criança no Tambiá⁴⁵⁹.

Foi, portanto, graças às representações de Medeiros que ocorreu o encontro com a “preta africana”, Maria Jararaca.

Amada por uns, odiada por outros, esta mulher que era escrava [abandonada] ficou louca por motivo de seu dono, o Coronel José Narciso de Carvalho, ter vendido dois dos seus filhos menores a outro homem que os teria levado para o Sul do país. O apelido foi-lhe dado por motivo de que, em suas crises de furor, ela “arrancava contra os grandes” [seus senhores]. Era considerada muito serviçal e prestava-se a executar alguns ofícios nos sítios e casas por onde andava, tais como pilar milho e café e varrer os quintais e passeios das casas “com o maior cuidado”. Os sinais de sua loucura eram facilmente percebíveis. “Vestia-se de modo bem peculiar, usava somente saia, conservando desnudo o resto do corpo”⁴⁶⁰, o que deveria ser observado com reservas pelas mulheres ditas virtuosas daquela cidade. Talvez por motivo do triste episódio que viveu no cativeiro, Maria Jararaca “revelava-se de uma ternura extrema para com as crianças”. No entanto, caso alguém a importunasse, chamando-a pelo apelido, se tornava furiosíssima, retornando a calma rapidamente, bastando para isso, que levasse a sua presença uma criancinha, que podia ser branca ou negra.

Outra particularidade da loucura desta mulher é que ela dormia pouco, perambulava a noite toda, “tornando-se o melhor guarda contra gatunos e ladrões de galinhas” da cidade da Parahyba. Segundo Coriolano de Medeiros, que era criança naqueles anos [1870 e 1880], nas imediações do Tambiá e, certamente, em algumas ruas centrais, “no silêncio da madrugada, ouviam-se, não raro, os seus gritos de alarma: ladron!... ladron!... e o meliante tinha que fugir,

⁴⁵⁹Coriolano de Medeiros nasceu em novembro de 1875, no município de Patos, no sertão da Parahyba. Em 1877 devido à seca sua família, fixou-se na capital do Estado, no distante bairro do Tambiá, naquela época conhecido como Cruz do Peixe. Disponível em http://www.ihgp.net/coriolano_de_medeiros.htm. Acesso em 20/01/2016.

⁴⁶⁰MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da Minha Infância**. (Sampaio). João Pessoa: A União, 1994, p. 76.

de correr, ou seria batido pelos vigorosos braços da louca”⁴⁶¹. Tãmanha era a sua fúria, que chegou a atacar com a “rigidez de um chuço” alguns dos ladrões e/ou provocadores. Esta atitude, apesar de ter um lado heroico, deve ter provocado seu escorraçamento das ruas e arrabaldes de Parahyba, o que leva a crer que Maria Jararaca tenha sido conduzida muitas vezes à Cadeia da Cidade e/ou ao Hospital da Santa Casa, onde ficava presa até retornar à calma, visto que seus senhores não tinham interesse em mantê-la no cativeiro, onde presume-se, provocaria alguns transtornos.

Mais um que rompeu o fio da tolerância foi Patacho. Era um caboclo musculoso, de “uma força incomum”, filho de uma senhora chamada Maria Gorda. Mãe e filho moravam na Cidade Baixa, num lugar chamado “Emboca”, na “Rua do Grude”. Apesar do vigor que exhibia Patacho ao transportar cargas enormes, aquele homem parecia destituído de energia, subia vagarosamente as ladeiras da capital parahybana com o enorme peso, recebendo insultos e pilherias de todos, sem externar nenhuma reação desagradável.

Conforme as representações de Coriolano de Medeiros, Patacho estava entre os loucos que eram chamados de imbecis ou idiotas pelos parahybanos. “Rapazelos e molecotes se davam ao prazer de manda-lo, suarento, humilde, silencioso, arrear a carga, ajoelhar-se e tomar-lhe a benção”, lembrou o escritor. Estas cenas, eram experienciadas diariamente por quem estivesse subindo ou descendo a ladeira que comunicava a Estrada do Carro [Rua Direita] à rua das Convertidas, sem que ninguém além de sua mãe enfrentasse os provocadores. Mas isso não duraria para sempre. Assim, de acordo com as representações de Coriolano de Medeiros, certo dia, enquanto realizava seu trajeto habitual um “moleque”, tomando sua passagem ordenou:

“_ Arreia a carga, ajoelhe-se e me tome a bênção!”

Patacho, recusando-se a fazer o que ordenou o rapazote, pediu passagem, mas logo veio outro e o agrediu com pontapés. Segundo consta, ele nunca havia reagido. Inclusive, no “Grude”, o filho de Maria Gorda já havia apanhado de todos os homens e crianças ali existentes. Diante do que, naquela ocasião, ele surpreendeu a todos quando atacou os garotos que o importunavam. Aquela não seria a última vez que aquele homem reagiria de forma violenta às provocações lançadas contra sua pessoa. Assim, consta que dias depois, atacou outro “imprudente”, e mais outro, até que foi preso.

⁴⁶¹Ibidem, p. 76.

As atitudes de Patacho, por certo, causaram grande alvoroço na população de Parahyba que passou a fazer uso do seguinte discurso: “o outro eu de Patacho levou-o à Cadeia por crime de ferimentos”⁴⁶².

O caso de Patacho é elucidativo, no que diz respeito às relações de tolerância entre loucos[as] e não-loucos[as]. Atacado por muitos, humilhado, o doente mental não tinha quem o defendesse. Para o senso comum, tanto quanto para as autoridades jurídicas e policiais daquela cidade, qualquer que fosse a circunstância, estes homens e ou mulheres seriam sempre culpados e penalizados! Claro, alguns destes sujeitos foram defendidos por alguns parentes e/ou conhecidos. Ora, Maria Gorda é um exemplo disso. Quanto não deve ter sofrido ela com a prisão de seu filho.

Note-se que, depois de todos os abusos de que foi vítima, ao reagir, levantaram-se logo suspeitas de que se tratava de “um outro Patacho”. O que pretenderam os homens e mulheres de Parahyba com tal afirmação? Estaria Patacho possuído por espíritos malignos ou era a fase da lua que agia sobre sua conduta? Tais questionamentos permitem arriscar algumas explicações. Ora, naqueles anos, a influência das teorias psiquiátricas entusiasmava alguns juristas da Parahyba, todavia, não se observou nenhuma referência às teorias de Esquirol acerca do parentesco entre crime e loucura, ou a sua concepção de monomania. Também não se observou nenhuma referência à teoria da degeneração de Morel ou qualquer outra concepção psiquiátrica que relacionasse o louco e/ou a louca à criminalidade. Assim, É possível que, dado a tradição popular, este “outro eu de Patacho” fosse atribuído às fases da lua, no entanto, sem desconsiderar esta possibilidade, chamam à atenção as reportagens publicadas em jornais que circularam naquela capital acerca da relação entre espiritismo e loucura⁴⁶³. Assim, acredita-se que, para muitos habitantes de Parahyba do Norte, o “outro eu de Patacho” se tratasse de um espírito [demoníaco].

Como se vê, as prisões e internamentos de alguns sujeitos, nomeados como alienados[as], na Cadeia Pública ou no Hospital da Santa Casa da Parahyba, ocorriam quando o suposto “doido[a]” excedia os limites do tolerável. Neste sentido, a partir dos exemplos da

⁴⁶²Na literatura, um exemplo que revela nitidamente a relação de tolerância-intolerância entre louco e não-louco é o caso do “dóido” Caroço, personagem do poeta cearense Moreira de Campos,”[Quando] ele aparecia a criança punha-se a insultá-lo. E ele, que era normalmente muito pacato, nestes momentos perdia-se em sua ira, "endoidando de jogar pedra" (em uma expressão de Carlos Drummond de Andrade). Até que um dia, atingindo superficialmente com seu porrete o filho do juiz de Direito que o insultava, foi preso e suicidou-se no cárcere por não conseguir suportar tal humilhação” FERRAZ, Flávio Carvalho. O LOUCO DE RUA VISTO ATRAVÉS DA LITERATURA. **Psicol. USP.** Vol.11, no.2. São Paulo, 2000a. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642000000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 12. 12. 2014; MEDEIROS, Coriolano de. **O Tãmbiá da Minha Infância**. (Sampaio). João Pessoa: A União, 1994, p.78

⁴⁶³Recorte de Jornal, Arquivo Santa Casa Misericórdia, S/D.

louca Maria Jararaca, bem como do caboclo Patacho, entende-se que não era/é permitido ao louco e/ou louca romper o fio da tolerância a ele[a] impostos pelos habitantes das cidades onde viviam, o que era fundamental para garantir sua “permanência” nas ruas cidade, mesmo que somente “nas passagens”. Inversamente, o louco e/ou a louca, teria que ser tolerante a toda sorte de insultos e humilhações para que lhe fosse permitido circular nas cidades, afinal não havia nenhuma lei no país que o protegesse das diversas violências por eles sofrida.

Seja como for, fica manifesto que entre loucos[as] e não-loucos[as] existia um código de tolerância que possibilitava a coexistência destes sujeitos, o que não corresponde, de forma alguma, a um convívio pacífico, pois, como se viu, as regras impostas a tais sujeitos pelos homens e mulheres não-loucos, implicavam em que os loucos e/ou loucas admitissem toda sorte de agressões, físicas e morais, lançadas por aqueles que se intitulavam como não-loucos.

Quanto a Zé Cacimba, que talvez tenha visto ou ouvido falar dos padecimentos daqueles seus companheiros das “passagens”, é possível que tenha aprendido com aquelas experiências, talvez não. Mas, o certo é que, sua presença nas ruas de Parahyba, não implicou em sua aceitação pelos parahybanos, pois aceitação implica na manifestação da vontade em acolher, consentir.

Embora tolerar sugira aceitação, seu significado tem uma carga/ teor mais negativo, implicando, antes, em suportar coisa desagradável ou consentir algo com que não se concorda⁴⁶⁴. Neste sentido, entende-se que uma das explicações para que o carvoeiro tenha sido tolerado pelos moradores daquela cidade deveu-se ao fato de ser ele um homem aparentemente condescendente. Ora, apesar de ser escarnecido nos lugares por onde passava, este sujeito não objetava as pilherias, nem descompunha ninguém, o que poderia provocar sua expulsão das ruas de Parahyba, tal como aconteceu com Maria Jararaca, Patacho e outros sujeitos considerados loucos e/ou loucas, encaminhados pelas autoridades policiais da cidade para uma das instituições totalitárias de Parahyba do Norte, para onde afluíam outros homens e mulheres, de outras cidades da Província, considerados e/ou nomeados como alienados[as] em busca de tratamento, o que sugere que a cidade de Parahyba, naquele momento congregava mais esta função Central.

De toda forma, não se deseja afirmar que Zé Cacimba foi pacífico às regras impostas pelos habitantes de Parahyba. Acredita-se que, talvez, a forma como o carvoeiro

⁴⁶⁴A palavra tolerância provém da palavra *Tolerare*, que significa etimologicamente sofrer ou suportar pacientemente. O conceito tolerância radica numa aceitação assimétrica de poder: a) Tolera-se aquilo que se apresenta como distinto da maneira de agir, pensar e sentir de quem tolera; b) Quem tolera está, em princípio numa posição de superioridade em relação àquele que é tolerado. Neste sentido pode ou não tolerar. Conceito disponível em <http://afilosofia.no.sapo.pt/tolerancia.htm>. Acesso em 01.02.2015.

tratava os insultos e brincadeiras, possa ser considerada uma tática⁴⁶⁵ daquele sujeito para continuar praticando aquela cidade, afastando os olhares de desconfiança que eram lançados sobre tipos de rua como ele, dizem-se loucos e/ou loucas, pelos homens e mulheres ordinários daquela cidade. Ora, considerando que as normas impostas pelas municipalidades determinavam o escorraçamento de “doidos” das ruas e caminhos de Parahyba, não fosse a prática de ofícios tão úteis à comunidade como a venda de carvão e/ou água, talvez, sua “passagem” fosse menos tolerada por aquela gente. Assim, estigmatizado por algumas práticas, escapando às armadilhas impostas diariamente pelo público que o importunava, Zé Cacimba, tanto quanto outros “doidos[as]”, iam sobrevivendo dos espaços não calculados, consumindo as ruas e caminhos das cidades e vilas da Parahyba de diferentes maneiras, tornando-se ele também um produtor de novos espaços, tanto nos lugares construídos como nos vazios, diante do que, não se pode perder de vista que, talvez, o “espetáculo” proporcionado por Cacimba estivesse localizado, naquilo que Certeau chama de táticas, pois revela formas singulares e inesperadas de usar os espaços públicos, tanto por ele, quanto por seu público.

Tão querido quanto Zé Cacimba, era o velho Basílio que deve ter cruzado muitas vezes com ele e seu Boi, ao final da tarde, quando o carvoeiro fazia seu trajeto de volta para o Jaguaribe.

Mais conhecido por Macaco, Basílio, que vivia com sua família na Rua da Bica, dizia ter quase cento e cinquenta anos. Sua “confusão mental” era consequência da idade, segundo Coriolano de Medeiros⁴⁶⁶. Trajava-se de forma peculiar, usava uma velha japona cor de rapé, calças de algodão listrado, um surrado chapéu de manilha e soletas vermelhas. Era dado a exageros e não cansava de repetir que trabalhou na construção do Convento de São Francisco. Amabilíssimo, o velho Basílio, também tinha a mania de “apregoar beijos”, os quais conservava em um balaio que levava preso em uma das mãos. Era sempre muito carinhoso, executando aquele “ofício” “numa voz fraca e sumida”.

Mas Basílio também era atormentado pelos moleques com “gritos e safanões”, para o que parecia indiferente. Porém, o velho mostrava grande inquietação quando a criançada ameaçava “arrebatar-lhe o que estava vendendo”. Neste sentido, andava sempre prevenido,

⁴⁶⁵ Certeau, chama de tática “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [...] a tática não tem por lugar senão o do outro [...] aproveita as ocasiões e dela depende, se base para estocar benefícios”. Diante do exposto, entende-se que enquanto as estratégias vinculam-se ao poder, buscando mapear, impor um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio, as táticas são ações desviantes, que geram resultados inesperados. As táticas, que “são as artes do fraco”, resultam das astúcias dos consumidores e de sua capacidade criadora, diante do que originam diferentes maneiras de “fazer com”. CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I: Artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, pp. 93-94.

⁴⁶⁶ MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da Minha Infância**. (Sampaio). João Pessoa: A União, 1994, p.78

“com um varapau, em cuja extremidade ligara comprida tira de couro cru”. Apesar disso, não consta que tenha vindo a fazer uso do instrumento.

Apesar de ser considerado um sujeito calmo, sua passividade não pode ser considerada a partir do mesmo ponto de vista que se atribuiu a Zé Cacimba, pois, Basílio não parecia ter lucidez suficiente para calcular suas ações. Acredita-se, com base nas informações fornecidas por Coriolano de Medeiros, que este senhor sofresse de demência [senil], conforme os tipos de loucuras conhecidas pelas elites intelectuais e políticas de Parahyba⁴⁶⁷. Apesar disso, também durante suas passagens, algumas pessoas devem ter suspenso os pensamentos tristes, retribuindo com olhares, felizes ou perplexos, o carinho do velho Basílio. Outros foram aqueles que se divertiram muito, tentando roubar-lhe a carga tão preciosa. Assim passava-se o tempo. Este senhor, o único ofício que executava, naqueles anos, era o de vendedor de beijos, o que raramente lhe rendia algum tostão, diante do que vivia a expensas de sua pobre família.

Como se pode ver, além de Zé Cacimba, havia outros “doidos” e/ou “doidas” que realizavam atividades comerciais regulares na cidade da Parahyba. Assim, considere-se também as experiências da vendedora de arroz-doce, conhecida por Compasso. Esta senhora, tal como Cacimba, mantinha-se com a renda conseguida por seu trabalho. Sua passagem, entre as duas e três horas da tarde, quando atingia a Rua Direita, além de imprimir um aroma adocicado aquele caminho, também dava outra sonoridade à cidade, pois sua cantoria “forte e afinada”, além de atrair os fregueses, foi muitas vezes o pivô de grande confusão que se instalava naquelas ruas. Anunciava:

*Iaiá mandô
Cheirô, pagô,
Se não me quisé
Vou pro Varadô*⁴⁶⁸.

Ao que era imediatamente atacada:

*Risca, Compasso,
Uma perna de ferro
Outra de aço!*⁴⁶⁹

⁴⁶⁷Ver na primeira parte deste Capítulo o tópico: Os Nomes da Loucura no universo parahybano ou a loucura no “Jardim das Espécies”

⁴⁶⁸ MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da Minha Infância**. (Sampaio). João Pessoa: A União, 1994, 4, p. 77.

⁴⁶⁹Ibidem.

E, então, haja palavrões! Estava armada uma grande confusão, que só cessava quando algum freguês se aproximava da quitandeira para comprar o seu produto. Neste gesto, revela-se outra forma de diálogo entre aqueles habitantes que superava a tradicional linguagem do escárnio, qual seja: a linguagem da solidariedade. Também é possível [re]conhecer, a partir da citação anterior, o lugar que ocupava o louco e/ou a louca na sociedade brasileira, enquanto um sujeito que possui “defeitos físicos”, conforme se observou no censo de 1872.

Residindo nas imediações do Tambiá, a quitandeira foi descrita como uma cabocla “muito feia”, alta, gorda, “caolha”, “claudicando de uma perna”, rendendo-lhe a alcunha “Compasso”. Era uma mulher forte e cheia de energia, “ninguém ousava repetir-lhe o apelido ao alcance do braço, sob pena de ser atacado violentamente pela mulher”⁴⁷⁰.

Para a população de Parahyba, a loucura de Compasso, tal como sugere o apelido que lhe deram, revelava-se pelos seus atributos físicos e, ainda, por reagir com agressividade aos motejos da criançada. A passagem desta “louca” deveria provocar também olhares indiscretos e sentimento de piedade pela “tragédia” que experimentava por ser, além de tudo, segundo Coriolano de Medeiros, “feíssima”!⁴⁷¹

Outra “louca” que vivia nas passagens de Parahyba era a senhora Janoca, uma mulher branca, atormentada por uma desilusão amorosa. Diferente do Zé Cacimba, não tinha residência fixa, normalmente se acomodava no fundo dos sítios, ao pé de uma árvore, onde recebia alimento e água dos proprietários, em troca “de algumas varas de labirinto para toalhas”, pois nesta arte era “habilíssima”. No entanto, há que se observar que para realizar este ofício, era preciso que o interessado a bajulasse muito. Era dada a prática de pedir, segundo Coriolano de Medeiros, “sobraçando volumosas trouxas, passava Janoca todas as tardes, solicitando de várias pessoas de sua simpatia, um dinheirinho para comprar queijo e um pouco de alimento”⁴⁷².

Sua loucura se tornava visível, dentre outras coisas, por ser ela “de uma imundice rara, cuspiendo tudo que lhe caía nas mãos”⁴⁷³, o que provocava repugnância em algumas pessoas que, por esse motivo, a evitavam. Dizia-se que em seu “cérebro quase não havia um instante de lucidez”, o que se julgava por sua insistência em dizer que carregava consigo um “grosso cordão de ouro de trinta centímetros”, que havia sido arrancado de uma botija “a mandado de uma voz que muito a incomodou várias noites”. Como acontecia com tantos outros sujeitos considerados loucos e/ou loucas, Janoca era muito perseguida pelos garotos e, por este

⁴⁷⁰MEDEIROS, Coriolano de. op. cit, p.77.

⁴⁷¹Ibidem, p.77.

⁴⁷²Ibidem, p.75.

⁴⁷³Ibidem, p.75.

motivo, “tinha ódio às crianças”. Apesar disso, não consta que esta mulher tenha ultrapassado os limites de tolerância socialmente instituídos pela população de Parahyba para sua permanência nas ruas e arrabaldes daquela cidade. O que não implica em afirmar que esta mulher não fosse também vítima de muitas práticas de escorraçamento. Ora, a própria forma como era/foi acomodada pelas famílias nos sítios próximos à Capital, já é um indício da exclusão experimentada por aquela “pobre” louca.

Quanto ao Zé Cacimba, também este sujeito experimentou algumas formas de exclusão, não só por ocasião de suas divagações pelas ruas de Parahyba com seu boi. Em seus escritos, o jornalista Francisco Coutinho, que sugere ter sido amigo do Zé Cacimba na juventude, deixa sobressair algumas destas práticas. Mais que isso, Coutinho deixa em evidência o conflito sentimental em relação ao “doido”.

Nas quatro páginas de suas “Reminiscências” dedicadas ao carvoeiro, percebe-se que além de compaixão e amizade, o jornalista, em alguns momentos, sugeriu sentir vergonha em ter sido amigo daquele homem, chegou a afirmar a ferro por Cacimba, como se observará adiante. Esta confusão de emoções em relação ao referido “doido” não foi uma experiência exclusiva do Sr. Coutinho e, apesar da documentação não permitir conhecer que outros sentimentos outros homens e mulheres de Parahyba do Norte nutriram pelo carvoeiro, o certo é que, para o bem ou para o mal, ele foi amado por uns e odiado por outros, como prova suas relações com a cidade. De qualquer forma, no que diz respeito às sociabilidades entre o jornalista e o Zé Cacimba, talvez as reservas do escritor se justifiquem pela posição de Professor do Liceu e pelas sociabilidades feitas, durante o exercício de sua profissão, com pessoas influentes na vida literária e política daquela Capital⁴⁷⁴.

Note que, embora Coutinho tenha afirmado que Zé Cacimba era bem quisto pelos homens e mulheres do segmento social nomeado como “populacho”, inclusive ao identificar o carvoeiro como “o popular Zé Cacimba”, o escritor dedicou algumas linhas a explicar que a expressão popular deve-se ao fato deste sujeito provocar divertimento aos sujeitos pertencentes a este grupo, que era, na compreensão do autor, os menos favorecidos economicamente, como se os membros das elites econômicas, políticas e intelectuais daquela Capital, não partilhassem das experiências provocadas por Zé e seu Boi. Ocorre que, na medida em que o jornalista

⁴⁷⁴Francisco Coutinho de Lima e Moura, que por obra do destino, não conseguiu concluir o curso de Direito, tornou-se professor do Liceu. Antes disso, havia ocupado vários cargos públicos como professor, ocasião em que se aproximou do diretor e mais tarde presidente da Parahyba o Sr. Gama e Moura, isso ainda no século XIX. No início do século XX, destaca-se sua atuação como membro do Instituto Histórico da Parahyba, onde mantinha amizade com membros das elites intelectuais da província. Para saber mais consultar o sítio http://www.ihgp.net/luizhugo/francisco_coutinho.html.

narrava um pouco da trajetória do carvoeiro, suas representações revelaram que Zé Cacimba era um homem bem relacionado na cidade, mantendo contatos com homens dos diversos segmentos sociais, inclusive com os sujeitos pertencentes às elites intelectuais. E, até mesmo o próprio Francisco Coutinho afirmou ter sido seu “*habitué*” no Jaguaribe, quando, aos domingos, ia às farras com os amigos Dr. Vieirinha, Ricardo de Medeiros, Theodomiro Neves e Zozino de Leiros, todos, considerados por Coutinho “homens de estudo”.

Desnecessário será dizer que Coutinho também deve ter experimentado as passagens diárias do Zé Cacimba e seu Boi pelas ruas da cidade, pois, de outra forma, não teria sido possível descrever aquela ocorrência, que era, como ele próprio afirmou, um “espetáculo grotesco e divertido”, a menos que suas “Reminiscências” digam respeito às lembranças de outros habitantes da cidade da Parahyba, o que pode ser compreendido a partir do conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs, para quem a memória individual, construída em sua relação com as diferentes influências sociais constitui a memória coletiva⁴⁷⁵. Em que pese, as Reminiscências sugerem que, em algumas ocasiões, Coutinho deve ter interrompido seus afazeres para ver a passagem do suposto “doido”.

A propósito, de acordo com o jornalista, Zé Cacimba sentia-se muito honrado com a presença daquelas “ilustres visitas” no sítio onde vivia, recebendo-os “com muita alegria e satisfação”, ocasiões aquelas em que poderia representar toda a sua loucura, isto porque o carvoeiro havia adquirido notoriedade como louco, não apenas por desfilar pelas ruas da cidade da Parahyba seguido por seu boi, pois o mais visível e “grave” sintoma de sua insanidade estava, segundo o jornalista, na “**mania de julgar-se poeta; sendo analfabeto e destituído de bom senso**”⁴⁷⁶. Aquelas visitas eram, portanto, oportunidades para que Zé Cacimba fosse ouvido por aqueles “homens de estudo”. Ora, se se considerar que naqueles tempos o rigor literário era um traço marcante dos homens de letras no Brasil e, sendo a poesia um gênero considerado erudito, nada mais natural para os homens e mulheres das elites intelectuais daquele contexto, que nomear como “insano” um sujeito que sendo analfabeto se dizia poeta.

E “se o poeta já nasce feito”, como diz o adágio popular, talvez Zé Cacimba, que por suas condições socioeconômicas não teve oportunidade de frequentar as salas de aula do Liceu, tivesse nascido com aquele dom, muito embora seus poemas tenham sido considerados pelo jornalista Francisco Coutinho como “um amontoado de asneiras”. Claro, é possível que Zé Cacimba fosse mesmo louco, porém, não se pode perder de vista que o mesmo tenha sido

⁴⁷⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

⁴⁷⁶ LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências: Figuras e factos da Parahyba**. João Pessoa. 1938, p. 219. grifos da autora

nomeado assim a partir dos critérios de normalidade estabelecidos pela população daquela cidade, pois o traço mais característico da sua suposta loucura refletia-se na crença que alimentava de ser um poeta, o que para seus contemporâneos não correspondia à realidade, segundo aludiu Coutinho.

Enfim, se Zé Cacimba era incapaz de perceber o mundo como os outros o viam, não há como afirmar, no entanto, para Francisco Coutinho, aquele homem era um “insano”, e sua loucura era percebida por todos os que o rodeavam, menos por ele próprio, tal como acontecia com o personagem de Cervantes, Dom Quixote, ou o Rubião, de Machado de Assis.

O “poeta”, segundo o Sr. Coutinho, servia de chacota, não só para o “populacho”, mas também para os intelectuais que frequentavam sua casa. Para o escritor, Cacimba parecia estranho ao que realmente acontecia durante suas passagens nas ruas da cidade e, principalmente, durante as ocorrências dos seus recitais que tinham por lugar sua residência no Jaguaribe.

Claro, acredita-se que nas ruas mais públicas de Parahyba, este homem também deve ter mostrado seus dotes poéticos e aí se observa outra forma de provocação lançada contra o louco, qual seja: convida-lo [la] a apresentar a sua loucura publicamente, gesto que, de acordo com Ferraz, “faz [o louco/louca] sentir[-se] elevado à posição de artista”. Esta espécie de provocação normalmente era/é amigável, para o que o louco e/ou louca quase sempre “atend[ia] de bom grado, oferecendo-se ao público ávido por divertimento”⁴⁷⁷, como poderá ser observado adiante. Acredita-se que Cacimba tenha vivido intensamente esta experiência, de forma que até mesmo o desfile com seu Boi “grande como um dos maiores elefantes” o envaidecesse todo.

Enfim, graças às suas encenações espontâneas e àquelas solicitadas pelo público, Zé Cacimba conquistou a fama de poeta. Muito embora, de acordo com o escritor Francisco Coutinho, suas exibições públicas representassem verdadeiro suplício para os homens e mulheres que o ouviam, o que despertou sentimentos violentos contra o poeta. Apesar disso, não consta que Zé tenha se tornado alvo de agressões físicas.

E eis que, debaixo de troças e vaias, Zé Cacimba, “impelido por pessoas maldosas” - muitas das quais se julgavam mais espertas que o carvoeiro -, foi convidado a declamar “em voz alta e solenne” um dos seus poemas, a exemplo do que perpetrrou o Dr. Vieirinha em certa ocasião, quando interrompeu uma festa na casa do carvoeiro a fim de que os convidados o ouvissem. Invocou a plateia composta por meia dúzia de pessoas:

⁴⁷⁷FERRAZ, Flávio Carvalho. O LOUCO DE RUA VISTO ATRAVÉS DA LITERATURA. *Psicol. USP*. Vol.11, no.2. São Paulo, 2000a. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642000000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 12.12.2014.

“ _ Tem a palavra o nosso bom amigo Zé Cacimba para recitar o seu bello poema inédito: _ O Naufrágio do Vapor Bahia!”⁴⁷⁸.

Talvez, sem perceber a zombaria, todo “envaidecido e compenetrado”, Zé Cacimba “trepava-se” em um tamborete, ou algo equivalente, e começava a declamar:

*E desceu do céu
Um anjo vestido de cassa-lisa
Para salvar a alma
De Pataca-lisa*⁴⁷⁹.

Para o jornalista Coutinho, que se auto-intitulou um “homem de estudo”, o referido poema, do qual só conseguiu conservar na memória o verso anterior, e tantas outras composições do gênero feitas pelo carvoeiro, tratava-se de “uma coisa horrível”, tanto que este escritor confessou em suas “Reminiscências” que, certa vez, durante uma apresentação poética do Zé Cacimba, quando o mesmo repetia esse “bello poema inédito”, observando [Coutinho] uma “jaca madura que estava em cima da mesa [sentiu] ímpetos de jogal-a sobre aquelle **pobre inconsciente**, cujas **sandices tanto mal faziam aos** [seus] **nervos**”⁴⁸⁰. Este mal-estar não só sugere intolerância, como reitera o que se observou antes acerca dos padrões instituídos socialmente para nomear alguém como louco e/ou louca.

Quanto ao trecho do poema “O Naufrágio do Vapor Bahia”, cuja autoria foi atribuída ao carvoeiro, não permite maiores conclusões quanto a sua composição artística, dado a sua pequenez. Todavia, não pode ser desconsiderado seu conteúdo. Veja: o referido acidente, o naufrágio do navio Bahia, que colidiu com o navio Pirapama, no litoral Pernambucano em 1887, foi um acontecimento de grande repercussão naquela Capital, aliás, aquele foi considerado “uma das maiores catástrofes marítimas verificadas em águas do Nordeste”⁴⁸¹. Ademais, quando da passagem do Bahia pela Parahyba, alguns homens e mulheres embarcaram com destino ao Rio de Janeiro, e dentre os passageiros estava o comerciante português Francisco Gomes Marques da Fonseca, mais conhecido como Pataca-lisa. Este senhor deveria ser muito conhecido na Capital parahybana, pois o mesmo tinha ali uma casa comercial na Rua das Convertidas, no Varadouro⁴⁸², onde negociava, dentre outros gêneros, carne seca a preços

⁴⁷⁸LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências: Figuras e factos da Parahyba**. João Pessoa. 1938, p. 220.

⁴⁷⁹ LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. p. 220.

⁴⁸⁰Ibidem, p. 220.

⁴⁸¹MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da Minha Infância**. (Sampaio). João Pessoa: A União, 1994, p. 79.

⁴⁸²Ver Planta 01, p. 80.

populares⁴⁸³. Enfim, consta que somente escaparam daquele acidente dois parahybanos, os cadetes Ozório e Paiva. Por este motivo, por muitos dias persistiu um clima de tristeza na cidade, o que mais doloroso se tornava quando um grupo de cegos portugueses passaram a cantar “num português amarrado”, a letra “d’O Naufrágio do Baía”⁴⁸⁴.

Como se vê, o acontecimento referido no verso do poema citado, cuja autoria foi conferida a Zé Cacimba, sugere que este homem, apesar de ser considerado “insano”, tinha certa lucidez. Lucidez que se revela na administração da sua vida econômica, pois apesar da peculiaridade de seu pequeníssimo comércio de carvão, Zé raras vezes voltou para o Jaguaribe sem ter vendido seu produto. Também consta que o suposto louco tinha perceptibilidade sobre os assuntos de interesse da coletividade, tal como sugerido em seu poema “O Naufrágio do Vapor Bahia”. Ainda, considerando o que afirmou Coriolano de Medeiros e com base no versinho triste, é notório que este homem não era insensível àquilo que ocorria ao seu redor. Zé Cacimba, tal como outros homens e mulheres daquela capital, decerto tinha conhecimento sobre as ocorrências cotidianas da cidade da Parahyba e, mesmo de acontecimentos que haviam se passado em outras paragens da Província e, quiçá do Brasil, o que indica que ele, em suas andanças pelas ruas e caminhos daquela cidade, tanto ouvisse, como transmitisse notícias ou fofocas⁴⁸⁵ a outros moradores daquela capital⁴⁸⁶.

Noutro verso atribuído a Zé Cacimba, Coutinho alude a uma malícia proposital do autor, que pode estar relacionada à qualidade do poema, que foi julgado pelo jornalista como

⁴⁸³Conforme o Jornal “O Publicador” de 31 de Agosto de 1865, Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=215481&pagfis=1919&pesq=&esrc=s&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em 13.12.2014.

⁴⁸⁴MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da Minha Infância**. (Sampaio). João Pessoa: A União, 1994, p.78.

⁴⁸⁵O termo fofoca empregado aqui guarda certa proximidade com as ideias de Norbert Elias e John Scotson, segundo os quais, embora elas estejam quase sempre relacionadas às informações depreciativas, não se pode separá-las das notícias elogiosas, variando seu conteúdo de acordo com os interesses de quem a transmite. Assim, a depender do lugar de quem fala e a quem fala, a “fofoca” pode ter valor negativo [depreciativo] ou positivo [elogiosos], o que deixa em relevo suas funções integradoras e excludentes, afinal o fofoqueiro, de uma maneira geral, transmite a informação que outro[s] lhes transmitiram acerca de fatos ou pessoas de grupos com o qual não se identifica, diz-se acerca da vida privada. Os referidos autores ainda chamam a atenção para o fato de a fofoca ter importante papel para a circulação de notícias de caráter informativo acerca da política, economia e cultura da sociedade, fazendo movimentar os lugares onde chega, adquirindo aí o valor de entretenimento ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2000, pp. 121-130. Sobre as fofocas ver também OLIVEIRA, Pedro Paulo. Sociologia da Fofoca: notas sobre uma forma de narrativas do cotidiano. In. Anais eletrônico do 34º Encontro da Anpocs. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index>. Acesso em 22/05/2016.

⁴⁸⁶Na literatura, há também exemplo de loucos que se davam a prática de levar e trazer notícias de um lugar a outro, tal é o caso personagem Zé Passarinho, do romance *Fogo Morto*, de José Lins do Rego. Consta que Passarinho vivia cantando com uma voz magoada e deprimida as histórias que escutou quando ainda era criança, “a cantoria era triste, como de quarto de defunto” REGO, José Lins. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro. José Olympio, 1997, p. 61. Bêbado, esfarrapado e jogado pelos cantos, Passarinho, como o próprio nome sugere, aparecia inesperadamente no lugares por onde circulava, entre a cidade de Pilar e o engenho Santa Fé, trazendo ou levando alguma informação ou fuxico.

um “amontoado de asneiras”. Contudo, o trecho citado por Coutinho, transcrito abaixo, não permitiu apreender o conteúdo supostamente maldoso do poema.

De qualquer modo, caso Zé Cacimba tivesse extrapolado o que estava estabelecido no código de Postura Municipal de 1830, Artigo 2º, que previa penalidades para “toda pessoa, que a qualquer hora do dia, e da noite proferir injúrias contra algum, e dizer, ou fizer obscenidade contra a moral publica, será multada em dois mil reis”⁴⁸⁷. Ocorre que a situação de Cacimba era ainda mais grave por ser ele considerado pelos habitantes da cidade da Parahyba um “doido”, só isto já era suficiente para que entre ele e o restante da população daquele lugar fossem estabelecidas muralhas. Daí registrar a indignação sentida por Francisco Coutinho quando o “poeta” respondeu a algumas provocações com a declamação de um dos seus “poemas inéditos”, dedicando-o ao amigo Vieirinha que, na ocasião, fazia aniversário.

*Estava debaixo do meu cajueiro
Coberto com a ramagem do meu coqueiro
Quando ouço umas vozes sonoras.
Olho p'ra riba e vejo uma rôla.
Rôlas p'ra cima, rôlas p'ra baixo
No salão marcando seus pares*⁴⁸⁸.

Apesar de o autor sugerir que o “bestialogo” com que Zé Cacimba “brindou o aniversariante” tenha significado maldoso, nota-se, com base no fragmento citado, sobretudo uma confusão de ideias em frases sem sentido. Talvez Coutinho não se referisse exatamente a esta parte do poema das “Rôlas”, quando falou do conteúdo mal-intencionado, e é possível que não o tenha mencionado em suas “Reminiscências” por escrúpulo. Mas uma coisa é certa, este “bestialogo”, de acordo com as representações do jornalista, o levou a afastar-se do “poeta”, o que pode ter acontecido por influência dos discursos psiquiátricos, experimentados durante os três anos em que cursou a Faculdade de Direito em Recife. Afinal, no contexto do final do século XIX, os discursos de juristas e psiquiatras entusiasmavam, aqui no Brasil, mudanças de atitude sociais em relação à loucura, que passava a ser associada não só a desrazão, mas também à desordem. A explicação para a afirmação de Coutinho em relação à Cacimba pode ser outra, o que, no entanto, não foi possível apreender a partir da documentação consultada. Seja como for, tais representações não permitiram saber ao certo se Zé Cacimba era um “louco”, se era

⁴⁸⁷Para que o leitor não se esqueça: quando sugere-se o louco e/ou louca, pode ser escorraçado ou banido da cidade, não compreenda que estes sujeitos eram expulsos da cidade, trata-se das tentativas de excluí-los da vida social, de expulsá-los das paisagens, das praças, dos edifícios...

⁴⁸⁸Apud. LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências: Figuras e factos da Parahyba**. João Pessoa. 1938. p. 221

apenas um tipo de rua, “vendedor de água ou de carvão”, ou se se tratava de um poeta não-erudito. O que não se pode negar, no entanto, é que o carvoeiro adquiriu grande popularidade naquela cidade, de forma que “sua simples presença fazia expulsar a tristeza” de muitos parahybanos. E, considerando que para o senso comum a loucura “tinha uma visibilidade imediata”, está frequentemente

associada a manifestações inconfundíveis ligadas à violência desmotivada e à agressividade dos loucos [e/ou loucas], às manifestações de descoordenação motora como agitação, tanto quanto a forma por excelência da loucura que era o delírio⁴⁸⁹.

Ela, a loucura, revelava-se ainda, “aos olhos da população”, por meio das vestimentas extravagantes, do vocabulário esquisito e das frases sem nexos, das atitudes inesperadas e gestos estranhos, conforme notou Magali Gouveia Engel ⁴⁹⁰.

Em Parahyba do Norte, eram também estes os parâmetros utilizados tanto pelo senso comum, como por aqueles que se julgavam “homens de estudos”, a exemplo do senhor Coutinho, para nomear alguém como doido e/ou doida. A propósito, não havia, naquele momento, entre os parahybanos, a possibilidade de uma loucura dita genial⁴⁹¹, que se opusesse a qualquer outra forma ou expressão de loucura. A rigor, o termo loucura, estará sempre relacionado a uma determinada consciência cultural e/ou contexto. Daí concordar com Foucault, quando afirmou que somente aos olhos de outro é que alguém pode ser tomado como louco e/ou louca, isto porque, significando a loucura um desvio da norma imposta, o ato de

⁴⁸⁹CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.78.

⁴⁹⁰Ver Magali Gouveia Engel, *Os Delírios da Razão*. A autora que percorre historiograficamente as ruas do Rio de Janeiro, entre os anos de 1830 e 1930, apresenta a vesânia existente naquela paragem a partir dos seus traços mais característicos e visíveis, quais sejam: vestuário exótico, hábitos estranhos, atitudes diferentes, gestos e palavras incompreensíveis, alteração da fisionomia ou por meio do delírio ENGEL, Magali Gouveia. **Os Delírios da razão: Médicos, Loucos e Hospícios** – Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 24.

⁴⁹¹No início do século XX, observa-se o aparecimento de alguns discursos nitidamente influenciados pela psiquiatria que tratava da possibilidade de uma loucura, sem a perda da razão. Assim é que se observa, naquela paragem, experiências de loucura considerada genial, para o que o poeta Augusto dos Anjos foi um exemplo. E, embora as informações sobre a “loucura” deste sujeito esteja quase sempre escondida atrás da loucura da mãe, que sofria de problemas edípicos, percebe-se que, dado o lugar social que ocupavam, um e outra eram tratados com muito cuidado pelos “homens de ciência” quanto a nomeação como louco e louca. O poeta que se auto nomeou em um soneto como “hipocondríaco, segundo seus biógrafos, não foi considerado pelo senso comum como “louco”, afinal, Augusto dos Anjos não apresentava nenhum sinal manifesto de loucura, o que o poeta tinha, segundo os cautelosos homens de ciência, era “morbidez orgânica e psíquica”. Já sua mãe padecia de “distúrbios psíquicos”. De qualquer forma, importa saber que, raramente, aquela mulher deixou Engenho Pau d'Arco, onde era constantemente vigiada. Quanto a Augusto, este teve uma vida intensa em Parahyba do Norte, especialmente a partir dos anos 1910. Muito embora fosse considerado um gênio, sua circulação em Parahyba esteve quase sempre obscurecida pela tragédia amorosa que experimentou quando jovem. No entanto, não se observou, na documentação examinada, referência a seu respeito que remetesse à loucura. Sobre a vida tumultuada de Augusto dos Anjos ver, MARTINS FILHO, op. cit.

designar alguém como louco e/ou louca sugere, impreterivelmente, a normalidade de quem indica. A propósito, tal ideia também está implícita na compreensão de Rosen acerca da loucura, citada neste mesmo trabalho.

Inclusive, a definição poética do português Mario de Sá-Carneiro diz muito sobre isso,

Loucura? _ Mas afinal o que vem a ser a loucura?... Um enigma... Por isso mesmo é que às pessoas enigmáticas, incompreensíveis, se dá o nome de "louco"..."

Que a loucura, no fundo, "é como tantas outras", uma questão. A vida é uma convenção: "isto é vermelho", "aquilo" é branco, unicamente porque se determinou chamar à cor "disto" vermelho e à cor "daquilo" branco. "A maior parte dos homens adoptou um sistema determinado de convenções: É a gente de juízo..." pelo contrário, um número reduzido de indivíduos vê os objectos com outros olhos, chama-lhes outros nomes, pensa de maneira diferente, encara a vida de modo diverso. Como estão em minoria...são "doidos"...⁴⁹²

Diante do exposto, resta observar que, na cidade da Parahyba, para que alguém fosse considerado louco e/ou louca não era necessário que apresentasse todos os traços e características "visíveis da vesânia". Entretanto, alguns destes sinais foram imprescindíveis para o exame popular, em face do que, cada um daqueles homens e mulheres foram julgados a partir do que lhe era mais peculiar.

Ademais, naquela capital, assim como em outras paragens brasileiras, até o final do século XIX e início do século XX, a loucura era vista como um "espetáculo tragicômico"⁴⁹³, isto porque se por um lado os loucos e loucas eram "discriminados e tolerados, ridicularizados, agredidos" e, talvez, temidos pelos habitantes da referida cidade, por outro lado, estes sujeitos, certas vezes, divertiam a população com suas esquisitices. Esta compreensão da loucura como uma tragicomédia pode ajudar a compreender a confusão de sentimentos experimentados pelo jornalista Francisco Coutinho em relação ao carvoeiro. Por outro lado, embora a documentação não permita uma análise precisa sobre os sentimentos dos alienados, não se pode ignorar as pistas deixadas por Zé Cacimba ou por outros daqueles homens e mulheres nomeados como loucos por meio das palavras quase sempre cautelosas dos memorialistas que lhes deram voz e visibilidade.

Segundo se depreende das Reminiscências de Coutinho, durante o trajeto que realizava do Jaguaribe até o Centro de Parahyba com o seu boi, Zé talvez sentisse *orgulho* em

⁴⁹²SÁ – CARNEIRO, Mário. **Loucura...** Sintra: Colares Editora, S/D, pp. 42-43.

⁴⁹³ENGEL, Magali Gouveia. **Os Delírios da razão: Médicos, Loucos e Hospícios – Rio de Janeiro (1830-1930).** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p.48.

exibir o animal. Durante suas passagens, entretanto, ele e seus amigos eram motivos de escárnio por parte de crianças e adultos. Naquelas ocasiões, acredita-se que o *medo* e até mesmo uma raiva contida o tomava de assalto. Apesar disso, por certo, houve momentos em que até ele próprio se *divertiu* com as pilherias e vaias do “populacho”, o que é sugerido pelo riso que vez ou outra deixava escapar. Outras vezes, talvez Cacimba tenha sentido *satisfação* por ter alegrado os monótonos dias dos habitantes da Capital Parahybana. Também “o poeta” deve ter experimentado sentimentos de alegria, vaidade, desconfiança, autoconfiança e amizade durante os recitais realizados nas ruas da cidade ou em sua choupana. Enfim, o que se pretende afirmar é que, independentemente de sua condição de louco, Zé Cacimba não era insensível àquilo que experimentou nas “passagens” de Parahyba do Norte. Ele deve ter sentido muito!

Além do Zé Cacimba, outros alienados que circulavam nas ruas de Parahyba deixaram pistas acerca das emoções que supostamente experimentaram. Roberto Vieira dos Santos, Leonardo Bezerra “louco” Theophilo, Patacho, Maria Umbelina, “A Ressuscitada”, Maria Jararaca, Janocs, Compasso, Basílio, E outros, como João Vapor, Casado, João Quebraprato. O que experimentaram estes sujeitos, em termos de emoções, é difícil de calcular, pois no fundo eram todos eles pessoas solitárias, a quem, sem reservas, os homens e mulheres de Parahyba considerados não-loucos[as] fechavam suas portas, portanto: “nada mais distante que a solidão”.

Zé Cacimba era diferente dos habitantes de Parahyba, talvez, “não pensa[sse] como toda a gente... [Quem] não o compreendia: chamava-lhe doido...”⁴⁹⁴. E, como se viu, eram muitos aqueles que eram incompreendidos.

Mas, “se um dia, porém a sorte favorecesse os[as] loucos[as], se o seu número fosse superior e o gênio da sua loucura idêntico, eles é que passariam a ser os ajuizados: “na terra dos doidos[as], quem tem juízo, é doido[as]!”⁴⁹⁵

Gradativamente, a presença do louco e/ou da louca ia sendo combatida das ruas e caminhos daquela cidade, de forma que pouco-a-pouco aqueles sujeitos foram sendo misturados a outros “rostos da desordem”, o que, como se viu, ganhou maior impulso com a lei Imperial de 1854, que marcou o início do processo de hospitalização da loucura, retirando de tantos homens e mulheres nomeados como loucos[as], doidos[as], alienados[as], insanos[as], o direito de divagar⁴⁹⁶.

⁴⁹⁴SÁ – CARNEIRO, Mário. **Loucura...** Sintra: Colares Editora, S/D, p.43.

⁴⁹⁵Ibidem, p. 43.

⁴⁹⁶ Conforme observado antes, a hospitalização dos loucos e/ou loucas parahybanos, não significou a medicalização da loucura, mas a perpetuação das práticas de sequestro daqueles sujeitos, típicas de prisões, diante do que o Hospital [da Santa Casa de Misericórdia] deve ser visto como uma “instituição total”.

Eis que, a relação destes homens e mulheres com as ruas de Parahyba do Norte ia se tornando questão de saúde pública. Neste sentido, cabe lembrar que o estado sanitário da cidade continuava a não ser lisonjeiro, o que se tornou ainda pior, quando, por ocasião da seca de 1877, acorreram à Capital parahybana, pessoas que chegavam de todas as partes da Parahyba, ou mesmo de outras Províncias, perturbando e/ou ameaçando a rotina daquela urbe, afinal aquela Cidade continuava a ser a sede do poder administrativo da Província, ou seja, o lugar central na Parahyba. Enfim, a presença daquela população adventícia na capital parahybana parecia anunciar que, se os gestores municipais não tomassem medidas urgentes, no sentido de conter as levas de sertanejos que chegavam diariamente ali, em breve as ruas daquela cidade não poderiam mais servir de “passagens” para que os doidos e/ou doidas encenassem suas tragédias e comédias.

Dentro do quadro de miséria que foi se desenhando, não foi difícil encontrar casos de pessoas que perderam a razão em face das privações provocadas pelo período de longa estiagem⁴⁹⁷.

Naqueles anos, o cotidiano de Parahyba do Norte foi completamente alterado por uma massa de pedintes composta por famintos, pestilentos e um número crescente de doentes mentais, que ia se comprimindo nas suas ruas e caminhos.

⁴⁹⁷Sobre isso ver CASTRO, Josué. **Geografia da fome** - O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAPÍTULO III

FAMINTOS, PESTILENTOS E LOUCOS[AS] NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DURANTE A SECA DE 1877-79

A crise climática de 1877 provocou “o esfacelo de uma população fantástica que se finava de pura fome”, o que afetou, sobremaneira, o cotidiano de milhares de homens e mulheres parahybanos cuja “psicologia ficou sendo dominada pelo conceito da seca”⁴⁹⁸, tornando-se mais grave quando as elites políticas e econômicas passaram a fazer usos políticos daquele evento. Também os homens das letras fizeram seus usos. Uns e outros tinham em comum a volição de obter benefícios pessoais, de forma que, os maiores interessados, os retirantes, foram sempre preteridos. Tal experiência foi sintetizada por José Américo de Almeida em poucas e acertadas palavras: “a história das secas era uma história de passividades”⁴⁹⁹. Censurava a insensibilidade dos “miseráveis grandes” que, tal como o personagem Dagoberto de “A Bagaceira”, “olhavam por olhar” a desgraça daquela população esqualida, “indiferentes a[quela] tragédia viva”.⁵⁰⁰ Nesta perspectiva, o fenômeno da seca ultrapassa a descrição desse acontecimento como mero fator climático caracterizado pela irregularidade das chuvas, pelo declínio das safras agrícolas e, conseqüentemente, pela falta de gêneros alimentícios, o que, a depender das circunstâncias específicas de cada região ou território, pode vir a ocasionar também fome⁵⁰¹.

Inclusive, o engenheiro Dr. Francisco S. da S. Retumba ao analisar, na década de 1880, os fatores que ocasionavam a irregularidade das chuvas na Parahyba, observou: “uns queixam-se da direção dos ventos, outros da falta de mattas, outros da ausência de grandes superfícies liquidas, e o: não há quem não tenha sua teoria”⁵⁰². E, ao aferir a periodicidade do fenômeno,

⁴⁹⁸ ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p.211.

⁴⁹⁹ Ibidem, p.6

⁵⁰⁰ Ibidem, p.6.

⁵⁰¹ Sobre a seca, há uma vasta Bibliografia que trata do fenômeno e dos seus aspectos sociais, políticos e econômicos, para o que se sugere, dentre outras, a leitura das obras de ALMEIDA, José Américo de. *As Secas no Nordeste*. Mossoró, 1981; *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: A União editora, 1980; *A Bagaceira*. Rio de Janeiro: J. Olimpo, 1979; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da Indústria da Seca: O caso da Paraíba*. João Pessoa, UFPB, 1993. ALBUQUERQUE JR. Durval M. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN. 2001; CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante); GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste Brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1986; ARAÚJO, Maria Mafalda Baldeino de. *O poder política e a seca de 1877-79 no Piauí*. Dissertação Mestrado em História. Recife, UFPE, 1985.

⁵⁰² No estudo intitulado “Notas sobre a Parahyba”, o escritor Irineo Joffily trata sobre as causas da seca na Província da Parahyba e sobre os efeitos socioeconômicos deste fenômeno para a população da província no século XIX. A solução hidráulica esteve, conforme a bibliografia consultada, entre as medidas mais difundidas para enfrentar a

bem como a previsibilidade do inverno, sublinhou: “ninguém ignora que as secas no sertão de ordinário não duram mais de dous ou três anos; por fim sempre as chuvas aparecem abundantes”⁵⁰³. Em face desta constatação, o engenheiro concluiu, de forma otimista, que resolver o problema da falta d’água era fácil, pois para ele “todo o trabalho consist[ia] em desviar essas águas de seu curso e recebê-las em um receptáculo vastíssimo que as p[udessem] guardar durante 4, 5 e mais anos”⁵⁰⁴. O engenheiro referia-se à construção de açudes.

É necessário, contudo, notar que Retumba não questionava a inoperância das governanças que, mesmo em face da previsibilidade das secas no Sertão da Província, nada faziam no sentido de evitar os danos sociais e econômicos que as longas estiagens provocavam aos parahybanos. Segundo o engenheiro de minas, era preciso empregar esforços a fim de “dissipar-se essa ilusão flageladora de que do governo e do governo só é que provem o bem estar dos povos”, pois para ele, no Sertão, a preguiça era enorme⁵⁰⁵. Tal questão pedia medidas cogentes no sentido de coibir as práticas criminosas atribuídas ao sertanejo que era identificado como desesperançado, indolente, preguiçoso e faminto. Assim, longe de propor qualquer reforma nas estruturas político-econômicas daquela sociedade, o teor dos debates era essencialmente elitista, preterindo os interesses e necessidades dos grupos atingidos pelas longas estiagens que assolavam o Sertão da Parahyba periodicamente.

Diante do exposto, não espanta o fato de que o sertanejo, que já era vítima das crises climáticas e do desinteresse dos governantes por sua causa, tornou-se também vítima dos discursos produzidos pelas elites letradas e econômicas da Parahyba que, insensíveis ao seu martírio, viam a ociosidade daqueles corpos esqueléticos, famintos, sem força, e muitas vezes completamente nus, como expressão de desamor ao trabalho⁵⁰⁶. Assim, não demorou até que

seca nas regiões semiáridas da Parahyba, mas não foi a única técnica defendida para este fim. Retumba, por exemplo, sustentava que além da necessidade de construir reservatórios para as “abundantes” águas das chuvas, era urgente cuidar das “mattas”, de forma a preservar os leitos dos rios e as barragens naturais da Província. JOFFILY, Geraldo Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1982. Largamente defendida por engenheiros e políticos brasileiros, como motor para o desenvolvimento agrícola das regiões atingidas pelas secas, foi a construção de estradas de ferro. Os engenheiros argumentavam que as vias férreas facilitariam o escoamento das safras agrícolas e, ainda, garantiriam ocupação útil para os sertanejos durante os anos de crise. RETUMBA. Francisco s. da S. Sobre os melhoramentos que precisa a Província da Parahyba. **Gazeta da Parahyba**. Parahyba do Norte, 22 de set. de 1888; 23 de set. de 1888; 02 de out. de 1888.

⁵⁰³Ibidem.

⁵⁰⁴Ibidem.

⁵⁰⁵Apud. TAVARES, João de Lyra. **A Parahyba**. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial: 1910.p. 180.

⁵⁰⁶Houve, claro, quem contestasse tais ideias. Assim, para o escritor Irineu Joffily, o sertanejo era um sujeito perseverante. Segundo este autor, os homens e mulheres do Sertão, mesmo em situações adversas, como a seca, lutavam e resistiam às agruras da vida. Nesta medida, Joffily, delegava ao Estado a função de transformar as condições socioeconômicas do Sertão da Província. Também o político e escritor José Américo de Almeida, coadunava com as ideias de Joffily. Em defesa dos “homens [e mulheres] do sertão, obcecados na mentalidade das reações cruentas”, só deixavam vencer pelo poder da seca, invulnerável à bravura sertaneja. O autor não hesitava em afirmar que “a história das secas era uma história de passividades”. Não se referia ao sertanejo que, apesar da sua situação miserável, não se rendia. “Nem, sequer, lavavam com lágrimas as caras poentas”, Almeida falava da

aqueles sujeitos, perturbados pela fome que os consumiam, cujas escassas forças os conduziam, quase instintivamente, a buscar os minguados socorros públicos, fossem acusados de ameaçar a tranquilidade pública.

Destarte, enquanto se acusavam aqueles homens e mulheres “moídos de lassidão” pelos crimes da forçada ociosidade a que estavam reduzidos, as elites políticas e econômicas desta Província, longe de qualquer suspeita, desviaram suas atenções da seca e dos seus efeitos socioeconômicos, empenhando-se em aumentar suas fortunas. Estava aí o “grande cancro desta terra”.

Sublinhe-se ainda, “as secas só se mostra[vam] desapiedadas no Sertão”, não fosse o “clima arrítmico, perturbador dos valores, regulador inconstante dos destinos da região” e responsável por “baldar todo o heroísmo sertanejo”, o que levava aquela gente a abandonar sua terra em busca de alimento, como narrou o personagem Valentim, de José Américo de Almeida (1979), os habitantes da Capital parahybana e das cidades próximas ao litoral provavelmente não teriam experimentado as nefastas influências daquele fenômeno.

3.1. Na Cidade de Parahyba do Norte o clamor era um só: Fome!

Palavras contam vidas que se quebram ou que, de uma maneira ou de outra, simplesmente conheceram a pena e o sofrimento.

Arlette Farge

Se o “auxílio” do governo Imperial que, de acordo com o presidente da Parahyba, o Dr. Gama e Melo, “com uma generosidade e solicitude invejáveis, foi sempre prompto em acudir aos reclamos e necessidades das províncias flageladas”⁵⁰⁷ e ainda considerando-se “toda a munificência dos presidentes da Província”, que se dizendo “sensibilizados” com as dores do povo parahybano, mantiveram, “sempre”, “suas portas abertas em auxílio de tantos infelizes”, conforme afirmou o Dr. Gregório D’Oliveira Costa Junior em relatório⁵⁰⁸, não foram capazes de aplacar o fogo que consumia o sertão. À sua gente, restava esperar o socorro do céu. Apesar

passividade do Estado e das elites locais que assistiam/ assistiram apáticos todo aquele martírio experienciado pelos sertanejos. ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p.211., p. xxxix.

⁵⁰⁷COSTA Junior. Gregório José de Oliveira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte**, em 3 de set. de 1880. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1880, p.4.

⁵⁰⁸Ibidem, p. 8.

de todas as tragédias e dores experimentadas por aqueles homens e mulheres durante a seca, alguns retirantes eram confiantes, como pode ser notado no “*Rosário de dores*”, desfiado pelos poetas Nicandro Nunes do Nascimento e Bernardo Nogueira em 1877⁵⁰⁹, quando o Sertão ardia em brasas:

*Ó, meu Deus, grande é o pecado
Desse povo que é teu,
Morto à fome, como eu,
Magro, nu e acabado!
Nem em casa, nem no roçado
Não se vê, não se acha pão,
Não há mais no duro chão
Raiz de pau ou semente,
Morre, se acaba a gente!
Foge, povo do sertão!*

*Foi-se a abelha, foi-se a caça,
A quem se pede nega,
Não há ceifa, não há rega...
Como é que o povo passa?
Do cabrum há pouca raça,
Uma galinha não há.
Como o povo viverá
Nesta terra? E os animaes?
Mas, se Deus sabe o faz,
Deus o remédio dará.*

*[...]
Marchemos a encarar
Trinta mil epidemia,
Frialdade, hydropisia,
Que ninguém póde escapar.
Os que para o brejo vão
Morrem de epidemia;
Soffrem fome todo dia
Os que ficam no sertão,
Nesse pego de afflicção.
Vae o sertão ficar vago!
Á memória tudo eu trago
Repasado de tristeza.
Ó Deus, que és pae da pobreza,
Dai-nos pão, dai-nos afago!*⁵¹⁰

⁵⁰⁹ Versos fornecidos ao escritor José Américo de Almeida por Pedro Baptista, colecionador de poesia, conforme ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p. 207-210.

⁵¹⁰ Apud. ALMEIDA, José Américo de. op. cit. p. 208.

Conquanto o “auxílio divino” não chegava, as ruas, becos, ladeiras, praças e edifícios públicos⁵¹¹ de Parahyba do Norte, foram invadidos por um número assustador de retirantes que vinham não só do interior da Província, mas, também, dos sertões do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí. Ali, na Capital parahybana, os retirantes experimentaram uma forma cruel de ostracismo, marcado por violências⁵¹², físicas e morais, o que pode explicar os motivos de muitos daqueles sujeitos terem sido reduzidos à condição de amorais. Ora, em face da difícil situação vivida por aqueles homens e mulheres, de todas as idades, durante os três anos de seca, muitos foram forçados à mendicância. Outros, por sua vez, entregaram-se ao vício do alcoolismo e houve aquelas que caíram na prostituição, prática esta realizada, talvez, com o consentimento dos *estabelecidos* senhores da sociedade parahybana, ainda que somente os sertanejos tenham sido acusados pela falta de pudor. Não se considerava que aqueles corpos que “tombavam sombrios” se prostitu[íam] “por amor a vida!”⁵¹³.

Os habitantes das cidades parahybanas invadidas pelos retirantes não foram capazes de compreender que a dor das retiradas, conforme sugere Arlette Farge (2011), independente dos motivos que acarretam os deslocamentos, promove rupturas com a vida afetiva tradicional dos sujeitos envolvidos. Ora, o sofrimento das migrações, por certo, corroborou para o surgimento de novos comportamentos e de novas formas de reações contra a violência praticada pelos órgãos de repressão e pela própria sociedade, que, ao desejar a justiça, acabava por estimular outras práticas de violências, lançadas contra aqueles que acreditava ameaçar a ordem estabelecida.

Assim, na capital da província, durante a seca de 1877-79, os alvos dessa violência foram os sertanejos, que passaram a ser perseguidos pela “estabelecida” população daquela cidade e por seus agentes de segurança. Cumpre observar que esta violência que demarca lugares, “ergue muros” e segrega, provoca mudanças que concorrem para o surgimento de

⁵¹¹De acordo com VIANA, “No edifício destinado á Escola Publica no saguão do convento de S. Bento, no mercado publico agglomerava-se um numero avultadissimo de retirantes. A outra parte da população adventícia tinha sido abrigada em casas de palhas, mandadas construir em o terreno que fica nos fundos do palácio presidencial: grande numero de retirantes, tinha se recolhido aos engenhos próximos à cidade e muitos viviam sem abrigo” VIANNA, Ulysses Machado Pereira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 1 de janeiro de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p. 50.

⁵¹²Tomando em consideração as análises de Arlette Farge acerca da violência, deve-se considerar que os homens violentos e as práticas consideradas violentas são produtos de um dado momento histórico. De acordo com esta historiadora, a violência, marca de conflitos e lutas, apreende o conjunto das relações sociais, da vida civil. Neste sentido, compreende-se, que, naquele contexto de secas, a coerção, exercida pelo Estado e pelos órgãos encarregados de promover a segurança pública e/ou particular, eram também formas de violência e se exerciam especialmente sobre os sertanejos pobres e pouco instruídos. Note-se, ainda, que os habitantes de Parahyba do Norte também instituíram muitas formas de solidariedade e de contra solidariedade.

⁵¹³Ver fotografias da Seca de 1878 no Ceará, anexo G.

posturas que atingem, de formas diversas, todo o corpo social. Isto porque as sanções e regramentos, mesmos que criados para punir determinados atos e grupos, uma vez outorgados, estendem-se, ou deveriam se estender, a toda a população. Apesar disso, acredita-se que muitas devem ter sido as concessões feitas aos “homens e mulheres de bem” daquela capital.

De qualquer forma, não se pode negar que as normatizações, apesar de serem direcionadas aos sujeitos considerados “desordeiros” pelos estabelecidos habitantes de Parahyba, de alguma forma, alteravam a rotina daqueles homens e mulheres que se intitulavam ordeiros.

Enfim, a miséria dos sertanejos retirantes, com toda a dor que comportava, era atravessada, também, por tensão entre eles e os “estabelecidos” moradores da cidade da Parahyba, pois, aqueles *outsiders* também tiveram seus comportamentos associados a patologias, provocando, naquela população parahybana, o receio de contágio do corpo social. Dessa forma, não eram poucos aqueles que acreditavam que, junto com os retirantes, chegavam a miséria, a imoralidade, a promiscuidade, a indolência, as epidemias, enfim, toda uma vida errante à cidade de Parahyba. Naqueles anos, a vida na referida Capital tornou-se, segundo as representações produzidas por suas elites locais, perigosa, incerta, afinal, eram milhares de homens e mulheres de todas as idades, que se retiravam do Sertão pela “implacabilidade da força que os obrigava à partir”⁵¹⁴.

Conforme se depreende do relato feito pelo Dr. Ulisses Viana, dentre as consequências mais funestas da seca, observadas na Capital da Parahyba, estava a grande aglomeração de homens e mulheres, promiscuamente misturados e alheios a todas as práticas higiênicas, o que concorria para o surgimento de enfermidades, resultando “[n]uma constituição médica tão desfavorável que tenderia á ceifar a maioria da população da província si a administração não interferisse com toda a promptidão e solicitude em auxílio dos infelizes flagelados”⁵¹⁵.

Discursos como o do Dr. Viana corroboraram para acentuar as práticas de exclusão dos habitantes de Parahyba contra os retirantes. Há ainda, no relato do presidente, o propósito de justificar a criação dos créditos sob a sigla socorros públicos, sem levantar censura, pois usava como apelo a questão da saúde, o que era do interesse de todos. Neste ponto, se observa um discurso que tanto avigora a suposta debilidade dos corpos oprimidos, como de legitimação dos mecanismos de controle e sujeição sobre estes corpos.

⁵¹⁴ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980., p. xxxix.

⁵¹⁵VIANNA, Ulysses Machado Pereira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 1 de janeiro de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p.21.

Como se não fosse o bastante todo o sofrimento da retirada, e as exclusões que sofriam, pesou sobre os ombros daquela gente famélica, ainda, a suposta associação destes sujeitos aos grupos de mau feitores. Práticas estas denunciadas pelas elites da Província, que pediam medidas urgentes a fim de evitar que “os fazendeiros e mais habitantes abastados”, se tornassem vítimas “dos famintos de má índole”.⁵¹⁶

Sem dúvida, era mau o estado do Sertão parahybano naquele momento. No entanto, apesar das constantes reivindicações para que o governo criasse meios para aplacar a fome dos sertanejos, é notório o interesse em defender as elites econômicas do território, para o que a distribuição de alimentos, ainda que insuficiente, e configurando-se como uma prática assistencialista, deve ser compreendida, antes de tudo, como uma manobra política com o fim principal de atender aos interesses daqueles “homens grandes”, que temiam por seu patrimônio e por sua vida.

As queixas sobre o estado de miséria da Província, apesar dos conteúdos de teor humanitário, propalados na imprensa local e nacional, revelam o desejo de ordem, digo de manter o controle da situação, o que explica em parte o porquê dos socorros públicos chegarem tão tardiamente àqueles “esqueletos redivivos”. Enfim, mesmo diante da situação de miséria vivenciada pelos sertanejos, houve certa resistência, por parte dos administradores da Província, em realizar gastos, supostamente, desnecessários, com aquela gente faminta, como sugeriu o Dr. Figueiredo em seu relatório de 1877. E como se a fome pudesse esperar, ignorou-se o grande obituário que a seca fazia em todas as partes da Província.

Fato é que, enquanto o inverno não vinha, na Capital parahybana, muitos sertanejos viviam “na imundice do pátio catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia com voracidade”⁵¹⁷, causando horror à população daquela cidade, que passou a reclamar pela retirada daqueles sujeitos das ruas. A situação tornava-se ainda mais dramática se se considerar o estado de inanição de muitas das vítimas.⁵¹⁸ Assim, em face das supostas ameaças que rondavam à cidade, as elites passaram a censurar e reprovar qualquer conduta que não coadunasse com os padrões e normas definidas pelos

⁵¹⁶Sobre isso ver, por exemplo, a notícia sob o título “Fome e peste”, publicada no Jornal “A Opinião” em data de 17 de maio de 1877.

⁵¹⁷BANDEIRA, Manuel. **O Bicho**. Disponível em: <<http://blog.factive.com.br>>. Acesso em 28.06.2014. O poema do pernambucano Manuel Bandeira, embora construído para relatar outra experiência, exprime com grande carga de sentimento e verdade a situação daqueles parahybanos vitimados pela seca e que, misturados ao lixo que dominava as ruas da Capital parahybana, buscavam ali as migalhas podres que lhes eram negadas pelos seus patrícios.

⁵¹⁸As imagens produzidas por Joaquim Antônio Correia, sobre a Seca de 1877-78, na vizinha Província do Ceará, fornece uma impressão do que se via nas paragens parahybanas. Para tanto, sugere-se olhar as representações constantes nos anexos H e I.

senhores do saber como virtuosas e salutareis. Denunciavam não só os corpos sujos e famintos, mas também a doença, a nudez “desavergonhada” e a promiscuidade daqueles que estavam reduzidos a mais extrema miséria. Tratava-se, segundo Francisco Coutinho de Lima e Moura, de uma população esquelética,

Maltrapilha, esfomeada, feridinha, como fantasmas, dormia nas calçadas, onde, pelas manhãs, o poder público por seus agentes, colhia os mortos durante a noite em um abandono comovedor, para dar-lhes sepultura em covas com capacidade para vinte corpos que eram enterrados promiscuamente”⁵¹⁹.

O espetáculo não poderia ser menos impactante para quem, do início da rua da Ponte, observasse a estrada de Santa Rita, onde se via, “um formigueiro humano arrastando-se faminto e andrajoso até cair nas calçadas das ruas desta cidade, onde a maior parte exalava o último suspiro!”⁵²⁰.

As representações de Coutinho certamente eram partilhadas por muitos dos habitantes da capital parahybana, o que levou o presidente Dr. Esmerino Gomes Parente a tomar medidas a fim de conter os ânimos e, de certa forma, controlar e vigiar aquela gente, para o que autorizou a ocupação do edifício da Escola Normal pelos retirantes. A “Cathedral”, que na época se encontrava em construção, também foi ocupada por aqueles homens e mulheres “de fora”. Nestes espaços, segundo o Sr. Francisco Coutinho de Lima e Moura, “ninguém” podia passar sem proteger com um lenço as narinas, tal fedentina exalada das imundices acumuladas diariamente”⁵²¹. Apesar disso, não se pode negar que houve certa comoção popular, diante da agonia daquela gente.

Pese que os habitantes de Parahyba do Norte também sofriam de várias maneiras com aquela situação anormal provocada pela seca. E, não era só o “horror” que os inflamava contra os sertanejos, mas a dor diante de tão grande miséria. Neste sentido, concordamos com Farge, quando afirma: “A dor significa, e a maneira como a sociedade a capta ou a recusa é extremamente importante”⁵²². Para a autora, a dor/o sofrimento reflete as relações com o mundo, variando conforme o contexto social, cultural e político. Assim, entende-se que as formas de experimentar o sofrimento podem tanto gerar sentimento de solidariedade e compaixão, como também a repugnância e o desejo de exclusão. Neste sentido, entende-se que,

⁵¹⁹LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências: Figuras e factos da Parahyba**. João Pessoa. 1938, p. 77.

⁵²⁰Ibidem, p. 77.

⁵²¹Ibidem, p. 78

⁵²²FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 19.

se por um lado os homens e mulheres da cidade da Parahyba eram levados a rejeitar a presença dos retirantes, devido aos discursos acerca dos perigos que a aglomeração de tais sujeitos poderia provocar, por outro lado, houve também quem desejasse a exclusão daqueles *outsiders* por não suportar assistir aquelas cenas de sofrimento.

Excitados por aquela situação anormal, as autoridades políticas da Parahyba, em resposta aos reclames daquelas elites, exasperaram suas campanhas contra os perigos representados pelos retirantes famintos⁵²³, utilizando, inclusive o argumento científico baseado nos estudos de Georg Von Mayr⁵²⁴, que afirmava ser crescente o número dos crimes contra a propriedade, nos lugares onde as condições de vida torna[vam]-se mais difíceis, onde escasseia[vam]-se a alimentação, encarecendo seu valor econômico⁵²⁵.

Frente o exposto, observou-se que, durante aquela terrível seca, surgiu um olhar armado contra aqueles homens e mulheres que “morriam de fome e de horror!”⁵²⁶, prática esta legitimada através da apropriação de discursos científicos pelas elites letradas, políticas e econômicas da cidade da Parahyba.

Para que se tenha ideia da repulsa sofrida por estes desvalidos hóspedes, basta dizer que, naquela cidade, nem as criancinhas foram poupadas da indiferença e desprezo das “famílias de bem”, e muitos foram os “anjinhos” que padeceram à mingua dos esperados socorros públicos⁵²⁷.

Esta prática experienciada por muitos sertanejos teve registro nas “Reminiscências” do escritor Francisco Coutinho de Lima e Moura, que anotou:

Eu costumava levantar-me cedo para ver passar pela minha porta na rua da Areia (Barão da Passagem) aquella criancinha de lindos olhos azues e belos cabelos loiros e crespos, de pernas e braços desprovidos de carnes, cobertos da pelle pergaminhosa, descalça, vestidinha com uma camisinha suja encarnada, quase que arrastada pela mão de uma irmanzinha de seis anos, estirando a maosinha para receber a bolacha, subtraída da minha primeira

⁵²³Naquele cenário, o político assumiu a violência, digo, uma violência controlada, instituindo posturas com o fim de reger toda a sociedade. No entanto, estas normatizações visavam atender as necessidades de alguns membros daquela sociedade, como pode ser notado.

⁵²⁴Georg Von Mayr foi um estudioso das estatísticas administrativas e burocráticas da Alemanha na segunda metade do século XIX, destacando-se também na área de estatísticas criminais, objeto de sua tese doutoral, defendida em 1865. O autor do relato, o Dr. Ulysses Machado Pereira Viana, além de ter conhecimento sobre os estudos do estatístico Geor Von Mayr, também fundamentou sua posição nos estudos do estatístico e economista alemão-francês Maurice Block, “*Traité theorique et pratique de statistique*” VIANNA, Ulysses Machado Pereira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 1 de janeiro de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879.

⁵²⁵Ibidem, p.8.

⁵²⁶Frase que acompanha fotografia Seca de 1877-79 Ceará. Ver anexo G.

⁵²⁷De acordo com a escritora Lenilde de Sá, a sabedoria popular considera anjo as crianças de 0 a 7 anos de idade. SÁ, Lenilde Duarte de. **PARAHYBA: Uma Cidade entre Miasmas e Micróbios**: O Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918. Tese de Doutorado em Enfermagem. Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 1999.

refeição, o que ella agradecia-ma com um olhar tão meigo a ponto de arrancar-me lagrimas, e seguia a sua “via cruci” sem um gemido sequer, e eu ficava chorando a contemplar-a até ella desaparecer nas esquinas da Flora!
A ultima vez que a vi foi toda molhadinha de chuva tiritando de frio.⁵²⁸

Dias depois, “veio a fatal notícia: _ morreu!”⁵²⁹.

Certamente, não foram poucas as vidas que sucumbiram diante dos olhares apáticos e/ou assustados daqueles homens e mulheres que, julgando-se “escudeiros” da moral e dos bons costumes, assistiam cotidianamente o martírio daquela “gente indesejável”, “deplorando-lhes as misérias, sem, no entanto, fazer-lhes o bem tão necessário”⁵³⁰.

É preciso considerar, com base nos apontamentos da historiadora Arlette Farge, que, talvez, as condutas consideradas “censuráveis”, “perversas”, excludentes, visassem resguardar os “estabelecidos” habitantes daquela Capital contra os possíveis perigos que o aumento excessivo da população poderia acarretar para aquele espaço, o que teve origem nas experiências, nada salutares, pelas quais passou a Cidade de Parahyba do Norte, durante as visitas da febre amarela, dos cóleras-morbo e da varíola. Além destas enfermidades, outras doenças de caráter benigno e/ou aquelas de “má caracter” também fizeram muitas vítimas fatais ao longo da segunda metade do século XIX, concorrendo para a propagação do medo da morte naquela cidade. As experiências de outras secas também haviam sido dolorosas para aqueles parahybanos.

Deve-se observar, no entanto, que os “estabelecidos” moradores de Parahyba não viviam atormentados pelo medo da morte, absolutamente. A documentação analisada revela que, naquela cidade, o medo [re]aparecia sempre que haviam sinais de anormalidade climática e/ou mórbidas. Medo que se manifestava quando a morte parecia devastadora, perturbadora da rotina dos homens e mulheres daquela Capital, que passavam a viver uma temporalidade diferente, onde as doenças, os toques dos sinos [muitas vezes proibidos], os cortejos fúnebres e os enterramentos ditavam o cotidiano da cidade. Uma atmosfera de perigos, reais e imaginários, se instaurava. Nesta ocasião, eram decretadas “novas” posturas policiais, o que revela a interferência dos saberes médicos tanto na gestão da cidade, quanto nas sensibilidades e subjetividades dos seus habitantes.

Enfim, perseguidos pelos olhares policial, médico e pela imprensa, os sertanejos passaram a ser aprisionados em asilos e colônias, fora do espaço citadino centralizado, o que

⁵²⁸LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências: Figuras e factos da Parahyba**. João Pessoa. 1938, pp. 80-81.

⁵²⁹Ibidem, p.81.

⁵³⁰Ibidem, p.81; ver os anexos H e I.

visava “dar ocupação útil e proveitosa” àqueles homens e mulheres desvalidos, que segundo o padre Galvão, “entregues á ociosidade e indolência, elementos poderosos de anarquia e desordem, muito poderia influir sobre o estado da tranquilidade social”⁵³¹.

De todo modo, apesar das tentativas do governo, muitos foram os sujeitos que continuaram a ter como morada as ruas daquela cidade. Também o alimento, distribuído duas vezes por semana, era mingauado, levando o sertanejo a acreditar que havia fugido “do fogo para a lama!”.

Ademais, este quadro dramático ascendia entre os estabelecidos habitantes de Parahyba do Norte o medo da violência. Assim, não demorou para que os indesejáveis hóspedes passassem a ser identificados como criminosos pela maioria das pessoas daquela Capital que, decerto, avaliavam os riscos e a criminalidade a partir da comparação simplista do como era a cidade antes dos retirantes e o que ela se tornou com a chegada daqueles sujeitos, o que não explica tudo, pois uma vez que se ignora as modificações do cenário e as interações e/ou conflitos sociais, tem-se a impressão de que os crimes [violentos] aumentaram, tanto na capital como nas demais cidades da Província. Neste sentido, concorda-se com Teresa Pires do Rio Caldeira, quando a mesma afirma que “a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada”⁵³².

Pese que os discursos acerca dos crimes protagonizados pelos retirantes, superdimensionados nas páginas dos jornais, nos relatórios dos presidentes da Província e, quiçá, nas conversas de calçadas, fazia tanto proliferar, quanto legitimar, as reações violentas das instituições de ordem e dos habitantes da Província que acreditavam estarem cercados por grandes delinquentes. Frente o exposto, resta observar que as falas sobre o crime “constroem muros, delineiam e encerram espaços, estabelecem distâncias, segregam, diferenciam, impõem proibições, multiplicam regras de exclusão e de evitação, e restringem movimentos”⁵³³.

Mas como seria possível que aquela gente esqualida, que mal conseguia se mover, pudesse ser tão perigosa? As representações revelam que estes sujeitos estavam nos limites das suas forças, nem vivos, nem mortos, eram “cadáver[es] esguio[s] que por entre os vivos erra[vam]”⁵³⁴.

⁵³¹GALVÃO. Fellipe Benício da Fonseca. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 13 de jun de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p. 30.

⁵³²CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2008, p. 27.

⁵³³Ibidem, p.28.

⁵³⁴Ver Fotografia Seca de 1877-79, Anexo G.

Ademais, as estatísticas criminais, constantes nos relatórios dos presidentes da Parahyba e/ou naqueles documentos produzidos pelos chefes de polícia, contradizem as “falas” sobre os crimes ocorridos na Província da Parahyba, nos anos da “grande seca”, conforme pode ser observado na Tabela 02 a seguir:

TABELA 02 - crimes ocorridos na Província da Parahyba entre 1870 e 1888

ANO	Homicídios	Tent. de Homicídio	Ferimentos graves	Roubos	Furtos	Fugas	Infanticídios	Outros	Total
1870	11	5	11	1	4	4	-	14	48
1871	28	8	14	3	3	6	-	23	85
1872	17	2	10	1	12	4	-	17	63
1873	50	28	15	8	9	8	-	41	159
1874	39	15	24	3	18	3	-	30	132
1875	33	5	11	2	8	3	-	25	87
1876	20	4	15	4	11	3	-	28	85
1877	33	12	14	2	18	11	1	27	117
1878	30	4	23	8	5	-	-	27	97
1879	1	1	1	3	50	-	-	5	61
1881	28	14	26	4	85	-	-	75	232
1882	8	-	22	-	13	2	-	47	92
1883	26	7	50	4	18	-	1	18	123
1884	24	10	30	9	27	4	-	36	118
1887	29	9	15	17	31	3	2	38	144
1888	30	31	78	6	21	3	-	30	199

Fonte: Relatórios dos presidentes da Província da Parahyba do período compreendido entre os anos de 1870 e 1888⁵³⁵.

Considerando-se o exposto, entende-se que, no território parahybano, a disseminação de práticas ditas criminosas, ocorridas durante a seca de 77, não podem ser explicadas apenas como consequências daquela crise climática, pois isso reforçaria estereótipos e preconceitos ao relacionar famintos a delinquentes. No entanto, não se pode negar que, naquele contexto anormalíssimo, houve casos em que, na luta pela sobrevivência, os sertanejos se envolveram em atos considerados criminosos, tais como: saques aos armazéns do governo, reivindicações por vagas em “asylos” e hospitais, tentativas de burlar os cartões de

⁵³⁵A tabela foi feita com base nos dados disponíveis nos Relatórios dos presidentes da Província da Parahyba, do período compreendido entre os anos de 1870 e 1888. Disponíveis em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u492/000002.html>. Primeiro acesso 02.02.2011.

distribuição de alimentos, furtos e crimes de mortes. De acordo com o Dr. Esmerino Gomes Parente, em seu relatório de 1877, a criminalidade avançava rapidamente no território parahybano, “a falta de comunicações rápidas, de educação moral e religiosa, a exiguidade da força publica, e a proteção que a maioria dos criminosos encontra sempre de vários particulares”. No entanto, para Parente, a depreciação do júri, que resulta na absolvição de muitos criminosos, era a principal causa do aumento da violência na Província⁵³⁶.

Parente, em nenhum momento se referiu aos sertanejos, “marcados pela sede e pela fome”, enquanto criminosos. No entanto, este gestor faz um alerta às autoridades e aos estabelecidos moradores das villas e municípios parahybanos acerca dos perigos que poderia ocasionar o grande ajuntamento de pessoas naqueles espaços⁵³⁷, para o que recomendou a todas as comissões de socorros que empregassem os retirantes em obras públicas, tais como construções de açudes, cadêas, estradas, etc.⁵³⁸

É interessante notar que, apesar das constantes denúncias das elites parahybanas, quanto ao “desanimador estado de segurança particular”, durante os anos de seca, o índice de criminalidade em relação à população da Província correspondeu a aproximadamente 0,07%⁵³⁹, o que só reforça a ideia de que os discursos em torno da criminalidade eram superdimensionados. Prática esta que gerava um estado de medo generalizado entre os habitantes da capital parahybana, bem como, das demais vilas e cidades do território. Os fazendeiros [abastados], por sua vez, sentindo-se ameaçados, na falta de instituições que pudessem garantir a segurança particular/ privada, usaram da violência para se defenderem dos perigos representados pelos retirantes que, fugindo da seca, algumas vezes batiam as suas portas na esperança de obterem auxílio. Estas práticas delituosas raras vezes foram denunciadas pelas autoridades de segurança desta Província.

Não obstante, a despeito das notícias veiculadas pela imprensa acerca do mau estado dos sertões da província, que por escassez de água e alimento expulsava legiões de

⁵³⁶PARENTE, Esmerino Gomes. Relatório apresentado pelo presidente da província da Parahyba em 24 de abril de 1877, p. 5.

⁵³⁷Em seu livro *Londres e Paris: o espetáculo da Pobreza*, a pesquisadora Maria Stella Bresciani aborda a partir das obras literárias de Victor Hugo, Baudelaire, Zola, Eugene Sue, Dickens e Edgar Allan Poe, os perigos representados pelas multidões presentes nas ruas das cidades de Londres e Paris, num momento em que tais cidades passavam por transformações modernizantes. BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX – o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2004

⁵³⁸PARENTE, Esmerino Gomes. Relatório apresentado pelo presidente da província da Parahyba em 24 de abril de 1877, p. 30.

⁵³⁹Considerou-se para este cálculo, a média obtida a partir da soma dos crimes ocorridos no interstício de 1870 e 1879 e os dados populacionais do censo de 1872, cuja soma da população livre e escrava era de 202.000 habitantes. Diante do que não se pode considerar este cálculo uma representação fiel do quadro criminal da Parahyba nos anos 1870. Ver anexo I.

homens e mulheres que passavam a compor “caravanas de espectros [que] caminha[vam] centenas de léguas em busca das serras e dos brejos, das terras da promessa”⁵⁴⁰, não se verificou aumento e/ou mudança significativa no quadro criminal da Parahyba nos dois primeiros anos da seca “setenta e sete tirana”. Em 1879, no entanto, a situação, por dramática que fosse, revela uma diminuição de 98,94% da prática de crimes de homicídio. Já o número de crimes de furto aumentou 900%, conforme se observa na tabela 02⁵⁴¹, o que pode sim ser explicado a partir da situação climatérica que vivia a Província e, especialmente, por seus nefastos efeitos sociais. Ora, “sem recursos de nenhuma espécie, atravessando zonas de penúria absoluta, gastando na áspera caminhada o resto de suas energias comburidas, os retirantes acentua[vam] no seu êxodo as consequências funestas d[a] fome”.⁵⁴²

Também a descrição acerca da situação do Sertão da Província, publicada no Jornal A Opinião, em 06 de junho de 1877, é reveladora do abandono sofrido por aquela população e sugere que, se esta gente reagia àquela fome que os corroía, o fazia furtivamente. Ora, apesar do “drama fisiológico da inanição”, o certo é que aquela população “consumida pela miséria” e que mal conseguia ergue-se não correspondeu, jamais, ao perfil criminoso denunciado pelas elites políticas, econômicas e intelectuais da Parahyba⁵⁴³. E, embora tenham sido registrados crimes violentos nesta Província naqueles anos, o que se observou, examinando os jornais e relatórios dos administradores parahybanos, foi que os crimes considerados violentos, tais como os homicídios, as tentativas de homicídios e os ferimentos graves, nem sempre foram praticados por sertanejos em épocas de estiagens⁵⁴⁴.

É cogente lembrar que não só os retirantes eram as vítimas daquela situação anormal gerada por ocasião das secas, também os homens e mulheres da Capital, e demais cidades “invadidas” por sertanejos, tornaram-se vítimas daquela “indústria”. Uns e outros lutavam pela sobrevivência, apesar de estarem em lados diferentes e suas atitudes devem ser

⁵⁴⁰CASTRO, Josué. **Geografia da fome** - O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984, p. 228.

⁵⁴¹ Consultar a Tabela 02 na página 193.

⁵⁴²CASTRO, Josué. Op. cit. p. 228.

⁵⁴³ A título de exemplo e, considerando-se o único crime de homicídio registrado em 1879, conforme Tabela 02, cuja vítima, o Juiz de Direito da Comarca de Piancó, o bacharel Vicente Ribeiro de Oliveira, foi morto “no lugar Riachão-, no dia 19 do mez de setembro, quando regressava da Bahia para tomar conta da Comarca [...] As causas d’esse assassinato e os autores dele não são ainda conhecidas”. Cumpre assinalar que, diante de tal desconhecimento, fora sobre os ombros sofridos dos sertanejos que caiu a culpa daquele homicídio e de muitos outros delitos praticados naquela “tristíssima quadra” que atravessava a Parahyba. VIANNA, Ulysses Machado Pereira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 1 de janeiro de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p.8.

⁵⁴⁴Ver Tabela 02; ver também os Relatórios dos presidentes da Província da Parahyba, disponíveis em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u492/000002.html>. Primeiro acesso 02.02.2011.

consideradas expressões dos seus medos ou, para fazer uso das palavras de Farge, de suas dores. De certa forma, lutavam contra um inimigo comum: a morte.

Naqueles anos, a organização e o ritmo da cidade de Parahyba sofreu, graças à presença daquela gente flutuante, a interferência lutuosa da seca que assolava o sertão da Província: ruas intransitáveis, sujeira, fedentina, aumento de algumas práticas não virtuosas, tais como: a prostituição, o alcoolismo, furtos, mortes e mais mortes por ocasião das doenças que começaram a adquirir caráter de epidemia.

Enfim, para as elites de Parahyba, os sertanejos eram mensageiros da morte, pois, além das misérias pessoais, tinham seus corpos cobertos por enfermidades que mais se agravavam devido à insuficiência alimentar e a falta de higiene, condições atestadas pelos médicos que atuavam naquela Capital e que eram ainda influenciadas pelas teorias do contágio e dos miasmas⁵⁴⁵.

3.2 E sobrevieram as Pestes: Práticas médicas e as tentativas de reorganização do espaço urbano durante a seca de 1877

Quem tiver estudado com atenção a marcha dos acontecimentos relativos ao desenvolvimento das moléstias mais ou menos graves, que tem flagelado a nossa população não pode deixar de reconhecer esta verdade apesar de actuarem ainda sobre esta Província a irregularidade das estações, a secca e suas consequências que tem sido a causa primordial do desenvolvimento de tantas moléstias, mantendo a mortalidade em gráo ainda elevado relativamente á boa salubridade que gosavamos em anos anteriores.

Pe. Feliciano Benicio da Fonseca Galvão,
Vice presidente da Parahyba, 1879,

As epidemias não se fizeram esperar e vieram, de alguma forma, por termo ao sofrimento de milhares de nossos infelizes patrícios.

Francisco Coutinho de Lima e Moura,
Reminiscências, 1938

⁵⁴⁵É digno de registro que, na história da saúde pública da Parahyba, era prática corrente que os gestores consultassem os médicos afim de serem orientados sobre as medidas cabíveis para as situações anormais, o que certamente dirimia suas responsabilidades em casos de epidemias ou outros acidentes climáticos e patológicos.

Nos anos 1870, apesar dos melhoramentos iniciados em fins dos anos 1850, o estado sanitário da Capital parahybana não era tão lisonjeiro como sugerido pelo administrador parahybano padre Felipe Galvão (1879). Naquele momento, os habitantes de Parahyba do Norte ainda se ressentiam da falta de um regular serviço de limpeza urbana e de profilaxia, faltas estas que se constituíam em grandes questões para sua população que estava constantemente em luta contra “entidades mórbidas de natureza diversas”, situação que se agravou ainda mais em decorrência da migração desmesurada dos sertanejos que fugiam das secas e se dirigiram àquela cidade, onde passaram a viver miseravelmente nas calçadas, pátios, becos e estradas, conforme observado antes.

De acordo com os relatórios do inspetor de Saúde da Província, nos anos que antecederam a seca de 1877, a fisionomia da cidade da Parahyba fugia aos preceitos do urbanismo-higienista defendido pela ciência naquele momento⁵⁴⁶. Inclusive, a representação a seguir permite conhecer um pouco do cotidiano daquela cidade:



IMAGEM 04 – Antigo Beco do Carmo, 1877

Fonte: RODRIGUEZ, Walfredo. Acervo. **2 Séculos da Cidade:** Passeio retrospectivo (1870-1930), João Pessoa-PB, S/D.

⁵⁴⁶Dentre as teorias médicas dominantes no século XIX, em Parahyba do norte, exerciam forte influência sobre os nossos esculápios as teorias telúricas, miasmáticas e contagionistas. Também de observa a partir de meados daquele século a influência da teoria da medicina social.

Antes de qualquer coisa, observe o leitor que a fotografia foi capturada possivelmente após uma chuva, o que explica o fato de não haver pessoas nas imagens. Mas esta ausência também revela que a fotografia deve ter sido feita entre os meses de janeiro e maio de 1877, portanto, antes das ondas de retirantes terem chegado àquela Capital. Do contrário, a imagem seria outra: homens e mulheres de todas as idades, encharcados d'água, comprimindo-se entre as paredes e/ou portas dos edifícios, na tentativa de fugir da chuva.

A Rua ou Beco do Carmo⁵⁴⁷, de acordo com a descrição feita pelo agrimensor Vicente Gomes Jardim, tinha início na Rua Marques de Herval [Rua Nova], atravessava a Duque de Caxias [Rua Direita] e terminava em frente à Igreja de Nossa Senhora do Carmo. A representação trata-se do trecho que parte do cruzamento da Rua Nova⁵⁴⁸, o que revela, tal como a descrição feita por Maurilio Augusto de Almeida, a falta de infraestrutura urbano-higiênica naquele espaço central.

Ao caminhar pelo “Beco do Carmo”, no Centro da cidade⁵⁴⁹, algumas eram as impressões que se poderia ter daquela Cidade constituída de ruas, becos e ladeiras estreitas [em sua maioria]: as casas, como sugere a representação anterior, eram construídas sem obedecer a planos, o que dificultava a circulação do ar e revela o descumprimento às normatizações impostas durante as epidemias experimentadas nos anos 1850 por aquela população. Também se observa a total ausência de calçamento, o que era comum naquela cidade. O transeunte, para evitar andar sobre o mato e/ou desviando as poças de lama, provenientes ou das águas pluviais ou dos esgotos e excrementos lançados “porta afora”, talvez se apertasse sobre as calçadas estreitas, isto quando havia calçadas na rua. Também “animais mortos [e vivos], o lixo e outras imundícies”, lançadas pela população local, acumulavam-se ordinariamente nas ruas de Parahyba que, na falta de um regular serviço de limpeza, via-se obrigada àquela prática, “cujo espectáculo da[va] a pior ideia dos [...] costumes e civilização” daquela população, como bem observou o Inspetor de Saúde, Dr. Poggi, em 1870 quando fez seu relatório⁵⁵⁰.

Estas faltas, calcadas nos discursos médicos, tanto colocam em relevo a precariedade da saúde dos habitantes da cidade da Parahyba, caracterizada pela falta de uma

⁵⁴⁷Ver Planta 02, p. 108.

⁵⁴⁸Ver Anexo B - Mapa Frederica Civitas (1637-1645) Georg Marggraf. Recorte destacando a Topografia da Cidade e suas edificações. In. BAERLE, Caspar van. **Rervm per octennivm in Brasilia**, 1647. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02460028>. Acesso em 12.02.2014.

⁵⁴⁹O Beco do Carmo inicia-se na Rua Nova cruza a Rua Direita e termina no Convento de Nossa Senhora do Carmo a norte da Cidade nas proximidades da Igreja de Santo Antonio. Ver Plantas 01 e 02.

⁵⁵⁰POGGI. Relatório de Saúde Pública, 1870. In. LISBOA. Venancio José D'Oliveira. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**, em 17 de fevereiro de 1870. Parahyba, Typ. Conservadora, 1870. p. AV-3.

“educação higiênica”, como denunciavam a ausência de infraestrutura sanitária e a ineficiência dos gestores em combater as moléstias que “em todos os tempos reinaram naquela Capital”.

Mesmo em face dessa situação nada animadora, as autoridades políticas de Parahyba do Norte, influenciadas pelos saberes médicos, atestavam que não se poderia dizer que era mau o estado sanitário da cidade, “ou que luctou-se com extensas e mortíferas epidemias”⁵⁵¹. Apesar disso, o presidente da província, Dr. Silva Freire, relatou também a ocorrência de alguns casos de febre amarela que “se desenvolveo na tripolação da barca inglesa ‘Titania’”, naquele ano de 1877, sublinhando que a ação do *morbus* havia se limitado àquela tripulação. O gestor também citou o aparecimento de alguns casos de varíola tanto na Capital, como em outros pontos da Província, observando que aquela entidade mórbida, “para a sorte do povo parahybano”, não havia se constituído em epidemia⁵⁵².

As palavras do presidente revelam certa despreocupação com o quadro patológico da referida Capital, sua incapacidade enquanto administrador e a insuficiência das técnicas médicas para melhorar as condições higiênicas daquela cidade e, conseqüentemente, afinar a saúde de sua população.

Ademais, a ambiência da cidade da Parahyba sugere que, apesar da existência da Inspetoria de Saúde Pública, não havia ali, no percurso do século XIX, senão por ocasião dos surtos epidêmicos e/ou endêmicos que acometeram a referida cidade, serviços de higiene pública ou a execução de posturas de caráter preventivo⁵⁵³. Neste sentido, entende-se que, quando se restabelecia a suposta “normalidade” da saúde dos seus habitantes, afastando, portanto, os perigos de contágio, as ações da polícia sanitária, as posturas, a vigilância médica, a desinfecção das casas e dos corpos [dos pobres], a limpeza das ruas, becos e praças da cidade, a vacinação, a quarentena e outros serviços de higiene instituídos para combater o(s) *morbus*, eram suspensos ou perdiam sua importância, o que resultava no abandono destas práticas tanto pelos representantes dos poderes públicos, como pela população em geral, o que foi denunciado pelo Inspector da Saúde Pública, o Dr. João José Innocencio Poggi, quando, em seu Relatório de Saúde Pública de 1870, descreveu a situação da Província⁵⁵⁴.

⁵⁵¹FREIRE. (Barão de Mamanguape). **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 9 de jun. de 1877. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1877, p.19.

⁵⁵²Ibidem, p.19.

⁵⁵³ A Inspetoria de Saúde Pública, criada em 1860, revelou-se, segundo a documentação examinada, inoperante, limitando suas ações à elaboração “imprecisa” de relatórios e estatísticas sobre a salubridade pública e as enfermidades que “visitaram” a Província. Nem mesmo da fiscalização do cumprimento das posturas se ocuparam os inspetores daquele órgão.

⁵⁵⁴ Apesar de referir-se à Província da Parahyba, fica em evidência no relatório de Saúde Pública que o Dr. Poggi se referia aos problemas da Capital parahybana, que era tomada como padrão para avaliar a situação do território de forma geral. Para uma melhor compreensão sobre o assunto ver: POGGI. João José Innocencio Relatório de

A experiência de ter enfrentado tantas epidemias lhe valia. Poggi observou que, para que se aperfeiçoasse a saúde pública na cidade da Parahyba, “não basta[va] uma [ou] outra providencia ligeira tomada pelo império das circunstâncias mórbidas”⁵⁵⁵, fazia-se necessário realizar um estudo acerca das condições topográficas, climáticas, da economia, dos costumes, da alimentação, assim como das doenças que atingiam aquela sociedade. Somente assim, seria possível traçar um plano eficaz a fim de melhorar as condições gerais da sociedade e o quadro patológico daquela Capital⁵⁵⁶.

Seja como for, o certo é que era urgente que os gestores da capital da Província promovessem intervenções materiais que concorressem para o asseio da cidade, assim como era imprescindível que entre seus habitantes surgisse uma nova sensibilidade em relação à saúde, diz-se, era preciso criar uma cultura da higiene, de outra forma, em nada melhoraria a ecologia daquela cidade.

A propósito, é importante sublinhar que no contexto dos anos 1870, uma teoria social da doença⁵⁵⁷, que já vinha influenciando as práticas médicas desde os anos 1850, parecia ter receptividade entre as elites letradas, econômicas e políticas daquela Capital. Com efeito, observa-se que passaram a ser considerados os aspectos econômicos, sociais e culturais em relação à saúde da população. Neste sentido, a estrutura social, os modos e estilos de vida, derivados não só das escolhas pessoais, como de fatores culturais, práticas sociais e compleição espacial, foram alguns dos fatores utilizados pelos médicos para explicar as doenças. Esta orientação médica, de alguma maneira, influenciou o já experiente Dr. Poggi, que a deixou em relevo também em seu relatório de 1870. Advertiu:

Se os hygienistas nos apontão os males que constantemente resultão de um ar-viciado, de uma má alimentação e de uma habitação imprópria, convém que todos nós nos esforcemos para melhorar o estado sanitário desta cidade fazendo com que os seus habitantes gosem de melhores condições higiênicas⁵⁵⁸.

Destarte, foi sobre o pobre, considerado foco disseminador de doenças, que recairiam o controle e vigilância médica, o que ocorreu devido às suas condições

Saúde Pública, 1870. In: LISBOA. Venancio José D'Oliveira. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Parahyba**, em 17 de fev. de 1870. Parahyba, Typ. Conservadora, 1870.

⁵⁵⁵Ibidem, pp. AV1-2.

⁵⁵⁶Ibidem.

⁵⁵⁷ De acordo com Gutierrez, “o ambiente, origem de todas as causas de doença, deixa, momentaneamente, de ser natural para revestir-se do social. É nas condições de vida e trabalho do homem que as causas da doença deverão ser buscadas” GUTIERREZ, Paulo Roberto; OBERDIEK, Hermann Iark. Concepções sobre a saúde e a doença. In: ANDRADE, Selma Maffei. et al. (Orgs.) **Bases da Saúde Coletiva**. Londrina: UEL, 2001, p. 20.

⁵⁵⁸POGGI, João José Innocencio. Op. cit. p. AV-2.

socioeconômicas, como se observa nos relatórios dos presidentes da Parahyba. Isto explica, em parte, as práticas de exclusão, cuja principal marca foi a criação dos “cordões sanitários”, que se ergueram contra as populações indigentes. E, apesar da ênfase do Inspetor nos aspectos sociais, como fundamentais para o surgimento e/ou propagação de doenças, nota-se, em seu discurso, também a influência das Topografias e/ou Geografias médicas.

Feitas estas considerações, resta observar que, em Janeiro de 1877, portanto, alguns meses antes de ser prognosticada “a grande seca”, o quadro sanitário da cidade, bem como o estado de saúde dos habitantes de Parahyba do Norte, já era preocupante e digno de atenção, quer por parte dos poderes públicos e autoridades médicas, quer por parte dos seus habitantes, pois, dentre outras entidades mórbidas, a febre amarela, que havia se constituído “em mortífera epidemia” desde abril de 1876, continuava fazendo muitas vítimas. Também a varíola fazia crescer o número de óbitos naquela freguesia⁵⁵⁹.

Inclusive, segundo os relatórios dos presidentes da Parahyba, a varíola havia se estabelecido na Capital parahybana a partir do início dos anos 1870, provavelmente trazida por embarcações estrangeiras⁵⁶⁰.

Até meados de 1877, apesar das orientações do Inspetor de Saúde, “nenhuma providência [fora] adaptad[a] para restabelecer nesta Capital a salubridade publica que se acha[va] alterada por diferentes causas”,⁵⁶¹ conforme observou o Dr. Esmerino Gomes Parente, que parecia não se sentir culpado por aquela situação, uma vez que a salubridade pública era, como já se viu, atribuição da Câmara Municipal que, não poucas vezes, foi chamada a “accord[ar] do profundo letargo em que vivi[a]”.

Também era de longa data que a Inspetoria de Saúde se desresponsabilizava pela falta de asseio da capital, imputando às municipalidades a responsabilidade sobre o assunto, conforme se verificou nas acusações feitas em 1870, pelo Dr. João Innocencio Poggi, para quem, “uma bôa policia ou fiscalização medica da parte da Ilma. Camara Municipal da cidade faria cessar muitos dos abusos que concorrem diretamente para a viciação do ar, dos alimentos e das habitações quer publicas, quer particulares”⁵⁶². Afinal, eram funções da polícia médica a

⁵⁵⁹Durante o percurso do século XIX, os habitantes de Parahyba foram surpreendidos, muitas vezes, com a “visita” indesejável de alguma doença de caráter contagioso, dentre os quais, os mais incidentes e que “maiores estragos” provocavam foi a febre amarela, a varíola, o sarampo, o cólera a syphilis e a tuberculose. Também eram freqüentes ali, por descuido dos médicos e da própria população, as febres catarrais consideradas ininterruptas, renitentes e continuas, em geral benignas em face do seu reduzido obituário que provocavam.

⁵⁶⁰Conforme PARENTE, Esmerino Gomes. Relatório apresentado pelo presidente da província da Parahyba em 24 de abril de 1877.

⁵⁶¹ Ibidem.

⁵⁶²POGGI, João José Innocencio. op. cit. p. AV-2.

garantia da higiene das ruas e moradias, o controle dos alimentos, bebidas, assim como a assistência e tentativa de controle dos pobres e enfermos⁵⁶³.

O relatório de Poggi põe a descoberto que entre a Inspetoria de Saúde e a Câmara Municipal havia algum tipo de desarmonia, o que permite inferir que um e outro, apesar de serem responsáveis pela manutenção e/ou restabelecimento da salubridade/ higiene pública de Parahyba, na medida em que se limitavam a instituir normas/ posturas que, reciprocamente consideravam “anachronicas”, deixavam de executá-las, contribuindo para que a população permanecesse sem aquelas melhorias higiênicas.

A propósito, nas ocasiões em que a Inspetoria de Saúde ou a polícia médica foi chamada a intervir [trata-se aqui das epidemias analisadas no capítulo 1 e durante as crises climatéricas], observou-se que os pobres foram obrigados a obedecer às “verdades” impostas pelos “oficiais de saúde”, que se intitulavam benfeitores. Quanto às elites da cidade da Parahyba, ficou em relevo, na documentação, a falta de cumprimento às posturas, o que talvez se devesse à crença, propalada nos discursos das autoridades sanitárias e gestores daquela capital, de que a responsabilidade pelo aparecimento das doenças de “mão caracter” se devesse aos maus hábitos das classes pobres. Ademais, considere-se que o descumprimento das posturas pelos membros daquele segmento, apesar de ter sido denunciado algumas vezes, conforme sugere a documentação, talvez não tenha sido punido, o que dava margens para que as posturas fossem ignoradas.

Em todo o caso, é certo que o quadro nosológico da capital da Parahyba tornou-se ainda mais delicado quando a Cidade tornou-se a “infeliz” morada para os sertanejos que, por recomendação do presidente da Província, para lá se dirigiam em busca dos socorros públicos, pois o estado de abandono e as más condições a que foram submetidos estes homens e mulheres favoreceu o desenvolvimento de doenças de mau caráter e a disseminação de epidemias, o que não implica em dizer que estes sujeitos eram os responsáveis pelo aparecimento daquelas doenças. Com efeito, os retirantes estavam entre os mais atingidos pelas moléstias. Mas, diante daquela situação de misérias, que resistência poderiam oferecer às enfermidades aqueles organismos fatigados pela fome?

Para os estabelecidos habitantes de Parahyba do Norte, como para os retirantes, a seca parecia ter atingido seu ponto máximo: fome, violências de toda ordem, mortes, doenças contagiosas e mais mortes completavam aquela cena apocalíptica, reascendendo o medo da doença, ou melhor, da morte, entre os habitantes daquela cidade, o que se deveu, além dos

⁵⁶³Sobre isso ver CAPONI, Sandra. **Da compaixão à Solidariedade**: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000, p. 14.

fatores citados, também ao crescente número de óbitos provocado pela situação de privação, a que estiveram obrigadas as populações retiradas. Ora, estigmatizados⁵⁶⁴ pelos estabelecidos habitantes da cidade, em face da sua condição mortificante, tais sujeitos foram igualados a doentes incuráveis, tal como se verifica na descrição do padre Galvão, para quem os retirantes eram “proletários que viviam de esmolas, famintos, cansados, saturados de vírus, sem asseio e corrompidos pela miséria em que se achavam”⁵⁶⁵. E nada mais oportuno que acusá-los pelo aparecimento e importação das epidemias, o que, em certa medida, desresponsabilizava as governanças por sua incapacidade de melhorar o estado sanitário daquela Capital, bem como da província em geral.

Vê-se, então, a partir das características atribuídas aos sertanejos, que a população da Capital parahybana, diz-se, as elites daquela cidade, havia instituído os critérios de aceitabilidade e tolerância àqueles que eram estranhos naquela paragem. Dizendo de outra forma, os habitantes daquela capital haviam estabelecido o que era desejável ou considerado como normal e o que aquela sociedade rejeitava por ser indesejável ou conceituado como anormal, o que tomava como referência os padrões culturais dos grupos estabelecidos.

Diante do exposto, entende-se que, não fosse a “invasão dos retirantes”, os políticos, os saberes médicos e a própria população [que não tinha alternativa] teriam se mantido indiferentes à situação nada salutar da cidade. Aliás, em que pese o relato do padre Galvão, referido na epígrafe, deve ser considerado em relação às experiências acontecidas antes e durante os anos da seca, pois somente a partir desse parâmetro seria possível afirmar que a Capital parahybana gozava de *boa salubridade*.

A fim de afastar aquela gente indesejada, tentou-se, sem sucesso, transferir os indigentes que ocupavam os prédios públicos do Centro de Parahyba para asilos provisórios, situados em áreas mais afastadas, de forma a tornar o ar mais puro, o que era, segundo as autoridades médicas da referida cidade, a causa das epidemias, pois provocava, de acordo com as teorias vigentes, a propagação de miasmas. Com tal medida, acreditavam que se evitaria que as doenças de “má caráter” fossem transmitidas aos “estabelecidos” habitantes daquela Capital. E, como se não bastasse, foi autorizada “a construção de 30 ranchos de palha para o

⁵⁶⁴ De acordo com Goffman, o estigma caracterizava-se como a “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação plena”. Considere-se que a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e os atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Tais categorias, transformadas em expectativas normativas e quando não são atendidas, tende-se a considerar os sujeitos, criaturas incomuns, defeituosas, diminuídos, nasce aí o estigma. O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, pp.7-12.

⁵⁶⁵ GALVÃO. Felliipe Benício da Fonseca. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 13 de jun de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p.13.

abrigo dos retirantes”⁵⁶⁶, contrariando as posturas municipais. Tais ações mostraram-se insuficientes, pois o número daqueles que se arranchavam nas calçadas crescia dia-a-dia. Frente à situação de debilidade física daquela população, teve início a distribuição de alimentos e a chamada de vacinação contra a varíola.

Por fim, o presidente da Província, pressionado pela imprensa⁵⁶⁷, objetivando diminuir os vícios e tornar produtivos os gastos realizados pelo governo, incentivou o emprego da população sertaneja em obras de utilidade pública, o que afastaria aquela população retirada da ociosidade e das suas nefastas consequências.

Estas políticas de assistência se justificavam pela necessidade de controle das camadas pobres sofredoras e, especialmente, pela necessidade de garantir o bem-estar social, ou a sensação de bem-estar ao maior número de pessoas, o que se insere dentro da doutrina utilitarista clássica⁵⁶⁸. Assim, talvez com esta perspectiva, o governo da Província, orientado pelos médicos Dr. Abdon Felinto Milanez e Dr. Manoel Carlos de Golveia, com o auxílio de 30:000\$000 réis, determinou que fossem realizados na cidade da Parahyba, de forma a minorar os efeitos da seca e melhorar seu estado sanitário, alguns melhoramentos materiais, tais como o asseio e calçamento das ruas, “um verdadeiro portento!”⁵⁶⁹.

Pese ainda que, naquele momento dramático, não havia em Parahyba do Norte um Lazareto⁵⁷⁰, diante do que, estando situado o Hospital da Santa Casa no Centro da Cidade, não seria conveniente enviar para aquele nosocômio pessoas acometidas de doenças de “mão caracter”, pois “seria trazer para o Centro da Cidade, hum foco de infecção, que poderia ser factal a população”, o que faria se levantarem, contra o governo, muitas vozes⁵⁷¹.

⁵⁶⁶PARENTE Esmerino Gomes. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 01 de março de 1878. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1878, p.14.

⁵⁶⁷ A título de exemplo, tem-se a Revista “**A Idéia**”, **Revista Crítica, noticiosa e literária**, cujo primeiro número circulou em 5 de outubro de 1879. Também o Jornal “**A Opinião**”, de maio de 1877, trouxe em suas páginas críticas ao governo Provincial.

⁵⁶⁸O utilitarismo é uma doutrina defendida por Jeremy Bentham e Jonh Stuart Mill, segundo a qual dentro de uma ética da moral, as ações dos indivíduos devem visar os interesses da sociedade como um todo. De acordo com Mill, “a felicidade que os utilitaristas adotaram como padrão do que é certo não é a felicidade do próprio agente, mas a felicidade de todos os envolvidos, pois o que conta na soma de felicidade conjunta é o prazer total” (p. 242). De acordo com o próprio Stuart Mill, “o credo que aceita a utilidade ou o princípio da maior felicidade como fundação da moral sustenta que as ações são corretas na medida em que tendem a promover a felicidade e erradas conforme tendam a produzir contrário da felicidade. Por felicidade se entende prazer e a ausência de dor, por infelicidade, dor e a privação do prazer” (p. 248). Para saber mais ver DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. A concepção de ética no utilitarismo de John Stuart Mill. In. **Revista Discurso**. N 44. USP, 2014. p.242. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/89097/91988>. Acesso em 21/01/2016. Ver também o estudo de CAPONI, Sandra. Op. cit..

⁵⁶⁹PARENTE Esmerino Gomes. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 01 de março de 1878. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1878, p. 14.

⁵⁷⁰O lazareto da Ilha da Restinga encontrava-se totalmente destruído.

⁵⁷¹MILLANES, Abdon Felinto. **Relatório da Inspetoria de Saúde da Parahyba**. 1879 (manuscrito).

Com o propósito de obstar a disseminação de algumas epidemias, foram criados, por recomendação dos médicos que atuavam naquela Capital, hospitais provisórios para o tratamento dos retirantes desvalidos, de outra forma, “teriam de morrer abandonados, ao relento, no campo ou pelas calçadas das ruas d[a] cidade atacados de graves enfermidades”⁵⁷².

Ora, os hospitais Nossa Senhora das Neves, Santo Antonio, e o da Cruz do Peixe [localizado no Sítio da Cruz do Peixe (R), conforme Planta 3]⁵⁷³, tinham a dupla missão de salvar das ameaças de morte [por doenças ou por crime], os “estabelecidos” habitantes de Parahyba e corroborar para o reestabelecimento da suposta ordem urbana existente ali antes da catastrófica seca.

Apesar de todas as medidas adotadas, a administração não conseguiu impedir o progresso da varíola e de outras doenças que adquiriram o caráter de epidemia, em face do que, o número daqueles “infelizes indigentes, que, agonizantes, se estorciam sob a pressão da fome e da miséria”, nos “cantos e antros” da cidade era sempre crescente. Dessa forma, na cidade da Parahyba, “vivos e mortos - quase mortos”, se misturavam em contínua vizinhança, contrariando todos os preceitos da higiene ditados pela ciência e rompendo a “muralha” que os separavam. Cumpre notar que, na Capital parahybana⁵⁷⁴, todas as classes sociais foram atingidas por graves doenças. Até mesmo a casa do presidente da Comissão de Socorros foi visitada, levando o Dr. João Leite Ferreira a pedir exoneração do referido cargo.

Finalmente, por mais enérgicas que fossem as medidas profiláticas para evitar que a população “permanente” da capital parahybana fosse atingida por alguma moléstia, elas foram sempre incapazes de garantir a saúde daqueles habitantes. Não poderia ter sido diferente, pois, naquela cidade, a “desordem” provocada pelos retirantes enfermos foi tratada de forma assistencialista. Não se observou na documentação consultada que tenha havido, naqueles anos, qualquer pretensão de erradicar ou combater as doenças, fosse por meio do saneamento da cidade ou pela cooptação dos códigos de higiene, já difundidos nas principais Capitais do país.

Não obstante, em face da crise sanitária, agravada com o advento das populações retiradas, e dada a situação daquela gente famélica, não surpreende que as doenças, mesmo aquelas de bom caráter, tenham se tornado fatais, neutralizando os esforços de médicos e das comissões de socorros públicos.

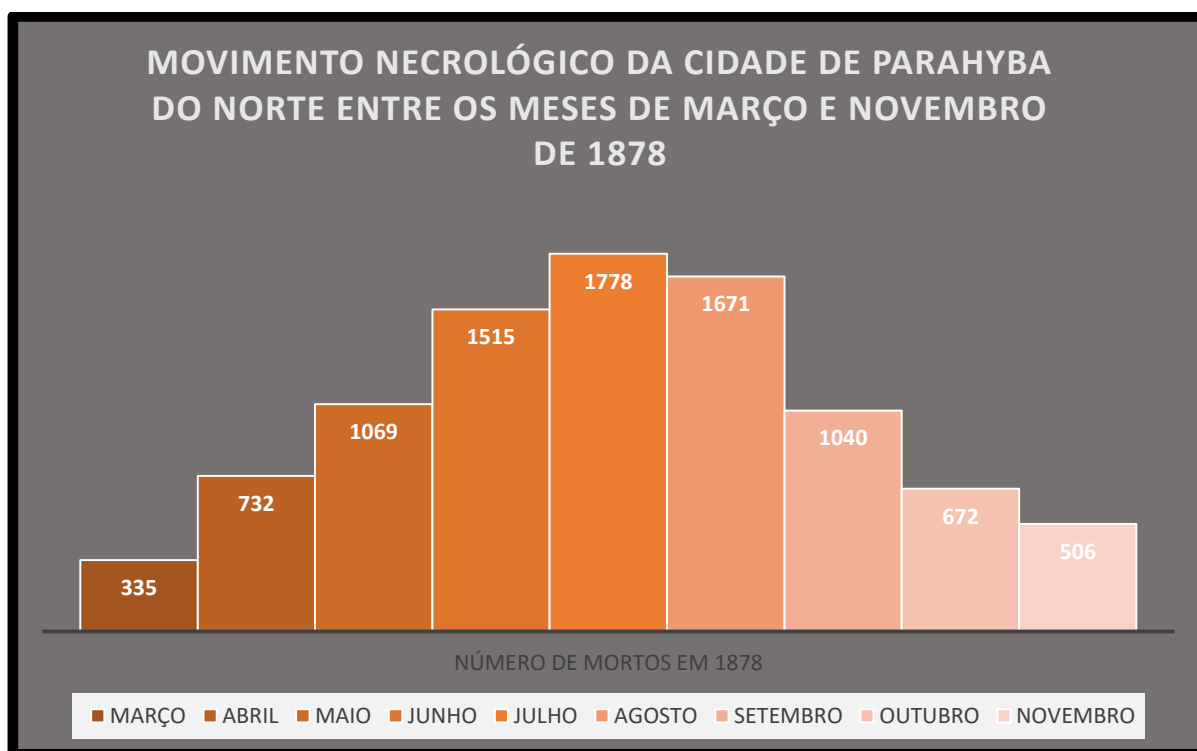
⁵⁷²GALVÃO. Fellipe Benício da Fonseca. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 13 de jun de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p.13.

⁵⁷³ Ver capítulo 4, planta 3.

⁵⁷⁴ Sobre isso ver: OLIVEIRA, Claudia, Freitas de. **op. cit.**, onde se observa experiências semelhantes àquela vividas pelos parahybanos.

Em março de 1878, a situação começou a tomar proporções cada vez maiores, uma vez que a cifra obituária havia elevado-se muito, correspondendo a aproximadamente 11 mortes diárias. O gráfico abaixo com o resumo do movimento necrológico da cidade da Parahyba, entre os meses de Março e Novembro de 1878, revela a gravidade da situação.

GRÁFICO 01 – Movimento Necrológico da Cidade de Parahyba do Norte entre os meses de Março e Novembro de 1878



Fonte: Relatório do presidente da Província da Parahyba, Dr. Ulisses Machado Pereira Viana, 1879.

Mesmo que tentassem desviar os olhos e fechar as narinas para não sentir a “perigosa” presença das populações sertanejas, os “estabelecidos” habitantes de Parahyba não puderam afastar daquela paragem o espectro da morte. E não deve ter sido fácil para os homens e mulheres daquela Capital ver, diariamente, findar “de pura fome” tantas vidas, o que deve ter provocado entre eles uma dupla angústia: uma relacionada ao medo da morte, especialmente no que diz respeito às suas causas, outra, às consequências daquela extraordinária ocorrência, ou seja, qual seria o destino daqueles féretros e quais os malefícios que a inumação imprópria daqueles corpos poderia ocasionar à população de Parahyba?

A morte trazia à tona as terríveis memórias sobre as pestes que visitaram a Província. Mais que isso, naquele contexto, onde uma multidão de famélicos se espremia pelas ruas sujas da Capital da Parahyba, a morte soava como “trombetas” anunciadoras do fim. A

cidade colocava-se em alerta. O risco de uma nova epidemia colocou nas pautas dos gestores, dos médicos, engenheiros e demais elites letradas de Parahyba as questões sanitárias e de saúde que, há tempos, reclamavam atenção.

A propósito, a fundação dos hospitais provisórios também visava preservar os estabelecidos moradores de Parahyba “da grande aflição de assistir aquelas scenas tão desoladoras”⁵⁷⁵. Havia, portanto, o desejo de tornar invisíveis aqueles indesejados hóspedes.

Conforme se observa no gráfico 1, o número de mortos na cidade, no primeiro mês de funcionamento do Hospital Santo Antonio, abril de 1878, sofreu um aumento que correspondeu a mais de 100% em relação ao mês anterior, quando não havia sido criado nenhum hospital provisório. O referido nosocômio, “apesar de suas vastas proporções”, não foi capaz de atender/ assistir a tão grande demanda, de forma que, em apenas dois meses, foram montados, por recomendação médica, dois outros hospitais, um para variolosos, que funcionou no prédio “que servio de Collegio de Educando Artífices, no sitio da Cruz do Peixe”, portanto, afastado da cidade; e o segundo no edificio do Thesouro Provincial [c]⁵⁷⁶, na cidade Baixa. Apesar disso, o quadro necrológico elevou-se assombrosamente, como pôde ser observado.

Em apenas três meses, de Março a Junho de 1878, o número de óbitos, em relação aos dados oficiais, na cidade de Parahyba, cresceu 530%. O que implica em dizer que a fundação de nosocômios para atender as populações de retirantes não correspondeu a uma melhora no quadro nosológico daquela Capital.

As tabelas a seguir, embora não possam dar conta do índice de mortandade ocorridos na Capital parahybana durante a seca, por motivo de doenças, permitem fazer uma análise da situação, a partir das informações existentes sobre a entrada e saída de retirantes enfermos naqueles hospitais. Sublinhe-se que, apesar de se tratar de dados oficiais, citados nos relatórios dos presidentes da Província, sabe-se que estes dados não permitem alcançar o número preciso daqueles que morreram naquelas enfermarias, pois, ao compulsar tais fontes, fica em evidência que houve alguma negligência, no registro de entrada e saída destes pacientes, talvez motivada pela falta de pessoal para as funções administrativas.

⁵⁷⁵GALVÃO. Felliipe Benício da Fonseca. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 13 de jun de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p.13.

⁵⁷⁶Ver Planta 2, capitulo 2.

TABELA 03: Movimento Hospital Santo Antonio (Janeiro - Maio de 1879)

	1878	1879				
	DEZ	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO
Entrada		306	284	236	222	292
Curados		196	235	207	144	208
Falecidos		43	36	44	44	59
Restaram	275	342	355	340	374	399

Fonte: Relatório do presidente da Província da Parahyba, Pe. Feliciano B. da Fonseca Galvão, 1879.

TABELA 04: Movimento Hospital Nossa Senhora das Neves (Janeiro - Maio de 1879)

	1878	1879				
	DEZ	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO
Entrada		311	235	286	300	292
Curados		189	196	237	196	215
Falecidos		75	36	49	58	65
Removidos para Hosp. Cruz do Peixe		21	18	34	21	7
Restaram	340	366	351	317	342	348

Fonte: Relatório do presidente da Província da Parahyba, Pe. Feliciano B. da Fonseca Galvão, 1879.

TABELA 05: Movimento Hospital Variolosos da Cruz do Peixe (Janeiro- Maio de 1879)

	1878	1879				
	DEZ	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO
Entrada						91
Curados						89
Falecidos		67	47	59	47	38
Restaram					114	78

Fonte: Relatório do presidente da Província da Parahyba, Pe. Feliciano B. da Fonseca Galvão, 1879.

TABELA 06: Movimento Hospital Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (Janeiro-Maio de 1879).

	1878	1879				
	DEZ	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO
Entrada		133	171	171	164	165
Curados		112	103	134	128	118
Falecidos		12	29	47	26	31
Restaram	93	102	141	161	171	187

Fonte: Relatório do presidente da Província da Parahyba, Pe. Feliciano B. da Fonseca Galvão, 1879.

Como se verifica nas tabelas 03, 04, 05 e 06 alguns daqueles que entravam em qualquer dos hospitais provisórios morreram, o que foi quase sempre justificado pelo estado de debilidade da saúde daqueles sujeitos.

Em que pese, o padre Galvão, lançando sobre os sertanejos que, vitimados pela terrível seca, a culpa das suas misérias, desabafou: os indigentes só procuram os hospitais “quando já não podem esmolar e as vezes são atirados pelos parentes, ou por mãos caridosas às portas do edifício, obstruídos, anêmicos, inchados, paralyticos, ulcerados e fétidos para não morrerem nas ruas”⁵⁷⁷, e concluía, afirmando que eram estas as razões “porque a cifra mortuária dos hospitais não pode diminuir na proporção devida em relação às moléstias constitucionais”⁵⁷⁸.

O padre Galvão tentava justificar a mortandade daqueles “infelizes” nas enfermarias dos Hospitais provisórios. Quantas não foram as tentativas dos administradores de subtrair da sua conta a responsabilidade por tantas mortes? O que o referido gestor não explicou em seu relatório foram os motivos para que aquela população desvalida não procurasse aqueles hospitais para assisti-los em suas enfermidades. Diante desta omissão, graças aos relatos do Provedor da Santa Casa de Misericórdia, é possível entender o índice de mortandade nas suas enfermarias, que foi sempre superior a 10%.

Veja: de acordo com o padre Lindolfo José Correa das Neves, apesar dos esforços de médicos e administradores da Santa Casa, “o estado do Hospital não [era] lisonjeiro, e deixa[va] muito a desejar”. O referido provedor declarou que o pessoal que trabalhava ali era insuficiente para atender os enfermos que procuravam socorros para suas aflições⁵⁷⁹. Além

⁵⁷⁷GALVÃO, Felliipe Benício da Fonseca. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba pelo presidente**, em 13 de jun de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, pp. 13-14.

⁵⁷⁸Ibidem, p.14.

⁵⁷⁹NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1878.

disso, o número daqueles que chegavam à Parahyba do Norte em busca de socorros não parava de crescer. Em face do que os hospitais, tanto aqueles criados em caráter provisório como o da Misericórdia, não puderam comportar as demandas. A insuficiência de leitos nos hospitais explica, em certa medida, os motivos para que muitos sertanejos tenham morrido à míngua nas ruas daquela Capital⁵⁸⁰. Há que se considerar ainda que, talvez, aqueles sujeitos preferissem prescindir daquela assistência, pois desta forma não teriam que se submeter ao controle daqueles que se diziam “benfeitores”.

A explicação simplista do padre Galvão, acerca da resistência dos retirantes em procurar tratamento nos hospitais para as moléstias que haviam contraído, não é suficiente para esclarecer o assunto. Ora, o referido gestor, por certo, não observou que, quando da criação daquele nosocômio, em abril de 1878, a população da Capital parahybana havia se elevado substancialmente. Naquele ano, calcula-se, com base nos dados do censo de 1872⁵⁸¹, que a população daquela cidade era de aproximadamente 25 mil habitantes e, com o advento das populações indigentes, o número de habitantes havia se elevado à algo em torno de 70 mil. Considerando-se os registros de internamento de enfermos nos três hospitais provisórios e ainda no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, conclui-se que a assistência aos indigentes doentes chegou à apenas 6% daquela população, conforme pode-se observar nas tabelas 03,04, 05 e 06.

Quanto aos féretros?

Segundo relatório da Santa Casa de Misericórdia, já no princípio de 1878, o Cemitério Senhor da Boa Sentença, o único existente em Parahyba do Norte, não comportava nenhuma inumação. Ora, naquela necrópole, para dar conta dos muitos enterramentos, haviam sido abertas sepulturas coletivas, cada cova com capacidade para 20 ou 30 corpos, “promiscuamente” tratados pelo coveiro João Luciano e por seu ajudante.

Foi assim que o menino Francisco Coutinho, de 10 anos, teve suas primeiras experiências com a morte,

Senti[ndo-se] horrorizado com a falta de respeito aos mortos, praticada por um coveiro ébrio que recebeu um anjinho de nossas mãos, cuja mãe [...] que

⁵⁸⁰Sobre as ruas, pátios e prédios ocupados pelos retirantes ver VIANNA, Ulysses Machado Pereira. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 1 de janeiro de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p.50.

⁵⁸¹ De acordo com este recenseamento, a população da cidade de Parahyba do Norte era estimada em 24.714 habitantes, dos quais 22.258 eram livres e 2.456 escravos. BRAZIL. **Recenseamento do Brasil de 1872**. Disponível em <http://www.ia802702.us.archive.org>. Acesso em 20.07.2013; **Quadros gerais. Recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872 (1876)** Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872bras>. Acesso 01.07.2014.

se achava presente, e viu o desalmado atirar ao companheiro o fructo amado de suas entranhas dizendo sarcasticamente “Poe este haí como travesseiro”⁵⁸².

A história da seca e dos retirados na Capital da Parahyba está cheia de experiências como a do menino Francisco que, contemplando piedosamente aquela cena, nada pode fazer para minorar a dor de tantas mães, pais e criancinhas que se viram órfãs.

Como se o número de óbitos fosse excessivo e faltasse, além de pessoal para realizar os enterramentos, também espaço nos cemitérios de Parahyba para tantos corpos, visando evitar a contaminação do ar e o aumento das doenças, foi autorizada, em janeiro de 1878, pelo governo, a abertura de sepulturas, também coletivas, fora da cidade, no Sítio Cruz do Peixe. Apesar disso, não demorou até que as covas do referido cemitério atingiram sua lotação máxima, diante do que, o crescente número de mortes, voltou a preocupar a população de Parahyba que reclamava do governo, por meio da imprensa⁵⁸³, ações para resolver este perigoso assunto de interesse público.

Em 1879, o governo, visando aplacar os ânimos, dirigiu às Comissões de socorros de toda a Província, inclusive daquela Capital, o Ofício-Circular de 5 de junho de 1879. O documento constava de um questionário que investigava a situação da província e, segundo o governador, buscava meios para solucionar os problemas provenientes daquela longa estiagem. Dentre outras questões, desejava-se saber “qual o estado da roupa e da limpeza [do retirante]?”, o que deixa em relevo a preocupação com os hábitos de higiene daquela população desvalida, que era acusada de fazer disseminar doenças. Também investigava “quais as moléstias que reinam e o número de pessoas que falec[iam] diariamente? Onde [eram] feitos os enterramentos?”. O governador, depois de afirmar ter examinado os dados da pesquisa, concluiu que a situação da Província era desanimadora: “por toda a parte, a miséria, a fome, a ruína de pequenos e de grandes lavouras, as epidemias e mortalidade crescida”⁵⁸⁴.

Diante de tal diagnóstico, entende-se que eram muitos os homens e mulheres “famintos e pestilentos” que, vivendo nas ruas, becos e praças da Capital da Parahyba, experienciavam diariamente as mais diferentes práticas de exclusão por parte dos estabelecidos habitantes daquela cidade. Isto porque os retirantes eram juntos a alcoólatras, prostitutas, criminosos e loucos, considerados por aquela população, outros tantos “rostos da desordem”.

⁵⁸²LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências: Figuras e factos da Parahyba**. João Pessoa. 1938, p. 77.

⁵⁸³Jornal Gazeta da Parahyba de 10 de set. de 1889; 20 de set. 1889.

⁵⁸⁴VIANNA, Ulysses Machado Pereira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 1 de jan. de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p. 56.

Finalmente, como consequência dos eventos que aconteceram nos anos de seca, observa-se o aumento dos discursos dos provedores da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba acerca do número de loucos e/ou loucas nos hospitais, nas prisões e, especialmente, nas ruas da cidade da Parahyba, o que deu novo impulso a campanha pró-asilo de alienados. Apesar disso, antes de analisar esta questão, faz-se necessário entender como a seca favoreceu o “aumento” da vesânia, para tanto, deseja-se conhecer como alguns homens e mulheres experienciaram a fome extrema e os dramas provenientes daquela que foi a seca “setenta e sete tirana”.

3.3 “Fome demais tira o juízo”⁵⁸⁵: Experiências da loucura durante a seca de 1877

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida dos sertanejos, mas também atuando, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social.

Josué de Castro, Geografia da Fome, 2012.

Qualquer demora na satisfação das exigências do estômago excitava-lhe os centros nervosos e as desordens se manifestavam pelos fenômenos mais esquisitos. Às vezes era o ouvido a sede das perturbações, um murmúrio de cascata percebia; outras vezes era uma bola que lhe subia do estômago à garganta e produzia uma sensação de estrangulamento; agora era um grande vagalume que lhe passava em frente ao olho esquerdo, repassando muitas vezes num segundo. [...] Essas visões horrorosas sucediam-se com incrível rapidez, dando lugar a crises repetidas.

Rodolfo Teófilo, A Fome, 1890.

Março de 1877. Naquele mês, já era desoladora a situação do Sertão parahybano. Na cidade de Pombal⁵⁸⁶, como em muitas outras cidades e vilas da Província da Parahyba,

⁵⁸⁵Extraído de QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olimpio editora, 2014, p. 81.

⁵⁸⁶Sobre a localização de Pombal, ver: SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal) no Centenário de sua elevação a Cidade**. João Pessoa: Editora Grafset, 2004. Segundo este autor, a região jurisdicional da Vila Nova de Pombal, “compreendia toda uma vastíssima região, desde o Cariri Velho, na Capitania da Parahyba, por um lado, até a Vila do Icó, no sertão do rio Jaguaribe, no Ceará; e por outro lado, desde o sertão do Pajeú, em Pernambuco, até o vale do rio Jucurutu, no Rio Grande do Norte” (Idem). De acordo com WANDERLEY, “situada a 372 km da capital do Estado, Pombal tem suas origens no século XVII, estando sua fundação ligada às ambições imperialistas dos portugueses que começavam a “desbravar” os sertões, em busca de riqueza e poder”. WANDERLEY, Helmara Giccelli Formiga. **Cotidiano, Cultura e Lazer em Pombal**:

aquele evento climatérico veio não só desorganizar a economia local⁵⁸⁷, mas, sobretudo, impactar o cotidiano dos homens e mulheres que viviam naquela paragem.

Decerto, era horrível o espetáculo das levas de retirantes que, acossados pela fome, para ali se dirigiam em busca dos minguados socorros públicos⁵⁸⁸. Mesmo em face da situação em que se achavam os sertões parahybanos, o governador, Esmerino Gomes Parente, abriu junto a Thesouraria de Fazenda o insignificante crédito na importância de cinco contos de réis (5:000\$000), para acudir as populações famintas do Alto Sertão da Província⁵⁸⁹.

Dr. Parente tinha consciência de que aquela “*providencia não ser[ia] certamente bastante*”, conforme registrou em seu relatório de 1877, e justificou seu “zelo” pelo dinheiro público, afirmando a possibilidade de ainda sobrevir o inverno. Talvez o aludido presidente, tal como muitos sertanejos, a exemplo de Dona Inácia, personagem de Raquel de Queiroz, depositasse suas esperanças em São José⁵⁹⁰, apesar de não haver nenhum “sinal de que a chuva chega[ria] no Sertão”.⁵⁹¹ Entretanto, março findava e “*uma gota d’agua que fosse não refrescara a queimadura dos campos*”⁵⁹²

Apesar da aparente conformação do sertanejo, que nada podia fazer diante dos desígnios de Deus, eles se puseram em retirada, “movidos unicamente pelo instinto de conservação”, como bem sugere o verso do *Rosário das Dores de 1877*, citado neste mesmo capítulo, no tópico intitulado “*Na cidade de Parahyba do Norte o clamor era um só: fome!*”.

contradições do progresso (1927-1959). Dissertação (Mestrado em História) – UFCG, Campina Grande-PB, 2009. Ver também da mesma autora: Uma história de Pombal – Sangue, Sofrimento e fé no Sertão da Paraíba: Revisitando a História de Pombal e construindo novas representações sobre seu passado. In. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (Org.) **História dos Municípios Paraibanos**. v. 2. Campina Grande: EDUEFG, 2013.

⁵⁸⁷ Muitas são as referências à depreciação da economia parahybana por ocasião da seca de 1877. Observe-se o que diz a notícia intitulada “Secca”, publicada no Jornal *A OPINIÃO*, em maio de 1877, S/D: “os gêneros alimentícios escasseiam-se e estão vendendo-se muito caro...”; Em *A Bagaceira*, José Américo de Almeida também reafirma que a seca desorganiza a economia. ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p. 25.

⁵⁸⁸ Conforme Jornal *A Opinião* de Maio de 1877, S/D.

⁵⁸⁹ PARENTE Esmerino Gomes. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 12 de agosto de 1877. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1877, p. 31.

⁵⁹⁰ No Romance *O Quinze*, Dona Inácia, como tantos sertanejos, em face da escassez de chuva e observando que o mês de março findava, põe-se a fazer orações para São José, depositando Nelle sua fé. Chama a atenção, na fala da personagem, o momento em que ela, de sobressalto, afirma: “Tem se visto inverno começar até em abril”.. A frase sugere que os invernos, tanto quanto as secas, no Sertão nordestino, são irregulares e em ciclos não definidos. QUEIROZ, Raquel de. op. cit. p. 11

⁵⁹¹ De acordo com Neusiene Medeiros da Silva e outros, “os sertanejos fazem uso de diversos elementos paisagísticos para realizar suas previsões, como: o comportamento da fauna, da flora, da caatinga, o movimento dos astros, entre outros” SILVA, Neusiene Medeiros da. et. al. O sertanejo e as experiências de inverno no Seridó Potiguar. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 87-107, jan./jun. 2013. p. 90. Editora UFPR. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/29829/20673>. Acesso em 12/01/2015. Outras experiências revelam que há os sinais enviados nos dias santos, tal é o caso do dia de São José. Sugere-se a leitura do trabalho intitulado: “O sertanejo e as experiências de inverno no Seridó Potiguar”. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/29829/20673>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

⁵⁹² ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p. 25, p. 23.

Em que pese, enquanto o governo ainda esperava o inverno, um número incrível de emigrantes, de todas as idades e sexos, entrava e saía diariamente da Cidade de Pombal, o que tanto provocava significativa mudança na cartografia da cidade, visto que os espaços passam a ter usos diferentes daqueles que eram os esperados por seus moradores⁵⁹³, como nas práticas cotidianas, que passaram a ser cadenciadas pelos passos incertos dos retirantes. Isso, no entanto, não foi tudo, pois não foram poucos os sujeitos que “vencidos pela miséria extrema”, perderam a razão, “deixando-se dominar pelas necessidades da animalidade”, disputando “carniça com os urubus”⁵⁹⁴. Tais cenas devem ter provocado entre os pombalenses sensações e atitudes de horror, medo e indiferença, como também fizeram surgir práticas de solidariedade e compaixão em relação àquela gente desafortunada. Afinal, se se considerar que a alimentação do homem é um dado cultural, que extrapola a noção simplista das necessidades nutricionais⁵⁹⁵, entender-se-á que aquelas práticas alimentares não coadunavam com os padrões estabelecidos e aceitos como normais e/ou naturais daquela população nortista.

Eram tantos “homens, mulheres, crianças esqueléticas, ‘deformadas pelas perturbações tróficas, com a pele enegrecida, colada às longas ossaturas, desfibrados e fétidos pelo efeito da autofagia’”⁵⁹⁶. Entre estes sujeitos, uma jovem de 18 anos de idade veio a adquirir grande notoriedade, na pequena cidade de Pombal⁵⁹⁷, por ter protagonizado um crime que provocou grande assombro em seus habitantes. O móvel do crime: fome! O crime: canibalismo!⁵⁹⁸

⁵⁹³Sobre as mudanças na cartografia da cidade, a partir dos usos que os habitantes faziam deles, sugere-se a leitura do trabalho do historiador Fabio Gutemberg, *Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945*. Na referida obra, o autor permite que o leitor conheça como “jornaleiros, operários, artistas, comerciantes, prostitutas, industriais e agricultores” usavam os espaços, fazendo surgir novas e diferentes cartografias para a cidade, no caso, a Cidade de Campina Grande na Parahyba. SOUSA, Fabio Gutemberg R. Bezerra de. **Territórios de Confrontos: Campina Grande (1920-1945)**. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

⁵⁹⁴TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. São Paulo: Tordesilhas, 2011, p. 47.

⁵⁹⁵AGNOLIN, Adone. Antropofagia Ritual e Identidade Cultural entre os Tupinambá. **Revista de Antropologia**. v. 45, n. 1, 2002. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/2041>. Acesso em 30.04.2016.

⁵⁹⁶CASTRO, Josué. Op. cit. p. 209.

⁵⁹⁷Embora não seja possível precisar as dimensões espaciais de Pombal no final dos anos 1870, presume-se, com base na descrição de 1892, feita por Irineu Joffily, que afirmou ser aquele núcleo, naquele ano, constituído de “230 prédios, duas Igrejas, uma das quais ainda não concluídas a cadeia, a maior e a melhor do interior do Estado. Pombal apesar de ser como vila, a mais antiga do sertão, [era] a menor das 10 cidades da Paraíba. SOUSA, Verneck Abrantes de. **A trajetória Política de Pombal**. João Pessoa: Imprel, 1999, p. 33.

⁵⁹⁸De acordo com Claude Lévi-Strauss, a noção de canibalismo é difícil de se precisar, dado as diferentes funções e modalidades que a prática comporta. Assim, o filósofo e antropólogo afirma a existência de algumas das práticas que mais comuns de canibalismo, quais sejam: o canibalismo alimentar (ocorrido em situações de escassez alimentar ou por gosto pela carne humana); o canibalismo político (praticado como castigo ou vingança a criminosos e/ou inimigos); o canibalismo mágico (para assimilar as virtudes dos defuntos ou, ao contrário, para afastar suas almas); o canibalismo ritual (decorre de culto religioso e/ou para assegurar a prosperidade agrícola); e terapêutico (cuja função é assegurar a saúde dos vivos). Para Lévi-Strauss, a noção de canibalismo suplanta a prática de ingerir por via oral a carne humana. Segundo o antropólogo, o canibalismo “trata-se sempre de introduzir voluntariamente, nos corpos de seres humanos, partes ou substâncias provenientes do corpo de outros humanos”.

A retirante chamava-se Donária dos Anjos e era natural do termo de Piancó⁵⁹⁹. O episódio ocorreu no dia 27 de março de 1877. Não foi possível precisar quanto tempo havia se passado aí desde a chegada daquela retirante à Pombal. O minguado auxílio do governo custava a chegar, o que se justifica pela contenção de gastos que o governo Provincial insistia em fazer. Dessa forma, como se faltassem as esmolas tão necessárias para aplacar a fome que “roía-lhe o estomago” e não podendo mais suportar aquela situação, Donária, que havia se arranchado nos arredores daquela cidade, pôs-se, como tantos outros retirantes, a procurar por alimentos. Acompanhando o fluxo dos retirados, em passos trôpegos, provavelmente ela caminhou até o Centro daquela Cidade. Nos caminhos, deveriam haver dezenas de corpos estirados ou “acocorados” nos cantos das ruas, às portas das casas [com grande desconforto para os seus proprietários] e no adro da igreja Matriz [atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário], todos reduzidos a magreza extrema, talvez, exalando odores desagradáveis e, imagina-se, “vestindo trapos”⁶⁰⁰, ou em estado de nudez, conforme ressaltaram os poetas populares Nicando Nunes do Nascimento e Bernardo Nogueira, quando se referiu aos retirantes:

*Com razão, paes, te aflagellas
 Não teem trajes decentes
 Que cubram as inocentes
 Carnes das filhas donzelas
 Seminuas saem ellas,
 Com vista baixa no chão,
 Se escondendo entre os mais vão,
 De olhos lagrimas correndo,
 A quem encontram é dizendo:
 Foge povo do sertão!*⁶⁰¹ grifos da autora

Chegando ao Centro da Cidade, constituído de apenas três ruas [Rua Nova (1), Rua do Comércio (2) e Rua do Rio (3), Donária deve ter abordado algumas pessoas a implorar por “alguma sobra de comida”, talvez sem sorte, pois em face da escassez dos gêneros e da alta dos preços, não foram poucas as vezes que este socorro foi negado, pelos espíritos caridosos.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Somos todos canibais**. Revista eletrônica VERVE. nº 9, de 2006. pp.-18-19. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5123/3650>. Acesso em 21.01.2016.

⁵⁹⁹ A distância entre Pombal e Piancó em linha reta é de 50,01 km. Segundo o Jornal *A Opinião* de 17 maio de 1877, apesar de afirmar que quase todas as cidades vilas do Sertão parahybano sofriam com a estiagem, em Cabaceira e Piancó a situação tornou-se ainda pior que a das outras paragens, por motivo de que, naquelas cidades, terem se desenvolvido “febres de caracter pestilencial”.

⁶⁰⁰ No Jornal *A Opinião*, de maio de 1877, há algumas notícias acerca da nudez dos retirantes, tais como aquela do dia 29 de maio, sob o título “socorros públicos”, onde depois de descrever o estado de calamidade dos sertões, e mesmo da Capital parahybana, que havia sido invadida por retirantes, lembra “a S. Exa. [o governador] remeter também algumas fazendas para aqueles emigrantes que precisarem de vestir-se, podendo asseverar a S. Exa. Que há necessidade desse socorro. Maltrapilhos e em estado de nudez veem pelas estradas e chegam aos povoados muitos emigrantes”.

⁶⁰¹ Apud. ALMEIDA, José Américo de. op. cit. p. 208-209.

“Entrou a tresvariar”. Foi até à Casa do Mercado, que ficava ao lado da Igreja Matriz da cidade, aonde em vão esperou algumas migalhas para mitigar seu sofrimento.



IMAGEM 05 – **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**, Pombal-PB, S/D
Fonte: Arquivo Verneck Abrantes de Sousa

Em frente àquela casa de víveres⁶⁰², para onde se dirigiam as famílias mais abastadas, diariamente, a fim de se abastecerem de alguns gêneros, ironicamente, dezenas de pessoas experienciavam o “Suplícios de Tântalo”⁶⁰³. Entre os que ali permaneciam à espera de “um [des]jejum”, havia algumas crianças que também se “fina[vam] de pura fome”.

A retirante, que talvez não estivesse mais em si, deve ter ficado, por algum tempo, totalmente paralisada, o que não causava estranheza, dadas às condições nutricionais em que se encontrava. Também se acredita que ninguém, ou quase ninguém, dava-se ao trabalho de ficar observando o comportamento daquela gente “miserável”, senão quando se viam ameaçados, ou quando se tratava de alguma “esquisitice” ou prática censurável. Donária devia ter entrado a delirar. Uma vontade imensa de saciar aquela fome a qualquer custo deve ter tomado conta daquela jovem retirante e, nesta ocasião, o instinto de sobrevivência a dominou. Talvez tenha tentado fugir daqueles pensamentos “ruins”, esquivar-se da situação. Mas, então, viu-se

⁶⁰²A localização da Casa do Mercado de Pombal está indicada na Ilustração 05 pelo número “2”.

⁶⁰³Segundo a mitologia, Tântalo era filho de Zeus e rei da Frigia. Acusado de muitos crimes, seu maior castigo deveu-se a grande afronta de ter em um banquete oferecido aos deuses, servido carne humana como prato principal, para o que foi condenado a sofrer intensamente de sede e de fome, mesmo estando sempre mergulhado em água até o pescoço e sob árvores carregadas de frutos. Em outras palavras, a expressão “Suplício de Tântalo”, sugere o sofrimento de alguém que desejando muito alcançar alguma coisa, sempre a vê escapar de suas mãos, mesmo estando prestes a alcançá-la. Disponível em educ.fc.ul.pt. Acesso em 12.11.2014.

dominada por uma força que não pôde conter. Observou detidamente as criancinhas. Escolheu aquela que seria sua presa. Iniciou a “caça”. Talvez estivesse acometida daquilo que Rodolfo Teófilo denominou como “delírio famélico” e, em tal circunstância, o indivíduo “não vê o ferro nem quem o brande, só enxerga a carne, que a imaginação lhe mostra sangrenta, e deseja mordê-la até de todo saciar-se”⁶⁰⁴.

Segundo as representações existentes, a retirante, possivelmente “desnorteada” pela miséria e desfeita dos princípios humanos pela situação de fome extrema, aproximou-se da “menor Maria, de cinco anos de idade”, a quem convenceu a segui-la até a sua casa, sob a promessa de dar-lhe o que comer. Juntas, as duas caminharam por aproximadamente 2 quilômetros, quando, nas imediações do Cemitério da Cidade, Donária atacou a criança, “matando-a por meio de sufocação”. Depois,

decepcionou-lhe a cabeça, reduziu o corpo a diversos pedaços de carne, cozinhou parte deste, que comeu, guardou outros em uma moita onde foram devorados pelos cães. Num riacho que passa a pouca distância do Cemitério, enterrou, à sombra de uma oiticica a cabeça de sua desditosa vítima, que foi exumada⁶⁰⁵.

Não foi possível saber como o crime praticado por aquela mulher retirante foi descoberto, poder-se ia até arriscar alguns palpites, não fosse este dado de menor importância para este estudo. Destarte, mesmo em face desta desinformação, uma coisa é certa: aquele acontecimento atípico, apesar das muitas ocorrências incomuns experienciadas naquela triste quadra, provocou muito horror aos pombalenses, quiçá, as populações de outras paragens parahybanas, até mesmo de outras Províncias.

Assim, sopesando que a prática da antropofagia entre os povos ameríndios, relatada por muitos viajantes europeus, desde o fim do século XV, era concebida como um ato de crueldade, resta que os antropófagos eram considerados, segundo esta perspectiva eurocêntrica, “selvagens e insaciáveis comedores de carne”⁶⁰⁶. Assim, até o fim do século XIX e início do XX, em muitas cidades e vilas brasileiras, o significado atribuído aos homens e mulheres que se alimentaram, por qualquer motivo, de carne humana permaneceu praticamente inalterado. Estes sujeitos de hábitos alimentares peculiares foram quase sempre considerados sob a sigla da alteridade cultural selvagens-civilizados⁶⁰⁷ ou ameríndios-europeus.

⁶⁰⁴TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. São Paulo: Tordesilhas, 2011, p. 64.

⁶⁰⁵Apud SOUSA, Verneck Abrantes de. **A Cruz da Menina de Pombal**. Pombal: Gráfica Martins, 2006. p. 05.

⁶⁰⁶AGNOLIN, Adone. Op.cit. p. 132.

⁶⁰⁷O conceito de selvagem, selvageria, a que se fez referência, aproxima-se das ideias desenvolvidas pelos evolucionistas no século XIX, segunda as quais, as sociedades humanas percorriam um mesmo caminho na escala evolutiva, o que explicava os diferentes estágios de desenvolvimento social e cultural povos. De acordo com tais

Nesta perspectiva, calcula-se que a parahybana Donária dos Anjos foi considerada, em relação à população dita cristã e civilizada da cidade de Pombal, como selvagem, visto que a mesma rompia com os padrões culturais daquela sociedade, diz-se, fazendo referência as palavras de Adone Agnolin, das sociedades ocidentais ditas civilizadas⁶⁰⁸. Ademais, acredita-se que não havia ali a compreensão de que a acusação de selvageria caísse melhor em outros sujeitos que hostilizavam o sofrimento das populações retiradas. Diante disso, Donária dos Anjos, “a mulher antropófaga de Pombal”⁶⁰⁹, seguramente, foi condenada pelo senso comum, fortemente influenciada pelas doutrinas católicas, antes que pudesse se defender. Submetida a rigoroso interrogatório que o Juiz da Comarca de Pombal, Dr. Venâncio Augusto de Magalhaes Neiva⁶¹⁰, mandou proceder, a retirante teria declarado “que **cometeu o crime oprimida pela grande fome** que a afligia, e que **se achava arrependida** de o ter praticado”⁶¹¹. grifos da autora.

Apesar dos interditos culturais existentes naquela sociedade contra a prática de comer animais da mesma espécie, a atitude de Donária dos Anjos poderia ter sido justificada moralmente, dado a função e a motivação do crime que praticou. Entretanto, a população da cidade de Pombal não estava preparada para enfrentar situação tão peculiar. Além disso, o canibalismo daquela retirante assumiu, no contexto daquela seca tirana, o papel de denúncia, de luta, de resistência contra a opressão da qual eram vítimas milhares de sertanejos, diante do que, deixar aquele ato impune poderia significar o consentimento daquela prática em situações extremas.

Arrependida, como ela própria teria declarado em depoimento, Donária passou a apresentar sintomas evidentes de loucura. Mas, ainda que o pesquisador Verneck Abrantes de Sousa afirme que este quadro mental foi consequência tanto da fome que a afligiu como também por motivo do remorso “do horrendo crime que praticou”⁶¹², não é possível saber quais os transtornos mentais que a acometeram. Aliás, que fique claro: ao analisar o comportamento de

cientistas, as sociedades humanas classificavam-se de acordo com o grau do seu progresso em selvageria, barbárie e civilização, caracterizando-se a última pelo desenvolvimento das letras, das técnicas e tecnologias, bem como, por sua complexa organização política; os “selvagens”, por sua vez, mantinham atitudes próximas à dos demais animais, enquanto o estágio da barbárie, sugere uma fase intermediária, onde os povos haviam desenvolvido técnicas rudimentares de produção e organização sócio-política. Sobre isso, ver a obra *Evolucionismo Cultural*: Morgan, Tylos e Frazer, de CASTRO, Celso (org). **Evolucionismo Cultural**: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

⁶⁰⁸AGNOLIN, Adone. Op.cit. p. 132; 136.

⁶⁰⁹Forma como foi tratada Donária dos Anjos, no Romance *A Bagaceira* de José Américo de Sousa. Ver. ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p. 22.

⁶¹⁰Venâncio Neiva, assumiu o cargo de juiz municipal de Pombal em 18 de janeiro de 1877 tendo permanecido nesta função até 19 de novembro de 1878. In. Memorial virtual do Judiciário Paraibano. Disponível em <http://www.memorialvirtual.tjpb.jus.br>. Acesso em 02.02.2015; conforme Antônio José de Sousa. **Apanhados históricos geográficos e Genealógicos do Grande Pombal**, 1970, p. 173.

⁶¹¹ SOUSA, Verneck Abrantes de. **A Cruz da Menina de Pombal**. Pombal: Gráfica Martins, 2006.p. 05.

⁶¹²SOUSA, Verneck Abrantes de. op. cit. 05.

Donária, tem-se como escopo conhecer seu estado mental na ocasião do crime, o que pode revelar importantes dados para compreender a situação jurídica do alienado no Brasil, ou melhor, na Província da Parahyba.

Certo é que Donária dos Anjos foi condenada a “permance[r] presa por um tempo indeterminado na Cadeira Velha de Pombal”⁶¹³. Assim, tomando-se em consideração o fato da aludida retirante ter sido presa na Cadeia, inquiriu-se sobre sua condição jurídica: teria sido Donária dos Anjos considerada imputável?

De acordo com o que estabelecia o Art. 10, do Código Criminal do Império de 1830, parágrafo 2º, não se julgarão criminosos, “os loucos de todo o gênero, salvo se tiverem lúcidos intervalos e nelles cometerem o crime”⁶¹⁴.

Antes de qualquer coisa, com base nas esparsas informações que se tem do processo, e analisando-se a conjuntura, supõe-se que a jovem retirante sofria de algum distúrbio mental na ocasião em que praticou aquele ato delituoso. Depois, Donária “passou a viver emocionalmente perturbada [...] marcada pelo resto da vida pela barbárie cometida”⁶¹⁵.

De qualquer forma, sopesando que as teorias do delírio famélico, do escritor cearense Rodolfo Teófilo, não eram conhecidas pelas autoridades jurídicas de Pombal, por aquela prática incomum, Donária dos Anjos teria sido identificada apenas como louca, isto porque, nesta Província, “os[as] loucos[as] de todos os gêneros” eram reconhecidos pelo senso comum e não medicamente, como já foi observado anteriormente.

Mas teria sido esta a compreensão e/ou identificação das autoridades criminais da Comarca de Pombal naquele contexto, diante do que, o juiz, mesmo tendo conhecimento da lei Criminal de 1830, em seu Art. 10º, arbitrou pela prisão daquela mulher?

Considere que as doutrinas clássicas do direito penal, que foram estabelecidas no século XVIII por Cesare Beccaria e que foram as bases do Código Criminal do Império Brasileiro de 1830, firmavam-se no princípio de que “as vantagens da sociedade deveriam ser igualmente repartidas entre todos os seus membros” e somente com boas leis poder-se-ia impedir os abusos⁶¹⁶, diante do que “a lei deve[ria] estabelecer, de maneira fixa, por que indícios de delito um acusado pode[ria] ser preso e submetido a interrogatório”, devendo as penas serem proporcionais aos delitos⁶¹⁷.

⁶¹³ Ibidem.

⁶¹⁴ BRAZIL. **Código Criminal do Império do Brasil**, 1830. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acessado em 16.01.2012.

⁶¹⁵ SOUSA, Verneck Abrantes de. Op.cit.p. 05.

⁶¹⁶ BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 23.

⁶¹⁷ BECCARIA, Cesare. Op. cit. p.34.

Com base em tais princípios, a retirante parahybana deve ter sido julgada criminosa. Considerando que o ato “delituoso” praticado por Donária dos Anjos estava previsto no Código Criminal do Império Brasileiro, Título II, Capítulo I “Dos crimes contra a segurança da pessoa, e vida”, Seção I, Homicídios, Art. 193, e se o homicídio tiver sido revestido das seguintes circunstâncias agravantes previstas no Art. 16:

- § 2º Ter o delinquente commettido o crime com veneno, incendio, ou inundação;
- § 7º Haver no offendido a qualidade de ascendente, mestre, ou superior do delinquente, ou qualquer outra, que o constitua á respeito deste em razão de pai;
- §10. Ter o delinquente commettido o crime com abuso da confiança nelle posta;
- §11. Ter o delinquente commettido o crime por paga, ou esperança de alguma recompensa;
- §12. Ter precedido ao crime a emboscada, por ter o delinquente esperado o offendido em um, ou diversos lugares;
- §13. Ter havido arrombamento para a perpetração do crime;
- §14. Ter havido entrada, ou tentativa para entrar em casa do offendido com intento de commetter o crime;
- §15. Ter sido o crime commettido com surpresa;
- §17. Ter precedido ajuste entre dous ou mais individuos para o fim de commetter-se o crime⁶¹⁸

Em qualquer destas circunstâncias, a lei estabelecia Penas – “de morte no gráo maximo; galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte annos no mínimo”, então, poder-se-ia enquadrá-la naquilo que estabelecia os parágrafos 10 e 15 do referido artigo. No entanto, acrescenta-se como circunstâncias agravantes, conforme o Art. 16. Parágrafo 1º, o fato de o crime “ter sido praticado em lugar ermo”; também o agravo 6º, “haver no delinquente superioridade de força, de maneira que o ofendido não pudesse se defender”⁶¹⁹.

Como se vê, aquele crime, segundo a Lei Criminal de 1830, teve muitos agravantes, o que justificaria a penalidade máxima para aquela mulher. Entretanto, sua pena pode ter sido abrandada por motivo de ser a dita retirante menor de vinte e um anos de idade, o que era, conforme estabelecido no Art. 18. §10, uma “circumstancia attenuante do crime”⁶²⁰.

Finalmente, tomando em consideração o que estabelece o Art. 1º da mesma lei, entende-se que “**não haver[ia] crime ou delito sem uma lei anterior que o qualifi[casse]**”⁶²¹,

⁶¹⁸ BRAZIL. Código Criminal do Império do Brazil, 1830. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

⁶¹⁹ Ibidem.

⁶²⁰ Ibidem.

⁶²¹ BRAZIL. Código Criminal do Império do Brazil, 1830. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

isso significa que o crime independia de quem o praticasse, ou seja, todo crime era imputável segundo a referida lei criminal, o que ratifica a influência dos princípios penais de Beccaria. Apesar disso, naquilo que diz respeito à responsabilidade criminal do louco e/ou louca, o Código Criminal Brasileiro de 1830 sofrera algum avanço em relação ao princípio de igualdade dos homens perante a lei.

Segundo o referido código, em seus artigos 9º e 10º, alguns homens e mulheres não seriam julgados criminosos, dentre os quais, destacam-se os menores de 14 anos e loucos[as]. Questão complexa a que se coloca: se os loucos e/ou loucas eram inimputáveis, conclui-se que **não haveria crimes praticados por tais sujeitos**. Neste sentido, pergunta-se: poderia ser considerado responsável um sujeito que cometeu um crime em estado de loucura, diz-se, de desrazão? Quando um louco e/ou louca deveria responder por suas ações criminosas? Para que fique claro: segundo a lei penal do Império do Brasil, **o delito/crime desde que previsto naquela lei, era imputável; o sujeito que cometeu a ação, por sua vez, caso se enquadrasse em qualquer dos casos previstos nos artigos 9º e 10º da referida lei, eles sim seriam inimputáveis**. Como então punir o crime sem que houvesse o criminoso? Aí está, talvez, a chave para compreender juridicamente o que se passou com Donária dos Anjos.

Tal questão revela a fragilidade do Código Criminal, no que se refere ao estatuto jurídico penal do alienado[a]⁶²², diante do que se acredita, com base nos dados contidos na documentação examinada, que Donária dos Anjos foi considerada imputável, apesar de sua condição de louca. Prova disto é o fato de ter sido realizado “rigoroso interrogatório” com aquela jovem e, certamente, também com as testemunhas arroladas no processo.

Ora, o Código, ao usar indistintamente o termo louco[a], na medida em que abarcava toda sorte de “irresponsáveis”, acabava por não ser capaz de comportar todas as espécies de “loucura”, o que, de acordo com Tobias Barreto, “resulta[va], em não poucas injustiças no exercício da penalidade”⁶²³. Para que fique claro: não se pretende avaliar se a justiça foi proba no caso Donária, absolutamente não. O que se pretende é entender as relações de interesse que tornaram aquele crime imputável, uma vez que há evidências de que a “loucura” de Donária foi percebida por aquela corte.

⁶²²Tobias Barreto, em seu clássico “Menores e loucos em Direito Criminal”, obra que foi publicada em 1886, portanto, 56 anos depois de promulgado o Código Criminal do Império, aponta para a fragilidade e lacuna de alguns artigos, especialmente aqueles que tratam dos menores e loucos que no código são tratados como uma mesma categoria, qual seja, dos irresponsáveis. Para saber mais ver BARRETO, Tobias. **Menores e Loucos em Direito Criminal**. Ed. Fac-Simile. Brasília: Senado Federal, 2003. Capítulos de I – IX. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496216>.

⁶²³BARRETO, op cit., p. 52.

Veja: apesar de estar previsto no Código Criminal de 1830 a possibilidade de uma loucura com intervalos de lucidez, no contexto da década de 1870, em Pombal, a loucura era compreendida como delírios, apenas. Em qualquer caso, somente sendo atestado juridicamente o estado de privação mental daquela retirante é que a mesma seria considerada inimputável.

Um caso de canibalismo que tanto guardava semelhanças, quanto diferenças, em relação ao episódio desferido por Donária dos Anjos, foi citado por Michel Foucault em sua “aula de 2 de fevereiro de 1975” e, apesar de tratar-se de contexto diferentes, também o caso francês da “mulher de Sélestat”⁶²⁴, que matou a filha, cortou-a em pedaços e comeu a perna dela com repolho, pode auxiliar na análise de alguns lances/ elementos do caso Donária dos Anjos. Uma primeira observação sobre o evento ocorrido na Vila de Sélestat é que a mulher foi absolvida. Tal como no caso da retirante parahybana que foi condenada, a absolvição da francesa não mudou em nada o destino da sua vítima⁶²⁵. Apesar disso, sua **absolvição** mudou seu fado, da mesma forma que a **condenação** da retirante parahybana deve ter alterado o seu destino.

Sobre a mulher de Sélestat, consta que o caso se passou num período de fome, por volta de meados do século XIX. A referida mulher era miserável e teria matado e comido sua própria filha, motivada pela fome que a afligia, insistia a parte acusatória⁶²⁶. Os advogados de defesa, por sua vez, alegaram que na casa da referida mulher, apesar da pobreza em que se achava, ainda havia mantimentos, de forma que a referida senhora **não teria interesse** em comer a filha, visto que poderia comer outra coisa qualquer. Foucault observa que o argumento de que a mulher teria praticado aquele ato de canibalismo por motivo de privação alimentar foi usado pela acusação, com o propósito de condená-la, pois o instinto, na percepção de psiquiatras e

⁶²⁴Sélestat é nome da vila francesa onde vivia a referida mulher.

⁶²⁵FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 117.

⁶²⁶Casos de canibalismo famélico foram registrados em outras partes do mundo e são explicados pela situação extrema vivenciada por aqueles que praticaram a ingestão de carne humana. Nesta perspectiva, cite-se o caso ocorrido em 1846 e que ficou conhecido como “The Donner Party”, onde um grupo de colonizadoras lideradas por George Donner ficou preso em uma nevasca na Califórnia tendo que recorrer ao canibalismo para sobreviverem. JÁUREGUI, Carlos A. **Canibalia**: canibalismo: calibanismo, antropofagia cultural, y consumo na américa latina. Madri, Iberoamericana-Vervuert, 2008. Versão disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=hGnI3UGc9PsC&pg=PA144&lpg=PA144&dq=george+donner+canibalis+mo&source=bl&ots=iz8SgDw1lc&sig=2eo716Y2aD>. Acesso em 21/01/2016, p.144. Outra experiência de canibalismo provocado por situação extrema aconteceu em 1972, quando um avião da Força Aérea do Uruguai que viajava em direção a Santiago, no Chile, caiu numa remota região dos Andes. Na ocasião, estavam a bordo, dentre outras pessoas, um time de jogadores de rúgbi. Das 45 pessoas que estavam no avião, dezesseis pessoas morreram na hora e outros foram morrendo ao longo dos 72 dias em que ficaram isolados na montanha. O grupo que conseguiu sobreviver o fez alimentando-se da carne de seus companheiros mortos, diz-se, praticando o canibalismo. Sugere-se ver o filme *Vivos*. VIVOS. Direção: Frank Marshall, EUA, Paramount, ano 2003. (2h 07min). Título Original: Alive. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=2_IQJTnoNns. Acesso em 20.10.2015.

juristas [que também absorviam as teorias daquela especialidade médica], não agiria por interesse⁶²⁷.

No contexto francês, o instinto se torna o padrão “de inteligibilidade do crime sem interesse e não punível”, afirmou Foucault⁶²⁸. Disso, depreende-se que a mulher não foi presa. Se foi internada em algum hospício, também não foi possível saber. A bibliografia disponível sobre o caso francês não permitiu conhecer o fim que teve a mulher de Sélestart, mas sabe-se alguma coisa sobre o destino de Donária.

Note, a questão do interesse foi fundamental para determinar o destino da mulher francesa, mas isso revela o discurso da psiquiatria nos tribunais daquele país, o que não correspondia à realidade da Parahyba, apesar de haver um ou outro discurso que sugere a apropriação de conhecimentos e discursos daquele campo de saber pelos magistrados desta província. Assim, se houve qualquer tipo de relação jurídico-psiquiátrica na análise do crime praticado por Donária dos Anjos, não há como afirmar, mas achar-se-ia na declaração feita pela retirante, durante o interrogatório realizado pelo promotor público de Pombal **interesse** para matar e comer partes da criança, o que inclusive seria uma explicação cabível para a condenação de Donária. Afinal, apesar de ser um período de fome e, mesmo considerando sua condição de retirante e miserável, ainda era possível ter poupado a vida da criança, pois pelo menos naquela paragem, por inútil que fosse esmolar, havia ainda possibilidade de a retirante ter comido outra coisa, inclusive, se se considerar que partes do corpo da menina morta foram devoradas por cachorros, poder-se-ia indagar o porquê da moça não ter matado um daqueles animais para saciar sua fome? Claro, também uma prática desta natureza seria censurada, mas resultaria menos “bárbara” aos olhos dos *estabelecidos* habitantes de Pombal.

⁶²⁷Essa ideia de instinto difere das ideias propostas por Freud. Segundo o cientista alemão, o aparelho psíquico do ser humano divide-se em três instâncias, que são o “*Id*”, o “*Ego*” e, finalmente, o “*Superego*”. O conteúdo do *Id* “é tudo aquilo que é herdado, trazido com o nascimento, estabelecido constitucionalmente; sobretudo, portanto, os impulsos que provêm da organização física”. O *Ego*, por sua vez, trata-se da parte do *Id* [instinto], transformada pelas influências do mundo externo. O *Ego* “representa o que se pode chamar de razão e circunspeção, em oposição ao *Id*, que contém as paixões”. Quanto ao *Superego*, é uma instância que permite “uma aliança psíquica com a cultura, a civilização, os pactos sociais, as leis e as regras, é também responsável pela culpa, pelas frustrações e pelas exigências que o sujeito impõe a si mesmo, muitas delas inalcançáveis”. Entende-se, portanto, que o *Superego* é a consciência moral do *Ego*. O *Superego* deveria agir no sentido de restringir aquela satisfação. Ocorre que, naquela ocasião, por certo, o *Ego* não pode ser contido pelo *Superego*, vindo a realizar a sua função de satisfação do *Id*. O ato de Donária, que escapou aos padrões e normas culturais da sociedade parahybana, revela o conflito entre as forças do aparelho psíquico daquela mulher. Portanto, a atitude de Donária, segundo a concepção freudiana, teria sido impulsionada por uma força de auto conservação, que seria influenciada tanto por pulsões de vida [Eros], a necessidade de alimentar-se, como por pulsões de destruição, a morte/destruição com o propósito da incorporação. FREUD, Sigmund. **Compêndio de Psicanálise**. Porto Alegre: L&PM, 2014

⁶²⁸O instinto em Foucault permite reduzir a termos inteligíveis essa espécie de escândalo jurídico que seria um crime sem interesse, sem motivo e, por conseguinte, não punível; e transformar cientificamente a ausência de razão em um ato num mecanismo patológico positivo”. FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p.180.

Assim, sopesando que a parahybana de Piancó foi condenada tanto pelo senso comum, quanto pelas autoridades de Pombal, entende-se que sua condenação, sem dúvida, mudou o seu destino. Ora, basta considerar a vida errante, por estradas e cidades, a que estava obrigada aquela mulher por motivo da seca que fazia o Sertão queimar em brasas. Sua condenação, se por um lado contrariava o que estabelecia o Art. 12º, do Código Criminal do Império do Brasil, pode ter-lhe valido a vida, pois, dado a aversão que o crime por ela praticado provocou na população daquela cidade, certamente aquela mulher teria sido banida dali e, neste caso, pela escassez de alimento e água, talvez, ela própria tivesse sido transformada em alimento para outros retirantes ou animais famintos, ou quem sabe tivesse morrido a esmo, como aconteceu com muitos retirantes durante aquela fatídica seca⁶²⁹. Quantos não poderiam ter sido os caminhos trilhados por Donária, caso a mesma tivesse sido absolvida?

Apesar das possibilidades abertas a partir do caso da mulher de Sélestart, acredita-se, com base na documentação compulsada, que as circunstâncias contextuais levaram a que Donária tivesse aquele destino, revelando algumas das possibilidades que tornaram aquele crime punível.

Reputar-se-ia, com base no que determinava o Art. 12º, do mesmo Código Criminal, que “os loucos que tiverem cometido crimes, ser[iam] recolhidos às casas para eles destinadas, ou entregue às suas famílias”⁶³⁰.

Neste sentido, pese o fato de que na cidade de Pombal, ou melhor, na Província da Parahyba, não havia asilo para alienados[as], como já é sabido. Também o envio destes sujeitos para o Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, havia sido suspenso por ordem Imperial desde 1854⁶³¹, apesar de que, quando do interesse da família [quando esta se propusesse a pagar pelo internamento] ou do governador da Província, as remessas de alienados para o referido hospício continuavam a acontecer, como prova o caso da “alienada” Maria Umbelina, enviada para aquele nosocômio em 1863⁶³².

Diante desta informação, deve-se acrescentar que, desde os anos 1870, havia constantes reivindicações do diretor do estabelecimento, o Dr. Moura e Câmara, para que houvesse a separação entre os alienados tranquilos e aqueles agitados⁶³³, o que de certa maneira,

⁶²⁹Sobre isso ver TEÓFILO, Rodolfo, op.cit.

⁶³⁰BRAZIL. **Código Criminal do Império do Brasil**, 1830. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

⁶³¹Ver neste mesmo estudo Capítulo II, a parte intitulada “A ‘Nau dos loucos[as]’ não aportou na Província da Parahyba: as lutas entre o silêncio e as palavras”.

⁶³²O referido caso foi abordado no Capítulo II.

⁶³³CARRARA, Sérgio. **Crime e Loucura**: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: EDUERJ/EDUSP, 1998.

barrava as pretensões de envio de alienados furiosos ou criminosos, especialmente se pertencentes aos extratos sociais menos favorecidos. Também o deslocamento era um problema, qual embarcação se proporia a levar tão indesejados passageiros, ainda mais se se tratasse de uma “antropófaga”? Estas reservas, caso tenha sido cogitado o internamento de Donária no Hospício Pedro II, resultaria o pleito inviável. Haveria então de ser entregue a jovem mulher aos cuidados dos seus familiares, conforme previa o Art 12º da referida lei penal. Ocorre que Donária era uma retirante. Ela teria parentes que pudessem cuidar de suas necessidades? Se tinha familiares, onde estariam? Ainda mais considerando os estigmas e preconceitos que carregariam ao se apresentarem como parentes da “mulher antropófaga”? Nada se sabe sobre sua parentela.

Esgotadas aquelas possibilidades estabelecidas no Art. 12º do Código Criminal, e não podendo deixar à solta aquela retirante, sob pena de que a mesma viesse a cometer semelhante delito, já que se achava enlouquecida, o juiz, Dr. Venâncio Neiva, possivelmente pressionado pela população local, ordenou que a retirante fosse contida nas células da Cadeia de Pombal, o que refrearia os ânimos dos pombalenses que se sentiam ameaçados por Donária e por outros que, como ela, poderiam vir a praticar, oprimidos pela fome, igual delito.



IMAGEM 06 – **Cadeia Pública de Pombal**, edificada em 1848, S/D
Fonte: Arquivo Verneck Abrantes de Sousa.

E quanta importunação não sofreu aquela mulher nas células daquela prisão? Ora, a Cadeia situava-se no Centro da cidade, ao lado da Casa do Mercado, diz-se à sua direita, e não era conjugada a nenhum outro prédio, além do que, “as janelas, gradeadas, davam diretamente para rua, não existiam paredes de proteção nas laterais, a vigilância consistia de uma pequena guarita na parte de trás e rondas de hora em hora em redor da cadeia”⁶³⁴. Tal situação arquitetônica dava espaço para que os curiosos se aproximassem das janelas e desferissem olhares e/ou palavras de censura contra aqueles que cumpriam suas penas ali. Os presos também devem ter lançado seus olhares através das grades e acredita-se que, não poucas vezes, suas vozes foram ouvidas pela população da cidade.

Dado ao crime incomum praticado por Donária, certamente não deve ter sido pequeno o número de homens e mulheres, de todas as idades, que tentaram se aproximar da cela em que ficou presa aquela mulher, para lhe lançar um olhar de desprezo ou de piedade, por sua tragédia. Dessa forma, os dias de Donária naquele espaço prisional não devem ter sido fáceis, pois, além dos incômodos provocados pelos olhares de quem passava propositalmente ou fortuitamente na lateral esquerda da Cadeia, onde se localizava sua célula - nos fundos do edifício, onde existia a alcova das mulheres -, não havia camas, armadores para redes ou qualquer utensílio no recinto, o que tornava os dias e as noites de quem estava ali ainda pior. Também não havia água no estabelecimento, ocorrendo os banhos, esporadicamente, no Rio Piancó, quando eram levados os prisioneiros em fila indiana, amarrados pelo pescoço⁶³⁵.

O caso de Donária não foi o único desta espécie, mas pela repercussão que teve, ele colocou em evidência as práticas antropofágicas ocorridas no Nordeste em face da seca, conforme observou José Américo de Almeida⁶³⁶. Assim, frente às circunstâncias nada tranquilizadoras dos Sertões, o juiz da Comarca encaminhou à Municipalidade um ofício “dando conhecimento do estado precário em que se acha[va] a população local, atemorizada pela fome”⁶³⁷, reclamava auxílio do governo da Província no sentido de minorar o sofrimento das populações flageladas e evitar que outros crimes daquela espécie viessem a ocorrer.

Diante da comoção popular e considerando que a segurança das pessoas é um direito natural, o juiz de Pombal, para não contrariar os princípios da doutrina penal, talvez, inspirado no que defendia Beccaria, que asseverava que “o direito de punir não pertence a

⁶³⁴ABRANTES DE SOUSA. Verneck. **A Cadeia Velha de Pombal**. Pombal: Sales Gráfica, 2005, p. 07.

⁶³⁵Ibidem.

⁶³⁶ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980.

⁶³⁷SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal) no Centenário de sua elevação a Cidade**. João Pessoa: Editora Grafset, 2004, p. 417.

nenhum cidadão em particular; pertence às leis, que são o órgão da vontade de todos”⁶³⁸, tenha considerado o reconhecimento de culpa da retirante como indícios de que a mesma não sofria mais das faculdades mentais. Assim, a imputação seria feita conforme previsto no Código Criminal do Império, Título II “Das Penas”, Capítulo I, Art. 64º, “Os delinquentes que, sendo condenados, se acharem no estado de loucura, não serão punidos, enquanto neste estado se conservarem”⁶³⁹. Dessa forma, ao reconhecer que a referida retirante havia recobrado a razão, a mesma responderia por aquele ato considerado de “extrema crueldade”, e neste sentido, não resta dúvida, Donária tanto seria imputável juridicamente, como seria culpada, pois o interrogatório da promotoria a havia tornado réu confesso.

Pelo exposto, entende-se que Donária do Anjos, tanto quanto a menina Maria, era vítima daqueles que “objetivando ganhos pessoais, nutriam a indústria da seca”.

A despeito disso, a menina Maria, considerada pelos habitantes de Pombal como a única vítima no referido caso, foi transformada em mártir. Nesta perspectiva, a prática de canibalismo assumiu a função funerária e religiosa, onde a criança morta para alimentar a “outro” transforma-se em “bom morto”, segundo as concepções de Adone Agnolin⁶⁴⁰. Donária, por sua vez, dividia a população da cidade que a acusava ou de louca ou de ter agido dominada por forças demoníacas⁶⁴¹, o que reflete também a influência da religião católica no julgamento que fizeram os pombalenses sobre aquela “mulher antropófaga”.

Pressionado, “_o promotor acusou [a] ré em nome da sociedade”. Mas Donária, “antes de ser ré, el[a era] vítima da falta de solidariedade da raça”⁶⁴². De todo modo, pode-se

⁶³⁸BECCARIA, Cesare. Op. cit. p. 75.

⁶³⁹BRAZIL. **Código Criminal do Império do Brasil**, 1830. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013.

⁶⁴⁰AGNOLIN, Adone Antropofagia Ritual e Identidade Cultural entre os Tupinambá. **Revista de Antropologia**, v. 45, n. 1, 2002. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/2041>. Acesso em 30.04.2016. p. 155.

⁶⁴¹Na tese defendida pelo médico Antonio Luíz da Silva Peixoto, intitulada “Considerações gerais sobre a alienação mental” em 1837, o médico chama a atenção para esta forma de explicar os “desarranjos mórbidos das faculdades intelectuais, afirmando que “o estado de alienação mental foi ‘por muito tempo influenciado pelos prejuízos e, por isso, era ela atribuída a causas sobrenaturais. [...] dava como causa de sua existência o demônio, espíritos animais no cérebro, através dos quais a alma não podia sentir nem pensar com precisão [...] alguns faziam-no consistir em uma indisposição ígnea e maligna dos espíritos, ou em um humor ou matéria peccante, que convinha eliminar do cérebro; e para o conseguir, empregavam certos medicamentos que julgavam próprios a fortificar o cérebro e a razão”. In. Rev. latinoam. psicopatol. fundam. vol.16 no.4 São Paulo Dec. 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142013000400012>. Acesso em 06. 12.2014. A crença em possessões demoníacas enquanto causa da loucura perdurou ainda por muito tempo em Pombal, exemplo disso, é o caso da Sra. Haider Nóbrega que, entre os anos 1920 e 1940, teria ficado louca repentinamente, o que deu margens para o seu pai acreditar que se tratasse de possessões, para o que o tratamento inicial foi rezas. Para saber mais ver: WANDERLEY, Helmara Giccelli Formiga. Da loucura que habita as ruas as ruas sem loucos: a tentativa de normatização do[a] louco[a] na cidade de Pombal-PB (1930-1945). **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural: Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar**. UFPI – Teresina – PI – Jun. de 2012, p.4. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br>; Acesso em 20.10.2014.

⁶⁴²ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p.156.

inferir o seguinte: os homens e mulheres de Pombal não puderam compreender que a fome extrema era capaz de levar à loucura ou alterar a conduta moral dos sujeitos⁶⁴³.

Além das explicações do escritor cearense Rodolfo Teófilo sobre aquele tipo de impulso, que chamou de delírio famélico, também a aproximação com os apontamentos dos médicos Josué de Castro e Nelson Chaves podem auxiliar na compreensão do comportamento de Donária.

De acordo com Josué de Castro, em seu estudo acerca dos hábitos alimentares dos grupos humanos, a carência alimentar pode ser responsável pela perda dos escrúpulos morais, conforme ressaltado na citação em epígrafe. Para o geógrafo,

Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam e o homem, como qualquer animal esfomeado apresenta uma conduta mental que pode parecer a mais desconcertante⁶⁴⁴.

Naqueles anos, por desconhecimento dos efeitos da fome nos organismo, por medo ou, talvez, por pura indiferença dos habitantes das cidades invadidas pelas populações retiradas, as atitudes desesperadas e, muitas vezes, irracionais, certamente incomuns em tempos normais, mas que iam se tornando mais frequentes naquela conjuntura, foram, na maior parte das vezes, compreendidas sob a ótica da “degeneração moral”, sem, no entanto, poder se afirmar que havia aí qualquer relação com o aspecto nutricional ou de ordem científica.

De resto, o crime praticado por Donária dos Anjos, além de por a descoberto as práticas de antropofagia, e mesmo de autofagia, ocorridas durante as secas prolongadas, por negligência dos agentes públicos diante de tão grande e previsível drama, veio revelar que aqueles “lance[s] entremeado[s] de piedade e de horror eram, na verdade, a manifestação de uma outra enfermidade que, em maior ou menor grau, atingiu boa parte daquela população faminta, qual seja: a loucura famélica”⁶⁴⁵.

⁶⁴³Sobre as mudanças de comportamento, as alterações morais dos sujeitos, o romance “O Quinze” da escritora cearense, que apesar de tratar de seca ocorrida cerca de 40 anos depois do evento climático aqui examinado, mostra como o sertanejo, oprimido pela fome vai sendo corrompido em seus valores morais. A obra mostra como a seca atinge de diferentes maneiras as diferentes classes da sociedade nordestina. Homens e mulheres ricos e pobres corrompidos pelas dificuldades das quadras calamitosas, uns aflitos de fome, outros aflitos por ver seus rebanhos ameaçados. Uns tentando escapar, outros aumentando suas fortunas a custo das últimas forças daqueles corpos famintos. E quantos pais vendo a honra de suas filhas vendida miseravelmente no interior das bodegas! Ver. QUEIROZ, Raquel de. op.cit.

⁶⁴⁴CASTRO, Josué. Op. cit. pp.225-226.

⁶⁴⁵Experiências de loucura ocasionada por motivo de fome foram narradas pelo escritor norueguês Kunt Hamsun, em seu romance *Fome*, que tem como cenário as ruas da cidade de Cristiania, na Noruega em fins do século XIX.

Sublinhe-se que, mesmo em face da fome extrema, das pestilências e das experiências traumáticas [de vida e/ou de mortes] ocorridas durante os anos daquela seca, não se encontrou na documentação examinada qualquer referência a loucura, delírios ou qualquer outra espécie de enfermidade mental que tenha acometido as populações sertanejas, o que se deveu, supostamente, ao desconhecimento por parte dos médicos parahybanos sobre este tipo de doença. Aliás, naqueles anos, os estudos sobre as necessidades nutritivas em sua relação com as “doenças nervosas” ainda não tinham espaço no Brasil, o que não exclui a possibilidade da doença.

Neste sentido, no que se refere à “loucura famélica”, apesar do silêncio sobre estes sujeitos “vexados pela fome”, muitos são os indícios que revelam sua presença em Parahyba do Norte, nos anos da fatídica seca de 1877.

Tomando em consideração os apontamentos de Josué de Castro acerca da importância dos fatores nutritivos para o equilíbrio emocional dos seres humanos, não seria difícil encontrar em “passos trôpegos e mobilidade incerta” pelos arrabaldes, nas ruas, asilos ou nos hospitais da Capital parahybana, retirantes, tal como Donária dos Anjos, enlouquecidos pela fome, pois, segundo o autor,

a interferência dos vários elementos componentes do complexo B no bioquimismo cerebral e a evidencia de graves perturbações nervosas e mentais nos casos de carências específicas de alguns deles, como sejam de tiamina e de ácido nicotínico, já não deixavam mais dúvidas de que o estado mental se pode perturbar até os limites da insanidade, por causa de natureza carencial. [...] Quanto aos fenômenos nervosos que acompanham **a deficiência em ácido nicotínico** [...] com frequência **entre os pelagrosos, desde a simples desorientação até as formas mais complexas de psicose, com confusão mental, manias, fabulações e delírios complexos**.⁶⁴⁶ grifos da autora

A obra trata da vida de um escritor miserável e arrogante, que desempregado, tolhido pelo frio das ruas e atormentado pela fome extrema, começou a sofrer de variações de humor e logo chegou a “loucura completa”. *Fome* é um trabalho autobiográfico, que revela a relação conflituosa de Hamsun com a miséria que experimentou durante suas andanças naquela cidade e o excesso de dignidade que o dominava o que o levou a crises famélicas, que corromperam seu sistema nervoso. Apesar de haver entre a experiência de Hamsun e aquela vivenciada pelos retirantes da seca uma diferença quanto às condições que os levaram à fome extrema - enquanto o personagem de Hamsun passou por privações alimentares por ter escolhido ser escritor, diante do que qualquer outro ofício era considerado indigno, os sertanejos não tiveram escolha, não havia outra coisa a fazer senão migrar, e quantos não se viram reduzidos a mendigos por falta de “qualquer” emprego? O certo é que um e outro experienciaram a loucura proveniente da inanição. Ler: HAMSUN, Knut. **Fome**. Tradução Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

⁶⁴⁶CASTRO, Josué. Op. cit. p. 236.

Coaduna com tais ideias Nelson Chaves, que observou, ainda, em seu estudo “Fome, criança e vida”, que tanto a deficiência de vitaminas do complexo B como de vitamina A “têm papel importante na fisionomia do sistema nervoso”, vindo a ocasionar, além da pelagra, o “retardamento do desenvolvimento do lobo occipital⁶⁴⁷ e da formação do tubo nervoso primitivo”⁶⁴⁸. Tais estudos vêm reforçar os indícios acerca da existência da “loucura famélica” na Capital parahybana, bem como, chamar a atenção para as complicações mentais nos sujeitos desnutridos e/ou pelagrosos. Ocorre que não foi localizado, na documentação consultada, informações sobre a existência de doentes pelagrosos ou sobre a pelagra durante a seca de 1877-79 na Parahyba. Diante disso, buscou-se entender do que se trata esta enfermidade, a fim de saber se, nesta Província, os sertanejos famélicos foram acometidos por tal moléstia que poderia ter outras denominações.

Sobre a Pelagra, Juan Abascal Ballester e outros explicam:

[...] es ua enfermedad consuntiva com manifestaciones clinicas características de dermatites, glositis, diarreas y transtornos mentales. La clásica triada de: dermatites, diarrea y demência esta presente en la afaccion⁶⁴⁹.

Sobre as manifestações nervosas, o médico português Camilo de Lima Salazar, no início do século XX, já havia declarado, em sua tese doutoral, que dentre todas as formas da doença “[era] a mais importante a vertigem pelagrosa. Os doentes sentem como que um peso na cabeça, sensação penosa, que lhe provoca quedas frequentes [...] Há por vezes acessos de histeria e de delírio”⁶⁵⁰.

Passado quase um século desde as conclusões de Camilo Salazar, os estudos do nutricionista Michael C. Latham, “Nutrición Humana en el mundo en desarrollo” (2002), não

⁶⁴⁷De acordo com M. Caetano de Barros e outros, o lobo occipital é considerado como parte de um sistema altamente complexo e funciona em conexão com quase todas as estruturas encefálicas. A síntese da função do lobo occipital, é segundo Barros e outros, a percepção visual, “a mais importante função sensorial cerebral”. O estudo das disfunções do sistema visual revelou, conforme os cientistas, sintomas neuropsicológicos e outras síndromes resultantes das lesões do lobo occipital e suas conexões BARROS. M. Caetano de. et al. Conceito anatomo-fisiológico do lobo occipital. **Arquivo de Neuro-psiquiatria**. São Paulo, vol 30, n 1, março de 1972. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anp/v30n1/03.pdf>. Acesso em 20.12.2015, p. 41.

⁶⁴⁸CHAVES, Nelson. **Fome, criança e vida**. Recife: Massanjana, 1982, p.66.

⁶⁴⁹BALLESTER, et al. Pelagra. Presentación de caso interesante. **Revista Ciencias Médicas vol.15 no.3 Pinar del Río jul. set.** 2011. Disponível em <http://scielo.sld.cu>. Acesso em 01.11.2014. Outro médico, o português Manuel J. Ferreira, em sua tese doutoral de 1927, assim descreveu a doença: “é a pelagra, ou melhor, a síndrome pelagrosa, uma afecção crônica e de evolução longa e progressiva. Clinicamente costuma ser definida e caracterizada por uma tríptica série de perturbações, cutâneas, digestivas e nervosas, a que se acrescentam as psíquicas e a que se devem ajuntar outras, de origem glandular FERREIRA Manuel J. **A Pelagra**. Dissertação. Curso de Medicina. Universidade do Porto - PT. Porto, PT: Tipografia Porto Médico, 1927, p. 11.

⁶⁵⁰SALAZAR, Camilo de Lima. **Breves notas sobre a Pelagra**. Tese. Universidade do Porto, PT. 1927. Disponível em: <http://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:repositorio-aberto.up.pt:10216/17253>. Acesso em 16.02.2014. pp. 17-2.

só ratifica o que já havia sido observado por outros cientistas desde o século XIX, isto é, que a pelagra em geral aparece em pessoas pobremente nutridas, como endossa a tese do português, quando afirma que esta doença leva o enfermo a quadros variados de demência:

La enfermedad está caracterizada por “las tres D”: dermatitis, diarrea y demencia. Se presentan ligeros cambios sensoriales y motores, así como una disminución de las sensibilidades al tacto suave, algo de debilidad muscular y temblor. También se han descrito otros síntomas, pero sin embargo la parálisis es rara. Los casos de pelagra no tratados pueden causar la muerte⁶⁵¹.

O mesmo autor acrescenta ainda, sobre os problemas mentais provenientes da má nutrição, ou melhor, da pelagra, que “el compromiso del sistema nervioso se manifiesta por síntomas y signos sumamente variables. Los más comunes son irritabilidad, pérdida de memoria, ansiedad e insomnio. Estos síntomas pueden llevar a la demencia”⁶⁵².

É importante sublinhar que entre os sintomas nervosos, “uns são sempre constantes, encontra-se sempre, **outros não aparecem nos primeiros anos**, surgem depois, traduzem lesões que se foram formando”, tal como foi asseverado por Manuel J. Ferreira⁶⁵³, grifos nossos.

Veja: embora a pelagra fosse conhecida desde o século XVIII na Europa, é possível que os médicos parahybanos não tivessem conhecimentos sobre as pesquisas/ observações realizadas por Casal⁶⁵⁴ ou Theophile Roussel⁶⁵⁵, os primeiros cientistas a investigarem esta doença, isso pode explicar o silêncio sobre a existência desta enfermidade entre os retirantes enfermos. Também, se considerarmos que, até o final do século XIX, esta moléstia talvez fosse ainda desconhecida em solo parahyano, é possível que tenha sido confundida com outras doenças.

⁶⁵¹Conforme Latham, Michael C. Pelagra. In. **Nutrición** Humana en el mundo en desarrollo. 2002. Disponível em <http://www.depositodedocumentodeleofao.org>. Acesso em 10/02/2015.

⁶⁵²LATHAM, Michael C, op. cit.

⁶⁵³FERREIRA Manuel J. op. cit., p. 135.

⁶⁵⁴Casal que acreditava que a doença era resultado da ingestão de milho deteriorado, a descreveu como um quadro de demências associado a lesões cutâneas semelhantes a queimaduras. Sobre os estudos de Gaspar Casal, ver PIÑERO, José María López. **Gaspar Casal**: Descripción ecológica de la pelagra, primera enfermedad carencial. In. Revista Española de Salud Pública. v. 80. n.4. Madrid.jul./ago.2006. Disponível em <http://www.scielo.isciii.es>. Acesso em 01/11/2014.

⁶⁵⁵ A importância de Theophile Roussel para as pesquisas sobre a Pelagra assenta no fato de que este médico francês, por volta do ano de 1840, estando na Espanha, percebeu que muitas doenças identificadas pelos médicos daquele país por outros nomes, eram, na verdade, casos de Pelagra, o que o levou a público uma série de relatórios sobre o assunto, o que, apesar de causar grande desconforto aos médicos espanhóis, resultou em avanço no conhecimento da doença na Espanha. Disponível em <http://www.pt.ars-curandi.wikia.com>. Acesso em 02.01.2015. Mas, são os estudos de MacCollum, George Alexander Wheller e Goldberger, no século XX, que vão relacionar a pelagra às carências alimentares complexas. Em seus estudos, observara-se que a doença incidia principalmente nas populações pobres. FERREIRA Manuel J. **op.cit.** p. 21. Ver também o artigo de autoria de E. V. McCollum e N. Simmonds, intitulado *A biological Analysis of Pelagra-producing diets*, de 1917. Disponível em <http://www.jbc.org>. Acesso em 12/11/2014.

Fato é que muitos daqueles sujeitos “saturados de vírus”, “affectados de ulcerações provenientes da má alimentação”, obstruídos, “fétidos”, com desentherias, “syphiliticos”, “gemendo e gritando” pelas ruas ou nos abrigos em que foram recolhidos, poderiam estar, na verdade, com a pelagra. No mais, considerando que, além das dermatites e diarreias, o doente também era acometido de algum transtorno mental, que poderia ficar imperceptível durante algum tempo, como demonstra o médico Manuel J. Ferreira, certamente não eram poucos os que sofriam de algum tipo de afecção nervosa. E aí estava, primacialmente, a gravidade da pelagra⁶⁵⁶.

Reitera:

São de todas as ordens, de todos os tipos, as perturbações nervosas na pelagra; sensitivas, motoras, vaso-motoras, psíquicas e sensoriais. [...] Nos casos recentes os sinais motores não existem e os sensoriais e psíquicos podem ser ligeiros, mas os restantes manifestam-se duma maneira persistente⁶⁵⁷.

Para os pesquisadores brasileiros Marcia Ramos-e-Silva e Absalom Lima Filgueira, apesar de a pelagra normalmente se apresentar a partir da sintomatologia clássica, deve-se “estar atento para as formas incompletas [da doença], pois podem ser de muito difícil diagnóstico, com sintomatologia por vezes só cutânea, só neurótica ou só gastro intestinal”⁶⁵⁸.

As conclusões do Dr. Ferreira, bem como as considerações de Ramos-e-Silva e Filgueira, ajudam, em parte, a compreender o aparecimento, nos anos 1880, de um grande número de “loucos” e/ou “loucas” nas ruas de Parahyba, isto porque o fim da seca de 1877-1879 não representou uma melhoria nas condições nutricionais dos sertanejos que continuaram vivendo nas ruas ou arredores de Parahyba do Norte.

Mas a pelagra não foi a única doença de caráter nutricional que afetou mentalmente o sertanejo. Tomando em consideração ainda os estudos dos médicos Josué de Castro e Nelson Chaves acerca do papel da nutrição para o desenvolvimento físico e mental dos homens e mulheres, entende-se que a má nutrição na infância, de um modo geral, compromete o desenvolvimento intelectual e do comportamento, observou Nelson Chaves⁶⁵⁹.

Imagine o leitor quantos recém-nascidos padeceram por falta do leite materno e quantas enfermidades as criancinhas não acumularam devido à alimentação precária. Isto quando havia o alimento, pois, conforme observou o Provedor da Santa Casa de Misericórdia,

⁶⁵⁶FERREIRA Manuel J. *op.cit.* p.19.

⁶⁵⁷Ibidem, p.135.

⁶⁵⁸RAMOS-E-SILVA, Marcia; FILGUEIRA, Absalom Lima, *op. cit.*

⁶⁵⁹CHAVES, Nelson. *A Nutrição, o cérebro e a mente*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1971, p. 28

não eram poucas as “crianças famintas que encontravam mendigando nas ruas e apanhando para comer matérias nocivas”⁶⁶⁰.

Desinformações à parte, importa dizer que a alimentação monótona e em quantidades insuficientes, distribuída entre as populações retiradas, não foi o único fator que contribuiu para o aumento do número de doentes mentais nas ruas de Parahyba do Norte, naqueles anos e nos subsequentes.

Talvez os “delírios” de Donária dos Anjos fossem motivados pela carência alimentar em seu organismo, mas não teriam sido apenas estas faltas que a levaram a loucura. Acrescente-se a isto as experiências traumáticas vividas por aqueles sujeitos durante as longas jornadas a que se submeteram na luta pela sobrevivência. Além da sede e da fome, que já era um suplício, quantas devem ter sido as cenas assustadoras de vida e de mortes a que assistiram aquelas populações retiradas? Quantos medos? Quantas privações? Quanto desejo de viver ou de morrer sentiram aqueles homens e mulheres durante aquelas migrações? E quantas humilhações e desesperanças não experimentaram os que chegaram a Capital da Província?

E, se as causas da loucura são numerosíssimas como afirmavam os psiquiatras, durante aquela seca, não faltaram motivos para que muitos homens e mulheres de todas as idades tivessem perdido ou viessem a perder a razão.

Por tudo o que foi dito, entende-se que, mesmo em face do desconhecimento das enfermidades mentais que, decerto, acometeram muitos daqueles retirantes, o caso de Donária dos Anjos, tantas vezes citado em jornais, poemas, crônicas, livros, traz à luz a existência daqueles sujeitos que enlouqueceram durante a seca “setenta e sete tirana”. Tanto isso é verdade que o escritor José Américo de Almeida, tratando dos traumas experienciados por homens e mulheres parahybanos, asseverou: “toda a psicologia desse povo [parahybano] ficou sendo dominada pelo conceito de seca”⁶⁶¹.

Afora os casos de loucura ou outras enfermidades mentais ocasionadas pela situação anormalíssima, provocada pela seca de 1977-79, e que não foram diagnosticados com tal, não se pode desconsiderar, neste exame, a existência de sujeitos considerados alienados[as], nesta Província, nos anos imediatamente anteriores àquela seca. Assim, pergunta-se: durante aqueles anos de seca, por onde estiveram estes loucos e/ou loucas?

⁶⁶⁰NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1878.

⁶⁶¹ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p. 211.

Quando a seca começou, alguns destes homens e/ou mulheres alienados estavam “recolhidos, com graves emcommodos dos enfermos, e ruína do edificio” no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, como relatou o Provedor Padre Lindolfo José Correa das Neves⁶⁶².

Todavia, na medida em que o número de retirantes adoentados aumentava, os quartos onde eram recolhidos os loucos e/ou loucas foram desocupados, para dar lugar a novas enfermarias para doentes de outras moléstias, como se depreende do relatório do provedor Benjamin Franklin D’Oliveira e Mello (1879), que relatou: “ressente- estabelecimento de quartos com a solidez necessária para os loucos [e/ou loucas], pelo que **são conservados alguns nos corredores do estabelecimento**, que com prontidão **foram d’ali enviados e acham-se prestando serviços**” (MELO, 1879, manuscrito).

Apesar da imprecisão das informações registradas pelo referido Provedor, acerca dos lugares em que se achavam os alienados em Parahyba do Norte, é possível arriscar algumas possibilidades. Primeiro, considerando que alguns daqueles sujeitos nomeados loucos[as] pudessem estar em crise de furor, e dado o excedente de doentes nos hospitais, tais sujeitos talvez tenham sido encaminhados para a Cadeia Pública, onde seriam mantidos em células separadas de outros criminosos, até que passassem os acessos, vindo depois a serem misturados “aos mil rostos da desordem”.

Outros, ou melhor, aqueles que vagavam pelos corredores do Hospital, deveriam ser mais pacíficos. Sem embargo, tal como ficou em relevo no relatório do Provedor Benjamin Franklin, pelos incômodos que provocavam com suas presenças, acredita-se que tenham sido encaminhados para um dos hospitais provisórios criados durante a seca, onde ajudariam a cuidar dos retirantes enfermos. Inclusive, o maior obstáculo à sua permanência no Hospital da Santa Casa, parece ter sido de ordem financeira, para o que os administradores tantas vezes reclamaram do governador parahybano providências, no sentido de removê-los dali.

Pelo exposto, acredita-se que estes indivíduos foram encaminhados para o Hospital de Variolosos (R), no sítio da Cruz do Peixe⁶⁶³, o que não é dito fortuitamente. Ora, considere-se o reduzido número de enfermeiros existentes naquelas enfermarias repletas de retirantes doentes, sem recursos de natureza alguma, some-se a isso o fato de serem tratados ali os variolosos e outros doentes de moléstias contagiosas. Diante disso, deveria ser difícil encontrar pessoas dispostas a trabalhar naquele Hospital/ Enfermaria. Assim, é possível que os loucos e/ou loucas que, pacificamente, vagavam pelos corredores do Hospital da Misericórdia, tenham sido para ali enviados. Pese ainda que, anos mais tarde, durante a seca 1888, no mesmo lugar

⁶⁶²NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1878.

⁶⁶³Ver capítulo 4, planta 3.

onde funcionou o referido nosocômio, foi estabelecido o Hospital de Sant'Anna em caráter permanente, para onde foram enviados não só variolosos, mas também os loucos e/ou loucas que haviam no Hospital da Santa Casa.

Por último, não se pode descartar a possibilidade de que, talvez, os loucos[as] pacíficos possam ter permanecido no mesmo Hospital da Misericórdia, auxiliando nos serviços de limpeza e/ ou na cozinha, pois, embora o provedor tenha afirmado que tais sujeitos foram d'ali enviados, pode ter se referido à remoção daqueles homens e mulheres do corredor, apenas.

Claro que tais proposição estão sujeitas a objeções, pois, considerando que muitos dos sujeitos, nomeados como loucos e/ou loucas, normalmente só permaneciam recolhidos nas dependências do Hospital enquanto estavam em crise, é possível que os mesmos tenham sido empregados em outros serviços, mas com tão grande número de emigrantes famintos e enfermos circulando pelas ruas daquela Capital, quais serviços mais urgentes e úteis poderiam prestar aqueles indivíduos?

Também poder-se-ia encontrar alguns vesânicos, à exemplo do Zé Cacimba, Janoca, Basílio, circulando pelas ruas tortuosas e sujas de Parahyba do Norte⁶⁶⁴. Desnecessário procurar entre os retirantes enfermos, pois os sujeitos nomeados como doidos e/ou doidas pela população daquela cidade possuíam uma visibilidade imediata, como já foi assinalado anteriormente. Alguns eram nomeados como dementes, outros eram considerados pelos médicos da Santa Casa como idiotas, por apresentarem comportamentos incompatíveis com suas idades, tal era o caso de Patacho - observado no capítulo anterior-, conforme pode ser notado no relatório dos provedores daquela instituição.

Na contramão, não foram poucos os relatos que denunciaram a existência, na capital da Parahyba, de uma multidão de “amorais”. Apesar de não ser possível afirmar a influência do discurso psiquiátrico sobre as práticas de segregação e rejeição aos homens e mulheres sertanejos arranchados ali, não se deve desconsiderar a possibilidade de que a teoria da degeneração moral defendida pelo médico francês Benedict-Augustin Morel possa ter influenciado na legitimação de tais práticas. Fala-se legitimar, não em aparecimento ou surgimento daquelas práticas de exclusão, pois a análise da documentação indica que muitos dos comportamentos considerados “indesejáveis” e/ou não-virtuosos para parcela dos habitantes daquela cidade, já existiam bem antes de Morel ter formulado seu “Tratado”, e haviam sido influenciados pelos padrões da religião Católica. Isto posto, não se pode perder de vista que também as proposições do francês estão impregnadas de influências desta religião, tal

⁶⁶⁴Sobre isso ver LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências**: Figuras e factos da Parahyba. João Pessoa. 1938.

como pode ser observado no seu “Tratado das degenerescências na espécie humana”. De acordo com Morel, “o Homem não é produto do acaso”,

Criado para atingir o objetivo designado pela sabedoria eterna, o Homem não pode fazê-lo se as condições que asseguram a duração e o progresso da espécie humana não fossem ainda mais potentes do que as que contribuem para destruí-la e fazê-la degenerar⁶⁶⁵.

Fundamentalmente, o princípio geral da obra de Morel baseava-se na ideia da perfeição do homem a partir da existência de um tipo primitivo ideal, diante do que a concepção deste autor, sobre a degenerescência, define-se como “um desvio do tipo primitivo”⁶⁶⁶. Para o autor, a degenerescência poderia ser tanto de caráter hereditário, como de dimensões morais e de comportamentos. Esclareceu:

No estado que designo pelo nome de degenerescência, não se nota essa propensão do indivíduo de retornar ao seu tipo normal, pelo fato de que a degenerescência é um estado morbidamente constituído e que o ser degenerado, se for abandonado a si próprio, cai numa degradação progressiva. Torna-se (e não temo repetir essa verdade), torna-se, não somente incapaz de formar na humanidade a cadeia de transmissibilidade de um progresso, mas é também o maior obstáculo a esse progresso, por seu contato com a parte sadia da população⁶⁶⁷.

De acordo com Sandra Caponi, para Morel havia seis tipos de causas para a degeneração, eram elas: 1) por intoxicação, originaria de causas climáticas, tais como o solo pantanoso, as epidemias, os miasmas palúdicos, o ar viciado, o abuso do álcool; 2) resultante do meio social, tratando-se de um conjunto de circunstâncias que podem modificar desfavoravelmente as classes pobres, tais como a miséria e profissões insalubres; 3) provenientes de afecções mórbidas anteriores ou temperamento malsão, ou seja, há uma predisposição genética para que a enfermidade apareça; 4) derivadas da imoralidade; 5) provenientes de doenças congênitas ou adquiridas na infância; 6) relacionadas às influências hereditárias, que está presente em todas as formas de degeneração⁶⁶⁸.

Feitas estas considerações, o certo é que o cerceamento moral, influenciado pelas perspectivas da religião católica, não dava mais conta de estabelecer o que era considerado

⁶⁶⁵MOREL, Benedict-Augustin. Tratado das degenerescências na espécie humana. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 497-501, set. 2008, p. 498. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n3/13.pdf>. Acesso em: 15.05.2015.

⁶⁶⁶Ibidem, p. 500.

⁶⁶⁷Ibidem, p. 501.

⁶⁶⁸CAPONI, Sandra. **Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012, p. 86.

como comportamentos “virtuosos e/ou viciosos” e, tampouco, de garantir a “defesa da sociedade”, diante do que se observa uma interferência cada vez maior dos juristas e dos médicos na vida cotidiana da cidade da Parahyba e de outras paragens desta Província. De tal modo, mesmo que não existam referências às ideias psiquiátricas vigentes naquele contexto, nota-se, ainda que de forma tímida, que algumas falas e atitudes das elites letradas [magistrados e médicos, especialmente], foram influenciadas pelos discursos da psiquiatria, o que dava autenticidade/ legitimidade tanto aos seus discursos, como às suas práticas.

Também fortalece a ideia sobre a recepção e adaptação na Província da Parahyba de um discurso psiquiátrico, as preocupações que externaram os provedores da Santa Casa, as autoridades religiosas não-leigas, os presidentes da Província, médicos e alguns representantes da imprensa local, acerca dos comportamentos não-virtuosos daquela gente “adventícia e ociosa” que, de acordo com o padre Galvão, “com a saúde mais ou menos deteriorada, fora de seus hábitos, sem agasalho, sem commodos, sem alimentação regular e sem roupas [...] nessa promiscuidade dos sexos e falta absoluta de asseios”⁶⁶⁹, seria a causa do desenvolvimento de muitas moléstias, inclusive, aquelas de caráter moral, conforme sublinhou o mesmo padre, que, por sinal, governava a Província:

A influencia, pois, destas causas, além de outras que assignala o muito distincto e ilustrado Cirurgião-mór da Província, Dr. Antonio da Cruz Cordeiro, [...] exerce sobre a população, sobre o clima, **sobre a índole**, typo das moléstias, e, finalmente, sobre a salubridade publica⁶⁷⁰.

Como se depreende do relato do governador, legitimava as práticas de exclusão dos sujeitos considerados não-virtuosos, os discursos médicos, a exemplo do que afirmou o Dr. Cordeiro. Também é possível que estas sensibilidades em relação aos comportamentos considerados viciosos tenham sido influenciadas pelos discursos jurídico-psiquiátricos, que provavelmente foi absorvido também pela população em geral.

Não obstante, os “famintos de má índole”, como denominados pelas elites da Província, eram acusados da falta de pudor, pois independente dos motivos que levavam alguém a vagar por estradas, caminhos e pelas ruas das cidades sem roupas, a “nudez publica [era considerada] uma imoralidade”⁶⁷¹; também a prostituição “das mulheres desfeitas, corrompidas pelos fétidos sintomas da fome” e, mesmo das “meninas impúberes com os corpinhos conspurcados”, fora

⁶⁶⁹GALVÃO. Fellipe Benício da Fonseca. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 13 de jun de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879, p.12.

⁶⁷⁰Ibidem, p. 12.

⁶⁷¹Jornal *A Opinião*, maio de 1877, S/D.

considerada como um problema moral. Para as elites parahybanas era o ócio dos sertanejos a origem de tais comportamentos imorais, dos motins, dos movimentos messiânicos, do cangaceirismo.

Sobre os desvios morais dos sertanejos, o Provedor padre Lindolfo José Correa das Neves deixou escapar algumas palavras que reiteram a imagem do sertanejo como “um povo” destituído de moral social. Em relato sobre o estado financeiro da Santa Casa de Misericórdia, assim se referiu: “se atendermos a carestia dos viveres, **ao extrago que essa gente, sem hábitos causa nas roupas e, objetos da Enfermaria** [...] e aí que, recebendo um enfermo, somos obrigados a receber todos os filhos menores, e dar-lhes o sustento”⁶⁷². grifos da autora

Por outro lado, é importante observar que, com base na documentação estudada, os comportamentos considerados destoantes dos sertanejos, bem como as doenças que rapidamente se desenvolviam em seus organismos fragilizados pela fome, eram atribuídos, antes, à raça sertaneja, ou seja, antes de ser uma questão moral, era uma questão da raça.

A atribuição de culpa aos sertanejos, apesar da situação que era vivenciada naquele momento na Capital da Parahyba, não surgiu por ocasião da seca. A questão racial presente nos discursos das elites letradas sugere a influência das teorias raciais vigentes no Brasil no século XIX⁶⁷³, especialmente as teorias evolucionistas⁶⁷⁴, o darwinismo social⁶⁷⁵ e os determinismos racial e geográfico⁶⁷⁶. Tais ideias eram discutidas nos ciclos literários e/ou científicos nacionais.

⁶⁷²NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1878.

⁶⁷³Os anos 1870, segundo Schwarcz, são considerados “um marco para a história das idéias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental”. A autora sugere que tais teorias tiveram grande importância nos acontecimentos políticos e sociais brasileiros, especialmente na questão do fim da escravidão. SCHWARCZ, Lilian M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 14

⁶⁷⁴O evolucionismo teve como marco a publicação da obra “A origem das Espécies por meio da seleção natural”, em 1859. Segundo Celso Castro, “Dawin argumentava que as espécies existentes haviam se desenvolvido lentamente a partir de formas de vida anteriores”. O cientista britânico afirmava que a evolução das espécies ocorria a partir de um processo de “seleção natural, decorrente de acidentes naturais (p.24). Foram, entretanto, os trabalhos de Herbert Spence que generalizou a ideia de processo evolutivo. Segundo Spencer, “o avanço do simples para o complexo, através de um processo de sucessivas diferenciações”, poderia ser observado nas mudanças do Universo, da “evolução geológica e climática da Terra, e de cada um dos organismos sobre sua superfície”. Também poder-se-ia ver estes avanços na evolução da Humanidade e da Sociedade. Apud. CASTRO, Celson (org). **Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.p.26.

⁶⁷⁵ O evolucionismo de Darwin que se tornou um paradigma para os estudos antropológico, sociológicos, históricos, políticos e econômicos, diz-se, para o pensamento social, fazendo surgir o darwinismo-social, que, em respostas as questões da mestiçagem racial, defendiam a existência de características biológicas e sociais que determinavam a superioridade de uma raça em relação à outra, diante do que combatiam a hibridização SCHWARCZ, Lilian M. op. cit. pp. 56-57.

⁶⁷⁶Segundo Lilia Moritz Schwarcz, as escolas deterministas racial e geográfica surgiram no mesmo contexto em que se desenvolveram as teorias evolucionistas sociais. Para a referida historiadora e antropóloga, os defensores do determinismo racial sustentavam que “as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento [...] entendido como erro”, o que visava enaltecer os tipos puros. Tais ideias incentivaram os estudos de Galtano, dando origem à eugenia. Para os adeptos do determinismo geográfico, as condições físicas do

Apesar de não ser possível concluir por quais vias estas ideias entravam na Parahyba, arrisca-se que também alguns intelectuais parahybanos participavam destes encontros, tanto por partilharem do gosto literário, como por serem alunos dos cursos de Medicina nas Faculdades do Rio de Janeiro e Bahia e/ou frequentarem o curso de Direito em São Paulo ou Recife. Acrescente-se aí o impacto que teve em todo o país a obra de Darwin desde os anos 1860, que, apesar das formas particulares de assimilação da questão racial num país miscigenado, tornou-se o modelo racial para as diversas doutrinas que trataram daquele assunto. Também a difusão destas teorias pode ter ocorrido por meio da imprensa local, ou quem sabe, pela circulação de periódicos nacionais. Fato é que as elites intelectuais parahybanas consumiram estes discursos e os adaptaram a realidade local, tal como fizeram outros cientistas brasileiros em outras paragens.

O que se pretende esclarecer é que, de forma alguma, estes sujeitos foram considerados como loucos e/ou loucas pela população da Província da Parahyba, afinal, o perfil social dos sertanejos retirantes, produzido pelos discursos racistas das elites intelectuais parahybanas, os enquadravam como desajustados morais. Entretanto, para o senso comum, a loucura continuava a ser visível por sua tragicomédia.

Dito isto, não se pode desconsiderar que, apesar de não haver médicos alienistas nesta Província da Parahyba, a recorrência nas fontes de termos como *alienado*, *demente*, *idiota*, “*saúde mental*”, revela que, de alguma forma, a psiquiatria fazia sua aparição nesta Província. Diante do que, deve-se entender que as condições de possibilidade para o surgimento de um incipiente discurso de orientação psiquiátrica, na Parahyba, naquele contexto, não era predominantemente de caráter médico. Destarte, cabe inquirir sobre a condição do louco e/ou louca enquanto sujeitos destituídos de razão. Como já foi observado neste estudo, na Parahyba, tal como acontecia em outras paragens, o poder de distinguir o[a] louco[a] do não-louco[a], desde que passou a vigorar o Código Criminal de 1830 no Brasil, era atribuição de juristas e magistrados, ou, em casos de pouca complexidade, a responsabilidade ficava à cargo das autoridades policiais. Note ainda que este poder de identificar o louco e/ou a louca, legalmente, só era exercido quando se tratava daqueles considerados “furiosos[as]”.

Não obstante, apesar de ter sido a partir das penas do Provedor Pereira Rocha, que reclamava da obrigação estabelecida às Santas Casas do Brasil pelo Ofício-circular de 04 de setembro de 1854, de “alimentarem e curarem” os alienados[as], percebe-se que os internamentos e “pedidos de tratamento” continuavam a ser atribuídos juridicamente e não

meio determinariam o grau de “civilização” de um povo. Ibidem, p. 58. Sobre os determinismos racial e geográfico, ver também LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

medicamente, o que estava previsto no mesmo Código Criminal, quando no artigo 12, ficando estabelecido que o destino dos loucos[as] que tivessem cometido crime seria “conforme ao juiz parece[sse] mais conveniente” e não segundo decisão dos médicos⁶⁷⁷. Logo, a ordem Imperial assinalava, dentro do processo de institucionalização da loucura em Parahyba⁶⁷⁸, um primeiro movimento no sentido da hospitalização dos loucos e/ou loucas, afinal, para o bem ou para o mal, naquele momento, seria no Hospital da Santa Casa que aqueles sujeitos iriam ser aprisionados, embora a prática de encerrá-los nas cadeias tenha subsistido.

Tal situação resultaria num gradativo aumento do poder médico para determinar a “espécie” de loucura dos sujeitos que chegavam, encaminhados pelas autoridades jurídicas e policiais da Província da Parahyba, àquele nosocômio, o que deve ter provocado querelas entre estes senhores do saber. Isto porque certamente sobrevieram casos de internamentos de homens e mulheres, talvez não-loucos[as], à pedido das autoridades jurídicas e políticas, tal como o caso de um sujeito que fora internado como louco por motivo de crime político em 1875, à mando do Presidente da Província⁶⁷⁹, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, conforme observado antes. Estas espécies de internações devem ter sido questionadas ou até mesmo rechaçadas pelas autoridades médicas, que se recusavam a atestar o estado de insanidade do indivíduo. No entanto, vale ressaltar que a aceitação do paciente no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, como já ficou explícito ao longo deste trabalho, dependia da “beneficência” dos seus Provedores da Santa Casa, que pelos motivos já expostos, dificilmente se negariam a atender uma convocação do Presidente da Província, inclusive, se se observar os “pedido de tratamento de saúde mental” encaminhados àquela instituição por ordem jurídica, ver-se-á que o internamento dos “supostos” alienados[as] quase sempre foram realizados por intermédio desta autoridade político-administrativa.

Assim, entende-se que ainda demoraria um tempo até que os médicos se tornassem autoridades na administração, diagnósticos e tratamentos da alienação mental em Parahyba, o que não implicaria na supressão do saber jurídico sobre estes sujeitos. Isto porque, enquanto esteve em vigor o Código Criminal do Império de 1830, em caso de algum sujeito considerado louco e/ou louca cometer crime, tal como aconteceu com a retirante Donária dos Anjos, caberia

⁶⁷⁷Sobre a autonomia jurídica em relação ao louco, ver BARRETO, Tobias. op. cit.

⁶⁷⁸Por medicalização entende-se o processo por meio do qual a vida dos homens e mulheres é apropriada pela medicina, o que interfere em suas experiências cotidianas, criando códigos de higiene, posturas, interferindo nas habitações, alterando hábitos alimentares, sexuais etc., enfim a medicalização implica na interferência do saber médico científico sobre a sociedade.

Sobre o conceito de medicalização social, ver TESSER, Charles Dalcanale. **Medicalização social (I): o excessivo sucesso do epistemológico na saúde**. Disponível em <http://www.scielosp.org>. Acesso em 01.02.2015.

⁶⁷⁹Ver Capítulo II, pp. 140-141.

às autoridades judiciais a responsabilidade de realizar a perícia e determinar se o mesmo[a] seria responsabilizado pelo crime, bem como, em caso de condenação ou absolvição dos sujeitos, definir seus destinos. Antes de concluir, é preciso que se diga que, também em algumas ocasiões, os médicos locais eram chamados a atender a alguns sujeitos tomados por crises de acessos, diante do que, não poucas foram às famílias que se encheram de dor e/ou rancor com os diagnósticos indesejados.

Finalmente, apesar das disputas e caprichos de juristas e médicos para deter o poder e o saber sobre a loucura, e garantir a ordem social por meio do cerceamento dos sujeitos que eram nomeados como alienados[as], o número daqueles que passaram a ser julgados ou diagnosticados como loucos e/ou loucas presentes nas ruas e arrabaldes de Parahyba aumentou significativamente nos anos 1880, ocasionando uma grande procura por vagas no Hospital da Santa Casa, para aquela “espécie” de enfermo, o que, dentre outros motivos, corroborou para que os administradores daquela instituição intensificassem a campanha para a construção de um Asilo de Alienados na Província de Parahyba do Norte.

Diagnósticos à parte, lá estavam aqueles sujeitos vagando pelas ruas das cidades e vilas parahybanas. E durante as noites, “lua dos loucos[as], loucos[as] estão”. Quantos daqueles “alucinados[as] se deixa[ram] ir”? Quantos se “d[ando] ao relento, num mar de lua... por toda parte, louco[a]...”⁶⁸⁰.

A situação dos retirantes, loucos[as] ou não-loucos[as], não tenderia a mudar durante os anos 1880, como o[a] leitor[a] poderá observar no capítulo seguinte. Entretanto, sob a influência das mudanças sociais decorrentes da abolição da escravidão ou pela implantação da República, observar-se-á a intensificação das lutas pró-asilo de Alienados, que continuavam a ter como principais entusiastas os provedores da Santa Casa de Misericórdia.

⁶⁸⁰CORREIA. Raimundo. **Prenilúnio**. In. Textos Escolhidos 1948. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. Acesso em 12.11.2014.

CAPÍTULO IV

O “ASYLO” DE ALIENADOS DA CRUZ DO PEIXE: DIMENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA LOUCURA NA CIDADE DA PARAHYBA

Quando, em maio de 1888, a Gazeta da Parahyba anunciou que no interior da Província os sintomas de seca começavam a se revelar, na capital da Parahyba, o medo que flagelo semelhante àquele que ocorrera em 1877 voltasse a se repetir tomou conta dos habitantes daquela cidade, o que produziu um grande alvoroço na população, que ainda conservava, na memória, os horrores daquela calamidade⁶⁸¹. Não demorou para que as elites intelectuais e econômicas viessem a reclamar, dos administradores da Província, ações que pudessem atenuar os efeitos daquela seca que, profeticamente, provocaria uma catástrofe tremenda. E, outra vez, os discursos destes homens sugeriam preocupações com as populações sertanejas que começavam a ocupar as ruas e caminhos daquela capital.

Assim, visando conter os males provocados pelo aumento desproporcional da população da cidade da Parahyba, o governo tentou, sem sucesso, *internar* os sertanejos para suas terras, o que foi incentivado pela promessa de distribuição dos “socorros públicos”; também não obteve êxito a parceria entre as elites agrárias e o governo Federal, o que resultou na criação de colônias agrícolas onde foram empregados muitos retirantes em benefício daqueles “homens grandes”; o emprego dos retirantes nas frentes de trabalho não comportava tanta gente, de forma que, tal como se observou durante os anos da seca de 1877, também durante os anos de 1888-89 eram inúmeros os homens e mulheres, de todas as idades, que “se finavam de pura fome”.

Baldadas as tentativas do governo, e como se começasse a se desenvolver naquela cidade inúmeras doenças, inclusive a varíola, o que ameaçava o *ar, as águas e os lugares*, as elites da cidade da Parahyba, notadamente, os grupos que faziam oposição aos governos que se estabeleceram, de base imperial e escravocrata, passaram a reclamar providências.

Diante de complicado quadro nosológico e em face da grande demanda por tratamento de saúde no Hospital da Santa Casa, os provedores encetaram as campanhas pró-

⁶⁸¹ JAGUARIBE APUD. ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980. p. 214.

construção de um Asilo de Alienados. Complicada questão que percorreu um caminho nada linear, primeiro combatendo a permanência de variolosos e demais doentes contagiosos no Hospital do Centro da cidade da Parahyba, o que fez reabrir o Hospital/ Enfermaria da Cruz do Peixe; depois, em face de desentendimentos políticos entre a provedoria da Santa Casa e o governo Provincial instalou-se a questão da transferência do Hospital de Santa Izabel para o distante Sítio da Cruz do Peixe⁶⁸², o que foi largamente combatido pelos irmãos da Misericórdia até meados da década de 1880, como se verá. Finalmente, no final daqueles anos, observa-se um movimento inverso, onde o domínio útil e a posse do referido “Sítio”, outrora combatida pela Irmandade da Misericórdia, passou a ser reclamado por esta instituição que pretendia construir ali, com subsídios dos “philanthropicos” governos da Província da Parahyba, não só um Hospício moderno e condizente com a ciência médica da época, mas, principalmente um novo Hospital para a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba.

No final do século XIX, como se a situação higiênica, social e política na cidade da Parahyba se agravasse substancialmente em decorrência da seca, da abolição da escravidão e da proclamação da República, o governo Estadual visando minorar o sofrimento da população daquela Capital e, ao mesmo tempo, desresponsabilizar-se da gestão da saúde das populações pobres e dos alienados[as] da Província da Parahyba resolveu a “questão” do Sítio - transformado durante o último governo imperial em lugar de sofrimento e morte, o que levantou inúmeras censuras contra o governo e contra a classe médica-, doando-o à Santa Casa de Misericórdia, afim de fazer sobrestar o tratamento desumano que predominou ali durante os anos da seca de 1888-1889.

4.1 Os anos 1880 e as lutas pela construção de um “Asylo” de Loucos[As] na Cidade da Parahyba

*Os vivos exemplos de 1877 ainda ahi estão vivos e palpitantes...
Uma cousa entretanto sabemos nos succederá: abrir-se hão os hospitais!*

Gazeta da Parahyba, 25.05.1889.

⁶⁸² Ver Planta 03.

O anúncio de que “achava-se terminado o terrível flagelo da seca [de 1877-79]” foi experienciado de diferentes maneiras por sertanejos e pelos “estabelecidos” habitantes de Parahyba do Norte. Diante disso, muitos foram os sertanejos que se encheram de esperança e se puseram em marcha para retornar as suas terras de origem onde, acreditavam, teriam fartura de água e alimentos para pôr fim às suas misérias. Também os homens e mulheres da Capital parahybana comemoraram as chuvas que caíam no Sertão por vários motivos. E, sem demora, começaram a reclamar do governo provincial os meios para apressar a regresso daqueles “hóspedes”, até mesmo abaixo-assinados foram feitos pelas elites daquela cidade para pressionar o governo a retirar das ruas, ladeiras e becos da cidade da Parahyba, aquela gente “sem hábitos”, que ali se juntavam “perigosamente” aos “montes de lixo, animais mortos em putrefacção, matérias fecais e aguas podres estagnadas”⁶⁸³. Isso tanto denunciava o mau estado sanitário da cidade naquele momento, como revelava as más condições de vida a que estiveram submetidas aquelas populações.

Neste sentido, com o propósito de livrar a Capital parahybana da incômoda presença daqueles sertanejos, o governo da Província criou novos créditos com as verbas de socorros públicos, distribuiu passagens, alimentos, sementes, ferramentas, dentre outros “benefícios”, para aqueles que se propusessem a tomar o caminho de volta para o Sertão, conforme anunciou o *Jornal o Liberal Parahybano* em diversas edições do ano de 1879⁶⁸⁴, que, por sinal, naquela ocasião era da situação.

Ocorre que, apesar das manobras do governo, não foi pequeno o número daqueles que se recusaram a voltar para os sertões, o que, dentre outras coisas, deveu-se à falta de esperança do sertanejo, que nada podia fazer contra os desígnios da natureza⁶⁸⁵ e, principalmente, devido à falta de confiança no governo provincial experimentada durante os três anos da seca⁶⁸⁶. Até porque, ninguém poderia garantir que a safra seria boa e, neste caso,

⁶⁸³FONCECA, Ivo Magno Borges do. **Relatório da Inspetoria de Saúde da Parahyba**, em 27 de jul. de 1881. In. CARNEIRO, Justino Ferreira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte pelo presidente**, em 21 de set. de 1881. Parahyba, Typ. do Liberal Parahybano, 1882, p. s1-2.

⁶⁸⁴O *Jornal “O Liberal Parahybano”* era um órgão do Partido Liberal, veiculando quase sempre assuntos de interesse do Partido Liberal.

⁶⁸⁵Sobre as causas e consequências da seca no Sertão, sobre a irregularidade das chuvas naquela área, ver a Série “Memória” do Engenheiro Francisco S. da S. Retumba, publicada no *Jornal Gazeta da Parhayba*. Ver especialmente a publicação do dia 27 de setembro de 1888. Sobre a desesperança do sertanejo em regressar ao Sertão, a reportagem publicada no *Jornal “O Liberal Parahybano”*, de 07.06.1879, observou que depois da frustação das chuvas de janeiro e fevereiro de 1879, “o resto da população que ainda nutria alguma esperança no inverno, desiludido afluê para o litoral”. E, novamente, chama a atenção para aquela aglomeração nas ruas de Parahyba, sugerindo que é fácil prever qual será o estado a que vai fiar reduzida aquela cidade.

⁶⁸⁶Inúmeras são as denúncias acerca dos desvios das verbas públicas e desconfiças em torno das comissões de socorros públicos nomeadas pelo governo, para o que a notícia no título “Notas da Semana” da *Gazeta da Parahyba*, de 07 de maio de 1889, é um exemplo. A matéria que fala sobre a situação da cidade com a chegada

se faltasse o auxílio do governo, quão grande seria o sacrifício de fazer o caminho de volta até à Capital. Também, alguns destes sujeitos “acha[vam]-se convenientemente domiciliados”, tendo constituído alguma forma de sociabilidade com os estabelecidos habitantes de Parahyba⁶⁸⁷ e, por certo, houve outros motivos, que a documentação estudada não permitiu conhecer, para que muitos sertanejos tenham preferido permanecer ali. Calcula-se que cerca de um 1/3 da população de retirantes, que migrou para aquela Capital entre os anos de 1877-79, permaneceu na cidade⁶⁸⁸. Isso era considerado inadmissível para suas elites que, falando em nome dos seus *estabelecidos* habitantes, continuavam a pedir providências ao governo para afastá-los do espaço citadino centralizado⁶⁸⁹.

Foram muitos os que deixaram a cidade de Parahyba, cada qual movido por esperanças de dias melhores, muito embora, não soubessem por quanto tempo poderiam lá permanecer, já que no Sertão, depois de alguns meses ou anos próspero, “surdamente, imperceptivelmente, num ritmo maldito, se despeg[am], a pouco e pouco, e ca[em], as folhas e as flores, e a seca se desenh[a] outra vez nas ramagens mortas das arvores decíduas...”⁶⁹⁰. De todo modo, as elites políticas, econômicas e letradas da capital parahybana acreditavam que não demoraria até que a aquela cidade estivesse completamente livre dos indesejáveis hóspedes, o que traria de volta à normalidade [que vigorou ali até a ocorrência daquela seca].

A imprensa logo iniciou suas campanhas contra a inoperância das Câmaras Municipais e, principalmente, contra o Governo da Parahyba, a quem responsabilizava por aquela situação insustentável, afinal, a segurança pública pedia medidas urgentes, tal como denunciado pela Revista “A Ideia” de 27 de dezembro de 1879, na “Secção Noticiosa”⁶⁹¹:

de sertanejos, por ocasião da seca de 1888-89, trouxe à tona a falta de confiança do sertanejo nas comissões, diante do que procuravam a Capital por acreditar que aqui o desvio era menor.

⁶⁸⁷Sobre as sociabilidades e o estabelecimento de retirantes na Capital parahybana o jornal “O Liberal Parahybano”.

⁶⁸⁸ Com base nas informações contidas no “Quadro demonstrativo dos núcleos coloniais fundados com retirantes na província da Parahyba”, o número de homens, mulheres e crianças sertanejos que permaneceram naquela paragem “miseravelmente” instalados, nas ruas ou em casa de palhas, era superior a doze mil. Ver. Ver. Exposição feita pelo 2º vice presidente da Parahyba, José Rodrigues pereira Junior, em 30 de abril de 1880.

⁶⁸⁹Jornal A Opinião de 29/11/1877.

⁶⁹⁰CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984. p. 44.

⁶⁹¹Revista A Ideia surgiu em outubro de 1879, como um instrumento de “combater o crime, profligar os costumes antagônicos, para descobrir a verdade que assignala o progresso, para garantir a todos a liberdade”. Politicamente, a revista se revestia de um ideal de combate ao governo, dizendo-se inspirada nos movimentos franceses em curso naquele momento, ou seja, nas ideias ilustradas. De acordo com os editores, por meio da “Secção Noticiosa”, “far[iam] chegar aos espíritos o desenvolvimento das artes e das sciências, far[-se-á] a luz nos tenebrosos mistérios do crime, denunciaremos o abuso da autoridade, transcrever[se-á] os actos mais importantes do governo, relataremos enfim os factos mais curiosos d’aqui e d’alem-mar. Teremos uma secção critica, de que vos não deveis arreceiar, tarefa difficil, mas útil a perfeição dos costumes”. Revista A Ideia, 05/10/1879. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/aideia1879.html>. Acesso em 02.03.2015.

Que a garantia individual e de propriedade vai desaparecendo desta capital; que varias cazas de família tem sido invadidas e roubadas por “industriosos” que nem mesmo de dia temem a policia, sendo de lastimar que factos tão desmoralizadores se reproduzão constantemente e obriguem o cidadão à viver entrincheirado e armado no seu próprio lar⁶⁹².

A matéria concluía, afirmando que esta situação se devia à “falta de força publica, que não pode por seu número limitado rondar todas as ruas a qualquer hora da noite, como seria para desejar e se torna indispensável”⁶⁹³.

Eram enfáticos quanto à presença dos retirantes que continuavam a viver oprimidos nas ruas da Capital por inação das elites políticas que se mostravam desinteressadas por aquela causa⁶⁹⁴. No editorial de 05 de outubro de 1879, a Revista *A Ideia* lançou acusações sobre as elites dirigentes da Província, nos seguintes termos:

Aqui, dores mudas e isoladas, lagrimas de sangue agarradas á faces mascilentas; qual a vala enorme devorando, na sua cova insaciável as victimas da inanição por toda parte, um rastejar de vermes, hediondos interesses, como lavras de podridão social agitando-se em torno da miséria e além⁶⁹⁵.

Apesar das questões políticas que atravessam tais críticas, de uma maneira ou de outra, elas cumpriam o papel de acossar as governanças a tomarem providências. Assim, o governo, visando acalmar os ânimos dos estabelecidos habitantes de Parahyba, e, sugerindo agir em defesa da higiene e segurança pública, criou 31 núcleos coloniais para recolher os retirantes que insistiram em ficar nas “passagens daquela cidade”. A iniciativa do governo pode ser explicada nos seguintes termos: nas colônias, estabelecidas em propriedades particulares, os retirantes cultivariam as terras “sem outra retribuição ou compensação que um dia de trabalho [por] semana”, ficando a administração do núcleo sob os cuidados do proprietário da terra⁶⁹⁶. Além disso, o governo com sua “generosidade e solicitude invejáveis” comprometia-se a fornecer às famílias sertanejas que aderissem aos núcleos “a ferramenta necessária para o trabalho agrícola, sementes e uma muda de roupa”, uma única vez. Também o governo se obrigava a prover a alimentação destas populações por oito meses, quando os colonos passariam a se manter com o lucro proveniente de seu trabalho⁶⁹⁷. Com estas medidas, acreditavam que a

⁶⁹²Revista A Ideia, 27/12/1879.

⁶⁹³Revista A Ideia, 27/12/1879.

⁶⁹⁴Sobre os perigos da presença dos retirantes nas ruas ver o jornal Gazeta da Parahyba”, de 07 de maio de 1889.

⁶⁹⁵Revista A Ideia, 05/10/1879.

⁶⁹⁶PEREIRA JUNIOR, José Rodrigues. **Exposição feita pelo excellentissimo presidente da provincia da Parahyba do Norte**, em 30 de abr. de 1880. Parahyba do Norte. 1880, p.2.

⁶⁹⁷Ibidem, p. 2.

Capital ficaria, portanto, “despovoada dos numerosos retirantes que enchiam as ruas e os passeios das casas”, pois até mesmo os empregos nas obras de estradas foram suspensos, com o objetivo de que aqueles sujeitos se inscrevessem nos núcleos. Tudo com o fim de fazer “desapparec[er] portanto a população fluctuante que a secca fez descer para a capital”⁶⁹⁸.

Mas não seria por muito tempo que aqueles homens e mulheres ficariam ali. Ora, considerando que o colono trabalharia seis dias para o rendeiro das terras e apenas um para si, ou seja, os sertanejos empregados nas colônias receberiam a sétima parte da produção, o que, excluindo-se o auxílio do governo, resultaria insuficiente para a subsistência familiar e para a manutenção das atividades agrícolas. Isto explica o porquê de muitas famílias sertanejas terem abandonado os núcleos logo que cessou a distribuição de alimentos por parte do governo. Entende-se, portanto, que a formação das colônias foi mais uma manobra política para engrossar o patrimônio de alguns aliados do governo⁶⁹⁹. Afinal, além dos rendeiros não terem que fazer investimentos de qualquer natureza, ainda teriam mão-de-obra barata, isso quando não estiveram envolvidos em desvios de alimentos, sementes e ferramentas⁷⁰⁰. Inclusive, a corrupção do governo da Parahyba e dos seus aliados, durante os anos de seca, foi tema do Mote publicado na Revista “A Ideia”, na Secção Crítica de novembro de 1879, quando as chuvas já caíam no Sertão, pondo fim àquela terrível seca. Sob o título: “Uma pagina da actualidade”, acusava:

*Mentira!... É Falso!... Ora esta!...
 Quem diz que sam muambeiros? ...
 Sam probos, sam verdadeiros
 _ Os juizes desta festa! ...
 Não há quem dizer-me possa
 Que lhes cauza alguma móssa
 Do tesouro nacional
 O conspícuo delegado,
 Pois se está tudo arranjado
 _ Nunca podem ficar mal*

*A secca que tudo infesta
 Com seu cortejo de horrores,*

⁶⁹⁸O Liberal Parahybano de 30.08.1879.

⁶⁹⁹Segundo o “Quadro demonstrativo dos núcleos coloniaes fundados com retirantes na província da Parahyba”, de abril de 1880, os proprietários ou rendeiros de terras era homens de grande prestígio político. Ver. PEREIRA JUNIOR, José Rodrigues. Op. cit.

⁷⁰⁰Em várias edições do Jornal “O Liberal Parahybano” de 1879 e 1880 há referências a inúmeros casos de corrupção por parte dos proprietários das terras arrendadas, o que, conforme sugerem as notícias feitas por um jornal aliado, quase sempre eram julgadas improcedentes, julgando-se inocentes aqueles homens. De acordo com o “Quadro demonstrativo dos núcleos coloniaes fundados com retirantes na província da Parahyba”, de abril de 1880, o próprio padre Lindolfo José Correa das Neves, se tornou um dos maiores beneficiários daquele sistema de produção, vindo a ter em sua propriedade Mussurú mais de 366 famílias em regime de colonato, sendo que o número inicial era superior. Ver. PEREIRA JUNIOR, José Rodrigues. Op. cit.

*Fez condes, comendadores
 _ Os juizes desta festa.
 Grande foi a piedade
 Co'as victimas da C'lamidade,
 Nesta quadra sem igual!
 Oh, meu Deu! Que patriotas! ...
 Que se fizeram patotas
 _ Nunca podem ficar mal*

*E se o governo requesta -
 Muambeiro – vêr quem é,
 Ponham-se todos de pé
 _ Os juizes desta festa! ...
 Podem usar baronatos,
 Aceitem officialatos
 Nesta infrene saturnal;
 Quem já não comeu – comesse,
 Os que entraram mèsse
 _ Nunca podem ficar mal.*

*[...]Se o mal á todos impesta
 Nesta quadra de amargores,
 Aposto: _ não sam autores
 _ Os juizes desta festa.
 Se apoderaram de uns cobres
 Também, coitados, sam pobres!
 E comeram por igual;
 Se hoje soltam queixames
 Não há razão de ciúmes,
 _ Nunca podem ficar mal⁷⁰¹.*

Produzido por um grupo de oposição ao então governo da Parahyba, o poema denuncia práticas de corrupção realizadas por sujeitos pertencentes às elites políticas e econômicas locais, da polícia e mesmo por membros do judiciário que, em prejuízo das massas de retirantes, aumentaram seu poder e sua fortuna. A dimensão do poema, entretanto, só pode ser alcançada quando se toma conhecimento de eventos como o que foi publicado no dia 09 de agosto de 1879, pelo Jornal O Liberal Parahybano, que era um órgão aliado do governo, trazendo à tona, não só as querelas políticas que envolviam Liberais e Conservadores na Parahyba, mas, também, as irregularidades na administração pública, ao felicitar os chefes da comissão de socorros da Vila de Ingá, por terem sido absolvidos das acusações de corrupção feitas pelo promotor daquele lugar. O aludido Jornal citou os termos da incriminação:

Tendo o governo da província remetido aos acusados diversos gêneros para serem exclusivamente distribuídos aos infelizes indigentes flagelados pela secca, cuja remessa fora feita em princípio do andante mez, acontece que os

⁷⁰¹Revista A Ideia, novembro de 1879.

acusados, abusando da confiança n'elles depositados pelo mesmo governo, mandaram vender a maior parte dos mesmos gêneros, como efetivamente foram vendidos...⁷⁰²

Em defesa dos interesses do partido e dos “juizes desta terra”, o mesmo jornal acusou o promotor de ser insensato, por ter indiciado por “infamante crime de furto ou estelionato em bens da fazenda nacional”, homens “qualificados e de honrosos precedentes”. Concluía afirmando ter sido “esplendido o triunfo daqueles juizes”⁷⁰³, que, por certo, “nunca pode[riam] ficar mal”.

No final dos anos 1880, acusações semelhantes foram desferidas pelos redatores do Jornal Gazeta da Parahyba contra os governantes e comissões de socorros instituídas durante a seca “setenta e sete tirana”. Lembrava: “os socorros - só serviram para socorrer e engrossar a fortuna de alguns particulares sem escrúpulos, enquanto que aquelles a quem eram destinados viveram um verdadeiro martírio de Tântalo: viam o alimento e morriam a mingua dele!...”.⁷⁰⁴

No mesmo diário, podia-se ler ainda que o auxílio do Governo, “tão oneroso ao paiz, era absolutamente inútel à parte sofredora da humanidade, nesta infeliz província”. E dizia mais: “de todas as províncias azorragadas pelo flagelo de que ora nos ocupamos [a seca de 1877-79] foi a Parahyba a maior victima”. Comparando à Província do Ceará, afirmou que aquela soube tirar proveito da calamidade, enquanto “a Parahyba, com os mesmos elementos, afundou-se no abysmo”.⁷⁰⁵

Finalmente, se as notícias e acusações de um ou outro órgão publicitário estavam revestidas de interesses político-partidários, isto não implica em dizer que, ao desbaratar os esquemas de corrupção um do outro, houvesse, por parte dos membros daqueles partidos, o interesse em minorar o sofrimento das populações sertanejas vitimadas pela seca. A documentação sugere que não havia esta preocupação. As misérias dos retirantes eram noticiadas naqueles periódicos, conforme se pôde notar, para exaltação daqueles que tinham êxito nas medidas criadas para retirar, daquela Capital, aquela gente nomeada pelas elites parahybanas como “perigosa”.

⁷⁰²Ver O Liberal Parahybano de 09.08.1879.

⁷⁰³No jornal o Liberal Parahybano do dia 25.09.1879, foi citado que os promotores públicos denunciaram os administradores das colônias de Mamanguape e Alagoa “por receberem maior quantidade de gêneros do que éra necessário para suprimimento dos colonos; figurando existir na colônia maior número de retirantes do que effectivamente existia e existe”. Na edição do dia 21.10.1879, denuncia-se o bacharel de nome Aristides Cesar de Almeida por corrupção das verbas socorros públicos.

⁷⁰⁴Conforme Jornal Gazeta da Parahyba de 26.10.1888.

⁷⁰⁵Ibidem.

Dito isto e, em face da natureza contratual dos núcleos coloniais, o certo é que, pouco-a-pouco as ruas de Parahyba foram sendo novamente ocupadas por aqueles homens e mulheres que, mal acolhidos, sem habitação ou emprego, eram acusados de serem os culpados pelo reaparecimento de doenças e pelo aumento dos comportamentos não-virtuosos. Outra vez, o mau estado sanitário da cidade ocupou as páginas dos relatórios dos Presidentes da Província e dos Inspetores de Saúde Pública da Parahyba, não para descrever as desgraças experimentadas pelos retirantes ou para relatar as inúmeras epidemias que se precipitaram naquela Capital, devido à grande aglomeração de pessoas “miseráveis” e consideradas sem “hábitos”, mas para denunciar e/ou justificar aquela situação nada salutar, transferindo a outros a culpa, conforme pode ser notado na “Publicação Solicitada”, pelo Inspetor de Saúde Publica da Parahyba, em resposta ao editorial publicado no Jornal “O Commercio”, do dia 16 de fevereiro de 1879. Naquela data, o referido periódico publicou matéria que tratava da salubridade daquela Capital “julga[ndo-a] profundamente alterada”, lançando sobre Dr. Milanez a culpa por aquele estado de coisa. O Inspetor objetou as provocações nos seguintes termos:

É em virtude d’esse cargo, que venho justificar-me das arguições, que me fez o “Commercio” [...]. Não é tão assustador como descreve o “Commercio” o estado sanitário d’esta capital.

[...] É sabido, que na estação actual, quando se dá a transição do verão para o inverno, as febres e outras moléstias comuns se desenvolvem em maior escala, em virtude do excesso de miasmas, que se desprendem d’esses inúmeros focos de infecção, que se encontra em cada canto da cidade, e até em muitas de suas ruas mais publicas.

[...] Reconhecendo a inconveniencia de serem tratados no hospital da Santa Casa de Misericórdia os affectados de varíola, reclamei a criação de um hospital para o exclusivo tratamento d’esses doentes⁷⁰⁶.

O médico observou, ainda na mesma publicação, que julgava censurável o transporte dos cadáveres de variolosos do hospital da Cruz do Peixe para a Cidade Baixa, onde se localizava o Cemitério Público de Parahyba do Norte, em face do que, o inspetor afirmou ter autorizado que os enterramentos fossem realizados nas imediações do hospital, no mesmo Sítio.

Não se dando por satisfeito, também em seu relatório de Inspetor de Saúde, em 1883, Dr. Milanez ressaltou que a higiene pública era o meio mais eficaz para a conservação da saúde e para garantir a qualidade de vida de todos os membros da sociedade, desde que “quando executada com o zelo e interesse, que deve inspirar ao Governo, impondo-se de um modo auctoritario as suas prescrições”. Por conseguinte,

⁷⁰⁶ Jornal Gazeta da Parahyba de 27.02.1879.

porquanto as medidas prescriptas e aconselhadas por suas benéficas e salutareis Leis para preservá-la de acidentes de toda natureza, são tractadas com indiferentismo e abandono, quando não são transgredidas por caprichos, e interesses individuaes⁷⁰⁷.

Dr. Milanez, ao passo em que se defendia das reclamações que, segundo ele, eram cada vez mais constantes na imprensa, acusou as Câmaras Municipais de não exercerem seus deveres legais quanto à salubridade da cidade “por desídia, ou por indolência e falta de cumprimento de deveres de seus agentes, ou finalmente por não disporem de recursos pecuniários”⁷⁰⁸.

Como se não fosse o bastante, o Inspetor de Saúde, ainda com o objetivo de se eximir da responsabilidade pela má higiene pública, excitou os ânimos entre o governador da Província e as vereanças municipais. Lamentou a “penosa posição” que ocupava, dizendo-se desanimado e desgostoso por estar exposto às críticas e censuras que lhes eram feitas, segundo seu próprio julgamento, “injustamente”⁷⁰⁹.

Então explicou as razões da insalubridade da Capital, não sem antes afirmar sua competência como médico para investigar e estudar aquelas causas. Destacou que, de todas as atribuições do seu cargo, a higiene pública municipal era aquilo que mais o preocupava, pois, a limpeza e asseio da cidade somente poderia ser conseguido com um regular serviço de coleta de lixo e a promoção do esgotamento das águas servidas e pluviais. Milanez sublinhou ainda que,

Nada há mais perigoso, e mesmo mais nocivo a salubridade do que habitar-se em uma cidade, onde se achão em cada canto todos os gêneros de infecções, sem que haja uma policia sanitária, que proteja e preserve a população das emanações incommodas e deletérias, que sem interrupção, envenenão o ar que se respira!⁷¹⁰

Dr. Milanez apontava, ainda como “focos deletérios” para a saúde da população da cidade da Parahyba, a existência de pântanos em várias partes da cidade, especialmente nas áreas próximas aos Rios Sanhauá e Jaguaribe, recomendando a desobstrução dos mesmos a fim de que as águas tivessem livre curso. A má colocação do Cemitério, o sistema de enterramentos, a falta de asseio do matadouro, o lamaçal existente no Porto [do Capim, provavelmente], assim

⁷⁰⁷MILLANES, Abdon Felinto. **Relatório da Inspeção de Saúde da Parahyba** em 1º de setembro de 1883. In. NASCIMENTO, José Ayres do. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte**, em 4 de out. de 1883. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1883, p. AC-1.

⁷⁰⁸Ibidem, p. AC-1.

⁷⁰⁹MILLANES, Abdon Felinto. Op. cit. p. AC-1.

⁷¹⁰Ibidem, p. AC-3.

como a falta de um Lazareto eram outras tantas causas da insalubridade da Capital. No entanto, nenhum destes focos parecia, aos olhos daquele Inspetor de Saúde, merecer maior atenção que o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que segundo ele “além de não oferecer ele as condições hygienicas indispensáveis a taes estabelecimentos, acha[va]-se colocado no centro da cidade e em uma das suas mais importantes ruas”⁷¹¹.

O relato do Dr. Milanez, que também exercia o ofício de médico naquele nosocômio, vinha reavivar a necessidade de que fosse edificado um novo prédio para o referido Hospital, o que aliás, embora fosse reclamado de longas datas, foi posto em segundo plano, por ocasião de um projeto de lei que tramitou entre os anos de 1878 e 1879 e que pretendeu transferir o hospital para o prédio provincial da Cruz do Peixe, diz-se, para o mesmo edificio onde funcionou a Enfermaria de variolosos durante a seca de 1877-79.

Em que pese, a ideia de retirar do Centro da Capital parahybana o referido Hospital, provavelmente, surgiu após a Santa Casa de Misericórdia cobrar uma dívida que o Thesouro Provincial tinha com a Instituição, tendo como pivô o relato do padre Lindolfo José Correa das Neves, pois a atenção para a Lei Provincial nº 635, de 26 de julho do ano de 1876, que havia elevado para nove contos, duzentos e dois mil réis (9:232\$000) a subvenção paga à Santa Casa. Segundo o provedor, a lei não estabelecia nenhuma vantagem para o estabelecimento visto que reestabelecia, no Art. 2º, § 8º, as pensões que seriam obrigadas a pagar. Lembrou:

o Thesouro Provincial, infelizmente, deve-nos não só a subvenção de varios annos, como também os emmolumentos dos navios, arrecadado pelo Consulado, que nos pertencem, os quais, bem longe de fazer parte da receita provincial são um depósito com destino ao curativo dos tripolantes, curativo que o Hospital fielmente faz.⁷¹²

Segundo aquele provedor, a dívida do governo parahybano com a Santa Casa naquele momento era de 13:606\$508 rs. A cobrança, feita de forma agressiva pelo padre Lindolfo Neves, que atacava não só o governo do Dr. José Paulino de Figueiredo, mas também, as administrações anteriores, provocou grande contenda entre aquela Irmandade e a administração provincial, dando início à “questão da mudança do Hospital da Santa Casa para o Sítio da Cruz do Peixe”.

Diante do exposto, sabendo que o Presidente da província era, desde 1852, Protetor da Santa Casa, e que cabia a ele a indicação do nome do irmão que seria o provedor e, ao mesmo tempo, tendo conhecimento acerca da participação do padre Lindolfo José Correa das Neves na

⁷¹¹Ibidem, p. AC-4. Ver Planta 02, e Ilustração 03 na página 144.

⁷¹²NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1878.

vida política da Parahyba, na qual, além de ter ocupado várias vezes o cargo de Provedor da Santa Casa, foi também Deputado Provincial e bacharel em Direito, envolvendo-se em acirradas disputas políticas e jurídicas⁷¹³, calcula-se que a cobrança e as acusações que fez em seu relatório tinham motivações não só políticas-partidárias, mas, também, pessoais. Pois, de acordo com o bacharel Cardoso Vieira, em seu jornal “O Bossuet da Jacoca”, o padre Lindolfo Neves:

Quando se senti[a] envelhecer n’um partido, [ia] bater as tendas do outro, e como essas prostitutas que mudam de praça, êi-lo rejuvenescido, adulado e celebrado! Durará eternamente esta farsa? [...] Um tal salteador político que se embosca na imprensa – de uma Província – para atacar a honra, comprometer a paz e o repouso das famílias, corromper a mocidade com o exemplo tremendo de uma prosperidade criminosa, é um inimigo comum⁷¹⁴.

Ainda que não tenha sido encontrado, na documentação consultada, nenhuma informação acerca da relação entre o padre Lindolfo Neves e o então presidente da Província, Dr. Ulisses Machado Pereira Viana [Barão de Abiahy], deduz-se que havia alguma insatisfação ou disputa política entre o referido provedor e aquele administrador, isto porque, o padre Lindolfo Neves assumiu o cargo de provedor, em julho de 1877, por nomeação do Presidente Esmerino Gomes Parente, que era o Protetor da Instituição Santa Casa. Ocorre que Parente deixou o governo Provincial em março de 1878, portanto, antes de terminar a gestão daquele provedor. Neste sentido, talvez, o descontentamento do provedor Lindolfo Neves tenha sido motivado por não ter sido ele novamente designado para o “prestigioso” cargo.

Quanto à questão do Hospital, a situação se tornou mais complexa quando foi levado para discussão na Assembleia Provincial, em 1878, um projeto de lei para discutir o

⁷¹³Lindolfo José Correa das Neves, além de ter-se ordenado padre, também exerceu, por muitos anos, a advocacia, envolvendo-se em grandes escândalos, tal como caso da “Ressuscitada”, Maria Umbelina. Foi eleito sucessivas vezes deputado provincial, ora pelo Partido Conservador, ora pelo Partido Liberal. Também foi jornalista e redator de *O Polímático* e *O Liberal* (1881) e fundou e dirigiu *O Publicador* (1861). Durante sua vida, acumulou muito inimigos pessoais. Uma das campanhas mais violenta que enfrentou foi contra o também bacharel Cardoso Vieira. A competitividade entre os dois levou Cardoso Vieira a criar um jornal para atacar Neves, “*O Bossuet da Jacoca*”. No Jornal, Neves foi comparado a “uma prostituta que muda de praça”, conforme pode ser observado no trecho do periódico citado no “Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX”. Afirmava Cardoso Vieira: “...o nosso homem apresentou-se com uma pena e para mostrar o que valia pegou na primeira honra que achou, e a pôs em pedaços. Depois ofereceu os seus serviços. Os políticos então disseram – sê dos nossos: tu maldizes, tens esse talento, e esse gosto; tu nos serves, faremos tua fortuna. Ele continuou a dizer pulhas e as mulheres a rirem-se; a mostrar o pergaminho e a coroa e o vulgo a admira-lo, a maldizer, e os políticos a aplaudi-lo. O pudor da virgem, a honra da esposa, a reputação do homem de bem, os santos melindres do talento que desponta (sic), nada por mais casto, íntimo e puro que fosse, escapou a essa língua desabrida e a essa pena insolente. Estéril porque o seu talento era, como é, de péssima qualidade, impaciente, móbil, intermitente, e sobretudo porque lhe faltava esse calor de coração que fecunda e faz florescer as idéias; qualquer produção causava-lhe despeitos e elle atirava-se sobre ella com as unhas e o furor de um macaco”. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins>. Acesso em 12.12.2014.

⁷¹⁴In. BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.), op.cit.

litígio, que tinha como “fim remover o Hospital da Santa Casa para o sítio da ‘Cruz do Peixe’ e em pagamento do que ao mesmo Hospital é devedor o Thesouro Provincial”, segundo ressalvou o Provedor da Santa Casa de Misericórdia, Benjamim Franklin D’Oliveira e Mello em seu relatório de 1879⁷¹⁵.

Como é de presumir, a proposta do governo da Parahyba em ceder o referido sítio para liquidar sua dívida com a Santa Casa não foi bem acolhida pelos administradores daquela instituição, julgando ser o prédio provincial da Cruz do Peixe de pouco valor monetário, tanto por suas dimensões arquitetônicas, quanto por sua localização.

A propósito, a distância do Centro da cidade de Parahyba até o Sítio Cruz do Peixe pode ser percorrida pelo leitor a partir da Planta da Cidade da parahyba de 1913, a seguir:

⁷¹⁵MELLO, Benjamin Franklin de Oliveira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 1 de out. 1879.

Planta da Cidade da Parahyba 1913 (Destaque Sítio Cruz do Peixe)

Relação dos edifícios públicos, com letras
que os identificam na Planta

- A. Alfândega
- B. Cadeia Nova
- C. Cadeia Velha
- D. Quartel da Polícia
- E. Igreja de Santo Antônio
- F. Matriz
- G. Paço Municipal
- H. Casa do Mercado
- I. Igreja do Carmo
- J. Igreja das Mercês
- k. Igreja da Misericórdia
- L. Hospital da Santa Casa
- M. Igreja de São Bento
- N. Tesouro do Estado
- O. Palácio do Governo
- P. Igreja do Rosário
- Q. Igreja da Mãe dos Homens
- R. Próprio Provincial da Cruz do Peixe-
Asilo de Sant'Ana
- S. Cemitério da Cruz do Peixe



PLANTA 3 - Planta da cidade da Parahyba em 1913 – WylInna Vidal e Alberto Sousa

Versão modificada por JUNQUEIRA, Helmar Giccelli Formiga Wanderley com base na Planta da cidade da Parahyba de 1913 de VIDAL e SOUSA e a partir da descrição da Cidade da Parahyba feita por Vicente Gomes Jardim.

Fonte – JARDIM, Vicente Gomes. Monografia da Cidade da Parahyba do Norte. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico parahybano, 1911, vol. 3; SOUSA, Alberto; VIDAL, WylInna. Sete plantas da capital paraibana, 1858-1940) João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

Como se observa, o referido Sítio ficava a uma distância considerável da cidade de Parahyba, a norte da estrada de Tambaú, estrada esta considerada de difícil circulação. Além deste, havia outro inconveniente, a existência de um Cemitério que foi construído ali em princípio de 1878, para o enterramento de pessoas acometidas por doenças de caráter epidêmico, e que “ainda não esta[va] concluído, pois sendo situado em um terreno de grande declive, precisa[va] ainda muito aterro para o seu nivelamento”⁷¹⁶.

A existência do necrotério no Sítio foi um dos argumentos usados por médicos, pelo provedor e demais irmãos da mesa administrativa da Santa Casa, para justificar a recusa da oferta feita pelo governo, pois, segundo aqueles homens, tornava o lugar impróprio para o funcionamento de um Hospital, ainda mais se se considerar o número de enterros ocorridos na cidade da Parahyba, entre os meses de maio a novembro de 1878, que foi de 8251 pessoas⁷¹⁷.

A desconfiança dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia em relação à salubridade do Sítio aumentou ainda mais quando o próprio governo da Parahyba, por certo influenciado pelo corpo médico daquela Capital, receando que o Cemitério novo na Cruz do Peixe, “situado junto ao hospital de variolosos, não se prestasse aos serviços ordinários”⁷¹⁸, nomeou uma comissão para estudar as possibilidades de construção de um terceiro Cemitério. Isso, todavia, não veio a acontecer naquele momento. Sendo assim, aquele necrotério continuou, apesar da grande demanda, “funcionando de um modo pouco regular para satisfazer a necessidade pública”. E não poderia ser diferente, pois, conforme relato do padre Galvão, apesar da localização, “existiam serventes incubidos exclusivamente de condução de cadáveres para os cemitérios”⁷¹⁹.

A fim de se conhecer a situação da referida necrópole e os inconvenientes que trazia ao Sítio, para onde se pretendia transferir o Hospital da Santa Casa, naquele momento em que se acreditava, ainda, nas emanções miasmáticas⁷²⁰, é importante examinar na Tabela 07 o número de inumações realizadas naquele Cemitério, no período que compreende os cinco primeiros meses de 1879, quando o número de óbitos em Parahyba do Norte já havia diminuído

⁷¹⁶Jornal O Liberal Parahybano de 28.08.1879.

⁷¹⁷Conforme Tabela 03 deste estudo.

⁷¹⁸Jornal O Liberal Parahybano de 28.08.1879.

⁷¹⁹Relatório do presidente da Província da Parahyba, Pe. Feliciano Benicio da Fonseca Galvão, 1879, p.21.

⁷²⁰Apesar já circular nos jornais daquela Capital as ideias de Pasteur sobre micro-organismos, tais como o vírus, predominava entre os médicos parahybanos a crença nas emanções miasmáticas. Ver Jornal O Liberal Parahybano de 14.03.1883.

significativamente, em relação aos meses de maio a novembro de 1878, conforme sugerem os dados das Tabelas 03, 04, 05 e 06 existentes neste mesmo estudo.

TABELA 07: Inumações do Cemitério da Cruz do Peixe (Janeiro-Maio de 1879)

	1879					Total
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	
Enterramento	251	179	223	210	284	1147

Fonte: Relatório do presidente da Província da Parahyba, Pe. Feliciano B. da Fonseca Galvão, 1879.

Note-se que o número diário de mortos em Parahyba naqueles meses era de aproximadamente 8, o que ainda era elevadíssimo, e, dado a inexistência de um outro Cemitério onde pudessem sepultar os corpos, os números só reforçavam os discursos dos provedores e médicos acerca da inadequação da transferência do Hospital da Misericórdia para o referido sítio. Ora, durante anos a fio os discursos dos gestores públicos e das elites letradas, influenciados pelos conhecimentos médicos, foram contrários aos sepultamentos dentro das igrejas, por acreditarem que as emanções cadavéricas eram prejudiciais à saúde. Visto por este viés, nada mais incongruente que pretender levar o Hospital da Misericórdia para um edifício que, além de ser antigo e pequeno, se avizinhava de um Cemitério.

Assim, visando barrar esta prática considerada tão prejudicial aos interesses da Santa Casa, o Provedor Benjamin Franklim d'Oliveira e Mello, recusou-se contundentemente a receber o Sítio como pagamento da dívida, solicitando, em conformidade com a Lei provincial de 8 de Março de 1878, Art. 22, e com base no Regulamento nº 21, que a liquidação da dívida fosse realizada até o final de dezembro daquele ano⁷²¹.

A guerra entre Provedores e Presidente da Província parecia declarada. Assim, em Sessão de 23 de Janeiro de 1879, o governo provincial respondeu às provocações determinando:

Art. 1º Fica o Presidente da Província autorizado a dar em pagamento a Santa Casa de Misericórdia pelo que lhe deve o Cofre Provincial de subvenção o próprio provincial da Cruz do peixe.

Art. 2º Logo que seja desmontado o hospital de variolosos, existente no mesmo prédio, será para ele removido o hospital da Santa Casa de Misericórdia.⁷²²

⁷²¹MELLO, Benjamin Franklin de Oliveira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 1 de out. 1879. (manuscrito)

⁷²²PARAHYBA DO NORTE. **Decreto de 23 de janeiro de 1879**. Parahyba do Norte, 1879.

Para evitar que a Lei de 23 de Janeiro de 1879 viesse a ser cumprida, foram nomeadas comissões constituídas por provedores, membros da mesa administrativa e médicos da instituição a fim de avaliar a situação do prédio provincial e a [in]conveniência do Sítio para o funcionamento do citado Hospital. Dentre outras coisas, foi observado “que onerosíssimos se tornarão os cargos de Provedor, Mordomo do Hospital, e Capellão pela **grande distância, que vae d’esta cidade aquele lugar**”⁷²³. (grifos da autora). Também se enfatizou que, ocorrendo aquela mudança “ser[ia] mister elevar os ordenados dos médicos e capellão, e criar o lugar de administrador, sem falar nas despesas indispensáveis para que o edifício ofere[cesse] as necessárias comodidades”⁷²⁴. Acrescente-se a isso, o fato de ser o sítio foreiro, o que implicaria no pagamento deste tributo, tornando-se dispendioso para aquela instituição, que estava sempre reclamando da insuficiência de suas rendas. Estes foram alguns dos motivos alegados pelos provedores da Santa Casa para impedir a transferência do Hospital para o Sítio da Cruz do Peixe, em face do que insistiram para que o pagamento da dívida da Província fosse feito em apólices.

Em 1879, o padre Lindolfo Neves, que havia sido reconduzido, em julho daquele ano, à Provedoria da Santa Casa, advertia os “irmãos” que a transferência do Hospital para aquele sítio iria resultar, possivelmente, “no aniquilamento d[a] Pia Instituição, que não disp[unha] de meios para fazer face ao acréscimo de despesas, que essa remossão deve[ria] causar”⁷²⁵. Afinal, o Hospital, apesar da sua situação nada lisonjeira, no Centro da Cidade, era “o mais importante canal de derivação de rendas, o que exig[ia] grande cuidado, e seria atenção”⁷²⁶. O padre Lindolfo poderia estar certo. Pois era evidente o desinteresse dos Presidentes da Província em manter aquele nosocômio, apesar de serem eles Protetores daquela instituição. E, conforme já se observou neste mesmo estudo, a ação destes gestores em relação ao hospital limitou-se quase sempre a caiações e pequenos concertos. Diante desta verdade, acredita-se que a aprovação daquele projeto resolveria de uma só vez as pendências do Governo da Província em relação ao Hospital da Santa Casa, pois: 1) extinguiria a dívida de muitos anos de subvenções não pagas; 2) retiraria do Centro da Cidade aquele Hospital, considerado um perigoso foco de contágio, conforme sugerido pelo Inspetor de Saúde da Província, Dr. Milanez.

⁷²³NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1880.

⁷²⁴Ibidem.

⁷²⁵Ibidem.

⁷²⁶Idem. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1878.

Veja que, embora o Hospital da Santa Casa estivesse em péssimas condições, o que era constantemente repetido nos relatórios dos Provedores daquela instituição⁷²⁷, tudo indica que a irmandade não pretendia deixar as ruas Centrais e deslocar-se para as margens, tal como aconteceu com a Cadeia, por exemplo. Entende-se, portanto, que as reclamações da Casa, segundo sugere a documentação consultada, tinham o propósito de viabilizar reformas de grande vulto no antigo edifício e, principalmente, ganhos pecuniários. Inclusive, o estado financeiro da Santa Casa não era mau, como pôde ser observado na Tabela 01, do Segundo Capítulo deste trabalho, muito embora os provedores, raras vezes, tenham admitido isso. Isso porque, apesar de gozar de uma boa situação financeira, não foi constatado interesse algum por parte dos administradores daquela Misericórdia em fazer investimentos por pequeno que fossem naquele hospital. Como se viu, os pequenos concertos feitos no velho edifício foram sempre patrocinados por particulares ou pelos cofres públicos.

A instituição não abriria mão dos seus caprichos, quais sejam: ver edificado, à custa do Thesouro Provincial, um novo edifício para o Hospital e criar um espaço para internamento dos loucos e/ou loucas em lugar separado do hospital. Neste sentido, o padre Lindolfo Neves, em face da questão da dívida e da possível mudança do Hospital da Santa Casa para a Cruz do Peixe, concluiu afirmando que, no Sítio, tudo estava “em péssimas condições de duração, é mais uma verba de despesa para seu custeio”⁷²⁸. A questão da mudança do Hospital para a Cruz do Peixe foi arquivada em fins de 1879, quando o referido padre era provedor. Mas isso não encerrou a questão da dívida que tinha o Thesouro Provincial com a Santa Casa e, tampouco, o destino daquele Sítio, que, embora tenha sido considerado inadequado ao funcionamento de um Hospital, poderia, sob a administração daquela Instituição de Caridade, servir a outros fins filantrópicos, como se observará adiante.⁷²⁹

A propósito, com a desativação do referido nosocômio, os doentes que ali estavam, em número de 15, foram transferidos para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Entre os sujeitos enfermos, havia “algumas moças honestas e sem arrimo, **vários inutilizados, verdadeiros pensionistas**”, acredita-se que se referia a alienados[as]⁷³⁰. Tais homens e mulheres, conforme acertou o padre Lindolfo Neves, seriam assistidos pela Santa Casa sem ônus para o Thesouro provincial, o que causa estranheza, já que este administrador, reclamando

⁷²⁷Sobre isso ver, por exemplo, Relatório do provedor Lindolfo José Correa Neves de 1862. In. NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1862.

⁷²⁸Idem. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1880.

⁷²⁹Conforme COSTA JUNIOR, Oliveira. **Relatório do presidente da Parahyba**, 1880.

⁷³⁰NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1881.

da dívida do governo Provincial, anos antes, gerou a complexa questão da transferência do Hospital.

O antigo edificio da Cruz do Peixe, logo seria reaberto, tal como observou o Inspector de Saúde, Abdon Felinto Milanez. Nos anos posteriores à seca de 1877-79, dado à falta de um Lazareto, foi montada ali uma enfermaria para doenças contagiosas, autorizada pelo presidente da Província em 1883.

Tendo conhecimento, por comunicação da inspetoria de saúde pública e do Provedor interino da Santa Casa de Misericórdia, de que no hospital desta pia instituição, o qual, contra todos os preceitos hygienicos, está colocado no centro da cidade, existiam três **indigentes variolosos**, determinei, na falta de um estabelecimento destinado ao abrigo dos desvalidos affectados de epidemias e doenças pestilenciais, fossem transferidos para o prédio provincial do sítio – Cruz do Peixe –, onde, por vezes se há montado enfermarias provisória, em casos idênticos⁷³¹.

Em que pese, o surgimento de doenças de mau caráter, naquela Capital, fazia levantarem-se reclames contra a falta de um Lazareto, que também veio a ser mais uma voz contra o tratamento de doentes contagiosos no Hospital da Santa Casa, tal como sugeriu o Inspetor de Saúde, Dr. Abdon Felinto Milanez, em 1883, quando respondeu às críticas publicadas no Jornal “O Commercio”. Depois, em 1884, em face do aparecimento de casos de febre amarela, sublinhava que, se existisse um meio de isolar os casos suspeitos da doença, difficilmente ela se transformaria em epidemia. No entanto, não havia na capital da Parahyba nem “um Lazareto, nem um Hospital onde [fossem] tratados os affectados de moléstias contagiosas, dando isso logar a que não se p[udesse] estabelecer quarentenas regulares e os doentes [fossem] tratados no Hospital da Santa Casa de Mizericórdia”⁷³², o que era considerado pelo Inspetor uma prática perigosa para a saúde daquela população.

Note, apesar de não ser possível afirmar se os apontamentos do Dr. Milanez visavam sensibilizar o governo provincial, no sentido de construir um lazareto, a fim de retirar daquele Hospital os doentes graves, o certo é que esta falta era suprida com as “quarentenas” a que eram submetidos tais enfermos, no Sítio da Cruz do Peixe, que continuava sem outra serventia. Isso parecia muito oportuno para os provedores da Santa Casa que, conquanto tenham se recusado a receber o Sítio como pagamento da dívida, deixaram revelar, na documentação

⁷³¹NASCIMENTO, José Ayres do. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte**, em 4 de out. de 1883. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1883, p. 4.

⁷³²MILANEZ, Abdon Felinto. Relatório da Inspetoria de Saúde da Parahyba. NASCIMENTO, José Ayres do. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte**, em 30 de ago. de 1884. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1884, p.A-30.

examinada, interesses em ter aquela propriedade como parte do seu patrimônio. Reforça esta ideia a notificação feita pela Presidência da Província em publicação do dia 24 de novembro de 1883, no Jornal “O Liberal Parahybano”:

Inteirado, por seu officio [do Provedor da Santa Casa] de hontem datado, de não existir na enfermaria provisória da Cruz do Peixe em tratamento doente algum varioloso, para isso que o único que ali havia tivera alta n’aquella data, providencie Vmc. No sentido de serem dispensados os empregados respectivos e fechada a aludida enfermaria, **fazendo entrega das chaves do edificio.**⁷³³ grifos da autora

Além da falta de um lugar adequado para o tratamento de doenças contagiosas, o Hospital, situado no Centro da cidade, também se ressentia de um espaço apropriado para o cuidado dos alienados, que continuavam prisioneiros do andar térreo daquele edifício, com grande incômodo, tanto para os pacientes, como para os moradores das ruas próximas.

Segundo se depreende do relatório do Provedor da Santa Casa:

Nosso Hospital não tem commodos para o tractamento e segurança dos enfermos d’essa espécie, e é fácil de comprehender os prejuízos, que causam ao mesmo Hospital, os encommodos que sofrem para serem contidos, e dão aos demais enfermos. Isolados em quartos mais ou menos seguros, irritão-se, e conservão-se em continuo furor, procurando destruir paredes, pavimento, e tudo o quanto lhe cae ao alcance⁷³⁴.

O texto do padre Lindolfo José Correa das Neves deixa em relevo a incapacidade da Santa Casa em continuar recebendo alienados[as]. Diante disso, o referido provedor aproveitou o momento para arrogar aos poderes públicos a obrigação de prover meio de acolher e tratar adequadamente os loucos[as], sob pena de provocar grandes problemas para a população daquela Capital. Relatou: “sei que as famílias não teem commodos para tractar dessa espécie de enfermidades, e que, vagando pelas ruas, causam prejuízos ao publico e ofendem a moral”⁷³⁵.

O provedor também reclamou da prática das autoridades policiais do interior de remeterem constantemente alienados[as] para a cidade de Parahyba, “procurando assim, livrar a localidade de sua residência d’esses infelizes”, numa prática de banimento análoga àquela representada pela “Nau dos Loucos”. Isto porque, uma vez estando naquela Capital, tais sujeitos ou eram internados no Hospital por ordem superior, ou ficavam vagando pelas ruas e

⁷³³Ver Jornal O Liberal Parahybano de 24.11.1883.

⁷³⁴NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1881.

⁷³⁵Ibidem.

caminhos da cidade, até serem acometidos por uma crise de fúria, quando finalmente seriam conduzidos pela polícia para o referido nosocômio. Esta prática, segundo o referido administrador, só agravava a situação do Hospital, inclusive, o padre Lindolfo Neves, utiliza-se do exagero para convencer os “irmãos” da Santa Casa sobre a necessidade de retirar dali os alienados[as]. Sublinhou: “a continuar um tal expediente, em breve nosso hospital ficará reduzido ao Hospício de alienados[as], e nossas enfermarias não poderão receber doentes de outras moléstias”⁷³⁶. Só havia no hospital 3 loucos e/ou loucas.

De acordo com a documentação analisada, o número de alienados[as] existentes no Hospital da Santa Casa, até aquele ano, nunca foi superior a sete, além do que, com base nas mesmas fontes, estes sujeitos, em momento algum, ocuparam outras enfermarias do edifício, sugerindo que os excessos na fala do provedor era um argumento para justificar a retirada daqueles sujeitos daquele hospital.

A partir dos discursos do padre Lindolfo, a questão da existência de alienados[as] no Hospital da Santa Casa passou a ter a dupla função de, por um lado, reclamar melhorias [na verdade, uma grande reforma] para o Edifício situado a Rua das Mercês e, por outro, ver estabelecido um hospital para aqueles sujeitos, ou melhor: conseguir do governo provincial a doação do Sítio da Cruz do Peixe para o patrimônio da Santa Casa. Estava deflagrada a luta pela criação de um Asilo de Alienados na Parahyba!

Ora, apesar das constantes reclamações acerca das dificuldades do Hospital que “não esta[va] em proporções as necessidades e nem ao aumento da população indigente desta Capital”⁷³⁷, os provedores da Santa Casa insistiam em mantê-lo no Centro da Cidade, transformando-o em importante instrumento de luta pela criação de um hospital para loucos[as] em Parahyba, diante do que, o referido administrador, “preveni[ndo] a nova Administração” da Santa Casa, acerca dos encargos que poderia ser evitados, observou:

Sobre os reclamos que não são raros de um leito para uma fraca e caduca velha, para um preto inutilizado; que pode ter aquella parente, que querem libertar-se do encommodo de tractal-a, e este um senhor, que não espera d’elle colher mais lucros⁷³⁸.

⁷³⁶NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1881.

⁷³⁷Ibidem.

⁷³⁸Ibidem.

No ano seguinte, o mesmo provedor lançou mão de um discurso que se insere na lógica da compaixão e da piedade⁷³⁹:

Se podessemos dispor de meios mais amplos, conviria fundar um Hospital para os alienados[as], visto que o nosso não oferece os commodos, recomendados pela humanidade, para doentes desta espécie. Também as famílias assaltadas pela infelicidade de ser acometido um de seus membros d'essa enfermidade, não encontram em suas cazas, outras não podem dispor de recursos para obterem meios de tractal-os e contel-os⁷⁴⁰.

Na verdade, mais do que socorrer os alienados[as], os argumentos do padre sugerem que a criação de um lugar próprio para aqueles enfermos é fundamental para garantir um bem-estar social. Neste caso, a fundação de um hospital para loucos[as] naquela cidade, reclamado por aquele administrador, sugere a perpetuação de mecanismos de sujeição e exclusão daqueles sujeitos considerados inconvenientes, em benefício do maior número de habitantes. Há de se observar que, naquilo que se refere aos loucos e/ou loucas, a compaixão raramente gerou sentimentos de gratidão e submissão, pois se trata de uma intervenção não autorizada por aquele que é assistido.

Seja como for, parece não ter sido por acaso que o padre Lindolfo retomou, naquele momento, a questão da criação de um lugar para o tratamento de loucos[as] na Província da Parahyba. Questão esta, por sinal, surgida em 1863, quando o provedor Francisco José Rabello sugeriu que o governo provincial construísse em Parahyba do Norte um asilo para loucos⁷⁴¹. Desde então, os seus sucessores passaram a insistir naquela questão, muito embora o fizesse de forma tímida. No entanto, apesar das constantes queixas feitas pelos provedores acerca da situação do Hospital e dos loucos e/ou loucas nele existentes, a campanha pró-hospício de alienados[as] tornou-se mais agressiva a partir de 1881, tendo como mentor o padre Lindolfo, como pode ser visto nos fragmentos dos relatos aqui citados.

Os argumentos deste Provedor, que não eram poucos, visavam mobilizar os diversos grupos que constituíam aquela sociedade, sugerindo que a edificação de um hospício de alienados[as] concorreria para a manutenção da ordem social e para organização da cidade, conforme pode-se observar a seguir:

Se este Pio estabelecimento os recuza, ou ellas, e os vizinhos, passam a viver em constantes sustos, e encommodos, ou eles entram a divagar pelas ruas com

⁷³⁹Sobre isso ver CAPONI, Sandra. **Da compaixão à Solidariedade**: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

⁷⁴⁰NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1882.

⁷⁴¹Ver Capítulo II.

ofença da moral, dando motivo a clamores contra nossos sentimentos de caridade, e conservando a população sob a pressão de perigo eminente. Afinal aquelles motivos nos obrigam á recebê-los, mas com graves encommodos, senão grandes riscos dos outros enfermos, e incalculáveis damnos ao Hospital⁷⁴².

Como se vê, não foi por acaso que o movimento para construir um Hospital para alienados em Parahyba foi capitaneado pelos administradores da Instituição, afinal, considerando que a Santa Casa de Misericórdia era obrigada a recolher e assistir tais sujeitos, em sendo atendido aquele pleito, provavelmente seria sob sua tutela que ficaria o Hospício, inclusive o Provedor Rabello já havia feito esta observação em 1863.

Assim, ao passo em que o Provedor desaprovava o recebimento de loucos[as] no hospital, seu discurso reforçava a necessidade de dotar a Capital parahybana de um hospício de alienados⁷⁴³. As províncias vizinhas davam o exemplo, tal era o caso do Hospício da Visitação de Santa Izabel, em Olinda, criado em 1864, e do Hospital da Tamarineira recém-inaugurado, no Recife. Também a experiência do Ceará, que iniciou a construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paula, durante a seca de 1877-79, por certo, incidiu sobre os discursos daquele Provedor.⁷⁴⁴

Talvez, a motivação do padre Lindolfo tenha sua origem no relatório enviado pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em 1880, àquela administração. No conteúdo referente ao Asylo São Pedro, consta que, por cada louco[a] existente no estabelecimento, a Santa Casa recebia do Thesouro Provincial a importância de 580 reis diários, além das inúmeras doações feitas em favor daqueles “infelizes”, por parentes e autoridades locais, o que revelava a outra face da questão ainda não explorada em Parahyba, qual seja: o lucro proveniente daquela espécie de estabelecimento. Ademais, embora aquele provedor tivesse conhecimento sobre as pensões pagas por familiares de sujeitos daquela espécie em outras paragens brasileiras, aquela prática foi inviável nesta Província até aquele momento, por pelo menos três motivos: 1) não havia espaço no Hospital da Santa Casa para receber, como pensionista, alienados[as]; 2) o número daqueles que poderiam pagar pelo internamento dos seus parentes loucos e/ou loucas era ainda reduzido; 3) o governo da Parahyba não se mostrava interessado em aumentar as subvenções pagas por aquela espécie de enfermos.

⁷⁴²NEVES, Lindolfo José Correa das. Op. cit.

⁷⁴³Tal como aconteceu no Rio Grande do Sul, a condenação do funcionamento do hospital administrado pela Santa Casa, nos discursos dos Provedores, objetivavam a criação de um Hospício de Alienados em Parahyba. Sobre isso ver WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos: Uma história das lutas pela construção do hospício de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2002, pp. 54-55.

⁷⁴⁴Conforme Jornal Gazeta da Parahyba de 26.10.1888.

Mas as coisas tenderiam a mudar, pois, naquele contexto, em que a psiquiatria começava a fazer sua entrada nesta Província, por meio dos discursos de médicos e juristas, o número de homens e mulheres nomeados como alienados[as] - algumas vezes injustamente, como se viu-, aumentou significativamente, assim como deve ter aumentado as causas e sintomas da loucura no universo parahybano, de forma a atender as necessidades da gestão. Aquele parece ter sido o momento oportuno para fazer as autoridades provinciais, os médicos e a população em geral mudar sua sensibilidade em relação àquela enfermidade, que passou a ser compreendida como uma questão de ordem e segurança pública, tendo por base os argumentos utilizados pelo Provedor Lindolfo José Corrêa das Neves.

Em síntese, as reivindicações pela construção de um “Hospital para loucos[as]” justificavam-se, dentre outros motivos, por:

- I. não ser humano, nem “commodo a população, deixa-los vagar p[elas] ruas mendigando, e morrendo ao relento”;
- II. falta de caridade individual. Acusava-se os abastados de não se lembrarem de fazer doações ao “patrimônio dos pobres”.
- III. insuficiência, naquele hospital, de “prisões commodas e seguras para alienados furiosos e idiotas”;
- IV. ser crescente a concorrência de alienados[as] vindos de todos os pontos da Parahyba para o Hospital da Santa Casa;
- V. não ser a Cadeia Pública o lugar para acolher alienados[as], argumentava que “segurá-los com outras prisões é, mortificando-os cruelmente, concorrer para a sua morte”;
- VI. a presença de alienados[as] no Hospital era perigosa e incômoda para os outros doentes e para os habitantes das ruas próximas ao Hospital;
- VII. havia insuficiência de pessoal para o tratamento daquele tipo de enfermo, que ocupavam quase que exclusivamente um enfermeiro ou servente;
- VIII. o tratamento de loucos e/ou loucas onerava substancialmente os cofres da Instituição, que dizendo-se pobre, não poderia mantê-los.

Tais argumentos foram utilizados obstinadamente nos anos 1880 pelos provedores daquela Instituição, com o intento de que fossem retirados do Hospital situado no Centro da Cidade os alienados[as].

Em 1884, o Provedor José Bezerra C. de Albuquerque revelou descontentamento com a imputação da obrigação de receber aqueles sujeitos ali. Sublinhou:

O tratamento desses últimos doentes é o mais difício ao estabelecimento não só pelo que diz respeito a sua segurança, como ao tratamento médico, e é então

antiquada à praxe de admissão deles neste hospital que não é lícito adiantar uma palavra sequer sobre sua inconveniência⁷⁴⁵.

E completou:

Os que actualmente existem tem sido admitidos por determinação do Provedor e á solicitação dos Chefes de polícia desta província, como medida de tranquilidade publica.

Tenho nesta ocasião alvitre a semelhante respeito parece uma usurpação de atribuições da autoridade competente⁷⁴⁶.

Diante desta informação, acredita-se que o discurso do provedor Albuquerque tinha o propósito de responsabilizar também os administradores provinciais, que eram Protetores da Santa Casa, pelos cuidados dos “infelizes” loucos[as], uma vez que aqueles sujeitos eram encaminhados para o Hospital por ordem dos Chefes de Polícia, que, ou cumpriam ordem do governo da Província ou impunham superior autoridade sobre os administradores do estabelecimento, incomodando aqueles provedores.

Apesar da urgência reclamada pelos provedores, entre os anos 1885 e 1886, a questão manteve-se quase intocada, ou melhor, embora os provedores manifestassem descontentamento com a admissão de alienados[as] no Hospital, que, de acordo com o provedor Antônio A. da Gama e Mello, “aumenta[vam], com os seus clamores as aflições dos outros enfermos, e, entre os vários encommodos que causam, elles traz[iam] desassossego e p[unham] por demais ocupados o enfermeiro e o limitado número de serventes”⁷⁴⁷. Os mesmos [provedores] passaram a consentir as práticas de internamentos de alienados[as] por ordem das autoridades policiais, devendo-se a “carência de outros recursos”, conforme sugerido por Gama e Mello⁷⁴⁸.

A propósito, em clara alusão ao relatório do provedor Gama e Mello, o então presidente da Província, Antonio Herculano de Souza Bandeira, tocou na questão afirmando “ha[ver] extrema necessidade de habilitar a Santa Casa a organizar e manter um estabelecimento para tratar dos infelizes alienados[as]”. O presidente justificou a prática de

⁷⁴⁵ALBUQUERQUE, José Bezerra. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1884.

⁷⁴⁶ALBUQUERQUE, José Bezerra. Op cit.

⁷⁴⁷MELLO, Antonio A. da Gama e. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1886.

⁷⁴⁸ Ibidem.

recolhê-los na Cadeia, afirmando ser “crescido o numero desses desgraçados na província”⁷⁴⁹. Apesar disso, nada foi feito para mudar a sorte daqueles “infelizes”. Como se vê, não havia animosidade entre os administradores da Santa Casa e a presidência da província. Aliás, a provedoria parece ter adotado uma postura de subserviência em relação ao Governo provincial, aceitando, sem contestação aparente, a proposta do Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira de fazer transferir o Hospital da Santa Casa para o abandonado Convento de São Bento, cuja cessão estava a depender da permissão da Santa Sé⁷⁵⁰.

Mas, o que teria sobrevivido para mudar a postura dos Provedores da Santa Casa quanto à questão da existência e admissão de alienados[as] no Hospital sobre sua administração?

Não há certezas, mas, talvez a morte do ex-provedor, Lindolfo José Correa das Neves, em maio de 1884, tenha sido responsável pela mudança de atitude dos administradores da Instituição, no que tange àquela questão. Afinal, estes homens eram nomeados para o aludido cargo pelo Presidente da Parahyba e, em seus relatórios, é flagrante a subordinação ao governo provincial, sendo o padre Lindolfo uma exceção à regra. Some-se a isso, a concessão de loterias em benefício daquela Casa, o que prometia render “a piedosa instituição [...] a somma avultada de duzentos e vinte e oito contos de reis”⁷⁵¹. Obviamente, houve outras razões, não explicadas na documentação, para a mudança de comportamento dos provedores.

Em 1887, graça a nomeação de Silvino Elvídio da Cunha para o cargo de provedor, os rumos da questão sobre a presença de alienados[as] no Hospital da Santa Casa ganhou novo fôlego. Naquele ano, a procura por leitos, quer por parte dos sertanejos estabelecidos na cidade de Parahyba desde a seca de 1877-79, quer por parte da população negra, liberta, que graças ao Fundo de Emancipação, deve ter aumentado significativamente.⁷⁵²

O momento era oportuno. Assim, alegando a incapacidade do Hospital em continuar prestando “tão útil serviço a humanidade desvalida”, o administrador da Santa Casa, Elvídio da Cunha, descreveu a situação nos seguintes termos:

⁷⁴⁹BANDEIRA, Antonio Herculano de Sousa. **Falla com que o Presente da província de Parahyba do Norte abriu a 26ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de Agosto de 1886**. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADBa>. Acessado em 01.03.2009.

⁷⁵⁰BANDEIRA, Antonio Herculano de Sousa. Op. cit.

⁷⁵¹CUNHA, Silvino Euvídio Carneiro da. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1887.

⁷⁵²No período de um ano, de Março de 1886 a março de 1887, foram libertos mais de 5000 escravos na Capital parahybana e cidades e vilas próximas. Ver Quadro Geral dos escravos matriculados nos diversos municípios da Província da Parahyba, entre 31 de março de 1886 e 30 de março de 1887. In. GÓES. Geminiano Brazil de Oliveira. **Falla com que abriu a segunda sessão da 26.a legislatura da Assembleia Provincial da Parahyba em 3 de agosto de 1887**. P. 55.

Sinto dizer que o edificio do Hospital da Caridade não se acha nas condições, nem ao menos, de um modesto estabelecimento d'esta ordem, já á falta de espaços e comodidade precisa para o tratamento das diferentes moléstias, de que infelizmente é acometida a frágil humanidade, e já á falta do necessário, ou indispensável aceio pelo estado de pobreza ou quase indigência do mesmo estabelecimento⁷⁵³.

Com estas palavras, aquele provedor retomou a questão da edificação de um novo edificio para o Hospital da Santa Casa, o que, provavelmente, visava barrar a pretensão do governo provincial em fazer transferir o referido Hospital para o Convento de São Bento, conforme acordo firmado em 1886.

Animado pela extração das loterias, Elvídio da Cunha utilizou-se de outro argumento para justificar seu pedido, qual seja: a civilização daquela sociedade, por meio da criação de uma instituição hospitalar mais humana e em conformidade com os preceitos da ciência. Neste sentido, impulsionado por ideias que ele próprio definiu como elevadas, o provedor revelou sua ambição quando declarou desejar estabelecer, em área fora da cidade, onde haveria maior circulação de ar e espaço para passeios dos “infelizes” alienados[as], um Hospital para tratamento de suas enfermidades, que, segundo o referido Provedor, “tinha inúmeras causas e dividia-se em uma infinidade de espécies”⁷⁵⁴. E não hesitou:

tenho em meu espirito imaginado um edificio no próximo arrabalde do Tambiá, onde a Província possui um terreno bastante espaçoso e arejado denominado “Cruz do Peixe”, adaptado a tão importante instituição, inclusive um raio destinado aos loucos, que infelizmente se acham em tratamento o mais imperfeito no actual edificio, sem o necessário aceio e salubridade, ainda que em número muito limitado.⁷⁵⁵

Tais argumentos revelam a influência dos discursos da medicina preventiva, diz-se, profilática, e talvez a inauguração do Hospício no Sítio da Tamarineira, em Recife, tenha concorrido para o surgimento destes discursos nestas paragens⁷⁵⁶.

Disposto a edificar com os recursos adquiridos por meio das loterias, pela “somma de cinquenta (50) contos de reis [...] um edificio modesto, porém adaptado a tão caridosa instituição”, o provedor deixou em relevo o interesse da instituição no Sítio da Cruz do Peixe.

⁷⁵³CUNHA, Silvino Euvídio Carneiro da. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1887.

⁷⁵⁴Idem.

⁷⁵⁵Idem.

⁷⁵⁶Para conhecer o regulamento do Hospício da Tamarineira, ver o estudo “A psiquiatria no país do açúcar e outros ensaios” de autoria de COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977.

Depois de encerrada, em fins de 1879, a questão da mudança do Hospital da Santa Casa para a Cruz do Peixe, os provedores vinham usando de todos os artifícios possíveis para se apropriar do Sítio. Os governadores da Parahyba, cientes deste intensão, adotavam uma postura arisca para com aqueles gestores. Não houve a cessão do Sítio, “a importante fonte de renda creada pelo contrato das loterias [...] desapareceu pela recisão do mesmo contracto”⁷⁵⁷, de modo que, a edificação de um novo Hospital da Caridade ficou outra vez adiada. Já a presença de loucos e/ou loucas nos porões daquela instituição estaria com os dias contados, pois, em 1888, dois eventos de grande impacto social, viriam corroborar para a retirada de tais sujeitos da instituição, foram eles: a seca e a abolição da escravatura.

Os jornais animavam as memórias da seca de 77, tentando acossar as governanças a tomarem providências contra o terrível mal, sendo talvez apenas um movimento político-partidário, visto a proximidade com a recente abolição da escravatura. Enquanto isso, o governo do Dr. Pedro Corrêa era acusado de manter-se “em doce quietismo, só cuidando da vida própria”⁷⁵⁸.

O jornal Gazeta da Parahyba, em face das notícias sobre a seca que já queimava o sertão, acusava o referido presidente, afirmando que o mesmo havia se “esquec[ido] que acima da política deve[ria] colocar os interesses da província que lhe foi confiada, procurando com critério desviar-a da voragem que a ameaça[va]”.⁷⁵⁹ A inoperância das governanças diante do avanço da seca, justificadas pelo mau estado financeiro da Província, não convencia os inimigos do governo, que não cessavam de perpetrar severas críticas contra tais administradores. Acusado, O Dr. Pedro Corrêa renunciou, deixando nas mãos do vice-presidente, Dr. Ulisses Machado Pereira Viana, o pesado encargo de aplacar os ânimos da população, que reclamava ações enérgicas do governo para melhorar o estado sanitário de Parahyba.

Em resposta aos reclames da população, o vice-presidente, Dr. Pereira Viana, tomando em consideração o estado de insalubridade e os casos de “febres perniciosas, que já t[inha] feito diversas victimas”, nomeou uma comissão composta pelo Inspetor de Saúde, José Evaristo da Cruz Gouvêa, e pelos médicos Antônio da Cruz Cordeiro Sênior e Jose Lopes da Silva Junior, para estudar a situação e “aconselhar as medidas que cumpre tomar o governo com urgência”.⁷⁶⁰

⁷⁵⁷BORGES, Francisco de Paula Oliveira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. 2 de jul. de 1888. Parahyba do Norte, Typ. d'O Pelicano, 1888, p.23.

⁷⁵⁸O presidente da Parahyba teve sua imagem sempre relacionada a do governador do Ceará, diga-se, contrastando-se com o Dr. Antonio Caio da Silva Prado, considerado “um espírito talhado para a salvação pública” ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p. 213.

⁷⁵⁹Conforme Jornal Gazeta da Parahyba de 26 de outubro de 1888.

⁷⁶⁰Jornal Gazeta da Parahyba, de 07 de março de 1889.

Do trabalho da referida comissão, resultou um relatório que ratificava a inação das municipalidades, tal como sugerido na publicação de 16 de março de 1889. Afirmaram aqueles esculápios quão complexo seria enumerar as causas da insalubridade da Capital Parahybana, isto porque a falta de limpeza e asseio não era uma questão pontual, visto que em quase todos os “cantos e antros” daquela cidade havia lixo, esterquilínios e esgotos, diante do que recomendavam a extinção destes focos, que “sob a influência de um sol abrasador activarão os seus miasmas”⁷⁶¹.

Depois de acusar as populações das ruas mais baixas, como a da Gameleira, de serem negligentes⁷⁶², a comissão concluiu seu relatório denunciando o mau estado dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia e daquele existente na Cadeia pública de Parahyba que, segundo aqueles médicos, estavam “bem longe do aperfeiçoamento a que devem atingir os verdadeiros estabelecimentos de caridade”⁷⁶³. Sugeriam que somente com o auxílio do governo aqueles edifícios poderiam servir ao seu fim.

O mau estado sanitário daquela cidade, como se presume, tornava-se mais grave por ocasião das secas. Pois, conforme se pode ler nos jornais que circularam naqueles anos, nas ruas daquela Capital, “a população adventícia cresc[ia] progressivamente constituindo sério perigo, qual o da manifestação de epidemias determinadas pelo aumento desproporcional do calor e pela aglomeração sem observância dos preceitos de hygiene”⁷⁶⁴. Sendo assim, o vice-presidente da província era “avisado” constantemente, pela imprensa, sobre a necessidade de empregar “meios para evitar as correntes emigratórias da população adventícia que tinha por ponto objetivo [aquela] capital”⁷⁶⁵. Apesar das medidas daquele governo, o número de “famélicos” que chegavam a cidade da Parahyba era muito grande.

Diante dos perigos representados pela presença daquela população adventícia, “deserdada da fortuna, que se debate entre a vida e morte nas angustias da fome”, e, dado o crescimento da cifra obituária, que entre as crianças passou de 2 para 8 ou 10 mortos diários⁷⁶⁶, as elites de Parahyba pediam soluções. Recomendavam “interna-los!”

Neste sentido, confirmando-se alguns casos de varíola naquela Capital, e não sendo possível esperar por tempos melhores, o Barão de Abiahy, a pedido do Comendador Thomás

⁷⁶¹ Relatório apresentado ao Exm. Dr. Barão do Abiahy, digno vice-presidente da Província pela Comissão médica. In. **Jornal Gazeta da Parahyba** de 16 de março de 1889.

⁷⁶² Ibidem.

⁷⁶³ Ibidem.

⁷⁶⁴ **Jornal Gazeta da Parahyba** de 15 de maio de 1889.

⁷⁶⁵ Ver **Jornal Gazeta da Parahyba** de 07 de maio de 1889.

⁷⁶⁶ Conforme dados publicados no **Jornal Gazeta da Parahyba** na coluna Estado Sanitário de 07 de setembro de 1889.

d'Aquino Mindello, “abriu crédito de 1:500\$000 pela verba socorros públicos do Ministério do Império, afim de estabelecer no sítio da Cruz do Peixe uma enfermaria provisória”,⁷⁶⁷ para o tratamento daqueles enfermos.

Reforçando as consignações da Comissão médica acerca do Hospital da Caridade, Mindello relatou ser a situação do referido edifício reconhecidamente anti-higiênica. Em face disso, sua remoção para outro lugar, distante do Centro da Cidade, era considerada uma necessidade urgente, o que vinha sendo protraída devido, dentre outros motivos, à falta de recursos próprios e ausência de autorização do governo Provincial. O administrador também insistia na falta de cômodos adequados para a classificação e separação dos doentes existentes no referido nosocômio, não deixando de mencionar a existência de loucos e de moléstias contagiosas naquele lugar:

o pavimento térreo, húmido e mal arejado, é ocupado por nove loucos[as], alguns até furiosos[as], cujo tratamento regular é impossível, e que incomodam e sobressaltam com gritos e arruídos, de dia e de noite, os demais enfermos e os moradores das casas vizinhas [...] Tendo aparecido um caso de varíola, e **existindo nas enfermarias vários doentes de elephantiasis, fiz transferir, e também alguns loucos, para a casa da Cruz do Peixe,** propriedade da Província⁷⁶⁸. grifos da autora

Como pode ser notado, a campanha pró-construção de um novo edifício para o Hospital da Santa Casa no arrabalde Cruz do Peixe teve continuidade. Também se insistia na necessidade de retirar daquele nosocômio os alienados[as] ali existentes. Dessa forma, o Provedor Mindello avigorava o argumento usado em 1882, pelo ex-provedor Lindolfo Neves, acerca dos perigos e incômodos para os “nobres” habitantes das áreas centrais, representados pela presença daqueles sujeitos no Hospital⁷⁶⁹, isto porque, apesar dos esforços dos enfermeiros e serventes para silenciá-los, os mesmos faziam-se ouvir e sentir para além dos “muros” que os separavam da cidade.

O Provedor Mindello, insistindo ainda na necessidade de ser criado um lugar afastado do Hospital e “adaptado ao tratamento de enfermidades d’esta natureza [alienação]”, afirmava: “a existência de loucos[as] no hospital [era] incompatível com os fins humanitários d’esta instituição”⁷⁷⁰.

⁷⁶⁷Jornal Gazeta da Parahyba de 07 de março de 1889.

⁷⁶⁸ MINDELLO, Thomás d’Aquino. **Relatório da Provedoria da Santa Casa** em 1º de julho de 1889. Parahyba do Norte: Typ. d’O Pelicano, 1889. p. 4.

⁷⁶⁹Ver neste mesmo tópico, na página 267 o item VI.

⁷⁷⁰MINDELLO, Thomás d’Aquino. Op. cit. p.5.

Note-se que, apesar de reforçar a ideia de que era desumano manter os loucos e/ou loucas no Hospital da Santa Casa, Mindello parece não ter considerado que o envio daqueles sujeitos juntos aos enfermos de doenças consideradas contagiosas para a Enfermaria da Cruz do Peixe era também um ato desumano. Com esta atitude, calcula-se que os administradores da Santa Casa pretendiam, não só se verem livres daqueles “infelizes”, mas também, silenciá-los e torná-los invisíveis.

Contudo, não era somente as doenças que preocupava os estabelecidos habitantes de Parahyba. Naquele ano, a seca atingiu seu ápice, assim, padecendo de todas as faltas, não poucas vezes, os retirantes rebelaram-se contra o governo, atacando os armazéns onde eram conservados os víveres. Entre aqueles sujeitos, nomeados pelas elites de Parahyba como “desordeiros”, destaque-se a participação feminina. De acordo com a documentação consultada, foram inúmeras as “Sublevações das mulheres” que, a fim de conquistarem abrigos, comidas e socorros médicos, desafiaram os dirigentes locais e autoridades policiais, fazendo uso da imprensa de oposição ou armando-se com “paus e pedras” para atacar seus opressores⁷⁷¹.

Naturalmente, estas práticas não eram compreendidas pela população local que insistia para que o governo empregasse todos os meios de retirá-los das ruas da cidade. Neste sentido, considere-se também o papel da imprensa excitando os ânimos, tal é o caso da notícia publicada no Jornal Gazeta da Parahyba, em 10 de setembro de 1889:

Em um artigo por nós lançado com este título [É preciso internal-os!]⁷⁷² apresentamos ao administrador da província os meios e as vantagens de fazer retirar essas levas de indivíduos que vemos a todo o instante percorrerem as ruas d'esta cidade, envergonhando-nos e enchendo-nos de dó pelo estado lastimável em que vivem, pela opressão do infortúnio que os acabrunha⁷⁷³.

O governo era compelido a criar “estalagens” e/ou asilos e, principalmente, fazê-los retornar a seus lares. Mas o artigo sugere, ainda, que os retirantes que permanecessem na Capital fossem empregados em obras de grandes vultos, a exemplo do que vinham fazendo os governadores do Ceará desde a seca de 1877.

Aliás, desde o dia 8 de julho daquele ano de 1889, governava a Província da Parahyba o médico e jornalista Francisco Luís da Gama Rosa que, dado ao movimento republicano, enfrentou forte oposição dos defensores desse regime. Inclusive, o jornal Gazeta

⁷⁷¹Sobre as “Sublevações das mulheres”, ver, por exemplo, as edições do jornal Gazeta da Parahyba de 30 de julho de 1889, bem como, dos dias 03 e 04 de agosto daquele mesmo ano.

⁷⁷²No Jornal Gazeta da Parahyba, de 22 de agosto de 1889, pode-se ler na íntegra as propostas sugeridas para que o presidente Ulisses Machado Pereira Viana, o Barão de Abiahy, retirasse de Parahyba do Norte os sertanejos.

⁷⁷³Jornal Gazeta da Parahyba, de 10 de setembro de 1889.

da Parahyba, que tinha entre seus fundadores e jornalista Venâncio Neiva, futuro presidente da Parahyba, assumiu uma postura combativa em relação àquele governo, reclamando melhorias e denunciando a insuficiência administrativa do Dr. Gama Rosa⁷⁷⁴.

Dentre outras coisas, o então gestor parahybano era criticado por ter “asilado” os sertanejos retirantes juntos aos doentes contagiosos e alienados no Hospital/ Enfermaria da Cruz do Peixe. Na verdade, dado a pequenez do prédio lá existente, decerto estes homens e mulheres ficaram arranchados no Sítio nas condições mais deploráveis de existência, sugerindo que o referido arrabalde transformou-se em espaço para segregar os tipos considerados indesejados pelos estabelecidos habitantes de Parahyba do Norte, ou, dizendo de outra forma, para racionalizar a pobreza, o que não aconteceu sem censuras, como se observará a seguir.

4.2 A Enfermaria Provisória da Cruz do Peixe ou Hospital “Stygio”: Prisão para pestilentos, retirantes e loucos[as]

Este nome de – hospital da Cruz do Peixe – vae com effeito adquirindo triste e sinistra nomeada, e para o futuro só inspirará horror a narração dos tormentos que nelle passaram os desgraçados que tiveram a infelicidade de necessitar de um dos seus leitos, donde não mais se levantavam.

Gazeta da Parahyba, 17 de Setembro de 1889.

Criado em fins de maio de 1889, o Hospital provisório do Sítio da Cruz do Peixe tinha a função de obstar o progresso das doenças de “má character” que vinham se desenvolvendo na capital parahybana, especialmente, entre as populações retiradas que se juntavam miseravelmente nas ruas daquela cidade.

Assim, tão logo foi autorizada a abertura do referido hospital [ou enfermaria], cuja administração foi entregue à Santa Casa de Misericórdia, tratou a referida instituição de fazer transferir para lá “os doentes de peor character”, variolosos, pessoas acometidas do “mal da elephancia” e, ainda, os alienados[as], cuja presença em seu hospital fora sempre perturbadora

⁷⁷⁴ Ver edições do Jornal Gazeta da Parahyba dos dias 16, 17, 28, 30 e 31 de julho de 1889; também nas páginas dos jornais datados de 1, 10, 13, 14, 17, 18, 20, 22, 24 e 29 de agosto de 1889; em setembro de 1889 pode-se observar aqueles discursos nos jornais dos dias 10, 17, 18, 19 e 20. Em outubro de 1889, os jornais dos dias 1, 8, 9, e 30, as denúncias contra administração do Dr. Gama Rosa e acerca da má situação do Hospital da Cruz do Peixe continuaram a ter lugar naquele jornal.

e protraída, por deficiência de meios para realizá-la⁷⁷⁵. Em outras palavras, com a criação da sobredita enfermaria, a Santa Casa se viu livre dos seus indesejáveis hospedes do pavimento térreo.

A propósito, a remoção de loucos e/ou loucas para o referido sítio, naquele momento, deve ser analisada tanto pelo viés político, como a partir da perspectiva social, ou, usando as palavras do provedor da Instituição de Caridade, por seus fins humanitários. Pois, de acordo com Mindello, em toda parte, os “infelizes alienados[as] [eram] recolhidos em edifícios distintos e adaptados ao tratamento de enfermidades d’essa natureza”⁷⁷⁶.

Mas, as palavras de Mindello permitem algumas reflexões sobre a situação. Diferente de outros enfermos, os alienados[as] não reclamavam piedade por sua condição de insanidade, afinal, acredita-se que eles não tinham consciência sobre seu estado de perturbação mental. Apesar disso, eles se tornaram vítimas da “cruel compaixão” daqueles que se apresentavam como seus benfeitores. Neste sentido, tomando-se como referência os apontamentos de Sandra Caponi⁷⁷⁷, compreende-se que o discurso de vitimização daqueles sujeitos era um mal necessário para que existissem os seus supostos “benfeitores”. Dizendo de outra forma, a exacerbação do sofrimento dos loucos e/ou loucas, através das práticas e discursos das autoridades institucionais e políticas da Província da Parahyba, tornou-se importante recurso na campanha pró-hospício de Alienados.

Além do desejo dos administradores da Santa Casa de Misericórdia de se verem livres da empresa onerosa e inútil que representava a assistência aos loucos e/ou loucas, não se pode perder de vista que o gesto de enviá-los para a “casa” da Cruz do Peixe, junto a outros enfermos, pode ter sido uma manobra política com a dupla finalidade de, por um lado, retirar do Hospital situado no Centro da Capital parahybana aqueles incômodos hóspedes e, por outro, garantir a posse do sítio quando não existisse mais variolosos, o que se concretizaria com a criação, naquele lugar, de um Hospício de Alienados.

Durante os dois meses em que o hospital montado na Cruz do Peixe esteve sob os cuidados da Santa Casa, os alienados[as], decerto, experimentaram muitos martírios. Ora, funcionando numa casa velha, constituída de poucos cômodos, úmida e sem luz, não é difícil imaginar as dificuldades pelas quais passaram aqueles indivíduos nas Enfermarias da Cruz do Peixe. E, considerando-se que o dito sítio ficava a uma distância considerável da cidade,

⁷⁷⁵MINDELLO. Thomás d’Aquino. **Relatório apresentado a junta administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba em 01 de julho de 1889**. Parahyba do Norte: Typ. do Pelicano de Jayme Seixas & Ca., 1889.

⁷⁷⁶MINDELLO. Thomás d’Aquino. Op. cit.

⁷⁷⁷CAPONI, Sandra. Op. cit.

conforme pode ser observado na Planta 03, calcula-se que a administração e a higiene dos corpos, assim como do espaço hospitalar, eram ainda mais precárias do que aquela a que estavam obrigados tais indivíduos nos porões do Hospital da Caridade, e tais condições tornava a assistência ainda mais deficiente.

Quanto aos homens e mulheres que foram transferidos para o mesmo sítio, acometidos de doenças consideradas contagiosas e, em nome dos quais, foi reclamada a criação daquela enfermaria, não foi possível saber o que lhes aconteceu, se recuperaram a saúde ou se faleceram. Mas, sabe-se que o Comendador Mindello fez extinguir a enfermaria em menos de dois meses de funcionamento, em fins de junho de 1889, o que se deveu, segundo o aludido provedor, ao fato de ter “desvanecido o receio de propagação [das] moléstias de caráter contagioso”⁷⁷⁸.

Para que fique claro: quando Mindello afirmou ter fechado o hospital fundado no sítio da Cruz do Peixe, na verdade, ele referiu-se ao fim da administração daquele nosocômio pela Santa Casa. Pois, conforme ele próprio destacou, a “casa” existente no referido arrabalde continuou servindo de enfermaria, sendo que sua gerência, que deveria ser confiada a um profissional de saúde ou religioso, como era comum nos estabelecimentos desta natureza, contrariando a regra, foi entregue a pessoas consideradas pelas elites letradas daquela cidade como leigas nos assuntos de saúde, o que sugere uma ruptura na gestão dos espaços de cura em Parahyba, qual seja: a administração dos hospitais e a saúde se tornam objeto de uso político partidário naquela Província. Tal fato deixa em relevo que, talvez, o motivo para que a Santa Casa tenha perdido o interessado pelo sítio, naquele momento, esteja relacionado à situação político-econômica da Província, que vivia uma conturbada transição política e, ainda, a exacerbação dos problemas socioeconômicos decorrentes da seca.

Neste sentido, considere-se os eventos que agitaram o cotidiano de Parahyba desde o dia 22 de junho de 1889, quando o Barão do Abiaí deixou a presidência da Província. Naquela data, foi nomeado para estar à frente dos destinos da Parahyba o Sr. Manuel Dantas Correia de Goés, que permaneceu no cargo por 17 dias.

Apesar disso, em seu curto governo, Goés, pressionado pela opinião pública, transformou o Sítio da Cruz do Peixe em asilo para retirantes, o que tinha como fim retirar das ruas da Capital parahybana aqueles corpos “esquálidos, de nudez, indigência e febres e agonias!”⁷⁷⁹. Esta decisão, seguramente, teve relação com a decisão do Provedor Mindello em

⁷⁷⁸Relatório apresentado a junta administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba em 01 de julho de 1889. Parahyba do Norte: Typ. do Pelicano de Jayme Seixas & C^a, 1889, pp.4-5.

⁷⁷⁹PINTO, João Pereira de Castro. A Secca. In. **Jornal Gazeta da Parahyba** do dia 07 de Julho de 1889.

devolver ao governo provincial as “chaves” do cobiçado edifício existente na Cruz do Peixe e que estava servindo de enfermaria.

Para que se entenda o que pode ter acontecido, se se considerar que a subvenção paga pelos Thesouro Provincial à Santa Casa sob a sigla “Socorros” correspondeu a dez contos, seiscentos e quinze mil réis (10:615\$000), e que, durante aquele ano Compromissal, foram tratados no Hospital da Santa Casa 622 pessoas, um número relativamente pequeno para um período anormal como aquele, evidencia-se que haveria ganhos para a Instituição. Também, sopesando que a criação da enfermaria da Cruz do Peixe não representava nenhum ganho pecuniário para a Irmandade, que a teria que manter com os recursos já disponibilizados, considerando o baixíssimo custo da manutenção daquela Enfermaria, poderia ser desvantajoso para a Santa Casa.

Ora, não se pode dizer que o custeamento daquele nosocômio era oneroso para os cofres daquela Casa de Caridade pois, vendo os valores declarados no relatório do Dr. Mindello, em dois meses de funcionamento, as despesas não chegaram a 1% do valor pago para socorrer os retirantes, correspondendo a apenas setenta e oito, setecentos e doze réis (78\$712)⁷⁸⁰, o que se explica tanto pelo reduzido número de enfermos que existia na enfermaria, como pelo “tratamento”, na verdade regime de quarentena, a que estavam submetidos aqueles indivíduos. Assim, não é por acaso que se afirma isso, pois como se viu neste mesmo estudo, aqueles homens e mulheres, cuja individualidade era substituída pela identificação com a doença, foram sempre alvos de discursos que os enquadrava com “gastos inúteis”.

Enfim, apesar dos [diminutos] gastos que teriam que fazer, e como se os provedores da Misericórdia não tivessem perdido o hábito de reclamar da insuficiência de suas rendas, a manutenção da enfermaria parecia ser um investimento promissor, pois poderia lhes render o domínio útil do Sítio, onde se pretendia construir não só um asilo para alienados[as], mas, principalmente, um novo Hospital para a Santa Casa. Entretanto, a internação compulsória de retirantes e, talvez, negros [recém libertos pelo ato de maio de 1888], no sítio tornava desvantajoso aquele empreendimento, pois seria necessário despendar elevadas somas para atender aquela população, que somava mais de 20 mil indivíduos e que não parava de crescer.

Devolvida à casa da Cruz do Peixe ao governo provincial, os alienados[as] que haviam sido para lá transferidos, em maio de 1889, retornaram para o Hospital da Caridade, o

⁷⁸⁰Conforme “Balanço Geral da receita e despesa da Santa Casa de Misericórdia do anno Compromissal de 1888 e 1889”. In. MINDELLO. Thomás d’Aquino. **Relatório apresentado a j Santa Casa de Misericórdia da Parahyba em 01 de julho de 1889**. Parahyba do Norte: Typ. do Pelicano de Jayme Seixas & C^a, 1889.

que só evidencia o desinteresse da Santa Casa pelo sítio, naquele momento. De outra forma, os loucos e/ou loucas teriam sido mantidos ali, afinal, era explícito o desejo dos gestores da Santa Casa de se verem livres daqueles “insanos”. No entanto, entende-se que a Instituição não podia abandoná-los por, pelo menos, três motivos: 1) A ordem imperial de 1854, que delegava às Misericórdias a obrigação em assistir os loucos e/ ou loucas e ainda estava em vigor; 2) a existência daqueles sujeitos no Hospital, localizado no Centro da Cidade, era, apesar dos incômodos que os mesmos provocavam, importante instrumento para acionar os instintos filantrópicos dos abastados habitantes de Parahyba; 3) os[as] alienados[as] eram elementos cogentes para levar adiante a luta pró-hospício e em favor da doação do Sítio da Cruz do Peixe à Santa Casa, o que dispensa novos comentários.

Assim, como se não houvesse alternativa, novamente os alienados[as] foram devolvidos aos quartos sujos, sem iluminação e úmidos do Hospital da Santa Casa, o que, de acordo com Mindello, era um ato de desumanidade para com aqueles “desafortunados da razão”.

O discurso de Mindello, tal como o de outros homens que o antecederam naquele cargo, revela-se como um mecanismo através do qual a manifestação da compaixão pelos “infelizes” alienados[as] é, antes de tudo, uma tecnologia de submissão, pois justamente aqueles que se diziam seus benfeitores e que falavam em nome de tal humanidade, julgando-se conhecedores das necessidades daqueles indivíduos, decidiram por sua exclusão, por considerá-los “inconvenientes”.

Enfim, apesar de sugerir, em seu relatório, preocupação com os alienados[as] e revelar conhecimento acerca das orientações de internamento que vinham sendo adotadas em outras paragens, a exemplo de Pernambuco, o Comendador Mindello usava como principal argumento da sua campanha pró-hospício a necessidade de atender as reclamações dos nobres moradores das ruas próximas ao hospital que, por certo, se impacientavam com as excitações daqueles sujeitos. Considere que o aludido provedor sugeriu que o recolhimento dos loucos e/ou loucas, em lugar separado e adequado a suas enfermidades, seria um gesto humanitário. Como se os seus discursos divergissem das suas ações, Mindello, dois meses antes de fazer seu relatório, contrariando seu discurso “humanitário”, não hesitou em enviar os “infelizes” alienados[as] junto aos doentes, considerados incuráveis, para a Cruz do Peixe, onde seriam mantidos no mesmo edifício que vinha suprimindo, em Parahyba do Norte, a falta de um lazareto.

A propósito, a saída de Mindello do cargo de provedor não representou o fim daqueles discursos ditos humanitários, tanto que, no relatório apresentado um ano depois pelo provedor José Ferreira de Novaes, a questão foi novamente tratada como inconveniente, pois

sobre **incompatível com os fins próprios e especiaes d'esta Instituição**, a admissão de doentes d'esta espécie **repugna aos dictames da sciencia** e demonstrações positivas da experiência reduzem muitas e já em si e para seu fim exíguas proporções do Hospital, ao mesmo tempo em que n'elle é impossível um tratamento regular da doença [...] com gritos, arruídos e scenas pouco-edificantes, sobre-saltam, e incommodam, de dia e denoute, doentes outros de toda a idade, cegos e condições, moradores e transeuntes, tornando-se merecedores de um regimem de polícia que este estabelecimento não esta[va] no cazo de dispensar-lhes⁷⁸¹. grifos da autora

Veja: é nítido que os motivos para a excisão dos alienados[as] do Hospital da Caridade não se deviam ao desejo de oferecer-lhes um tratamento mais humano, de conformidade com o que prescreviam as ciências médicas naquele momento. Na verdade, poder-se-ia dizer, com base na citação anterior, que existe aí um desejo de ordem, diz-se, de restabelecer a ordem que existia quando o hospital não se prestava receber alienados[as].

Para o bem ou para o mal, pode-se afirmar que, até os momentos finais do Império, a questão da loucura em Parahyba do Norte manteve-se inalterada, ou seja, nem a Santa Casa, nem o governo Provincial ou as Vereanças, e tampouco os familiares dos sujeitos alienados, se interessaram em melhorar as suas condições de existência. Na verdade, o que fica em relevo nos discursos existentes na documentação consultada é o desejo que uns e outros tinham de escorraçá-los daquela cidade e, deste modo, excluí-los do convívio social.

A propósito, durante o governo Provincial do Dr. Francisco da Gama Rosa, nomeado para o cargo no princípio de julho de 1889, o sítio da Cruz do Peixe e a enfermaria que estava funcionando ali foram confiados ao “mal afamado” Major Francisco de Sá Pereira, que foi acusado de tê-la transformado em “Hospital Stygio”⁷⁸², lugar onde a presença da morte era constante, tal como indicado na epígrafe.

Passado pouco mais de quinze dias desde que o major Sá Pereira assumira a administração do sítio, quando foram publicadas, no Jornal Gazeta da Parahyba, as primeiras denúncias de maus-tratos aos retirantes, enfermos e alienados[as] que haviam sido encaminhados para aquele lugar pela polícia. Dentre outras coisas, o administrador do hospital era acusado de negar alimento aos retirantes, mesmo quando o estoque nos armazéns era

⁷⁸¹NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1890. (manuscrito)

⁷⁸²Segundo o dicionário português, Estigio diz respeito ao Estige, rio dos Infernos na mitologia grega. Ver: DICIONÁRIO Português. <http://dicionarioportugues.org/pt/estigio>. Acesso em 20 de abril de 2015. De acordo com Elaine Heloisa Melin, em seu estudo, Estígio é um Rio cujo curso das águas é consagrado a cidade de Lúcifer, um verdadeiro inferno. MELIN, Elaine Heloisa. **Dante e Lúcifer**, condenados ao castigo eterno. In. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em 20 de abril de 2015.

grande; de usar da violência física contra os suplicantes, enxotando-os a chutes e pontapés; e de usar os serviços do pessoal empregado na enfermaria em benefício próprio. O major também foi denunciado pelo crime de peculato, tanto por ter desviado as verbas destinadas aos socorros dos retirantes, quanto por ter se apropriado indevidamente do alimento comprado com tais recursos. Pesou ainda sobre Sá Pereira a suspeita de “sedução” de vulneráveis, diz-se de ter seduzido mulheres que se “achavam em tratamento no hospital” e, ainda, de ter consentido tal violência por parte dos funcionários daquele estabelecimento. Nem mesmo os alienados[as] foram poupados das incúrias e descomedimentos daquele “enormíssimo major!”.

Assim foi que, certo dia, “estando o Sr. Diretor do Hospital um tanto azoado”, irritado com os gritos e arruídos provocados por três alienadas que estavam ali recolhidas, mandou o enfermeiro Mesquita expulsá-las do quarto onde se achavam presas, dando-se assim o episódio que se tornou conhecido em Parahyba como “a fuga de Josepha”.

Sendo a fuga, da mencionada alienada, facilitada pelo administrador do hospital, fato que foi denunciado ao promotor público e à imprensa, que tratou de publicá-lo, o Major Sá Pereira, chamado a prestar esclarecimento e ameaçado de ser responsabilizado pelos danos que viessem a ser provocados pela “doida”, mandou o Sr. Mesquita, que era servente do hospital, a quem transferiu a culpa do acontecido, que fosse buscar “às suas custas, a mulher que encontrava-se em Cabedelo”.⁷⁸³

Em face da delação, não demorou até que “a infeliz mulher fo[sse] recolhida ao Hospital”, o que, de forma alguma, deve ser considerado um benefício feito aquela alienada. Antes, considere-se sua captura e internamento como uma forma de contenção/ sequestro, com fins de melhorar o estado sanitário e a ordem de Parahyba do Norte, que se encontrava alterada em face da seca e da abolição da escravatura.

De qualquer forma, apesar de não ser possível dizer o que experimentaram tais sujeitos, fechados em um dos quartos da enfermaria da Cruz do Peixe, durante a administração provincial, as péssimas condições de internamento a que foram submetidos estes “passageiros” são facilmente apreendidas se se considerar as experiências por que passaram outros homens e mulheres internados naquele hospital. As matérias publicadas nos jornais que, segundo seus redatores, tratavam de denúncias feitas pelas populações retiradas, que se encontravam naquele sítio, perpetuam dores. Fome, frio, agressões físicas, psicológicas, doenças, tudo isso aquela população teve que suportar. No entanto, deve-se ter o cuidado de analisar algumas das suas

⁷⁸³Conforme Jornal Gazeta da Parahyba de 13 de agosto de 1889.

reações como não passividade àquela situação de opressão. Assim, o uso da imprensa como meio de coibir violências ou reclamar direitos sugerem resistências, luta contra seus opressores.

Neste sentido, a fuga de Josepha, por mais que tenha sido facilitada sua saída do sítio, deve ser compreendida como uma forma de resistência. Do contrário, a aludida mulher talvez tivesse permanecido ali. Por outro lado, “a fuga de Josepha”, não poderia deixar de figurar como uma prática de banimento, afinal, o que pretendeu o diretor daquele hospital, senão se ver livre daqueles “incômodos” sujeitos?

Como se as acusações de maus-tratos praticadas pelo major Sá Pereira no sítio não cessassem, somente quando se acusou o governador Dr. Gama Rosa por consentir com os tristes episódios experimentados pelas populações internadas ali, e que foram consideradas pelos redatores da “Gazeta” como “ponta-pés no decoro e na moralidade”, foi que o aludido presidente se propôs tomar medidas a fim de conter os abusos daquele major. Nesta perspectiva, o destituiu do cargo de diretor do Hospital, nomeando para aquela função o Sr. Francisco Antonio. Mas essa mudança, como se verá, em nada minorou o sofrimento dos “infelizes” retirantes e demais sujeitos enfermos ou alienados[as] que estavam internados naquele lugar.

A propósito, como se a situação no Hospital só piorasse, o que dava margens para novas denúncias, o colaborador do Jornal Gazeta da Parahyba, numa atitude de teor mais político que humanitário, como se notará adiante, propôs-se a inspecionar pessoalmente o lugar.

Era o dia 07 de setembro de 1889. Naquela manhã, um jornalista, não identificado, chegou ao Sítio, onde foi logo recebido pelo então diretor do estabelecimento, o Sr. Francisco Antonio, este fez questão de guiá-lo na visita. Nem bem chegou e já parecia estar atônito diante do espetáculo que tinha diante dos seus olhos. O jornalista percebeu que a paisagem do hospital não era nada agradável, afirmou: “é indescritível o quadro de miséria que acolá se v[ia]”. Como se o pequeno edifício não fosse capaz de comportar crescido número de pessoas, por toda parte, podia-se observar/assistir homens e mulheres, de todas as idades, expostos as intempéries do clima, famintos, “feridentos” e doentes, muitos dos quais já não conseguiam sequer erguer seus braços “em signal de tormento e desolação!...”. Outros tantos disputavam “lixo aos cães das ruas, e a miséria vendia as carnes virgens, nuas, n’uma imprudência alvar de quem se abandonava sob um único instinto – a fome!”.⁷⁸⁴

⁷⁸⁴PINTO, João Pereira de Castro. A Secca. In. **Jornal Gazeta da Parahyba** do dia 07 de Julho de 1889.

Também a aglomeração de tantos corpos, na “promiscuidade mais nauseante”⁷⁸⁵, vindos, principalmente, dos sertões desta Província da Parahyba, do Ceará, Rio Grande do Norte e de Pernambuco,

esqueléticos, outros inchados, cobertos de asquerosos trapos e muitos completamente nus. Sobre toda esta sórdida exposição de desgraças, fervilha[va] um mosqueiro impiedoso alimentando-se na imundície d’aquela ajuntamento de seres, que parec[ia] estar abandonado pela compaixão dos homens⁷⁸⁶.

Nas enfermarias, lotadas e pelos “cantos” do sítio, homens e mulheres acometidos de varíola e de outros males contagiosos, sem socorros médicos ou, sequer espiritual, davam seu último suspiro.



IMAGEM 07 – **Edifício Provincial da Cruz do Peixe** – onde funcionou a Enfermaria Provisória da Cruz do Peixe

Fonte: COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do açúcar** e outros ensaios. João Pessoa-PB, 1977.

Às sombras das árvores, na alpendrada que circundava o hospital, enfim, por toda parte havia criancinhas chorosas, doentes de sarampo, sem cuidados médicos e/ ou

⁷⁸⁵Refere-se à mistura de homens e mulheres que, devido a miséria, estavam com os corpos quase totalmente descobertos.

⁷⁸⁶Conforme Jornal Gazeta da Parahyba do dia 07 de Setembro de 1889.

alimentação, o que explica, em parte, o elevado obituário registrado entre os dias 1 a 8 do mês de setembro, 72 enterramentos⁷⁸⁷.

A propósito, no cemitério existente no Sítio, podia-se ver “em cada canto, caixões já servidos, tirados das sepulturas e espalhados a ermo”. Também existiam naquele necrotério esqueletos “expostos ao tempo”, o que dava a pior das impressões a quem quer que presenciasse aquela cena⁷⁸⁸. Se a sensação visual era impactante, não é difícil imaginar o resultado olfativo da proximidade entre o hospital e o referido cemitério.⁷⁸⁹

E, como se ninguém ali se importasse com aquela situação, até mesmo os médicos encarregados daquele hospital, Flavio Maroja e Agnelo Candido Lins Fialho, eram acusados de omissão, pior que isso, de inação, pois diante daquele quadro de horrores, os mesmos limitavam-se a fazer ligeiras visitas. A Gazeta acusava os referidos médicos de serem coniventes com aquela situação, visto que mesmo sendo conhecedores dos maus-tratos a que estavam sujeitos aqueles indivíduos e da grande mortandade que se registrava naquele espaço, não faziam queixas nem reclamações, como também não indicavam nenhuma medida para melhorar o estado sanitário do Sítio e do Hospital ali montado⁷⁹⁰.

Em Parahyba, como foi dito, apesar dos tormentos e desolações, os indivíduos asilados na “Cruz do Peixe” encontraram na imprensa de oposição um importante aliado contra os “homens do governo”. Declaravam os redatores daquele jornal:

Nestas condições julgamos do nosso dever advogar a causa dos infelizes, pedindo ainda uma vez providências para que eles sejam acolhidos, tratados e

⁷⁸⁷Conforme Jornal Gazeta da Parahyba, do dia 10 de Setembro de 1889.

⁷⁸⁸Ver Jornal Gazeta da Parahyba do dia 20 de Setembro de 1889.

⁷⁸⁹Sobre as sensações olfativas dos homens e mulheres sobre os espaços de vigilância miasmáticas, ver CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Na obra em questão, notadamente no capítulo 2, intitulado “As emanções sociais”, o autor analisa, além dos odores dos corpos como sinais de saúde e doença, os odores da cidade a partir da semiologia médica, que a partir do século XVIII, passou a enquadrar os “maus odores”, como propagadores de doenças. Ibidem. pp. 51-78.

⁷⁹⁰Cenas como as que o redator da Gazeta experimentou ao visitar o “Hospital” da Cruz do Peixe foram comuns em outros nosocômios, tal foi o caso do Hospício fundado na cidade mineira de Barbacena em 1903. No Colônia, nome popular do hospício, milhares de homens e mulheres morreram de frio e de fome, também não foram poucos os que chegaram a óbito por receber enormes descargas de eletrochoques. Situação que só veio a mudar quando estrategicamente a imprensa passou a denunciar o que se passava no interior daquele lugar. Ver: ARBEX. Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração, 2013. Em 1979, o jornalista Hiram Firmino passou a publicar no jornal Estado de Minas uma série de reportagens intitulada “Os Porões da Loucura”; naquele mesmo ano e o cineasta Helvécio Ratton lançou o filme “**Em Nome da Razão**”, mostrando como era a vida dentro daquele hospício. Conforme PEREIRA, Lucimar. Histórico do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena. Disponível em http://museudapsiquiatria.org.br/predios_famosos/exibir/?id=1. Acesso em 22.04.2015. Também ver o filme: EM NOME DA RAZÃO: Um filme sobre os porões da loucura. Direção: Helvécio Ratton: Brasil, Quimera produções, ano 1979. (23:50min). Disponível em http://www.dailymotion.com/video/x247d5a_em-nome-da-razao-um-filme-sobre-os-poroes-da-loucura-1979_shortfilms. Acesso em 20.02.2015.

alimentados convenientemente n'essa casa de caridade, estabelecida com o único fim de socorrer-os⁷⁹¹.

Assim, a miséria e as violências praticadas contra os sertanejos, doentes de moléstias graves e alienados[as], que existiam no Sítio, eram usadas como motor político em favor dos Liberais da Gazeta, que transformaram o jornal em instrumento de denúncias de tais atos.

Finalmente, tendo ocorrido a visita da “Gazeta” ao Hospital da Cruz do Peixe, cerca de uma semana após a nomeação do Sr. Francisco Antonio, e como se a campanha pró-república em Parahyba se tornasse acirrada, não poderia ter sido outra a conclusão daquelas “testemunhas oculares”: não era o recém nomeado diretor do hospital o “culpado dos vexames que acolá reina[vam]”. E rematavam com um inflamado apelo dirigido ao presidente da Província, o Dr. Gama Rosa, que, de forma jocosa, era convidado a “revestir-se do nobilíssimo papel de benfeitor da humanidade, buscando meios para aliviar tantas dores”⁷⁹².

Depois de descrever tantos horrores, o posicionamento dos redatores da Gazeta quanto à existência daquele hospital surpreende: afirmavam que não julgavam aquele empreendimento inútil, muito pelo contrário, para os opositores do governo, dado as condições anormais em que se achava a cidade da Parahyba, onde milhares de retirantes e mendigos ocupavam as ruas da cidade, não fosse a existência daquele estabelecimento, seria o número de mortes maior que aqueles registrados diariamente⁷⁹³, o que poderia vir a atingir a população estabelecida de Parahyba.

A atuação daquele órgão de imprensa contra o governo e com fins políticos fica em evidência também quando os discursos pró-retirantes começaram a dar lugar às campanhas contra a permanência dos mesmos naquela cidade, conforme pode ser observado na notícia publicada no quadro “A Semana Finda”, do dia 1º de outubro de 1889. O redator, que se identificava por Warton, acossava o governo a agir, afirmando que era urgente que fosse libertada aquela cidade daquele espetáculo de misérias, “do quadro desolador que esses retirantes famintos e maltrapilhos forçam a população a assistir todos os dias com o maior constrangimento”⁷⁹⁴.

Com estas palavras, todo o humanismo presente nos discursos daqueles jornalistas se esvaía, a “Gazeta” deixava visível tanto sua intenção quanto e a quem servia.

⁷⁹¹Jornal Gazeta da Parahyba do dia 17 de Setembro de 1889.

⁷⁹²Jornal Gazeta da Parahyba do dia 07 de Setembro de 1889.

⁷⁹³Jornal Gazeta da Parahyba do dia 17 de Setembro de 1889.

⁷⁹⁴Gazeta da Parahyba do dia 01 de Outubro de 1889.

Diante do enorme obituário - arrogado ao mau estado sanitário de Parahyba do Norte que, dentre outras coisas, era atribuído à desproporcional aglomeração de pessoas “sem observância dos preceitos de hygiene”-, o Dr. Gama Rosa nomeou o médico Eugênio Toscano de Brito para o cargo de Inspetor interino de Higiene da Província, sendo muito aplaudido pelos seus opositores da Gazeta⁷⁹⁵. Outra medida adotada por aquele presidente, para tentar aplacar os ânimos que estavam muito acirrados, foi a prática de recambiar enfermos do Hospital da Cruz do Peixe para o Hospital da Misericórdia, trazendo algumas vantagens econômicas para aquele Estabelecimento de Caridade. A reaproximação entre o governo provincial e a Santa Casa reascendeu a questão da remoção dos alienados[as] do hospital localizado na Rua das Mercês. Conquanto o provedor José Ferreira de Novaes tenha afirmado que o Dr. Gama Rosa aconselhou a compra de um edifício para aquele fim, aquela recomendação não pôde ser satisfeita⁷⁹⁶, o que talvez tenha sido motivado ou pelo alto valor do imóvel a ser adquirido ou pelo fato de que as despesas de aquisição seriam daquela Instituição de Caridade.

Com tanta coisa acontecendo, e apesar das críticas e censuras levantadas contra o governo do Dr. Gama Rosa, acerca da má administração do Hospital da Cruz do Peixe, o Sr. Francisco Antonio, que por certo, deveria ser homem de grande influência nos negócios da política, permaneceu ocupando o cargo de diretor daquele estabelecimento.

Outubro findava e a situação dos retirantes e demais internos do Hospital da Cruz do Peixe não melhorava. Inclusive, os jornalistas da Gazeta, afirmando serem improficuas as denúncias lançadas no jornal, afirmaram que as reclamações só estavam servindo “para assanhar as iras do Sr. Director contra os retirantes ali moradores”.⁷⁹⁷ Como se a estação invernosa na zona do brejo fosse considerada pelos gestores da Província suficiente para sustentar “seus naturaes”, a medida mais eficaz do Dr. Gama Rosa foi “internar” aqueles sujeitos para suas terras, o que reduziu expressivamente o número de retirantes nas ruas de Parahyba. Outra medida considerada eficaz foi a utilização da mão-de-obra dos sertanejos que permaneceram naquela Capital, em obras de melhoramento da cidade, o que tanto havia sido experimentado durante a seca de 1877-79, como durante o governo do Barão do Abiaí (1889).

Em novembro, apesar da diminuta população que se achava ainda asilada no Hospital da Cruz do Peixe, as acusações de abusos contra o Diretor do estabelecimento e contra o governo continuavam. Mas logo elas empalideceriam, cedendo lugar, nas páginas

⁷⁹⁵Conforme Jornal Gazeta da Parahyba do dia 17 de Setembro de 1889.

⁷⁹⁶NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1890. (manuscrito)

⁷⁹⁷Jornal Gazeta da Parahyba do dia 08 de Outubro de 1889.

jornalísticas, para que fossem divulgados os ideais republicanos. Importa dizer que a implantação da República era anunciada como “o prenúncio de uma epocha cheia de benefícios”, tanto para o Brasil como para o Estado da Parahyba⁷⁹⁸.

Finalmente, como se viu, os governos provinciais nomeados durante o Império, que se sucederam na administração da Província da Parahyba, não foram ao encontro dos ideais da Santa Casa de Misericórdia, naquilo que se refere às questões da administração da Loucura e construção de um Hospital exclusivo para tratamento dos alienados[as].

A República, que no Rio de Janeiro implicou na perda da autonomia sobre o Hospício Pedro II pela Santa Casa de Misericórdia, na Parahyba, assinalou uma nova fase para a referida Irmandade que foi beneficiada pelo Estado, quer com subvenções pelos serviços prestados à sociedade, quer com a sessão de terrenos e edifícios que serviriam às aspirações da “Pia” instituição.

Assim, como se o administrador da Santa Casa atendesse ao chamamento do governo provisório da Parahyba, que pedia a confiança de todos os parahybanos em os seus atos, tratou depressa, o Dr. José Ferreira de Novaes, de iniciar a negociação com o Dr. Venâncio Neiva de algumas antigas questões, dentre as quais, a criação de um Asilo de Alienados reclamada pela “inconveniência” de admitir loucos e/ou loucas no Hospital da Caridade no Centro da Cidade.

4.3 O “Asylo de Sant’Anna” no Sítio da Cruz do Peixe: “A terrível prisão de loucos[as]”

A Vida no Hospício era um verdadeiro inferno.

Heronides Coelho Filho,
A Psiquiatria no país do açúcar, 1977.

As mudanças políticas ocorridas no dia 15 de novembro de 1889, conforme sugeriu o provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, o Dr. José Ferreira de Novaes, trouxeram, pelo menos nos anos iniciais da República, algumas vantagens para aquela “Pia Instituição”, que foi atendida em muitas e antigas reivindicações. Não obstante, contrariando o

⁷⁹⁸Jornal Gazeta da Parahyba do dia 20 de Novembro de 1889.

que afirmou o médico Oscar Oliveira de Castro⁷⁹⁹, não foi naquele ano que foi construído o “Asylo” de Alienados da Cruz do Peixe⁸⁰⁰.

Como se viu, o hospital provisório da Cruz do Peixe criado em maio de 1889 e que, por vezes, abrigou alienados[as], não foi estabelecido para o tratamento ou internamento de loucos[as], mas para “a abrigar toda sorte de pessoas marginalizadas socialmente”⁸⁰¹. Neste sentido, considerando o objetivo daquele nosocômio, é importante observar que o fim da seca de 1888-89 e as mudanças no quadro político nacional e parahybano não significaram a extinção daquele estabelecimento. Importa destacar que, de todos os asilos criados naquela triste quadra, foi ali, no Hospital da Cruz do Peixe, onde se registraram as mais deploráveis experiências de desrespeito e desumanidade aos sertanejos retirados, conforme denunciado nos jornais que circularam naquela Capital naquele ano de 1889⁸⁰².

Mal alimentados, nus, expostos ao frio e ao calor, os sertanejos foram as principais vítimas das doenças que tomaram forma de epidemia na cidade da Parahyba. Doentes, muitos destes homens e mulheres tiveram que adiar a volta para casa, diante do que se fez necessário a manutenção da enfermaria da Cruz do Peixe, cuja direção foi entregue ao médico Dr. Francisco Alves de Lima Filho⁸⁰³, que representou uma grande melhoria nas condições higiênicas do referido estabelecimento e, de uma maneira geral, para a saúde pública de Parahyba do Norte, que estava alterada por inúmeros motivos, como se viu.

Como se não tivesse havido tempo para resolver os problemas de ordem sanitária e social, em janeiro de 1890, a presença de retirantes na Capital parahybana, segundo os jornalistas da “Gazeta”, que, por sinal, eram da situação política, tratava-se de um “espetáculo repugnante” que deveria ser removido dali o quanto antes. Assim, em face do elevado número de vítimas, os mesmos redatores reclamavam do Dr. Venâncio Neiva a remoção dos hospitais, cemitérios e lazaretos [casas de palhas montadas, em alguns pontos da cidade, para acolher variolosos] existentes no Centro daquela Capital. Tais medidas visavam proteger a saúde dos

⁷⁹⁹De acordo com Oscar de Castro o Asilo da Cruz do Peixe foi criado em 1889. CASTRO, Oscar Oliveira. Medicina na Paraíba – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945p.366).

⁸⁰⁰O Hospício fundado no Sítio da Cruz do Peixe recebeu denominações diversas, ora era identificado pelo nome do sítio onde está localizado, sendo chamado popularmente de Asylo ou Hospício da Cruz do Peixe, ora o identificavam pelo nome atribuído pela Santa Casa de Misericórdia, em homenagem a Santa Ana, passando a ser conhecido também por Asylo ou Hospício de Sant’Anna. A mesma Santa também passou a identificar o Hospital e o Cemitério existentes no sítio. Quanto a explicação para a escolha da referida Santa para nomear aqueles hospitais, a documentação examinada não permitiu conhecer, sabe-se, contudo, que a data de criação daqueles nosocômios não corresponde ao dia da referida Santa.

⁸⁰¹SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998.

⁸⁰²Destaque-se os Jornais Gazeta da Parahyba, Estado da Parahyba, O Liberal Parahybano.

⁸⁰³Jornal Gazeta da Parahya, de 30 de janeiro de 1890; Jornal Estado da Parahyba, de 09 de Janeiro de 1891.

“nobres” habitantes daquelas ruas⁸⁰⁴. Também a falta de limpeza das residências e das vias públicas tornou-se objeto de críticas deste órgão de publicidade, como pode ser observado no quadro “Interesses do Município”, que circulou no Jornal do dia 5 de fevereiro daquele ano:

Sem pretender entrar no recesso das habitações, é porém corrente que, os quintaes são, em sua maioria, verdadeiros focos de miasmas, devido ao deposito de matérias inorgânicas, nelle existente.

Das praças, becos e mesmo ruas, ocioso será falar; em algumas o lixo impede a viação e o trânsito. São canos abertos de esgoto, são monturos, são horrores!⁸⁰⁵

Frente ao exposto, entende-se que a salubridade de Parahyba do Norte não seria alcançada com facilidade, pois tudo parecia faltar naquela cidade para que se melhorasse a qualidade dos “ares, das águas e dos lugares”. Inclusive, faltava uma cultura higiênica, porque, embora a culpa pelo mau estado sanitário e pelas enfermidades continuassem a incidir sobre as populações pobres, também as elites tinham o costume de lançar seus esgotos, lixos e matérias fecais nas ruas da cidade, até porque Parahyba ainda se ressentia da falta desses melhoramentos materiais e sanitários.

Cabe observar que, naquele contexto, visando melhorar a saúde pública no Brasil, o governo Federal criou o Decreto Federal nº 169 do dia 18 de janeiro de 1890, que “reorganiza[va] o serviço sanitário terrestre da República”. Esta lei criava, dentre outras coisas, a Inspetoria Geral de Hygiene, responsável por estudar as questões relativas à higiene pública das localidades e habitações, encarregando-se de “ado[tar] os meios tendentes a prevenir, combater ou attenuar as molestias endemicas, epidemicas e transmissiveis ao homem e aos animaes”, conforme estabelecido no inciso III do Art. 9º.⁸⁰⁶

Na capital parahybana, objetivando cumprir o que estabelecia a referida Lei, o governo Estadual iniciou o serviço de limpeza da cidade, o que, por deficiência dos meios, não surtiu os efeitos esperados. Também se registrou melhorias na distribuição dos socorros. Assim, como se aquelas medidas não fossem suficientes, o número de mortes na Capital parahybana continuou elevadíssimo. Apesar disso, o gradual desinteresse da imprensa pelo assunto sugere que, pelo menos nas ruas centrais, havia alguma melhoria em relação aos lances ocorridos ali durante os anos de seca.

⁸⁰⁴Jornal Gazeta da Parahya de 12 de janeiro de 1890. Também o Jornal Estado da Parahyba trouxe, naquele ano, muitas reportagens reclamando o mau estado sanitário da Cidade de Parahyba do Norte.

⁸⁰⁵Jornal Gazeta da Parahya de 05 de fevereiro de 1890.

⁸⁰⁶BRASIL. **DECRETO Nº 169**, DE 18 DE JANEIRO DE 1890. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-169-18-janeiro-1890-541634publicacaooriginal-47261-pe.html> . Acesso em 02.04.2015.

Quanto à situação do Sítio da Cruz do Peixe, calcula-se que as dificuldades em melhorar o seu estado sanitário e a saúde dos sujeitos que estiveram ali asilados representou enorme desafio para o novo governo, pois encontrara as finanças da província em péssimo estado⁸⁰⁷.

De qualquer forma, passados alguns meses desde o anúncio das primeiras chuvas no Sertão, em maio de 1890, o número daqueles que haviam sido “internados” no sítio havia diminuído consideravelmente, o que pode ser notado a partir dos dados do movimento das enfermarias do Hospital provisório, entre os meses de maio e julho de 1890. Ora, até novembro de 1889 era tão excessivo o número de enfermos que os mesmos, por falta de espaço nas enfermarias, ocupavam a alpendrada do hospital e as sombras das árvores existentes no sítio.

TABELA 08 - Movimento do Hospital da Cruz do Peixe - 27 e 28 de maio de 1890

1ª e 2ª Enfermarias			
	Adultos	Crianças	Total
Existiam	77	27	104
Entraram	16	9	25
Saíram	7	1	8
Faleceram	4	1	5
Ficaram	82	34	116
3ª e 4ª Enfermarias de variolosos			
	Adultos	Crianças	Total
Existiam	96	40	136
Entraram	18	7	25
Saíram	10	-	10
Faleceram	6	-	6
Ficaram	98	47	145

Fonte: Jornal Gazeta da Parahyba dos dias 28 e 29 de maio de 1890.

⁸⁰⁷ NEIVA, Venâncio. **Mensagem do Presidente do Estado da Paraíba em 25 de junho de 1891.**

TABELA 09 - Movimento do Hospital da Cruz do Peixe - 9 e 13 de julho de 1890

1ª e 2ª Enfermarias			
	Adultos	Crianças	Total
Existiam	104	62	166
Entraram	20	9	29
Saíram	15	10	25
Faleceram		1	1
Ficaram	109	60	169
3ª e 4ª Enfermarias de variolosos			
	Adultos	Crianças	Total
Existiam	104	39	143
Entraram	6	6	12
Saíram	13	1	14
Faleceram	8	3	11
Ficaram	89	41	130

Fonte: Jornal Gazeta da Parahyba do dia 15 de julho de 1890.

Ainda que as tabelas 08 e 09 não possam dar conta do número exato dos pacientes que entraram e saíram no Hospital da Cruz do Peixe nos primeiros meses da República, os dados permitem algumas considerações importantes acerca do quadro sanitário daquele lugar. Assim, embora tenha havido significativa diminuição no número de doentes que afluía para as enfermarias daquele nosocômio, em maio de 1890, ainda era muito reduzido o número daqueles que se restabeleciam e recebiam alta médica. Também não melhorava o número daqueles que chegavam a óbito, registrando-se uma média de 6 enterramentos diários, realizados no Cemitério que existia naquele sítio.

Em julho, de conformidade com a tabela 09, verificou-se uma significativa redução do número de falecimentos, que passou de 6 para 2 mortes por dia, o que se confirma a partir das notícias publicadas no Jornal Gazeta da Parahyba, do dia 06 daquele mês, quando se observa que a administração do hospital já alcançava bons resultados com as melhorias realizadas naquelas enfermarias⁸⁰⁸. Ademais, tal situação deixa em relevo as limitações materiais e a insuficiência dos médicos contratados pelo então governador da Parahyba, o Dr. Venâncio Neiva, para tratar os diferentes tipos de moléstias que atingia os sujeitos desvalidos.

⁸⁰⁸Os dados referem-se apenas as ocorrências do Hospital da Cruz do Peixe.

Como se a varíola fosse a única doença que preocupava as elites dirigentes e letradas de Parahyba, o que não era sem razão, em face de seu caráter contagioso e por não existir um tratamento específico para esta moléstia, continuava a recair sobre os pobres a responsabilidade por sua propagação. Destarte, em virtude do “recrudescimento da epidemia” naquela Capital e nos seus arredores, foram iniciadas campanhas de vacinação, para as quais os principais alvos dos “facultativos” eram os sujeitos das “classes desfavorecidas”, que se recusavam a receber o preservativo por sentirem “repugnância” da vacina, conforme noticiou o Jornal Gazeta da Parahyba, de 23 de maio de 1890.

Apesar da preocupação com a propagação da varíola, os dados das enfermarias 1 e 2, constantes nas tabelas 08 e 09, revelam que outras moléstias eram igualmente dignas de atenção. A propósito, naqueles anos, entre as doenças mais comumente registradas como contagiosas estavam o sarampo, a sífilis, “o mal da elephancia”, a tuberculose e as câmaras de sangue⁸⁰⁹.

Esta situação patológica sugere que havia muito para ser feito naquele Hospital, que continuava atendendo não somente aos retirantes enfermos, mas também, aos muitos casos de varíola que iam surgindo no Centro da Capital parahybana e que eram removidos para a Cruz do Peixe.

No Hospital da Caridade, também o número de enfermos de doenças de “mão caracter”, “vindos de outros Hospitais”, crescia diariamente, o que despertava as maiores censuras por parte das elites que viviam nas proximidades daquele nosocômio. Inclusive, foi graças às denúncias acerca dos casos de varíola que surgiam no Centro da cidade que o governador Dr. Venâncio Neiva firmou acordo com a Santa Casa de Misericórdia, a fim de que a mesma assumisse a direção das enfermarias de variolosos no Sítio da Cruz do Peixe. Em contrapartida, o Estado mandaria construir no mesmo sítio⁸¹⁰ uma enfermaria nova para receber os doentes que estavam no Hospital da Caridade no Centro de Parahyba.

O novo edifício foi entregue à Santa Casa por Ofício do dia de 8 de novembro de 1890, vindo a ocorrer a transferência dos variolosos no dia 15 daquele mês, quando os mesmos foram transportados em carroças até o distante arrabalde, fato que deve ter repercutido, afinal, tratava-se da excisão de indivíduos considerados perigosos para a saúde pública.

⁸⁰⁹Segundo o Mappa demonstrativo dos cadáveres sepultados no cemitério Público Senhor da Boa Sentença, de junho de 1888 a junho de 1889. In. MINDELLO. Thomás d’Aquino. **Relatório apresentado a junta administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba em 01 de julho de 1889**. Parahyba do Norte: Typ. do Pelicano de Jayme Seixas & C^a, 1889.

⁸¹⁰Ver Ilustração 08.

Passados cerca de dois meses desde a entrega do referido hospital, por ato do dia 03 de janeiro de 1891, o governador Dr. Venâncio Neiva determinou que o Sítio, assim como o “Hospital da Cruz do Peixe, ficasse todo sob a administração da Santa Casa de Misericórdia”⁸¹¹. Com aquele Ato, oficiado em data de 5 de janeiro do mesmo ano, a Santa Casa de Misericórdia parecia mais próxima dos seus objetivos⁸¹².

Cabe ressaltar que, naquela ocasião, não existia o “Asylo de Sant’Anna”, de forma que os alienados[as] existentes no Hospital da Misericórdia permaneceriam nos quartos do andar térreo ainda por algum tempo, conforme observou o Provedor da Santa Casa, o Dr. Maximiano José de Inojosa Varejão, em seu relatório de 1891:

Reconhecendo a necessidade de retirar do centro desta cidade os loucos, solicitei do mesmo Governador a mercê de por a minha disposição o dinheiro preciso para terminação do Asylo e cujas paredes achavam-se quase em alicerces.

[...] Felizmente com a quantia de 5:000\$000 reis que pelo philanthropo Governador foi posta a disposição desta Provedoria consegui por o dito edificio em estado de receber os loucos, que efetivamente foram para ali transferidos à 31 de Maio ultimo⁸¹³.

Como se observa, as ações do Dr. Venâncio Neiva se inserem num discurso de benevolência e filantropia, recurso há muito usado pelos provedores da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba para acionar o espírito caritativo dos homens e mulheres [abastados] daquela cidade, o que aliás foi comum em várias partes do Brasil oitocentista⁸¹⁴, tendo significado de “ação social (caritativa ou humanitária), seja de inspiração confessional ou não”. Além disso, a Filantropia, segundo Catherine Duprant, caracterizava-se por “opo[r-se] às obras de caráter religioso, negando qualquer referência à espiritualidade”⁸¹⁵. É importante notar, entretanto, que na Província da Parahyba, como aconteceu em outras partes do mundo, “a noção

⁸¹¹VAREJÃO, Maximiano José de Inojosa. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1891. (manuscrito)

⁸¹²Para que o leitor não se esqueça: embora por mais de uma década os apelos humanitários dos provedores da Santa Casa de Misericórdia estivessem sempre fazendo referências à necessidade de dotar a Capital Parahybana de um Hospício de Alienados, que deveria ficar sobre sua administração, em verdade, o que pretendiam aqueles gestores era o domínio do arrabalde da Cruz do Peixe, por doação, e a construção ali de um Hospital de grandes dimensões.

⁸¹³VAREJÃO, Maximiano José de Inojosa. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1891. (manuscrito)

⁸¹⁴Dr. Sigaud foi um defensor da filantropia, em detrimento da obra meramente “caritativa” subministrada no Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, como se observou na nota 327 desta tese. Ver: SIGAUD, José Francisco Xavier. Op cit.

⁸¹⁵DUPRAT apud. SANGLARD, Gisele. **Filantropos da nação** – Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p. 13.

de filantropia também abarcou a da caridade”⁸¹⁶, vinculando-se aos dogmas cristãos e a busca pela salvação, ou, a uma cruel compaixão tal como referido por Sandra Caponi, quando analisou em *“Da compaixão à solidariedade”* as obras de assistência prestada aos pobres e doentes por religiosos, políticos e médicos⁸¹⁷.

Uma análise mais cuidadosa da conjuntura parahybana e das ações do “philanthropo governador” revela que os investimentos em melhoramentos do sítio da Cruz do Peixe e dos seus edifícios, assim como à transferência da gestão daqueles estabelecimentos para Santa Casa, que seria subvencionada pelos serviços prestados, diante das questões urgentes relativas à higiene e saúde pública da Capital parahybana, e considerando-se a crise econômica em que se achava a Província da Parahyba, parecem ter sido, provavelmente, os meios menos oneroso para solucionar o problema da falta de um lazareto e para a excisão dos alienados[as], que eram acusados de perturbarem a tranquilidade pública.

“Efetivamente”, a criação de um “Asylo” de Alienados em Parahyba do Norte aconteceu em 31 de maio de 1891, quando foram transferidos para o edifício da Cruz do Peixe “12 loucos[as] furiosos[as]”, inclusive criminosos⁸¹⁸. Por certo, quando daquele acontecimento, os moradores das ruas próximas ao Hospital da Santa Casa, e/ou das ruas percorridas pelos carroceiros que transportavam aquela “carga insana”, devem ter cessado, por alguns instantes, seus afazeres para assistir aquele espetáculo, considerado pelas autoridades locais e pelas elites de Parahyba, necessário para promover “o bem de todos”.

Cabe lembrar que, embora as palavras do Provedor Inojosa Varejão tenham sugerido a construção de um edifício novo preparado para receber os loucos e/ou loucas de Parahyba, na verdade, ele se referia a reformas realizadas na antiga casa onde havia funcionado, na década de 1860 e até meados dos anos 1870, o Colégio de Educandos Artífices, a mesma que durante as duas grandes secas [1877-79 e 1888-89] funcionou como a Enfermaria e/ou Hospital Provisório para variolosos.

Não imagine o[a] leitor[a] que foram realizadas grandes mudanças no antigo edifício, pois, embora as obras tenham sido orçadas em 15:000\$000 réis, o “philanthropo” governo só dispensou um terço do valor solicitado para o referido empreendimento, segundo afirmou o Provedor da Santa Casa, Inojosa Varejão. Dentre as reformas realizadas, destaque-se

⁸¹⁶ Ibidem.

⁸¹⁷ CAPONI, Sandra. Op. cit.

⁸¹⁸ VAREJÃO, Maximiano José de Inojosa. Op. cit.

a colocação de grades nas portas e janelas e a construção de um muro que o separava do Hospital de variolosos, edificado à sua esquerda, o que poderá ser observado na Imagem 08.

A propósito, considerando-se que aqueles alienados[as] eram remetidos para o Hospital da Santa Casa pelo Chefe de polícia, entende-se que, com a inauguração do hospício, também a Cadeia Pública de Parahyba se veria livre daqueles “incômodos” sujeitos. Não foi o que aconteceu. Por mais 50 anos, foi comum encontrar nas células daquela instituição alienados[as] juntos a criminosos e outros “desviantes”, como se verá adiante.

De qualquer forma, importa dizer que, por não ter sido planejada para o tratamento ou cura de alienados[as], com a transferência dos loucos e/ou loucas, existentes nas instituições totalitárias de Parahyba para a Cruz do Peixe, transferiu-se igualmente o regime de prisão a que estiveram submetidos tais homens e mulheres naqueles espaços. Como se vê, naquele momento, “os insanos[as] passaram a contar com um tecto e não um hospital, um verdadeiro depósito humano, onde se recolhiam”⁸¹⁹.

Neste sentido, pode-se dizer que, voltado para a exclusão dos alienados[as], o “Asylo de Sant’Anna”, considerado o primeiro hospital exclusivo para loucos e/ou loucas do Estado da Parahyba, inscreve-se numa concepção pré-alienista, cujo objetivo era combater a desordem provocada por aqueles sujeitos através do internamento.

Além disso, chama a atenção o fato do provedor Inojosa Varejão ter afirmado que, quando da inauguração do referido hospício, somente “loucos[as] furiosos[as]” foram enviados para lá. Neste sentido, faz-se necessário sopesar a existência dos loucos e/ou loucas não-furiosos em Parahyba do Norte naquele momento. Onde estavam? Por que tais sujeitos não foram levados para o hospício? Havia algum alienado[a] desta “espécie” no Hospital da Santa Casa de Misericórdia quando foi inaugurado aquele asilo?

Apesar da falta de dados na documentação, algumas pistas permitem chegar aos loucos e/ou loucas calmos da Província da Parahyba e que circularam em sua capital. Nesta perspectiva, considerando-se que a Santa Casa não costumava recolher das ruas da cidade os alienados[as], é certo que, devido à excessiva demanda, e dado a inexistência de espaço nas suas dependências, não existisse enfermos daquela espécie no momento da transferência dos alienados[as] para o novo hospício, visto que somente alienados[as]-furiosos[as] ou acometidos por uma crise de fúria eram retidos pela polícia e encaminhados para as instituições totalitárias de Parahyba, inclusive para o Hospital da Santa Casa. Também é do conhecimento do leitor[a] que os internamentos, quando não se tratava de loucos e/ou loucas-criminosos[as], duravam

⁸¹⁹CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p. 366

apenas enquanto os mesmos se encontrassem em fúria. Feitas estas observações, conclui-se que idiotas e imbecis permaneceram nas ruas e caminhos de Parahyba ainda por algum tempo.

Como o objetivo da Santa Casa de Misericórdia em administrar o hospital de variolosos e o hospício fundado na Cruz do Peixe fosse um mecanismo para garantir em curto prazo a posse daquela propriedade, não é de estranhar o que se passou naquelas enfermarias nos anos que se seguiram à inauguração e por cerca de cinco décadas.

Por falar nisso, a posse definitiva do sítio e dos edifícios nele existentes ocorreu em 1892, quando o governador Álvaro Lopes Machado sancionou a Lei Estadual nº 5, do dia 15 de dezembro daquele ano. Com aquele ato, a Santa Casa de Misericórdia conquistava o Sítio da Cruz do Peixe, cujo interesse pela propriedade se tornou manifesto em 1887, quando o provedor Silvino Elvídio da Cunha declarou desejar construir ali um Hospício e um novo edifício para o Hospital Santa Izabel.

Importa destacar, ainda que apenas rapidamente, no Asylo da Cruz do Peixe, apesar das campanhas de teor humanitário que antecederam sua criação, não existiu qualquer discurso médico que dê a entender que naquele espaço a loucura seria tratada ou medicalizada. Inclusive, apesar de haver um médico responsável pelo estabelecimento, este se limitava a orientar os enfermeiros no tratamento de alguma enfermidade física que acometesse o louco e/ou a louca. Aliás, o fato de serem remetidos para aquele hospício somente loucos[as]-furiosos[as] já deixa em relevo que aquele não era um lugar projetado para a cura dos “enfermos da razão”. Sua localização, que pode ser visualizada na planta 3, exprime bem a função de exclusão daquele hospício.

Posicionado à nascente do atual Hospital da Santa Casa de Misericórdia (2)⁸²⁰, em frente ao “*Cemitério da Cruz do Peixe*”(3), e a direita do Hospital de Sant’Anna (4), o Asylo de Sant’Anna (1) era de proporções acanhadas, como pode ser observado na representação a seguir que, embora tenha sido feita por volta dos anos 1930 ou 1940, quando o edifício já estava desativado, permite calcular quantos sofrimentos experimentaram, naquelas “sepulturas vivas”⁸²¹, os homens e mulheres de Parahyba, nomeados como loucos e/ou loucas.

⁸²⁰Ver anexo H.

⁸²¹Expressão utilizada por Flávio Maroja. In. MAROJA, Flávio. **Relatório apresentado pelo Diretor dos Serviços Sanitários dos Hospitais a cargo da Santa Casa de Misericórdia em 1906.**



IMAGEM 08 – “Asylo de Sant’Anna” no arrabalde da Cruz do Peixe
 Fonte: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba. João Pessoa –PB, S/D.

As péssimas condições dos internos são facilmente reconhecidas nos traços arquitetônicos do edifício, que era baixo, de aproximadamente 30m² de área coberta. “Além da alpendrada que o rodeava, dispunha de 12 celas escuras e sem ventilação”. Em suas portas gradeadas, havia pequenas aberturas “de forma retangular”, através das quais se processava a comunicação entre o louco e/ou louca e o pessoal responsável pela enfermaria, ou, ainda, com pessoas da família. Também por aquela escotilha, era realizada a passagem dos alimentos e administrados os medicamentos, que se resumiam a “fórmulas” calmantes e brometos⁸²².

A falta de higiene do lugar era algo que se apreendia tanto visivelmente, quanto olfativamente. Ora, tomando-se em consideração a existência, em cada cela, de um orifício que servia de fossa, calcula-se que além dos “gases nauseabundos que enchiam o recinto”, por certo, aquela abertura concorria para o aparecimento de insetos e outros animais transmissores de doenças. Além disso, não era incomum encontrar pelos cantos do pequeno quarto restos de alimentos, como também, fezes e urina, o que tornava o ambiente ainda mais abjeto⁸²³.

⁸²²CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba** – Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p.366.

⁸²³COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977, p. 155.

O muro levantado para separar a população do Asylo do mundo exterior, alude a um desejo de tornar aquelas vidas “insanas” invisíveis e também silenciá-las. De qualquer forma, aquela parede não se prestava bem a este papel, de modo que até a construção do novo Hospital de Santa Izabel, em 1914, todas as células ficavam expostas aos olhares curiosos e indiscretos dos visitantes ou transeuntes que, vez ou outra, eram atingidos por restos de alimentos ou matérias fecais lançadas, violentamente, através da pequena abertura existente nas portas⁸²⁴. Assim, não devia ser sem receio que o enfermeiro responsável pelo Asylo, o Sr. Manoel Felipe Santiago, “que vivia, às voltas, com um molho de chaves pesadas”, circulava pelo edifício. Também os enfermeiros Antônio Correa Farias e a Sr. Francisca Maria da Conceição deviam ser prevenidos quando impelidos a realizarem alguma tarefa habitual nas dependências daquele hospício.

Com relação ainda à questão da pretendida invisibilidade, chama a atenção a denúncia publicada no Jornal Estado da Parahyba, em novembro de 1893, que deixa em relevo que o lugar era frequentado por pessoas que buscavam diversão,

Em certos dias da semana reúne-se ali uma matuta que diverte-se á custa das loucas, em plena nudez, e na misérrima brincadeira, uzam da mais nojenta linguagem pornographica.

Os infelizes que existem n’aquella gehenna o são duplicadamente ó pelo tratamento, como pela nenhuma caridade dos sucios que ali se reúnem para rirem-se da infelicidade!⁸²⁵

Como se vê, o hospício permitia o contato entre loucos[s] e não-loucos[as] a qualquer hora do dia ou da noite, o que somente poderia ser impedido pelos funcionários do estabelecimento. Inclusive, em face de denúncias como a que foi publicada no Jornal acima referido, dirigidas aos administradores da Santa Casa e aos médicos, meses antes, a Santa Casa de Misericórdia, tornava pública a decisão da junta administrativa da Santa Casa de facultar as visitas aos enfermos daquele hospício às quintas-feiras e domingos, das 4 às 5 horas da tarde, advertindo o escriturário da instituição, o Sr. Astolpho José de Meira, que “fora d’esses dias e horas só seriam admitidas visitas dos parentes dos enfermos precedendo permissão do médico”⁸²⁶.

Ora, considerem-se as ponderações feitas pelo médico Flávio Maroja, acerca daquele hospício, onde o mesmo exercia a função de Diretor de Hygiene e a responsabilidade

⁸²⁴CASTRO, Oscar Oliveira. Op. cit. p.366.

⁸²⁵Jornal Estado da Parahyba, de 26 de novembro de 1893.

⁸²⁶Santa Casa de Misericórdia. Jornal O Estado da Parahyba. Parahyba do Norte, 08 de jun de 1893.

pelo atendimento dos alienados[as] desde os anos 1890⁸²⁷, afirmando ter notado que a impressão de quem visitava aquele hospício era “sempre má, desagradável, porque em sua construção tudo faltou, desde a engenharia sanitária até os bons sentimentos tão comuns ao gênero humano! ”. Maroja acrescentou ainda, em seu relatório de 1906, que naquele espaço “nada realça[va], quaisquer que sejam os artifícios empregados para disfarçar o que havia de ruim e detestável”⁸²⁸.

Não era incomum que o referido médico concluísse seus relatórios sobre o hospício sublinhando que a administração do estabelecimento se esforçava para melhorar o estado sanitário e as condições de existência dos alienados[as] naquelas células, sublinhando que de outra forma, ficariam os mesmos “divagando” pelas ruas e caminhos de Parahyba, ameaçando a segurança pública. Note, não havia preocupação com o bem-estar e a segurança do alienado[a], que ficava exposto às mais desumanas condições de existência⁸²⁹.

Acredita-se que a restrição às visitas, que não eram restritas apenas a familiares dos “asilados” [observou-se entre os visitantes jornalistas], estivesse ligada a necessidade de preparar, diz-se, usando as palavras de Maroja, de disfarçar as imperfeições daquele espaço a fim de calar as críticas que eram lançadas contra os administradores da Santa Casa e, ao mesmo tempo, aos médicos do estabelecimento.

Em que pese, no que se refere ao atendimento médico, como se observou, este apenas tratava das doenças físicas. As visitas, que não duravam mais de 15 minutos⁸³⁰, eram realizadas à distância, talvez por precaução contra a projeção de excrementos.

As representações existentes na documentação examinada deixam em relevo que o Asylo da Cruz do Peixe não atendia as orientações ditadas pela ciência para os hospitais daquela espécie, muito embora, os idealizadores daquele espaço⁸³¹ tenham demonstrado, em seus discursos, conhecer a obra de Pinel, segundo a qual o espaço manicomial era considerado um instrumento de cura para o louco e/ou a louca⁸³².

⁸²⁷ Apesar de não ser possível precisar a data em que o Dr. Flávio Maroja assumiu os postos de Diretor de Higiene dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia e de médico do Asylo de Sant'Anna, sabe-se, todavia, que ele esteve no Rio de Janeiro até o final do ano de 1891, quando retornou a Parahyba para assumir o cargo público de médico do exército.

⁸²⁸ MAROJA, Flávio. **Relatório apresentado pelo Diretor dos Serviços Sanitários dos Hospitais a cargo da Santa Casa de Misericórdia em 1906.**

⁸²⁹ Jornal Estado da Parahyba 23/01/1917.

⁸³⁰ Conforme publicação diárias realizado no Jornal gazeta da Parahyba a partir de 1893.

⁸³¹ Naquele momento, apesar de não existir médicos-alienistas na Parahyba, é visível, nos discursos dos provedores da Santa Casa e dos médicos, referências as orientações de Pinel, onde o manicômio ocupa papel privilegiado na recuperação do doente mental.

⁸³² PESSOTTI, Isaias. **A loucura e as épocas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001, p. 69.

Segundo o médico francês, o manicômio precisava ser um ambiente ordenado, que permitisse a observação atenta do enfermo, “era essencial libertar, quanto possível, os movimentos, a locomoção e as relações interpessoais de contenção, bem como o enclausuramento dos pacientes em celas estreitas”⁸³³. Enfim, o ambiente físico dos hospícios deveria ser amplo, limpo e destituído do caráter lúgubre de prisão.

Assim, num lance rápido, poder-se-ia dizer que a escolha do sítio, distante do Centro da cidade, atendia as orientações da psiquiatria, pois possibilitaria mais conforto e uma ambientação mais saudável para os alienados[as]. No entanto, bastava desviar a vista para trás e logo se perceberia que o local não era adequado ao tratamento e/ou recuperação da “saúde mental”, considerando o avizinhar de um Cemitério, num momento em que os miasmas pútridos ainda dominavam o imaginário de médicos e demais habitantes de Parahyba, não pode ser considerado um benefício sob o ponto de vista da higiene. Também, a enfermaria vizinha, onde eram tratados enfermos contagiosos, deve ser considerada uma ameaça à saúde daqueles “infelizes” loucos e/ou loucas, afinal, aquela aproximação [ver Imagem 08] poderia resultar na contaminação dos alienados. E, havia, por certo, outros fatores que concorriam para tornar o Asylo de Alienados da Cruz do Peixe inadequado para a cura da loucura.

Sabendo que aquele “Asylo” não visava tratar a alienação mental, entende-se que sua criação não significou mudanças expressivas na condição social do alienado[a], cujo internamento naquele lugar, embora tenha possibilitado sua separação em relação a outros enfermos e tipos marginalizados, continuou a ter a função de exclusão⁸³⁴. Deve-se observar, entretanto, que se os loucos e/ou loucas-furiosas passaram a viver isolados nos pequenos “cubículos” daquele asilo, o mesmo não aconteceu aos alienados[as] considerados não-furiosos[as] que, ou permaneceram nas “passagens”, como foi mencionado antes, ou, na inexistência de vagas naquele hospício, quando acometidos de crises de fúria, foram mantidos juntos a outros doentes e criminosos.

Como se vê, em face das pequenas dimensões do edifício, o número excessivo de alienados[as] foi, desde o início, um problema para os administradores daquele estabelecimento que, não raras vezes, se recusaram a receber alienados[as] nas dependências daquele asilo. Inclusive, o provedor Inojosa Varejão observou, em seu relatório, ter sido obrigado a negar,

⁸³³ PESSOTTI, Isaias. Op. cit. p. 164.

⁸³⁴ De acordo com PESSOTTI, mesmo depois da reforma de Pinel, também na Europa existiam hospícios (exclusivos para loucos), nos quais não existia tratamento médico, apenas os abrigava e os alimentavam, separando-os dos demais doentes ou marginalizados sócias. Ibidem, p. 152.

poucos dias depois da inauguração do asilo, “a entrada de uma louca que fora apresentada por parte do Dr. Chefe de polícia para ali ser recolhida”⁸³⁵.

A alienada, naquela ocasião, deve ter sido conduzida a uma das celas da Cadeia de Parahyba, onde, acredita-se que permaneceu até receber a ordem de soltura, jurídica ou médica, a depender do motivo que ocasionou seu internamento.

Quanto ao “Asylo”, depois, com o tempo, devido à grande procura por vagas e não sendo possível recusar todos os pedidos que chegavam, se tornou habitual que os loucos e/ou loucas não-furiosos[as] fossem admitidos no Hospital da Cruz do Peixe. Note, os alienados[as] não-furiosos[as] passaram a ocupar, não as células do Hospício, mas **as enfermarias e corredores do hospital de variolosos**, o que, de acordo com o Provedor José Ferreira de Novaes, “constitui[a] uma prática de más consequências, e que [estava] sendo imposta por força das circunstâncias”⁸³⁶.

Apesar destas práticas relatadas por médicos e provedores e denunciadas pela imprensa parahybana, ainda havia reclames contra a presença de loucos e/ou loucas que divagavam no Centro da cidade, provocando desordem. Outros, eram acusados de incomodarem, com gritos que extrapolavam as grades da Cadeia, os habitantes das ruas centrais de Parahyba. Tal foi o caso da denúncia publicada no Jornal o Estado da Parahyba, no dia 22 de janeiro de 1917, sob o título “Asylo de Alienados: medida que urge”. Afirmavam os redatores:

Sabemos também que na cadeia pública estão enclausurados, como detentos, alguns loucos, entre os quaes um menor de nome João, que grita continuamente e lancinantemente.

Pode-se bem imaginar o efeito que as celulas da nossa casa de detenção produzem nos doentes das faculdades mentaes, cujo tratamento requer especiais cuidados, obedecendo a um methodo, em que a hygiene, a vida ao ar livre o mais possível e em brandura bem aplicada no trata-se com esses infelizes são elementos básicos, e é, por conseguinte indispensáveis⁸³⁷.

Depois deste apelo humanitário e científico, aqueles redatores deixam em evidência que o que se pretendia era a retirada daqueles “incômodos” sujeitos da Cadeia de Parahyba, considerando a proximidade do estabelecimento prisional em ralação com a Cidade Alta, para o que destacaram: “o nosso único asylo de alienados, a Cruz do Peixe, não dispõe de taes

⁸³⁵VAREJÃO, Maximiano José de Inojosa. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1891. (manuscrito)

⁸³⁶NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1919. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1919, p.3.

⁸³⁷Jornal Correio da Manhã, de 22 de janeiro de 1917.

requisitos”. No entanto, era o lugar mais adequado para manter aqueles “insanos” e reprimir seus impulsos, especialmente, quando das crises de fúria.

Também a impossibilidade de separação dos sexos constituiu dificuldade administrativa. Inclusive, neste ponto, discorda-se do psiquiatra parahybano Edvaldo Brilhante da Silva, que afirmou existir, naquele hospício, seis celas reservadas para cada sexo. Sem dúvida, deveria haver alguma reserva em relação ao internamento de homens e mulheres em um mesmo espaço, o que poderia levantar censuras contra os provedores da Santa Casa. Entretanto, dado a insuficiência de leitos, qualquer intenção de classificar e/ou dividir por categoria o edifício seria improfícua. De tal modo, considerando que as células eram individuais, acredita-se que as mesmas não estavam reservadas a indivíduos de um ou outro sexo, era a demanda que determinaria quem ocuparia os quartos que viessem a ser desocupados.

Sendo assim, não demorou até que se levantassem algumas vozes contra os administradores daquele Asylo, acusados de deixá-lo “entregue á completo abandono, conforme noticiou o Jornal Estado da Parahyba em data de 26 de novembro de 1893. Naquele domingo, os leitores daquela folha talvez tenham se escandalizado com a informação sobre o estado dito deplorável do Asylo da Cruz do Peixe, onde “os pobres loucos[as] vivi[am] nus, como se estivessem no paraíso de Adão e Eva, antes do pecado mofento”⁸³⁸.

Veja: embora a nudez daqueles sujeitos tenha sido denunciada a partir da perspectiva da moralidade, ela põe a descoberto outras formas de violência praticadas contra aqueles “infelizes alienados[as]” que, sem roupas, defendiam-se do frio encolhendo-se entre as paredes sujas e úmidas do quarto em que estavam aprisionados. E quantos não devem ter falecido por não suportar o frio?⁸³⁹

Enfim, ali, os loucos e/ou loucas estavam “privados de ar para respirar, de água para matar a sede e das coisas indispensáveis á vida”, para usar as palavras de Esquirol, quando este médico, em 1818, descreveu a situação dos loucos[as] nos hospícios da França⁸⁴⁰.

Como se observa, o reclamado Hospício de Alienados que prometia, segundo os discursos dos provedores da Santa Casa, mudar a sorte dos loucos e/ou loucas, nunca se prestou

⁸³⁸ Jornal Estado da Parahyba, 26 de novembro de 1893.

⁸³⁹ Esse tipo de violência foi denunciado tanto por Daniela Arbex, em *Holocausto Brasileiro*, como na obra *Diário do Hospício*, de Lima Barreto, que disse ter tido muito pudor ao ficar nu, na presença de outros alienados e a portas abertas. ARBEX, Daniele. Op. cit; BARRETO, Lima. **Diário do Hospício e o Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 45.

⁸⁴⁰ As palavras do psiquiatra francês Esquirol permitem concluir que as práticas de internamento de alienados nos hospitais da Santa Casa e consideradas pelas elites letradas Parahyba como desumanas não se constituíram experiências isoladas, pois em várias partes do Brasil, assim como em outros países, a exemplo da França, os loucos e/ou loucas experimentaram práticas também cruéis de contenção. PESSOTTI, Isaias. **A loucura e as épocas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001, p.153.

bem a este papel, de forma que logo se “converteu num depósito humano”, ou em “verdadeiro inferno”, como sugeriu Heronides Coelho Filho (1977). E as razões para tanta negligência podem ser explicadas a partir dos interesses manifestos nos relatórios dos provedores daquela instituição durante as campanhas pró-hospício de alienados, cujo apelo humanitário era sombreado por interesses materiais. Considere-se ainda que, até a criação da Lei Estadual nº 5 de 15 de dezembro de 1892, o Sítio e os hospitais ali existentes eram mantidos pelo Estado que subvencionava a instituição com algo em torno de 7:000\$000 réis, sendo acrescido em mais 12:788\$000 réis pagos sob a sigla socorros públicos, conforme declarou o provedor Inojosa Varejão. Depois disso, não se sabe até quando o governo da Parahyba financiou a manutenção daqueles hospitais. Afinal, com aquele ato, a propriedade deixava de ser estatal e, como é sabido, desde a proclamação da República, aconteceu uma separação entre Estado e Igreja, diante do que se observou um redirecionamento nas finanças das Irmandades espalhadas pelo país, que tiveram as subvenções extintas ou diminuídas.

No que se refere ao Estado da Parahyba, sabe-se que dada a escassez de recursos, o governo foi levado a reduzir as verbas destinadas a Santa Casa que, sob a alegação da insuficiência de suas rendas, “teve de restringir os gastos especialmente no que se refere ao hospício de alienados”⁸⁴¹. A propósito, os Relatórios dos Provedores da Santa Casa, dos anos 1906 a 1923, deixaram em relevo que, dentre todos os estabelecimentos administrados por aquela instituição, os únicos que não lhes proporcionava lucros eram o Hospital e o Asylo de Sant’Anna. Finalmente, considere-se, ainda, que aqueles estabelecimentos eram destinados a pessoas acometidas de doenças incuráveis, conforme sugeriu o provedor Pedro da Cunha Pedrosa, quando observou, em seu relatório, que o Hospital Santa Izabel, no Centro de Parahyba do Norte, reservava-se ao recolhimento e tratamento de enfermos indigentes e pensionistas “affectados de moléstia curável”⁸⁴².

A situação de abandono em que se encontravam os loucos[as], denunciadas meses depois que a Santa Casa passou a administrar o Asylo, não foi ignorada totalmente pela população de Parahyba que, vez ou outra, realizava algum evento em benefício daqueles “infelizes”. Tal foi o caso do Espetáculo “Camões e Jau”, representado no Teatrinho da “Plaina Boemia”, no dia 7 de setembro de 1900, em benefício “do inditoso moço que, ferido pelo

⁸⁴¹COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977.

⁸⁴²PEDROSA, Pedro da Cunha. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1906. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1906, p. 12.

infortúnio, se acha[va] em um **nauseabundo asilo de alienados**, único existente nesta pobre terra”, anunciava o jornal “A verdade” de 6 de setembro daquele ano⁸⁴³. (grifos da autora).

No mesmo folheto, podia-se ler ainda que tanto a mocidade quanto os “distintos cavaleiros da sociedade parahybana”, dominados pelos sentimentos de compaixão e caridade, com aquela “humanitária lembrança procura[vam] melhorar as condições do pobre infeliz”⁸⁴⁴.

Embora a documentação não permita conhecer quais os critérios para a escolha do beneficiário das “festas de caridade”, pode-se inferir que os auxílios conseguidos com aquelas práticas não eram usados pelos administradores para melhorar as condições de todos os sujeitos alienados[as] existentes no Asylo da Cruz do Peixe. Foi assim que, nos anos seguintes, as denúncias acerca do mau estado daquela “casa de loucos e/ou loucas” tornaram-se mais frequentes, tanto nos jornais quanto nos relatórios dos médicos e provedores da Santa Casa, que usaram daquele artifício por, pelo menos, dois motivos: primeiro, para justificarem-se diante da sociedade de Parahyba por permitirem que seres humanos fossem mantidos em prisões tão detestáveis; depois, para reclamar a construção de um edifício que obedecesse às orientações da psiquiatria. Sobre isso, o relato do provedor José Ferreira de Novaes é elucidativo:

Este estabelecimento, onde estão recolhidos os infelizes que perderam a razão, não corresponde, de modo algum, aos intuitos da caridade e nem as prescrições das sciencias medicas. É antes, uma prisão e esta bem martyrizante, do que um manicômio, com o necessário conforto e os meios hygienicos necessários a vida humana⁸⁴⁵.

As palavras do Provedor Novaes revelam a presença, na Parahyba, ainda que de forma tímida, da psiquiatria, não sendo por acaso que ele fez referências à inobservância das “prescrições das sciências médicas”. Ora, desde 1910, o Asylo de Sant’Anna passou a contar com os trabalhos voluntários do médico psiquiatra parahybano Dr. Octávio Ferreira Soares, recém-formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Apesar disso, talvez em face da precariedade daquele ambiente, não se observou registros de casos de cura de alienados[as] em Parahyba. Também a presença daquele psiquiatra não significou mudança na assistência prestada aos alienados[as], ou seja, não se pode afirmar que a loucura foi medicalizada naqueles anos. E, mesmo que os discursos e as representações existentes acerca daquele lugar sugiram que, nos anos posteriores ao ingresso daquele médico no corpo de funcionários do Asylo, as

⁸⁴³Apud. COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977, p. 155

⁸⁴⁴Ibidem. p. 155.

⁸⁴⁵BRANDÃO, Trajano A. de Caldas. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1913. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1913, p.9.

condições de internamento se tronaram cada vez piores, uma coisa é certa: a presença do Dr. Octávio Soares concorreu para que houvesse uma importante mudança no estatuto da loucura em Parahyba do Norte, qual seja: a alienação passou a ser vista como uma doença mental, portanto, passível de ser curada.

Nos anos 1910, os jornais passaram a trazer, com maior frequência, notícias sobre casos de doenças mentais experimentados não só no Brasil, como na Europa. Monomanias, Loucura coletiva e degeneração são alguns dos temas mais tratados nos jornais consultados, o que de alguma maneira influenciava nas campanhas pró-Hospital Psiquiátrico. Também, o Dr. Flávio Maroja foi um ardente defensor da construção de um novo Hospital para loucos[as], o que, como já foi sugerido, poder ter sido motivado por ocupar ele o cargo de Diretor de Higiene do Asylo da Cruz do Peixe. E, como ele, foram inúmeros os médicos que aderiram àquela campanha que, apesar dos muitos apelos, somente em 1922, durante o governo presidencial do parahybano Epitácio Pessoa, começou a materializar-se, vindo a culminar com a Construção do Hospital Colônia Juliano Moreira, inaugurado em 1928, marcando o início da medicalização da loucura na Parahyba, como se observará no próximo Capítulo.

CAPÍTULO V

A HORA DA PSIQUIATRIA NO ESTADO DA PARAHYBA: O HOSPITAL-COLONIA JULIANO MOREIRA E A MEDICALIZAÇÃO DA LOUCURA

No início do século XX, o estado sanitário da Capital parahybana pouco havia melhorado em relação aos anos finais do império. Até porque, devido a inexistência de uma tradição republicana neste Estado⁸⁴⁶, até os anos 1910, os políticos parahybanos, monarquistas, liberais ou conservadores, limitaram-se a se organizar politicamente e economicamente, com vistas a atender ao novo regime⁸⁴⁷, ocasião na qual se destacaram como líderes oligárquicos Álvares Machado (*Alvarismo*)⁸⁴⁸ e Venâncio Neiva (*Venancismo*). Este último foi responsável por ter levado os Pessoa (*Epitacismo*) ao poder em 1915, quando Eptácio Pessoa foi eleito Senador⁸⁴⁹. Diante deste quadro, entende-se que, no Estado da Parahyba, “venceu a política da parentela e não a República”⁸⁵⁰. Além do mais, naqueles anos, a Parahyba vivia uma grave crise econômica, proveniente tanto da desvalorização dos produtos locais, como devido às sucessivas secas que assolaram o território desde os anos 1870. Some-se a isso, a desídia dos

⁸⁴⁶De acordo com Oswaldo Trigueiro, entre os poucos republicanos parahybanos, destacou-se Aristides Lobo que vivendo no Rio de Janeiro à época em que foi proclamada a República e passou a integrar o Governo Provisório como Ministro do Interior. Naquela ocasião, este parahybano indicou para gerir os destinos do Estado da Parahyba o pernambucano Albino Meira. Todavia, seu nome não foi aceito pelos militares parahybanos que haviam participado da jornada de 15 de novembro, o marechal Almeida Barreto e os Coronéis João e Tude Soares Neiva. Diante disso, foi nomeado para o cargo o conservador Venâncio Neiva, irmão dos últimos (filiado ao partido Conservador). O grupo oligárquico Neiva-Pessoa e, depois, Lucena, mais conhecido como Epitacismo, surgiu, portanto, com a proclamação da República Naquela ocasião, também Eptácio da Silva Pessoa integrou o Governo provisório na condição de Secretário Geral do Governo da Parahyba. TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982; SÁ, Lenilde Duarte de. **PARAHYBA: Uma Cidade entre Miasmas e Micróbios** - O Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918. Tese de Doutorado em Enfermagem. Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 1999, p.116.

⁸⁴⁷VIDAL, Wyllyna Carlos Lima. **Transformações Urbanas: A modernização da Capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940**. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Engenharia Urbana da UFPB. João Pessoa-PB, 2004.

⁸⁴⁸Álvaro Machado esteve no centro da política parahybana por vinte anos, de 18 de fevereiro de 1892, quando assumiu o governo do Estado, até 30 de janeiro de 1912, quando faleceu no Rio de Janeiro. Durante o período de domínio Alvarista, governaram o Estado da Parahyba o professor Antonio Alfredo da Gama e Melo (1896-1900), que foi sucedido por José Peregrino de Carvalho (1900-1904). Como se seu domínio político estivesse ameaçado, em 1904, Álvaro Machado volta a governar o Estado, mantendo-se no cargo até 1905, quando deixou aquele governo para assumir outra vez o senado, desta vez passando o cargo para o padre Walfredo Leal. Em 1908 João Lopes Machado, irmão de Álvaro, assumiu o governo do Estado da Parahyba. Com o fim do governo João Machado, marcou-se o fim do domínio Alvarista. TRIGUEIRO, Oswaldo. Op. cit.; SÁ, Lenilde Duarte de. op. cit.

⁸⁴⁹TRIGUEIRO, Oswaldo. Op. cit.

⁸⁵⁰SÁ, Lenilde Duarte de. op cit. p. 108.

administradores que faziam gastos desnecessários, distribuindo cargos políticos entre seus parentes e aliados, o que deixava à margem grande parte da população do Estado. Estas disputas político-oligárquicas incentivaram o aparecimento do banditismo no interior da Parahyba, o que muito contribuiu para a falta de segurança pública. Depois, passados mais de vinte anos da abolição da escravidão, não eram raras as famílias que “continuavam a olhar o povo negro, ou mulato, como se ainda estivesse no ‘alpendre da casa grande’”⁸⁵¹. E, apesar de se observar nas “Mensagens” dos novos republicanos um discurso em defesa da urbanização e modernização deste Estado, poucas foram as mudanças sociais, políticas e econômicas corridas naquele momento⁸⁵².

Em que pese, foi somente no governo do médico-sanitarista João Machado, irmão de Álvaro Machado, que, segundo Oswaldo Trigueiro (1982), foram realizados na Capital parahybana melhoramentos materiais considerados, por suas elites letradas e políticas, como modernos.

A propósito, João Machado, referindo-se a sua dupla condição de administrador e médico, com experiência na Capital Federal durante o Governo do Prefeito Pereira Passos, quando atuou junto ao médico Oswaldo Cruz saneando aquela cidade⁸⁵³, em sua Mensagem de 1909, comprometeu-se a dar execução em seu governo ao “abastecimento d’água, luz, exgotto e a hygiene publica”, o que, para ele, além de ser um dever social, era um dos “factores essenciais á riqueza das nações”⁸⁵⁴. Assim, não por acaso, visando *sanear, embelezar e promover a circulação*, observou-se, sob sua administração, a inauguração dos serviços de iluminação elétrica, a implantação do serviço de bondes elétricos e o serviço de abastecimento d’água. Todos estes melhoramentos reclamados em nome do progresso e da civilização da Parahyba. Durante seu governo, objetivando combater práticas que considerava como “antiquadas e prejudiciais” à saúde pública, foi criado o Decreto n. 494, de 8 de Junho de 1911, que organizava a Repartição de Hygiene do Estado, colocando em execução a Lei n. 270, de 26 de setembro de 1907⁸⁵⁵, por meio da qual, prometendo trazer salutareos benefícios à saúde

⁸⁵¹SÁ, Lenilde Duarte de. op. cit. p. 108, p. 110.

⁸⁵²Conforme pode ser observado nas Mensagens presidenciais apresentadas pelos Governadores do Estado, a partir de 1891. Disponíveis em <http://www.brazil.crl.edu>. Primeiro acesso em 02.02.2011.

⁸⁵³MACHADO, João Lopes. Mensagem **apresentado a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente**, em 01 de setembro de 1909. Parahyba do Norte, 1909, p. S1-18.

⁸⁵⁴ Ibidem, p.16.

⁸⁵⁵O Serviço de Hygiene Pública da Parahyba foi organizado inicialmente em 1895, por meio do Decreto n. 53, de 30 de março. O regulamento que regia os serviços de hygiene estabelecia, em seu Artigo 1, que os mesmos ficassem sob a direção de Conselho de saúde pública e de uma Inspetoria de Hygiene. Tais órgãos eram administrados por Inspetor de Hygiene, Diretor de Serviço Médico da Santa Casa, Delegado de Hygiene e Polícia Sanitária. In. PARAHYBA. **Colleção dos Actos dos Poderes Legislativo e Executivo do Governo da Parahyba em 1895**. Parahyba, Imprensa Official, 1895.

pública, o governo submetia a população das cidades parahybana “às leis sanitárias sem a preocupação de que ellas p[udessem] atingir a liberdade individual, indo mesmo até a inviolabilidade do domicilio”⁸⁵⁶. Esse fato deve ter provocado muitas tensões, visto que se perpetuava a ideia de que os pobres eram os maiores responsáveis pelo mau estado higiênico daquelas cidades, diante do que, tais homens e mulheres tiveram suas residências invadidas e sua intimidade expostas aos olhares desconfiados das elites econômicas, políticas e letradas. Estes, por sua vez, enquanto objurgavam os maus hábitos dos vizinhos pobres, esqueciam-se de assear suas residências, conforme denunciou Flavio Maroja em 1905.

Segundo o referido médico, a cidade da Parahyba apresentava a quem a visitasse um “espetáculo triste”, pois em suas ruas mais centrais, tanto quanto naquelas “onde habita[va] a pobreza”, deparava-se o “forasteiro”, e também seus habitantes, com “lixo aos montões” e “imundícies dependuradas pelas arvores e espalhadas aqui e acolá”,⁸⁵⁷ o que leva a crer que, para o homens e mulheres de Parahyba, percorrer algumas das principais ruas da cidade poderia ser uma experiência sensorial muito desconfortável para o olfato e para a vista. Além disso, deve-se lembrar que nestas paragens a teoria do ar corrompido se perpetuava, inclusive, naqueles anos, já era consenso entre os médicos e higienistas que a matéria fecal era responsável pela propagação da febre typhoide⁸⁵⁸. E isto não foi tudo.

A “funestíssima epidemia” Bubônica, que assombrava o imaginário daquela população desde os anos finais do oitocentos⁸⁵⁹, atingiu Campina Grande em 1912, deixando aquela população em estado de alerta, conforme se observa nos “Telegrammas” trocados entre a redação do jornal *A Imprensa* e o médico Teixeira de Vasconcelos, Diretor de Hygiene no Estado, no dia 14 de outubro de 1912.

J.I.: Nós devemos receiar que a bubônica queira invadir esta Capital?

T.V.: Nem é bom pensar nisto. Será uma invasão mais barbara e talvez que a dos cangaceiros!⁸⁶⁰

⁸⁵⁶MACHADO, João Lopes. Mensagem **apresentado a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente**, em 01 de setembro de 1911. Parahyba do Norte, 1911, p. 27.

⁸⁵⁷MAROJA, Flavio. Nossa Hygiene. In. **Revista Philippéa**, 16 de julho de 1905.

⁸⁵⁸Ibidem, p.19. A febre tifoide é uma doença infecciosa causada por uma bactéria, a *Salmonellatyphi*. Se não tratada, esta bactéria pode levar a morte. A principal forma de transmissão é a ingestão de água ou de alimentos contaminados por fezes ou urina que contém a bactéria. Também é possível adquirir a doença pelo contato direto com indivíduos infectados através das fezes, urina e outras secreções. Para saber mais ler: CASTIÑEIRAS, Terezinha Marta P. P., et. al. Febre tifoide. **Centro de Informação em Saúde para Viajantes (Cives)**. Disponível em <http://www.cives.ufrj.br/informacao/ftifoide/ft-iv.html>. Acesso em 28.09.2015.

⁸⁵⁹Segundo se observou na documentação estudada, o Jornal A Imprensa publicou, a partir de 29 de outubro de 1899 e durante o ano 1900, reportagens falando sobre a bubônica.

⁸⁶⁰ Jornal A Imprensa de 14 de outubro de 1912.

Ora, se a possibilidade de epidemia de peste bubônica era vista com receio pelos médicos da época, imagine o leitor o medo sentido pelos moradores da Capital Parahyba ao serem informados sobre a existência da doença a um dia de viagem daquela Cidade, ainda mais considerando que as experiências de outras epidemias haviam sido trágicas, conforme se observou no primeiro capítulo deste trabalho.⁸⁶¹

Diante da ameaça representada pela peste negra, os jornais que circularam naquela capital passaram a clamar do governo medidas que obstassem a invasão do mal. Pedia-se a “interdição do tráfego da Great Western e a desinfecção dos comboios que partissem de Campina Grande”⁸⁶². Também teve início uma campanha para que a recém-criada Repartição de Hygiene intervisse de forma mais rigorosa nas residências insalubres e sobre os corpos considerados malsoantes, conforme denúncia publicada no jornal *A Imprensa* de 21 de novembro de 1912. O caso passou-se na Rua 13 de Maio [Antiga Rua da Lagoa], no Centro da Cidade. Ali existia, segundo o autor da reportagem, o Quarteirão dos sete quartos, nome que era atribuído as “sete espeluncas” que o compunha.

Do quintal d’estes quartos, sem aparelho nem outra sorte de acomodações sanitárias, desprendem um mau cheiro insuportável, toda sorte de detritos e porcarias acumuladas. É este um facto digno das visitas rigorosas da Hygiene, pelo estado sanitário de nossa cidade, que não é dos melhores e pela vizinhança de terríveis pestes cujos micróbios não desdenharão, de certo, a petisqueira da immundicie como esta de que falamos⁸⁶³.

A matéria veiculada pelo referido diário além de deixar em evidência a carência dos Serviços médico-higiênicos na Capital da Parahyba, que, por sinal, era a única cidade no Estado atendida por aquela repartição, também reitera que para as elites letradas e econômicas daquele lugar, os homens e mulheres dos segmentos menos abastados eram os maiores responsáveis pelo estado, nada lisonjeiro, da cidade.

Além disso, iniciou-se uma cruzada contra a permanência de mendigos, vadios, crianças desvalidas, prostitutas, criminosos[as], loucos[as], “cegos, aleijados e lázaros”, enfim, contra os pobres, “nas ruas, nas calçadas, por todo canto da cidade”, o que, na opinião das elites

⁸⁶¹SÁ, Lenilde Duarte de; CANESQUI, Ana Maria. 1912: **O ano em que a Peste Bubônica atingiu Campina Grande e Amedrontou a Cidade da Parahyba**. Disponível em <http://www.periodicos.ufpb.br>. Acesso em 12 de agosto de 2015. p. 183. OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; BRITTO, Flávio André Alves. A cidade gradeada pelo medo: Peste e doença em Campina Grande no início do século XX. In. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. v. 9, ano IX n. 3 set.-dez. de 2012.

⁸⁶²Idem. p. 189.

⁸⁶³ Jornal *A Imprensa* de 21 de novembro de 1912.

parahybanas, davam o pior dos espetáculos aos transeuntes, diz-se, aqueles que se intitulavam os defensores da higiene e da civilização.

Animados por tais discursos e visando dar continuidade à política sanitaria do Dr. João Machado, os governos que o sucederam levaram adiante as reformas urbanas, ora enfatizando as questões de saneamento, ora investindo no embelezamento e circulação. Houve, ainda, aqueles que defenderam que a modernidade estava relacionada à cultura e educação de um povo. Assim, foi que, durante o governo do jurista, jornalista e professor, João Pereira de Castro Pinto⁸⁶⁴, observou-se a tentativa de higienizar a sociedade a partir da educação⁸⁶⁵, revelando a influência dos discursos eugênicos, que começavam a circular no país, assunto que será tratado adiante.

Como se tais ações não fossem surtir efeito em curto prazo, também a Assistência Pública esteve entre as preocupações de Castro Pinto, pois continuavam as ruas cheias de pessoas sujas, famintas, enfermas e desocupadas. Apesar disso, as realizações neste campo foram obras da “caridade cristã”, diante do que, graças aos “beneméritos” senhores Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e Dr. Walfredo Guedes Pereira, foram criados em 1913 o Asylo de Mendicidade e a Polyclinica Infantil, respectivamente⁸⁶⁶. Essas ações, segundo se depreende das representações existentes nos jornais compulsados, melhorava consideravelmente o estado sanitário daquela Capital. Outra obra, idealizada e edificada, pelos “espíritos filantrópicos” do Estado da Parahyba e que estava em curso naquele momento, foi o Orfanato Dom Ulrico, entretanto, sua inauguração só ocorreria três anos depois, em 1916.

Como se aqueles generosos homens e mulheres “se esquecessem de lançar suas vistas para os “infelizes” loucos e/ou loucas que existiam no Asylo da Cruz do Peixe, registrou-se também, em 1913, a primeira tentativa Estatal de construir no território parahybano um Hospício moderno, sendo influenciada pelos acalorados discursos de provedores, psiquiatras, higienistas, juristas e jornalistas. A obra, por insuficiência de verbas e por existirem outras prioridades para o Estado, fora adiada. Não obstante, a iniciativa do Dr. Castro Pinto marcou uma nova fase da campanha pró-Hospital de Alienados na Parahyba, qual seja: a construção do

⁸⁶⁴A candidatura de Castro Pinto, em 1912, para o governo do Estado da Parahyba foi lançada por Walfredo Leal e Epitácio Pessoa, como forma de agradar as elites políticas locais, segundo ESPINDOLA. Maíra Lewtchuk. Instituições Educadoras: Imprensa, biblioteca e Universidade popular no governo Castro Pinto na Parahyba (1912-1915). Disponível em <http://www.sbhe.org.br>. Acesso em 22.08.2015.

⁸⁶⁵Num movimento que tanto respondia a questão social, como contribuiria a longo prazo para o desenvolvimento da Parahyba, Castro Pinto ampliou a oferta de vagas no ensino público e criou vários cursos profissionalizantes no Estado, o que visava tanto preparar mão-de-obra para o desenvolvimento da indústria local, como promover uma higienização pedagógica.

⁸⁶⁶PINTO, João Pereira de Castro. **Mensagem apresentada a Assembleia legislativa do estado da Parahyba em 01 de setembro de 1913**.p. 44.

Asilo se tornou objeto de disputa entre os políticos locais, resultando no adiamento da questão até 1928. Apesar disso, antes de deixar o governo do Estado, Castro Pinto, em atenção ao pedido do Provedor da Santa Casa e em face do fim das obras do novo Hospital de Santa Izabel inaugurado em 1914, criou a Lei Estadual nº 426, de 8 de novembro de 1915 que, em seu Artigo 5º, § 29, “autoriza[va] o Presidente do Estado a entrar em accordo com a Santa Casa de Misericórdia sobre a Construcção e direcção do Asylo de Alienados”⁸⁶⁷. Desta feita, a questão dormitou por dois anos, sendo retomada em 1917, durante a “operosa” administração do médico Francisco Camilo de Holanda⁸⁶⁸, e, novamente, arquivada para a frustração do primeiro médico-alienista parahybano, o Dr. Octávio Soares. A trajetória deste alienista e as especificidades que marcaram o lento processo de medicalização da loucura na Parahyba, materializado no Hospital-Colônia Juliano Moreira, inaugurado no final dos anos 1920, é o que será abordado a seguir.

5.1 A Constituição da Psiquiatria no Estado na Parahyba: Uma ciência de Hygienistas, Clínicos Gerais e Psiquiatras.

A psiquiatria constitui uma especialidade clínica em geral pouco estudada entre nós, pelos médicos, clínicos, principalmente por não termos hospitais dessa especialidade, aonde detivéssemos as nossas vistas na prática, porquanto a teoria só por si não basta, ou por outro, nada vale.

Octávio Ferreira Soares, Semana Médica da Parahyba, 1927.

⁸⁶⁷NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1916. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1916, p.11.

⁸⁶⁸ O governo Camilo de Holanda foi marcado por um avultado programa de melhoramentos urbanos na Capital parahybana, “cuja feição ainda colonial contrastava com os anseios de progresso [do seu povo]”. HOLANDA. Francisco Camilo de. **Exposição de motivos e ocorrências do quadriênio administrativo de 1916-1920 do Estado da Parahyba**. p.13.

Dentre as realizações do médico, destacou-se o remodelamento de inúmeros prédios e o alargamento de Ruas e avenidas que foram calçadas. Também foram abertos novos logradouros e construídas praças e jardins, consideradas “indispensáveis á vida publica”. Ergueram-se pontes e abriram-se estradas. Em defesa da civilização, novas escolas foram criadas. No campo da saúde pública, o governo Camilo de Holanda avançou muito pouco, pois as obras consideradas mais urgentes, tais como: esgotamento sanitário, hospital de isolamento, asylo de alienados, eram também as mais difíceis de serem executadas por causa da falta de recursos, o que resultou no adiamento das mesmas. Apesar da justificativa que fez publicar em suas “Mensagens” acerca do mau estado financeiro do Estado da Parahyba, que enfrentava “tremendas crises”, advindas da seca que flagelava o território, da guerra mundial, da má safra algodoeira e da desvalorização deste produto no mercado interno⁸⁶⁸, acredita-se que foi a cisão com Epitácio Pessoa, que já governava a República brasileira, que dificultou o fim das obras que Holanda havia iniciado e obstando a realização de outros melhoramentos aspirados por TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982, pp.53-60.

Quando por ocasião da Primeira Semana Médica da Parahyba⁸⁶⁹, ocorrida em maio de 1927, o Dr. Octávio Soares expôs sua tese “Antigo conceito de alienado: como se tem feito assistência aos alienados na Parahyba – Futuro Hospital-Colônia”, cujo texto em epígrafe, extraído daquele trabalho, deixa em relevo o regime prisional e desumano a que estiveram sujeitos os “infelizes” alienados[as] no Asylo de Sant’ Anna, este estabelecimento estava prestes a cerrar suas portas - falava-se mesmo em demoli-lo, proposta que fazia parte de um movimento político dos provedores da Santa Casa, desejando livrar a instituição daquele pesado encargo, especialmente, e da classe médica do Estado ávida por cooptar aquele serviço, até então a cargo daquela Misericórdia.

Continuando a leitura da sua tese, por cujo tema havia despertado acurada atenção de “personalidades de destaque [no Estado], figuras do commercio, professores, representantes da imprensa, a quase totalidade do corpo médico da Capital⁸⁷⁰, e inúmeras senhoras e senhorinhas”⁸⁷¹, Octávio Soares declarou:

A assistência aos alienados [...] prende-se sempre a dois objetivos: 1º assegurar a esses infelizes um tratamento humanitário, dando-lhes relativo bem estar, quando de todo não seja possível obter-se a cura por meio das medicações conhecidas, 2º reabilitar esse benefício, isto é, auxiliar o seu tratamento, dos doentes chronicos e convalescentes com o próprio trabalho⁸⁷².

Depois destas palavras, a avultada assistência que ocupava o salão nobre da Associação de Comércio naquela noite de domingo, 8 de maio, aplaudiu-o entusiasticamente. Isso não foi tudo. Antes de dar por encerrada sua exposição, o psiquiatra parahybano, reportando-se ao estabelecimento já construído⁸⁷³, às vésperas de sua inauguração, arremessou:

⁸⁶⁹A Primeira Semana Médica da Parahyba foi promovida pela Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, devendo-se sua realização ao “acatado higienista” Flávio Maroja, que presidiu as sessões que se realizaram entre os dias 3 e 9 de maio de 1927. Conf. Jornal A União de 5 de maio de 1927.

⁸⁷⁰A sessão foi presidida pelo Dr. Flávio Maroja, que foi secretariado pelos Drs. Seixas Mais e Oscar de Castro. Na plateia, estavam presentes os médicos Teixeira de Vasconcelos, Sá e Benevides, Josa Magalhaes, Velloso Borges, José Marciel, Tito Mendonça, Edrise Villar, Delmiro Coimbra. Conf. A União de 5 de maio de 1927.

⁸⁷¹A Comissão organizadora da primeira Semana Médica não distribuiu convites especiais, visto que as audiências seriam públicas, conforme consta na chamada publicada no Jornal A União de 04 de maio de 1927. Com este gesto, esperavam os organizadores despertar o interesse dos habitantes da Capital parahybana, a concorrência dos médicos de todo o Estado e a presença da imprensa.

⁸⁷²SOARES, Octavio. Antigo conceito de alienado: como se tem feito assistência aos alienados na Parahyba – Futuro Hospital-Colônia. In. Jornal A União de 10 de maio de 1927.

⁸⁷³Sobre o uso indiscriminado do termo “Asylo” para referir-se tanto ao lugar reservado a sequestração de loucos, como àquele usado para referir-se ao espaço de tratamento dos alienados, a nota publicada no Jornal A União, de 09 de julho de 1924, explica: “Asylo. Seu significado etimológico apropriado para o segundo caso é vantajosamente substituído pelo de hospital”.

Felizmente já temos prompto, com todas suas instalações funcionando, um prédio para a futura assistência aos alienados, muito embora ao meu ver não esteja, como requer a sciencia moderna, em pavilhões.

[...] Hoje não se prende mais alienados, o novo systema é open-door, portas abertas.

[...] Entre outras insuficiências do novo prédio, notamos a falta de pavilhões para observações dos doentes, bem como pavilhões para as moléstias intercorrentes, por quanto evitaremos a grande inconveniência da permanência de alienados atingidos de molestias infecciosas em promiscuidade com os outros não doentes de taes moléstias⁸⁷⁴.

Dr. Octávio Soares sugeriu, também que, para o Hospital-Colônia de Alienados “p[udesse] obter êxito seguro”, fazia-se necessário, dentre outras coisas, que fossem seguidas as seguintes orientações:

supressão dos meios de contenção e do isolamento celular; generalidade do sistema alpendrado para os doentes em bom estado; estanciamiento para os casos agudos, tratamento individual das psycoses curáveis, grande desenvolvimento dado á colonização dos alienados chronicos e convalescentes.⁸⁷⁵

Depois disso, o referido alienista atacou o Dr. Joaquim Correia de Sá e Benevides, objurgando o modelo terapêutico proposto por este médico anos antes, em 1924, para a “Assistência aos alienados do Estado da Parahyba”, quando o mesmo, depois de realizar viagens ao sul do país, em comissão, “atento as necessidades e as possibilidades econômicas deste Estado”, sugeriu que a “benemerita instituição que se [ia] crear deveria obedecer ao typo misto Hospital-Colônia”.⁸⁷⁶

Ora, àquele tempo, já estava próxima “a terminação do iniciado empreendimento”, assim, não podendo ser outra a posição do Dr. Sá e Benevides, o mesmo propugnava que “o primitivo projeto não podia deixar de ser olvidado, desde que não se concebe colônia de alienados sem hospital para o tratamento dos casos agudos”⁸⁷⁷. Essa ação estava em consonância com as orientações feitas pelo psiquiatra francês Magnan⁸⁷⁸ que afirmou, durante o Congresso Internacional de Assistência ocorrido em Paris, no ano de 1889, “1º O asylo

⁸⁷⁴Jornal A União, 23 de março e 1928.

⁸⁷⁵Jornal A União, 23 de março e 1928.

⁸⁷⁶Jornal A União, 24 de janeiro de 1924.

⁸⁷⁷Sá e BENEVIDES. Joaquim Correa de. Relatorio apresentado ao Exmo. Dr. Solon de Lucena por Dr. Joaquim Correia de Sá e Benevides, comissionado para estudar a Assistencia aos Alienados no Sul do pais. **Jornal A União**. Parahyba do Norte, 09 de Jul de 1924.

⁸⁷⁸Magnan sugeria também a criação da assistência hetero-familiar, no entanto, devido às condições econômicas e, como se tudo estivesse por ser feito, Benevides sugeriu que, na Parahyba, esse tipo de assistência fosse “protelad[a] para mais adiante”. **Jornal A União**, 9 de julho de 1924.

deve[ria] ser considerado como um instrumento de cura e tratamento; 2º Ao lado dos asyls as colônias agrícolas[...] dever[iam] ser estabelecidas com o fim de reduzir o número de doentes asylados”⁸⁷⁹. Além disso, tais colônias visavam reduzir os ônus do Estado com a assistência aos alienados crônicos⁸⁸⁰.

Concluída a leitura do referido trabalho, depois de um breve silêncio, “ergueu-se para aprecia-lo [apreciar o trabalho do Dr. Octávio Soares], o Dr. Sá e Benevides” que, agastado, impetuosamente atacou “o colega”, afirmando estranhar que o mesmo, sendo especialista em psiquiatria, título que ele [Benevides] não possuía, tenha se referido a “Assistência a alienados” neste Estado, “porque na Parahyba nunca houve essa assistência. O que ha[via] na Santa Casa, o que ha[via] na Cadeia Publica não deve[ria] ter o nome de assistência para não desvirtuar a palavra”.⁸⁸¹

Impondo segurança e, talvez, subestimando o referido psiquiatra, Sá e Benevides “traçou longamente a história do Hospital-Colônia Juliano Moreira”, afirmando, com base no que havia relatado em 1924, que o asylo ou hospital era imprescindível ao tratamento de doentes “accommetidos de impulsões homicidas, suicidas e incendiárias, os auto-mutiladores, os perseguidos no período de systematização e aqueles que apresentavam perversões instintivas”⁸⁸². Essa declaração devia-se a quantidade de pessoal a ser empregado, de modo a vigiar aqueles enfermos e, principalmente, à inexistência de um estabelecimento adequado ao tratamento da “loucura-criminosa”, diz-se, de um manicômio-judiciário⁸⁸³.

⁸⁷⁹Jornal A União, 24 de janeiro de 1924.

⁸⁸⁰Em Pernambuco, anos depois, em 1932, uma das medidas do Dr. Ulisses Pernambucano para melhorar a Assistência aos Alienados naquele Estado, foi “a instalação da colônia Barretos, para doentes crônicos”. A referida Colônia destinava-se a praxiterapia e não implicou no encerramento do Hospital fechado, diz-se, com o Hospício da Tamarineira COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977, p. 123.

⁸⁸¹ SÁ E BENEVIDES. Debates acerca da tese Antigo conceito de alienado: como se tem feito assistência aos alienados na Parahyba – Futuro Hospital-Colônia. In. **Jornal A União** de 10 de maio de 1927.

⁸⁸²Idem.

⁸⁸³De acordo com Sérgio Carrara, o Manicômio Judiciário “se caracteriza fundamentalmente por ser ao mesmo tempo um espaço prisional e asilar, penitenciário e hospitalar”. Explica o pesquisador: se para a prisão são enviados culpados e se os asilos eram reservados aos inocentes, o Manicômio Judiciário destinava-se aos sujeitos considerados alienados que cometeram algum tipo de transgressão, em face de “não ter[em] controle nem consciência de suas ações” CARRARA, Sérgio. **Crime e Loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: EDUERJ/EDUSP, 1998, p. 27. Chama-se a atenção do leitor aqui para o caso de Donária dos Anjos, tratado no capítulo III, na parte intitulada “*Fome demais tira o juízo*”: *Experiências da loucura durante a seca de 1877*. Caso existisse em 1877 um Manicômio Judiciário no Estado da Parahyba, considerando a função híbrida deste estabelecimento, aquela mulher deveria ter sido recolhida a uma instituição desta natureza. Entretanto, somente em 1921, foi criado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro o primeiro Manicômio Judiciário. Na Parahyba, somente em 1943 foi inaugurado o Manicômio Judiciário, obra reclamada pelo psiquiatra pombalense José Janduhy Carneiro, quando seu irmão, Ruy Carneiro foi interventor deste Estado. A criação deste estabelecimento na Parahyba antecedeu Pernambuco que somente em 1953 teve inaugurado este serviço COELHO FILHO, Heronides. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977, p.123; SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p. 191.

Em seguida, defendeu-se contra as falhas apontadas pelo colega psiquiatra: “quanto a existência de cellas no hospital-colônia: é uma inverdade. Lá não existe cellas, e sim três enfermarias em cada um dos pavilhões e mais seis quartos com janelas *hitzig*”⁸⁸⁴, explicando os motivos de ordem econômica que determinaram a falta não de um, mas de dois, pavilhões para moléstias intercorrentes, um para os tuberculosos, outro para os demais enfermos.

Oportunamente, o clínico geral aproveitou a ocasião para defender-se dos julgamentos perpetrados pelo sanitarista Belizário Penna, quando este médico, em visita ao Estado, em abril de 1927, durante palestra proferida na Sociedade de Medicina e Cirurgia, sugeriu transformar em casa de saúde o edifício destinado ao hospital-colônia, considerado por ele como “extemporâneo e impróprio”.

Declarou o clínico parahybano: “tal transformação não se faria sem apreciável prejuízo para o Estado da Parahyba, e podia ser inquinador de grave injustiça para os infelizes doentes da razão”⁸⁸⁵.

Com estas palavras, Sá e Benevides salvou o primitivo projeto do Hospital, cuja planta, por sinal, havia sido doada, anos antes, em 1917, por Juliano Moreira, ao governo da Parahyba e entregue ao Dr. Octávio Soares, quando este médico esteve no Rio de Janeiro, a serviço do governo Camilo de Holanda, a fim de estudar os meios de implantar neste Estado uma “assistência especializada e condigna aos pacientes psiquiátricos”⁸⁸⁶.

Importa destacar que, naquele ano de 1917, outro parahybano, Waldemiro Pires Ferreira, concluía o curso de medicina na Capital Nacional, especializando-se em clínica psiquiatra, defendendo a tese intitulada “Os Instáveis”. Nos anos 1920, Waldomiro Pires destacou-se por seus estudos acerca da “malarioterapia na neuro-syphilis”, o que o conduziu, em 1929, a direção do Serviço de Neuro-syphilis da Fundação Gaffré-Guinle⁸⁸⁷. Antes disso, suas pesquisas já circulavam nestas paragens por meio da imprensa. No entanto, de acordo com documentação estudada, há indícios de que esta técnica tenha sido empregada no Estado da Parahyba a partir de 1929, quando seu irmão Carlos Pires dirigiu o Hospital-Colônia Juliano Moreira.

⁸⁸⁴SÁ E BENEVIDES. Debates acerca da tese Antigo conceito de alienado: como se tem feito assistência aos alienados na Parahyba – Futuro Hospital-Colônia. In. **Jornal A União** de 10 de maio de 1927.

⁸⁸⁵SÁ E BENEVIDES. Op. cit.

⁸⁸⁶SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p.70.

⁸⁸⁷ACCORSI, Giulia Engel. **Ciência, ética e relações internacionais: Waldemiro Pires e as experiências em torno da malarioterapia** (1926-1943). Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371169805_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf. Acesso em 21.07.2015.

De todo modo, entende-se que, apesar Waldomiro Pires ter logrado êxito como alienista no Rio de Janeiro, onde atuou ao lado de Juliano Moreira e de outros importantes nomes da psiquiatria brasileira, seu desempenho na causa dos alienados[as] do Estado da Parahyba foi praticamente nulo, registrando-se apenas o episódio de ter sido ele que, ainda enquanto estudante, intermediou o contato entre Moreira e Soares em 1917⁸⁸⁸.

A propósito, daquela expedição pouco se sabe, visto que o Dr. Octávio Soares, alegando ter-lhe faltado tempo, adiou, *ad infinitum*, a entrega do relatório de sua viagem. Também os artigos por ele produzidos, entre os anos de 1913 e 1927, não permitem esclarecimentos sobre aquela experiência em razão de não se observar, nos mesmos, mudanças quanto aos seus conteúdos. Inclusive, é notório nos textos do Dr. Octávio Soares a compilação dos trabalhos de outros médicos, incluindo os de parahybanos, tais como: Flavio Maroja e Sá e Benevides, sem arrogar aos mesmos a autoria das citações.

O mau costume do Dr. Doares veio a público durante a Semana Medica de 1927, na noite de 06 de maio, quando depois da leitura da tese “Da loucura maníaco-depressiva e seu diagnóstico diferencial”, também de sua autoria, o Dr. Sá e Benevides tomou a palavra e, diante da “avultada assistência” e do corpo médico presente, constituído pelos Drs. Flavio Maroja, Oscar de Castro, Seixas Maia, Josa Magalhaes, Mario Coutinho, Edrise Villar, Tito Mendonça, Delmiro Coimbra, José Marciel e Teixeira de Vasconcelos, censurou a ausência do autor àquela audiência e objurgou a organização do evento pela má qualidade de alguns trabalhos apresentados. Depois disso, afirmou impetuosamente: “a these lida, era apenas um trabalho de compilação, apresentando, ainda assim, sensíveis falhas na sua exposição”⁸⁸⁹. Dessa forma, corrigiu o “colega”, citando “teorias modernas da psiquiatria”, que julgava terem sido esquecidas pelo psiquiatra no trabalho apresentado⁸⁹⁰. Com este gesto, Benevides levou às últimas consequências as diferenças entre ele e o Dr. Octávio Soares.

A documentação examinada não permite concluir os motivos para o desentendimento entre os aludidos médicos, cujos embates, que já aconteciam desde 1924 durante as “sessões ordinárias” da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba⁸⁹¹, tornaram-

⁸⁸⁸SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. Op. cit. p.50.

⁸⁸⁹O primeiro trabalho encontrado na documentação, cuja autoria é atribuída ao Dr. Octávio Soares, trata-se da notícia publicada no Jornal A União, no dia 16 de fevereiro de 1913, intitulada: Asylo de Alienados. Sua reforma. Necessidade de uma colônia agrícola. Neste texto, observa-se claramente a compilação de ideias já postas por outros cientistas médicos, assim como, frases e/ou parágrafos inteiros cujas autorias, embora não tenham sido atribuídas aos seus possíveis autores, as mesmas puderam ser identificadas como pertencentes ao Dr. Maroja (1909), assim como ao Dr. Juliano Moreira (1905).

⁸⁹⁰SOARES, Octavio. Da loucura maníaco-depressiva e seu diagnóstico diferencial. In. **Jornal A União** de 07 de maio de 1927.

⁸⁹¹A Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba foi instalada a 03 de maio de 1924, surgida por iniciativa dos médicos Lourival Moura e Seixas Maia, acontecendo a primeira reunião da classe médica do Estado no dia 15 de

se mais acirrados a partir daquelas acaloradas noites de maio, dividindo ou, quem sabe, confundindo o público presente àquele “torneio de erudição”. Apesar disso, arriscam-se algumas possibilidades:

- 1) Embora Dr. Octávio Soares tenha sido o primeiro médico parahybano a dedicar-se a clínica psiquiátrica, reclamando dos poderes competentes a criação de um novo hospício, até aquele momento, ele não havia gozado de reconhecimento neste Estado, nem entre seus pares, nem na esfera política. Inclusive, sua nomeação como alienista durante o governo Camilo de Holanda, em face do fim da aliança deste político com Eptácio Pessoa, fracassou, o que era previsível, visto que, no Estado da Parahyba, desde o fim do *Alvarismo*, nada se fazia sem o apoio daquele líder oligárquico. Nem mesmo seu desempenho junto ao Asylo de Sant’Anna foi digno de maiores elogios. Aliás, seu exercício médico ali, conforme registrado nos relatórios do Dr. Maroja, creditava ao psiquiatra apenas as visitas gratuitas, realizadas diariamente até 1917, em nada alterando o regime prisional do estabelecimento. Todavia, como se verá neste mesmo estudo, Otávio Soares não foi indiferente aos martírios sofridos pelos “infelizes” alienados[as]. Ademais, talvez devido ao cargo que ocupou junto ao Governo do Estado⁸⁹², ou, quem sabe, por influência do colega de profissão Flavio Maroja, o psiquiatra, que atuou como clínico na cidade da Parahyba e em Cabedelo, não se destacou na área de sua especialidade clínica, mas por seu engajamento aos higienistas nos combates às epidemias que assolaram o território parahybano⁸⁹³.

março de 1924, no primeiro andar do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Entre os sócios fundadores daquele grêmio, estavam os médicos: Veloso Borges, Flavio Maroja, Lima e Moura, Guedes Pereira, Seixas Maia, Sá e Benevides, Ulisses Nunes, Jaime Lima, Elpídio de Almeida, Newton Lacerda, Octávio Soares, Teixeira de Vasconcelos, Silvino Nóbrega, Mario Coutinho, Lourival Moura, Joaquim M. Cavalcanti de Albuquerque e Paulo Morais. NÓBREGA, Humberto. **As Raízes das Ciências da Saúde na Paraíba**: Medicina, farmácia, Odontologia e Enfermagem. João Pessoa: UFPB, 1979, p. 115. De acordo com Humberto Nóbrega, as reuniões daquela “Sociedade” eram muito movimentadas, registrando-se ali discussões científicas instrutivas e interessantes entre os sócios, para o que se destacavam Seixas Maia e Maroja, ventilando temas sobre as questões sanitárias e de higiene no Estado e Sá e Benevides e Octávio Soares debatendo temas psiquiátricos. Ibidem, p. 118.

⁸⁹²Octávio Soares foi nomeado em 19 de maio de 1910 Major-cirurgião da 1ª brigada de cavalaria do Estado da Parahyba. Conf. BRASIL. DOU de 19/05/1910. p.5, seção 1. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1910/05/19>. Acesso em 12.12.2015. Em Outubro daquele mesmo ano, o psiquiatra foi nomeado para exercer interinamente o cargo de delegado de saúde do porto de Cabedelo. Conf. BRASIL. DOU de 25/10/1910. p.2, seção 1. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1910/10/25>. Acesso em 11.11.2015.

⁸⁹³De acordo com Humberto Nóbrega, Octávio Soares além de ter clinicado na Capital do Estado da Parahyba e em Cabedelo, pertenceu aos quadros da Diretoria de higiene do Estado e à Comissão de profilaxia Rural, dirigindo as unidades sanitárias de Conceição, Mamanguape e Monteiro. Também a instalação do Instituto vacinogênico esteve sob sua responsabilidade. NÓBREGA, Humberto. **As Raízes das Ciências da Saúde na Paraíba**: Medicina, farmácia, Odontologia e Enfermagem. João Pessoa: UFPB, 1979. p.253.

- 2) Mesmo não sendo Sá e Benevides psiquiatra, o relatório por ele produzido em 1924⁸⁹⁴, sobre os estudos que realizou acerca da Assistência aos alienados[as], ganhou repercussão nacional, graças ao elogio público feito por Juliano Moreira e devido à reprodução daquele documento nos Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria, a convite do Dr. Waldemar de Almeida, diretor daquela importante revista⁸⁹⁵. Depois disso, Benevides, que se tornou correspondente oficial dos “Arqchivos”, passou a ser considerado pelos habitantes da cidade da Parahyba, especialmente pelas elites letradas e políticas⁸⁹⁶, como “a maior autoridade na matéria, relacionada com o manicômio [do Estado Parahyba]”⁸⁹⁷, o que inclusive levou Octávio Soares a escrever uma carta a Jornal A União afirmando ser ele o único psiquiatra parahybano, formado nos manuais dos doutores Teixeira Brandão, Henrique Roxo e Juliano Moreira⁸⁹⁸.

Enfim, acredita-se, com base na documentação analisada, que as querelas entre os dois médicos eram acirradas pela vaidade pessoal e profissional, além de fatores de ordem política. Esse fato fica em evidência nas palavras proferidas por Benevides, na noite de 8 de maio de 1927, quando este clínico, depois de esclarecer que não era especialista em psiquiatria como o Dr. Octávio Soares, e, “consciente [...] da insuficiência com que o problema da assistência aos insanos [vinham] sendo encarado”, vindo ele [Benevides] a ser indicado a ocupar um importante cargo administrativo durante o governo do seu parente e amigo Solon de Lucena. Na ocasião, o mesmo declarou ter pedido ao então governador do Estado, “uma promessa de amparo aos mais desventurados de todos os doentes, aqueles que através da noite sempre noite de seu espírito, não sabem muitas vezes dizer o que sentem e o que sofrem”⁸⁹⁹. Com tais palavras, Benevides pretendeu aumentar o número daqueles [intelectuais] que nutriam

⁸⁹⁴Sá e Benevides, antes de produzir o relatório sobre as viagens que realizou em comissão do governo parahybano a fim de estudar a Assistência aos alienados, já havia escrito, em 1923, também com êxito, relatório acerca dos estudos que realizou nas fontes termo minerais de Brejo das Freiras, em parceria com o Dr. Lafaiete Pereira. O relatório deste trabalho foi publicado na Revista Era Nova em Comemorativa do Centenário da Independência (1822-1922), sob o título “As fontes de Brejo das Freiras: contribuições ao estudo da sua crenotherapia”. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/jornaiseofolhetins/eranova1922.html>. Acesso em 30/12/2015.

⁸⁹⁵Conforme “Problema de Assistência a Alienados na Parahyba”. Jornal A União 05 de ago. de 1924.

⁸⁹⁶Em estudo recente, o psiquiatra Edvaldo Brilhante da Silva Filho, no seu livro História da Psiquiatria na Paraíba, quando trata dos “Primeiros psiquiatras paraibanos”, refere-se ao Dr. Joaquim Correia de Sá e Benevides, como médico psiquiatra, quando, na verdade ele era apenas clínico-geral. SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. Op. cit. Sobre isso ver também SÁ E BENEVIDES. Debate acerca da tese Antigo conceito de alienado. In. **Jornal A União** de 10/05/1927.

⁸⁹⁷“Assistência a Alienados”. A União 06 de setembro de 1924.

MAROJA, Flávio. et al. **Semana Médica**: Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba, no período de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927.

⁸⁹⁸ SOARES, Octávio. Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba. In Jornal A União de 09 de outubro de 1924.

⁸⁹⁹SÁ E BENEVIDES. Op. cit.

admiração por ele. Afinal, naquela mesma noite, o seu arquirrival havia, oportunamente, se justificado por sua exiguidade enquanto alienista, nos seguintes termos:

A minha voz isolada e fraca, **embora pesasse-me a consciência de me ter calado, ao sentir despreocupação geral, no tocante as consequências moraes dessa falta inqualificável**, que tão máo atestado dá, para o nosso povo que se diz civilizado, porquanto não se pode conceber uma capital adiantada que tem outros estabelecimentos philanthrópicos não procurasse fazer assistência áquelles que estão privados do que mais sublime existe: _ a razão.

Ao tempo em que Dr. Octávio Soares reclamava a necessidade de assistir os alienados[as], ele sugeria também que o ofuscamento da sua imagem havia sido motivado por sua falta de pertinácia, apesar de haver na documentação estudada uma inclinação a atribuir a Sá e Benevides seu fracasso como psiquiatra.

Também o médico psiquiatra Tiago de Castro Formiga afirmou que a insuficiência do Dr. Octávio Soares, enquanto psiquiatra, deveu-se ao seu próprio desinteresse pela questão, o que possibilitou que outros médicos adquirissem maior importância no assunto da Assistência aos Alienados do Estado da Parahyba⁹⁰⁰. Neste sentido, considere-se o “Testamento moral” dos psiquiatras, escrito pelo alienista pernambucano, Dr. Ulisses Pernambucano, anos mais tarde, em 1943, quando da abertura da Conferência do III Congresso da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste, ocorrida em Natal, Rio Grande do Norte. Para o referido alienista, psiquiatra era aquele que protegia o doente mental.

O que **não afronta[va] os poderosos** para defender o doente mental quando privado de qualquer dos seus sagrados direitos á assistência e proteção, por comodismo, interesse pessoal ou receio de represálias. _Não é um psiquiatra! Réus desses crimes deveriam sofrer um castigo além do que o desprezo que os cerca.⁹⁰¹

As palavras do Dr. Ulisses Pernambucano, embora tenham sido proferidas num outro contexto, bem poderiam explicar a preterição sofrida pelo primeiro alienista parahybano, não fosse o fato de o mesmo ter reclamado, algumas vezes, melhorias na Assistência aos Alienados deste Estado.

⁹⁰⁰FORMIGA, Tiago de Castro. **Entrevista concedida a autora** em 03 de outubro de 2014.

⁹⁰¹De acordo com o médico Tácito Medeiros, citado por Walmor J. Piccinini, Ulisses Pernambucano foi um psiquiatra aberto “aos conhecimentos biológicos, psicológicos, aos antropológicos e sociais”, um psiquiatra à frente do seu tempo, defendendo entre os anos de 1918 a 1943 reformas importantes no tratamento dos enfermos da mente. In. PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria: Ulysses Pernambucano e a Psiquiatria Social. Disponível em <http://www.polbr.med.br/ano12/wal0312.php>. Acesso em 25.12.2015.

Feitas estas considerações, cumpre notar, de acordo com o escritor Humberto Nóbrega que, apesar dos “duelos” intelectuais protagonizados durante as “sessões ordinárias” da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba e durante a Semana Médica, não só pelos doutores Soares e Benevides, mas pela grande maioria dos médicos que compunham aquele grêmio, “o ardor, o elevado doutrinário e o humor sadio e alegre, jamais se afastaram das reuniões”⁹⁰². E não há razões para duvidar de tal afirmação, porém, terminadas as reuniões da Sociedade e/ou da Semana Médica, quantos daqueles esculápios não deixaram a sala da Academia de Comercio, na Rua das Trincheiras, risonhos ou com ar grave, tagarelando ou em silêncio, tomado de soberba ou de indignação, afinal, ali “cada qual quer[ia] demonstrar a prevalência do seu ponto de vista”⁹⁰³.

Assim, foi que a sessão do domingo, 8 de maio de 1927, se estendeu noite a dentro. Octavio Soares redarguia as acusações de Benevides, “reafirmando seu ponto de vista”. Benevides, por sua vez, objetava o psiquiatra. O debate entre os dois médicos foi encerrado por aplausos, para que fosse iniciada a leitura da segunda tese daquela noite, cujo autor, o Dr. Renato Azevedo, não estava presente. Nem bem havia sido concluída a leitura do trabalho do Dr. Azevedo, Benevides, inconformado com o posicionamento do Dr. Soares, pediu a palavra novamente e dissertou longamente reafirmando seu ponto de vista sobre o hospital-colônia e os méritos pessoais que alcançou no campo psiquiátrico. Em seguida, Maroja, que presidia os trabalhos da “Semana”, talvez pretendendo evitar que o ânimo entre os aludidos médicos se agastasse ainda mais, tomou a palavra a fim de encerrar o evento, não economizando louvores aos dois.

Em que pese, se nos anais da Semana Médica de 1927 o Dr. Octávio Soares destacou-se por publicar duas teses que versavam sobre Psiquiatria, entende-se que, a partir dos debates ocorridos nas noites de 3 a 9 de maio, o alienista não obteve sucesso/reconhecimento na área de sua especialidade, pelo contrário, depois daquele acontecimento, até mesmo sua atuação junto aos higienistas ficou sombreada.

A propósito, Sá e Benevides não foi o único médico não alienista parahybano a ofuscar a imagem do Dr. Soares, inclusive a afirmação existente na bibliografia sobre o tema, de que teria sido este alienista a primeira voz médica a se revoltar contra a situação dos

⁹⁰²NÓBREGA, Humberto. Op. cit. p. 118.

⁹⁰³Ibidem, p. 118

alienados[as] existentes no Hospital e Asylo da Cruz do Peixe⁹⁰⁴, não se afina com os dados existentes na documentação examinada.

Consoante Relatório dos Provedores da Santa Casa, dos Mordomos do Asylo de Sant'Anna e do Diretor do Serviço Sanitário dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, o primeiro médico a reclamar melhoramentos para os alienados aprisionados naquelas “cafuas” foi o médico Flávio Maroja que, em seus relatórios anuais, referia-se ao estabelecimento pejorativamente, apontando-o como espaço de doença e de morte, algumas vezes chamando-o de “Sepulturas vivas”⁹⁰⁵, sintetizando o regime prisional oferecido pela instituição⁹⁰⁶, bem como indicando que a medicina interferia, timidamente, no espaço hospitalar parahybano, na tentativa de proteger a sociedade e os próprios enfermos dos perigos representados por aqueles nosocômios.

As críticas de Maroja ao Asylo revelam, antes de qualquer coisa, a necessidade que tinha este clínico de justificar-se à sociedade parahybana, especialmente aos habitantes da Capital, por aquele mau estado de coisa, pois, segundo se depreende do seu relato, “a impressão de quem o visita [Asylo de de Sant'Anna] é sempre má, desagradável, porque em sua construção tudo faltou, - desde a engenharia sanitária até os bons sentimentos tão comuns ao gênero humano”⁹⁰⁷.

Ora, não tivesse Maroja agido com previdência, teria seu nome relacionado com aquele asylo, o que minaria sua carreira médica. Calcule o leitor a desconfiança que os habitantes da cidade da Parahyba [e circunvizinhança] nutririam em relação a sua clínica. Quantos não seriam aqueles que deixariam de ir ao seu consultório médico na Rua Marquês do Herval? E quanto aos que o procurasse acreditariam nos seus diagnósticos e recomendações?

Inclusive, por mais de uma década, Maroja limitou-se a denunciar a ausência do saber médico na localização, arquitetura e organização interna do espaço hospitalar. A partir de 1909, entretanto, suas críticas mudaram de tom. O higienista passou a reclamar a transformação daqueles nosocômios em lugares de cura. Veja: no relatório daquele ano, o aludido médico, que era o Diretor do Serviço Sanitário dos Hospitais da Santa Casa, depois de referir-se ao Asylo

⁹⁰⁴PESSOA, Maria de Ludes B. História do Hospital “Colônia Juliano Moreira”. In COELHO FILHO, Heronides. **Episódios de História da Assistência Psiquiátrica**. João Pessoa, S/Ed., 1974.

⁹⁰⁵MAROJA, Flávio. Relatório do Diretor do Serviço Sanitário dos Hospitais a cargo da Santa Casa de Misericórdia, em 2 de jul. de 1906. In. PEDROSA, Pedro da Cunha. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1906. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1906, p.64.

⁹⁰⁶Quando Maroja referiu-se ao Asylo de Alienados da Cruz do Peixe como “*Sepultura viva*”, em 1906, Lima Barreto ainda não havia escrito “Cemitério dos vivos”, obra em que registrou suas experiências enquanto interno do Hospício Nacional de Alienados no Rio de Janeiro, em 1919.

⁹⁰⁷MAROJA, Flávio. Relatório do Diretor do Serviço Sanitário dos Hospitais a cargo da Santa Casa de Misericórdia, em 2 de jul. de 1906. In. PEDROSA, Pedro da Cunha. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1906. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1906, p.64.

de Alienados como “monstruosidade architectonica” e, citando o artigo existente no *Traité de Hygiene*, intitulado “Hygiene hospitaliere”, do médico francês Louis Martin, especialmente a parte consagrada a construção dos asylos de alienados, deixou em relevo não só a urgência de ser construído um novo hospício, mas, principalmente, reclamava a necessidade da medicalização daquele tipo de estabelecimento, “de maneira a serem tratados [os loucos e/ou loucas] como doentes e não como prisioneiros”⁹⁰⁸.

Ademais, embora não tenha sido localizado nos textos produzidos por Maroja a expressão medicalizar, entende-se que, ao conceber o hospício como um instrumento de intervenção médica, aproximava-se aquele higienista do conceito de medicalização de Roberto Machado et al. no estudo “Danação da Norma” (1978).

Segundo Machado e colaboradores, a medicalização implica na iniciativa médica de ordenar tanto as instituições, como a própria sociedade. Assim, ao intervir no espaço hospitalar, os médicos procuravam “neutralizar os efeitos de contágio, de propagação do mal que eles contêm”⁹⁰⁹ e colocar à frente da administração dos nosocômios pessoal habilitado para avaliar as necessidades materiais do estabelecimento, a fim de tanto “alcançar um bom serviço de saúde”, como suscetíveis de “avaliar a capacidade dos médicos a serem contratados”⁹¹⁰. Sugerindo que as falhas existentes no Asylo de Sant’Anna fossem resultado da administração, constituída por leigos, Maroja explicou cientificamente, a partir do “*Traité*”, como deveria ser o regime terapêutico nos hospitais daquela espécie:

It sera utile d’ installer quelques ateliers de travaux manuels pour occuper et fatiguer las malades capables de travailler. L’installation des bains et de l’hydrotherapie devra être particulièrement soignée. Enfin on prevoira des chambres d’isolement où les malades pourront séjourner seuls des mois entiers et des cellules pour las malades agités⁹¹¹.

Destarte, ao defender a medicalização do Asylo, Maroja, atendendo ao que era uma tendência nacional, propugnou um sistema de tratamento que rompesse com o modelo prisional, diz-se, de sequestração do louco/louca, que vigorava nas cadeias e nos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba. Tratava-se do regime *open door* ou “*portas abertas*”. Tal modelo caracterizava-se por garantir aos alienados[as] “fue la mayor libertad disminuyendo el numero

⁹⁰⁸MAROJA, Flávio. op. cit. p.31.

⁹⁰⁹MACHADO, Roberto. et al. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 283.

⁹¹⁰ MACHADO, Roberto. et al. op. cit. p. 286.

⁹¹¹Apud. MAROJA, Flávio. Relatório do Diretor do Serviço Sanitário dos Hospitais a cargo da Santa Casa de Misericórdia, em 2 de jul. de 1909. In. BRANDÃO, Trajano A. de Caldas. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1909. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1909, p.31.

de celdas y estableciendo el principio de la vida común. Aumentaron los entretenimientos y la vida común”⁹¹².

Segundo Maroja, os defensores deste sistema afirmavam que, tendo os loucos e/ou loucas não agitados a “ilusão de não se acharem em hospício”, aceitavam mais facilmente a disciplina pelo trabalho, o que resultaria na intervenção médica nos limites da moral⁹¹³. Essa ação atendia ao projeto social de nação defendido pelas elites brasileiras. Entende-se, portanto, que a defesa do sistema “portas abertas” no Estado da Parahyba foi anterior a chegada do primeiro psiquiatra, o Dr. Octavio Soares.

Mas Maroja protestou também a importância do médico na gestão de hospícios, o que vai ao encontro das ideias defendidas por Machado et al., acerca da medicalização dos hospitais. Para tanto, citou como exemplo a experiência do Asylo do Juquery, no Estado de São Paulo, onde, graças a orientação do “competentíssimo” Dr. Franco da Rocha, obtinham-se “magníficos” resultados administrativos, econômicos, higienicos e humanitários⁹¹⁴. Não foi por acaso que o higienista citou o psiquiatra paulista, afinal, Franco da Rocha foi um dos maiores defensores do “asilamento racional”, insistindo na necessidade de mudar a administração leiga dos hospícios, com investimento nos referidos cargos médicos⁹¹⁵.

Calcula-se, portanto, que a mudança do Dr. Maroja pode ter sido motivada por insatisfação pessoal, afinal, sendo ele um cientista, não fazia sentido estar subordinado a leigos, tal era o caso dos Mordomos e diretores do Hospital e Asylos de Sant’Anna. Os últimos eram enfermeiros sem estudos de qualquer natureza.

Enfim, pelo exposto, entende-se que, embora os reclames daquele médico sugiram que ele passou a defender os alienados[s], e não há a intenção de negar este gesto, acredita-se que sua campanha era, essencialmente, pró classe médica.

De qualquer forma, não existindo na Parahyba, ainda, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, onde fosse possível dialogar sobre tais questões, Maroja foi, desde o final do século XIX e durante a primeira década do século XX, uma voz solitária a favor da medicalização dos loucos e/ou loucas no Estado da Parahyba, devendo-se ao fato de ser a psiquiatria, considerada, pelos médicos da época, uma “especialidade clínica ingrata”⁹¹⁶. Afinal, predominava nestas

⁹¹²FALCONE, Rosa. **Breve historia de las instituciones psiquiatricas em Argentina**. Disponível em 23118.psi.uba.ar/.../Falcone_HistoriaInstit.pdf. Acesso em 10/10/2015.

⁹¹³MAROJA, Flávio. op.cit. p. 31

⁹¹⁴Ibidem, p.31

⁹¹⁵CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.65

⁹¹⁶SOARES, Octavio. Antigo conceito de alienado: como se tem feito assistência aos alienados na Parahyba – Futuro Hospital-Colônia. In. **Jornal A União** de 10 de maio e 1927.

paragens o descrédito quanto à possibilidade de cura da loucura. Por outro lado, a inexistência de hospitais especializados para o tratamento das doenças mentais tornava o exercício psiquiátrico, economicamente inviável⁹¹⁷, conforme aludiu o Dr. Octávio Soares em sua tese, durante a Semana Médica de 1927, citado na epígrafe.

Importa dizer que, em janeiro de 1910, o Dr. Octavio Soares⁹¹⁸, recém chegado do Rio de Janeiro, onde havia concluído o curso médico em 1909, defendendo sua tese inaugural, intitulada “A influência das Glândulas Tireoides na Patologia Mental” - trabalho que refletia seu interesse pela psiquiatria, especialidade médica a que pôde se dedicar quando interno do Hospital Nacional de Alienados-, “ofereceu gratuitamente seus serviços clínicos em que e[ra] especialista ao Asylo de Sant’Anna”⁹¹⁹, sendo prontamente aceito pelo Diretor do Serviço Sanitário do Hospital da Santa Casa, Dr. Maroja, que, na ocasião, foi consultado sobre o assunto pelo então provedor da instituição, o Sr. Trajano Américo de Caldas Brandão⁹²⁰.

Autorizado a clinicar no Asylo, Dr. Octávio Soares iniciou seus trabalhos ali, no dia 1º de fevereiro de 1910, quando contava com a idade de 28 anos. Este detalhe seria desimportante, não fosse o fato de que, apesar da experiência adquirida quando frequentou o Serviço de Psiquiatria, faltava ao jovem alienista parahyano maturidade para o “traquejo” político, sem o que, como se viu antes, no Estado da Parahyba, nada se fazia. Isto explica, em parte, porque ele não pôde mudar a sorte dos alienados[as] existentes no Asylo de Sant’Anna. Apesar disso, sua atuação naquele estabelecimento fortaleceu a campanha para a construção de um novo hospício, inclusive, tamanho era o seu interesse no empreendimento, ele próprio mandou preparar uma planta, oferecendo-a em doação a Santa Casa em 1913⁹²¹. Mais que isso, Dr. Octávio se tornou também, ao lado do Dr. Maroja, defensor da medicalização da loucura

⁹¹⁷De acordo com o psiquiatra Tiago de Castro Formiga, devido à propagação de ideias referentes à degeneração mental e, por acreditar na incapacidade de cura dos alienados, as famílias tanto escondiam seus doentes mentais, como evitavam fazer gastos, acreditando ser inúteis. Neste sentido, poucos médicos se especializavam em psiquiatria. Aqueles que faziam esta especialização acabavam omitindo sua especialidade médica, dizendo-se apenas clínicos-gerais, o que se dava, dentre outras coisas, devido ao estigma que carregava estes médicos, qual seja: de serem eles também “doidos”. Outros, por sua vez, viram-se obrigados a realizar estudos em outras especialidades médicas, tal foi o caso do médico-psiquiatra Janduhy Carneiro que, não encontrando campo para exercer a psiquiatria em sua terra natal, Pombal, escondeu sua especialidade médica, atuando ali como clínico geral. Conforme FORMIGA, Tiago de Castro. **Entrevista concedida a autora** em 03 de outubro de 2014.

⁹¹⁸ Antes de diplomar-se médico, Octávio Soares formou-se em 1905, pela Faculdade da Bahia, em Farmácia. Tendo cursado disciplinas comuns ao curso de medicina, conseguiu matricular-se no terceiro ano do curso médico no Rio de Janeiro, vindo a concluí-lo quatro anos depois NÓBREGA, Humberto. **As Raízes das Ciências da Saúde na Paraíba: Medicina, farmácia, Odontologia e Enfermagem**. João Pessoa: UFPB, 1979, pp.252-253.

⁹¹⁹BRANDÃO, Trajano A. de Caldas. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1910. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1910, p.10

⁹²⁰Segundo o psiquiatra Edvaldo Brilhante da Silva Filho, foi graças ao prestígio do seu pai, o Coronel Carolino Soares, que além de comandante da Guarda Nacional, ocupava também importantes cargos junto a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que o Dr. Octávio Soares passou a exercer a função de psiquiatra naquele estabelecimento.

⁹²¹SOARES, Octávio. Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba. In. *Jornal a União* de 09 de out. de 1924.

no Estado da Parahyba, o que se comprova a partir dos artigos que publicou nos jornais locais a partir daquele ano.

Cumpre notar que, por cerca de três anos, o mesmo manteve-se em silêncio quanto à situação do Asilo e ao tratamento subministrado aos alienados[as], diz-se, à falta de terapêutica para tais sujeitos. Assim, embora seu gesto tenha sido atravessado por um discurso “humanitário e filantrópico”, segundo se lê no relatório do Dr. Caldas Brandão (1913), entende-se que o fim do seu aparente silêncio possa ter sido provocado por insatisfação, afinal, de 1910 a 1913, o psiquiatra realizou suas visitas diárias ao Asilo sem receber qualquer tipo de remuneração. Enquanto isso, observava a contratação de outros profissionais médicos pela mesa administrativa da instituição. Ademais, aproximava-se o fim das obras do novo Hospital de Santa Izabel. E o que tem isso a ver com as atitudes do Dr. Octavio Soares?

Para que o leitor compreenda o que possa ter ocorrido, considere o relato feito em 1911 pelo provedor da Santa Casa, Caldas Brandão: “concluído o novo hospital, não se deve retardar a construção de um Asylo de Alienados, que no meu modo de ver, deve[ria] anteceder ao Asylo de Mendicidade”⁹²².

Passados dois anos desde aquele relato, inaugurava-se o Asylo de Mendicidade, conforme referido anteriormente. Nesse tempo, prosseguiram as obras do novo Hospital de Santa Izabel e o Asylo de Sant’Anna continuava a ser o único no Estado da Parahyba a recolher insanos. Diante disso, Brandão, que ainda era provedor da Santa Casa, renovou a promessa de construir um novo hospício logo que a Santa Casa se visse liberta daquela obra. Ressalte-se: desde que o governo do Estado financiasse o empreendimento⁹²³, pois, para os administradores da Misericórdia, a Assistência a Alienados “compet[ia] ao poder público, cuja missão social [era] velar pela manutenção da ordem e da paz pública”, conforme observado pelo provedor Cunha Pedroza, anos antes⁹²⁴.

Talvez a explicação para o interesse do Dr. Octávio estivesse relacionada à Lei 1.132, de 2 de dezembro de 1903, que estabelecia, dentre outras coisas, que a administração dos estabelecimentos destinados ao tratamento dos doentes mentais deveria ser entregue a psiquiatras. Aliás, na pior das hipóteses, seria ele nomeado como alienista do estabelecimento, considerando que ele ainda era o único médico-psiquiatra a atuar neste Estado, situação que se

⁹²²BRANDÃO, Trajano A. de Caldas. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1911. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1911, p.17-18

⁹²³BRANDÃO, Trajano A. de Caldas. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1913. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1913, p.10

⁹²⁴PEDROSA, Pedro da Cunha. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1906. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1906, p.15.

manteve até 1923, quando regressou à Parahyba Carlos Pires Ferreira, irmão do Dr. Waldomiro, já apresentado. A atuação do alienista Carlos Pires no Estado da Parahyba será tratada na última parte deste Capítulo, atenta a cronologia dos eventos.

De qualquer forma, como foi observado na introdução deste capítulo, a documentação consultada revela que o governo Castro Pinto manifestou interesse em dotar a Capital parahybana com aquele melhoramento. Assim, em 1913, aquele governador enviou aos “centros mais adiantados do país”, São Paulo e Rio de Janeiro, o médico higienista e político Dr. Octacilio de Albuquerque⁹²⁵, para estudar a estrutura e funcionamento dos “Asylos de Alienados” existentes naquelas cidades, a fim de que, com tais conhecimentos, pudesse o referido médico, projetar um novo Hospício “em proporções modestas, mas de acordo com o que de similar exist[isse] naqueles dois pontos do paiz”⁹²⁶.

A escolha do Dr. Albuquerque justificava-se tanto por sua filiação política as hostes partidárias de Epitácio Pessoa, como por sua posição de higienista, visto que naqueles anos estes especialistas médicos, juntos a psiquiatras, educadores, juristas e outros intelectuais tinham em comum a volição de salvar o Brasil por meio da higiene mental, que deveria ser propagada, principalmente, entre as populações pobres, por meio da educação sanitária, sendo a escola importante instrumento de difusão de tais ideais⁹²⁷.

Não foi possível saber, com precisão, os motivos para que a incumbência do Hospício não tenha sido entregue ao Dr. Soares. No entanto, arrisca-se que a exclusão do psiquiatra, na comissão para estudar os meios de implantar a Assistência aos Alienados no Estado da Parahyba, deva-se a questões de caráter político. Pois, dado ao lugar social ocupado por seu pai⁹²⁸, o médico foi nomeado, em meados de 1910, para dois empregos médicos no

⁹²⁵Octacílio de Albuquerque formou-se em medicina em 1901, na Faculdade do Rio de Janeiro. Logo que voltou a sua cidade natal, Areia, ingressou na vida política, elegendo-se prefeito daquela cidade em 1904, cargo que ocupou até 1908. Entre 1909 e 1912, o mesmo exerceu o cargo de prefeito da cidade da Parahyba. Depois disso, foi eleito deputado estadual e líder do governo Castro Pinto. No campo jornalístico, Octacílio foi redator e colaborador em vários jornais. Em sua carreira intelectual, constou também a docência, tendo lecionado a disciplina de higiene, visto que este médico ocupou o cargo de delegado de higiene do Estado da Parahyba por muitos anos. Sobre isso ver Biografia de Octacílio Camelo de Albuquerque. In. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBUQUERQUE,%20Otac%C3%ADlio%20Camelo%20de.pdf>. Acesso em 20.12.2015.

⁹²⁶Jornal A UNIÃO em 04 de set. de 1913.

⁹²⁷O referido sanitarista, em 1912, a convite do Dr. Castro Pinto, havia sido chamado a reformar a Cadeia Pública da Capital que “ameaçava ruínas”⁹²⁷. As impressões do Dr. Octacílio acerca do mau estado daquele estabelecimento, assim como o projeto de reforma que visava aproximá-lo dos modelos aconselhados, desde o século XVIII, por Jonh Howard e Beccaria, “em atenção a saúde e á moral dos detentos”, foram ovacionados pela imprensa local que, estando a serviço do governo, publicou os documentos na íntegra, conforme asseverou o governador Castro Pinto em sua mensagem de 1º de outubro de 1913. Importa dizer que nenhum dos melhoramentos propostos pelo higienista para a reforma da Cadeia foi executado durante aquela gestão. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u547/000002.html>. Primeiro acesso em ...

⁹²⁸Carolino Ferreira Soares, pai de Octávio Soares, era um abastado proprietário de terras em Santa Rita, acumulando ainda os cargos de funcionário do Estado e Major da Guarda Nacional.

Estado, o de Major-cirurgião da 1ª brigada de cavalaria e o de Delegado de saúde do Porto de Cabedelo. Além disso, o Dr. Octávio Soares, que era Delegado de Higiene, esteve, desde 1912, junto com o Dr. Flavio Maroja, empenhado em extinguir os focos de epidemias no Estado⁹²⁹.

Em todo o caso, importa dizer que, nenhum melhoramento, além da onerosa viagem realizada pelo Dr. Octacílio de Albuquerque, foi realizado naquele momento, no que se refere à Assistência aos Alienados da Parahyba, devendo-se tanto a eleição do aludido médico para o legislativo estadual, levando-o a desistir daquela missão, como à falta de recursos para o empreendimento. Assim, consoante declaração feita em 1913, por castro Pinto, “assoberbado por compromissos inilludíveis [...] urgido pelas despesas de obras começadas [em gestões anteriores]”, o mesmo, não pode enfrentar o problema do atraso da evolução social da Parahyba que “era patente aos olhos de todos no chamado Hospício de Alienados”.⁹³⁰

Se durante a gestão Castro Pinto, no que tange a prática psiquiátrica, não houve mudanças, no plano das ideias se observou a recepção dos princípios eugênicos⁹³¹, divulgadas na imprensa oficial a partir de 1914, pelas penas de jornalistas como João Ribeiro Dantas⁹³² e Carlos Dias Fernandes. Este último foi convidado em 1913, pelo então governador do Estado, para dirigir o Jornal A União, publicando, na “*Secção de Obras*”, “trabalhos científicos e literários que [...] concorri[am] para o realce do nome parahybano”.⁹³³

Assim foi que, na manhã de terça-feira, 20 de janeiro de 1914, os parahybanos [letrados] puderam ler, nas páginas do referido diário, sobre a teorias de Francis Galton e conhecer aqueles que, na opinião de João Ribeiro Dantas, compunham “a legião de gênios e talentos” ou “tipos eugênicos” existentes neste Estado da Parahyba.

Para o autor da matéria, o talento de alguns parahybanos “bem nascidos” suplantava as questões sociais deste território nortista, tais eram os casos, do então governador João Pereira

⁹²⁹Em 1912, o Estado da Parahyba viu-se sob a ameaça de três *morbis* de caráter epidêmico, quais sejam: as febres amarela e a biliosa e a varíola, que se manifestaram nos portos da Capital, principalmente, e a peste bubônica que atingiu Campina Grande. Em todos os casos Dr. Octávio Soares, que era Delegado de Higiene teve importante atuação, conseguindo reduzir o número de óbitos. PINTO, João Pereira de Castro. **Mensagem apresentada a Assembleia legislativa do estado da Parahyba em 01 de setembro de 1913** .p. 44. p. 15. Ver também A bubônica em Campina Grande. Os telegramas d’A Imprensa. **Jornal A Imprensa**, Parahyba. 7 de out. de 1912.

⁹³⁰PINTO, João Pereira de Castro. **Mensagem apresentada a Assembleia legislativa do estado da Parahyba em 01 de setembro de 1913** .p. 44.

⁹³¹As discussões sobre a Eugenia surgiram na Europa em meados do século XIX, a partir das aspirações de desenvolver uma ciência genuína sobre a genética humana que pudesse, através de instrumentação matemática e biológica, identificar os melhores membros da espécie, portadores das melhores características, e estimular a sua reprodução, assim como achar os indivíduos que representavam características degenerativas e, nesta medida, evitar que se reproduzissem. STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

⁹³²A primeira matéria encontrada nos Jornais do Estado da Parahyba acerca da Eugenia foi publicada no diário **A União** em data de 20 de janeiro de 1914, sob o título “Zonas Eugenicas na Parahyba”.

⁹³³PINTO, João Pereira de Castro. **Mensagem apresentada a Assembleia legislativa do Estado da Parahyba em 01/09/1914**.p. 25.

de Castro Pinto, do jornalista, poeta e político Carlos Dias Fernandes, do pintor Pedro Américo de Figueiredo e Melo e do empresário e político Assis Chateaubriand, julgava Ribeiro Dantas⁹³⁴.

Decerto, a concepção de “talento” para o aludido jornalista coadunava com o conceito galtoniano, segundo o qual a hereditariedade não se limitava apenas aos caracteres físicos, mas também a habilidades e talentos intelectuais⁹³⁵. Entretanto, os “tipos eugênicos” apontados na matéria publicada pela imprensa oficial pareciam atender aos imperativos daquele governo que pretendia elevar o Estado da Parahyba ao nível da civilização, a partir de investimentos em educação, afinal, todos os homens citados como tipos eugênicos eram intelectuais. Há, contudo, de se observar que, à exceção de Pedro Américo, os três outros “talentos” tinham vínculos com Ribeiro Dantas, sugerindo que, na acepção daquele escritor, o sucesso político era um termômetro para medir o grau de habilidade individual e o nível de civilização de um povo. Em vistas disso, na matéria, intitulada “Zonas eugênicas na Parahyba”, o autor pareceu oscilar entre explicar a pouca produtividade do governo Castro Pinto em setores como saúde, indústria e comércio, e justificar os elevados investimentos realizados pelo mesmo gestor, no campo da educação. Assim, podia-se ler:

A Parahyba, sofrendo originalmente da fatal desvantagem de ser uma das menores circunscrições federativas da República, desajudada, além disso, até certo ponto dos elementos essenciais que contribuem para envolver o uniforme harmônico da civilização nos grandes Estados do Sul, si por essa fase, não pode enfrentar comparação condigna relativamente á queelas progressistas unidades máximas de nossa nacionalidade. [...] porém, se estudada sob o prisma intelectual, reveste aspecto gloriosos e promissor, compellindo e rivalizando sobremaneira nos elevados intermédios do pensamento e das letras⁹³⁶.

Também se verifica a influência de Galton nos discursos do próprio Castro Pinto, meses antes, quando em seu relatório, de 1º de outubro de 1913, em defesa da construção de “um estabelecimento correccional para a infância viciosa e delinquente”, que vagava pelas ruas da capital parahybana, referiu-se aos riscos representados por tais menores, nos seguintes termos:

a falta de assistência domestica em um orfanato, onde a caridade pública ampara as creanças desvalidas, é para estas ultimas um serio **perigo de**

⁹³⁴Jornal A UNIÃO em 20 de jan. de 1914

⁹³⁵GALTON, FRANCIS F.R.S. **Hereditary Genius**. London: Macmillan and CO. and New York, 1892. pp. 6-14. Disponível em <http://galton.org/books/hereditary-genius/text/pdf/galton-1869-genius-v3.pdf>. Acesso em 06.04.2015.

⁹³⁶Jornal A União em 20 de jan. de 1914.

contágio moral, pela transmissão dos máos costumes, na facilidade com que se imitam e propagam as más qualidades innatas de preferência aos bons hábitos adquiridos⁹³⁷. grifos da autora

Como se nota, Castro Pinto estava em sintonia com as teorias médicas que circulavam no Brasil naquele momento, onde a ênfase estava no combate aos tipos indesejáveis por meio da higiene e da educação moral. Assim, a sequestração da infância nomeada como delinquente atenderia aos ideais eugênicos em voga, visto que os exemplos viciosos poderiam concorrer para o aumento do número de delinquentes no Estado⁹³⁸. Mas o relato daquele administrador, que era jurista, pode ter sido influenciado também pelas proposições do psiquiatra e criminalista italiano Cesare Lombroso, para quem “os caracteres diferenciadores do homem honesto v[inham] diminuído e também desaparecendo nos delinquentes menores [...] e sobretudo nos delinquentes de ocasião”⁹³⁹.

Inclusive, a aproximação da gestão Castro Pinto com as teses lombrosianas pode ser notada na publicação de *A União*, intitulada “Criminosos e Degenerados Bíblicos”, que circulou na Capital parahybana no dia 20 de julho de 1914, talvez escandalizando a população daquela cidade, que era majoritariamente cristã⁹⁴⁰.

Naquela segunda-feira, “o réu bíblico era Sansão”, advertia o autor da matéria. E encetou a incriminá-lo:

Sem dúvida, Sansão [era] um criminoso-nato. Um desses homens que ao nascer, já trazem consigo os germens do crime, os quaes as vezes a sociedade não pode neutralizar com o poder de suas forças benéficas.

⁹³⁷PINTO, João Pereira de castro. Mensagem apresentada a Assembleia legislativa do estado da Parahyba em 01/09/1913.p. 30.

⁹³⁸ Também, no Jornal *A Imprensa*, foram publicadas matérias acerca da infância criminosa. Sob o título “O Criminoso de Amanhã”, o correspondente daquela folha no Rio de Janeiro, identificado por S.d’A, narra um episódio experimentado por ele e outro homem identificado como Conselheiro Faustino, na noite do domingo, 2 de maio de 1915. Naquela noite, enquanto os dois homens bebiam água ao som de Mozart na Americana, uma criancinha aproximou-se dos dois “a vender cautelas de Loteria Federal”, sendo o mesmo despachado ferozmente pelo Conselheiro. Depois disso, S. d’A, iniciou uma conversa com o rapazinho que chamava-se Orfino e contava com a idade de onze anos apenas. O menino desconhecia o paradeiro de seus pais, pois havia fugido de casa muito pequeno. Ao pai, acusava de espanca-lo e a mãe, dizia que mandaram se afastar dela por motivo de uma doença. Vivia nas passagens, dormindo nos portões ou na delegacia, nas noites mais frias. Era analfabeto. Tinha como companheiros “a molecagem das ruas”, fumava e andava sempre com um canivete para defender-se dos meninos maiores. Convidado a ir morar em residência do jornalista de *A Imprensa*, com o fim de estudar, recusou. Segundo o autor da carta, o Conselheiro Faustino ao ver a criança voltar a oferecer o bilhete de loteria, lançou: “_ O filósofo da rua”. E S.d’A., contrariado o corrigiu: “_ Não, conselheiro. É o criminoso de amanhã”. In. *Jornal A Imprensa*. 03/05/1915.

⁹³⁹LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2013, p.29

⁹⁴⁰De acordo com a documentação analisada, além de cristãos, católicos e protestantes, havia na capital parahybana, ciganos, catimbozeiros e espíritas.

[...] Mas porque Sansão era um criminoso-nato? É porque de uma só feita matou mil filisteus? Não. É em vista da ascendência e dos caracteres psicologicos d'aquela terrível classe de delinquentes que ele representa⁹⁴¹.

Antes de tecer qualquer consideração de caráter científico acerca do texto em destaque, cabem algumas ligeiras linhas sobre a descendência do personagem bíblico em questão. Filho de uma mulher estéril, Sansão, carregava ainda o estigma de ser da tribo dos israelitas, diz-se, judeu⁹⁴². Sopesando este aspecto, e tendo em vista a propagação do anti-semitismo nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial [1914-1918], entende-se que não haveria salvação para Sansão, segundo as teorias raciais que circulavam neste Estado naquele contexto, afinal, o personagem trazia no sangue tanto defeitos físicos [a infecundidade], como a delinquência. Neste sentido, considerando as teses lombrosianas, entende-se que as “mil” mortes provocadas por Sansão nada mais eram do que sintomas externos da doença que herdara: a criminalidade. Dito isto, note que o autor também faz referência à ideia eugênica, de outra forma, não teria sugerido que defeitos congênitos não poderiam ser mudados por influência das “forças benéficas” emanadas da sociedade. Tal ideia remete à eugenia preventiva, nos moldes orientados pelo médico baiano Alfredo Ferreira de Magalhães⁹⁴³, em 1913.

Para Magalhães, “a educação seria um meio de impedir a propagação de diversos males sociais, como o alcoolismo e as doenças venéreas, responsável pela degeneração física e moral da raça”⁹⁴⁴. É possível que o médico tenha influenciado as práticas e discursos do Dr. Castro Pinto e aliados, visto que, somente em 1914, foi defendida a primeira tese sobre eugenia no Brasil⁹⁴⁵. Apesar da frequência em que se publicou, na imprensa oficial [A União], artigos que versavam sobre o tema, o movimento *Pró-eugenismo* parece não ter tido muitos

⁹⁴¹Jornal A UNIÃO em 20 de jul. de 1914.

⁹⁴²Conforme JUÍZES 13, 1-24. In. **BÍBLIA SAGRADA**: Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous. São Paulo: Ave Maria Ltda, 1995.

⁹⁴³O Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães, que além de médico com especialidade em Clínica Pediátrica e Higiene Infantil e professor de Higiene da Faculdade de Medicina da Bahia, foi responsável por divulgar no Nordeste as ideias eugênicas. Aliás, é dele o mérito de ter proferido a primeira conferência sobre eugenia no Brasil, intitulada *Pró-Eugenismo*, onde afirma a importância eugênica da educação familiar. SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Política Biológica como projeto: A “Eugenia Negativa” e a construção da Nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Dissertação (mestrado em História) Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2006. p. 31. Disponível em <http://beta.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6134/2/8.pdf>. Acesso em 20.08.2015.

⁹⁴⁴Ibidem, p.31

⁹⁴⁵Os primeiros trabalhos nacionais sobre eugenia foram publicados no início do século XX, tendo por autores Erasmo Braga, João Ribeiro e Horácio de Carvalho. Coube, entretanto, ao professor Sousa Lima, ainda no século XIX, os primeiros esforços em defesa da eugenia no Brasil. Apesar do pioneirismo de tais homens, a primeira tese sobre o tema, de autoria do Dr. Alexandre Tepedino, apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi defendida somente em 1914. KEHL, Renato. **A Eugenia no Brasil**: Esboço histórico e bibliográfico. In. *Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, 1929, pp. 52-53.

simpatizantes no Estado da Parahyba, naquele momento, isso explica o rápido declínio de tais ideias, a partir da renúncia daquele governador em 1915.

Em meados dos anos 1920, coincidindo com o regresso do médico sanitarista Elpídio de Almeida à Parahyba,⁹⁴⁶ a eugenia, atendendo ao que era uma tendência nacional, voltou a ser largamente debatida e defendida pelas elites letradas do Estado. Deve-se observar, entretanto, que nestas paragens os eugenistas, tal como aconteceu em outros Estados da Federação, formavam um grupo bem heterogêneo. Assim, alguns destes cientistas propugnavam o aperfeiçoamento da raça e salvação nacional a partir da interdição da procriação dos sujeitos portadores de “taras degenerativas”, de moléstias contagiosas e/ou “debilitados por myriades de micro-organismo pathogenicos”. Diante do que, recomendavam a realização do exame pre-nupcial de sanidade como indispensável à efetuação do matrimônio⁹⁴⁷. Nesta linha de pensamento, destacaram-se os médicos Elpídio de Almeida e José Marciel, além do jurista e jornalista João da Matta, que podem ser considerados, com base nos apontamentos de Nancy Leys Stepan, propagadores da eugenia negativa ou “matrimonial”⁹⁴⁸.

Mas, o número dos seguidores de Galton neste Estado não era pequeno, compreendendo quase a totalidade do corpo médico, observando-se, contudo, outro “desvio” em relação às doutrinas do inglês e revelando certo continuísmo/permanências das ideias propaladas durante a administração do jurista Castro Pinto. Estes cientistas alinhavam-se a eugenia preventiva, cujo interesse era modificar, por meio da educação sanitária e mental, o

⁹⁴⁶ Nascido em Areia, Elpídio Josué de Almeida ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1912, vindo a concluir o curso médico em 1919, com a tese “Contribuição ao Estudo da Esquistossomose Mansônica”. Nos anos em que esteve na capital Federal, Elpídio entrou em contato com as ideias do sanitarista Belisário Penna, assim como de Renato Kehl, lente do eugenismo no Brasil. De volta a sua terra natal, o sanitarista foi convidado a dirigir o Posto de Higiene de Areia e, depois, a convite do Dr. Accácio Pires, diretor da Comissão de Profilaxia Rural neste Estado, passou a dirigir o Dispensário de Lepre e doenças venéreas NÓBREGA, Humberto. **As Raízes das Ciências da Saúde na Paraíba: Medicina, farmácia, Odontologia e Enfermagem.** João Pessoa: UFPB, 1979, pp. 131-132.

⁹⁴⁷ ALMEIDA, Elpídio de. **Exame Pré-Nupcial.** In. Era Nova. Ano 1, n.3, de 01 de maio de 1921. Parahyba do Norte, 1921, p.14; MATTA, João. **A Eugenia e o Direito actual.** In. Era Nova. Ano 1, n.4, de 15 de maio de 1921. Parahyba do Norte, 1921, p.20; MAIA, Seixas. As crenças anormaes. In. MAROJA, Flávio. et al. **Semana Médica:** Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba, no período de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927. pp. 47-52.

⁹⁴⁸ De acordo com Stepan, a eugenia positiva, imaginada por Galton, incentivava à reprodução dos tipos ideais, já a negativa, objetivava evitar a reprodução dos sujeitos disgênicos. Na América do Norte e em alguns países europeus, a exemplo da Alemanha, a eugenia negativa implicou em práticas como a esterilização e o aborto como forma de controle dos “indesejados”. No Brasil e em boa parte da América Latina, a eugenia negativa caracterizou-se pelo controle matrimonial e de reprodução dos homens e mulheres ditos degenerados STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 37.

meio social, cultural e econômico parahybano, a fim de evitar a degradação física e mental dos homens e mulheres deste Estado⁹⁴⁹.

Apesar do pioneirismo de Castro Pinto, não se pode ignorar que, de 1917 até o final dos anos 1920, o Dr. Renato Kehl, lente do movimento eugênico no Brasil, era propagador da eugenia preventiva⁹⁵⁰, conclamando que “a instrução e a educação pod[iam] engrandecer pelo cultivo algumas qualidades e restringir outras”⁹⁵¹. Inclusive, neste Estado, muitos dos entusiastas do movimento eugênico deixaram em evidencia a influência de Kehl em seus trabalhos, tal foi o caso do Dr. José Marciel, quando em 1923, em matéria publicada em “O Jornal”, sob o título “Eugenia: problemas sociais”, assegurou:

Eugenizar é sanear, diz Renato Kehl; pois bem, o saneamento da raça é uma necessidade tão palpitante, como o é o rural. Aqui é a profilaxia agindo contra as endemias que deixam uma população de amarelos, empanturrados e hydropicos, typos verdadeiramente infelizes, sem coragem e sem acção, apathicos e miseráveis; alli é o saneamento da espécie, **procurando evitar a origem avariada de paes luéticos e degenerados**, uma descendência de syphiliticos e **cretinos**⁹⁵². grifos da autora

Em 1927, durante a Semana Médica, nos discursos dos doutores Maroja e Seixas Maia, também é evidente a aproximação com os ideais eugênico-sanitários do Dr. Kehl, que, no começo dos anos 1920, havia se aproximado dos psiquiatras, disseminando também a higiene mental⁹⁵³. Diante do exposto, veja o que disse Maroja, durante a sessão de abertura daquele evento:

onde há o impaludismo, a verminose, o alcoolismo, a peste bubônica, a febre amarela, a varíola, a syphilis, a tuberculose e tantissimas outras pestes, certo predomina a ignorância, o analfabetismo, a imbecilidade, o atardamentophysico e psychico pela descerebração, a degenerescência, a desintegração funcional⁹⁵⁴. grifos da autora

⁹⁴⁹Não foi incomum encontrar na documentação consultada, discursos médicos alertando contra os perigos do alcoolismo, da sífilis e, mesmo, da miséria social e cultural em que se achava a grande maioria dos parahybanos.

⁹⁵⁰STEPAN, Nancy Leys. Op. cit. pp. 54-58

⁹⁵¹KEHL, Renato. **A Eugenia no Brasil**: Esboço histórico e bibliográfico. In. Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929, p. 48

⁹⁵²MACIEL, J. Eugenia: Problema social. In. **O Jornal**, 28/12/1923. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 29 de outubro de 2015.

⁹⁵³STEPAN, Nancy Leys. Op. cit., p. 58

⁹⁵⁴MAROJA, Flávio. et al. **Semana Médica**: Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba, no período de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927, pp. V-VI

A mesma linha de pensamento apresentou o Dr. Seixas Maia em sua tese denominada “As Creanças Anormaes”⁹⁵⁵, enfatizando que a “a syphiles e o alcoolismo dos paes, [eram] frequentemente a causa da degeneração da descendência”⁹⁵⁶. Neste trabalho, o aludido médico, valendo-se de um corpus teórico constituído por pedagogos, geriatras e psiquiatras europeus e americanos, assegurou que estas “creanças” formavam a grande maioria dos “delinquentes e criminosos” do Brasil, e somente por meio da educação subministrada por médicos seria possível evitar a degradação destes sujeitos. Embora Maia não tenha citado Lombroso, é visível a influência das ideias do psiquiatra italiano em seu trabalho, que, se comparado ao artigo de Ulisses Pernambucano, publicado em 1927, nos *Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria*, sob o título, “A Educação das Creanças Anormaes”, parece se tratar o trabalho do parahybano de uma compilação-resumo, do estudo de Pernambucano⁹⁵⁷.

Ademais, no que aludem as ideias de Lombroso acerca dos tipos criminosos, acredita-se que as mesmas já eram conhecidas nas paragens parahybanas desde 1911, talvez antes. Essa alusão ficou em relevo quando a cidade de Areia se tornou palco de um “Crime Sensacional” que ganhou ares de “mystério” ao levantar dúvidas quanto ao estado mental do agricultor Galdino de Mattos, cujas representações poderão ser conhecidas a seguir, a fim de que o[a] leitor[a] tire suas conclusões sobre o caso.

5.1.1 “Um illustre Advogado Assassinado”: Criminoso comum ou um “Typo Lombrosiano”?

Há epilepticos e epilepticos.

Afrânio Peixoto. *Criminologia*, 1933.

Sábado, 31 de dezembro de 1910. Na tarde daquele dia, as populações das cidades de Areia, Pilões e Alagoa Grande, bem como os habitantes da capital da parahybana, foram surpreendidas com a infausta notícia da morte do advogado Horácio de Albuquerque, pertencente a influente família daquelas paragens, por sinal, primo do médico e ex-prefeito de Areia Dr. Otacílio de Albuquerque, então gestor da cidade da Parahyba.

⁹⁵⁵Segundo Seixas Maias, as “creanças anormaes” compreendiam: cegos, surdos-mudos, os idiotas, cretinos, imbecis, paralyticos e os “atingidos de perversões dos instintos. MAIA, Seixas. As crenças anormaes. In. **Semana Médica** – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927. pp. 47-52,

⁹⁵⁶Ibidem, p. 49

⁹⁵⁷Ver: PERNAMBUCANO, Ulisses. A Educação das Creanças Anormaes. In. **Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria**. Rio de Janeiro, II e III trimestre, Livraria Francisco Alves, 1927. p. 91-112,

O “acontecimento” provocou grande alvoroço naquelas cidades, de forma que, por dias seguidos, não se comentou outro assunto nas calçadas e caminhos. Também na imprensa parahybana, e mesmo nos jornais que circulavam na Capital Nacional, o referido episódio foi notícia por todo o mês de janeiro, provocando uma espécie de “neurose” popular. Enfim, aquele “facto se tornou o triste pabulo de todas as palestras”. Inclusive, de acordo com as matérias divulgadas nos jornais locais, havia muitos anos que não se registrava, ali, crimes daquela natureza. Ademais, aquele não era um dia qualquer, pois naquela noite, nas aludidas povoações, tal como acontecia em muitas cidades e vilas do território brasileiro, seriam realizados os Festejos de Ano Bom.

Foi, portanto, com o propósito de celebrar aquela data com seus parentes e amigos, que o advogado partiu de Alagoa Grande, onde exercia sua profissão, com destino a Pilões, onde residia⁹⁵⁸. Estando a aproximadamente 2 horas de casa, nas imediações do Engenho Gravatá Assú, quando atravessava uma ponte, Dr. Horácio foi surpreendido com um golpe de faca em seu peito, o que o fez tombar.

Não foi possível precisar a que horas aconteceu aquela “tragédia”, no entanto, segundo as representações veiculadas nas páginas do jornal “O Centro”, de 6 de janeiro de 1911, era ainda a tarde de 31 de dezembro de 1910, quando Galdino Manoel da Mattos, agricultor e jornaleiro, morador do engenho Gravatá Assú, pertencente ao Sr. Estavam Pereira, foi flagrado por Francisco Targino, também morador daquelas terras, a assobiar sossegadamente enquanto balançava-se em uma rede na casa do seu genitor, onde residia. Francisco, que parecia impaciente. Vinha “avisá-lo de que estava um homem desconhecido estirado no caminho”. Foi quando Galdino, sem externar surpresa, pôs-se de pé, agarrou seu chapéu e sem pressa se dirigiu ao local em companhia do colega. Lá chegando teria gritado: “_ É o dr. Horácio e está morto.”⁹⁵⁹

Depois disso, Francisco foi convencido a ir comunicar o “lamentável” acontecimento ao dono do engenho, enquanto isso, “elle [Galdino] ficaria alli ao pé do cadáver”, aguardando.

Avisado sobre a morte do Dr. Horácio, o Sr. Estavam, depois de tomar a providência de mandar chamar, no Engenho Riacho das Facas, o Capitão José Ignácio, dirigiu-se até o local indicado, a fim de averiguar a situação e providenciar o deslocamento do corpo até sua casa, onde permaneceria até o dia seguinte, quando os familiares do advogado, cientes daquela

⁹⁵⁸A distância a ser percorrida de Alagoa Grande a Pilões, via Areia, devia ser de aproximadamente 38 km, percurso que poderia ser percorrido em cerca de 4 horas.

⁹⁵⁹Jornal O Centro de 21 de jan. de 1911.

“fatalidade”, o transportaria até Pilões, a aproximadamente 20 km daquele lugar. Nem bem os senhores de engenho haviam feito o reconhecimento do corpo, solícito, Galdino da Mattos ofereceu-se espontaneamente para transporta-lo até aquela povoação. Assim, ainda não havia amanhecido o dia, quando o cortejo do Dr. Horácio deixou o Engenho Gravatá Assú e ali estava Galdino segurando a rede “donde pingava muito sangue”⁹⁶⁰.

Em que pese, até aquele momento, a morte do Dr. Horácio não havia despertado “a mais leve suspeita d’um crime [...] atribuindo todos os que viam o cadáver, inclusive irmão, primo, cunhado, a alguma queda ou qualquer acidente pathologico com congestão hemopthise ou coisa equivalente”, o que se devia aos “dotes de caracter e sympathias de que [o mesmo] gosava”⁹⁶¹. Aquela insuspeita, entretanto, logo cairia por terra, como se verá.

Chegando a Pilões, uma multidão aguardava nas proximidades da casa do advogado, movida por sentimentos variados. Muitos deviam estar contristados, outros preocupados, outros tantos talvez estivessem ali por curiosidade e alguns eram indiferentes. Os familiares, por sua vez, encontravam-se aos prantos, e até mesmo os cãesinhos, “muito estimados [pelo advogado], uivavam com tamanho desespero como se tivessem compreendido”⁹⁶².

Naquela ocasião, Galdino, estranhamente, teria sugerido que se fizesse logo o enterro e, ainda, que “não ha[via] razões para choros e lamentos por causa da morte de um homem tão orgulhoso, que a ninguém cumprimentava!”.

Depois, quando o cadáver foi submetido ao exame do Dr. Silva Coutinho, e em face da comprovação de que Dr. Horácio “não succumbiu de morte natural, senão que foi assassinado [...] constata[ndo-se] dois ferimentos por instrumentos perfurante, na região peitoral esquerda”⁹⁶³, Galdino, por ocasião da chegada da polícia de Serraria àquele povoado, escapou sorrateiramente, não sem antes ter entrado num hotelzinho, na saída da cidade, “onde quis pagar um café com um cédula de 10\$00”, chamando a atenção do proprietário do estabelecimento. Naquele momento, já acontecia o velório do advogado, cujo enterro assumiu a “mais dolorosa proporção”.

De qualquer forma, e enquanto não se achava o criminoso, a curiosidade pública tratava de “explicar o facto, formulando hypoteses, cada qual mais desencontrada, até aos juízos temerários”⁹⁶⁴. Basta dizer que “para uns o punhal do sicário obedecera a vontade estranha”,

⁹⁶⁰Ibidem, 06 de jan. de 1911.

⁹⁶¹Ibidem, 28 de jan. de 1911.

⁹⁶²Ibidem, 06 de jan. de 1911.

⁹⁶³Ibidem.

⁹⁶⁴Ibidem.

para outros, tratava-se de vingança, alguns outros sugeriam que o crime fora motivado por intrigas políticas, de forma que até a “Liga contra as oligarquias do Rio de Janeiro” pediu ao chefe da oposição, informações sobre o assassinato⁹⁶⁵. Outros, entretanto, acreditavam ter sido “o móvel do crime” o roubo, não faltando quem tivesse a sua teoria acerca das motivações daquele que foi considerado pelos autores do jornal areense como um “atentado inopinado, bárbaro e selvagem”⁹⁶⁶.

Com o laudo em mãos, as autoridades policiais, lideradas pelo subdelegado, major João Nunes da Silva, e pelo suplente de delegado, o Sr. Aureliano Camelo de Albuquerque, dirigiram-se ao local do crime a fim de proceder às investigações, talvez “no empenho de cumprirem seu dever”, ou quem sabe, movidos por interesses políticos, conforme sugerem os telegramas enviados pelo então governador do Estado, João Machado, e por Octacílio de Albuquerque, um e outro, recomendando ao chefe de polícia “proceder rigoroso inquérito sobre o facto, afim de serem punidos os autores”⁹⁶⁷.

Destarte, de interrogatório em interrogatório, Galdino de Mattos se tornou o principal suspeito do assassinato. A propósito, por esses tempos, o mesmo já se encontrava no engenho Gravatá Assú, de forma que, na noite daquele domingo, 1 de janeiro de 1911, o mesmo foi ao sítio vizinho, Tiborna, onde brincou e jogou até o amanhecer do dia seguinte, quando pretendia fugir. Todavia, de acordo com os autores das matérias veiculadas no semanário “O Centro”, ele não conseguiu ir adiante com o plano de fuga, pois “uma força estranha peiava os seus membros, que, **naturalmente**, deviam tilintar em desespero”: Não pude [fugir]! [...] Não sei porque!”⁹⁶⁸.

Enfim, na segunda-feira, 2 de janeiro, Galdino de Matos foi preso e conduzido a Cadeia da cidade de Areia, onde, depois de ter sido exposto aos olhares e ofensas dos curiosos que tomavam a frente daquele estabelecimento, confessou o delito nos seguintes termos:

⁹⁶⁵Embora não seja possível afirmar quem era o chefe da oposição a que se referira o autor da notícia quando transcreveu a informação da Liga contra as oligarquias, uma coisa é certa, no Estado da Parahyba, naqueles anos, chefiava a política parahybana Álvaro Machado, que fazia oposição a Venâncio Neiva. Acredita-se que a “Liga” pedia informações a este último, visto que Álvaro Machado, na escala estadual, começava a perder seu prestígio político, conforme observou Trigueiro. TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982, pp.29-32; Jornal O Centro, 21 de jan. de 1911.

⁹⁶⁶Jornal O Centro, 28 de jan. de 1911.

⁹⁶⁷No dia 4 de janeiro de 1911, chegou a Areia, comissionados pelo Governo do Estado da Parahyba, o Dr. Carlos Cavalcanti, chefe de polícia e o escrevente da chefatura, o sr. Victorino Vinagre. Sob o comando do Alferes Severino Januário, foi posto à disposição do Dr. Carlos Cavalcanti parte do destacamento de polícia de Alagoa Nova. Também acompanharam as diligências o Dr. Climaco Xavier e Bráulio Xavier, cunhados do advogado falecido, o Dr. Anízio de Albuquerque, irmão, e ainda Octacílio de Albuquerque, primo do advogado assassinado. **Jornal O Centro**, 06 de jan. de 1911.

⁹⁶⁸Jornal O Centro, 06 de jan. de 1911.

Seguindo de sua casa para o engenho de seu Estevam, foi, em caminho, atropelado pelo dr. Horacio, a quem conhecia de vista, por vel-o comumente transitar por alli.

Nessa ocasião, segurando com a mão esquerda a brida do animal, num grande ímpeto de raiva, sarjou no peito aquelle doutor, de cima de uma pedra para onde subira, afim de mais seguramente attingil-o.

Após a primeira facada, ergueu-o por uma perna, deitando-o abaixo, apesar dos esforços que elle fazia agarrado ás crinas do cavalo e vibrou-lhe segundo ferimento na mesma região.

Depois, **calmamente**, cascavilhou-lhe os bolsos, onde encontrou 10\$000 e tirou-lhe do dêdo um anel de aliança, que logo após quebrou e jogou fora.

Feito isto, [...] seguiu para casa, **friamente**, a assobiar, indo deitar-se **indiferente** numa rede⁹⁶⁹.

Sobre a arma do crime, declarou “que depois de morto o dr. Horacio, passou a faca na sola do pé, em seguida na língua, passando-a novamente no pé, *ficando limpinha*”, vendendo-a, por dez tostões, na Tiborna⁹⁷⁰.

Interpelado pela equipe da folha areense se havia desistido de evadir-se por motivo de remorso, o mesmo teria silenciado. Entretanto, os responsáveis pela matéria trataram de julgá-lo, afirmando, acerca da personalidade do acusado: “que outros tenham isso em conta de superstição”, mas Galdino, “não tinha remorso! Eis porque estava elle recolhido a prisão”⁹⁷¹.

Depois disso, os jornalistas retrataram o suposto “sicário”, nos seguintes termos: era brasileiro, solteiro, natural do termo de Areia, filho de Manuel de Mattos Campos Trigueiro, residente no Engenho Gravatá Assú há três anos. Não sabia ler nem escrever. Quanto ao seu lugar social, tratava-se de “indivíduo de baixa esfera”, diz-se, pobre. Além disso, de acordo com as representações existentes, Galdino era um homem

de estatura regular, tez macilenta, ligeiramente bronzada, franzino e magro, quase imberbe, elle tinha, **no interrogatório**, os olhos espantados.

Mostra ter **25 annos de idade**, pouco mais ou menos [tinha 26]; **fala[va]** facilmente, **com trejeitos**; e não t[inha] fisionomia inteiramente antipathica, o que quer dizer que **não [era] um typolombrosiano**.

Impassível, a princípio, **muito cynico** mesmo, a ponto de **gabar-se de não estar arrependido**, porque o “que fez estava feito” [...] **aperreado** pela insistência curiosa dos circundantes, **derramou algumas lagrimas**.⁹⁷² grifos da autora

⁹⁶⁹Ibidem

⁹⁷⁰Ibidem, 21 de jan. de 1911.

⁹⁷¹Jornal O Centro, 21 de jan. de 1911.

⁹⁷²Ibidem.

E concluíram: “tratava-se de um pobre diabo, cujo physico quase merec[ia] compaixão”⁹⁷³.

Na semana seguinte, podia-se ler, ainda, acerca da personalidade de Galdino: “às vezes, tremulo, os olhos esbugalhados, com a voz choraminga, numa uncção de humildade [...] outras vezes, eil-o jactando [em] alto e bom son sua **perversidade**”⁹⁷⁴.

Antes de dizer mais sobre o caso, é importante sublinhar que o jornal areense “O Centro”, fundado em 1909, dirigido pelo *venancistas* e bacharéis em direito Simão Patrício da Costa e José Américo de Almeida⁹⁷⁵, depois de um tempo fora de circulação, voltou a ser produzido a partir de 06 de janeiro de 1911, trazendo, no primeiro número daquele ano, a cobertura daquele “Crime sensacional”, o que se repetiu nos três números/ semanas seguintes. Este detalhe não pode ser ignorado, visto que a imprensa tem o poder de manipular as opiniões, de “depravar os gostos”, conforme observou Olavo Bilac, em sua “Chronica” de 28 de outubro de 1906, acerca do crime da Rua da Carioca, ocorrido no Rio de Janeiro naquele mesmo ano⁹⁷⁶.

Ora, por cerca de um mês [entre os dias 31/12/1910 e 28/01/1911], nas cidades parahybanas já referidas anteriormente, homens e mulheres, interromperam suas atividades para acompanhar as investigações do assassinato do Dr. Horácio por meio da imprensa, que não só divulgava os passos da investigação, como se posicionava irredutível quanto ao móvel do crime e sobre o criminoso, dividindo opiniões, conforme sugerem as matérias que circularam nos dias 21 e 28 de janeiro de 1911. Naquelas publicações, é visível a preocupação dos redatores, tanto no sentido de encerrar a questão, “lançando o nome do réo [Galdino] no rol dos culpados”⁹⁷⁷, como para provar a suposta imparcialidade do jornal ou a “verdade dos fatos”, para usar a expressão encontrada naquelas páginas⁹⁷⁸.

Assim, na matéria veiculada no dia 21 de janeiro, cujo subtítulo “Juízos temerários da imprensa – *Res Non verba*”⁹⁷⁹, podia-se ler:

Somos obrigados a voltar ao caso mirando já um alvo diferente. As nossas retinas [...] desanuviadamente e com serenidade, sem os vapores estonteantes do ódio ou da malevolência, em meio ao cahos tenebroso em que se passou o triste acontecimento.

⁹⁷³Ibidem.

⁹⁷⁴Jornal O Centro, 14 de jan. de 1911.

⁹⁷⁵Conforme Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1891 a 1940. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=39797&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em 03/01/2016.

⁹⁷⁶Apud. SCHERER, Marta Eymael Garcia. **Bilac – sem poesia**: crônicas de um jornalista da Belle Époque. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Literatura da UFSC. Florianópolis, 2008, p. 209.

⁹⁷⁷Jornal O Centro, 28 de jan. de 1911.

⁹⁷⁸Ibidem, 21 de jan. de 1911.

⁹⁷⁹*Res non verba*, do latim, “atos, não palavras”.

[...] Acompanhamos *pari passu*, sem comentários que não fossem para elucidar o caso, a marcha dos interrogatórios anteriores e ulteriores investigações, sempre calmos, sempre reflectidos, sempre atentos, confiantes no critério dos representantes da lei [...] no intuito de correr a verdade, de desenterrar os criminosos⁹⁸⁰.

A razão para a inquietação do jornalista deveu-se as suspeitas levantadas por familiares, possivelmente insuflados pelos boatos de políticos que faziam oposição a oligarquia Venancista, acerca das motivações do crime e da existência de outros coparticipes do assassinio. Inclusive, no jornal Estado da Parahyba, em artigo intitulado “O protecionismo ao crime”, o autor acusava as autoridades locais de serem inoperantes, uma vez que deixavam-se “ludribia[r] em sua bôa fé pelos mandões da terra”, não conseguindo apurar a verdade dos fatos”⁹⁸¹.

Frente o exposto, e sopesando os caracteres conferidos ao agricultor Galdino de Mattos no semanário areense, calcula-se que o leitor esteja se perguntando: o que o autor chamava de “typo lombrosiano”? Qual a relevância de se referir às teorias do médico italiano para negá-la?

Apesar das limitações impostas pelas fontes compulsadas acerca das formas de recepção, assimilação, adaptação e usos das ideias de Lombroso em solo parahybano, julgando-se pela tímida atuação do psiquiatra Octávio Soares e tendo-se em vista que, neste Estado, a competência em designar/nomear alguém como criminoso[a] ou louco[a]-criminoso[a] cabia aos juristas, arrisca-se: ao negar a aproximação de Galdino com os “typos” criminosos lombrosianos, o autor das matérias deve ter considerado em sua análise apenas os “sinais anatômicos”, o que parece ter sido uma tendência nacional, incentivada pela classe médica, que passou a intervir na área jurídica, prometendo prevenir o crime por meio da identificação de tendências ou potencialidades criminosas, a partir da análise minuciosa da anatomia dos indivíduos.⁹⁸²

Para que o leitor compreenda: Cesare Lombroso, que foi influenciado pelas teorias degeneracionistas francesas, buscou dar visibilidade ao maior número de sujeitos considerados perigosos. De acordo com este médico, as práticas criminosas eram atitudes de seres pouco

⁹⁸⁰Jornal O Centro, 21 de jan. de 1911.

⁹⁸¹Ibidem.

⁹⁸²A Antropologia criminal ou criminologia, elaborada na Europa do século XIX, a partir dos estudos de Lombroso e de seus seguidores, constituiu-se “como um campo de conhecimento com pretensões de cientificidade voltado para a compreensão da natureza do crime e do criminoso”. Tais estudos tiveram grande repercussão entre as elites intelectuais brasileiras, notadamente, aquelas instruídas nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, assim como entre os homens formados na Faculdade de Direito de São Paulo. Sobre isso ver: THIESEN, Icléia; PATRASSO André Luís de Almeida. **Informação, Representação e Produção de saberes sobre o crime: o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro (1903-1907)**. In. Revista eletrônica Memória científica original. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13839.pdf>. Acesso em 12.01.2016.

evoluídos, o que se explicava a partir do atavismo. Dessa forma, tratando-se dos “typos atávicos” de sujeitos com características físicas e mentais primitivas, poder-se-ia identifica-los por meio dos sinais anatômicos.

A propósito, em seu livro clássico “O Homem Delinquente”, Lombroso apontou de forma muito didática aqueles que seriam os sinais do criminoso: constituição robusta e boa nutrição, microcefalia ou crânio muito alongado ou muito arredondado, mandíbulas e lábios volumosos, boca grande, dentes mal conformados com precoce caída, campainha da garganta alongada e bífida, aumento desigual das orelhas, assimetria facial, falta de barba, face baixa, fisionomia viril nas mulheres, insensibilidade geral e á dor, anomalia nos reflexos, o canhotismo [...] estrabismo, nistagmo, motoconvulsismo de rosto, ataxia, pé equino, hiperestesia temporânea e periódica, exagero ou falta de excitação genérico, intolerância dos alcoólatras, tatuagem, agilidade exagerada, perversão sexual, impotência, falta de sentimento afetivo e de senso de moral, premeditação, vingança, egoísmo, vaidade excessiva, simulação de demência, astúcia, preguiça, reduzida noção de culpabilidade⁹⁸³. Finalmente, havia aqueles que “com a demência no sangue, contraída no ato da concepção, nutrida no seio materno [...] nasceram para cultivar o mal e para cometê-lo, tratavam-se estes, de acordo com Lombroso, dos delinquentes-morais ou ‘natos’”⁹⁸⁴.

Como o[a] leitor[a] pode notar, muitos dos sinais assinalados pelo psiquiatra italiano como indicativo de comportamentos criminosos são/eram comuns à maioria dos homens e mulheres ordinários, diante do que, entende-se que, a partir daquelas lentes, qualquer um poderia ser considerado como um criminoso⁹⁸⁵.

Depois, devido às críticas que recebeu, Lombroso incorporou à sua tese do atavismo outras categorias que considerava importante para explicar as origens dos comportamentos criminosos. Assim, o psiquiatra iniciava seu trabalho “Le Crime, Causes, et Remèdes”, de 1899, asseverando: “tout crime a pour origine des causes multiples”.⁹⁸⁶ No referido manual, o italiano acrescentou às suas teses biológicas que a prática criminosa também sofria a influencia do clima, da geografia, da raça, do sexo, da economia, da alimentação, dos problemas sociais advindos do processo de civilização (miséria, desemprego, longas jornadas de trabalho,

⁹⁸³ LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2013, pp. 193-216.

⁹⁸⁴ Ibidem, p.201.

⁹⁸⁵ De acordo com Paul Topinard, citado por Afrânio Peixoto, no catálogo lombrosiano “ha de tudo... desde os caracteres mais normaes... até as lesões claramente pathologicas”. PEIXOTO, Afrânio. **Epilepsia e crime. Salvador**. V. Oliveira & Comp., 1897, p.91.

⁹⁸⁶ LOMBROSO, Cesare. **Le Crime, causes et remèdes**. Disponível em <http://www.forgottenbooks.org>. Acesso em 08 d março de 2016. p.1.

prostituição, alcoolismo, aglomeração), imigração e emigração, política, nível de instrução, religião, idade, profissão, estado civil, alienação mental, entre outros⁹⁸⁷.

Frente o exposto, considere-se as representações publicadas em “O Centro”, acerca da situação sociocultural e da personalidade de Galdino de Mattos que, além de pobre e analfabeto, era representado como um sujeito “frio”, “indiferente”, “impassível”, “perverso” e “vaidoso”, o que ficou em relevo quando o autor da matéria afirmou que o suspeito “gaba[va]-se de não estar arrependido” de ter assassinado o advogado, tendo declarado que “o que fez estava feito”⁹⁸⁸. Também, outros aspectos tais como: o cinismo, demonstrado, segundo o jornalista, quando Galdino fingiu arrependimento, assim como, a simulação de demência, ocorrida, supostamente, quando o mesmo acusou outros sujeitos de participação no crime, “com o malvado intuito de não sofrer sozinho a pecha de roubador e assassino”, denunciavam contra o caráter do agricultor, conforme pôde ser observado na matéria publicada no dia 14 de janeiro, na parte da intitulada “Cynico ou Detraquê?”⁹⁸⁹.

Assim foi que, no segundo interrogatório, Galdino “achou por bem impingir que não praticara o crime só”, acusando de ser o mentor do crime um homem chamado José André. Preso, este sujeito foi logo inocentado, o que se deveu, antes de tudo, a sua condição de “aleijado”. Ocorre que, o Código Penal de 1890, ainda em vigência naquele ano, não se referia a deficientes físicos como irresponsáveis criminais. Apesar disso, tomando como referência as representações do referido semanário, entende-se que as autoridades de Areia, assim como suas elites letradas, julgavam, de acordo com o senso comum, que um homem e/ou mulher doente seria incapaz de cometer “crime tão bárbaro”. Assim, segundo se lê nas páginas de O Centro, José André era um sujeito,

gommoso, um pé enormemente inchado e disforme, uma das mãos edemaciada, amarelo e abatido[...] esta devastação phyzica, aliada a um ar de innocencia e sofrimento da[va] ao seu todo vencido pela enfermidade e pelos anos um aspecto doloroso⁹⁹⁰.

Acareados, enquanto Galdino “jurava de pés juntos” a coparticipação de José André no homicídio, este, “com um olhar de piedade e censura”, declarou que, ao tempo do crime, estava em uma “farinhada”, ocorrida em sítio próximo a cidade de Areia, em companhia de

⁹⁸⁷Ibidem.

⁹⁸⁸Jornal O Centro, 06 de jan. de 1911.

⁹⁸⁹Ibidem, 14 de jan. de 1911.

⁹⁹⁰Jornal O Centro, 14 de jan. de 1911.

amigos. E não foi necessário outra coisa para provar a irresponsabilidade na morte do Dr. Horácio.

Inconformado, conforme sugere o jornalista de “O Centro”, Galdino teria acusado também seu próprio tio, José Marimbondo, que residia no sítio Muitos Tiros, de ser o mentor do crime. Interrogado, Marimbondo declarou ter estado na tarde do sábado, 31 de dezembro de 1910, jogando sueca em companhia de amigos, o que foi suficiente para provar sua inocência.

Depois disso, numa atitude que foi considerada, do ponto de vista da imprensa areense, como “cynismo, zombaria, mentira e, ainda, “simulação de loucura”, Galdino voltou atrás, assumindo a autoria do crime. Desta vez, prometendo conduzir as autoridades policiais ao “tesouro” roubado do Dr. Horácio, cerca de 400\$000rs, ou seja, 300\$000rs a mais do que afirmou durante o 1º interrogatório. Assim, de volta à cena do crime, em companhia do delegado Aureliano Camelo e do Alferes Severino Januário, Galdino teria agido com indiferença, “entr[ando] a indigitar logares: ‘_ É aqui’. Cavam e... nada. ‘_ É ali adiante’. Tudo debalde”, afirmou o autor da matéria⁹⁹¹.

Enfim, depois de muitas “mentiras”, conforme sugerido no Jornal O Centro, de 14 de janeiro de 1911, agregou-se a personalidade de Galdino os perfis de caviloso, vacilante e caluniador. Mas, quais as razões para que o aludido “sicário” tenha se comportado de tal modo? Quais as verdades que existiam por trás de cada uma daquelas versões supostamente mentirosa?

Com efeito, se de acordo com as representações existentes no jornal areense, a fisionomia do suposto “sicário” não coadunava com as teses do psiquiatra italiano, se se considerar as representações publicadas no periódico já referido acerca do seu perfil psicológico, assim como as “influencias socioeconômicas” que pesavam sobre ele, ter-se-ia muitos elementos para considera-lo um “Homem Delinquente”, no sentido lombrosiano do termo.

Note o[a] leitor[a]: não se está afirmando que Galdino de Mattos era um criminoso-nato, ou qualquer dos tipos criminosos da classificação do médico italiano. O que se pretendeu, conforme observado antes, foi compreender e reconhecer a singularidade na forma de recepção das teorias do aludido psiquiatra no território parahybano. Neste sentido, a aproximação com as teses do jurista Tobias Barreto é elucidativa. Ora, de acordo com este cientista, Lombroso, ao “reduzi[r] o crime as proporções de um fato natural, incorrigível, inevitável”, parecia querer

⁹⁹¹Jornal O Centro, 14 de jan. de 1911.

destronar os juristas, diz-se, “a psiquiatria quer[ia] tornar dispensável o direito penal”⁹⁹². Inclusive, para Barreto,

O conhecimento exacto dos criminosos não se compõe sómente de dados psychologicos, fornecidos pela observação interna, directa ou indirecta; mas é igualmente certo que não se compõe só de dados craniométricos, dynamometricos, ophtalmoscópicos e todos os mais epithetos sesquipedaes, de que sóe usar a tecnologia medical⁹⁹³.

Enfim, considerando-se as ideias de Tobias Barreto, entende-se que as teses de Lombroso eram objeto de disputas científicas, entre médicos-psiquiatras e os juristas, formados na Faculdade de Direito do Recife, instruídos nos manuais daquele cientista⁹⁹⁴.

E o que tem isso haver com o caso em questão?

Acredita-se que, nestas paragens, havia uma tradição jurídica fortemente influenciada pelos trabalhos de Barreto, de modo que não se observou a aplicação das ideias de Lombroso, nem entre os médicos, e tampouco entre os juristas. A propósito, nas oportunidades em que o psiquiatra italiano foi citado por uns e/ou outros, ficou em relevo que a referência às suas teses objetivava deixar manifesto o conhecimento acerca das “polêmicas” teorias por ele defendidas. De tal modo, as considerações acerca do perfil do criminoso areense, embora revelem que jornalista⁹⁹⁵, juristas e/ou autoridades policiais investidas no caso estavam inteirados das teorias lombrosianas, também sugerem o desejo desses homens de poder em contrariá-las.

De qualquer forma, contraditoriamente, Galdino seria considerado um “monstruoso assassino”, de instinto tão cruel que foi comparado aos “famigerados sicários da mais negra tragédia moderna, ocorrida no Rio de Janeiro”, Carletto e Rocca⁹⁹⁶. Esta informação foi fundamental para compreender o tratamento dado ao caso parahybano pelo jornalista do semanário areense. Além disso, é possível que o episódio protagonizado pelos imigrantes

⁹⁹²BARRETO, Tobias. **Menores e Loucos em Direito Criminal**. 1886. Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho/asp/Publicacoes.asp?COD_CLASSIFICACAO=. Acessado em 01.08.2013, pp.69-71.

⁹⁹³Ibidem, pp.69-71

⁹⁹⁴Entre os críticos de Lombroso no Brasil, cite-se, ainda, Clóvis Beviláqua e Silvio Romero. Para intelectuais como estes, a biologia não poderia ser considerada isoladamente como fator determinante para a loucura ou para o crime. DIÉGUEZ, apud. DIAS, Allister Andrew Teixeira. **Dramas de Sangue na Cidade: psiquiatria, Loucura e Assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921)**. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em História das Ciências da Saúde da COC_FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.arca.fiocruz.br>. Acesso em 20/12/2015, p.106.

⁹⁹⁵É provável que o escritor das matérias acerca do Crime Sensacional tenha sido Simão Patrício ou José Américo de Almeida, um e outro formado na faculdade de Direito de Recife, nos manuais de Tobias Barreto.

⁹⁹⁶Jornal O Centro, 14 de jan. de 1911.

italianos em 1906, que ficou conhecido como o “Crime da Rua da Carioca”, tenha influenciado não só jornalistas, mas as práticas dos investigadores de polícia e juristas, uns e outros empenhados em descobrir a “suposta” verdade escondida por Galdino acerca do assassinato em questão.

Dito isto, para que o leitor entenda o que se passou no Rio de Janeiro e como episódios ocorridos em espaços e tempo diferentes podem estar relacionados, sugere-se uma incursão à cena daquele crime:

Jóias roubadas na joalheria *Jacob Fuoco e Cia* na Rua da Carioca, centro do Rio de Janeiro, meados de outubro de 1906. Um rapaz morto por estrangulamento, de nome Paulino; o seu irmão, Carluccio, estava desaparecido. Os jornais, absolutamente todos em circulação naquele momento, cobriram o crime misterioso [...] A polícia começou a prender vários suspeitos, entre homens e mulheres, mas um grande mistério permanecia: onde estaria Carluccio, o irmão do rapaz morto? Ele estaria envolvido no crime?⁹⁹⁷

Carluccio estava morto. Ele havia sido enforcado e teve seu corpo jogado ao mar amarrado a uma pedra, ocasião em que as chaves da joalheria foram roubadas. Dias depois, Carletto e Rocca se tornam os principais suspeitos daquele crime. Presos, os dois imigrantes se tornam objeto de estudo de médicos-criminalistas. Inclusive, Afrânio Peixoto⁹⁹⁸ que trabalhava ao lado de Juliano Moreira no Hospício Nacional, esteve à frente do caso, estudando o comportamento de Carletto, que era acusado de simular loucura. Finalmente, considerados pelo saber médico “assassinos frios”, “delinquentes dignos de estudo”, ambos foram “condenados a cumprirem pena de 30 anos de prisão com trabalho”.

O crime da Rua da Carioca foi noticiado em todo o país e sua repercussão na Parahyba ficou em evidência nas páginas de “O Centro”, onde se observa semelhanças na

⁹⁹⁷DIAS, Allister Andrew Teixeira. Op. cit. pp. 69-74.

⁹⁹⁸ Afrânio Peixoto nasceu na cidade de Lençóis, Bahia, em 1876. Seu ingresso na Faculdade de Medicina da Bahia deu-se em 1892, vindo a diplomar-se em 1897, com a tese *Epilepsia e Crime*, primeiro estudo brasileiro sobre o tema, considerado à época original por ter um teor crítico em relação aos estudos lombrosianos, que tinha grande assentimento no Brasil daquele *fin de siècle*. Este fato, concorreu para o reconhecimento que nosso interprete veio a alcançar no meio científico. A partir de 1903 nosso médico começou a aproximar-se do campo psiquiátrico quando, por indicação de Juliano Moreira, assumiu o ofício de médico do Hospital Nacional de Alienados. Note-se, todavia, que foi graças a articulação política do nosso intérprete com o então Ministro do Interior Dr. J. J. Seabra, que Moreira tornou-se o diretor daquela instituição. Naquele mesmo ano, Afrânio, elaborou, a pedido do mesmo ministro, o Regulamento dos Serviços de Polícia, o Decreto 4.864 de 15 de Junho de 1903. Em outubro, o médico baiano recebeu o título de Membro da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1904, Afrânio tornou-se diretor do Hospital Nacional de Alienados, vindo a realizar as reformas preconizadas pela Lei de Assistência aos Alienados. O Decreto n. 1.132, de 22 de dezembro de 1903, que Reorganiza a Assistência a Alienados foi a primeira legislação brasileira específica sobre alienados e alienação mental. Ver: MOREIRA, Juliano. **Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905)**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000400012. Acessado em 01.07.2013.

disposição das manchetes, nas descrições do “sicário”, assim como, no detalhamento dos interrogatórios e das investigações. Deve-se sublinhar, entretanto, que as matérias veiculadas pelo jornal areense, não eram meras repetições das folhas cariocas, afinal, neste estado, como dito antes, a responsabilidade em nomear alguém como criminoso[a] ou louco[a]-criminoso[a] cabia não a médicos, mas a juristas. Apesar disso, acredita-se que também as autoridades envolvidas na investigação do assassinato do Dr. Horácio estivessem tomando como referência aquele caso, o que fica em evidência quando o jornalista afiançou: “prova alguma exibio o Defensor do réo Galdino que demonstrasse o seu estado de epilepsia, revelando-se ao contrário o caracter de temibilidade do sumariado”⁹⁹⁹. Apesar das suspeitas sobre a condição de epilético do réu, não consta que as autoridades que investigavam o caso tenham procurado por antecedentes epiléticos em Galdino de Mattos, de maneira que tal suspeita não se confirmou.

Diante do exposto, cabem algumas considerações, afinal, “a criminalidade do epileptico [era] bem uma revelação symptomatica de epilepsia”¹⁰⁰⁰. Depois, a epilepsia, conforme se depreende da representação publicada no semanário areense, era um tipo de moléstia mental, que bem poderia conduzir a atitudes criminosas. Esta ênfase torna-se manifesta em todo o país devido à maior penetração do saber médico no campo criminológico, até então dominado pelo direito, sendo Afrânio Peixoto um dos pioneiros, no Brasil, dos estudos acerca da relação entre “Epilepsia e Crime”.

Destarte, uma vez identificado o agricultor como epilético, o mesmo seria reconhecido, com base no Código Penal de 1890, como inimputável, não podendo ser submetido à sanção penal, pois, de acordo com os indícios, perpetuava-se nestas paragens também a ideia de que epilepsia e idiotia estavam relacionadas¹⁰⁰¹. Isso resultaria no encaminhamento daquele homem ao Asylo de Santa’Anna na cidade da Parahyba, que continuava a ser o único no Estado da Paraíba a recolher doentes mentais. E, embora predominasse naquele estabelecimento um regime prisional desumano, pelas deficiências arquitetônicas e humanas que o mesmo comportava, talvez a estadia de Galdino ali fosse breve. Tal possibilidade não era remota, pois não foram raras as notas publicadas nos jornais parahybanos acerca de fugas de alienados[as], tanto do Hospital, como do Asylo de Sant’Anna.

⁹⁹⁹Jornal O Centro, 28 de jan. de 1911.

¹⁰⁰⁰PEIXOTO, Afrânio. **Epilepsia e crime**. Salvador. V. Oliveira & Comp., 1897, p.176.

¹⁰⁰¹Sobre esta relação, ver o Capítulo II, a parte intitulada **Os Nomes da Loucura no universo parahyano ou a loucura no “Jardim das Espécies”**.

Aliás, tamanho era o abandono em que se encontravam tais sujeitos, que até casos de sequestros registrou-se naqueles nosocômios¹⁰⁰².

De todo o modo, tal como no caso de Carletto e Rocco, o que os investigadores de polícia parahybanos desejavam era “a exclusão da possibilidade da loucura”, isto é, da loucura-criminosa ou idiotia em Galdino, a fim de que o mesmo fosse punido pelo crime cometido.

Não foi outro o desfecho do caso. Galdino foi pronunciado nas penas Artigos 356 e 359, combinadas com o § 1º do Artigo 294, do Código Penal de 1890, que previam, respectivamente:

Art. 356. Subtrahir, para si ou para outrem, cousa alheia movel, fazendo violência á pessoa ou empregando força contra a cousa:

Pena ?de prisão cellular por dous a oito annos.

Art. 359. Si para realizar o roubo, ou no momento de ser perpetrado, se commetter morte:

Pena de prisão cellular por doze a trinta annos¹⁰⁰³.

Já o Artigo 294 do mesmo Código, em seu parágrafo 1º, estabelecia que “Matar alguém” em circunstâncias agravantes, tais como aquelas previstas no Artigo 39,

§ 2º Ter sido o crime commettido com premeditação, mediante entre a deliberação criminosa e a execução o espaço, pelo menos, de 24 horas;

§ 6º Ter o delinquente procedido com fraude, ou com abuso de confiança;

§ 7º Ter o delinquente procedido com traição, surpresa ou disfarce;

§ 8º Ter precedido ao crime a emboscada, por haver o delinquente esperado o offendido em um ou diversos logares;

§ 10. Ter o delinquente commettido o crime por paga ou promessa de recompensa¹⁰⁰⁴.

O Artigo 41, em seu parágrafo 2º, por sua vez, afirmava que “quando a dor physica fo[sse] augmentada por actos de crueldade”, a pena seria “prisão cellular por doze a trinta annos”¹⁰⁰⁵.

¹⁰⁰² Durante o ano de 1924, O Jornal trouxe inúmeras matérias tratando do sequestro do Sr. Luiz de França, internado no Hospital de Sant’Anna por alienação proveniente de envolvimento com práticas de catimbó e/ou espiritismo, visto que na Parahyba um e outro eram tomados como sinônimos. O responsável pelo sequestro foi o “mestre” Miguel do Nascimento, que era perseguido por clérigos e pelas autoridades policiais, desde 1922. Para saber mais sobre o caso, sugere-se a leitura da matéria “O centro “S. João Baptista, merece as atenções da polícia”, que circulou no dia 11 de março de 1924. Parahyba do Norte. O Jornal. 11 de março de 1924. Disponível em <http://www.memoria.bn.br>. Acesso em 10.01.2015.

¹⁰⁰³ BRAZIL. Decreto N. 847 – De 11 De Outubro De 1890. Promulga O Codigo Penal. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 05.10.2015.

¹⁰⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁰⁵ Ibidem.

Condenado a 30 anos de prisão, no dia 21 de janeiro de 1911, Galdino foi transferido para a prisão da Capital, uma das mais seguras do Estado, visando evitar que evadisse.

Se se tratava o mesmo de um “typo lombrosiano”, epilético ou idiota não há como saber, mas entende-se que ele já estava condenado por aquele crime desde o momento em que as autoridades policiais e a imprensa lançaram sobre ele suas vistas. Diante do que, passados mais um século, permanece a dúvida: “cynico ou detraque”?

Eis que continua o mistério!

Entretanto, importa dizer que, se no Estado da Parahyba, as teses de Lombroso, assim como as de Galton não foram usadas explicitamente para justificar a construção de um novo Hospício, no bojo dos movimentos nacionalistas defendido por higienistas, sanitaristas, psiquiatra, juristas, jornalistas e elites políticas parahybanas, o referido empreendimento era parte integrante das ações profiláticas de saneamento dos Sertões, onde, na opinião de Olavo Bilac, “os homens não [eram] brasileiros, nem ao menos verdadeiros homens”¹⁰⁰⁶.

5.2 A construção do Hospital-Colônia Juliano Moreira no contexto das políticas de Saneamento e Profilaxia Rural no Estado da Parahyba

Dentro em breve, terá a Parahyba, um estabelecimento de primeira ordem, senão pela vastidão das construções e estética do prédio, ao menos pela posição topográfica, amplitude dos terrenos que lhe foram marcados e pela organização interna que se lhe pretende dar.

Solon Barbosa de Lucena, Presidente da Parahyba, 1922.

Construído com verbas da Comissão Federal de Profilaxia Rural¹⁰⁰⁷ e, em cumprimento ao compromisso assumido publicamente pelo então governador do Estado da

¹⁰⁰⁶Bilac referia-se a falta da ação política nas áreas mais afastadas do Brasil, povoadas por homens e mulheres analfabetos e supersticiosos, que viviam “como as feras, como os insetos, como as árvores”, para o regozijo das oligarquias BILLAC, Olavo. **Discursos pronunciados na Faculdade de Direito e na Faculdade de Medicina de São Paulo**. São Paulo: Casa Vanirden, 1915, p. 5.

¹⁰⁰⁷O Serviço de profilaxia Rural foi criado pelo Decreto nº 13.358 de 09/04/1914. Por esse decreto, os Estados poderiam receber recursos humanos, técnicos e financeiros por meio de acordos voluntários que transferiam aos serviços federais a responsabilidade direta no combate as endemias rurais. Conforme HOCHMAN, Gilberto. **Logo ali, no final da avenida: Os sertões** redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400012. Acesso 01.08.2015.

As políticas de Saúde Pública que, desde o governo Rodrigues Alves, tornavam-se mais centralizadoras, intensificaram-se durante o governo do parahybano Eptácio Pessoa, que nomeou Carlos Chagas para coordenados

Parahyba do Norte, o Sr. Solon de Lucena, quando este gestor, referindo-se ao Asylo de Sant'Anna, declarou, em sua "Mensagem á Assembleia Legislativa, de 1º de setembro de 1921, que era "uma vergonha" o estabelecimento existente na Capital parahybana que, "ser ar, pequeno, sem o mínimo conforto, parec[ia] antes um lugar de supplicio do que um hospício de alienado".¹⁰⁰⁸ Com estas palavras, Lucena, sucessor do "laborioso" Camilo de Holanda, talvez influenciado pelas ideias do sanitarista Accacio da Costa Pires, chefe da Comissão Federal de Profilaxia Rural na Parahyba, ou quem sabe, por ter, o referido gestor, se sensibilizado diante da situação em que se achavam os "infelizes" alienados[as] naquele estabelecimento, lançou: "se as finanças do Estado permitirem dentro do quadriênio do meu governo, dotarei a Parahyba com um hospício condigno".¹⁰⁰⁹

Difícil afirmar o que motivou o Sr. Solon de Lucena a abraçar aquela causa, já que haviam muitos interesses em torno da questão, diante do que, fazem-se necessárias algumas observações:

Dentre as instituições de proteção aos desamparados, à Assistência aos alienados foi uma das mais antigas reivindicações dos provedores da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, muito embora o interesse manifesto pelos provedores em seus relatórios fosse principalmente de cunho material, como se viu no Capítulo II. Assim, embora a criação do Asylo da Cruz do Peixe, em 1891, sugira que os enfermos da mente passaram a ser assistidos pela citada instituição, por tudo o que foi exposto neste estudo, há de se concordar com o Dr. Sá e Benevides, não existia nas células daquele estabelecimento outra coisa senão a sequestração daqueles sujeitos. Dito isto, entende-se que o adiamento deste melhoramento deveu-se ao fato de que, mesmo comportando muito defeitos e faltas arquitetônicas e terapêuticas, o referido asylo, se não atendia mais ao que se propôs quando da sua criação, isto é, retirar do Hospital da Santa Casa os loucos e/ou loucas, o mesmo se prestava muito bem a atender as necessidades da nova ordem social, que vinha se instituindo naquela Capital desde os anos 1910, e que visava excluir do centro da cidade os homens e mulheres considerados pelas elites econômicas, políticas e letradas da Cidade da Parahyba como destoaantes.

do Departamento Nacional de Saúde Pública e, confiou a Belisário Pena a direção dos Serviços de Saneamento Rural. SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985. Disponível em www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/antologias/eh-594. Acesso em 02.09.2015. Na Parahyba, a Comissão dos Serviços Federais de Profilaxia Rural foi implantada durante a administração de Solon de Lucena, graças ao acordo firmado com o governo Federal no dia 3 de dezembro de 1920. No entanto, a "Comissão" só começou a atuar no Estado a partir do dia 01 de Janeiro de 1921. SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p.71.

¹⁰⁰⁸LUCENA, Solon Barbosa de. **Mensagem apresentada pelo Presidente da Parahyba á Assembleia Legislativa do Estado**, 1921.

¹⁰⁰⁹Ibidem. p. 33.

Pese que, se no século XIX as epidemias e secas concorreram para o surgimento de uma teoria social da doença naquela cidade, no início do século XX, foi o desejo de modernização o que impulsionou as práticas de segregação e, especialmente, de higienização social, o que atingia não apenas os pobres - embora fossem estes os mais atingidos-, mas todos aqueles que não se adequavam ao novo modelo de cidade idealizado por suas elites letradas e políticas.

Assim, passados trinta anos, desde a criação do Asylo de Sant'Anna e, mesmo em face das denúncias desferidas, ora pelos provedores da Santa Casa, ora pelos médicos Flávio Maroja, Octávio Soares e/ou Sá e Benevides – cujas motivações já foram apresentadas ao leitor-, nada foi feito para melhorar a sorte daqueles sujeitos. Inclusive, é importante observar que, segundo se depreende da documentação consultada, os alienados não representavam problema à manutenção da ordem pública na cidade da Parahyba, por pelo menos três motivos: ou porque estavam presos nas “instituições totais”; ou tolhidos nos quartos abandonados das casas dos seus familiares, tal era o caso da senhora Sinhá-Mocinha, mãe de Augusto dos Anjos, e, finalmente, por ser reduzido o número de loucos e/ou loucas, considerados furiosos, existentes nas ruas da capital parahybana, o que se julga tanto pelas poucas ocorrências nas páginas dos jornais cotejados acerca da divagação de tais sujeitos pela cidade, como também a partir do movimento de entrada e saída do Asylo de Sant'Anna.

Para uma melhor compreensão, considere o[a] leitor[a] a tabela a seguir.

TABELA 10- Movimento de entradas e saídas do Asylo da Cruz do Peixe entre os anos de 1906 e 1928.

Período Movimento	07/1905-07/1906	01/1908-06/1913	07/1915-06/1916	07/1916-07/1917	07/1917-07/1918	06/1918-07/1919	07/1919-07/1920	07/1920-07/1921	07/1921-07/1922	07/1922-07/1923	07/1923-07/1924	07/1924-07/1925	07/1925-07/1926	07/1926-07/1927	07/1927-07/1928
Existiam	-	25	34	32	28	42	40	25	24	31	20	19	21	23	23
Entraram	-	260	42	38	79	45	48	59	46	28	27	33	22	13	12
Saíram	-	178	38	32	63	41	43	47	32	21	20	24	15	9	10
Faleceram	-	77	6	9	4	6	20	13	7	18	8	7	5	4	12
Continuaram internados	32	30	32	28	42	40	25	24	31	20	19	21	23	23	13

Fonte: Relatórios dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, enviados aos Presidentes do Estado da Parahyba entre os anos de 1906 e 1928¹⁰¹⁰.

¹⁰¹⁰Relatórios dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, enviados aos Presidentes do Estado da Parahyba entre os anos de 1906 e 1928. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Primeiro acesso em 02.02.2011;

Embora o mapa do movimento do Asylo sugira que o número de internamentos anuais de alienados[as] fosse elevado, registrando-se uma média de 39 entradas, o que equivale a aproximadamente 4 entradas por mês apenas, tal número se torna ainda mais reduzido se se considerar que, talvez, alguns dos sujeitos que saíam do estabelecimento, por alta médica ou a pedido dos seus familiares, podem ter sido internados mais de uma vez no interstício de um ano. Reforça esta tese o fato de que, até 1921, existiam apenas 12 células “acabrunhadas e insalubres” no asylo, elevando-se o número de quartos a 17 entre os anos de 1921 e 1922. E, considerando o número de alienados[as] que estavam internados no Asilo no início ou final de cada ano compromissal [de junho/julho-julho], bem como o número de entradas e saídas, por alta [melhorados ou à pedido] ou óbito, ocorridos no período estudado, entende-se que era mantido somente um[a] alienado[a]-furioso[a] em cada cubículo, sugerindo que talvez nos Mapas dos Movimentos de entradas e saídas de alienados do Asylo da Cruz do Peixe, computavam-se também os alienados pacíficos, “aloja[dos] nas enfermarias do Hospital de Sant’Anna”¹⁰¹¹.

A propósito, segundo se depreende do relatório do mesmo provedor, dos alienados[as] que deixaram o Asylo, ou o Hospital de Sant’Anna, no caso dos loucos[as] não-furiosos[as], poucos haviam melhorado ou estavam curados¹⁰¹². Esse fato corrobora com a ideia de que o reinternamento naqueles estabelecimentos era frequente. Também o elevado número de mortes registrado no asylo naqueles anos, o que corresponde a 26% do total de internamentos realizados entre os anos 1908 e 1928, revela uma diminuição considerável na população, numericamente pequena, de loucos e/ou loucas na Cidade da Parahyba, o que se devia, dentre outras coisas, às condições do internamento, em cujas celas, “pela natureza do pavimento, que era cimentado, o que na estação fria influ[ia] na saúde do enfermo, gerando-lhe moléstias graves, que lhe compromet[ia] a vida”¹⁰¹³.

Feitas estas observações e, como se as células existentes no referido estabelecimento não fossem suficientes para atender as demandas do Estado da Parahyba, alguns alienados-furiosos foram flagrados “divagando” pelas ruas da capital que se modernizava, tal foi o caso do louco José Machado, ex-funcionário da Alfandega.

¹⁰¹¹NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1928. Parahyba do Norte, Artes Graphics J. Coelho e Irmão, 1928, pp.4-5

¹⁰¹²NOVAES, José Ferreira de. p.5

¹⁰¹³HENRIQUE, Antonio da Trindade Antunes Meira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1893, p. 7

Segundo consta no jornal *A Imprensa*, de 25 de outubro de 1915, o Sr. José Machado, que por certo tinha mais de 70 anos de idade¹⁰¹⁴, apresentava sinais de loucura há algum tempo. No entanto, dado a sua passividade, o mesmo não representava problema a manutenção da ordem social. Entretanto, o agravamento do seu estado mental o levou a “perambular, em trajes caseiros, pelas ruas, em atitude hostil”, chegando “o pobre homem” a espancar algumas pessoas, o que fez romper o fio da tolerância entre ele e a sociedade daquela cidade.

A agressividade do louco José Machado devia-se ao fato de que o mesmo acreditava terem lhe roubado uma filha. Assim, os moradores da Rua da Gameleira, onde estava localizada a residência do aludido senhor, queixavam-se, dentre outras coisas, “de não poder dormir com os gritos e lamentações” daquele homem que também era dado a “entrar nos domicílios, na demência de encontrar ali a sua [suposta] filha”. Esta atitude, conforme denunciado pelos vizinhos do louco, ameaçava principalmente as famílias que “abriga[vam] creanças que por sua innata condição, esta[vam] mais exposta ao perigo”, representado pelo doido. Ora, imagine o temor provocado por aquele senhor, a quem, durante as crises de fúria, “a família não pod[ia] coibir”, quando o mesmo, “armado de cacete distribuía, a torto e a direito, pauladas [nos transeuntes e] nos postes elétricos”. Tais foram os casos de uma mulher que foi perseguida e de um popular que, por descuido, recebeu uma forte bengalada, desferida pelo dito louco, que “quase o deitou por terra”¹⁰¹⁵.

Diante dos sobressaltos e incômodos representados pela divagação do louco, “os prejudicados” solicitavam por meio da *Imprensa*, a fim de que voltassem a ter sossego, pois “não pode[ndo] chegar [...] a força moral da família do infeliz, o alcança[sse] a força da lei”, não “o deix[ando] vagar inconsciente, a maltratar e a confundir quem lhe cahe no desagrado”¹⁰¹⁶.

Concluía o redator da matéria lançando sob gestores municipais e estaduais, provedores da Santa Casa de Misericórdia, juristas e médicos, num gesto argucioso, a responsabilidade sobre aquele sujeito. Afirmava ser inadmissível consentir que um louco vivesse a solta nas ruas da cidade, a cometer desatinos e a intranquilizar as famílias: “essa falta, pela razão lógica da irresponsabilidade do alienado, recah[ia] implicitamente sobre quem tem o dever de cural-o e protegê-lo”¹⁰¹⁷.

¹⁰¹⁴Possivelmente, trata-se do bacharel em Direito e Ex-Inspetor da Alfandega, José da Costa Machado Junior, que já ocupava o cargo em 1857.

¹⁰¹⁵ *Jornal A Imprensa*, 15 de outubro de 1915.

¹⁰¹⁶ *Jornal A Imprensa*, 15 de outubro de 1915.

¹⁰¹⁷ *Jornal A Imprensa*, 15 de outubro de 1915.

O Sr. José Machado sofria, possivelmente, de loucura senil, dado a sua avançada idade. Considere-se, ainda, que o dito louco gozava de status elevado na sociedade, pois além de Bacharel em Direito, o mesmo ocupou entre os anos 1870 o cargo de Inspetor da Alfandega na Província da Parahyba do Norte¹⁰¹⁸, sugerindo que, na cidade da Parahyba, a intolerância para com os alienados[as]-furiosos[as] independia da cor, idade ou condição econômica. Enfim, o desejo de escorraçar sujeitos como o Sr. José Machado justificava, portanto, a construção de um novo asilo para os alienados[as] no Estado da Parahyba.

Além de haver reclames contra a presença de loucos-furiosos nas ruas da “Capital de um Estado [considerado] tão prospero”¹⁰¹⁹, também os alienados calmos eram vistos com reservas e indiferença pela população daquela cidade, tal foi o caso da senhorita Ana da Silva, residente no distrito de Santa Rita, próximo à Capital parahybana, que, apresentando sintomas de loucura, foi conduzida pela polícia até o Asylo de Alienados, onde deve ter sido recolhida ao Hospital de Sant’Anna¹⁰²⁰. Como a senhora Ana, outros homens e mulheres também foram presos naquelas células imundas, por não serem mais aceitos nas ruas da cidade da Parahyba. Assim, conforme denunciou o jornalista, identificado com J. Ninguém, na reportagem publicada nas páginas de “O Jornal”, no dia 11 de março de 1924, na Capital parahybana, eram raras as pessoas nascidas em “berço de ouro”, “bondosas e clementes”, que não olhavam com “indiferença para o sofrer do próximo”.¹⁰²¹ Seguindo-se a isto, o jornalista caracterizou como mártir e “infeliz” o operário conhecido como João Variedade, que depois de ter sofrido cruéis reverses da sorte, a começar pelo adultério da esposa, que o abandonou com três filhinhos, “até a tuberculose que em breve lhe abrir[ia] as portas da eternidade”, não podendo resistir a dor de ver sua família faminta e, depois de apelar para a “caridade” alheia, “que não pode socorrer-lo no momento em que ele solicitava a ajuda”, enlouqueceu.

De acordo com o aludido redator, antes do episódio do adultério e “abandono da esposa indigna que em má hora levou ao altar”, João Variedades era conhecido na cidade da Parahyba como um homem modesto, honesto, trabalhador e amantíssimo pai de família. E isso não era tudo, João também havia granjeado o respeito de muitos homens e mulheres daquela capital por não ter vícios e, ainda, por ser obediente e respeitador. Depois de situar o leitor sobre a possível causa da loucura do operário, o jornalista narrou um dos episódios representado por

¹⁰¹⁸Sobre isso ver: BRASIL. **Senado Federal**. Secretaria de Informação Legislativa. Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1875. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=70505>. Acesso em 20.08.2015.

¹⁰¹⁹ O Jornal. 11 de março de 1924. Disponível em <http://www.memoria.bn.br>. Acesso em 10.01.2015.

¹⁰²⁰Pela Polícia. In. **Jornal A União** de 28 de agosto de 1913.

¹⁰²¹Pela Polícia”. In. **Jornal A União** de 28 de agosto de 1913.

aquele “pobre” homem nos seguintes termos: “era doloroso ve-lo hontem [10 de março de 1924] solicitando providencias para receber do banco do Brasil a quantia de 2 mil contos que ali tinha para mandar ver a mulher, que dizia achar-se no Rio de Janeiro!...”¹⁰²², o que não passava de um delírio, pois sua situação financeira era das piores, de outra forma, não estaria ele e seus filhinho passando privações. Quanto à “esposa indigna”, também não havia nenhuma promessa de que a mesma desejasse retornar ao lar.

Finalmente, apesar de sugerir que o operário João Variedades havia enlouquecido devido a uma série de episódios desencadeados desde a traição conjugal, o jornalista conclui a matéria lançando a culpa daquela situação nas governanças que, apesar de terem realizado grandes melhoramentos na cidade da Parahyba, ignoravam as péssimas condições de vida dos sujeitos pertencentes aos segmentos menos favorecidos, sendo obrigados a esmolar nas vias publicas¹⁰²³, o que era, na opinião de J. Ninguém, incompatível com o grau de modernidade daquela Capital.

Neste sentido, sopesando que o número de procuras por vagas no Asylo de Sant’Anna, onde eram aprisionados os loucos-furiosos, era sempre superior as possibilidades do estabelecimento, os loucos e/ou loucas não-furiosos[as], inclusive, pessoas com epilepsia – também consideradas pelos saberes competentes e pelo senso comum como insanas-, continuaram a ser aceitas nas enfermarias do hospital para variolosos, diz-se, no Hospital de Sant’Anna¹⁰²⁴.

De qualquer forma, devido à onda modernizante pela qual passava a Cidade da Parahyba, as elites letradas, políticas e econômicas tornaram-se menos transigentes à presença dos alienados[as] pacíficos, o que gerou a necessidade de sequestro destes sujeitos, outrora tolerados nas ruas e caminhos daquela Capital. Esta nova demanda concorreu para que a questão da loucura ganhasse maior dizibilidade e visibilidade no Estado da Parahyba, nas três primeiras décadas do século XX.

Considerando que desde os anos 1910 muitas melhorias já haviam sido realizadas na cidade da Parahyba e, tendo em vista o desinteresse dos administradores da Santa Casa, dos “espíritos filantrópicos”, e mesmo dos poderes públicos, em resolver a questão da Assistência aos Alienados do Estado, empreendimento há muito adiado, Solon de Lucena pode ter reclamado a construção do Hospício, movido por interesses de cunho político, visando

¹⁰²²Ibidem.

¹⁰²³Refere-se, especialmente, aos funcionários públicos daquela Capital.

¹⁰²⁴NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1928. Parahyba do Norte, Artes Graphics J. Coelho e Irmão, 1928, p.5.

engrandecer seu nome e sua gestão¹⁰²⁵. Afinal, os estabelecimentos de Assistência Social criados nos anos anteriores, como se viu, não foram realizados pelo erário público, sugerindo que, ao realizar aquela obra, Lucena seria lembrado como o primeiro governador da Parahyba a investir em “Assistência Pública”, diz-se, a operar em favor da causa dos alienados[as] deste Estado¹⁰²⁶.

A propósito, a execução da referida obra traduzia a estima do referido gestor junto ao Dr. Epitácio Pessoa, o mesmo que obstou, durante o governo Camilo de Holanda, a construção do “manicômio modelo”, que o mesmo pleiteou para o Estado. E nada mais oportuno, visto que o presidente da República, o Sr. Epitácio, tanto era seu parente¹⁰²⁷, como mantinha com ele bom relacionamento na política¹⁰²⁸. Some-se a isso a promessa feita por Epitácio Pessoa, quando soube de sua eleição para a presidência do Brasil, qual seja: resgatar o Nordeste! Neste intento, não economizou recursos, investindo nesta região valores considerados “fabulosos”. E, sendo ele parahybano, não é de estranhar que tenha sido a Parahyba o Estado mais beneficiado¹⁰²⁹. Em que pese, a referida obra foi autorizada meses antes de Epitácio deixar a presidência do Brasil, como se verá adiante.

Ao Dr. João Pessoa, sobrinho de Epitácio e primo de Solon de Lucena, também fora lhe dado crédito por aquele melhoramento. Segundo afirmou o médico Sá e Benevides, em 1929, teria sido ele quem, “com o máximo carinho e rara abnegação”, mesmo antes de ingressar na vida política, acertou com o então governador da Parahyba, em 1921, que diligenciaria junto ao tio “um auxilio a fim de custear as despesas com a construção do hospital para alienados[as]”¹⁰³⁰.

Tal informação deve ser observada com certa ressalva, visto que, quando Sá e Benevides fez esta declaração, Solon de Lucena já havia falecido, de forma que não poderia contestá-lo. Por outro lado, João Pessoa, de quem Benevides declarou ser muito amigo,

¹⁰²⁵Até 1935, pelo menos, era comum que as autoridades que visitavam a Capital parahybana fossem conduzidas a conhecer o Hospital-Colônia Juliano Moreira, o que alude à grandiosidade da obra que monumentalizou o governador Solon de Lucena. Ver: A Ilustração de 30/10/1935. Inclusive, Sá e Benevides afirmou, em 1929, que desde que o início da obra, sempre se observou bastante interesse dos dirigentes parahybanos em mostrar o hospital-colônia como uma das melhores instituições do Estado. Conforme, **Jornal A União** de 13 de ago. de 1929.

¹⁰²⁶Apesar de haver registro acerca do interesse externado por outros presidentes e/ou governadores da Parahyba em melhorar a sorte dos Alienados, a partir da criação de manicômios modelos, nenhum benefício em prol destes “deserdados da razão” foi realizado nos anos que antecederam a gestão Solon de Lucena 1920-1924.

¹⁰²⁷Epitácio Pessoa e Solon de Lucena eram primos em segundo grau, tendo sido obra do primeiro a indicação do segundo para governar a Parahyba.

¹⁰²⁸O psiquiatra Edvaldo Brilhante Silva Filho sugere que outro parente político comum a Solon de Lucena e ao então presidente do Brasil, o Dr. João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, teria intermediado o pleito SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p. 72.

¹⁰²⁹TRIGUEIRO, Oswaldo. Op. cit. p.65.

¹⁰³⁰Jornal A União de 13 de ago. de 1929.

governava o Estado da Parahyba em 1929 e pleiteava o cargo de vice-presidente da República ao lado de Getúlio Vargas¹⁰³¹, condição que pode ter relação com a revelação do médico. Resta dizer que nada foi encontrado, nas fontes estudadas, que possa elucidar a questão.

Enfim, calcula-se que a aproximação entre Solon de Lucena e Eptácio Pessoa foi o fator preponderante para viabilizar a liberação dos recursos da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural para a construção do Hospital de Alienados da Parahyba.

Ademais, segundo matéria publicada no Jornal A União, de 06 de julho de 1924, “a origem do nosso hospital-colônia prende[u]-se à fervorosa diligencia do Dr. Accacio Pires que, quando aqui exercitou a direção da Comissão Profilaxia Rural, teria solicitado ao governo federal¹⁰³² a liberação de verbas para o melhoramento de “Serviço de Assistência aos Alienados na Parahyba” que, como se viu no capítulo anterior, fugia ao disposto no Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903 que estabelecia em seu Artigo 13:

Todo hospício, asylo ou casa de saúde, destinado a enfermos de moléstias mentaes, deverá preencher as seguintes condições:

1ª **ser dirigido por profissionais devidamente habilitado** e residente no estabelecimento;

2ª **instalar-se e funcionar em edificio adequado**, situado em lugar saudável, com dependências **que permitam aos enfermos exercícios ao ar livre**;

3ª **possuir compartimentos especiais para evitar a promiscuidade de sexos, bem como para a separação e classificação dos doentes**, segundo o número destes e a natureza da moléstia de que sofriam;

4ª oferecer garantias de idoneidade, no tocante ao pessoal, para os serviços clínicos e administrativos.¹⁰³³

¹⁰³¹ Sobre as eleições presidenciais de 1929, ver reportagem publicada no Jornal A União, em 1º de Janeiro de 1930, onde o repórter fala da possibilidade de vitória dos candidatos liberais, Getúlio Vargas e João Pessoa, nos principais “centros pensantes” do Brasil, Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Também o Jornal, do dia 11 do mesmo mês, revela o clima de confiança da campanha liberal, como bem se observa no título da reportagem: “Sucessão Presidencial: empolga e domina todo o país a Campanha Presidencial”, onde trata da campanha de João Pessoa nos Sertões parahybanos (A UNIÃO de 11 de jan. de 1930). Sobre as campanhas no interior da Parahyba, ver ainda as reportagens: “Tudo por um Brasil maior, por uma pátria digna de um povo livre!” (A UNIÃO de 17 de jan. de 1930); “A Aliança liberal em marcha para o triunfo definitivo: A vibrante acção de propaganda da caravana Eptacio Pessoa” (A UNIÃO de 16 de jan. de 1930); “A Aliança liberal em marcha para o triunfo definitivo: A vibrante acção de propaganda da caravana José Américo de Almeida” (A UNIÃO de 21 de jan. de 1930). A campanha também movimentou a cidade da Parahyba, conforme se pode ler na matéria intitulada: “A chegada do Presidente João Pessoa e da caravana Liberal constituiu a maior apoteose de que há memória na Parahyba” (A UNIÃO de 29 de jan. de 1930). Até mesmo o padre Cícero, do Ceará, manifestou-se favorável a campanha da aliança liberal, conforme se pode ler no Jornal A União, de 21 de fevereiro de 1930, em entrevista concedida ao Conego Mathias Freire, enviado do governo da Parahyba e representante de A União ao Juazeiro do Norte: “Pode dizer no seu jornal, e garantir ao sr. João Pessoa, que o pre-claro sacerdote, que contam commigo todos aquelles que trabalham para o advento de um verdadeiro regime republicano”.

¹⁰³² A Assistência aos Alienados: Um dos nossos mais instantes problemas – O relatório do Sr. Sá e Benevides. In. **Jornal A União** de 06/07/1924.

¹⁰³³ BRASIL. **Decreto Nº 1.132**, de 22 De dezembro de 1903. Reorganiza a Assistencia a Alienados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1132-22-dezembro-1903-585004-publicacaooriginal-107902-pl.html>. Acesso em 12.01.2013.

Além das motivações impostas pelo descumprimento do Decreto 1.132/1903, o pleito do Dr. Accacio Pires deve ter sido estimulado pelo diagnóstico dos sanitaristas que afirmavam dever-se o atraso do Brasil não ao clima tropical ou a “composição racial” de sua população, mas a doença¹⁰³⁴.

De acordo com Carlo Fidelis Ponte et al., o retrato que os sanitaristas da Liga Pró-Saneamento do Brasil, liderada por Belizário Pena, pintaram do país, depois das expedições realizadas aos “sertões” brasileiros pelos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, Pena e Artur Neiva, mostrava um povo doente e analfabeto, abandonado pelo Estado e entregue à própria sorte”.¹⁰³⁵ Diante disso, os mesmos conjecturavam a recuperação e defesa nacional a partir de políticas de saúde, marcadamente, de caráter intervencionista, principalmente, nas áreas negligenciadas pelos poderes públicos, tal como o Nordeste¹⁰³⁶.

Naquele contexto, as “instituições”, tanto quanto o emprego da vacina e a observância às normas de higiene adquiriram maior importância para as ações de combate às patologias, visto que tanto a cura de sujeitos isolados, quanto o acúmulo excessivo de enfermos nos poucos hospitais, hospícios, cadeias e quartéis existentes no Brasil, tornava mais difícil a erradicação das diferentes moléstias que atingiam a população nacional¹⁰³⁷. Assim, a construção do Hospital de Alienados na cidade da Parahyba justificava-se por ser aquele estabelecimento, também, um instrumento de ação profilática, no combate as endemias que assolavam o Estado. Ora, basta considerar que o Hospital de Sant’Anna, onde existiam “sempre, mais de vinte loucos[as] pacíficos, na maioria idiotas”¹⁰³⁸, e onde se acotovelavam centenas de doentes de

¹⁰³⁴Este diagnóstico devia-se, principalmente, às expedições realizadas ao interior do Brasil por pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz. A teoria de que as doenças eram obstáculos ao progresso socioeconômico do Brasil foi defendida por Carlos Chagas, quando este cientista, estudando a “doença do Brasil” [doença de Chagas], afirmou que a mesma tratava-se de uma endemia e que, por afetar o desenvolvimento orgânico das populações rurais, comprometia o desenvolvimento do país. PONTE, Carlo Fidelis. et al. **O sanitarismo redescobre o Brasil**. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em 25.09.2015.

¹⁰³⁵Ibidem.

¹⁰³⁶Em 1914, Monteiro Lobato, graças às experiências adquiridas do seu contato com sanitaristas e eugenistas, criou seu personagem Jeca Tatu, “como uma praga nacional, um parasita inadaptável à civilização” que estava doente por falta de atenção dos poderes públicos, o que celebrou a frase: “O Jeca não é assim: está assim!”. TEIXEIRA, Luís Antonio. **Da raça à doença em Casa Grande e Senzala**. Disponível em <http://www.iteixeira.xpg.com.br>. Acesso em 02.09.2015. De acordo com Ana Palma, Lobato também denunciou a realidade nacional nas páginas dos jornais: “o Brasil é o país mais rico do mundo, diz o Pangloss indígena. Em parasitas hematófagos de moléstias letais”. Censurou o descaso das elites nacionais e iniciou um movimento para a educação e higienização do povo brasileiro através do seu personagem Jeca Tatuzinho. PALMA, Ana. **Monteiro Lobato e a origem do Jeca Tatu**. Disponível em <http://www.invivo.fiocruz.br>. Acesso em 20. 06.2015.

¹⁰³⁷LUZ, Mandel. **Medicina e ordem política brasileira: Políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, pp.167-77.

¹⁰³⁸NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1923. Parahyba do Norte, Artes Graphicas J. Coelho e Irmão, 1923, p.8.

moléstias infecciosas e incuráveis, era considerado pelas autoridades médicas e pelos provedores da Santa Casa como “um viveiro de tuberculose, de contágio”¹⁰³⁹.

Feitas estas considerações, entende-se que havia interesses tanto do governo federal, representado pela Comissão de Profilaxia Rural, que desejava intervir mais diretamente nos assuntos deste Estado, através das políticas de saúde, como também interessava ao governo parahybano. Assim, mediante contrato firmado entre os governos Federal e Estadual, foram liberados os recursos necessários para o empreendimento.

A obra, projetada pelo Dr. Heraldo Damasceno, em parceria com o Dr. Accacio Pires, a partir da cópia da planta do Hospital Nacional de Alienados, cedida por Dr. Juliano Moreira em 1917, teve início no dia 26 de julho de 1922¹⁰⁴⁰.

Antes de ser colocada a pedra fundamental do Hospital de Alienados, porém, o governo Solon de Lucena teve que resolver importante e decisiva questão, qual seja: a escolha do local onde o mesmo seria edificado.

Inicialmente, o governo fez a aquisição, por contrato de compra e venda, de um amplo terreno situado fora da cidade da Parahyba, a uma distância de 7,5 Km em relação ao centro da cidade. Tratava-se da Fazenda São Rafael, cuja extensão e distância podem ser observadas na Planta da Cidade da Parahyba em 1923, a seguir:

¹⁰³⁹NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1920. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1920, p.6.

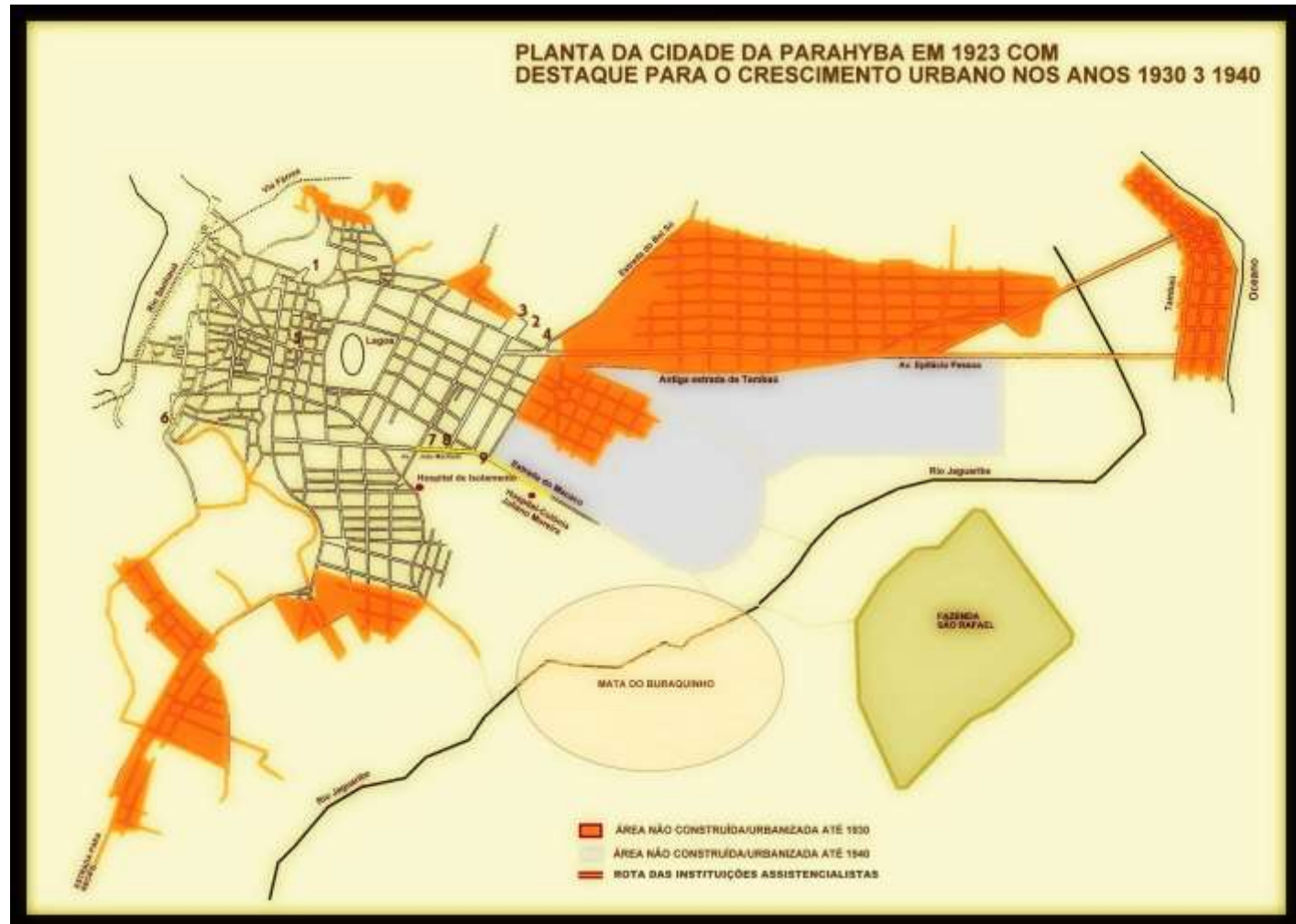
¹⁰⁴⁰SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p. 70.

Planta da Cidade da Parahyba 1923

(Destaque para o crescimento Urbano nos anos 1930-1940)

Relação dos edifícios públicos com números que os identificam na planta

1. Igreja de Santo Antônio
2. Novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia (Santa Isabel)
3. Hospital Oswaldo Cruz
4. Hospital e Asylo de Sant'Anna
5. Igreja da Misericórdia
6. Cemitério Público
7. Escola de Aprendizes Marinheiros
8. Instituto de Proteção e Assistência a Infância
9. Orfanato Dom Ulrico
10. Hospital-Colônia Juliano Moreira
11. Asilo de Mendicidade



PLANTA 04 - Planta da Cidade da Parahyba em 1923.

Versão Modificada por Helmara Giccelli Formiga Wandeley Junqueira com base em Planta da Cidade da Parahyba dos anos de 1923 e 1930 e dados jornalísticos.

Fonte – SOUSA, Alberto; VIDAL, Wyllyna. **Sete plantas da capital paraibana**, 1858-1940) João Pessoa, UFPB, 2010; Jornal A União de 04 de set. de 1923; A Imprensa de 04 de mar. de 1915.

Apesar da extensão do território, o mesmo não satisfaz as exigências da equipe técnica designada pelo sanitarista Dr. Accacio Pires, chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Parahyba.

Dentre os problemas apontados por Dr. Pires, para que o terreno recém-adquirido pelo governo parahybano fosse considerado impróprio para a edificação do Hospício, destacaram-se os seguintes aspectos:

- 1) Sua distância em relação ao centro da Cidade da Parahyba era muito grande, conforme observado anteriormente, ainda mais se se considerar as más condições das estradas, cuja mata era muito fechada e onde o calçamento inexistia. Sublinhe-se, ainda, que o caminho também cortava a Mata do Buraquinho.
- 2) A necessidade de atravessar o Rio Jaguaribe foi outro obstáculo apontado pela equipe do sanitarista Accacio Pires, pois não havia recursos para construir uma ponte sobre aquele rio. Esta falta resultaria no isolamento do Hospital e no seu provável declínio, bastando considerar que, até mesmo a contratação de funcionários seria comprometida, ainda mais se a permanência do médico-psiquiatra no estabelecimento fosse obrigatória, como previsto no Decreto 1132 de 1903.
- 3) O Rio Jaguaribe representava ainda o perigo de contrair a malária ou a “ankilostomíase” [amarelão], cujos mosquitos vetores, de acordo com relato do ex-governador do Estado, Camilo de Holanda, tinham os seus principais focos em pântanos formados por suas águas, fator que levou o governo federal a intervir, por meio da equipe de Profilaxia Rural, naquela Cidade, desde o ano de 1920, quando 50% da população acometida pela infecção faleceu¹⁰⁴¹.
- 4) A inexistência de uma rede de abastecimento de água potável também foi citada pela equipe como argumento para reprovação do local escolhido pela equipe do governador Solon de Lucena¹⁰⁴².

Como é de supor, o laudo não agradou o governo parahybano que, de imediato, convocou sua equipe técnica a fim de solucionar a questão, afinal, além de ser aquele um empreendimento de forte apelo político, o mesmo concorreria tanto para diminuir a circulação dos sujeitos nomeados como loucos e/ou loucas pelas ruas da cidade de Parahyba, como para

¹⁰⁴¹HOLLANDA, Francisco Camillo de. **Exposição de motivos e ocorrências do quadriênio administrativo de 1916-1920 do Estado da Parahyba**. De acordo com José Américo de Almeida a grande maioria da população atingida por tais doenças era constituída por índios.

¹⁰⁴²SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p 72.

atender as demandas de outras cidades do Estado, que enfrentavam o problema da divagação de vesanos.

Do ponto de vista dos higienistas, a construção do Hospital-Colônia também visava reduzir o número de alienados[as] em hospitais para enfermos de todas as moléstias - inclusive naqueles destinados a doenças contagiosas e incuráveis -, e acabar com a prática de “deitar loucos [e loucas] em cárceres públicos”, o que contrariava o disposto no Artigo 1º do Decreto Nº 1.132 de 1903, segundo o qual o alienado[a] que viesse a comprometer a ordem pública ou a segurança das pessoas, deveria ser recolhido em estabelecimento apropriado para a sua enfermidade¹⁰⁴³. Finalmente, o novo Hospício faria cessar as “censuras acrimorosas contra a Santa Casa”, visto que a Assistência aos Alienados não mais ficaria a cargo dos irmãos da caridade e dos enfermeiros-leigos, mas sob a responsabilidade de médicos, culminando na medicalização daquele serviço. Por todas as vantagens que a obra parecia comportar, diante do posicionamento da “Comissão”, e não podendo perder o “benefício” do governo federal, o governo Solon de Lucena, alegando a falta de recursos para a aquisição de um novo terreno onde pudesse ser construído o Hospital, ofereceu, como contraproposta, o terreno situado ao final do “Orfanato Dom Ulrico”¹⁰⁴⁴, na entrada da Estrada do Macaco.

Feita a avaliação do lugar, o parecer do Dr. Accacio Pires foi comunicado ao governador Solon de Lucena por meio do Ofício Nº 489, de 12 de julho de 1922, nos seguintes termos:

Cabendo-me mais do que ninguém a responsabilidade da escolha do local em que vai ser instalada a Colônia dos Alienados, nesta Capital... Como preliminar devo dizer a V. Excia. Que não alimento a ilusão de que o local, por mim escolhido seja o melhor possível, pois reconheço nele alguns defeitos, que entretanto desaparecem ante as vantagens a que correspondem. [...] preferi o terreno da Estrada dos Macacos que não tem nenhum dos inconvenientes apresentados pela Fazenda São Rafael. Este fica situado próximo a cidade, tem uma área de 30 hectares, é salubre e tem água canalizada à parte. Nele, portanto, ficará muito mais barato a instalação da Colônia e econômico o seu custeio¹⁰⁴⁵.

¹⁰⁴³O Decreto estabelecia no seu Artigo 1º, § 1º, que a reclusão do alienado só se tornará efetiva depois de provada a alienação, sendo competência do médico e/ou médico-alienista fazer os exames necessários para o laudo. BRASIL. **Decreto Nº 1.132**, de 22 De dezembro de 1903. Reorganiza a Assistência a Alienados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1132-22-dezembro-1903-585004-publicacaooriginal-107902-pl.html>. Acesso em 12.01.2013.

¹⁰⁴⁴O Orfanato Dom Ulrico foi construído em 1919, durante a gestão do Governador Camillo de Hollanda, situando-se o mesmo na Avenida João Machado. Seu terreno, à época da Inauguração, estendia-se no sentido Leste até por mais de 2 km, onde foi construído o Hospital-Colônia Juliano Moreira.

¹⁰⁴⁵SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p.73.

As representações anteriores deixam em relevo que, embora o terreno recomendado pela equipe do Dr. Accacio Pires para a construção do Hospital de Alienados fosse mais próximo da Cidade de Parahyba, o mesmo situava-se à margem dela, a uma distância de aproximadamente 3 km do seu espaço central. Some-se a isso o inconveniente que era a travessia de 1 km pelas estradas irregulares e alagadas do caminho do Macaco. Enfim, tal situação deixa divisar a situação de isolamento do lugar que, por sinal, marcaria o ponto terminal de uma nova rota de exclusão na Cidade da Parahyba, desta vez, marcadamente assistencialista, conforme pôde ser observado na Planta 4. Inclusive, com exceção do Asylo de Mendicidade, todos os estabelecimentos de Assistência do Estado da Parahyba haviam sido edificadas na distante Avenida João Machado¹⁰⁴⁶.

Observe, a partir da mesma planta, que a preferência por terrenos distantes da Cidade ou fora do seu espaço central, embora possa ter sido motivada por questões de ordem econômica e/ou política, sugere também que, entre os homens que constituíram a equipe técnica do governador Solon de Lucena, assim como os técnicos das gestões anteriores e muitos homens nomeados como “espírito filantrópicos” do Estado da Parahyba, havia o interesse em segregar os sujeitos considerados alienados[as], o que revela a influência dos Asylos existentes nos Estados próximos, Ceará e Recife, por exemplo, estando em sintonia com os modernos padrões de cidades.

No que se refere especificamente aos insanos, apesar das críticas acerca da situação do Asylo de Sant’Anna, percebe-se nos discursos veiculados nas páginas dos Jornais locais, que se o internamento daqueles sujeitos em um Hospital-Colonial, por uma lado representaria uma ruptura com o modelo oferecido pela Santa Casa de Misericórdia, que se configurava ainda como pré-alienista, por outro, guardava estreita relação com aquele modelo, visto que o novo “hospício” continuaria a ter a função de sequestrar os alienados[as]¹⁰⁴⁷, tornando-os invisíveis para sociedade. Em que pese, dado a distância em que seria construído o Hospital, aqueles sujeitos também seriam silenciados, pois seus gritos e “arruídos” não poderiam ser ouvidos pelos moradores das áreas centrais da cidade da Parahyba.

¹⁰⁴⁶Localizavam-se na Avenida João Machado a Escola de Aprendizes Marinheiros [1913], o Instituto de Proteção e Assistência a Infância [1913], o Orfanato Dom Ulrico [1916] e o Hospital-Colônia de Alienados [1928]. Conforme PESSÔA, José. & PICCINATO, Giorgio. (org.) Atlas de centros históricos do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2007. Versão digital Disponível em <http://www.books.google.com.br>. Acesso em 25.08.2015.

¹⁰⁴⁷ Em Diário de um Hospício, Lima Barreto denuncia o sistema de sequestração que se perpetuava no Brasil no início do século XX, embora seu romance-biográfico tenha como lugar o Hospício Nacional, onde o mesmo pode experimentar o regime perverso predominante no manicômio, que compara a um “cemitério de vivos”. BARRETO, Lima. **Diário do Hospício e o Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p.90.

É importante dizer ainda que, naquele contexto, o internamento dos alienados[as] em Hospitais-Colônias era defendido pelos psiquiatras brasileiros como necessário para evitar que os sujeitos nomeados como degenerados não obstaculizassem o projeto de salvação da Nação. Neste sentido, a Psiquiatria, assim como o higienismo, a criminologia, a engenharia, etc., passaram a intervir no espaço urbano e nas “áreas rurais do Brasil”¹⁰⁴⁸, a fim de “esquadrinhar” a vida das populações que habitavam aquele território. As palavras de Machado de Assis, em seu conto *O Alienista*, bem revelam o papel do psiquiatra na sociedade brasileira:

Homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência, e se alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa mais do que a ideia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo¹⁰⁴⁹.

A medicina-psiquiátrica cumpria, naquele momento, o papel de higienizar a sociedade brasileira, nomeando como doentes mentais todos os homens e mulheres que destoassem do modelo ordeiro idealizado pelas elites. A propósito, foi neste contexto que se observou a difusão das teorias eugênicas no Brasil. Assim, tem-se aí o uso do higienismo e da psiquiatria com o fim de prevenir a degradação “moral e social por causa dos vícios da ociosidade e da miscigenação racial”¹⁰⁵⁰. Ademais, segundo um dos principais líderes da eugenia no Brasil¹⁰⁵¹, Renato Kehl, “a mendicidade ou indigência constitu[ia-se] verdadeira diátese social, própria a linhagens inteiras de degenerados”¹⁰⁵².

Como se vê, naquele momento, os eugenistas baseavam-se na higiene moral e na institucionalização dos sujeitos considerados degenerados, constituindo-se, na perspectiva destes cientistas, os hospitais-colônias para alienados[as], tanto quanto os asylos de mendicidade e para

¹⁰⁴⁸O que denomina-se de áreas rurais do Brasil, nos anos 1920, diz respeito à vasta área do território brasileiro não assistida pelo poder público. Segundo Afrânio Peixoto, que nomeia estas áreas como Sertão, até mesmos nas Capitais mais importantes do país, predominava o descaso com a saúde pública. Ver: PEIXOTO, Afrânio. Discurso pronunciado no banquete oferecido ao prof. Miguel Pereira, em 19 de maio de 1918.

¹⁰⁴⁹ASSIS, Machado de. *O Alienista*. São Paulo: Scipione, 2004, p.7

¹⁰⁵⁰COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p.22.

¹⁰⁵¹ Conforme THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, versão on-line. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200008. Acesso em 12.12.2015.

Além de Renato Kehl, também os médicos Juliano Moreira, Gustavo Riedel, Henrique Roxo, Mauricio de Medeiros, Heitor Carilho, Adauto Botelho, Faustino Espôsel e Plínio Olinto, dentre outros, defenderam os ideais eugênicos no Brasil. Conf. REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e Eugenia: O projeto de “regeneração Nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. Dissertação Mestrado. História. Campinas, 1994.

¹⁰⁵²KEHL, Renato. *Psicologia da personalidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Paulo Azevedo, 1956, p. 155.

a infância, também em instrumentos terapêuticos com o objetivo de evitar os vícios sociais e de melhorar a raça¹⁰⁵³.

Enfim, o modelo misto Hospital-Colônia era defendido pelo Dr. Juliano Moreira que, ao tratar da Assistência a Alienados no Distrito Federal [Rio de Janeiro], sublinhou:

Excusado é insistir em que o Hospício de modo algum bastará às necessidades da Assistência a Alienados [...]. Excusado também é espediçar palavras para demonstrar que as colônias agrícolas são um excelente meio de assistência a insanos [...] a economia que advirá para o Estado, as vantagens terapêuticas para os doentes, a possibilidade de restringir a população do Hospício, tudo está a pugnar por este *desideratum*¹⁰⁵⁴.

Dessa forma, a Parahyba finalmente teria seu Hospital-Colônia.

Era isso que acreditavam os técnicos envolvidos no projeto. Ocorre que, quando em 1917, o Dr. Juliano Moreira entregou ao parahybano a planta que serviu de modelo para a edificação do Hospital de Alienados na Parahyba, o mesmo teria advertido que a planta entregue era para a construção de um Hospital de Alienados e não para uma Colônia¹⁰⁵⁵. Este detalhe parece ter sido ignorado pela equipe técnica do governo Solon de Lucena e pelos responsáveis pela execução da obra, o que pode ter sido motivado pela escassez de recursos e/ou pelo desconhecimento acerca das instalações de uma colônia para Alienados¹⁰⁵⁶, ou, pelo indiferentismo nutrido por Dr. Octávio Soares que, havendo sido preterido por aquele governo, e não existindo um relatório da sua viagem, como já foi observado anteriormente, deixou de prestar oficialmente aquela importante informação¹⁰⁵⁷. De qualquer forma, a planta doada para o

¹⁰⁵³ KEHL, Renato. Op.cit. pp.151-158 O discurso eugênico, aliado à psiquiatria, ao sanitarismo, a antropologia, ao direito e a criminologia, no Brasil, veio legitimar biologicamente a inferioridade de negros, índios e mulatos, no contexto nacional, e buscar meio de salvar o Brasil a partir do branqueamento da população. Mas o problema brasileiro era, na opinião de Roquete Pinto, “uma questão de higiene e não de raça [...] não e[ra] transformar o mestiço do Brasil em gente branca. O problema é a educação dos que aí se acham; claros ou brancos”. Apud. REIS. José Roberto Franco. **Higiene mental e Eugenia**: O projeto de “regeneração Nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). Dissertação Mestrado. História. Campinas, 1994 , p. 138.

¹⁰⁵⁴ MOREIRA, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). **Rev. Latinoam. psicopat. fundam.** vol.14.n. 4 São Paulo. Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br>.

¹⁰⁵⁵ SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p. 73.

¹⁰⁵⁶ O desconhecimento, por parte dos engenheiros nacionais, acerca da estrutura física necessária ao funcionamento de um Hospital-Colônia já havia sido apontado pelo médico Juliano Moreira em 1905, quando o mesmo descreveu a situação do Hospício de Pernambuco. O psiquiatra observou ainda que nem sempre a opinião do alienista era acatada quando do planejamento de um manicômio. MOREIRA, Juliano. op.cit.

¹⁰⁵⁷ Dr. Octávio Soares só se manifestou sobre a Planta do “hospital” em 03 de julho de 1923, quando o edifício já estava concluído, ocasião em que teria apontado a falta de dependências para a “balneoterapia”, “electroterapia”, “clinothérapie” e “aerotherapia” ou terapêutica que corresponde a circulação de ar saudável da montanha, do campo ou do mar. Conf. Infopédia. Dicionário do Porto editora. <http://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/aeroterapia>. Acesso em 20 de maio de 2016. Ver SOARES, Octávio. Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba. In Jornal A União de 09 de outubro de 1924.

Hospital não foi seguida à risca, pois, dada a proximidade do fim do governo Epitácio Pessoa, a obra deveria ser concluída com brevidade.

Assim, conforme telegrama enviado ao governador Solon de Lucena, em 20 de julho de 1922, poucos dias antes de ser iniciada a obra, Dr. Accacio justificava-se pelas decisões tomadas: “de tudo aqui fica dito Exmo. Sr. Presidente, se conclue que a Colônia que vamos instalar, no que diz respeito à rede de construção, não será certamente o ideal, mas será o melhor que se pôde fazer com os recursos atuais”¹⁰⁵⁸.

Depois disso, não demorou o início da obra. Assim, importa dizer que, antes de terminar sua gestão à frente da Administração do Estado da Parahyba, o Sr. Solon de Lucena tinha todo edificado o Hospital-Colônia.

Tratava-se de um edifício monobloco, de estilo colonial, ladeado por um pavilhão cinza e verde. Como os estabelecimentos da mesma espécie, o prédio era todo cercado por “um murado que se alonga[va] cerca de trezentos metros” e se encerra[va] com um portão largo que da[va] acesso ao interior do mesmo¹⁰⁵⁹. A representação a seguir, do edifício ainda em construção, é esclarecedora acerca das características arquitetônicas daquele nosocômio.



IMAGEM 09- Hospital-Colônia Juliano Moreira em construção, 1923.

Fonte: ALMEIDA. José Américo de. A Paraíba e seus problemas. João Pessoa, 1923.

¹⁰⁵⁸Apud. SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p. 73.

¹⁰⁵⁹CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba – Flagrantes da sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945.

Como se observava, a obra avançou rapidamente. Em dezembro de 1923, um ano e meio desde o princípio daquela construção, o edifício já estava quase concluído¹⁰⁶⁰.

No princípio de setembro de 1924, terminada a obra, era necessário a autorização jurídica para a instalação do Hospital-Colônia. Sendo assim, o Deputado e advogado Genésio Gomes Gambarra apresentou na Assembleia Legislativa do Estado, em data de 13 de outubro daquele mesmo ano, o Projeto de Lei nº 11, aprovado em 1ª discussão. Conforme consta na Ata daquela sessão, Artigo 1º,

[Foi] o presidente do Estado autorizado a fundar nesta capital, no prédio já construído para esse fim, uma Colônia de Alienados, dotando-a de regulamento para organizar a sua administração, prover as demais necessidades e abrir créditos para a execução da presente lei¹⁰⁶¹.

O conteúdo do referido projeto pode ser sintetizado a partir do apelo do seu autor, publicado no Jornal A União, de 29 de outubro de 1924,

A Colonia de Alienados, Sr. Presidente, de há muito se vinha impondo ao nosso espírito de povo evoluído na marcha do crescente desenvolvimento, mesmo porque aí temos – O Cruz do Peixe – é um atestado do nosso atraso, é uma nota contristadora de nossa cultura pública!¹⁰⁶²

Dito isto, Gambarra seguiu justificando a importância de um estabelecimento daquela espécie, sublinhando a existência, na Parahyba, de alienistas como o Dr. Octávio Soares, “estudiosos e apaixonado da sciencia psiquiátrica”, e o “ilustre” Sr. Dr. Sá e Benevides, “profundo especialista das doenças mentaes”¹⁰⁶³. E finalizou afirmando desejar o bem-estar e a grandeza de sua terra.

O projeto foi aprovado, resultando na Lei Estadual nº 605, do dia 20 de outubro de 1924, como era de esperar, considerando-se todos os dispêndios de verbas para a realização da obra, que já se encontrava acabada.

As palavras de Gambarra sugerem que também aquele parlamentar desejava ter ganhos com a criação do projeto, afinal, o autor do projeto fazia parte da política do Sr. Solon de Lucena, diante do que, seu gesto visava atender aos interesses daquele governo.

¹⁰⁶⁰ ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p. 470.

¹⁰⁶¹ PARAHYBA. **Acta da trigésima sétima sessão ordinária da Primeira reunião da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**. 13 de outubro de 1924, p. 2.

¹⁰⁶² Jornal A União de 29 de out. de 1924.

¹⁰⁶³ Jornal A União de 29 de out. 1924.

A instalação do Hospital-Colônia coroaria o fim da administração Solon de Lucena, que cumpria o compromisso feito em 1921. Assim, como se não houvesse tempo, nem recursos para que o Hospital-Colônia fosse inaugurado, visto que, no dia 22 de outubro, Lucena deixaria o cargo, apressou-se o referido deputado em registrar, durante a segunda sessão da Assembleia, em 20 de outubro, seu nome como o homem que lançou suas vistas para a causa dos alienados[as] na Parahyba:

E, sendo assim, o meu discurso d'agora não é nada mais que um himno de congratulações, entoado em honra do Estado, em louvor do governo que houve de inspirar idéa tão elevada, quão progressista e civilizada.
[...] outra coisa não era dado esperar desse grande espírito, desse governo verdadeiramente democrata, que é Solon de Lucena!”¹⁰⁶⁴

Também o nome de Eptácio Pessoa foi lembrado na ocasião. Segundo Gambarra, graças à chegada deste parahybano ao executivo nacional, a cidade da Parahyba, que já vinha adquirindo feição moderna, “tratando de seu saneamento, do esgoto, de sua saúde pública, não podia esquecer um problema tão palpitante como seja a assistência médica aos loucos[as] de todas as condições!”¹⁰⁶⁵.

Àquela altura, já havia sido escolhido o nome para o Hospital-Colônia, “como justo preito aos méritos do sr. Professor Juliano Moreira”, sendo comunicado ao psiquiatra baiano, por carta datada de 15 de setembro de 1924, assinada pelo então governador da Parahyba¹⁰⁶⁶.

Ciente da homenagem, o “eminente psiquiatra” respondeu a comunicação, a 10 de outubro daquele ano, nos seguintes termos:

Recebi vossa carta de 15 do p.p. na qual me fazeis a subida honra de comunicar-me vossas resoluções de inaugurar o serviço de assistência a alienados, no Estado que vindes dirigindo com patriótico descortino e o de aprovar a proposta do sr. Sá e Benevides de dar o nome de Juliano Moreira ao novo Hospital-Colônia.

Muito grato vos fico pelo dois factos [...] de maior justiça seria que ao novo Instituto fosse dado o vosso próprio nome pois que a vós deve ele sua realização.

¹⁰⁶⁷

¹⁰⁶⁴ Jornal A União de 29 de out. de 1924.

¹⁰⁶⁵ Ibidem.

¹⁰⁶⁶ Conforme Jornal A União de 25 de out. 1924.

¹⁰⁶⁷ JORNAL A UNIÃO de 25 de out. de 1924.

A carta do Dr. Juliano Moreira, pelo teor do seu conteúdo, que engrandecia a gestão de Lucena, foi publicada no Jornal A União, de 25 de outubro de 1924, quando a Parahyba já era governada pelo Sr. João Suassuna¹⁰⁶⁸.

Finalmente, o Hospital-Colônia, recém-construído, constituía-se de um edifício central, onde além da sala da administração e do laboratório, existia a farmácia, uma sala de visitas, aposentos do pessoal da enfermagem, salas de curativo, a sala de costura. Existia no primitivo edifício “três grandes salas que deve[riam] ser aproveitadas, uma para dormitório dos alienados[as] calmos[as], outra para semi-agitados[as] e afinal a ultima para clinotherapie”. Não havia ali “pavilhões isolados para as moléstias intercorrentes”, nem “acommodações para pensionistas”.¹⁰⁶⁹

Para José Américo de Almeida, o edifício estava de acordo com as indicações mais modernas, visto que o mesmo “ser[ia] dotado de um estabelecimento hidroterápico, laboratório, gabinete de radiologia, etc.”¹⁰⁷⁰ Com esta estrutura, o governo Solon de Lucena entregou o Hospital à sociedade parahybana. Todavia, não pode ele inaugurar os trabalhos daquela instituição, visto que, finda a gestão presidencial de Epitácio Pessoa em 1922, faltaram recursos para equipá-la técnica e humanamente.

Enfim, o Hospital-Colônia estava criado. Entretanto, somente em 1928, ele foi aparelhado humanamente para receber os seus primeiros pacientes, o que, pouco-a-pouco, o transformou num espaço de solidariedades, sociabilidades e/ou conflitos. Dito isto, convida-se o leitor a adentrar naquele edifício a fim de conhecer as experiências dos homens e mulheres que um dia estiveram “presos no espelho”. Antes, porém, deseja-se reconstruir as tramas políticas e sociais que carrearam a inauguração daquele “*Palácio para guardar doidos*”.¹⁰⁷¹

¹⁰⁶⁸João Suassuna assumiu o governo da Parahyba em 22 de outubro de 1924, permanecendo no cargo até 22 de outubro de 1928.

¹⁰⁶⁹SÁ E BENEVIDES, Joaquim Correa de. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Solon Barbosa de Lucena sobre os estudos realizados pelo autor acerca da organização da assistência aos alienados no sul do país. In. A União, 09/07/1924.

¹⁰⁷⁰ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980, p.470.

¹⁰⁷¹ Título do trabalho de WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos**. Uma História de lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

5.3 A Inauguração da Colonia de Alienados[as]: Os personagens aprisionados e os descompassos nas práticas dos “doutores”

A criação deste asylo abre na Parahyba uma nova era no atendimento dos infelizes insanos.

De agora em diante a nossa sociedade que, desaparelhada de quaisquer meios de defesa, impunha a esses torturados pela fatalidade a ignominia de um cárcere, lhes oferece um estabelecimento moldado, instalado sob os mais modernos requisitos da psiquiatria.

Newton Lacerda. Discurso proferido por ocasião da Inauguração do Hospital-Colônia Juliano Moreira.
In. Jornal A União, 26 de junho de 1928.

Escusamo-nos de acentuar e definir a finalidade importantíssima dessa organização beneficente, tão reconhecidos os serviços que está destinado a prestar à Parahyba, solucionando o aspecto lamentável de quase abandono a quem eram vetados, por carência de um instituto desse gênero, os infelizes privados da razão.

Jornal A União, 22 de junho de 1928.

O Juliano é um aleijão de defeitos sanáveis.

Manuel Florentino.
Jornal A União, 15 de agosto de 1929.

13 de junho de 1928. A nove dias das eleições para a sucessão presidencial no Estado da Parahyba, o jornal A União, “Orgam do Partido Republicano”, anunciava em primeira página “está para ser inaugurada por todo [aquele] mês a Colonia de Alienados [da] Capital”, cujas obras para aparelhá-lo tecnicamente arrastaram-se desde 1925, quando o Dr. João Suassuna dirigia o Executivo Estadual. Faltava, entretanto, meios para equipá-la humanamente. Para tanto, o então governador convidou o médico pernambucano, residente na Parahyba, Dr. Newton Lacerda, para colocar em funcionamento aquele “estabelecimento complementar do systema [parahybano] de assistência e filantropia”.¹⁰⁷²

Segundo declarou o Dr. João Suassuna, a escolha do clínico-geral Newton Lacerda deveu-se a “intimidade”/amizade existente entre eles, pois somente um “‘espírito filantrópico’

¹⁰⁷²Jornal A União de 24 de jun. de 1928.

se submete[ria] às condições pouco faustosas com que haveria de se realizar a instalação [daquele serviço]”¹⁰⁷³. Ademais, o referido esculápio era das hostes partidárias daquele gestor.

Assim, considerando que as questões da Assistência aos Alienados na Parahyba ainda era objeto de interesses e/ou disputas entre os doutores Sá e Benevides e Octávio Soares, acredita-se que a notícia do chamamento do Dr. Newton Lacerda para dirigir a Colônia de Alienados deve ter sido amarga para aqueles homens.

Veja: por cerca de seis anos Benevides dedicou-se a estudar os meios de instalar neste Estado a Assistência aos Alienados, por sinal, realizando novas viagens ao Rio de Janeiro, em 1927, com este fim. Inclusive, deveu-se a ele a instalação tecnológica do estabelecimento que, de acordo com as representações dos redatores de A União, “ocupa[va] um prédio modelar, **organizado sob bases as mais consentâneas com a cultura psiquiátrica da hora actual**”,¹⁰⁷⁴ propriedades estas que foram reiteradas pelo Dr. Newton, em seu discurso durante a solenidade de inauguração do serviço, o que apesar de somar méritos ao currículo do “quase-psiquiatra” [expressão usada pelo escritor Edvaldo Brilhante da Silva Filho para se referir ao Dr. Benevides], não deve ter diminuído sua decepção quanto a decisão do governador em convidar para o cargo que tanto almejou, outro médico. Esta assertiva não é mera suposição, pois, embora o Dr. Benevides tenha afirmado que ficou feliz com a indicação do seu colega para o cargo, numa das muitas contendas, comuns entre os médicos da Parahyba, naqueles anos, publicada nos jornais de circulação local e financiada pelos envolvidos, o psiquiatra Carlos Pires, por motivos que se tornarão conhecidos mais adiante, ao trocar “desaforos” com o “quase-psiquiatra”, atacou: “o prof. Sá e Benevides, não se conformando por não ter sido até hoje [1929] diretor do Hospital Colônia Juliano Moreira, não perde oportunidade de atirar pedra em telhado de vidro do vizinho, esquece-se do seu”.¹⁰⁷⁵

É mister anotar que, apesar de não haver a intenção de tomar partido algum neste estudo, seja a favor ou contra qualquer dos personagens envolvidos nos espetáculos que tinham por lugar, ou a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, ou as páginas dos Jornais, como o[a] leitor[a] pôde observar nos lances protagonizados por ele e por Octávio Soares, durante a Semana Médica de 1927, Benevides era dado a atacar seus colegas de profissão. A propósito,

¹⁰⁷³Ibidem, 24 de jun. de 2016.

A despeito de ser o doutor Newton um espírito filantrópico, não há como afirmar. Entretanto, de acordo com o historiador Humberto Nóbrega, quando da implantação, no país, do sistema previdenciário, o mesmo abriu mão dos importantes postos que havia ocupado no Estado da Parahyba, para dedicar-se a medicina socializada NÓBREGA, Humberto. **As Raízes das Ciências da Saúde na Paraíba**: Medicina, farmácia, Odontologia e Enfermagem. João Pessoa: UFPB, 1979, p.180.

¹⁰⁷⁴Jornal A União de 24 de jun. de 1928.

¹⁰⁷⁵Ibidem, 03 de set. de 1929.

com a inauguração do Juliano Moreira, o número de desafetos deste esculápio aumentou significativamente, sobressaindo sua indisposição com o Dr. Manuel Florentino, arenga que foi desencadeada depois que este médico qualificou o Hospital-Colônia como “aleijão”, resultando na troca de agressões publicadas nas páginas de A União, entre os dois clínicos, por cerca de um mês.

Florentino, tal como Carlos Pires, também sugeriu que Benevides havia sido desfavorecido pelo Dr. João Suassuna, quando o referido gestor nomeou um “anátomo-patologista” para dirigir o Hospício de Alienados¹⁰⁷⁶. Enfim, há muitos indícios de que o Dr. Sá e Benevides não tenha recebido com alacridade a notícia da nomeação do Dr. Newton Lacerda.

O Dr. Octávio Soares, por sua vez, talvez tenha sentido alguma satisfação com aquela decisão, afinal, tudo confluía para que o Dr. Benevides, seu antigo desafeto, fosse nomeado para o cobiçado cargo. De todo modo, calcula-se que o referido alienista nutrisse a esperança de ocupar um lugar no serviço médico especializado daquele “manicômio”. Dessa forma, se se considerar que o estabelecimento tinha capacidade para 100 pacientes, seriam necessários vários psiquiatras. E, tratando-se de tal especialidade médica, era ainda muito reduzido o número desses médicos no Estado. Apesar disso, segundo declarou o chefe do executivo estadual, obrigado pela situação econômica desfavorável, somente “um lugar de médico alienista” foi criado naquele momento, de forma que coube ao Dr. Mario Neves Coutinho ocupá-lo¹⁰⁷⁷.

Isto posto, cumpre notar que, logo que aceitou o convite, o Dr. Newton Lacerda, conforme declarou o Dr. João Suassuna, passou a estudar os meios, em consonância com a situação econômica do Estado, diz-se, de acordo com os recursos que intencionava destinar o chefe do Executivo, para instalar aquele serviço¹⁰⁷⁸. Neste sentido, visando evitar “o ônus e grandes despesas extraordinárias”, o futuro diretor da “Colônia de Alienados” sugeriu que fossem “designados funcionários de repartições estadoaes que p[udessem] ser removidos sem prejuízo para o serviço publico”¹⁰⁷⁹. Desta feita, tratou o anátomo-patologista de realizar alterações no regulamento, elaborado em 1925, por Sá e Benevides, com vistas a adequá-lo àquela situação político-administrativa.

¹⁰⁷⁶Ibidem, 15 de ago. de 1929.

¹⁰⁷⁷Apesar do Dr. Mário Neves Coutinho ter sido nomeado pelo governo do Estado da Parahyba, para o serviço especializado em Psiquiatria no Hospital Colônia Juliano Moreira, não foi localizado na documentação consultada, nada que comprove que o mesmo era alienista. Nas páginas de O Jornal, tudo o que se achou a respeito deste esculápio foram os anúncios da sua Clínica Médico Cirúrgica, que funcionava na Rua 7 Setembro, e que aceitava chamados a qualquer hora. Na chamada pública, não havia nenhuma referência à especialidade médica, no entanto, informava que o mesmo era “Médico e Pharmaceutico” pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Conforme O Jornal, de 29 de mar. de 1924. Sobre a nomeação do Dr. Mário Coutinho para o cargo de alienista do Hospital Colônia Juliano Moreira, ver Jornal A União de 22 de jun. de 1928.

¹⁰⁷⁸Jornal A União de 13 de jun. de 1928.

¹⁰⁷⁹Ibidem.

Assim, o Artigo 2º daquela normatização estabelecia que “a superintendência científica do Hospital ser[ia] confiada a um médico especialista em neuro-psiquiatria com o título de diretor, que exercer[ia] o cargo enquanto bem servi[sse]”.¹⁰⁸⁰

Enfim, pelo exposto, a direção do referido estabelecimento deveria ser entregue não a um clínico-geral, como estabelecido no regulamento do Hospício do Juquery, em que se baseou o Dr. Sá e Benevides¹⁰⁸¹, colocando a descoberto seu interesse pelo cargo, também não seria um psiquiatra quem administraria aquele Hospital, mas um médico que dominasse os conhecimentos integrados de neurologia e psiquiatria.

A regulamentação desta especificidade médica para dirigir o estabelecimento abre, neste estudo, algumas questões, quais sejam: existia, naquele momento, no Estado da Parahyba, médico com esta dupla especialidade? Depois, no Hospital-Colônia, existiam meios para estudar as causas endógenas, cerebrais ou não, e/ou exógenas das doenças mentais, diz-se, havia naquele estabelecimento as condições físicas, técnicas e humanas para a pesquisa das causas e/ou fatores orgânicos e psicológicos da doença mental, tal como propalado pela neurologia daquele momento, influenciada pelos trabalhos de Kraepelin?¹⁰⁸²

Primeiramente, não se localizou, na documentação estudada, nenhuma referência à existência de neuropsiquiatras no Estado da Parahyba, nos anos 1920, o que, antes de esclarecer a questão, a torna mais complexa. Para que o leitor entenda o que pode ter ocorrido: Dr. Newton Lacerda, autor das mudanças no Regulamento do Hospital Colônia Juliano Moreira, embora estivesse se dedicando aos estudos neuropsiquiátricos, não era especialista em nenhuma das áreas

¹⁰⁸⁰Regulamento do Hospital Colônia “Juliano Moreira”. DECRETO N. 1.515, de 18 de junho de 1928. In. Jornal A União 19/06/1928.

¹⁰⁸¹Para organizar o Regulamento do Hospital Colonia Juliano Moreira, O Dr. Sá e Benevides afirmou ter tomado como modelo os regulamentos do Hospício do Juquery e do Asylo Colônia de Vargem Alegre, conforme declarou em matéria veiculada no Jornal A União de 25/08/1929. Ver também **DECRETO N. 3.175, de 3 de março de 1920**, que dá novo regulamento ao Hospicio e Colonias Agricolas de Alienados de Juquery. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1920/decreto-3175-03.03.1920.html>. Acesso em 22/04/2016.

¹⁰⁸²Emil Kraepelin foi um psiquiatra germânico que viveu entre o final do século XIX e início do século XX. Estudou medicina em Leipzig, onde formou-se em 1874. Doutou-se em medicina pela Universidade de Würzburg (1878) com o trabalho *Ueber den Einfluss acuter Krankheiten auf die Entstehung von Geisteskrankheiten*. Foi professor da Universidade de Heidelberg (1891), e de clínica psiquiátrica da Universidade de Munique (1903), onde dirigiu o Instituto de Pesquisas Psiquiátricas da cidade. Sua mais importante publicação foi *Compendium der Psychiatrie* (1883), no qual apresentou pela primeira vez sua classificação das desordens mentais, divididas em *exógenas*, decorrentes de condições externas e curáveis, e *endógenas*, de origem biológica, incuráveis. No Brasil, seu trabalho teve como entusiasta o médico psiquiatra Juliano Moreira. Sobre Kraepelin ver: EBERT, Andreas; BÄR Karl-Jürgen. **Emil Kraepelin: A pioneer of scientific understanding of psychiatry and psychopharmacology**. In. Indian Journal of Psychiatry. 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2927892/>. CAPONI, Sandra. Emil Kraepelin y el problema de la degeneración. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.475-494. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000100013. Acesso em 22 de abril de 2016; PESSOTTI, Isaías. **Os nomes da loucura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999, pp. 165-166

constitutivas desse ramo médico. O mesmo era clínico-geral e mantinha na Capital parahybana um laboratório de análises. Devido a este último ofício, o Dr. Lacerda era considerado, pelo corpo médico parahybano, um anátomo-patologista. Nada consta, entretanto, que possa sugerir que o futuro diretor do novo Asilo de Alienados fosse reconhecido como neuropsiquiatria por seus pares, inclusive, nas arengas entre ele e os doutores Sá e Benevides e Manuel Florentino. Este último, ao insistir que o “Juliano” era um aleijão, acusou o primeiro de ser incompetente, atirando:

o que me diz do título burlesco-director ser anátomo-patologista? Onde está o material necessário a se fazer anátomo-patologia do systema nervoso no “Juliano”? onde viu um Hospital de Alienados com um director clinico e ao mesmo tempo histo-patologista?

Só será capaz de perpetrar tamanha *gaffe* quem ignora o que seja histo-patologia do systema nervoso, especialidade que entre nós [brasileiros] ensaia os primeiros passos.¹⁰⁸³

Numa outra matéria, publicada dias antes por A União, o Dr. Manuel Florentino, dizendo-se não ser “moço de recados”, questionava o Dr. Newton Lacerda acerca de seus conhecimentos científicos como neuropsiquiatra. Àquele afrontamento, o mesmo respondeu: “não tenho conhecimentos para ser um especialista em qualquer ramo da medicina, mas desde que aqui [no Estado da Parahyba] cheguei só pratico uma coisa: Clínica Médica”.¹⁰⁸⁴ Com tais palavras, acredita-se que o Dr. Newton, tanto se defendia, como contra-atacava o Dr. Florentino que, mesmo depois de ter adquirido o título de especialista em sanitarismo, junto ao Instituto Oswaldo Cruz, acumulava ainda, na capital Parahybana, as funções de farmacêutico, professor do Liceu, agroindustrial e clínico.

Para o que o[a] leitor[a] possa compreender melhor a questão da especialidade médica no Estado da Parahyba, é importante ressaltar que, até meados dos anos 1920, os médicos licenciados tinham que disputar sua clientela com toda sorte de terapeutas populares ou charlatães, para usar a terminologia encontrada na documentação estudada, que, apesar das proibições e penalidades impostas pelo Código Penal de 1890¹⁰⁸⁵, continuavam a exercer livremente suas “artes e ofícios de cura” nestas paragens¹⁰⁸⁶, conforme observou o Dr. Tito

¹⁰⁸³Jornal A União, 15 de ago. de 1929.

¹⁰⁸⁴Jornal A União de 07 de ago. de 1929.

¹⁰⁸⁵BRAZIL. Decreto N. 847 – **De 11 De Outubro De 1890**. Promulga O Codigo Penal. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 05.10.2015.

¹⁰⁸⁶Sobre as disputas entre os médicos diplomados e, entre estes, e os chamados terapeutas populares, ver SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2001.

Mendonça quando, em seu discurso de posse na Sociedade de Medicina e Cirurgia, referindo-se a necessidade de aprimorar as técnicas cirúrgicas no Estado, declarou:

Todos nós sabemos que o doente só nos chega às mãos depois de ter percorrido a escola dos charlatães, desde o ignorante que convence da excellencia dos chás caseiros, da enxundia de galinha, do sebo de carneiro e das benzeduras contra o mau olhado, até o instruído que tudo aceita¹⁰⁸⁷.

Veja o[a] leitor[a]: entre os anos 1910 e 1920, no Estado da Parahyba, se observou a intensificação dos discursos contra a prática da cura pelo Espiritismo, considerada, do ponto de vista dos religiosos parahynanos, uma prática demoníaca, como pode-se notar no trecho extraído da matéria publicada no Jornal A Imprensa, em data de 19 de abril de 1917, sob o título “O Espiritismo”:

Conhecendo como é o demonio figadal e irreconciliável inimigo nosso, quem opera os phenômenos do espiritismo, conhecendo mais os damnos, que dessas práticas vêm para a Religião, para a família e para os indivíduos, como será possível, que um homem baptizado, e remido no sangue do N. S. Jesus Christo, se metta em semelhantes práticas, e se queira precipitar nas desgraças tempraes e eternas, que delas resultam?

Dir-me-ão que **vão ahi buscar remédios para as suas queixas e dores, remédios que não encontram nos médicos e na medicina**. Dado que fosse certo e infalível esse remédio subministrado pelo demônio, longe de nós tal medicamento, comprado por crime tão abominável, como é o culto prestado ao demônio. [...] no caso de ser segura a saúde com a consulta ao demônio no espiritismo, não podíamos recorrer a esse meio, por ser ímpio e imoral.

Embora a matéria revele que os discursos sobre “Espiritismo” na Capital da Parahyba, nas primeiras décadas do século XX, encontrados na documentação compulsada, se aproximassem da filosofia da mediunidade, diz-se, do espiritismo kardecista¹⁰⁸⁸, propagado naquela cidade desde os anos 1890, a partir dos trabalhos desenvolvidos por Cesare Lombroso¹⁰⁸⁹, observou-se principalmente, nos discursos propalados por *A Imprensa* Católica, a

¹⁰⁸⁷ Sociedade de Medicina e Cirurgia. Discursos de recepção e de posse do Dr. Tito Mendonça. In. O JORNAL., 06 de nov. de 1924.

¹⁰⁸⁸ **Espiritismo** ou **Kardecismo** ou **Espiritismo kardecista** trata-se de uma doutrina religiosa e filosófica mediúnica que foi codificada pelo pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, conhecido por seu pseudônimo Allan Kardec. O Espiritismo teria se estruturado a partir dos diálogos entre os médiuns e os espíritos desencarnados que tratavam de assuntos de cunhos científicos, religiosos e filosóficos sob a ótica da moral cristã, isto é, tomando por base o princípio do amor ao próximo. Um dos preceitos básicos da doutrina espírita é a ideia de que **“Fora da caridade não há salvação”**. KARDEC, Allan. O Evangelho Segundo os Espíritos. Disponível em <http://febnet.org.br/wp-content/themes/portalfeb-grid/obras/evangelho-guillon.pdf>. Acesso em 23.09.2016; ARRIBAS, Célia das Graças. Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. Dissertação (Mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo – USP, 2008.

¹⁰⁸⁹ Em 1892, o Jornal “O Parahybano”, publicou o trabalho do médico italiano Cesare Lombroso intitulado “Espiritismo e psiquiatria: Explicação psichuiátrica de certos facto espíritas”. No referido trabalho, Lombroso relata as experiências espíritas realizadas por ele e pelos médicos Tamburini, Virgilio, Bianchi e Vizioli, com a

influencia do catimbó¹⁰⁹⁰, este último, identificado pelos escritores do referido jornal como “uma peste africana” que ia “tomando vulto espantoso na[quela] urb”¹⁰⁹¹.

Os propagadores[as] de tais ideias eram acusados[as] pelos redatores da folha Católica de “se fazerem de médicas, cirurgiãs e curandeiras, com grave prejuízo da saúde de muita gente”. Enfim, o catimbó, especialmente, o catimbó mais aperfeiçoado, chamado de “espiritismo” pelos jornalistas de *A Imprensa*, era considerado “uma perigosíssima prática, verdadeira escola de loucos[as], onde se inutiliza[vam] paes, mães, esposos, cidadãos que poderiam ser úteis à terra que habita[vam]”.¹⁰⁹²

Assim, na manhã da segunda-feira, oito de novembro de 1915, os assinantes daquele “órgam chrístão” puderam acompanhar mais um capítulo da saga “O Espiritismo”. Naquele número, os jornalistas de *A Imprensa* reclamavam às autoridades policiais da cidade da Parahyba o extermínio da “demoníaca seita dos nevropathas”, sob a acusação de que os “espiritistas” professavam o “ocultismo e a pornografia”, o que reduzia a população daquela Capital “a uma caterna de dementes, cacheticos, alucinados e amorais”.¹⁰⁹³

O autor da matéria lançava sobre “a gente do povo”, as quais jugava “faltar as luzes da instrução e os rudimentos da fé”, a responsabilidade por se disseminar, naquele meio social, as formas grosseiras do feitiço e da magia”, o que tinha relação direta com o crescente número de doentes mentais registrado naquela cidade. Inclusive, segundo o mesmo redator, como consequência do progresso das práticas “espiritistas”, “além de verdadeiros casos de loucura, já não [eram] raros [naquela Capital] os casos de perturbações menos graves que à loucura conduzem: maníacos, visionários, misanthropos e outros typos mordicos”¹⁰⁹⁴.

Apesar de recair sobre os pobres a acusação de serem disseminadores das práticas de catimbó, também a Igreja, por meio de *A Imprensa* denunciou a adesão de homens e mulheres pertencentes as elites parahybanas à tais práticas, conforme pode-se ler nas páginas daquele jornal no dia 10 de abril de 1916. Na matéria intitulada “Catimbó de alta roda”, o redator,

médium Eusábia Paladino, a partir de 1891. Ver: Jornal O Parahybano dos dias 21, 22, 25, 27 e 28 de setembro de 1892;

¹⁰⁹⁰ De acordo com Ivonildes da Silva Fonseca, a prática do catimbó na Província/Estado da Parahyba remota ao século XVI, sendo a cidade de Alhandra o berço dessa religião. A mesma autora define o catimbó como “um rito religioso e mágico que atendia as necessidades da comunidade em que está inserida e na sua busca de potencialização simbólica fundiu elementos africanos, ameríndios e católicos. Na Parahyba do século XX, observa Fonseca, com base nos jornais de época, o catimbó expressa uma relação entre magia e bruxaria. Ver: Jornal O Norte, de 23 de set. 1911; Idem, 30 de set. 1911. FONSECA, Ivonildes da Silva. **Mesas, giras, toques e sambas: intolerância e legitimação dos cultos afro-brasileiros paraibanos.** Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2011.

¹⁰⁹¹ Jornal A Imprensa de 12 de julho de 1915.

¹⁰⁹² Ibidem.

¹⁰⁹³ Jornal A Imprensa de 08 de novembro de 1915.

¹⁰⁹⁴ Ibidem.

referindo-se a uma cartomante que faz concorrer a sua “espelunca catimbozera”, gente “honesta e trabalhadora da sociedade parahybana”, lançou:

Que o baixo povo, ignorante e supersticioso se deixe levar pela corrente das mistificações e dê crédito a invencionices de mestres da vida, vá; que o desculpa o estado rombo do seu espírito, mas é que a clientela da megera, cota-se no alto, e pessoas de representação, contando-se (é triste) também não se envergonham de consultar á sorte, tangida a bel prazer entre baralhos viciados.
[...] em vez de nos mostrarmos fortes para o trabalho e agradecidos ao Senhor pelas graças copiosas que nos concede, corremos para antros cabalísticos.¹⁰⁹⁵

Nos anos 1920, o Centro Espírita São João Batista, liderador pelo mestre Miguel do Nascimento, deu lugar a toda sorte de práticas grosseiras de cura. Consta que naquele espaço, o mestre Miguel, explorando a “credulidade do povo”, dizia curar as moléstias, lançando-as sobre um macaco que havia no centro¹⁰⁹⁶. Além de sequestros e de “fisgar dinheiro dos associados”, o “falso espiritismo” do mestre Miguel era acusado tanto por clérigos parahybanos, como por médicos e jornalistas, de “amalucar” as pessoas, em face do que o mesmo se tornou caso de polícia, o que era influenciado, por certo, pelo discurso dos sanitaristas, como sugere o título da matéria publicada pelo tenente Silvério de Araújo, em O Jornal, de 24 de abril de 1924, “Em defesa do saneamento moral da minha terra”.¹⁰⁹⁷

Deves-se observar, entretanto, que a luta pelo reconhecimento da classe médica parahybana para reprimir o exercício ilegal da medicina, a partir da constituição de uma medicina científica, que começava a se especializar, teve por lugar as sessões da Sociedade de Medicina e Cirurgia, onde, de acordo com o Dr. José Marciel, “pregando [naquele] recinto as boas idéas, os verdadeiros alicerces do grande edificio da ciência que professa[vam], [...] falando, escrevendo e propalando”, os médicos conseguiriam impor o seu valor, qualquer que fosse a especialidade a que se dedicassem¹⁰⁹⁸, inclusive no campo psiquiátrico. A isso, acrescente-se o que ressaltou o Dr. Tito Mendonça, sobre a importância daquela agremiação, onde os médicos “pod[iam] fazer comunicações dos casos mais interessantes da clinica, discutil-os nos seus pontos duvidosos e dest’arte concorrer para a ilustração própria e evolução da medicina em nossa terra [no Estado da Parahyba]”¹⁰⁹⁹.

¹⁰⁹⁵ Jornal A Imprensa de 10 de abril de 1916.

¹⁰⁹⁶ Jornal O Jornal, de 11, 13 de março de 1924.

¹⁰⁹⁷ Jornal O Jornal de 24 de abril de 1924.

¹⁰⁹⁸ Sociedade de Medicina e Cirurgia. Discursos de recepção e de posse do Dr. Tito Mendonça. In. O JORNAL., 06 de nov. de 1924.

¹⁰⁹⁹ Ibidem.

Pelo exposto, entende-se que, naquele contexto, os médicos parahybanos se uniam com os fins de, por um lado combater um inimigo comum, os charlatões, e, por outro, para o fortalecimento da medicina como ciência. Não se observou, na documentação examinada, nenhuma querela pública entre os médicos licenciados. Note o[a] leitor[a]: não se está afirmando que não existissem divergências entre os “doutores” que clinicavam aqui no Estado da Parahyba, apenas os mesmos não tinham ainda o [mau] costume de discutir suas diferenças nas páginas dos jornais. A propósito, até a cobertura da Semana Médica de 1927, os médicos usavam as páginas dos periódicos de circulação local para acentuar seus posicionamentos sobre os assuntos em que se diziam especializados. Mas esta aparente paz não duraria por muito tempo.

Fortalecida a classe médica em detrimento dos terapeutas populares, iniciou-se uma disputa no interior da própria categoria, que, provavelmente, passou a defender a necessidade da especialização médica, a partir do aprimoramento profissional sobre determinada parte do corpo ou de doença específica. Desta forma, a dedicação destes médicos às subáreas médicas concorreu para a legitimação, dentro da Sociedade de Medicina e Cirurgia, da[s] especialidade[s] a que cada um dos seus membros se dedicava, diz-se, da[s] auto especialização[ões]¹¹⁰⁰. Não havia aí, ainda, a exigência de que os mesmos realizassem um curso de especialização em Faculdades ou Institutos de Medicina. Os cursos de especialização seriam perseguidos pelos “doutores” parahybanos a partir dos anos 1930, mas isso é assunto para outro estudo.

Enfim, ainda os anos 1920 não haviam acabado, como se as especialidades dos clínicos-gerais estivessem sempre impelidas a atender as necessidades da gestão, Manuel Florentino passou a reclamar a necessidade de que fossem consultados para obras públicas, com o propósito de que as mesmas fossem realizadas com maior proveito para a sociedade, médicos especialistas em saúde pública, revelando nítido interesse deste médico em ocupar funções de direção junto ao governo Estadual¹¹⁰¹. A fim de conseguir o que desejava, Dr. Florentino atirou ao Dr. Newton Lacerda, para acertar no Dr. Sá e Benevides, a seguinte crítica acerca da responsabilidade pela construção do *Hospital-Colônia* Juliano Moreira,

Ninguém põe em dúvida a capacidade do meu ilustre colega, mas convém frisar que quando êle foi dirigir a colônia, a encontrou feitinha, cheia de

¹¹⁰⁰O termo auto especialização foi criado pela autora para identificar os médicos que se dedicaram a estudar e debater assuntos específicos da medicina dentro da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, sem, contudo, realizarem cursos de especialização nas Faculdades e Institutos médicos do Brasil e/ou do Exterior.

¹¹⁰¹Interessado em tomar à frente das obras de construção do futuro Hospital de Isolamento, Dr. Manuel Florentino lembrava ao governo do Estado que “na hygiene estadual havia um funcionário com o curso de saúde pública e cuja competência já havia sido posta a prova”. Sobre isso, ver a Carta do Dr. Manuel Florentino sobre o Futuro hospital de Isolamento. In. Jornal A União de 28 de jun. de 1929.

todo ou quase todo o material necessário ao sêo funcionamento e nada mais fez que por a máquina em marcha.

Engana-se o Dr. Newton Lacerda, quando pensa ignorar eu a evolução dos factos que nos trouxeram ao [professor] “Juliano Moreira”. Este ilustre professor não tem nenhuma culpa de haveremos construído o asylo de louco como o possuímos e seria rematada petulância minha querer ensinar padre-nosso ao vigário¹¹⁰².

Com tais palavras, o sanitarista colocava a culpa pelas falhas que comportava o Hospital-Colônia no clínico-geral responsável pela execução da obra, o Dr. Sá e Benevides, ratificando, inclusive, que a planta, doada em 1917, ao psiquiatra Octavio Soares pelo Dr. Juliano Moreira, era para um hospital. E insistiu: “hospital – veja bem!”. Depois seguiu defendendo o psiquiatra, afirmando que, mais tarde,

quando pediram nova planta e novos conselhos ao professor Juliano, falaram-lhe em colônia (e não mais em hospital), e como ele ignorava o que se passava aqui [...] fornecêo uma planta para a colônia perfeita no dizer dos entendidos [...] que culpa teve o professor Juliano de não ver observado os seus conselhos?¹¹⁰³.

E, declarando-se ignorante em Psiquiatria, afirmou ser muito vasta sua especialidade¹¹⁰⁴. O que, segundo consta, não lhe valeu em termos de prestígio junto aos políticos parahybanos.

Apesar do exposto, as disputas de poder entre clínico-gerais e especialistas, no meio parahybanos, teve outras nuances, de forma que estudiosos dedicados a assuntos específicos adquiriram mais importância e legitimidade do que aqueles possuidores de cursos de especialização, tal foi o caso do Dr. Benevides, observado neste mesmo estudo, na parte intitulada “*A Constituição da Psiquiatria no Estado da Parahyba: uma ciência de hygienistas, clínicos gerais e psiquiatras*”.

Dito isto, arrisca-se que, ao se intitular implicitamente neuropsiquiatria, conforme ficou em evidência no Artigo 2º do Regulamento do Hospital-Colônia Juliano Moreira, o Dr. Newton estivesse tanto seguindo uma tendência comum entre os clínicos parahybanos naquele contexto, a auto especialização, quanto, atendendo às necessidades da gestão, com vistas a imprimir credibilidade à instituição que se ia inaugurar. Ora, de acordo com o Decreto 1.132, de 1903, Art. 14, quem pretendesse fundar ou dirigir um estabelecimento destinado ao tratamento

¹¹⁰²FLORENTINO. Manuel. Carta aberta ao Dr. W. Guedes Pereira. In. A União de 03 de ago. de 1929.

¹¹⁰³Ibidem.

¹¹⁰⁴Ibidem.

de alienados[as], deveria requerer ao Ministro do Interior, ou aos governadores, a autorização para isto. Neste sentido, deveria anexar documentação comprobatória de que o hospício atendia as condições estabelecidas no Art. 15 daquela lei, quais sejam:

- 1º documentos tendentes a provar que o local e o estabelecimento estão nas condições do art. 13;
- 2º o regulamento interno da casa de saúde;
- 3º declaração do número de doentes que pretenda receber;
- 4º declaração de receber ou não o estabelecimento apenas alienados, e de ser, no ultimo caso, o local reservado a estes inteiramente separado do destinado aos outros doentes¹¹⁰⁵.

Atender ao artigo 13 da referida lei, que estabelecia a necessidade de serem dirigidos os Hospitais destinados ao serviço de Assistência aos Alienados por um profissional habilitado, talvez seja a explicação para a alteração realizada por Dr. Newton Lacerda no Regulamento daquele estabelecimento. Afinal, não existia ali tecnologia necessária para os estudos neurológicos, nem tampouco, anatomo-patológico dos alienados[as], como se observará no decorrer deste estudo.

Polêmicas à parte, baixado o regulamento do Hospital, por meio do Decreto 1.515, de 18 de junho de 1928, o governador o fez publicar na íntegra, no jornal oficial do governo Republicano, A União, ocasião em que designou o dia 23 de junho para a instalação da “Colônia de Alienados”,¹¹⁰⁶ ou seja, no dia imediato a realização das eleições estaduais para governador. A proximidade entre os dois acontecimentos sugere que Suassuna pode ter usado a inauguração daquele serviço com fins políticos, em benefício do candidato à presidência da Parahyba, o Dr. João Pessoa, isto porque, aquele era “um melhoramento de finalidade humana e alto alcance social”, conforme ele próprio declarou¹¹⁰⁷.

Corroborar com tal afirmação a declaração que fez o chefe do Executivo, em seu discurso de inauguração da Colônia de Alienados, quando reiterou a necessidade “de que outras iniciativas [viesses] completar com o que lhe faltava [à Colonia] para a sua completa eficiência”, sugerindo que o Dr. João Pessoa, pelo fato de ter “seu nome irradicavelmente ligado ao estabelecimento e a sua fundação, colocaria á altura de ser mais um galardão, um padrão bem

¹¹⁰⁵Sugere-se ao leitor rever o que estabelece o Artigo 13 da lei 1132 nas páginas 352-353 para uma melhor compreensão. BRASIL. **Decreto Nº 1.132**, de 22 De dezembro de 1903. Reorganiza a Assistencia a Alienados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1132-22-dezembro-1903-585004-publicacaooriginal-107902-pl.html>. Acesso em Acesso 12.01.2013.

¹¹⁰⁶ **Decreto 1.515** DE 18/06/1928. In. Jornal A União, 19/06/1928.

¹¹⁰⁷A União de 24 de jun. de 1928.

digno de nossa cultura”¹¹⁰⁸. Grave bem isso leitor[a]! Ainda neste estudo, será conhecida a involução daquele serviço durante os dois anos de governo do Dr. João Pessoa.

Destarte, passadas as eleições, ocorridas num dia de sábado, que, de acordo com as representações do jornal situacionista, aconteceram em clima de paz, era chegado o momento de inaugurar solenemente o Hospital-Colônia Juliano Moreira. Com este desígnio, naquele domingo, 23 de junho, pouco antes das 16 horas, o chefe do Executivo estadual seguiu de automóvel, do Palácio do Governo (N)¹¹⁰⁹, no Centro da cidade, em comitiva, até a distante Avenida João Machado, onde se localizava o estabelecimento que seria inaugurado.

Nas proximidades da “Colônia”, deveria haver alguns curiosos, homens e mulheres, em nome dos quais tudo no Estado era reclamado, mas que não eram convidados a desfrutar dos “banquetes” pagos pelo erário. A propósito, a matéria que circulou em A União, na véspera daquela solenidade, advertia a população da cidade de Parahyba do Norte e circunvizinhanças que somente deveriam comparecer à cerimônia “pessoas representativas da sociedade”¹¹¹⁰.

No edifício, o Dr. João Suassuna e seus acompanhantes foram recebidos no pórtico pelos doutores Newton Lacerda e Mário Coutinho, que os conduziram ao salão principal, onde estava sendo servido champanhe a “um avultado número de pessoas ‘representativas’ [daquele] meio”, destacando as presenças do Desembargador José Ferreira de Novaes, então provedor da Santa Casa e dos médicos Sá e Benevides, Octávio Soares e Flávio Ribeiro Coutinho¹¹¹¹. Além destes, havia ali “advogados, figuras do comércio, jornalistas, chefes de repartições federais e estaduais, e um grande grupo de senhoras e senhorinhas”,¹¹¹² todos, possivelmente, usando trajes de gala, afinal, para muitos dos que estava ali, aquele não era um momento de sociabilidades qualquer ou de compromissos políticos, mas ocasião de afirmação social.

Enfim, reunidos todos no salão principal, teve início a solenidade de inauguração que, de acordo com a representação do redator de A União, “revestiu proposital simplicidade”. Tal discurso, por sinal, repetido pelo chefe do executivo, segundo o qual a instalação do Hospital-Colônia “era um acto de absoluta simplicidade, e muito de intenção assim se deliberara, por que entendia que aquelle momento devia ser de alegria, mas de alegria comedida, recôndita, affectuosa, como a própria caridade”¹¹¹³.

¹¹⁰⁸SUASSUNA, João. Discurso de inauguração do Hospital Colônia Juliano Moreira. In. Jornal A União de 24 de jun. de 1928.

¹¹⁰⁹O palácio do Governo funcionava no edifício que foi que abrigou o Liceu Parahybano. Ver Planta 01.

¹¹¹⁰Jornal A União de 22 de jun. de 1928.

¹¹¹¹SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998, p. 79.

¹¹¹²Jornal A União de 24 de jun. de 1928.

¹¹¹³Jornal A União de 24 de jun. de 1928.

Como se observa, havia um nítido interesse do governo em imprimir àquela ocorrência um ar de solidariedade para com os infelizes privados da razão. Entretanto, o rito que marcou aquele momento, se não teve a pompa característica dos eventos oficiais patrocinados com verbas públicas, nem por isso pode ser considerado um ato de “absoluta simplicidade”, como se observará mais à frente. Dito isto, arrisca-se que o Dr. Suassuna tenha agido movido por uma “moral da compaixão”, que pode ser expressa em termos do que afirmou Nietzsche:

Ao realizar atos de caridade [...] agimos impulsionados pelo júbilo provocado pelo espetáculo de uma situação oposta à nossa, pela ideia de poder socorrer aquele infortunado se assim o desejarem, pela esperança da gratidão que haveremos de obter pela atividade do socorro¹¹¹⁴.

Veja o[a] leitor[a]: sopesando as representações divulgadas em A União, bem como os pronunciamentos do gestor parahybano acerca da relevância daquele melhoramento para a sua obra administrativa, acredita-se que Suassuna não desejava a gratidão dos sujeitos a quem se destinaria o serviço inaugurado, era dos homens e mulheres considerados não-loucos[as], notadamente às elites que viviam na Capital do Estado - onde o número de alienados parecia aumentar dia-a-dia, sobretudo em face do “falso espiritismo” praticado pelo “mestre” Miguel do Nascimento-, que o então governador esperava reconhecimento. Afinal, além de completar o “Systema de Assistência Social” da Parahyba - em benefício das famílias que por “infelicidade” precisassem tratar seus parentes, ou livrando os habitantes das cidades parahybanas dos perigos representados pela divagação dos alienados[as]-, a Colônia de Alienados era percebida, também, como uma obra modelar e, portanto, considerada como uma conquista material importante para o processo de modernização da capital da Parahyba. Assim sendo, já havia passado das 16 horas, quando o Dr. Suassuna, depois de tecer muitos elogios a sua administração e de “alfinetar” alguns desafetos, declarou inaugurado o Hospital-Colônia “Juliano Moreira”, entregando-o oficialmente ao Dr. Newton Lacerda, a quem caberia, “com o seu preparo científico e sua dedicação”, administrar aquela que era a mais “bela conquista do nosso [do Estado da Parahyba] espírito filantrópico”.¹¹¹⁵

Depois disso, o governador, entre aplausos, passou a palavra ao Dr. Newton que, depois de cumprimentar os homens e mulheres ali presentes, como de praxe, iniciou seu discurso de inauguração:

¹¹¹⁴Apud. CAPONI, Sandra. **Da compaixão à Solidariedade**: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000, p.19.

¹¹¹⁵SUASSUNA, João. Discurso de inauguração do Hospital Colônia Juliano Moreira. In. A União 24/06/1928.

[...] Até este momento estávamos atrasados de um século no tocante á assistência a alienados[as].

Desde o grito libertador de Pinel quebrando os grilhões que prendiam os pulsos dos loucos[as] agitados[as] na Salpetriere, que se iniciou para esses infelizes uma época de menos infortúnio. Aqui não existe, como podereis verificar grades, nada se assemelha a prisão, é o systema de portas abertas em que os doentes gozarão de uma liberdade relativa dentro nos muros do estabelecimento¹¹¹⁶.

O médico se prolongou ainda por algum tempo, descrevendo todos os cômodos e serviços a serem administrados naquele estabelecimento, que, como o[a] leitor[a] poderá ver nas páginas seguintes, sugeria a ruptura com o regime prisional ao qual eram submetidos os alienados[as] nas casas dos seus familiares, no Asylo de Sant’Anna e nas Cadeias parahybanas.

Antes de terminar seu discurso, Dr. Newton lembrou alguns dos parahybanos que tinham seus nomes ligados àquela instituição: Epitácio Pessoa, Juliano Moreira, Solon de Lucena, Sá e Benevides e João Suassuna.

Terminado aquele pronunciamento, começou a tocar a banda de música da Força Policial do Estado, animando o ambiente até o começo da noite, quando foi servido um “impecável buffet” aos convidados, confrontando com o discurso inicial, que afirmava ser aquela uma cerimônia simples.

Ao final de tudo, “houve uma visita protocolar as principais instalações do prédio”, onde já estavam instalados, desde a manhã daquele domingo, os primeiros pacientes psiquiátricos, transferidos do Asylo de Sant’Anna.

Quanto à participação destes homens e mulheres considerados alienados[as] nas festividades de inauguração da Colônia, pode-se dizer que estiveram ali como parte do espetáculo oferecido pelo governo “às pessoas representativas da sociedade” parahyba.

Como agiram e/ou reagiram, o que sentiram e/ou falaram os homens e mulheres que passaram a ocupar os pavilhões daquele Hospital? Nada foi registrado nas páginas dos jornais. Assim, percorrer-se-á os corredores daquele edifício, às vezes escuros, às vezes frio, às vezes barulhentos, outras vezes silenciosos, em busca das experiências daqueles sujeitos.

¹¹¹⁶LACERDA, Newton. Discurso de inauguração do Hospital Colônia Juliano Moreira. In. A União 24/06/1928.

5.3.1 Os personagens aprisionados

*Que tenebroso mal é o da existência!
E os pobres homens estão sós no mundo!!!
Oh! O império da loucura em que me afundo,
sem força que domine a consciência.*

*Que vê minha retina alucinada?
Que me impressiona estas pupilas pasmas?
_Uma ronda noturna de fantasmas que vêm do nada e voltam para no
nada!*

Silvino Olavo, ex-paciente do Hospital-Colônia “Juliano Moreira”,
Solilóquio de um Suicida, 1927.

Quando o jurista, jornalista, político e poeta Silvino Olavo escreveu o poema em destaque, a inauguração do Hospital-Colônia “Juliano Moreira”, apesar dos investimentos que vinha realizando o Dr. João Suassuna, ainda não tinha data certa.

Não consta na documentação compulsada que, naquele momento, Silvino sofresse de qualquer tipo de doença mental. Então, inesperadamente, em setembro de 1929, quando em viagem ao Rio de Janeiro, ao lado do Dr. João Pessoa, na qualidade de chefe de gabinete da presidência do Estado da Parahyba, o poeta, dando sinais de uma crise nervosa, apareceu com uma maleta na cabeça, revelando, “distúrbios do pensamento” e “com percas da consciência e fantasias em relação ao mundo real”¹¹¹⁷, o que causou estranheza a quem assistiu à cena. Conduzido a clínicas especializadas, logo veio o “fatal” diagnóstico de esquizofrenia¹¹¹⁸ e a primeira internação, ocorrida na Capital Nacional, onde permaneceu alguns dias apenas.

Àquele tempo, na capital parahybana, a Assistência aos Alienados já era uma realidade, o que poderia viabilizar seu tratamento ali mesmo, perto dos seus parentes e amigos, visto que, de acordo com as ideias do psiquiatra suíço Bleuler¹¹¹⁹, as internações, embora

¹¹¹⁷Conforme BLEULER apud. CAMPOS, Murillo de. O grupo das esquizofrenias ou demência precoce. Relatório apresentado ao III Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiátrica e Medicina Legal. Rio de Janeiro. Julho de 1929. In. **Arquivos Brasileiros de Neurolia e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, n.3, nov. 1929, p.155-188. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/30.pdf>. Acesso em 20.04.2016.

¹¹¹⁸A noção bleuleriana de “esquizofrenia” colocava em relevo aquele que seria a principal característica desses doentes: “a dissociação das faculdades Psíquicas”. CAMPOS, Murillo de. Op. cit. p. 710. Sobre isso ver ainda: PEREIRA. Mário Eduardo Costa. Bleuler e a invenção da esquizofrenia. **Rev. Latinoam. Psicop. Fund.**, III, 1, 158-163. In.

http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/revistas/volume03/n1/bleur_e_a_invencao_da_esquizofrenia.pdf. Acesso em 20.04.2016.

¹¹¹⁹Eugen Bleuler, nasceu na Suíça, onde concluiu seu curso médico no final do século XIX. Interessado por psiquiatria desloca-se para Paris onde prossegue seus estudos ao lado de Charcot e Magnan. Depois disso, vai para Munique, onde aproximou-se das ideias de Kraepelin, que embora tenham sido largamente difundidas na Europa, e

tivessem o papel de reeducação social e controle da crise de esquizofrênia, elas eram desvantajosas para esses casos clínicos, uma vez que afastava o doente da sociedade, dificultando seu retorno ao estágio mental anterior ao ataque, para o que era recomendada a “alta precoce”¹¹²⁰.

Com a saúde melhorada, Silvino regressou ao Estado da Parahyba, onde reassumiu seu emprego e contraiu matrimônio com Carmélia Borges, natural da cidade de Pilar. Cidade esta onde não deve ter chegado a notícia do seu “infortúnio”. De outra forma, considerando a larga difusão das ideias eugênicas, talvez o consórcio com aquela moça não tivesse se concretizado. Era novembro de 1929. E não demorou até que novas crises o acometessem, culminando em novo internamento. Não no Juliano Moreira, mas no Hospital da Tamarineira, no Recife. Diante desta informação, a questão que se coloca é: por que o Dr. Silvino Olavo foi se tratar na vizinha cidade do Recife, quando na sua terra, havia, segundo os médicos Sá e Benevides e Newton Lacerda, um hospício equipado com modernas técnicas auxiliares da psiquiatria?

Embora não existam, na documentação estudada, informações que possam esclarecer as motivações para a preterição pela Assistência aos Alienados oferecida no Hospital Colonia Juliano Moreira, arriscam-se algumas possibilidades:

- 1) sopesando o estigma que ainda pesava sobre os alienados[as], talvez a decisão de ir para o Hospício de Recife objetivasse manter a doença em segredo, o que, acreditasse, não devia ser incomum nestas paragens. Inclusive, José Joffily, na apresentação do livro biográfico, “A vida Dramática de Silvino Olavo”, de autoria de João de Deus, observou que havia uma espécie de “conspiração de silêncio” nas famílias burguesas parahybanas, que tendiam a esconder as tragédias de suicídio ou “morte em manicômios ou leprosários”¹¹²¹;
- 2) dado ao renome do Dr. Ulisses Pernambucano na clínica psiquiátrica e tendo em vista a confortável situação financeira do Dr. Silvino, a opção por se tratar no Recife se explica tanto em termos da experiência clínica daquele psiquiatra, como pela disponibilidade de recursos para a terapêutica psiquiátrica naquele Hospício¹¹²²;
- 3) como chefe de gabinete do Dr. João Pessoa, Silvino Olavo, deveria ter conhecimento acerca das mudanças ocorridas no regime terapêutico e na organização do espaço

mesmo na América, no início do século XX, passou a sofrer contestações. Diante deste quadro Bleuler, já na condição de catedrático de psiquiatria da Universidade de Zurique, lançou-se aos estudos da demência precoce, vindo a lançar suas teses sobre a esquizofrenia. Em 1911, publicou a síntese de suas ideias na monografia intitulada “Demência precoce ou o grupo das esquizofrenias” (idem).

¹¹²⁰CAMPOS, Murilo de. op cit.

¹¹²¹In. DEUS, João de. **A Vida Dramática de Silvino Olavo**. Brasília. Centro Gráfico do Senado Federal: 1992.

¹¹²² Em “Medicina: Pernambuco e Tempo”, Veolo Costa dedicou um capítulo a História da Psiquiatria em Recife exaltando os métodos avançados da terapêutica psiquiátrica praticados ali. COSTA, Veloso. Subsidio ao Hospital Psiquiátrico da Tamarineira. In. **Medicina: Pernambuco e Tempo**. Recife, S/Ed. S/D

interno do “Juliano Moreira”, após contrato firmado com os médicos Antonio Avila Lins e Carlos Pires, em novembro de 1928, levando-o a procurar auxílio fora dali. Assim, somente em 1934, quando esteve impedido, por força de sentença judicial, Silvino foi internado no Juliano Moreira, vindo transferido do Hospital de Doenças Nervosas e Mentais, de Recife [Tamarineira], onde, contrariando as prescrições de Bleuler, se manteve até a morte da sua esposa, ocorrida em 1944, a única que legalmente poderia retirá-lo daquele lugar.

Como o referido poeta, não devem ter sido poucos os homens e mulheres esquecidos naquele nosocômio. Inclusive, o Dr. Newton Lacerda chegou a reclamar, na revista “Medicina”, da constante emigração dos doentes mentais deste Estado para a Capital de Pernambuco, o que, na opinião do “quase neuro-psiquiatra”, revelava o evidente desprestígio dos clínicos parahybanos¹¹²³. Apesar desta crítica, que talvez se dirigisse aos doentes mentais dos segmentos nomeados como elites, para a grande maioria dos alienados[as] pobres, remetidos de todas as partes do Estado¹¹²⁴, para a Capital parahybana, só havia uma possibilidade para se tratarem, conforme orientava a ciência-médica: o “Juliano Moreira”. Fora dali, além das rezas, magias e xaropadas, praticadas pelos terapeutas populares, só a liberdade vigiada das “passagens”. Entende-se, portanto, quão esperada foi a inauguração do Hospital-Colônia Juliano Moreira para as famílias de homens e mulheres considerados alienados[as].

Espera frustrante, pode-se dizer, pois, de acordo com o primeiro regulamento daquele estabelecimento, ali não seriam admitidos *doentes mentais pobres, encaminhados por seus familiares*. Alienados[as] pobres, ali, somente seriam admitidos se encaminhados pela polícia, o que os equiparava a marginais¹¹²⁵. Até porque, a função social daquele estabelecimento era, apesar dos insistentes discursos filantrópicos e de compaixão, o ordenamento da cidade da Parahyba, que, mantendo ainda a condição de lugar central no Estado, atraía para si aqueles indesejáveis hóspedes. Neste sentido, não por acaso, os primeiros pacientes do “Juliano Moreira” foram recambiados do Asylo de Sant’Anna e da Cadeia pública daquela Capital.

Assim, na manhã do dia 23 de junho, por volta das 11 horas, iniciou-se a transferência dos 13 alienados[as] que existiam nas células do Asylo de Sant’Anna, onde eram mantidos em

¹¹²³LACERDA, Newton. **O êxodo dos nossos doentes**. In. Revista de Medicina, ano 3, n.5, set. de 1934, p.2.

¹¹²⁴Conforme se observa nas FICHAS de registro dos pacientes da Assistência a Psicopatas do Estado da Parahyba – Hospital-Colônia Juliano Moreira (1928-1930). Também, nos Jornais locais, há registros de informando sobre a remessa de alienados do interior do Estado para o “Juliano Moreira”. PARAHYBA DO NORTE. A União, 20/01/1929; 14/09/1929.

¹¹²⁵Lima Barreto em Diário do Hospício denunciou esta prática de equiparar loucos[as] a criminosos. BARRETO, Lima. Op. cit.. p. 179.

regime de prisão, “bem martirizante”¹¹²⁶. A entrega de tais sujeitos foi precedida por requisição do Diretor da Colônia, conforme previsto no Art. 25º do regulamento interno. Acompanhou todos os passos da transferência, realizada em ambulância, por uma distância de 2 km, em estradas de difícil acesso, o Dr. Mario Coutinho, que, por sinal, exercia também o cargo de Diretor de Hygiene Interino dos Hospitais da Santa Casa. Não consta que tenha havido qualquer incidente. Todavia, é possível que, por onde passou o carro de ambulância que conduziu “os[as] loucos[as] ao hospício”, tenha chamado a atenção dos moradores e/ou transeuntes que cessaram por um instante seus afazeres para observarem e/ou serem observados por aqueles sujeitos.

Retirados os pacientes do Asylo, a Santa Casa se viu, finalmente, livre daquela empresa, considerada por seus provedores como “inútil e onerosa”.

Também o Dr. José Ferreira de Novaes, em seu relatório de 2 de julho de 1928, declarou ser “motivo de jubilo para a Santa Casa haver sido inaugurada a Colônia de Alienados, onde os insanos da mente encontrar[iam] o tratamento de que precisa[vam] para a atenuação de sua desdita”¹¹²⁷.

Mas, e os “insanos[as]”, o que sentiram e como reagiram a inauguração daquele serviço que prometia melhorar suas vidas?

Não há como saber o que sentiram, também não há registro sobre suas reações, mas uma coisa pode-se seguramente afirmar: eles sentiram! Também reagiram! Afinal, estavam vivos. Apesar de serem nomeados como alienados[as], tratavam-se, antes de tudo, de homens e mulheres ordinários. Cada um deles dono de suas próprias emoções, isso sugere que a população do hospício era bastante heterogênea, tal como em qualquer instituição ou fora delas.

Também a inauguração do “Juliano” foi comemorada pelo Diretor da Cadeia Pública, conforme pode-se observar no trecho do relatório que o mesmo encaminhou ao chefe de polícia do Estado:

O dia 23 de junho deve ser lembrado nesta casa com especial carinho. Assignala a remoção dos loucos para a Colonia de Alienados, cuja inauguração vale por um titulo de lata benemerência para o actual governo. Sabe v. exc. Do quadro dantesco dos loucos depositados nas prisões, sem tratamento apropriado, a se devorarem na fúria da moléstia; e bem póde calcular do allivio ora desfructado pela administração desta casa, dantes sem tranquillidade, pela falta de recurso para proporcionar a tão infelizes creaturas um relativo conforto¹¹²⁸.

¹¹²⁶NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1928. Parahyba do Norte, Artes Graphicas J. Coelho e Irmão, 1928, p. 5.

¹¹²⁷Ibidem, p. 8

¹¹²⁸SUASSUNA, João. Discurso de inauguração do Hospital-Colônia Juliano Moreira. In. *Jornal A União* de 24 de jun. de 1928, p. 59.

Em obediência às ordens do Dr. Julio do Nascimento Lyra, chefe de polícia da Parahyba, foram transferidos da Cadeia pública da capital dez alienados[as], 6 homens que respondiam pelos nomes de Luiz Bodeiro, Severino Ferreira, Manoel Gonçalves de Sousa, Silvino José de Oliveira, Francisco Capuchú e Aurélio de Tal; as mulheres, em número de 4, eram Amália da Conceição, Marcionília de Abreu, Maria da Paz e Maria José da Conceição.

Loucos[as]-criminosos[as]? O que fizeram tais sujeitos para estarem nas células da cadeia naquele momento? Embora seja constante na documentação compulsada a referência à presença de loucos[as]-criminosos[as] nas Cadeias, é preciso observar que, naquele contexto do final dos anos 1920, onde havia um intenso discurso em defesa da modernização das cidades, bastava apresentar comportamentos destoantes, daqueles que eram esperados pelas elites parahybanas, para ser considerado alienado[a] e conduzido as células das prisões, de onde era transferido para a “Colônia de Alienados”.

Feitas estas considerações e não sendo possível conhecer o íntimo daqueles sujeitos, tentar-se-á revelar algumas das possíveis faces da loucura, ou melhor, dos “doentes mentais” que passaram pela “Colônia Juliano Moreira”, entre os anos de 1928 e 1930.

Consta que a paciente de registro número 1 da Colônia chamava-se Maria do Carmo, ou “Caminhão”, como era conhecida¹¹²⁹. Esta senhora estava, provavelmente, entre os alienados[as] transferidos do Asylo de Sant’Anna, na manhã do dia 23 de junho, vindo a constituir, junto a outros tantos homens e mulheres, a massa de *indigentes* do novo “depósito de seres...anormais”¹¹³⁰ do Estado da Parahyba.

Embora não seja possível dizer mais sobre “Caminhão”, sabe-se que ela não foi a única mulher que esteve naquele estabelecimento. Outras Marias, Severinas, Bertolinas, Dalvas, Júlias, Amálias, Alexandrinas, Jovinnas, Anas, Joanas, com sobrenomes ou, simplesmente, “de Tal”, estiveram ali impelidas por algum mal, mental ou moral. Inclusive, Daniela Arbex em seu *Holocausto Brasileiro*, denunciou a prática de subjetivação da loucura na sociedade brasileira, onde homens e mulheres sem sintomas de doença mental foram internados em Brabacena por apresentarem comportamentos considerados desviantes ou amorais¹¹³¹.

Segundo os dados consultados, de um total de 81 doentes, 35% eram mulheres, do que se conclui que 65% eram homens, alguns dos quais respondiam pelos nomes de Ernesto, Francisco, Felipe, Firmino, Fausto, José, Antônio, Armando, Hortensio. Considerados em

¹¹²⁹SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998.

¹¹³⁰As palavras são de Barreto, Lima. op. cit. p. 12.

¹¹³¹ ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Geração, 2013.p. 30.

relação à razão, tais sujeitos formavam um grupo homogêneo: o da não-razão, apesar das diferenças impostas pelo sexo, pelas condições econômicas¹¹³², pela idade e/ou pela cor.

A propósito, sopesando que, apesar das mudanças que os higienistas deram a questão da salvação nacional, a questão racial continuava a ser um elemento distintivo na sociedade brasileira. Diante do que, não causa estranheza que a maioria dos pacientes do “Juliano Moreira”, tenham sido declarados pretos (7), pardos (3) e morenos (30), o que corresponde a aproximadamente 50% da população pesquisada. Entretanto, não imagine o[a] leitor[a] que os demais pacientes eram todos brancos. Não, eles não eram. Os alienados[as] registrados como brancos[as] representavam 35% dos internos[as]. Quanto aos demais, cerca de 15%, devido à falta de dados, não foi possível identificar a que grupo pertencia, entretanto, arrisca-se que eram, em sua maioria, “cidadão de cor”.

Outra diferença que se insinuava aos olhos de quem adentrava naquele Hospício, diz respeito às diversas gerações que ali conviviam, agrupadas, neste estudo, da seguinte maneira:

TABELA 11 – População do Hospital-Colônia Juliano Moreira em relação a Idade (1928-1930)

IDADE	HOMEM	MULHER	TOTAL
0-14	2	-	2
15-29	16	18	34
30-59	15	8	23
60 ou mais	-	2	2
Não identificado	-	-	20

Fonte: Fichas de registro dos pacientes da Assistência a Psicopatas do Estado da Parahyba – Hospital-Colônia Juliano Moreira (1928-1930).

Como se depreende da Tabela 11, aqui, como em outras paragens brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, a doença mental atingia majoritariamente os homens e mulheres entre 15 e 59 anos de idade, o que, ao contrário do que aconteceu naquele centro, não estava relacionado às questões urbanas, advindas do processo de industrialização daquelas cidades. Aqui na Parahyba, as causas principais das doenças mentais estiveram relacionadas à sífilis e as verminoses. Estas últimas responsáveis por muitos retardos mentais, conforme defendiam os higienistas da Comissão de Profilaxia Rural, e mesmo Maroja, tal como observado

¹¹³²Lima Barreto, referindo-se as divisões de classes existentes no Hospital de Alienados Pedro II e a condição de “mortos” que atribuía aos pacientes, observou: “uns estão de carneiro e outros de cova rasa, isto é, onde apesar das diferenças de classes, todos estavam mortos, pois, segundo o escritor, “não há[via] dinheiro nem poder que arrebat[asse] um homem da loucura. Barreto, Lima. op. cit. p. 90.

antes. Para que o[a] leitor[a] tenha uma visão mais geral da situação nosográfica daquele estabelecimento, sugere-se observar o gráfico abaixo:

GRÁFICO 02 – Doenças mentais agrupadas segundo as sintomatologias



Fontes: Fichas de Registro dos pacientes da Assistência A Psicopatas do Estado da Parahyba – Hospital-Colônia Juliano Moreira (1928-1930); Pessotti, Isaías, *Os nomes da Loucura*. São Paulo, ed. 34, 2001; SOARES, Octávio. Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba. In *Jornal A União* de 09 de outubro de 1924. PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Bleuler e a invenção da esquizofrenia. *Revista Latinoamericana de. Psicop. Fundamental*, III, 1, 158-163. In http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/revistas/volume03/n1/bleure_a_invencao_da_esquizofrenia.pdf. Acesso em 20.04.2016.

Uma primeira análise dos dados levaria ao engano de afirmar que os psiquiatras parahybanos detiveram-se exclusivamente à Classificação do psiquiatra alemão Kraepelin. É bem verdade que, se se considerar seus *Compêndios* de Psiquiatria, todas as “espécies” de doenças mentais diagnosticadas no Hospital Juliano Moreira se adequariam à sua categorização, excetuando-se as “*esquizofrenias*”, visto que os sintomas dessas doenças, na classificação kraepeliana, eram encontrados no grupo da “*demência precoce*”. Assim, encontrando-se, nas fichas compulsadas, referências às duas classes de doenças. Perseguindo os rastros existentes, chegou-se à conclusão de que os psiquiatras parahybanos Mario Neves Coutinho e Carlos Pires se apropriavam também das ideias defendidas pelo psiquiatra suíço Engen Bleuler, que, embora fosse seguidor de Kraepelin, aprofundou seus estudos acerca da demência precoce, que considerava um grupo muito amplo, caracterizando-se por “um quadro de empobrecimento

intelectual importante que se instalava a partir da adolescência ou no início da idade adulta”, no que o psiquiatra alemão se aproximava as ideias de Morel¹¹³³. Rompendo com esta noção, Bleuler adotou o termo esquizofrenia para os transtornos mentais caracterizados “por um tipo específico de alteração do pensamento, dos sentimentos e da relação com o mundo exterior atingindo a personalidade, o processo associativo e os afetos ”¹¹³⁴. Neste sentido, a Tabela 12 abaixo oferece uma melhor apreensão do quadro clínico, ou das doenças recorrentes no “Juliano Moreira”, levando em consideração as Classificações de Kraepelin e Bleuler.

TABELA 12 - Doenças Mentais observadas no Hospital-Colônia Juliano Moreira entre 1928-1930

GRUPO SINTOMÁTICO	DOENÇA	
LOUCURA DAS DOENÇAS ORGANICAS	DOENÇAS SIFILÍTICAS	<i>SÍFILIS CEREBRAL</i> <i>TABES</i> <i>PARALISIA GERAL</i> <i>NEUROMYELITIS</i>
	ESTADO ATÍPICO DE DEGENERAÇÃO	
LOUCURA EPILEPTICA	EPILEPSIA	
ESQUIZOFRENIA	ESQUIZOFRENIA	
DEMÊNCIA PRECOCE	DELÍRIO EPISÓDICO DEMENCIA PRECOCE	
PARANÓIAS	PARAFRENIA	
PSICOSE DE ESGOTAMENTO	CONFUSÃO MENTAL	
PARADA DE DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO	IMBECILIDADE IDIOTIA	
ENVENENAMENTO	ALCOOLISMO	
LOUCURA DE IDADE INVOLUTIVA	DEMÊNCIA SENIL	
CRETINISMO	PSICOSE DE INVOLUÇÃO	
PSICOSE MANÍACO DEPRESSIVA	PSICOSE MANÍACO DEPRESSIVA PSICOSE PUERPERAL	

Fontes: Fichas de Registro dos pacientes da Assistência A Psicopatas do Estado da Parahyba – Hospital-Colônia Juliano Moreira (1928-1930); Pessotti, Isaias, **Os nomes da Loucura**. São Paulo, ed. 34, 2001; SOARES, Octávio. Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba. In *Jornal A União* de 09 outubro de 1924. PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Bleuler e a invenção da esquizofrenia. **Revista Latinoamericana de. Psicop. Fundamental**, III, 1, 158-163. In: http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/revistas/volume03/n1/bleuler_a_invencao_da_esquizofrenia.pdf. Acesso em 20.04.2016.

Como se chegou a Bleuler? Primeiro, nos intrigou a informação existente nas fichas [prontuários] de alguns pacientes acerca da condição de suas “Altas” como “curados” e não como “melhorados”. O uso daquele termo nos remeteu às ideias bleulerianas de “curas sociais”,

¹¹³³PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Op. cit. p. 160.

¹¹³⁴BLEULER, apud. SILVEIRA, Renato Diniz. Psicanálise e psiquiatria nos inícios do século XX: a apropriação do conceito de esquizofrenia no trabalho de Hermelino Lopes Rodrigues. In. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 582-596, setembro 2009. p.5. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n3/v12n3a13.pdf>. Acesso em 20.12.2015.

sugerindo “a regressão á vida social e as ocupações habituais que propriamente a ‘cura clínica’ ou transformação das características dos pacientes”.¹¹³⁵ Depois, as ideias do psiquiatra suíço se tornaram, desde 1911, a mais importante referência sobre o assunto. E, no Rio de Janeiro, inclusive, o Dr. Juliano Moreira era conhecedor das ideias do suíço, tendo orientado a tese de Hermelino Lopes Rodrigues, um dos mais árdios defensores das teorias “esquizofrênicas” de Bleuler no Brasil¹¹³⁶. Outrossim, Octávio Soares em matéria publicada no Jornal A União do dia 09 de outubro de 1924, faz referência a 8ª edição do Tratado de Kraepelin, quando foram incorporadas as ideias de Bleuler¹¹³⁷.

Assim, entende-se que os psiquiatras e “quase psiquiatras” parahybanos, formados na “escola” do médico baiano, foram também influenciados pelos estudos de Breuler. Dessa forma, acredita-se, com base nas ideias do psiquiatra suíço, que havia muitas dificuldades de diagnóstico entre as doenças orgânicas e, principalmente, as psíquicas, sugerindo a possibilidade de erros na classificação nosológica, o que, no caso parahybano, revela-se nas rasuras e riscos observados nas fichas de admissão dos pacientes.

Como o leitor pôde ver, da perspectiva sintomática, também aqui no Estado da Parahyba a loucura já não era mais uma “ilha”. Tal como sugerido pelo personagem Machadiano, Simão Bacamarte, suspeita-se que se tratava de um “Continente”.¹¹³⁸

A propósito, do ponto de vista geográfico, os dados confirmam o que tem sido repetido neste estudo acerca de continuar a ser a Capital parahybana um lugar central no Estado. Neste caso, para onde convergiam os alienados[as] escorraçados de suas cidades, compondo um contingente de 75% da população asilar.

Curiosamente, 2% daqueles sujeitos eram procedentes do Rio de Janeiro, contrariando o que estabelecia o parágrafo único do artigo 26º, do regulamento da “Colônia”, que condicionava a admissão do doente à apresentação de um atestado das autoridades locais, assegurando a residência do mesmo no Estado, há pelo menos seis meses¹¹³⁹. Neste sentido, observe-se o caso do paciente Ernesto Peregrino Machado, que foi admitido naquele nosocômio no dia 25 de julho de 1928, onde permaneceu por quatro dias.

¹¹³⁵CAMPOS, Murillo de. op cit. P. 728.

¹¹³⁶SILVEIRA, R. D. A correspondência entre Juliano Moreira e Hermelino Lopes Rodrigues: as relações de um mestre e seu discípulo na constituição do campo psiquiátrico em Minas Gerais. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 314-328, jun. 2008.

¹¹³⁷ PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Bleuler e a invenção da esquizofrenia. . **Revista Latinoamericana de. Psicop. Fundamental**, III, 1, 158-163. In.http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/revistas/volume03/n1/bleure_a_invencao_da_esquizofrenia.pdf. Acesso em 20.04.2016. Ver Também SOARES, Octávio. Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba. In Jornal A União de 09 de outubro de 1924.

¹¹³⁸ ASSIS. Machado de. **O Alienista**. São Paulo: Atica, 1998, p. 17.

¹¹³⁹SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. Op. cit. p. 103.

Segundo o Dr. Mario Coutinho, o referido senhor, que contava com a idade de 38 anos, sofria, na ocasião, de “Psicose Maníaco Depressiva”. Esta doença caracterizava-se, segundo a classificação krapeliana, como “desvio de humor muito pronunciado”, marcado por euforia e/ou depressão, havendo casos em que se observavam manias¹¹⁴⁰. Na fase maníaca, de acordo com o médico Adauto Botelho,

A psicose maníaco-depressiva [...] se traduz pelo humor alegre (Ha), associação rápida de ideias (Ir) e movimentação exagerada (Me), ao passo que na melancolia o contrário se observa, isto é, humor triste (Ht), ideação lenta (Il) e movimentação diminuída (Md)¹¹⁴¹

Dito isto, cumpre anotar que o caso do Sr. Ernesto chamou a atenção, também, pelos detalhes quase imperceptíveis existentes na documentação. Além do fato de ser ele *natural* e *procedente* de outro Estado, em sua ficha, desconstruído o lugar comum atribuído aos internos daquele Hospício, o de alienado, seu nome era antecedido pela abreviatura de doutor, “Dr.”, o que era dispensável, já que havia espaço destinado a indicar a profissão. O mesmo era advogado. Seu pai era um importante comerciante maranhense, Severino Gonçalves Machado, residente no Rio de Janeiro. Sua mãe, Ada Bernacchi, era filha da famosa bailarina italiana Emilia Bernacchi. Sua condição econômica sugere que Ernesto foi um dos pensionistas do “Juliano Moreira”, nos dias em que esteve ali. Também reforça esta ideia a sua rápida saída do estabelecimento. Ora, se se considerar, por exemplo, os casos do jovem Francisco Cândido da Silva, admitido naquele serviço, em data de 28 de junho de 1828, saindo somente em 26 de agosto daquele ano, e o do também “Dr.”, Hortensio de Sousa Ribeiro¹¹⁴², internado ali, também como pensionista, somente em setembro daquele ano, recebendo “alta a pedido” em janeiro de 1929, ambos com diagnóstico de “Psicose Maníaco Depressiva”, deduz-se que o advogado recebeu “alta a pedido”, conforme previsto para aquela categoria. Afinal, dada a condição de pagante, somente mediante requerimento da família ele poderia sair dali. O que motivou o fim de sua estadia?

Talvez, a constatação, por parte dos seus familiares, de que a terapêutica ali era deficiente. Claro, ele poderia estar melhorado em relação ao seu estado mental na ocasião de sua

¹¹⁴⁰ Também o alemão Heinrich Schuler da escola Krapeliana coadunava com tais conceitos. Inclusive, este médico foi citado algumas vezes pelos médicos e psiquiatras paraybanos.

¹¹⁴¹ BOTELHO, Adauto. Estados mistos da psicose maníaco-depressiva. *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria*, Rio de Janeiro, n.2, set.-out. 1929, p.105-112. In. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro P. 705. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/29.pdf>. Acesso em 20.12.2015.

¹¹⁴² Hortensio de S. Ribeiro foi advogado, escritor e jornalista em Campina Grande. Era filho do comerciante João Maria Ribeiro. Embora não tenha sido encontrado, nos textos biográficos sobre este senhor, informação acerca de sua passagem pelo Juliano Moreira, considerando sua atuação como escritor nos anos subsequentes, conclui-se que o mesmo restabeleceu a saúde. Para saber mais sobre a vida de Hortensio ver SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande, 1670-1963**. Grafset: 2005.

internação. Isto explica a saída do Sr. Ernesto daquele nosocômio, não o que motivou sua entrada. Neste sentido, arrisca-se: é possível que sua estadia ali tenha sido ocasionada por ter sido ele acometido de uma crise quando passava por esta Capital, pois seu pai tinha negócios aqui no Nordeste; talvez, seu internamento neste Estado tenha sido uma forma de silenciar sua doença, tal como fez a Sra. Carmélia ao seu esposo Silvino Olavo, levando-o para o Recife.

Os casos dos pacientes Ernesto e Hortensio revelam outra porta de saída daquele hospício, qual seja: a “alta a pedido”. Francisco, entretanto, só saiu daquele estabelecimento com “alta médica”, o que deixa entrever outra porta. E, não se pode desconsiderar as fugas de pacientes. Mas havia ainda uma forma “legal” de sair daquele “lugar”: morto!¹¹⁴³

Não demorou muito para que João Florentino entrasse para a estatística mortuária da “Colônia”, como o primeiro óbito registrado ali. A morte do referido alienado, que tinha “sífilis cerebral”, tornou-se conhecida no Estado, graças às acusações de negligência desferidas contra os médicos Newton Lacerda e Mário Coutinho por Francisco Florentino, irmão do alienado morto. Também, por meio da imprensa, foi rebatida a acusação, declarando o Dr. Newton que o alienado, sendo prontamente socorrido por Dr. Coutinho, teria sido acometido de um *ictos apoplético* [acidente vascular cerebral, com perda da consciência], não resistido às lesões¹¹⁴⁴. O que teria ocasionado aquele trauma? Considerando o largo uso do mercúrio no tratamento das doenças sífilíticas, cujos efeitos colaterais caracterizavam-se por lesões cardiovasculares e insuficiência renal¹¹⁴⁵, entende-se que o trauma que levou João a morte pode ter sido ocasionada pelo uso desta substância. DE qualquer forma, não há certezas sobre o assunto.

Apesar das incertezas provocadas pela dificuldade que as fontes impõem, os dados existentes deixam implícito que a loucura não tem sexo, raça, nacionalidade, idade ou status. No entanto, os hospícios, diz-se, o “Juliano Moreira foi projetado, principalmente, para receber pobres ‘anormais’”, encaminhados pelas autoridades policiais, e acometidos de doenças contagiosas, como se verá a seguir.

¹¹⁴³ Conforme Art. 36...

¹¹⁴⁴PARAHYBA DO NORTE. A União de 30 de jul. de 1928.

¹¹⁴⁵BOURROUL. Celestino. Tratamento Syphilis. Revista de Medicina. p. 15. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/download/56494/59550>. Acesso em 12/04/2016.

5.3.2 *A ordem interna, o espaço e a terapêutica do “Hospital” em 1928*

As substâncias químicas só têm efeito sobre o corpo e não atuam nas emoções.

Silvino Olavo, poeta e paciente do Hospital-Colônia “Juliano Moreira”.

Quando foi inaugurado, o Hospital-Colônia Juliano Moreira tinha capacidade para receber 100 pacientes, 50 de cada sexo. E, embora não fossem raros os discursos que afirmavam, desde 1924, que naquele estabelecimento os[as] loucos[as] experienciariam certa liberdade, o caráter de prisão ali foi, via de regra, uma constante, como o[a] leitor[a] poderá observar.

Com efeito, o dito estabelecimento acumulou, desde cedo, funções de caráter excludente. Primeiro, conferia licitude, a partir do discurso médico e/ou médico alienista, para segregar os loucos e/ou loucas pacíficos [crônicos] e agitados [agudos], diz-se, passou a exercer a função, antes, exercida pelo Asilo de Sant’Anna. Ao mesmo tempo, ao assumir a responsabilidade pela administração de uma área, antes dominada pelos juristas, a loucura-criminosa, o mesmo passou a comportar também a função de instituição punitiva, exercida até aquele momento pelas Cadeias. Enfim, com a inauguração do Hospital-Colônia “Juliano Moreira”, completava-se o quadro da “Assistência Social” na Parahyba, o que visava, a partir de um discurso médico, normalizar e disciplinar os sujeitos até então nomeados pelo senso comum como alienados[as], a fim de resguardar a ordem social [ou o desejo de ordem] existente na Capital parahybana.

Além disso, conforme foi observado antes, o regulamento e as práticas terapêuticas empregadas no Hospício do Juquery, considerado “uma instituição-modelo”, tanto no país, como na América Latina¹¹⁴⁶, serviram de exemplo para que o Dr. Sá e Benevides organizasse a “Assistência aos Alienados da Parahyba”. Inclusive, as considerações que o Dr. Franco da Rocha fez em 1912, acerca da “aparente” liberdade existente no “Hospício e Colônias de Juquery”, são pertinentes para a análise do regime interno do estabelecimento fundado no Estado da Parahyba, em fins dos anos 1920. Segundo o psiquiatra paulista, no asilo,

o caráter de prisão é inevitável: quando não estiver nos muros e janelas gradeados, estará no regimen, no regulamento um tanto severo, indispensável

¹¹⁴⁶CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 78

para um grande número de doentes. [...] um bom asilo deve ter seções diversas, nas quais a liberdade se gradue pelo estado mental dos pensionistas¹¹⁴⁷.

Frente o exposto, não é de estranhar que no primeiro regulamento do Hospital-Colônia “Juliano Moreira” tenha se sobressaído este aspecto. Tais eram os Artigos existentes neste código que deixam em evidência o regime prisional e normalizador do estabelecimento:

Artigo 24º ser[iam] recolhidos ao Hospital-Colônia todos os indivíduos que por atos indicativos de alienação mental, compromete[ssem] a ordem pública ou a segurança das pessoas; o **artigo 25º**, por sua vez, estabelecia que a admissão dos enfermos deveria ser feita por requisição do Chefe de Polícia, das autoridades judiciárias ou por ordem do diretor do estabelecimento. As saídas, previstas no **artigo 36º**, já expostas no tópico anterior, poderiam ser negadas, caso o alienado[a] fosse considerado perigoso para a ordem pública ou para ele próprio, conforme **artigo 41º**. Tais artigos tratam dos casos em que os doentes são indigentes. No que se refere aos pensionistas, sujeitos normalmente interditados sob a alegação de serem considerados incapazes de cuidar de se mesmos e/ou dos seus bens, os mesmos eram conduzidos ao estabelecimento por familiares e/ou curadores, os únicos que tinham autonomia para interná-los e/ou retirá-los dali, conforme estabelecido nos **artigos 28º e 29º**, obedecendo, a seguinte ordem de responsabilidade:

- 1º os ascendentes e o descendente;
- 2º o Cônjuge;
- 3º o colateral;
- 4º o tutor ou curador;
- 5º o chefe da corporação beneficente ou religiosa a que pertencer o enfermo¹¹⁴⁸.

A interdição do suposto insano[a], sendo o caso de Silvino Olavo um exemplo, sugere uma ruptura do grupo familiar, uma vez que se instaura, com o ato do internamento compulsório, um conflito entre o internado[a] e seu[s] responsável[eis], sugerindo que os pensionistas eram duplamente prisioneiros, pois, entregues a competência dos diretores e médicos daquela “Colônia”, deveriam obedecer às normas internas do estabelecimento. Além disso, dependia sua saída de quem requereu a admissão, salvo em caso de falta de pagamento das diárias, ocasião em que o suposto doente era posto à disposição do responsável, conforme **artigo 35º** do referido regulamento.

¹¹⁴⁷CUNHA, Maria Clementina Pereira. Op. cit. p.88.

¹¹⁴⁸ PARAHYBA DO NORTE. Regulamento do Hospital-Colônia Juliano Moreira. Decreto 1515 de 18 de jun. de 1928. In Jornal A União de 19 de jun 1928.

Também ratifica o regime prisional do “Juliano Moreira” os **artigos 37º e 38º**. O primeiro versa sobre a necessidade de autorização prévia do Diretor do estabelecimento para o envio e recebimento de correspondências entre pacientes e familiares e/ou amigos; o segundo, por sua vez, estabelece normas para a visita dos internados[as], que assumia proporções diferentes: 1) conforme as condições [econômicas] de internamento do paciente, diz-se, se indigente ou pensionista. Estes poderiam receber visitas todos os domingos, das 10 às 16 horas, àqueles apenas eram concedidas as visitas uma vez por mês, nos mesmos horários; 2) as visitas aos indigentes obedeciam ao critério sexual, se homem, no 1º domingo do mês, se mulher, no segundo domingo. Entretanto, o diretor poderia impedir a visita, caso julgasse necessário.

Além do Regulamento, a organização interna do Hospital-Colônia “Juliano Moreira”, bem como a terapêutica ali empregada, também dá prova da falta de liberdade que imperou naquele espaço, pretendendo, num gesto semelhante ao de Pinel, libertar os alienados[as] do Estado da Parahyba dos “grilhões” existentes no Asilo de Sant’Anna ou nas células das Cadeias, como sugeriu seu primeiro diretor Newton Lacerda, citado na epígrafe.

Veja: o “célebre” ato libertador do francês, considerado revolucionário em relação ao pensamento médico do seu tempo, passados mais de um século, foi elogiado por Dr. Newton, diretor do “Juliano Moreira”, como uma ruptura com os modelos de internamento baseados na prática não médica de acolher os loucos e/ou loucas em hospitais e prisões, onde perpetuava-se a ideia de uma natureza trágica e cósmica da loucura, sem possibilidade de cura. Neste sentido, a “tecnologia pineliana”, como definida por Paulo Amarante, ao considerar a loucura como uma doença moral e estabelecer o isolamento como meio de observar, descrevê-la e classificá-la, sugeria que o espaço manicomial era parte essencial do tratamento, um instrumento de cura¹¹⁴⁹. Possivelmente, foi esta a compreensão do Dr. Newton Lacerda, visto ser uma tendência nacional, manter o regime de isolamento do hospício, somado a outras práticas terapêuticas que fugiam ao modelo de assistência manicomial, tal era o caso das colônias agrícolas¹¹⁵⁰.

A propósito, apesar da semelhança existente entre os regulamentos do Hospício de Alienados de Juquery [1920] e o do Hospital-Colônia Juliano Moreira da Parahyba, bem como a apropriação dos trabalhos realizados pelo Dr. Sá e Benevides, em 1924, por Dr. Newton Lacerda, manifesta tanto no citado regulamento, quanto em seu discurso de inauguração, este médico, talvez para defender-se das críticas desferidas por Manuel Florentino, que o acusou de ser uma

¹¹⁴⁹ AMARANTE, Paulo. **A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, pp. 24-25.

¹¹⁵⁰ Sobre isso, ver PORTO CARREIRO, Vera. O século XX e a nova configuração da prática psiquiátrica no Brasil. In. **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

sombra do “quase-psiquiatra”,¹¹⁵¹ afirmou ter organizado o asilo parahybano “nos moldes do Henry Phipps Psychiatric Clinic”, anexo à Escola de Medicina de Johns Hopkins, em Baltimore, nos Estados Unidos.

Neste estabelecimento, dirigido pelo neurologista e psiquiatra pioneiro em psicobiologia Adolf Meyer, de acordo com as representações encontradas, o modelo adotado para o diagnóstico dos pacientes combinava trabalho clínico e laboratorial, assim como orientava que fossem analisados não só os sintomas da doença mental, mas a vida do sujeito. No plano terapêutico, Meyer teria defendido largamente o uso da ergoterapia tanto para recuperação, como para prevenir transtornos mentais¹¹⁵².

Não há a intenção de negar o que afirmou Dr. Newton, até porque, nota-se em seu discurso muitas semelhanças em relação ao “Phipps”, inclusive em relação à polêmica em torno do Artigo 2º do Regulamento do “Juliano Moreira”, discutida no tópico anterior. Todavia, ainda que Meyer não tenha sido citado por Benevides, o mesmo teve influência sobre seu trabalho, visto que o “quase-psiquiatra”, durante seus estudos sobre a “Assistência aos Alienados”, visitou a Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, dirigida por Gustavo Riedel que, em 1922, durante o “Congresso Latino-Americano de Hygiene Mental”, em Havana, Cuba, entrou em contato com as ideias de profilaxia mental propaladas, desde 1909, por Meyer e pelo ex-paciente psiquiátrico Clifford Beers¹¹⁵³, através do National Comitee for Mental Hygine¹¹⁵⁴.

No relatório elaborado por Sá e Benevides, especialmente na parte relativa ao Engenho de Dentro, é evidente a orientação do psiquiatra suíço na organização do asilo e distribuição espacial dos alienados[as]. Dizendo de outra forma, por mais que o Dr. Newton tenha tentado imprimir originalidade ao trabalho de organização que estava realizando no recém-

¹¹⁵¹ Conf. Jornal A União de 03/08/1929.

¹¹⁵² WORTHINGTON, Janet Farrar. When Psychiatry Was Very Young. In. **Annal of Hopkins**. Disponível em <http://www.hopkinsmedicine.org/hmn/W08/annals.cfm>. Acesso em 03/05/2016; MEYER, Adolf. **The Philosophy of Occupation Therapy**. Disponível em <http://www.aotf.org/Portals/0/documents/Resources-WLWLibrary/Archives%20Guide/Meyers%20full%20article.pdf>. Acesso em 03/05/2016.

¹¹⁵³ A história da Saúde Mental na América está intimamente relacionada à história pessoa de Clifford W. Beers. No início do século XX, Beers foi internado em hospitais públicos e privados dos Estados Unidos a fim de se tratar de transtorno maniaco depressivo. Ele experienciou os terríveis tratamentos dispensados aos doentes mentais naqueles estabelecimentos. Recuperado, Beers iniciou o movimento pela reforma no tratamento das doenças mentais, a partir da profilaxia mental, o que teve como ponto de partida a publicação de sua autobiografia em 1908, *A Mind That Found Itself*. O passo seguinte foi juntar ao psiquiatra suíço Adolf Meyer para criar o *National Comitee for Mental Hygine*, existente até os dias atuais, com a denominação de Mental Health America's. Conforme <http://www.mentalhealthamerica.net/our-history>. Acesso em 01.05.2016. Para conhecer melhor os horrores dos hospitais psiquiátricos norte-americanos na virada do século XX, ver: BEERS, Clifford Whittingham. **A Mind That Found Itself**. An Autobiography. <http://www.gutenberg.org/files/11962/11962-h/11962-h.htm>. Acesso em 06.05.2016.

¹¹⁵⁴ Entre as principais metas do *National Mental Health Association* estavam: 1) melhorar atitudes em relação à doença mental e os doentes mentais; 2) melhorar os serviços para as pessoas com doença mental; e 3) trabalhar para a prevenção de doenças mentais e a promoção da saúde mental, conforme informações disponíveis em <http://www.mentalhealthamerica.net/our-history>. Acesso em 01.05.2016.

inaugurado Hospital-Colônia para alienados[as], sua declaração só confirmou a apropriação e assimilação dos resultados apresentados, anos antes, por Benevides. De todo modo, insiste-se em afirmar que não foram as experiências do “Engenho de Dentro” que serviram de modelo para a organização interna do “Juliano Moreira”, embora elas não tenham sido de tudo descartas, como se verá ao longo deste trabalho. Aqui no Estado da Parahyba, predominou um tratamento moral nos moldes empreendidos pelo Franco da Rocha, no qual a disciplina e trabalho físico moderado eram considerados os melhores meios para restabelecer a saúde mental. Tal modelo, “desprestigiava o enfoque psicológico da loucura” defendido por Pinel e Esquirol, para quem o manicômio deveria ser um espaço terapêutico de correção de hábitos e ideias erradas e não um lugar de segregação social¹¹⁵⁵.

Nesta perspectiva, atento ao fato de que “a população asilar não [era] homogênea”, em consonância com o que se praticava em outros estabelecimentos da mesma espécie, o “Juliano Moreira” foi dividido e subdividido de forma a estabelecer a localização do paciente ali, a partir de critérios não médicos. Para uma compreensão de como foi organizado o espaço interno da Colônia, convida-se o[a] leitor[a] a examinar a imagem a seguir:



IMAGEM 10 - Hospital-Colônia Juliano Moreira, 1924

Fonte: Jornal A União, 22 de outubro de 1912.

¹¹⁵⁵PESSOTTI, Isaias. *A loucura e as épocas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001, p.142.

Em cada um dos lados do edifício, existia uma seção ou pavimento, dividido segundo o critério sexual: a masculina, à esquerda, batizada Inocencio Poggi, e a feminina, à direita, recebeu o nome do psiquiatra Ulisses Pernambucano¹¹⁵⁶. Tal separação visava, de acordo com a literatura consultada, evitar o contato “promiscuo” entre homens e mulheres¹¹⁵⁷. Esta, todavia, não foi a única divisão existente naquele espaço. Nas seções, os pacientes eram subdivididos a partir dos seguintes critérios: primeiro, os loucos e/ou loucas eram classificados, de acordo com uma concepção leiga ou pré-alienista das manifestações da loucura, em *calmos* e *agitados*. Depois, possivelmente, o Dr. Mario Coutinho utilizou a classificação das doenças mentais de Kraepelin e/ou Breuler, para o diagnóstico dos pacientes admitidos no estabelecimento, conforme sublinhado antes. Enfim, aí já não era só o senso comum que realizava o reconhecimento do louco e/ou louca. O reconhecimento era realizado, diz-se, legitimado pelo médico que o classificava e orientava a partir dos manuais nada homogêneos da psiquiatria daquele momento. Neste sentido, acredita-se que a classificação dos alienados[as], a partir de critérios não médicos deveu-se, dentre outros fatores, a falta de espaço para separá-los de acordo com a “espécie” de doença mental. Assim, nas seções, além dos dormitórios para os doentes pacíficos, existiam dois quartos reservados aos agitados.

Cumprir notar que, no projeto elaborado por Benevides, havia seis quartos em cada seção, reservados para os doentes agitados e “nenhuma acomodação para pacientes pensionistas”.¹¹⁵⁸ A decisão de fazer funcionar o estabelecimento com dois quartos para agitados, deveu-se, por um lado, à crença dos médicos responsáveis pelo serviço psiquiátrico de que, dada a eficácia dos “aperfeiçoados methods de tratamento” existentes ali, não haveria doentes desta espécie com frequência; por outro lado, a criação do referido serviço, do ponto de vista econômico, era importante para auxiliar na manutenção do estabelecimento. Assim, oito quartos, quatro na seção Poggi e quatro na seção Ulisses Pernambucano, foram preparados para receberem pacientes pensionistas, de 1ª classe, sublinhe-se. Estes pagariam uma diária de 10\$000, lhes proporcionando maior conforto durante sua passagem pelo estabelecimento, já que seriam alojados em quartos e teriam direito a alimentação especial. Os pensionistas da 2ª classe, por sua vez, pagariam 5\$000 por uma diária, garantindo uma vaga no dormitório comum e alimentação diversa daquela servida aos indigentes, cujo custo para o Estado era de 2\$300 por

¹¹⁵⁶De acordo com as informações existentes nas fichas individuais dos pacientes do Hospital-Colônia Juliano Moreira de 1928-1930.

¹¹⁵⁷MACHADO, Roberto. et al. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.434.

¹¹⁵⁸BENEVIDES. Joaquim Correa de Sá e. **Relatorio apresentado ao Exmo. Dr. Solon de Lucena**, comissionado para estudar a Assistencia aos Alienados no Sul do pais. **Jornal A União**. Parahyba do Norte, 06 de Jul de 1924/08 de Jul de 1924/09 de Jul de 1924.

dia.¹¹⁵⁹ Enfim, além dos senhores Ernesto e Hortensio, talvez a senhorita Armenia Cavalcanti de Albuquerque, filha do funcionário da Alfandega, Manuel Tretuliano de Soares d'Avellar¹¹⁶⁰, considerada esquizofrênica, fosse também pensionista.

No tocante a alimentação, com o objetivo de manter a separação entre os sexos, em cada uma das seções existia um refeitório, onde eram servidos os alimentos, conforme a condição do paciente: se indigentes ou pensionistas da 2ª classe, posto que os pensionistas da 1ª classe eram servidos em seus quartos. Tem-se, portanto, a partir de critérios socioeconômicos uma segunda divisão dos pacientes, classificados em três grupos distintos: indigentes e pensionistas de 1ª e 2ª classes

Além dos quartos, já espacialmente demarcados, existiam no “Juliano Moreira”, em cada uma das seções, para o tratamento dos insanos, três enfermarias, assim distribuídas: a primeira destinava-se ao tratamento de insanos tranquilos; a segunda era reservada para os agitados. Em ambas as salas eram mantidos os doentes recém-admitidos no Hospital “que ainda não tivessem recebido o necessário tratamento”, e que seriam submetidos à *Clinoterapia*, terapêutica francesa que consistia em manter o paciente no leito, a fim de que o mesmo poupasse suas energias nervosas para deter o avanço da doença mental, segundo propugnava o Dr. Juliano Moreira¹¹⁶¹. Acredita-se que, tal como acontecia em outros hospícios, para manter tais sujeitos no leito, os enfermeiros e/ou enfermeiras práticos, orientados pelo médico psiquiatra, faziam uso de sedativos e/ou amarras.¹¹⁶² Finalmente, a terceira enfermaria era reservada para o tratamento dos insanos atingidos por moléstias intercorrentes, inclusive a tuberculose, contrariando as orientações dos sanitaristas da Comissão Federal de Profilaxia Rural. No caso específico da “Colônia de Alienados”, a recomendação era de que tais moléstias fossem tratadas em pavilhões separados, de forma a evitar o perigoso contato entre alienados[as] atacados por doenças contagiosas e aqueles que não haviam sido acometidos por tais enfermidades.

A propósito, em 1924, o Dr. Sá e Benevides, apesar de deixar claro que não havia no edifício construído tais pavilhões, alertava sobre o perigo representado pelo contato com os

¹¹⁵⁹SUASSUNA, João. **Discurso de inauguração do Hospital Colonia Juliano Moreira**. In. A União de 24 de jun. de 1928.

¹¹⁶⁰Sobre a posição social do senhor Manuel Tertuliano de Soares d'Avellar, ver **ALMANAK LAEMMERT**. RIO DE JANEIRO; PARAHYBA. 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=25599&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>, p.1296.

¹¹⁶¹apud. PORTO CARREIRO, Vera. O século XX e a nova configuração da prática psiquiátrica no Brasil. In. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p.70

¹¹⁶²Sobre isso, ver PEREIRA. Lygia Maria de França. Os primeiros sessenta anos da Terapêutica Psiquiátrica no Estado de São Paulo. In PEREIRA, Lygia Maria de França. et al. (Orgs). **Psiquiatria, Loucura e Arte**: Fragmentos da História Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2002.

enfermos atingidos pela sífilis e tuberculose, esta última, segundo o “quase-psiquiatra”, considerada a mais letal nos manicômios¹¹⁶³. Aliás, um ano antes, durante a Semana Médica de 1927, este problema veio à tona, como é do conhecimento do[a] leitor[a].

Resta que, apesar dos alertas feitos, não se observou nenhuma providencia, quer dos governantes, quer dos sanitaristas da “Comissão”, ou mesmo dos membros da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, no sentido de resolver esta questão, que poderia ser danosa também para os homens e mulheres que estavam fora dos muros do “Juliano Moreira”. De acordo com os dados existentes nos Relatório do Dr. João Suassuna, o número de mortes ocorridos na capital parahybana, entre os anos de 1925 e 1928, foi aproximadamente 4.039, das quais cerca de 35% foram provocadas por doenças de caráter contagioso¹¹⁶⁴, sugerindo que, naquela cidade, os habitantes, como em outros tempos, viviam às voltas com as doenças.

Dito isto, retorne o[a] leitor[a] às enfermarias, a fim de conhecer um pouco mais sobre os métodos utilizados para o diagnóstico das doenças mentais e as terapêuticas empregadas para a “cura” de tais males. Ali, submetidos à *Clinoterapia*, de acordo com as representações existentes na documentação examinada, pelo menos enquanto esteve à frente da direção, o Dr. Newton Lacerda, os homens e mulheres que chegavam ao hospital eram submetidos à observação, para se obter o *diagnóstico* de algumas doenças. Acredita-se que foi durante este procedimento que os senhores Emanuel Fernando de Miranda, Manuel Batista dos Santos, Cicero Felix de Sousa, assim como, as senhoras Maria Serrano de Andrade, Maria Luiza Barreto, Armênia Cavalcanti e Julia Maria da Conceição, foram considerados esquizofrênicos, em relação aos sintomas psíquicos que apresentavam, visto que, até o final dos anos 1930, pelo menos, a natureza orgânica da esquizofrenia ainda era desconhecida. Assim, a “deficiência de relação afetiva”, o “olhar atento” ou a “redução da massa cerebral”, denunciava os estados esquizofrênicos mais comuns, segundo Bleuler. Outros, de acordo com as orientações do psiquiatra suíço, poderiam ser diagnosticados mais facilmente, a partir da sintomatologia “negativa” da doença. Diante disso, não devem ter sido considerados esquizofrênicos: os homens e mulheres que “não manifestavam perturbações elementares da percepção, da orientação, da memória e da coordenação motora”, tampouco, os sujeitos com quadro de “lentidão da

¹¹⁶³SÁ E BENEVIDES. Debate acerca da tese Antigo conceito de alienado. In. Jornal A União de 10/05/1927; “Assistência a Alienados”. Jornal A União de 06 de setembro de 1924.

¹¹⁶⁴ **Relatórios dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, enviados aos Presidentes do Estado da Parahyba entre os anos de 1925 e 1928.** Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Primeiro acesso em 02.02.2011;

percepção, dificuldade de evocação, sobretudo das lembranças recentes, e labilidade do humor”¹¹⁶⁵.

Também casos de Psicose Maníaco Depressiva, cuja sintomatologia ficou descrita antes, devem ter sido observados naquelas enfermarias. A propósito, naquele mesmo espaço, os doentes mentais eram submetidos a tratamentos de Quimioterapia.

De tal modo, como se naqueles anos fossem restritos os medicamentos psiquiátricos, acredita-se que, no Hospital-Colônia Juliano Moreira, eram ministrados aos pacientes, para o tratamento da doença mental, tonificantes, dentre os quais, destacava-se o ferro, a quinina, o arsênico, a cafeína, cujo uso era recomendado para “recuperar as condições gerais do organismo [...] e tratar sintomas específicos da alienação”¹¹⁶⁶. Para diminuir a irritabilidade e sedar, deveriam ser usados, dentre outros, os brometos, a morfina, o ópio (via oral - puro (em pó) ou diluído como extrato aquoso para injeção subcutânea), o cloral, a hiosciamina, a *cabanis indica*. Como estimulante neural, possivelmente, era empregado o uso de estriquinina, cujo efeito age sobre o sistema nervoso central e periférico¹¹⁶⁷.

Acredita-se que também medicamentos e vacinas, para combater e/ou prevenir doenças intercorrentes, endêmicas e/ou contagiosas, tais como gripe, verminose, impaludismo, varíola, sífilis, boubá, leishmaniose, febre amarela, lepra, tracoma, filariose, tuberculose, dentre outras¹¹⁶⁸, eram largamente utilizados pelos médicos daquele estabelecimento. Também, procedimentos para análise laboratoriais, a exemplo da “punção lombar”, que visava o diagnóstico para os casos de *tabes dorsalis*, demência paralytica, sífilis cerebral e meningites,¹¹⁶⁹ eram realizados ali, conforme deixou em evidência o Dr. Newton Lacerda, em seu discurso na tarde de 23 de junho de 1928¹¹⁷⁰. Tais experiências revelam que, no estabelecimento em questão, coexistiram o tratamento moral de bases repressivas e o enfoque anatomopatológico da doença mental.

Inclusive, com o fim de “realizar as mais delicadas pesquisas bacteriológicas, as reações de imunidade, metabolismo basal (para auxiliar a manter os corpos em repouso), assim como para “discrimi[nas] os estados mórbidos psychicos tão diversos em sua etiopathogenia,

¹¹⁶⁵Conforme CAMPOS. Murillo de. Op cit. p. 718.

¹¹⁶⁶PEREIRA. Lygia Maria de França. Op. cit. p. 38

¹¹⁶⁷ Ibidem, p. 39

¹¹⁶⁸SUASSUNA, João. Discurso de inauguração do Hospital Colônia Juliano Moreira. In. Jornal A União de 24 de jun. de 1928.

¹¹⁶⁹Quem primeiro realizou, na clínica neurológica e psiquiátrica, a punção lombar foi o Dr. Juliano Moreira, em 1901. Conf. PORTO CARREIRO, Vera. O século XX e a nova configuração da prática psiquiátrica no Brasil. In. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

¹¹⁷⁰LACERDA, Newton. Discurso de inauguração do Hospital Colônia Juliano Moreira. In. Jornal A União 24/06/1928.

mas com quadro clínico comum, com sintomas confusos e contraditórios”, foi construído, no “Juliano Moreira”, um moderno Laboratório, para auxiliar os médicos no diagnóstico precoce de algumas doenças mentais, por meio de exames químicos e citológicos, o que possibilitaria o adequado uso de medicamentos¹¹⁷¹.

Neste sentido, cite-se, por exemplo, o caso da doença de Bayle ou “*paralisia geral*”, doença provocada por um agente causal, a sífilis¹¹⁷². Considerada “a mais terrível das enfermidades mentais”, cuja sintomatologia poderia confundir os médicos, dado ao fato de que o doente poderia apresentar episódios parecidos com *crises epilépticas* ou comprometimento da memória, similar àquele que acompanhava os casos de sífilis cerebral, esquecimento e confusão mental tipo *arteriosclerose cerebral*, *esquisofrenoide*, marcada pelo catatonismo, etc. O laboratório, de acordo com Newton Lacerda, por meio das reações de Wansmann, permitiria o diagnóstico preciso¹¹⁷³, bem como a prescrição dos tratamentos mercurial, arsênico ou pirógeno [substâncias que provocam febre] acompanhadas do quinino.

Os métodos mais usuais destas *quimioterapias* consistiam: ou no uso de pomadas mercuriais, que deveriam ser friccionadas de 5 a 10 minutos, durante dez noites seguidas, nas regiões da virilha, axilas, curvas dos joelhos, dobras dos braços direito, barriga das pernas; ou por meio de injeções *intra-raquianas*, mistas, de mercúrio e iodo ou do composto de arsênico e arsênamina, chamado 914 ou *Neosalvasan*¹¹⁷⁴.

O uso de substâncias pirógenas também era realizado através de injeções.¹¹⁷⁵ Tais procedimentos, embora fossem considerados ultrapassados e poucos eficientes, inclusive provocando crises renais agudas, poderiam evoluir para quadros de insuficiência renal, como aneurismas, conforme ficou anotado no caso do ex-paciente João Florentino. Apesar dos riscos, tais terapêuticas foram utilizadas na “Colônia” até o final de 1928. Considerando o diagnóstico de paralisia geral, acredita-se que os senhores Firmino José da Silva, Manuel Porfírio e João da

¹¹⁷¹Ibidem.

¹¹⁷²A descoberta do treponema causador da sífilis no cérebro dos doentes paralíticos, em 1912, faz da paralisia geral a primeira doença mental a ter um agente causador identificado. PEREIRA. Lygia Maria de França. Os Primeiros sessenta anos da terapêutica psiquiátrica. In. ANTUNES. Eleonora Haddad. et. al. (orgs). **Psiquiatria, loucura e Arte. São Paulo:** Edusp, 2002. p.40

¹¹⁷³LACERDA, Newton. Op. cit.

¹¹⁷⁴ Em 1909, o bacteriologista alemão Paul Erlich, depois de muitas pesquisas, desenvolveu o composto de arsenico 606 ou Salvarsan para o combate da sífilis, que havia adquirido caráter de epidemia. Os resultados do uso do composto revolucionaram o campo da medicina, levando ao desenvolvimento do composto 914. Entretanto, logo em seguida, começaram a surgir denúncias de doenças provocadas pelo uso desses compostos. O composto 606 ou Salvarsan é considerado o primeiro quimioterápico da história da medicina. BOURROUL. Celestino. op. cit.; AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. An. Bras. Dermatol. vol.81 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0365-05962006000200002. Acesso em 20.06.2016.

¹¹⁷⁵Para saber mais ver: PEREIRA. Lygia Maria de França. Op.cit. pp.39-40. BOURROUL. Celestino. Op. cit. pp. 9-12.

Costa Vilar foram tratados por algum daqueles compostos quimioterápicos. Assim, também os senhores Francisco Capuchu, Cirilino Rocha, Fausto Rego, Manuel José, Manuel Ramundo, Armando Nonato, Inocencio do Nascimento, Josafá da Silva José Maximiliano e José Felipe, bem como, as senhoras Guilhermina Conceição, Jovinna Conceição, Julia de Tal e Maria Rosalina, que foram diagnosticados como portadores de neurosífilis.

A propósito, anexo ao Laboratório, existia um ambulatório de profilaxia das doenças mentais, onde se buscava combater, com base nos ideais eugênicos que circulavam na Capital parahybana, desde meados da década de 1920, os fatores responsáveis pela sífilis [cuja transmissão do agente se dá de pessoa a pessoa por contato sexual ou hereditariamente] e pelo alcoolismo, doenças que causavam a “eclosão” da loucura, conforme observado antes¹¹⁷⁶.

Isso posto, dadas as dificuldades econômicas alegadas pelo Estado, em atender as necessidades da *chimioterapia* especializada da psiquiatria, foi montada, para atender as duas seções, uma Farmácia, onde eram produzidos, pelo Dr. Antonio da Motta da Silveira, os medicamentos usados no Hospital e em outros estabelecimentos públicos do Estado.

Além da *Chimioterapia*, outra terapêutica largamente praticada no “Juliano Moreira” foi a *Psysioterapia*, restrita a *hydroterapia*, que, somente nos casos em que era recomendado o uso de compressas, era praticada nas enfermarias. Afinal, para este serviço existia, em cada seção, duas salas equipadas com excelentes instalações de *balneotherapie*, abastecidas por uma caixa d’água, com capacidade para 5 metros cúbicos.

A *hydroterapia* era recomendada pelos psiquiatras “em casos de agitação psicomotora e comportamentos inadequados [...] pelos efeitos de sedação e contenção”. Os banhos poderiam ser frios, funcionando como estimuladores do sistema nervoso, indicados nos casos de “neurastenia, na hipocondria e nas condições anêmicas que acompanhavam a loucura”; os banhos quentes, possíveis graças à aquisição de uma caldeira que fornecia o vapor necessário. Os psiquiatras atribuíam aos banhos quentes “efeitos analgésicos, antiflogístico, sedativo e hipnótico”, os mesmos também poderiam ser usados em casos de hiperemia de congestão, em estados maníacos ou de agitação psicomotora¹¹⁷⁷.

Dr. Octávio Soares, durante a Semana Médica de 1927, descreveu a técnica e a indicação dos banhos quentes, ciente das instalações hydroterápicas já existentes no Hospital-Colônia, recomendados para alienados[as] agitados[as]:

¹¹⁷⁶Sobre a Profilaxia da sífilis, alcoolismo e, ainda, da tuberculose, ver o artigo Educação Sanitária de Flávio Maroja, apresentado durante a Semana Médica de 1927. In. MAROJA, Flávio. et al. (org). **Semana Médica**. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1927.

¹¹⁷⁷PEREIRA. Lygia Maria de França. Op. cit. p. 38.

Nos banhos quentes de imersão, em banheiras apropriadas, permanecendo os doentes 2, 4, 6 ou mais horas, até que a calma se restabeleça, quando os calmantes, pela via gástrica ou via hypodermica, não dão resultados satisfatório¹¹⁷⁸.

Além dos banhos de imersão, realizados não em banheiras, como sugerido por Dr. Octávio, mas em “tanques” de aproximadamente 2m² por 1,50m de profundidade, o serviço de hidroterapia da “Colônia” também dispunha de duchas, cujos jatos poderiam variar quanto a temperatura, pressão e tempo. Sendo as duchas frias frontais, possivelmente, as mais usadas no tratamento dos alienados[as]. E, permita o[a] leitor[a], muito dolorosas.

Finalmente, como terapêutica complementar aos métodos quimioterápicos e psysioterápicos de tratamento da alienação, foi implementada a Ergoterapia¹¹⁷⁹, aproveitando-se o trabalho dos doentes inicialmente na agricultura e nos serviços domésticos, visto não estarem instaladas, quando da inauguração da “Colônia”, as oficinas de marcenaria e carpintaria, funilaria e costura.

A propósito, como se o hospital ainda estivesse em construção naqueles anos, calcula-se que não demorou até que os pacientes homens, transferidos do Asilo da Cruz do Peixe e das Cadeias públicas do Estado, estivessem erguendo muros [das futuras oficinas] e/ou praticando a agricultura como “therapeutica”, já que os cálculos apresentados por Dr. João Suassuna, em seu Relatório de 1928, revelam que em 3 meses as despesas Estaduais com o referido estabelecimento haviam sido de apenas 19:260\$000, ou seja, cerca de 100:000\$000 a menos do que os cálculos apresentados por Sá e Benevides para o custeio daquele serviço de Assistência aos Alienados¹¹⁸⁰.

¹¹⁷⁸SOARES, Otavio. Antigos conceitos do alienado. **Semana Médica** – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927, p.108.

¹¹⁷⁹“Arbeit therapie”, ou terapia pelo trabalho, conforme PIBAROT, Isabelle. **La teprapia ocupacional y su tiempo**. Disponível em <http://www.revistatog.com>. Acesso em 05/05/2015.

¹¹⁸⁰Segundo SUASSUNA, João. **Discurso de inauguração do Hospital Colonia Juliano Moreira**. In. A União de 24 de jun. de 1928.



IMAGEM 11 -**Ergoterapia: Cultura da Macaxeira, S/D**
FERNANDES, Gonçalves. A ocupação útil do Alienado no Hospital Colônia “Juliano Moreira. In.
Medicina. Ano VI, nº 1, 1937.

Também as mulheres foram usadas para a economia das verbas estatais, uma vez que, as mesmas foram responsabilizadas pelos serviços domésticos, ou melhor, “therapeuticos”, de limpar, cozinhar, lavar e passar a roupa, para o que a representação a seguir é um exemplo:



IMAGEM 12 - **Ergoterapia: Lavanderia, S/D**

FERNANDES, Gonçalves. A ocupação útil do Alienado no Hospital Colônia “Juliano Moreira. In. **Medicina**. Ano VI, nº 1, 1937.

O emprego da “praxitherapia” foi largamente disseminado como meio de recuperação e readaptação dos alienados[as] à vida social, discurso que, inclusive, foi assimilado e propalado por alguns pacientes, a exemplo do jurista e poeta Olavo Silvino, citado em epígrafe, para quem, dado a sua condição socioeconômica, o ócio era a regra terapêutica, visto que as atividades artísticas ainda não faziam parte da terapêutica hospitalar. Enfim, conclui-se que, observando os dados existentes na documentação estudada, naquele momento, o trabalho dos alienados[as] visou primordialmente o aspecto econômico, diz-se, a manutenção da “Colônia”, deixando em segundo plano o restabelecimento da saúde mental dos mesmos.

Enquanto uns trabalhavam, outros, os “incapazes”, diz-se, aqueles que tiveram “parada de desenvolvimento”, como o exemplo do jovem Euclides Joaquim Elias, idiota, de 12 anos, e de outros dois homens de nome “Ignorado”, também diagnosticados como idiotas, foram confiados a “guardas amestrados”, que, “tratando-os como crianças no jardim da infância”, os estimulavam com questões elementares, ensinando-os a reconhecerem objetos comuns¹¹⁸¹. Como

¹¹⁸¹LACERDA, Newton. **Discurso de inauguração do Hospital Colônia Juliano Moreira**. In. A União 24/06/1928.

esses, todos os demais pacientes do “Juliano Moreira” eram vigiados. Aliás, até o final de novembro de 1928, muito bem vigiados, visto que, além de dois guardas-chefe, um homem e uma mulher, existiam mais 18 guardas em cada uma das seções, o que significa um guarda para cada 2 homens e ou mulheres, se se considerar o número de 77 alienados admitidos no hospital até aquele momento. Mas a rede de vigilância era ainda maior. Exercida da seguinte maneira: os dois enfermeiros práticos de cada seção supervisionavam o serviço dos ajudantes de enfermeiro, que eram dois; estes, por sua vez, fiscalizavam as atividades realizadas pelos serventes e, ainda, os guardas-chefes. Ademais, na condição de intermediários entre o médico e o doente, cabia aos Enfermeiros vigiar também o doente. Nem mesmo os enfermeiros escapavam dessa rede de vigilância, pesando sobre eles olhar atento dos médicos¹¹⁸².

Tudo isso porque os homens e mulheres admitidos naquele estabelecimento continuaram sentido e reagindo! De outra forma, não haveria necessidade de tanta vigilância, grades, camisas de força, uma maquinaria sofisticada, empregada graças à insuficiência dos “doutores” em entender o que sentiam aqueles sujeitos.

De oportuno, sublinhe-se: os funcionários encarregados das diversas funções administrativas e terapêuticas também sentiam! Muitos devem ter sido os traumas que carregavam “n’alma” ao sair daquele lugar¹¹⁸³.

5.3.3 Mudanças na ordem interna, espacial e a terapêutica: O “Juliano Moreira” se torna um “grande aleijão”

Quando, em outubro de 1928, assumiu a presidência do Estado da Parahyba o Dr. João Pessoa, a quem o Dr. João Suassuna arrogou a responsabilidade de promover melhorias na Colônia de Alienados, sua primeira atitude em relação ao “Juliano Moreira” foi abrir concorrência pública, autorizado pelo art. 5º, alínea XVI, da Lei 680, de 21 de novembro de 1928, para a contratação de pessoal capacitado para administrar aquele nosocômio. Tal medida visava realizar uma “boa economia nas despesas ordinárias e [...] extraordinárias, que fic[avam] a cargo

¹¹⁸² De acordo com Foucault o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar. Um aparelho onde as técnicas que permitem ver reduzam a efeitos de poder, e onde os meios de coerção tornem visíveis os sujeitos sobre quem se aplicam. Trata-se de uma arquitetura de poder que permite um controle interior detalhado, de forma a modificar aqueles que ali estão. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Editora VOZES, 2007. pp. 143-144.

¹¹⁸³ Em *Holocausto Brasileiro*, Daniela Arbex, além de denunciar as diversas formas de violência a que estiveram submetidos os muitos homens e mulheres aprisionados no Hospício de Barbacena por décadas, desde o início do século XX, põe a descoberto as marcas e dores que os ex-funcionários daquele hospício carregaram e carregam. ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração, 2013.

dos contratantes”¹¹⁸⁴. Assim, cerca de 5 meses depois da inauguração do referido estabelecimento, Dr. Newton Lacerda e o psiquiatra Mário Coutinho foram destituídos dos cargos que ocupavam, assumindo a direção e o serviço psiquiátrico daquele nosocômio, por *dois anos*, mediante pagamento de 15:000\$000 réis mensais, os médicos Antonio Avila Lins e o psiquiatra Carlos Pires.

Diante do reduzido numerário, com o qual teria que arcar para o pagamento de todos os funcionários, o[a] leitor[a] calcule os retrocessos que aconteceriam no interior daquele estabelecimento. Sim, no interior, porque no exterior predominou, para os demais habitantes da cidade da Parahyba e de outras paragens, a imagem majestosa de “*um palácio para guardar doidos*”, conforme sugere o relato de 1928, do Dr. João Sucassuna¹¹⁸⁵.

Veja: enquanto esteve sob a administração do governo, os funcionários recambiados de outros órgãos do Estado para o “Juliano Moreira” custavam aos cofres públicos cerca de 15:863\$618 réis; já o pessoal nomeado, incluindo diretor, médico alienista e farmacêutico, custavam 2:550\$000 réis; os doentes mentais, representavam um “gasto” de 6:000\$000 réis. Como seria possível manter um número tão grande de pacientes que não deixou de aumentar (a lotação foi atingida ainda em dezembro de 1928) com recursos tão reduzidos?

Havia, pelo menos, duas possibilidades para viabilizar o cumprimento do contrato. Primeiro, se a administração dos doutores Avila e Carlos Pires se tratasse de obra filantrópica, financiada pelos mesmos e em benefícios dos doentes mentais; segundo, se houvesse cortes de pessoal e de serviços essenciais. Foi, por esta segunda via, que o Dr. João Pessoa e os médicos contratantes desvirtuaram o “Juliano Moreira” e, embora não se tratasse, como queriam seus idealizadores, Dr. Sá e Benevides e Dr. Newton Lacerda, de um espaço onde os alienados gozariam de plena liberdade, pela dimensão dos cômodos, assim como, pela prática da laborterapia que produzia nos alienados[as] a ilusão de liberdade, não consta que os mesmos tenham sido tratados como “feras em jaulas”.

Posto isso, logo que assumiram a direção do nosocômio, os doutores Avila e Carlos Pires, como medida de contenção, reduziram drasticamente o número de funcionários, passando o estabelecimento a contar com apenas 2 enfermeiros, 2 guardas-chefes e 8 guardas-vigias, que se dividiam em 2 grupos de 6 funcionários por turno, de forma que, atendendo às seções, haveria apenas 1 enfermeiro, 1 guarda-chefe e 4 guardas-vigias, responsáveis por 100 ou mais

¹¹⁸⁴ALBUQUERQUE, João Pessoa Cavalcante de. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa da Paraíba. Jornal A União. 06 de ago. de 1929, p. 61.

¹¹⁸⁵SUASSUNA, João. **Discurso de inauguração do Hospital Colonia Juliano Moreira**. In. A União de 24 de jun. de 1928.

alienados[as]. Com tão reduzido pessoal, toda a organização interna do “Juliano Moreira” foi alterada. Assim, os guardas contratados, além do papel de vigilância, passaram a exercer também as funções anteriormente executados por serventes e auxiliares de enfermeiros. Sobrecarregados de trabalhos, esses funcionários se submeteram, ainda, a uma redução salarial, de 1/3 sobre os valores pagos aos funcionários contratados e pagos pelo Estado, na administração anterior.¹¹⁸⁶

Como consequência da diminuição do número de funcionários, outras mudanças tornaram-se necessárias. Assim foi que, no plano terapêutico, a *Clinoterapia*, “que [era] nos casos agudos o início do tratamento”, não pôde ser praticada por falta de “pessoal bastante para vigiar os doentes a todo momento”. Inclusive, esta falta representou, dentre outras coisas, o fim da assistência prestada aos “incapazes” pelos “guardas amestrados”. Diante disso, acredita-se que os senhores Mario Lopes, Imbecil de 18 anos e José Francisco da Silva, imbecil, 42 anos, ficaram esquecidos nos dormitórios da seção Poggi, onde lhes eram prescritos alguns tônicos, até receberem alta-médica, o primeiro, 15 dias depois de sua admissão, ocorrida em 7 de dezembro de 1928, o que contrariava o disposto no Artigo 24º do Regulamento, que previa a matrícula do enfermo no estabelecimento após este período; e o segundo, cerca de cinco meses depois de sua internação (de 10/12/1929 a 18/05/1929)¹¹⁸⁷. Quanto aos pacientes crônicos, avaliados como capazes, os mesmos continuaram a realizar trabalhos agrícolas e domésticos, práticas consideradas pelos médicos parahybanos, como “terapêuticas”.

Para os agitados, além do uso da “camisa de força química”, realizada com o emprego de calmantes poderosos¹¹⁸⁸, associada à balneoterapia, o hospício foi equipado com duas “salas fortes”, ou melhor, duas “jaulas”, para usar as palavras do Dr. Sá e Benevides, destinadas a contê-los. Acredita-se que aí, os doutores Avila e Carlos Pires mantiveram os possíveis loucos[as]-criminosos[as], recambiados das Cadeias públicas do Estado, tal como o senhor Luiz Batista do Rêgo, moreno de 42 anos de idade e diagnosticado como “parafrênico”, ou a senhora Severina Maria da Conceição, processada por homicídio em Guarabira e encaminhada para o Juliano Moreira, em setembro de 1928, permanecendo ali até junho de 1929, quando recebeu alta. Quanto ao senhor Luiz, se se considerar a caracterização feita por Kraepelin, seu prognóstico era desfavorável, pois, segundo o alemão, a parafrenia era marcada por um

desenvolvimento extremamente vagaroso de um delírio de perseguição, continuamente progressivo com ideias de grandeza mais tarde a ele associadas, sem destruição da personalidade.

¹¹⁸⁶SÁ E BENEVIDES. Hospital-Colônia “Juliano Moreira”. **Jornal A União**. 13 de ago de 1929.

¹¹⁸⁷Conforme dados constantes nas fichas dos referidos pacientes.

¹¹⁸⁸SÁ E BENEVIDES. Hospital-Colônia “Juliano Moreira”. **Jornal A União**. 25 de ago de 1929.

[...] o delírio de perseguição que dura anos, é mantido por alucinações, em que muitas vezes o absurdo é patente. Vê almas, esqueletos, a Mãe de Deus, uma hóstia azulada, sente-se hipnotizado, escuta injúrias e ameaças que não o deixam tranquilo. [...] do próprio médico receia que lhe queira propinar venenos. O doente busca com afincado reconhecer quem o ofende e depois de algum tempo [...] se vinga do modo mais perigoso e traiçoeiro¹¹⁸⁹.

O tratamento recomendado para parafrenicos, naquele contexto, sem perspectivas de qualquer melhora, era o estímulo à inteligência, conforme observou o Dr. Henrique Roxo, em seu manual.¹¹⁹⁰ Assim, como não havia pessoal disponível no Hospital-Colônia Juliano Moreira para este tipo de terapêutica, restava usar os recursos disponíveis, qual seja: aprisioná-lo nas salas fortes. Entenda o[a] leitor[a], não se está afirmando que o referido doente tenha permanecido naquelas “jaulas” por longo período, mas durante as fases agudas da doença. O resto do tempo, durante os dois anos em que o Dr. Carlos Pires esteve à frente da clínica psiquiátrica, talvez o senhor Luís tenha sido mantido ou em camisa de força química, ou nos quartos reservados aos agitados[as], onde haviam sido colocadas grades nas janelas *hitzings*, o que, aliás, foi adotado em todas as salas do “Juliano Moreira”, inclusive nos dormitórios dos tranquilos[as]!

Como se vê, se durante a administração do Dr. Newton Lacerda houve a intenção de que o espaço asilar promovesse uma sensação de liberdade aos homens e mulheres ali internados, na gestão Avila-Pires, predominou um regime prisional que, somente em termos de arquitetura e em função dos tratamentos quimioterápicos e fisioterápicos (hidroterapia) administrados, diferenciava-se do modelo oferecido no Asylo de Sant’Anna e/ou nas Cadeias públicas do Estado. E tudo isso acontecia sem levantar censuras, da parte dos mais de 50 mil habitantes da Capital parahybana, podendo ter acontecido por vários motivos, dentre os quais, destacam-se:

- 1) a indiferença partilhada pelos homens e mulheres ordinários do Estado da Parahyba, nutrida pela ideia de que o doente mental era incurável e inútil, do ponto de vista econômico, para o que a Lei 680, de 21 de novembro de 1928, criada pelo Dr. João Pessoa, dá provas;
- 2) o isolamento do edifício da “Colônia”, cujo acesso continuava difícil, devido ao mau estado da estrada, concorrendo para que a população da cidade da Parahyba se mantivesse alheia ao que se passava em seu interior;

¹¹⁸⁹ Embora existisse uma grande variedade de trabalhos e linhas de investigação sobre a parafrenia, associada à demência precoce por psiquiatras como Mayer-Gross, próxima a esquizofrenia segundo Julião de Moura, independente de outros tipos clínicos, segundo Heitor Carrilho, dentre outras. Todavia, a sintomatologia da doença parecia ser aceita por quase todos eles, apresentando diferenças sutis ROXO, Henrique de Brito. **Manual de Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1946, p.242.

¹¹⁹⁰ Ibidem. p. 246.

- 3) a repercussão negativa que teria aquele “vergonhoso” contrato para a campanha do Dr. João Pessoa a vice-presidência da República, na chapa de Getúlio Vargas, visto que o mesmo vinha investindo na imagem de um “governador sociólogo”, cujas ações políticas nos serviços de Assistência eram abrangentes¹¹⁹¹, diante do que, silenciou-se sobre o assunto;
- 4) o desconhecimento das terapêuticas orientadas pela ciência psiquiátrica naquele contexto.

Apesar do silenciamento da grande maioria da população da cidade da Parahyba, as mudanças arquitetônicas e terapêuticas implementadas por Dr. Carlos Pires não seriam toleradas por Dr. Benevides, que não se furtou em tecer sérias acusações ao psiquiatra, que, dentre outras coisas, teria transformado o “Juliano Moreira” em prisão¹¹⁹².

De tal provocação, o Dr. Carlos Pires defendeu-se afirmando se tratarem as grades de uma medida de segurança para evitar o contato dos tuberculosos com os demais doentes¹¹⁹³. O fato foi prontamente contestado pelo “quase-psiquiatra”, pois, depois de uma longa explicação sobre as debilidades dos indivíduos tuberculosos, que em sua opinião eram incapazes de reações perigosas, em tom jocoso, lançou: “não há pois, justificativa para semelhantes modos de proceder, a não ser que o diretor do manicômio tenha em vista impedir com os varões de ferro a passagem dos bacilos de Kock”.¹¹⁹⁴

Cumprir notar que, até setembro de 1929, somente um paciente do Hospital-Colônia, o Sr. Pedro Dias de Andrade, de 34 anos, portador de sífilis cerebral, havia sido diagnosticado com tuberculose e, de acordo com Sá e Benevides, na ocasião daquela arenga, o mesmo já contribuía para elevar obituário daquele hospital. A propósito, em apenas oito meses de serviço, a já referida administração registrou 21 mortos¹¹⁹⁵, número elevado, se considerar que, nos cinco meses da gestão Newton Lacerda, 5 pessoas foram a óbito¹¹⁹⁶.

Insistindo no assunto, Benevides sugeriu que o “colega” Carlos Pires construísse um pavilhão aberto, constituído de alpendrada, para o tratamento dos pacientes que viessem a sofrer de tuberculose.

¹¹⁹¹Sobre isso, ver, por exemplo, a matéria publicada em A União, no dia 27 de novembro de 1929, sob o título “Infância Abandonada e Delinquente”. Aí, o Dr. João Pessoa foi exaltado como o benfeitor das crianças desvalidas do Estado, criando escolas especiais para elas.

¹¹⁹²Jornal A União de 01 de set. de 1929.

¹¹⁹³ Conforme SÁ E BENEVIDES. Hospital-Colônia “Juliano Moreira”. **Jornal A União**. 25 de ago de 1929.

¹¹⁹⁴Idem.

¹¹⁹⁵ALBUQUERQUE, João Pessoa Cavalcante. Mensagem **apresentada a Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba pelo excellentissimo presidente do Estado**, em 5 de agosto de 1929. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1929, p. 61.

¹¹⁹⁶SUASSUNA, João. **Discurso de inauguração do Hospital Colonia Juliano Moreira**. In. A União de 24 de jun. de 1928.

Dr. Carlos Pires tentou uma segunda defesa para a questão das janelas gradeadas, desta vez, apontando o exemplo do Hospital Nacional de Alienados, onde havia grades em todas as janelas. Nisso, foi prontamente contestado por Dr. Sá e Benevides, que encerrou o debate afirmando se tratar o estabelecimento do Rio de Janeiro de um hospital fechado, enquanto, na Parahyba, o “Juliano Moreira” havia sido construído para nele se implantar o regime *open-door*¹¹⁹⁷.

Outro desserviço que, segundo Benevides, os doutores Avila e Carlos Pires haviam prestado a “Colônia de Alienados” foi a transformação do Laboratório, cujo custo para os cofres públicos chegaram a 20:000\$000, em fábrica de produtos químicos. Embora os administradores do hospício tenham silenciado sobre esta acusação, graças a associação do Dr. Avila à Industria Reunidas Francisco Matarazzo, da qual se dizia médico, acredita-se que naquelas instalações funcionou uma fábrica de sabão. Apesar disso, o serviço laboratorial, entregue à confiança do Dr. Manuel Florentino, já conhecido do[a] leitor[a], continuava a realizar exames auxiliares da psiquiatria e/ou para detectar doenças intercorrentes, de outra forma, não haveria a necessidade de contratar os serviços deste médico.

Sopesando a situação contratual do estabelecimento e a contenção de gastos, calcula-se que, talvez, a higiene e a alimentação dos “insanos” tenham sido descuidadas, o que pode ter contribuído para o aumento do obituário. Enfim, o[a] leitor[a] deve se sentir inclinado a concordar com Benevides, quando o mesmo afirmou ser o *systema sui generis* de Assistência aos Alienados, implantado ali pelos doutores Avila e Pires, “um desserviço prestado á causa dos deserdados da sorte”¹¹⁹⁸. Apesar disso, pede-se cautela, afinal, a psiquiatria brasileira, era, naquele contexto, uma ciência ainda mal definida, de forma que os meios de contenção e as terapêuticas empregadas poderiam ser muito variadas, servindo os hospitais também como laboratórios para as técnicas experimentais, que empolgavam os doutores. Assim, não é de admirar-se que o Dr. Carlos Pires tenha inaugurado no “Juliano Moreira” para o tratamento da neuro-syphiles, animado pelos trabalhos do seu irmão Waldemiro Pires, o emprego da *Malarioterapia*, considerada a “terapêutica mais espetacular” para a cura daquela doença e que consistia em “combater uma afecção sífilítica do sistema nervoso, por outra infecção – a malária”.¹¹⁹⁹

¹¹⁹⁷Ibidem.

¹¹⁹⁸Jornal A União de 25 de ago. de 1929.

¹¹⁹⁹PIRES, Waldemiro. **Malarioterapia**: na sífilis nervosa. Rio de Janeiro: Guanabara, S/D. p. 11.

Existiam várias técnicas para a aplicação desta terapêutica, entretanto, considerando o parentesco dos doutores Carlos e Waldomiro Pires, acredita-se que o modelo empregado foi aquele orientado por Dr. Waldomiro.

Assim, a primeira precaução a tomar, para o sucesso da terapêutica, dizia respeito à qualidade do material a ser inoculado: somente poderia ser utilizado o sangue de doentes malárico, que não tivessem sido tratados com quinina, devendo ser confirmado com o auxílio de exames microscópicos. Esta cautela devia-se ao fato de que a quinina era usada para tratar a malária. De outra forma, a malária, inoculada para provocar picos febris nos doentes de sífilis mental, tornar-se-ia resistente ao antidoto, levando o alienado[a] a morte¹²⁰⁰. Dito isto, a etapa seguinte consistia em inocular a malária no doente. No método empregado por Waldomiro, a transmissão era feita por sangue de paciente infectado, na medida de 1cc (centímetro cúbico) através ou de escarificação ou injeções, que tentavam imitar a picada do mosquito. As vias para a inoculação eram: subcutânea, intravenosa, intracerebral, intraventricular. Sendo a primeira mais empregada, por ser mais simples.

Os sintomas da incubação, que duravam de 8 a 20 dias, podiam ser percebidos já nos primeiros dias, quando se registrava elevação na temperatura. Passado esse período, iniciava-se a fase febril, que atingia 39° e com duração de um a quatro dias. Depois disso, apareciam os calafrios, seguidos de picos de febre, que chegam a 42°, e explosão sudoral. Era neste momento que começava a ser introduzidas pequenas doses de quinina, de 0,10 a 0,20cc, de forma a permitir que o doente mental tivesse muitos acessos febris. O recomendado era entre 8 e 9 acessos, antes de interromper o tratamento com doses decrescentes de quinina. Finalmente, a malária inoculada promoveria a “exaltação de todas as funções orgânicas”, inclusive, acreditavam os psiquiatras, naquele momento, que ela curava a paralisia geral¹²⁰¹. Em contrapartida, esta prática poderia acarretar na instalação de um quadro maligno da malária altamente letal.

E, apesar dos prejuízos que esta técnica poderia causar ao fígado, baço, rim, coração e à medula, calcula-se que entre os pacientes inoculados, estavam os senhores Inocencio do Nascimento, Armando Nonato, Pedro Dias (o que tinha tuberculose), José Maximiniano, Manuel Raimnudo, Francisco Capuchu, José Feliz (alcoólatra), a senhora Josefa Feitoza da Silva, entre outros. Todos portadores de sífilis-cerebral. Também os senhores Manuel Porfírio e Firmino José da Silva, diagnosticados com paralisia geral, tiveram a malária implantada em seus corpos. Uns e outros expostos aos terríficos acessos de febre descritos antes. Se o tratamento foi bem-sucedido?

¹²⁰⁰PIRES, Waldemiro.op. cit. pp. 12-13.

¹²⁰¹Ibidem. pp. 20-29

Segundo se observa nas fichas consultadas, dos 12 portadores de sífilis cerebral, 4 morreram. Destes, 2 tinham outras complicações [alcoolismo e tuberculose], os demais ou saíram por alta médica ou faleceram muitos anos depois ali no “Juliano Moreira”, tal foi o caso do senhor Francisco Capuchu, falecido em 24 de janeiro de 1936. Já os 2 portadores de paralisia geral, saíram por alta médica, o que sugere que saíram “curados” ou “melhorados”, nos termos propostos por Bleuler.

Apesar de uma inclinação a julgar desumana esta terapêutica, não se pode descurar do fato de que, naquele contexto e até os anos 1960, a inoculação da malária foi largamente louvada e administrada nos hospícios brasileiros, mesmo após a descoberta da penicilina nos anos 1940. Dessa forma, a malária teve seu uso terapêutico no campo das moléstias mentais alargado, vindo a ser indicada para os casos de esquizofrenia. Dito isto, para retribuir o Dr. Carlos Pires pela responsabilidade de ter introduzido, neste Estado da Parahyba, esta prática, considerada atualmente como cruel, basta dizer que tamanha era sua crença na eficácia da terapêutica, que ele próprio, diagnosticado como “paralítico geral” em 1930, foi tratado com a malária, sem sucesso. Este insucesso fez levantarem-se algumas críticas contra o uso da malária neste Estado. Entretanto, não foi suficiente para fazer cessar aquele tratamento, devido aos bons resultados que pareciam alcançar. Assim, não podendo ser contrário a aplicação desta terapêutica, Dr. Benevides, para não creditar mérito ao “colega”, não se furtou em declarar que a técnica da malarioterapia já era conhecida desde 1917, não se tratando de nenhuma inovação.

De todo o modo, graças às intrigas entre psiquiatras e “quase-psiquiatras”, que não só trocavam acusações pelas páginas dos jornais, mas que arriscaram usar as técnicas e terapêuticas em que acreditavam, a psiquiatria no Estado da Parahyba foi adquirindo status de ciência. E, apesar do caráter de sequestração que se perpetuou no “Juliano Moreira”, de alguma forma, sua criação permitiu a libertação da loucura, que passou a ser medicalizada, considerada doença mental, portanto, possível de ser tratada. Isto fez surgir, ainda que demoradamente, uma sensibilidade nova em relação à loucura, tornando possível escutar as vozes e dar visibilidade aos homens e mulheres que estiveram presos naquele lugar, entre os anos de 1928 e 1930. De resto, é mister dizer, com base no exposto, que, nestas paragens, a psiquiatria ainda teria que percorrer um longo caminho para adquirir status de ciência.

PARA CONCLUIR [CONSIDERAÇÕES FINAIS]

E nesses grandes livros existem partes que não tiveram tempo de ser esboçadas, e que, sem dúvida, nunca ficarão prontas devido à própria extensão do plano do arquiteto.

Marcel Proust, Em Busca do tempo Perdido, 2014.

Virginia T. B. era uma mulher branca, de 48 anos de idade e compleição física normal, foi interditada por seu esposo S. T. B., em 1930, sob a alegação de “sofrer” de moléstia mental de *caráter incurável*.

Para a interdição, o advogado de seu marido juntou à petição um atestado “firmado por dois médicos alienistas do ‘Juliano Moreira’”, certificando que Virginia esteve por duas vezes naquele manicômio em princípio de 1930, por se achar “sofrendo” das faculdades mentais, apresentando “syntomas de alucinações visuais, auditivas e agitação motora”¹²⁰².

O advogado de Virginia, por sua vez, contestou as alegações do esposo de sua cliente afirmando que, apesar de suas “passagens” pelo referido manicômio, a mesma não havia perdido sua sanidade mental. Assim, levada a presença do juiz, Virgínia “demonstrou raciocinar perfeitamente”, diante do que, no parecer do seu advogado, “não pode[ria] ser considerada mentalmente incapaz”¹²⁰³.

Frente ao impasse, o juiz de direito designou para opinar sobre o estado mental dessa senhora, na condição de alienista, reconhecido por seus pares e pela sociedade parahybana da época, o Dr. Newton Lacerda que, após proceder a rigorosos exames somáticos¹²⁰⁴, afirmou

¹²⁰² LACERDA, Newton. Pareceres Psychiatricos: Psychose Maníaco Depressiva. **Revista Medicina**. Orgam da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, out. de 1932. p. 16.

¹²⁰³ Ibidem.p. 16.

¹²⁰⁴ O termo somatização foi criado a partir da tradução do termo alemão *Organsprache*, ou "fala dos órgãos", criado originalmente por Wilhelm Stekel no início do Século XX, segundo o qual podia representar tanto a manifestação de dores ou desconfortos físicos com lesões orgânicas quanto alguns sintomas físicos para os quais os médicos não tinham explicação, estando necessariamente relacionados a conflitos psicológicos inconscientes. LIPOVSKI, Z. J. Somatization: The Concept and Its Clinical Application. In. **American Journal of Psychiatry**, November 1988. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.469.4798&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 20/06/2016. O exame somático a que foi submetida Virginia e, acredita-se, muitos outros homens e mulheres suspeitos de alienação mental, não se reduziu a fala. O trabalho realizado por Newton Lacerda, marcado pela sofisticação dos exames somáticos, foi influenciado pelos ideais eugênicos e lombrosianos, de forma que além dos métodos antropométricos, investigou-se a ascendência da mesma a fim de encontrar aspectos degenerativos. LACERDA, Newton. Op. cit. p. 16.

em seu parecer que Virginia não apresentava qualquer estigma físico de degeneração, revelando “construção e desenvolvimento normaes”. Seu estado “psychico”, entretanto, é digno de nota: consta que, depois de sua primeira “passagem” pelo “Juliano Moreira” e em decorrência do assassinato do governador do Estado e candidato à vice-presidência da República, Dr. João Pessoa, em julho de 1930, seu estado se agravou significativamente, em face do que, Virginia passou a se julgar viúva do falecido governador, “do qual usava até o sobrenome”. A este tempo, passou a ter grande ojeriza a seu esposo S. T. B., talvez por tê-la internado no “Juliano Moreira”, chegando ao “maneirismo” de falar “trocando propositalmente o “t” por “d”, para não pronunciar a letra inicial do sobrenome do esposo”, o que, segundo as representações do Dr. Newton Lacerda, “ouvil-a falar, dessa maneira, por horas a fio, sem vacilar e jamais se enganar”, tratava-se de uma cena curiosa¹²⁰⁵. Além disso, segundo o clínico-geral, entre as crises de excitação e depressão que apresentava, Virginia tinha fases de lucidez, concluiu. Em virtude dessa sintomatologia, o diagnóstico e parecer desse médico foram decisivos: tratava-se de um caso evidente de psicose maníaco depressiva, caracterizada por perturbações mentais, intercaladas de lucidez.

Este quadro clínico, analisado por Dr. Newton a luz dos conceitos de Henrich Schuler, da escola alemã liderada por Kraepelin, assegurava que “quando as phase de excitação e depressão se sucedem [...] persiste no doente um ligeiro grão de enfraquecimento das faculdades, uma irritabilidade anormal, uma diminuição do livre arbítrio e uma menor resistência aos impulsos instintivos”¹²⁰⁶.

Finalmente, como se o poder de decidir sobre a capacidade ou incapacidade mental dos alienados e/ou alienadas fosse, naquele momento, médico e/ou médico-psiquiátrico, e não mais jurídico, visto que os juristas somente com *diagnóstico* e *parecer* daquele [diz-se do médico] poderia decretar sua sentença, Dr. Newton, afirmando a possibilidade de cura da senhora Virginia, cujo quadro clínico de enfermidade mental era recente, sopesando, portanto, o prognóstico favorável, prescreveu para a referida senhora, o tratamento domiciliar, “salvo nos casos de agitação”, quando deveria ser conduzido ao tratamento especializado.

O *parecer psiquiátrico* do Dr. Newton Lacerda, publicado na Revista Medicina de 1932, permite algumas considerações importantes sobre a incipiente medicina psiquiátrica no Estado da Parahyba. Assim, o primeiro aspecto a ser considerado é que a institucionalização e cientificação do saber médico e médico-psiquiátrico, a partir da criação da Sociedade de

¹²⁰⁵ LACERDA, Newton. Op. cit. p. 16.

¹²⁰⁶ LACERDA, Newton. Op. cit. p. 17.

Medicina e Cirurgia da Parahyba e dos debates ocorridos nas sessões ordinárias daquele grêmio, veio fortalecer e legitimar as práticas [exames, cirurgias, diagnósticos, prognósticos, terapêuticas e falas] dos esculápios parahybanos no que se refere aos loucos e/ou loucas deste Estado, notadamente em relação às competências e saberes jurídicos e policiais que, até 1928, eram os responsáveis por decidirem sobre o estado mental dos homens e mulheres parahybanos, julgando-os a partir dos critérios da “Ciência” que professavam, *O Direito*, como culpados ou inocentes.

Cumprido notar, entretanto, que se a legitimação do saber médico e psiquiátrico, como autoridades sobre o doente mental e detentores da “verdade” acerca da doença mental, se por um lado significou a união da classe médica do Estado da Parahyba, que passou a fazer largo uso da imprensa local e de periódicos especializados para divulgar suas competências, por outro lado, como se viu ao longo deste estudo e, tal como ficou em relevo no caso da *interdição de Virginia*, isso não implicou no fim das disputas de interesse políticos e de reconhecimento social e científico de cada médico isoladamente ou de coligações médicas no interior da própria classe. O caso em apresso é revelador deste conflito, pois Dr. Newton, em seu parecer, colocou-se nitidamente em posição contrária ao advogado da apelante que desautorizava o diagnóstico dos médicos D’Ávila e Carlos Pires, os quais dirigiam o “Juliano Moreira” na época em que se deu a “passagem” daquela senhora pelo referido manicômio. Apesar disso, não se deve enganar o[a] leitor[a], fica evidente que o clínico-geral também não coadunou com o parecer dos colegas médicos que, segundo declaração do advogado do esposo da apelante, firmavam ser o estado patológico de Virginia *incurável*, entretanto, sem desautorizá-los, mas sugerindo, com base na reputada consideração que gozava entre seus pares, na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba e frente a população da cidade da Parahyba, seu parecer foi de que a mesma *era passível de cura*. E, reiterando sua autoridade “Médico”, portanto, legítima nos assuntos relativos às doenças e aos doentes mentais, derrubou o parecer do advogado de S. T. B., recomendando *interdição temporária* em domicílio, conforme assinalado antes.

Neste ponto, outro aspecto a ser considerado no caso em apreço, e que fica em relevo ao longo da tese, diz respeito ao estigma que os homens e mulheres que estiveram em estabelecimentos daquela natureza passaram a “sofrer” da população em geral, inclusive, dos

próprios familiares, dos médicos, das autoridades jurídicas e/ou policiais¹²⁰⁷. Esta situação foi denunciada por Franco Basaglia¹²⁰⁸, em *La institución Negada*, nos seguintes termos:

El exterior es el único porvenir, el único proyecto de la institución. Pero, del mismo modo en que la institución tradicional se halla implicada, como parte en cuestión, en la génesis de los accidentes, la sociedad exterior, con sus reglas violentas, sus discriminaciones, sus abusos, sigue representando, en la institución abierta, el rechazo, la negación y la exclusión del enfermo mental, considerado como uno de los numerosos elementos de perturbación a los cuales de reserva – precisamente- la institución y el espacio apropiados¹²⁰⁹.

O Manicômio, ou melhor, o “Juliano Moreira”, antes de possibilitar a “cura” da doença mental, concorreu para desconstruir ao longo daqueles anos [fala-se dos anos 1928 a 1930, para fins dos limites temporais deste estudo, embora se possa considerar os mais de 80 anos de sua existência e funcionamento], os direitos, a autonomia e a capacidade dos homens e mulheres que estiveram ali, entregues ao *juízo médico*, o único capaz de decidir sobre o estado mental de tais sujeitos¹²¹⁰. Enfim, os estigmas, preconceitos, discriminações e exclusões, ou seja, as práticas de banimento que atingiu tantos homens e mulheres nomeados como alienados e/ou alienadas parahybanos[as], como ficou latente ao longo deste estudo, esteve ligada aos processos sociais e as relações de poder e dominação que controlam a vida social como um todo. A propósito, *o estigma, o preconceito e a discriminação*, na relação saúde-doença,

¹²⁰⁷ No Conto *Só vim telefonar*, de autoria do colombiano Gabriel Garcia Márquez, a questão da desconstrução da autonomia do sujeito que “passa” pelo hospício é recorrente. Revela que, tanto os “doutores” e demais funcionários ignoram as falas, sentimentos e/ou verdades dos homens e mulheres que estão ali sob a sigla da loucura, condição em que o louco e/ou a louca são incapazes de perceberem a suposta loucura, visto que só o médico tinha o poder de decisão sobre o estado mental dos homens e mulheres que lhes caíam nas mãos. Ver: MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Só vim telefonar*. In. **Doze contos peregrinos**. S/ED; 1978. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B9NRAfOLPvAGNGM1YjQxYzctZDA2My00MWFkLWFjNDMtZTUwM2I1ODNjY2M0/edit>. Acesso em 20.06.2016. Este aspecto também foi denunciado por Foucault, em seu livro *História da Loucura*, conforme se observou neste mesmo trabalho. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na idade Clássica**, São Paulo, Perspectiva, 2009.

¹²⁰⁸ Franco Basaglia foi um médico e psiquiatra italiano, precursor do movimento de reforma psiquiátrica na Itália, conhecido como Psiquiatria Democrática. Influenciado pela obra do filósofo francês Michel Foucault, “História da Loucura na Idade Clássica”, esse psiquiatra italiano formulou a “negação da psiquiatria” como discurso e prática hegemônicos sobre a loucura, considerando que a psiquiatria sozinha não era capaz de dar conta do fenômeno complexo que é a loucura. Basaglia também denunciou os abusos a que eram submetidos os[as] loucos[as] nos hospitais e/ou hospícios. Como consequência de suas ações e debates foi aprovada, na Itália, em 1978, a “Lei 180”, ou “Lei da Reforma Psiquiátrica Italiana”, conhecida popularmente como “Lei Basaglia”. Conf. AMARANTE, Paulo. **O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996.

¹²⁰⁹ BASAGLIA, Franco. **La Institución Negada**: informe de um hospital psiquiátrico. Barcelona: Barral Editores, 1972.

¹²¹⁰ Este aspecto foi denunciado por Foucault, em seu livro *História da Loucura*, quando tratou da institucionalização da loucura na Europa. Segundo Foucault, somente o saber médico era dado o direito de introduzir “ao mundo da loucura, apenas ele permite que se distingam o normal do insano, o criminoso do alienado irresponsável”. FOUCAULT, Michel.op. cit. p. 127.

continuam a ser um tema atual como preconiza o antropólogo norte-americano Richard Parker¹²¹¹.

Outro aspecto a ser considerado, e que fica realçado no caso da senhora Virginia, foi a prescrição do clínico-geral, ex-diretor do “Juliano Moreira”, para o tratamento domiciliar, o que sugere tanto as disputas políticas entre os esculápios, observadas ao longo do estudo, como revela a falência do modelo “open-door” e das terapêuticas experimentadas naquele nosocômio, entre os anos 1928 e 1930, o que, apesar dos reclames do “quase-psiquiatra” Sá e Benevides, não resultou em melhorias para os sujeitos ali internados, pois, embora ocorressem lutas médicas em busca de poder e reconhecimento científico, desferidas a partir da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, boa parte da classe médica parahybana, inclusive os psiquiatras e “quase-psiquiatras”, estava atrelada às questões políticas que a engendraram. Assim, romper com estes paradigmas pareceu e parece algo distante, pois, considerando as arengas publicadas nos jornais de circulação local, o que se observou foi que uns e outros médicos, de uma ou outra linhagem política, somente se manifestaram contrários aos procedimentos dos seus arquirrivais quando estiveram excluídos dos projetos político-partidários, de caráter social e de “grandes-vultos”, idealizados para a Capital parahybana.

Dessa forma, ao longo deste estudo, problematizou-se o processo de institucionalização e medicalização da loucura na Província/ Estado da Parahyba, relacionando este processo às condições sociais, políticas e culturais que possibilitaram a constituição do campo psiquiátrico e a legitimação do saber médico sobre a sociedade, a partir da higiene urbana e social, e neste último caso, sobre o poder de decisão sobre os corpos considerados malsoantes a ordem estabelecida, de maneira especial, para os fins deste trabalho, os alienados e/ou alienadas.

Finalmente, dizendo-se que o louco[a] não tem voz própria, que precisa que outro[s] fale[m] e lute[m] por ele[a], contesta-se esta “verdade”, pois o que se observou nos acasos aqui narrados e representados, tais como aqueles protagonizados por Donária dos Anjos, Cacimba, Maria Jararaca, Compasso, Patacho, Maria Umbelina, Basílio, João Lopes de Souza, Josefa, José Machado, João Variedade, Luiz Bodeiro, Severino Ferreira Francisco Capuchú, Aurélio de Tal, Amália da Conceição, Caminhão e tantos outros[as], foi que lhes foi negado, ou foi negado à maioria destes homens e mulheres, o direito a falar, de expressar seus sentimentos e suas “verdades”. Ainda assim, se houve a necessidade de que gestores públicos, legisladores, médicos, enfermeiros, policiais, religiosos e “filantropos” buscassem meios de conter suas

¹²¹¹ PARKER, Richard. Interseções entre Estigma, preconceito e Discriminação na Saúde pública Mundial. In. MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza. (orgs.) **Estigma e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

divagações e as supostas desordens que provocavam ao desafiarem as normas “violentas” estabelecidas socialmente, isso revela que estes homens e mulheres não aceitaram e não quiseram ser alcançados, senão sob a pressão dos choques químicos e do uso de “correntes”, por uma compaixão “cruel” pregada em oferenda aos deuses da ciência médica e, antes, dos poderes políticos, que visando alcançar ganhos pessoais esqueceram-se e esquecem-se daqueles em nome de quem reclamaram tantas e tão uteis melhorias sociais.

A propósito, além das vozes ouvidas ao longo dessas páginas, murmuram multidões de outras vozes que, junto a estas, constituem outras e tantas histórias da Parahyba e do Brasil.

Enfim, esbatar um tema ainda pouco explorado na Parahyba exigiu escolhas que nem sempre podem ter sido as melhores e as mais acertadas para um estudo como este, de todo o modo, para que se possa dar ao julgamento dos[as] leitores[as], que poderão revelar seus vícios e virtudes, sugerir novos caminhos, abrir outras portas, entrever fissuras que promovam rupturas, avanços e mudanças em relação a “cultura médica e social”, em relação aos homens e mulheres nomeados como loucos e/ou loucas, é preciso chegar ao seu término, mesmo estando convicta de que existem partes, como na arquitetura da obra proustiana, que nunca ficarão prontas¹²¹².

Dito isto, resta que este estudo, dentro dos limites de um trabalho dessa natureza, constitua-se uma ferramenta de ação e fortalecimento contra os mecanismos de dominação criados sob a sigla de uma *democracia* que atendeu[e] aos interesses de poucos, deixando às margens milhares de homens e mulheres loucos[as] e não-loucos[as]. Sendo assim, tal como indigitado na *Carta de Intenções para a Saúde Mental*, elaborada em Milão, no ano de 2002, a comunidade faça seu papel de acolher e

Refletir sobre as vidas clandestinas, sobre as vidas dos sem morada, sobre as vidas conduzidas pelas estradas [...] bem como com vidas que invocam instâncias de justiça e solidariedade inteligente [...] na qual o homem [e a mulher] esteja no centro dos projetos e na qual qualquer que seja a política, a práxis e as ideias que as movem, estejam orientadas para a promoção da saúde mental¹²¹³.

Quanto à autora deste estudo e àqueles que “marcham para a frente” e abraçam a causa de tantos homens e mulheres ainda silenciados, e cujas existências permanecem encobertas pela “poeira do tempo”:

¹²¹² PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. O tempo recuperado. Tradução Fernando Py. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

¹²¹³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2002. apud. PAGOT, Angela Maria. O Louco, a rua, a comunidade: as relações da cidade com a loucura em situação de rua. Rio de Janeiro. 2012, p.17.

“Aceito[em] o epíteto de louca[o/s] antes que me[lhes] ponham outro pior”¹²¹⁴.
Afinal, como bem observou o psiquiatra Juliano Moreira, em 1930, “todos nós devemos fazer a profilaxia da parcela de insulto que nos cabe”¹²¹⁵.

¹²¹⁴ MOREIRA, Juliano. Carta a Hermelino Lopes Rodrigues em 1930. apud. Pires, 1959. apud. SILVEIRA, Renato Diniz. **A correspondência entre Juliano Moreira e Hermelino Lopes Rodrigues:** as relações de um mestre e seu discípulo na constituição do campo psiquiátrico em Minas Gerais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 314-328, jun. 2008. Acesso em 20.12.2015.

¹²¹⁵ Ibidem.

FONTES

RELATÓRIO PROVIDORIA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

ROCHA, Francisco d'Assis Pereira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba em 2 de julho de 1858**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857; 1858.

NEVES, Lindolfo José Corrêa das Neves. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1862 In. LIMA, Francisco D'Araujo. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862.

NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1863 (manuscrito).

RABELLO, José Francisco. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1864. In. MOURA, Sinval Odorico de. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no dia 1 de outubro de 1864**. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1864.

GOUVEIA, Antonio da Cruz. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1867. In. VASCONCELLOS. (Barão de Maraú). **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 2º vice-presidente, em 5 de ago. de 1867**. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1867.

GOUVEIA, Antonio da Cruz. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Parahyba, 1869. In. CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. **Exposição feita pelo vice-presidente da provincia da Parabyba [sic] do Norte em 11 de Junho de 1869 no acto de passar a administração da provincia a Venancio José de Oliveira Lisboa**. Parahyba, J. R da Costa, 1869.

LIMA, Joaquim Moreira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia** Parahyba do Norte, jul. 1871. (manuscrito).

NEVES, Lindolfo José Correa das. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1878; 1880; 1881; 1882 (manuscrito)

MELLO, Benjamin Franklin de Oliveira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 1 de out. 1879; 2 de jul. 1880. (manuscrito)

GOUVEIA, Antonio de Sousa. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1883. (manuscrito)

D'ALBUQUERQUE, José Bezerra cavalcanti. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de julho 1884. (manuscrito)

MELLO, Antonio A. da Gama e. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1886. (manuscrito)

CUNHA, Silvino Euvídio Carneiro da. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1887. (manuscrito)

BORGES, Francisco de Paula Oliveira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. 2 de jul. de 1888. Parahyba do Norte, Typ. d'O Pelicano, 1888.

MINDELLO, Thomás d'Aquino. **Relatório da Provedoria da Santa Casa** em 1º de julho de 1889. Parahyba do Norte: Typ. d'O Pelicano, 1889.

NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1890.

VAREJÃO, Maximiano José de Inojosa. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, 2 de jul. 1891; 2 de jul. 1892. (manuscrito)

FERREIRA, Manoel da Silva Guimarães. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1894. (manuscrito)

PINTO, Mariano Rodrigues. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1898. (manuscrito)

RANGEL, José Lucas de Sousa. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1900. (manuscrito)

PINHO, Antonio Soares de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. de 1901. (manuscrito); 2 de jul. de 1902; 2 de jul. de 1903; 2 de jul. de 1904.

LEAL, Antonio Semião dos Santos. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 22 de agosto. de 1905. (manuscrito)

NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**. Parahyba do Norte, em 2 de jul. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1916 a 1930. (manuscrito)

BRANDÃO, Trajano A. de Caldas. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1908. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1908 a 1915.

PEDROSA, Pedro da Cunha. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1906. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1906.

VASCONCELOS, Antonio José Henriques de. Relatório da Mordomia do Hospital de Sant'Anna, em 01 de Julho de 1906. In. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia**, em 2 de jul. de 1906. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1906.

RELATÓRIOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA/ESTADO DA PARAHYBA

Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acessado em 01.03.2009.

QUARESMA TORREÃO. **Discurso com que o presidente da provincia da Paraíba do Norte**, fez a abertura da sessão ordinaria da Assembleia Provincial no mez de janeiro de 1837. Cidade da Paraíba, Typ. Paraibana, 1837.

D'ALBUQUERQUE, Joaquim Ferreira Peixoto. **Falla com que o Presente da província de Parahyba do Norte, dia 24 de Junho de 1838**.

MAGALHAENS, João José de Moura. **Falla com que o exm. presidente da provincia da Parahyba do Norte, no dia 16 de janeiro de 1839**. Pernambuco, Tip. de M.F. de Faria, 1839.

FRANCA, Francisco Xavier Monteiro da. **Falla com que o exm. presidente da provincia da Parahiba do Norte installou, no dia 1 de out. de 1840**. Pernambuco, Typ. Imparcial de L.I.R. 1841.

CHAVES, Pedro Rodrigues Fernandes. **Falla com que o exm. presidente da provincia da Parahiba do Norte**, no anno de 1841. Pernambuco, Typ. Imparcial de L.I.R. Roma, 1841; 1842

JARDIM, Ricardo José Gomes. **Discurso recitado pelo excellentissimo senhor presidente da provincia da Parahyba do Norte**, dia 4 de agosto de 1843. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843.

NEVES, Agostinho da Silva. **Relatorio que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte de 1844 o excellentissimo presidente da mesma província**. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1844.

CAMPOS, Frederico Carneiro de. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahiba do Norte**, em maio de 1845. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1845; 1846; 1847.

VASCONCELLOS, João Antonio de. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**, em 1 de agosto de 1848. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1848; 1949; 1950

BEZERRA, José Vicente d'Amorim. **Exposição feita pelo excellentissimo presidente da provincia da Parahyba do Norte**, em 23 de Janeiro de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850

BEZERRA, José Vicente d'Amorim. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**, em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850.

ALBUQUERQUE, Francisco Antonio D'Almeida e. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parahyba do Norte**, em 08 de maio de 1851. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1851.

ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá. **Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da Parahyba**, 2 de ago de 1851. Parahyba, Typ. de José Rodrigues Costa, 1851; 1852; 1853

FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Exposição feita pelo excellentissimo 2º Vice - Presidente da da Parahyba**, em 7 de Outubro de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853.

FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba**, em 05 de agosto de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853; 1855.

MELLO, João Capistrano Bandeira de. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba**, Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853; 1854.

MELLO, João Capistrano Bandeira de. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parabyba**, em 07 de abril de 1854. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854.

BARRETO, Francisco Xavier Paes. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parabyba**, em 16 de abril de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855.

FREIRE, Flávio Clementino da Silva. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parabyba**, em 26 de Novembro de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855.

SILVA, Antonio da Costa Pinto. **Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba**, em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1856; 1857.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. **Relatorio recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba**, 1 de ago. de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857; 1858.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba em 20 de setembro de 1858**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858; 1859.

CUNHA, Ambrozio Leitão da. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da Parahyba**, em 2 de agosto de 1859. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1859; 1860.

NUNES, Luiz Antonio da Silva. **Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba em 15 de junho de 1860**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1860; 1861

Barão de Mamanguape. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parahyba em 18 de maio de 1861**. Parahyba, Typ. Parahyba, 1861.

LIMA, Francisco d'Araujo. **Relatorio apresentado a Assembleia Provincial Legislativa da provincia da Parahyba do Norte no dia 1 de agosto de 1861 pelo presidente**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1861; 1862; 1863; 1864

MOURA, Sinval Odorico de. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba no dia 1 de outubro de 1864**. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1864; 1865

BRITTO, Felisardo Toscano de. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da Parahyba pelo 1.º vice presidente**, em 4 de agosto de 1865. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1865.

POGGI, João José Innocencio. **Relatorio apresentado do acto de posse da administração da província de Parahyba do Norte**, em 5 de novembro de 1866. Parahyba, Typ. L. Parahybana, 1867.

BRITO, Felisardo Toscano de. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Parahyba pelo 1.º vice-presidente**, em 3 de agosto de 1866. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1866.

MELLO, Americo Brasiliense de Almeida. **Exposição feita no acto da passagem da administração ao 2º vice-presidente da Parahyba**, em 22 de abr de 1867. Parahyba, Typ. J.M. Lima, 1867.

VASCONCELLOS, Teixeira de. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da Parahyba pelo 2º vice-presidente**, em 5 de agosto de 1867. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1867.

VASCONCELLOS, Teixeira de. **Exposição feita pelo 2º vice-presidente da Parahyba em 1 de Novembro de 1867**. Parahyba, Typ. J.M. Lima, 1867.

PESSOA, Francisco Pinto **Exposição feita pelo vice-presidente da provincia da Parahyba em 16 de agosto de 1868** Typ J. R. da Costa, 1868.

CARVALHO, Innocencio Seraphico de Assis. **Exposição feita pelo vice-presidente da provincia da Parahyba em 16 de agosto de 1868** Parahyba, J. R da Costa, 1868.

SILVA, Theodoro Machado Freire Pereira da. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte**. Parahyba, Typ. dos herdeiros de J.R. da Costa, 1868; 1869.

PESSOA, Francisco Pinto. **Officio de 16 de abril de 1869 passando ao presidente da província de Parahyba do Norte**, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. **Exposição feita pelo vice-presidente da provincia da Parahyba**, em 11 de Junho de 1869 Parahyba, J. R da Costa, 1869.

LISBOA, Venancio José de Oliveira. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parahyba em 24 de Outubro de 1870** Parahyba, Typ. Conservadora, 1870.

ALBUQUERQUE, Frederico D’Almeida e. **Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa provincial**, em 7 de dezembro de 1870. Parahyba, Typ Jornal da Parahyba, 1871.

ALBUQUERQUE, Frederico D’Almeida. **Exposição feita pelo presidente da provincia da Parahyba**. Parahyba, Typ. Conservadora, Visconde de Pelotas, 1871; 1872.

GOUVÊA, José Evaristo da Cruz. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 3º vice-presidente da provincia**, Parahyba, Typ. Conservadora, 1871; 1872.

GOUVÊA, José Evaristo da Cruz. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba pelo 3º vice-presidente**, em 7 de junho de 1872. Parahyba, Typ. Conservadora, 1872.

SÁ, Francisco Teixeira de. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba**, em 6 de setembro de 1873. Parahyba, Typ. dos herdeiros de José R. da Costa, 1873.

CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba**, em 7 de agosto de 1874. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874; 1976

FIGUEIREDO, José Paulino de. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte**, em 7 de agosto de 1874.

PARENTE Esmerino Gomes. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte** em 12 de agosto de 1877. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1877.

SILVA FREIRE. (Barão de Mamanguape). **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba**, em 9 de jun. de 1877. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1877.

VIANNA, Ulysses Machado Pereira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba**, em 1 de janeiro de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879.

GALVÃO. Fellipe Benício da Fonseca. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba**, em 13 de jun de 1879. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1879.

COSTA Junior. Gregório José de Oliveira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba**, em 3 de set. de 1880. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1880.

BANDEIRA, Antonio Herculano de Sousa. **Falla com que o Presente da província de Parahyba do Norte abriu a 26ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial** no dia 1º de Agosto de 1886.

CARNEIRO, Justino Ferreira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba**, em 21 de set. de 1881. Parahyba, Typ. do Liberal Parahybano, 1882 .

PEREIRA JUNIOR, José Rodrigues. **Exposição feita pelo excellentissimo presidente da provincia da Parahyba**, em 30 de abr. de 1880. Parahyba do Norte. 1880.

NASCIMENTO, José Ayres do. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba**, em 4 de out. de 1883. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1883.

GAMA E MELLO, Antonio Alfredo de. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**, em 01 de maio de 1900. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1900.

D'ARAÚJO, José Peregrino. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**, Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1901; 1902; 1903; 1904.

MACHADO, Alvaro Lopes. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**, em 20 de out de 1905. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1905.

LEAL, Monsenhor Walfredo. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**, Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1906; 1907; 1908.

MACHADO, João Lopes. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1909; 1910; 1911; 1912.

PINTO, João Ferreira de Castro. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1913; 1914

PESSOA, Antonio da Silva. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1915; 1916.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1916; 1917; 1918; 1919; 1920.

LUCENA, Solon Barbosa. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1921; 1922; 1923; 1924.

SUASSUNA, João. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1925; 1926; 1927; 1928.

ALBUQUERQUE, João Pessoa Cavalcanti. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba**, em 05 de ago de 1929. Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1929.

CARVALHO, Alvaro Pereira de. **Mensagem elaborada pelo mallogrado presidente da Parahyba**, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, assinada em Recife em 26 de jul de 1929 e apresentada pelo Vice-presidente do Estado da Parahyba, em jun de 1930.

FILMES

EM NOME DA RAZÃO: Um filme sobre os porês da loucura. Direção: Helvécio Ratton: Brasil, Quimera produções, ano 1979. (23:50min). Disponível em http://www.dailymotion.com/video/x247d5a_em-nome-da-razao-um-filme-sobre-os-poro-es-da-loucura-1979_shortfilms. Acesso em 20.02.2015.

VIVOS. Direção: Frank Marshall, EUA, Paramount, ano 2003. (2h 07min). Título Original: Alive. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=2_IQJTnoNns. Acesso em 20.10.2015.

LEIS E DECRETOS

ESTATUTO DA PARAÍBA. O código do processo penal. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1932.

ACTO do Poder Legislativo Municipal. Parahyba do Norte. Imprensa Oficial, Lei 102 de 30 de fev. de 1921 e Lei 108 de 12 de dez. de 1923.

BRASIL, Senado Federal. **História da Conquista da Paraíba**. Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL. **Código Penal**, 1890. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acessado em 01.11.2011.

BRASIL. **Código Penal**, 1940. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343>>. Acessado em 01.10.2011.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1828 Vol. 2 (Publicação Original. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 02.01.2012.

BRASIL. **DOU de 19/05/1910**. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1910/05/19>. Acesso em 12.12.2015.

BRASIL. **DOU de 25/10/1910**. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1910/10/25>. Acesso em 11.11.2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Anos de Incerteza (1930 - 1937)**. In. A Era Vargas: 1920 - 1945. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas_1/anos30-37>. Acessado em 02. 03.2012.

BRASIL. **Officio-Circular do Ministério dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro, em 04/09/1854. Arquivo do Estado da Paraíba).

BRASIL. Senado Federal. **Decreto N. 24.559 – de 3 de julho de 1934**. Dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7055&tipo_norma=DEL&data=9441118&link=s. Acesso em 01.03.2012.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 17.805, de 23 de Maio de 1927**. Approva o regulamento para execução dos serviços da Assistencia a Psychopathas no Districto Federal. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17805-23-maio-1927-499073publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 10.03.2012.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 508, de 21 de junho de 1890**. Aprova o regulamento para a Assistência Médico-legal de Alienados. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação./MinistériodaEducaçãoeSaúde>. Acesso em 12.03.2012.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº. Decreto nº 1.132, de 22 de Dezembro de 1903. Reorganiza a Assistência a Alienados. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação./MinistériodaEducaçãoeSaúde>. Acesso em 12.03.2012.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. **Coleção de Leis do Brasil** de 31/12/1875. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=70505>. Acesso em 20.08.2015.

BRAZIL. **Código Criminal do Império do Brazil**, 1830. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1930.htm. Acesso em 20.09.2013

BRAZIL. Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 02.09.2013.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828 Vol. 2 (Publicação Original. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 02.01.2012

COLLECÇÃO dos Actos dos Poderes Legislativos e Executivo do Estado da Parahyba. Parahyba do Norte. Imprensa Official, 1892; 1895; 1896; 1895-1900; 1901, 1902; 1905; 1906; 1907; 1908; 1911; 1912; 1913; 1914; 1915; 1925; 1926; 1927.

PARAHYBA DO NORTE. **Decreto de 23 de Janeiro de 1879.** Parahyba do Norte, 1879.

RELATÓRIOS DIVERSOS

FALLA com que o presidente da Provincia do Rio Grande do Norte abriu a assemblea Provincial no dia 2 de fevereiro de 1835 (manuscrito), pp. 5-6.

COSTA, João Florencio da. **Relatorio Comandante da Força Policia do Estado da Parahyba do Norte.** Parahyba do Norte, 02 de ago de 1924.

D'ALMEIDA, Demócrito. **Relatório do Chefe de Policia do Estado da Parahyba do Norte,** Parahyba do Norte, 10 de Set. de 1924.

DIAS JUNIOR, J.F. **Relatório do Chefe de Policia do Estado da Parahyba do Norte,** Parahyba do Norte, 19 de Jan. de 1924; 1925

FONCECO, Ivo Magno Borges do. Relatório da Inspeção de Saúde da Parahyba, em 27 de jul. de 1881. In. CARNEIRO, Justino Ferreira. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte pelo presidente,** em 21 de set. de 1881. Parahyba, Typ. do Liberal Parahybano, 1882 .

FRANCA, João Monteiro da. **Relatorio do Chefe de Policia do estado da Parahyba do Norte.** Parahyba do Norte, 07 de jul de 1922 a jul de 1923.

JUNIOR, J. F. Dias. **Relatorio do Chefe de Policia do estado da Parahyba do Norte.** Parahyba do Norte, 01 de jul de 1925.

MAIA, Seixas. Relatório do Diretor do Serviço Sanitário da Santa Casa de Misericórdia, em 2 de jul. de 1929. In. NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia,** em 2 de jul. de 1929. Parahyba do Norte, Artes Graphics J. Coelho e Irmão, 1929.

MAROJA, Flávio. Relatório do Diretor do Serviço Sanitário dos Hospitais a cargo da Santa Casa de Misericórdia, em 2 de jul. de 1906. In. PEDROSA, Pedro da Cunha. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia,** em 2 de jul. de 1906. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1906; 1909; 1911; 1915; 1916

MILLANES, Abdon Felinto. **Relatório da Inspeção de Saúde da Parahyba.** 1879; 1883; 1884.

PARAHYBA DO NORTE. **RELATÓRIO de Repartição de Saneamento da Parahyba,** Parahyba do Norte. Imprensa Official, 1927.

POGGI, João José Innocencio. **Relatorio do Provedor de Saúde da Província de Parahyba do Norte,** em 11 de ago. de 58. Parahyba, Typ. L. Parahybana, 1858.

TESES MÉDICAS

OLIVEIRA, Alvaro Remigio de. **Prophylaxia no casamento.** These. Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia. Typ e enc. Gonçalves Teixeira & C, 1911.

LEFUNDES, Waldemiro Augusto Deiro. **Consaguinidade**. These. Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia. Typ. Comercial, 1911.

SILVA, Otavio de Pinho Pedreira da. **As Remissões na Demencia Precoce**. These. Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia. Typ. Imprensa Oficial do Estado, 1920.

SAMPAIO, Genaro Veiga. **Espiritismo e loucura**. These. Faculdade Medicina da Bahia. Typ.____1926.

NETO, Silio Bocanera. **O Instinto criminal**. These de medicina da Bahia. Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia, Typ. Comercial, 1914.

ROSSI, Luciano. **Questões de Hygiene Social**. These. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Typ. Pharol. 1926.

ALMEIDA, Waldemar de. **Ensaio Clínico sobre o tratamento da epilepsia**. These. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Oficinas da Renascença, 1908.

CONRADO, Alcindo Ribeiro. **Syphilis cerebral, forma eschyzophrenica**. These. Faculdade Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Typ. Revistas dos Tribunais, 1921.

LACERDA, Fernandes Paiva. **Diagnostico da Epilepsia**. These. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Typ. Olimpio de Campos & C. 1914.

OUTROS

Livro de Entrada e Saída dos Hospitais de Snt'Anna [1877; 1879-1906]

Livro Receituário médico dos Hospitais da Cruz do Peixe [1889-1890]

Fichas de admissão no Serviço de Assistência aos Alienados do Hospital-Colônia Juliano Moreira [1928-1930]

Fotos dos Acervos de Verneck Abrantes de Sousa; Walfredo Rodrigues; Santa Casa de Misericórdia.

FORMIGA, Tiago de Castro. **Entrevista concedida a autora em 04 de outubro de 2014.**

_____. **Entrevista concedida a autora em 03 de outubro de 2015.**

JORNAIS

PARAHYBA DO NORTE. A imprensa, 1898-1903; 1912-1921

PARAHYBA DO NORTE. A Opinião, 1877

PARAHYBA DO NORTE. A Regeneração, 1862

PARAHYBA DO NORTE. A União, 1893-1930

PARAHYBA DO NORTE. Gazeta da Parahyba, 1888-1890

PARAHYBA DO NORTE. Jornal Correio da Manhã, 1917.

PARAHYBA DO NORTE. Jornal da Parahyba, 1874 – 1880

PARAHYBA DO NORTE. O Centro, 1911

PARAHYBA DO NORTE. O Estado da Parahyba, 1890-1894

PARAHYBA DO NORTE. O Jornal ,1923-1924
 PARAHYBA DO NORTE. O Liberal Parahybano, 1879-1889
 PARAHYBA DO NORTE. O Mercantil, 1883
 PARAHYBA DO NORTE. O Publicador ,1864-1865
 PARAHYBA DO NORTE. Jornal O Parahybano, 1892.
 PARAHYBA DO NORTE. Jornal O Norte, 1911.
 RIO DE JANEIRO. Jornal o Constitucional, 1862.

REVISTAS e SIMILARES

ALMANAK LAEMMERT. RIO DE JANEIRO; PARAHYBA. 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=25599&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>, p.1296.

ANNAES do 1º Congresso Médico de Pernambuco: Primórdios, sessões, memórias e trabalhos (abril a maio de 1909). Recife: Off. Typ. Do diário de Pernambuco, 1910.

BRAZIL. Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da undécima legislatura, sessão de 1862. Tomo 1. Rio de Janeiro, Typographya Imperial e constitucional de J. Villeneuve & C. 1862. Disponível em <http://www.books.google.com.br>. Acesso em 01.02.2015.

PARAHYBA DO NORTE. **A Philipeia**, 1905

PARAHYBA DO NORTE. **Anais da Primeira Semana Médica de 1927.**

PARAHYBA DO NORTE. **Era Nova** ,1921–1925

PARAHYBA DO NORTE. **Medicina**, 1931-1937

PARAHYBA DO NORTE. **Revista A Ideia**, 1879

PARAHYBA DO NORTE. **Revista do Instituto Histórico e Geographico da Parahyba**.1910-1921.

RIO DE JANEIRO **Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia.**, 1929.

RIO DE JANEIRO. **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciências Afins**, 1905-1922.

RIO DE JANEIRO. **Boletins de Eugenia**, 1930-1933.

BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

AUSTREGESILLO, Fº. **Estudos práticos de psiquiatria.** Rio de Janeiro: Revista das Clínicas, 1933.

AZEVEDO, Renato. **Considerações sobre um caso de insuficiência mitral com sopro circular de Miguel Couto.** Semana Médica – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927. In. pp. 67-79.

BAERLE, Caspar van. **Rervm per octennivm in Brasilia**, 1647. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02460028>. Acesso em 12.02.2014.

BALLESTER, et al. Pelagra. Presentación de caso interesante. **Revista Ciencias Médicas**, vol.15 no.3 Pinar del Río jul.-set. 2011. Disponível em <http://scielo.sld.cu>. Acesso em 01.11.2014.

BARRETO, Tobias. **Menores e Loucos em Direito Criminal**, Ed. Fac-Simile. Brasília: Senado Federal, 2003,

BARRETO, Tobias. **Menores e Loucos em Direito Criminal. 1886**. Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho/asp/Publicacoes.asp?COD_CLASSIFICACAO=O. Acessado em 01.08.2013.

BILLAC, Olavo. **Discursos pronunciados na Faculdade de Direito e na Faculdade de Medicina de São Paulo**. São Paulo: Casa Vanirden, 1915.

BOTELHO, Adauto. **Estados mistos da psicose maníaco-depressiva**. Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, Rio de Janeiro, n.2, set.-out. 1929, p.105-112. In. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/29.pdf>. Acesso em 20.12.2015.

BOURROUL. Celestino. Tratamento Syphilis. **Revista de Medicina**. p. 15. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/download/56494/59550>. Acesso em 12/04/2016;

BRITTO, Hygino Costa; MOURA, Lourival; VILLAR, Edrise. **Medicina**. João Pessoa: Editora Universitária, 1937.

CAMPOS, Murillo de. **O grupo das esquizofrenias ou demência precoce. Relatório apresentado ao III Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiátrica e Medicina Legal**. Rio de Janeiro. Julho de 1929. In. Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, Rio de Janeiro, n.3, nov. 1929, p.155-188. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/30.pdf>. Acesso em 20.04.2016.

CASTRO, Oscar de. Subsídio à História da Medicina na Parahyba: Um caso esporádico. **Revista Medicina**. João Pessoa: S/Editora, ano. VI, n.1, jul. 1937.

CASTRO, Oscar de. **Um capítulo de higiene intelectual do trabalho escolar**. Semana Médica – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927. In. pp. 81-88.

CASTRO, Oscar Oliveira. Medicina na Paraíba – **Flagrantes da sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945.

CORREIA. Raimundo. **Prenilúnio**. In. Textos Escolhidos 1948. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em 12.11.2014.

CRAESBEECK, Pedro. **Compromisso da Misericórdia de Lisboa**. Lisboa. 1619. Disponível em: <http://www.purl.pb>. Aceso em 05.05.2014.

DE-SIMONI, Luiz Vicente. Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados. In. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. vol. VII, núm. 1, março, 2004 Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2330/233017778012.pdf>. Acesso em 20/08/2015.

DOMINGUES, O. **Eugenia, seus propósitos, suas bases, seus meios**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

FERREIRA Manuel J. **A Pelagra**. Dissertação. Curso de Medicina. Universidade do Porto - PT. Porto, PT: Tipografia Porto Médico, 1927.

GALTON, Francis. **Essay in eugenics**. Londres: The Eugenics Education Society, 1909. Disponível em: <<http://galton.org/books/essays-on-eugenics/galton-1909-essays-eugenics-1up.pdf>>. Acessado em 02.03.2012.

_____. **Hereditary Genius**. London: Macmillan and CO. and New York, 1892. pp. 6-14. Disponível em <http://galton.org/books/hereditary-genius/text/pdf/galton-1869-genius-v3.pdf>. Acesso em 06.04.2015.

FERREIRA Manuel J. **A Pelagra**. Dissertação. Curso de Medicina. Universidade do Porto - PT. Porto, PT: Tipografia Porto Médico, 1927.

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da Capitania da Paraíba. João Pessoa: A União, S/D.

JARDIM, Vicente Gomes. **Monografia da Cidade da Parahyba do Norte**. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba. Vol.3, 1911. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/revistas.htm>>. Acesso em 20.01.2014.

KARDEC, Allan. O Evangelho Segundo os Espíritos. Disponível em <http://febnet.org.br/wp-content/themes/portalfeb-grid/obras/evangelho-guillon.pdf>. Acesso em 23.09.2016.

KEHL, Renato. **Psicologia da personalidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Paulo Azevedo, 1956.

_____. **A Eugenia no Brasil: Esboço histórico e bibliográfico**. In. **Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, 1929.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Províncias do Norte)** Brasília: Senado Federal, 2008.

KOSTER, Henri. **Viagens ao Nordeste do Brasil**, 1942 Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil>>. Acesso em 04.02.2013.

LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências: Figuras e factos da Parahyba**. João Pessoa. 1938.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2013.

_____. **Le Crime, causes et remédes**. Disponível em <http://www.forgottenbooks.org>. Acesso em 08 d março de 2016.

MARTINS, Manuela. et al. **Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer**, 2012. Disponível em: [http:// biblioteca.versila.com/2739800](http://biblioteca.versila.com/2739800). Acesso em : 09/09/2014.

MAGALHÃES, Jósia. Considerações sobre a Prophylaxia da lepra no Brasil. **Semana Médica** – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927.

MAIA, Seixas. As crenças anormaes. **Semana Médica** – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927.

MAROJA, Flávio. et al. **Semana Médica**: Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba, no período de 3 a 9 de maio de 1927.Parahyba: Imprensa Oficial, 1927.

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da Minha Infância**. (Sampaio). João Pessoa: A União, 1994.

MEDEIROS, Coriolano de. Subsidio para a História da hygiene pública na Parahyba. In. **Revista do Instituto Histórico e Geographico da Parahybano**. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1911.v. 3.

MENDONÇA, Tito. **Duas observações de uma clinica cirúrgica**. Semana Médica – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Official, 1927. In. pp. 89-99.

MEYER, Adolf. **The Philosophy of Occupation Therapy**. Disponível em <http://www.aotf.org/Portals/0/documents/Resources-WLWLibrary/Archives%20Guide/Meyers%20full%20article.pdf>. Acesso em 03/05/2016.

MONTEIRO, Alfredo. Prophylaxia da Tuberculose na Parahyba do Norte. **Semana Médica** – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Official, 1927.

MOREIRA, Juliano. **Assistência aos Bebedores**. In. Archivos Brasileiros de Hygienen Mental. N.2, abril-junho, pp.123-126.

MOREIRA, Juliano. Notícias sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 4, São Paulo, 2011.

MOREL, Benedict-Augustin. Tratado das degenerescências na espécie humana. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 497-501, set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n3/13.pdf>. Acesso em: 15.05.2015.

MENDONÇA, Tito. **Duas observações de uma clinica cirúrgica**. Semana Médica – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Official, 1927. In. pp. 89-99.

MEYER, Adolf. **The Philosophy of Occupation Therapy**. Disponível em <http://www.aotf.org/Portals/0/documents/Resources-WLWLibrary/Archives%20Guide/Meyers%20full%20article.pdf>. Acesso em 03/05/2016.

MONTEIRO, Alfredo. Prophylaxia da Tuberculose na Parahyba do Norte. **Semana Médica** – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927. Parahyba: Imprensa Official, 1927.

MOREIRA, Juliano. **Assistência aos Bebedores**. In. Archivos Brasileiros de Hygienen Mental. N.2, abril-junho, pp.123-126.

MOREIRA, Juliano. Notícias sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 4, São Paulo, 2011.

MOREL, Benedict-Augustin. Tratado das degenerescências na espécie humana. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 497-501, set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n3/13.pdf>. Acesso em: 15.05.2015.

PEIXOTO, Afrânio. **Epilepsia e crime**. Salvador. V. Oliveira & Comp., 1897.

_____. **Epilepsia e crime**. Salvador. V. Oliveira & Comp., 1898.

_____. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

_____. **Discurso pronunciado no banquete oferecido ao prof. Miguel Pereira, em 19 de maio de 1918**.

PERNAMBUCANO, Ulisses. **A Educação das Creanças Anormaes**. In. Archivos Brasileiros de Neuiriatria e Psychiatria. Rio de Janeiro, II e III trimestre, Livraria Francisco Alves, p. 91-112, 1927.

PINEL, Philippe. **Tratado Médico-Filosófico**. Sobre a alienação mental ou a mania. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PINTO, Irineu. **O Cholera-morbus na Parahyba**: Ao consocio Dr. Flavio Marója. In. Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano. Volume II. 1910.

_____. **Datas e Notas para História da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 1977. (Vol. I).

_____. Resumo da 1ª Conferência do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano, pelo orador oficial Dr. João Pereira de Castro Pinto, a 12 de outubro de 1905. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, Parahyba, 1909.

PINTO, Isaac Leão. **Casos de não imputabilidade criminal**. Parahyba do Norte: Typographia d' A notícia, 1916.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira** por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02254100#page/1/mode/1up>. Acesso, 02.10.2015.

PIRES, Carlos. Hospital-Colônia “Juliano Moreira”: Resposta ao Dr. Sá e Benevides. **Jornal A União**. Parahyba do Norte. 03 de set. de 1929.

PIRES, Waldemiro. **Malariotherapia na sífilis nervosa**. Rio de Janeiro: Guanabara, S/D.

ROCHA, Francisco Franco da. Esboço de Psiquiatria Forense. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental**. vol.11 no.1 São Paulo Mar. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000100015. Acesso em 20.04.2016.

ROXO, Henrique de Brito. **Manual de Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1946.

SALAZAR, Camilo de Lima. **Breves notas sobre a Pelagra**. Tese. Universidade do Porto, PT. 1927. Disponível em: <http://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:repositorio-aberto.up.pt:10216/17253>. Acesso em 16.02.2014

SEIXAS, Henrique Carlos do Rosario. **Os crimes dos Epiléticos**. Porto, Imprensa Nacional, 1922.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal**. Castanhoso: Iniciativas Editoriais, S/D.

SIGAUD, José Francisco Xavier. Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. In. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. VIII, núm. 3, set, 2005, pp. 559- 562. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017541014>. Acesso em 20.05.2014.

SIQUEIRA, Galdino. **Direito Penal Brasileiro**: (segundo o Código Penal mandado executar pelo Decreto N. 847, de 11 de outubro de 1890, e leis que o modificaram ou completaram, elucidados pela doutrina e jurisprudência). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SNOW, John. **On the Mode of Communication of Cholera**. Disponível em: <<http://ph.ucla.edu>>. Acesso em 20.10.2014.

TAVARES, João de Lyra. **A Parahyba**. Parahyba do Norte: Imprensa Official: 1910.

WORTHINGTON, Janet Farrar. **When Psychiatry Was Very Young**. In. Annal of Hopkins. Disponível em <http://www.hopkinsmedicine.org/hmn/W08/annals.cfm>. Acesso em 03/05/2016.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Eliane Morelli. **Morar e Viver na Cidade**. São Paulo: Alemeda, 2010.
- ACCORSI, GIULIA ENGEL. **Ciência, ética e relações internacionais**: Waldemiro Pires e as experiências em torno da malarioterapia (1926-1943). Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371169805_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf. Acesso em 21.07.2015.
- ADVÍNCULA, Chyara. **Entre Miasmas e micróbios: a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926**. Dissertação (Mestrado) em história. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.
- AGNOLIN, Adone Antropofagia Ritual e Identidade Cultural entre os Tupinambá. **Revista de Antropologia**. v. 45, n. 1, 2002. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/2041>. Acesso em 30.04.2016.
- AGUIAR, Wellington. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. João Pessoa: Persona, 1992.
- AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro**. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989.
- ALBUQUERQUE JR. Durval M. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN. 2001.
- _____. **Falas de Astúcia e de Angústia: A seca no Imaginário Nordestino – De problema à solução (1877-1922)**. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1988.
- ALMEIDA, Elpídio de. **Exame Pré-Nupcial**. In. Era Nova. Ano 1, n.3, de 01 de maio de 1921. Parahyba do Norte, 1921.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980.
- _____. **A Bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- ALVES, Fernanda Karoline M. Lira. **Urbe Viglada: Modos de morar e viver na Cidade de Parahyba Do Norte – 1910-1930**. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, 2009.
- AMARANTE, Paulo. **A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- _____. **O homem e a serpente – Outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- ANDRADE, Carlos Drummond. **Menino antigo**. São Paulo: Editora José Olympio, 1973.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **A Peste e o Plano: o urbanismo sanitista do engenheiro Saturnino de Brito**. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, USP, 1992.
- ANDRADE, Selma Maffei. et al. (Orgs.) **Bases da Saúde Coletiva**. Londrina: UEL, 2001.
- ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1998.
- ANTUNES, Eleonora; BARROS, Lúcia Helena; PEREIRA, Lygia Maria. **Psiquiatria, loucura e arte**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

AQUINO, Aécio Villar de. **Filipéia, Frederica, Paraíba: Os cem primeiros anos da vida social de uma cidade**. João Pessoa: Editora Universitária, 1988.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1825)**. In. Parahyba no Império e na República. Estudo de história social e cultural. 2ª ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma cidade, muitas tramas: A cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880 – 1920)**. Dissertação (Mestrado) em história – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldeino de. **O poder política e a seca de 1877-79 no Piauí**. Dissertação Mestrado em História. Recife, UFPE, 1985.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editora, 2013.

ARRIBAS, Célia das Graças. **Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira**. Dissertação (Mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo – USP, 2008.

ASSIS, Machado de. **O Alienista**. São Paulo: Scipione, 2004.

_____.Quincas Borba. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2011. Disponível em <http://machado.mec.gov.br>. Acesso em 12.12.2014.

AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana. **Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle**. An. Bras. Dermatol. vol.81 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0365-05962006000200002. Acesso em 20.06.2016.

BACKHTIN, Mikhail. **A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. São Paulo-Brasília: Hucitec, 1999,

BANDEIRA, Manuel. **O Bicho**. Disponível em: <<http://blog.factível.com.br>>. Acesso em 28.06.2014.

BARBOSA, Cônego Florentino. **Monumentos históricos e artísticos da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.) **Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand**. – João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins>. Acesso em 12.12.2014.

BARRETO, Lima. **Diário do Hospício e o Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BARRETO, Lima. Triste **Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda, 2007.

BARRETO, Tobias. **Menores e Loucos em Direito Criminal**, Ed. Fac-Simile. Brasília: Senado Federal, 2003,

BARRETO, Tobias. **Menores e Loucos em Direito Criminal. 1886**. Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho/asp/Publicacoes.asp?COD_CLASSIFICACAO=O. Acessado em 01.08.2013.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38/2958>. Acesso em 03/01/2016.

BARROS, José D'Assunção Barros. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, v. 11, n. 1, 2003. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5925/4901>. Acesso em 20.04.2016. p. 157.

BARROS. M. Caetano de. et al. **Conceito anatomo-fisiológico do lobo occipital. Arquivo de Neuro-psiquiatria**. São Paulo, vol 30, n 1, março de 1972. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anp/v30n1/03.pdf>. Acesso em 20.12.2015.

BASAGLIA, Franco. **La institucion negade – Informe de um hospital psiquiátrico**. Barcelona: Barral, 1970.

BATISTA, Juarez da Gama. **As fontes da solidão**. João Pessoa: A União, 1994.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: ed. Revan, 2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BEZERRA. José Vicente de. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da parahyba do Norte. 2 de agosto de 1850b. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u492/000002.html>. Primeiro acesso 02.02.2011.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BIOGRAFIA de Octacílio Camelo de Albuquerque. In. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBUQUERQUE,%20Otac%C3%ADlio%20Camelo%20de.pdf>. Acesso em 20.12.2015.

BIRMAN, Joel. **A psiquiatria como discurso da moralidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX – o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **“As Sete Portas da Cidade”**. In. Espaço & Debates: Cidade e História, Revista de Estudos Regionais e Urbanos: São Paulo, Ano XI, n. 34, 1991.

_____. (Org). **Imagens da Cidade: Século XIX e XX**. ANPUH/São Paulo: Marco Zero/FAPESP, 1994.

BRITO, Fátima Saionara Leandro. **Andanças que cortam os caminhos da razão: as vivências insanas e a atuação da Reforma psiquiátrica em Campina Grande – PB**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Federal de Pernambuco .CFCH, Recife, 2011.

BRITTO, Felisardo Toscano de. **Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.o vice presidente**, em 4 de agosto de 1865. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1865.

BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2008.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CAPONI, Sandra. **Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

_____. Emil Kraepelin y el problema de la degeneración. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.475-494. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000100013. Acesso em 22 de abril de

_____. **Da compaixão à Solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

CARRARA, Sérgio. **Crime e Loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: EDUERJ/EDUSP, 1998.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. Joao (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **OS Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____. **Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: companhia das Letras, 2004.

CASTAÑEDA, L. A. **Eugenia e casamento**. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. 10(3): 901-30, set.-dez. 2003.

CASTIÑEIRAS, Terezinha Marta P. P., et. al. **Febre tifoide**. Centro de Informação em Saúde para Viajantes (Cives). Disponível em <http://www.cives.ufrj.br/informacao/ftifoide/ft-iv.html>. Acesso em 28.09.2015.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome - O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

_____. **Geografia da fome - O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTEL, Robert. **A Ordem Psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CASTRO, Celson (org). **Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CAVALCANTI, Archimedes. **A Cidade de Parahyba Na Época da Independência**. João Pessoa: Editora Universitária, 1972.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I: Artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2007

- CERVANTES, Miguel de. **D. Quixote de La Mancha**. Estarreja: Mel Editores, 2009.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As Singularidades da Modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: companhia das letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney et al. (Org). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, Unicamp, 2003.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002a.
- _____. O Mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**, v.5 n.11 São Paulo: jan./abr. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em 11.09.2012.
- _____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010
- CHAVES, Nelson. **A nutrição, o cérebro e a mente**. São Paulo: O Cruzeiro, 1971.
- _____. **Sistema Nervoso, nutrição e educação**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. **Fome, criança e vida**. Recife: Massanjana, 1982.
- COELHO FILHO, Araújo Humberto Vicente. **Temas de psiquiatria**. João Pessoa: Editora Universitária, 1980.
- _____. **A psiquiatria no país do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977.
- _____. **A Psiquiatria em Pernambuco**. Recife: S/ed. 1954.
- _____. **Episódios da história da assistência psiquiátrica**. João Pessoa, S/Ed, 1974.
- COIMBRA, David. **Canibais – Paixão e morte na rua do arvoredor**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. **Cidadelas da Ordem: A doença mental da República**. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).
- DEFOE, Daniel. **Um Diário do Ano da Peste**. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 1987.
- DELEUZE, Gilles. **Proust y los signos**. Barcelona: Editorial anagrama, 1970.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DEUS, João de. **A Vida Dramática de Silvino Olavo**. Brasília. Centro Gráfico do Senado Federal: 1992.
- DIAS, Allister Andrew Teixeira. **Dramas de Sangue na Cidade: psiquiatria, Loucura e Assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921)**. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-

graduação em História das Ciências da Saúde da COC_FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.arca.fiocruz.br>. Acesso em 20/12/2015.

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. A concepção de ética no utilitarismo de John Stuart Mill. In. **Revista Discurso**. N 44. USP, 2014. p.242. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/89097/91988>. Acesso em 21/01/2016.

DICIONÁRIO PORTUGUÊS. <http://dicionarioportugues.org/pt/estigio>. Acesso em 20 de abril de 2015.

DIÉGUEZ, apud. DIAS, Allister Andrew Teixeira. **Dramas de Sangue na Cidade: psiquiatria, Loucura e Assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921)**. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em História das Ciências da Saúde da COC_FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.arca.fiocruz.br>. Acesso em 20/12/2015.

DIONÍSIO, Gustavo Henrique. **Antídoto do mal – Crítica de arte e loucura na modernidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

DOSTOIÉVSKI. **O Idiota**. São Paulo: Martin clarete, 2012.

EBERT, Andreas; BÄR, Karl-Jürgen. **Emil Kraepelin: A pioneer of scientific understanding of psychiatry and psychopharmacology**. In. Indian Journal of Psychiatry. 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2927892/>.

EDLER, Flávio Coelho. **A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

_____. **De olho no Brasil: a Geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, vol. 1, p. 62.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os Delírios da razão: Médicos, Loucos e Hospícios – Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ESPINDOLA. Maíra Lewtchuk. **Instituições Educadoras: Imprensa, biblioteca e Universidade popular no governo Castro Pinto na Parahyba (1912-1915)**. Disponível em <http://www.sbhe.org.br>. Acesso em 22.08.2015.

FABRÍCIO, André Luiz da C. **Assistência Psiquiátrica no Contexto das políticas Públicas de Saúde (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado) em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz –FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

FALCONE, Rosa. **Breve historia de las instituciones psiquiatricas em Argentina**. Disponível em 23118.psi.uba.ar/.../Falcone_HistoriaInstit.pdf. Acesso em 10/10/2015

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

FEBVRE, Lucien. **Combates por la historia**. Barcelona: Altaya, 2000.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida: A utopia médica do biodeterminismo**. São Paulo (1920 – 1945). São Paulo: Alameda, 2009.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama –Rosa. **História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

FERRAZ, Flávio Carvalho. **Andarilhos da imaginação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000b.

_____. **O LOUCO DE RUA VISTO ATRAVÉS DA LITERATURA.** *Psicol. USP.* Vol.11, no.2. São Paulo, 2000a. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642000000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 12.12.2014.

FERREIRA Raul. 31 de Janeiro: Aniversário de **Hortênsio Ribeiro**. Retalhos de Campina Grande. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2016/01/31-de-janeiro-aniversario-de-hortensio.html#.V3dGirgrLIW>. Acesso em:

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca: O Caso da Paraíba.** João Pessoa: UFPB, 1993.

FERREIRA. et al. **Geografias e topografias médicas:** os primeiros estudos ambientais da cidade concreta. Disponível em: <http://scielo.org.mx>. Acesso em 20.06.2013.

FILHO, Gilberto Lyra Stuckert. **Parahyba (Capital em Fotos).** João Pessoa: F&A, 2004.

FINKELMAN, Jacobo (Org.) **Caminhos da saúde pública no Brasil.** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

FONSECA, Cristina M. O. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

FONSECA, Ivonildes da Silva. **Mesas, giras, toques e sambas:** intolerância e legitimação dos cultos afro-brasileiros paraibanos. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** História da Violência nas Prisões. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.** 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **A Arqueologia do Saber.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **O Nascimento da Clínica:** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Os Anormais.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRANCO, Odair. **História da Febre amarela no Brasil.** 1969. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em 20.07.2014.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade.** Campinas, SP: Papirus, 2010.

FREUD, Sigmund. **Compêndio da Psicanálise.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2014.

_____. **O Mal-Estar na Civilização.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011a.

_____. **O Eu e Id, “Autobiografia” e outros textos.** São Paulo Companhia das Letras, 2011b.

GAIARSA, José Ângelo. **Tratado geral sobre a fofoca.** São Paulo: SUMMUS, 1978.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888).** João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste Brasileiro.** São Paulo, Brasiliense, 1986

GASPAR, Lucia. **Viajantes (relatos sobre o Brasil, século XVI a XIX)**. Pesquisa Escolar Online; Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso 06.06.2014.

GIBRAN, Khalil Gibran. **O Louco**. Petrópolis: Vozes LTDA, 1973.

GILABERT, Abelardo. **El manicômio ¿una institución para los locos?**. Buenos Aires, 1992.

GILLIES, Ana Maria Rufino. **Henrique de Beaurepaire Rohan: Razão e Sensibilidade no século XIX**. 1998. Disponível em: <http://www.academia.edu>. Acesso em 10.12.2014

GINZBUG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. **Estigma**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. et al. Dossiê descritivo. **O toque dos sinos em Minas Gerais**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 10.12.2014.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seus ministérios**. Rio de Janeiro, FVG/USF, 2000.

GOMES, Gilberto. **Os Dois Conceitos Freudianos de “Trieb”**. Disponível em www.scielo.br/pdf/ptp/v17n3/8815.pdf SIMANKE, Richard Theisen. O Trieb de Freud como instinto 1: sexualidade e reprodução. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br>>. Aceso 05.01.2015.

GONÇALVES, Monique de Siqueira; Edler, Flávio Coelho. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. 12, núm. 2, jun, 2009, pp. 393-410. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233016517013>. Acesso em 20.12.2014.

GUIMARÃES, Reinaldo. **Saúde e medicina no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GUTIERREZ, Paulo Roberto; OBERDIEK, Hermann Iark. **Concepções sobre a saúde e a doença**. In:

HAMSUN, Knut. **Fome**. Tradução Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

HOCHMAN, Gilberto. **Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400012. Acesso 01.08.2015.

JABERT, Alexander. **Da nau dos loucos ao trem do doido: As formas de administração da loucura na Primeira República – o caso do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <https://ri.ufs.br>

JÁUREGUI, Carlos A. **Canibalia: canibalismo: calibanismo, antropofagia cultural, y consumo na América Latina**. Madri, Iberoamericana-Vervuert, 2008. Versão disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=hGnI3UGc9PsC&pg=PA144&lpg=PA144&dq=george+donner+canibalismo&source=bl&ots=iz8SgDw1lc&sig=2eo716Y2aD>. Acesso em 21/01/2016.

- JOFFILLY, Geraldo Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília: Thesaurus Editora, 1982.
- JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da Psicanálise**. De Freud a Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- KESEY, Ken. **Um Estranho no Ninho**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2007.
- KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **Os Cantos e os Antros**. São Paulo: USP, 1996.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- LATHAM, Michael C. Pelagra. In. **Nutrición Humana en el mundo en desarrollo**. 2002. Disponível em: <http://www.depositodedocumentodeleofao.org>. Acesso em 10/02/2015.
- LEAL, José. **Itinerário histórico da Paraíba – Da colonização aos nossos dias**. João Pessoa: A União, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claud. **Somos todos canibais**. Revista eletrônica VERVE. nº 9, de 2006. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5123/3650>. Acesso em 21.01.2016.
- LIMA, Thalita de Paula P. **As oito flores do Alto do Céu no jardim da desinstitucionalização**, Tese (Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos) - UFPB, 2007.
- LOBOSQUE, Ana Marta. **Experiências da loucura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LOUGON, Maurício. **Psiquiatria Institucional do hospício à Reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- LUZ, Mandel. Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira: Políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *A Saúde e as instituições médicas no Brasil*. In: GUIMARÃES, Reinaldo (Org.) *Saúde e medicina no Brasil: contribuições para um debate*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- MACHADO, Maximiliano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.
- MACHADO, Roberto. (et al.) **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MAGNANI, Maria Claudia Almeida Orlando. **Hospício da Diamantina: a loucura na cidade moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- MAGNABOSCO, Danielle. **Sistema penitenciário brasileiro: aspectos sociológicos**. 1998. Disponível em <http://www.jus.com.br>. Acesso em 02.01.2015.
- MAIA, Clarissa Nunes. **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- MAIA, Doralice Sátyro. **A rua na Cidade da Parahyba (Brasil) no século XIX: espaço de controle e expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana**. Anais do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Doralice%20Satyro%20Maia.pdf>. Acesso em 01.02.2015.

_____. **A Morfologia Urbana no Movimento da Modernidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p. 5. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Geomorfologia/04.pdf>. Acesso em 03.02.2013.

MAIO, Marcos. Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MARIANO, Serioja Rodrigues; MARIANO, Nayana Rodrigues. O medo anunciado: A febre amarela e o cólera na Província da paraíba (1850 – 1860). **Revista de história e Estudos Culturais**, v.9, n.3, 2012.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

MARTELLI, Anderson. Redução das concentrações de cloreto de sódio na alimentação visando a homeostase da pressão arterial. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental** – REGET. v.18 n. 1 Abr 2014, p.428-436. Disponível em : <http://periodicos.ufsm.br/index.php/reget/article/view/12486>. Acesso em 20.05.2016.

MARTINS FILHO, Antônio. **Reflexões sobre Augusto dos Anjos**. Texto disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br>. Acesso em 10.01.2015.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Um sistema instável**: as teorias ginecológicas sobre o corpo feminino e a clínica psiquiátrica entre os séculos XIX e XX. In: WADI, Yonissa M; SANTOS, Nádia Maria Weber. (Orgs.) **História e loucura: saberes, práticas e narrativas**, Uberlândia: EDUFU, 2010.

MARTINS, Eduardo. **A tipografia do beco da misericórdia – Apontamentos históricos**. João Pessoa: A União, 1978.

MELIN, Elaine Heloisa. **Dante e Lúcifer**, condenados ao castigo eterno. In: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em 20 de abril de 2015.

MENDONÇA, Delosmar. **História dos Hospitais da Capital Paraibana**. João Pessoa: Sol da terra, 2004.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Vivências amargas: a divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 1930**. In: CLIO, Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História. No. 24, v. 2, pp. 63-102. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **A Arte de Curar nos tempos da Colônia**: Limites e espaços da cura. Recife, Editora da UFPE, 2011.

_____. **Da Polícia médica à cidade Higiênica**. Disponível em: <<http://www.ufpe.br>>. Acesso em 01.12.2014.

_____. **A utilização da Convulsioterapia nos Hospitais psiquiátricos nos anos 30, 40 e 50**. In: Gestão Pública: práticas e desafios. AGUIAR, Sylvana Maria Brandão de. (Org.). Recife: Bagaço, 2009.

_____. **Uma estranha noção de ciência: repercussão do pensamento Eugênico no Brasil**. In: CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História. No. 27-1, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

_____. **Quando a razão começa a julgar a loucura: A institucionalização do sistema manicomial em Pernambuco.** In: Escritos sobre a saúde, doenças e sociedade. Recife: Editora Universitária, 2011.

MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza. **Estigma e Saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** São Paulo: Contexto, 2007.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil.** João Pessoa: IPHAN/Superintendência na Paraíba, 2010.

_____. Discurso, Imagem e Desenho de uma cidade no Brasil do século XVI: Filipéia de Nossa Senhora das Neves. In: **IX seminário da cidade e do urbanismo.** Anais. São Paulo, 2006. Disponível em: lppm.com.br

_____. Cidade e território no século XVII – uma relação de poder, o caso da capitania da Paraíba. In: **XII Encontro Nacional da ANPUR.** Florianópolis, 2009. Disponível em: lppm.com.br

MOURA, Francisco Coutinho de Lima e. **Reminiscências.** S/Ed, 1942.

MOURA, Lourival. **Ligeiras considerações em face de alguns medicamentos novos. Semana Médica – Realizada sob o patrocínio da Sociedade de medicina e Cirurgia da Parahyba de 3 a 9 de maio de 1927.** Parahyba: Imprensa Oficial, 1927. In. pp. 130-138.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de. **Uma história brasileira das doenças.** Vol.3, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

NEVES, Margarida de Souza. **Pela saúde da nação.** O pensamento médico sobre a epilepsia e a construção da ordem no Brasil. Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito>. Acesso em 10/10/2014.

NEVES; Margarida de Souza; HEIZER, Alda. **A ordem é o progresso: O Brasil de 1870 a 1910.** São Paulo: Atual, 1991.

NICOLAU, Paulo Fernando M.; ROCHA Carolina R. M. Nicolau. **Psiquiatria Geral: Glossário de Termos Técnicos.** Disponível em <http://www.psiquiatriageral.com.br>. Acesso em 10.02.2015.

NÓBREGA, Edna Maria. **Uma Cidade muitas tramas: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920).** Recife: UFPE, 2001.

NÓBREGA, Humberto. **As Raízes das Ciências da Saúde na Paraíba: Medicina, farmácia, Odontologia e Enfermagem.** João Pessoa: UFPB, 1979.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ODA, Ana Maria Galdini R.; DALGALARRONDO, Paulo. História das Primeiras Instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n3/19.pdf>. Acesso em 19/01/2016.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Revista**

Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. VII, núm. 1, mar, 2004, pp.131-132. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017778012>. Acesso em 02.05.2014.

OLIVEIRA, Claudia Freitas de. **O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a Institucionalização da Loucura no Ceará (1871-1920)**. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011a.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes. **Assistência alienados na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1882 – 1892)**. Dissertação (Mestrado) em história. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; BRITTO, Flávio André Alves. A cidade gradeada pelo medo: Peste e doença em Campina Grande no início do século XX. In. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. v. 9, ano IX n. 3 set.-dez. de 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA, Mary; CURY, Cláudia. **A Província em festa: Celebrações e poderes simbólicos na visita de sua majestade Imperial à Parahyba do Norte – 1859**. S/D. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogle/spip.php?article167>.

OLIVEIRA, Octávio. Referências a remotas epidemias de cólera no Norte e Nordeste do Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária, 1970.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Sociologia da Fofoca: notas sobre uma forma de narrativas do cotidiano. In. **Anais eletrônico do 34º Encontro da Anpocs**. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index>. Acesso em 22/05/2016.

PADOVAN, Maria Concepta. **As aparências enganam: aspectos da construção da loucura feminina no Recife dos anos 1930-1945**. Tese (Doutorado) em História – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife, 2012.

PAGOT, Angela Maria. **O Louco, a rua, a comunidade: as relações da cidade com a loucura em situação de rua**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

PALMA, Ana. **Monteiro Lobato e a origem do Jeca Tatu**. Disponível em <http://www.invivo.fiocruz.br>. Acesso em 20. 06.2015

PASSOS, Izabel Friche. **Reforma psiquiátrica: As experiências francesa e italiana**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009a.

_____. **Loucura e sociedade: Discursos, práticas e significações sociais**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009b.

PEIXOTO, Antonio Luiz da Silva. Considerações gerais sobre a alienação mental (1837). **Rev. Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**. vol.16 no.4, dec. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142013000400012. Acesso em 20/08/2015.

PELBART, Peter, Pál. **Da clausura do fora ao fora da clausura: Loucura e desrazão**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PEREIRA NETO, André de Farias. **Ser médico no Brasil: o presente no passado**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. p. 32.

PEREIRA, Guedes. O futuro Hospital de Isolamento: Uma carta ao Dr. Manuel Florentino. **Jornal A União**. Parahyba do Norte. 30 de jul. de 1929.

PEREIRA, Lygia Maria de França. **Os primeiros sessenta anos da Terapêutica Psiquiátrica no Estado de São Paulo**. In PEREIRA, Lygia Maria de França; ANTUNES, Eleonora Haddad; BARBOSA, Lúcia Helena Siqueira (Orgs). *Psiquiatria, Loucura e Arte: Fragmentos da História Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2002.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Bleuler e a invenção da esquizofrenia. **Rev. Latinoam. Psicop. Fund.**, III, 1, 158-163. In. http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/revistas/volume03/n1/bleur_e_a_invencao_da_esquizofrenia.pdf. Acesso em 20.04.2016.

PERROT, Michelli. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *LANGUE, Frédérique*.(orgs). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. **História e História Cultural**: 2ª ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

_____. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document229.html>.

PESSÔA, José. & PICCINATO, Giorgio. (org.) **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2007. Versão digital Disponível em <http://www.books.google.com.br>. Acesso em 25.08.2015.

PESSOA, Maria de Lourdes B. **História do Hospital “Colônia Juliano Moreira”**. In COELHO FILHO, Heronides. *Episódios de História da Assistência Psiquiátrica*. João Pessoa, S/Ed., 1974.

PESSOTTI, Isaías. **A loucura e as épocas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001

_____. **O século dos manicômios**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. **Os nomes da loucura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

PIBAROT, Izabelle. **La terapia ocupacional y su tiempo**. Disponível em <http://www.revistatog.com>. Acesso em 05/05/2015.

PICCININI, Walmor J. **História da Psiquiatria**: Ulysses Pernambucano e a Psiquiatria Social. Disponível em <http://www.polbr.med.br/ano12/wal0312.php>. Acesso em 25.12.2015.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*. In: CHALHOUN, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: companhia das letras, 1996.

PIÑERO, José María López. Gaspar Casal: **descripción ecológica de la pelagra, primera enfermedad carencial**. In. *Revista Española de Salud Pública*. Disponível em: <<http://www.scielo.isciii.es>>. Acesso em 01/11/2014.

PONTE, Carlo Fidelis. et al. **O sanitarismo redescobre o Brasil**. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em 25.09.2015.

PORTER, Roy. **Uma História Social da Loucura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA, 1990.

PORTO CARREIRO, Vera. **As Ciências da Vida. De Canguilhem a Foucault**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PORTO CARREIRO, Vera. **O século XX e a nova configuração da prática psiquiátrica no Brasil**. In. **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

PORTO, Waldice Mendonça. **Paraíba em Preto e Branco**. João Pessoa: A União, 1976.

- PRIORE, Mary del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. O tempo recuperado. Tradução Fernando Py. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olimpio editora, 2014.
- QUIROGA, Horácio. **Cuentos de amor de locura y de muerte**. Buenos Aires: Libertador, 2008.
- RAIMUNDO, Ana Maria Galdini; DALGALARRONDO, Paulo. **O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria**. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf>>. Acesso em 12.12.2014.
- RAMOS-E-SILVA, Marcia; FILGUEIRA, Absalom Lima. **Pelagra**. In. Anais Brasileiro de Dermatologia, 1989. Disponível em: <<http://www.dermato.med.br>>. Acesso em 10.02.2015
- REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro. José Olympio, 1997.
- REIS. José Roberto Franco. **Higiene mental e Eugenia: O projeto de “regeneração Nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação Mestrado. História. Campinas, 1994.
- RÉMOND. René. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RÉMOND. René. Do Político. In. _____.(org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RÉMOND. René. Uma história Presente. In. _____. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, Maria do Carmo; Melo, Arnaldo Sousa. **Evolução da paisagem urbana – Sociedade e economia**. Braga: Editora CITCEM, 2012.
- RICUPERO, Rubens. O problema da Abertura dos Portos. Disponível em: <http://en.braudel.org.br/research/archive/downloads/o-problema-de-abertura-dos-portos.pdf>. Acesso em 06.06.2014.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Derecção). **Para Uma História Cultural**. Lisboa:Editorial Estampa, 1998.
- ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROSA. João Guimarães. A Benfazeja.. In. _____. **Primeiras Estórias**. Editora Nova Fronteira. Pp. 116-124. Disponível em: <https://iedamagri.files.wordpress.com/2014/07/joc3a3o-guimarc3a3es-rosa-primeiras-estc3b3rias.pdf>. Acesso em 20.06.2014.
- ROSEN, George. **Locura y sociedad** (Sociologia histórica de La enfermedad mental). Madri: Alianza Editorial, 1974.
- ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- _____. **A Cidade e a lei**. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.
- SÁ, Lenilde Duarte de. **PARAHYBA: Uma Cidade entre Miasmas e Micróbios: O Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918**. Tese de Doutorado em Enfermagem. Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 1999.

SÁ, Lenilde Duarte de; CANESQUI, Ana Maria. 1912: **O ano em que a Peste Bubônica atingiu Campina Grande e Amedrontou a Cidade da Parahyba**. Disponível em <http://www.periodicos.ufpb.br>. Acesso em 12 de agosto de 2015. p. 183.

SÁ, Nirvana Lígia. **A cidade no desperta da era higiênica: A cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854-1912)**. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

SÁ – CARNEIRO, Mário. **Loucura...** Sintra: Colares Editora, S/D.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da Cura**. Campinas, Unicamp, 2001.

SANGLARD, Gisele. **Filantropos da nação – Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SANTOS, Elaine Maria Geraldo. **A face criminosa: o neolombrosianismo no Recife da década de 1930**. Dissertação (Mestrado) em História - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife, 2008.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985. Disponível em www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/antologias/eh-594. Acesso em 02.09.2015.

SCHERER, Marta Eymael Garcia. **Bilac – sem poesia: crônicas de um jornalista da Belle Époque**. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Literatura da UFSC. Florianópolis, 2008.

SCHWARTZ, Lilian M. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

_____. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro enigma, 2012.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, fev. 1998. P. 298. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=a+invisibilidade+da+existencia+scott>. Acesso em 20.06.2016.

SCULL, Andrew. **La loucura: Una breve introducción**. Madrid: Alianza, 2013.

SKIDMORE. Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **O negro no Brasil e nos Estados Unidos**. In. Lua nova, v. 2, n. 1, São Paulo, 1985. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451985000200013&script=sci_arttext. Acessado em 02.06.2012.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal) no Centenário de sua elevação a Cidade**. João Pessoa: Editora Grafset, 2004.

_____. **Santa Casa de Misericórdia da Paraíba 385 anos**. João Pessoa: Grafica Santa Maria, 1987.

_____. **Viagem através da Província da Paraíba**. União editora, João Pessoa, 1985.

SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **Historia da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande, 1670-1963**. Grafset: 2005.

SILVA, Manuel Francisco Dias da. **Diccionario biográfico de brasileiros celebres**. 1871. pp. 175-176. Disponível em: <http://www.books.google.com.br>. Acesso em 06. 12.2014.

SILVA, Neusiene Medeiros da. et. al. O sertanejo e as experiências de inverno no Seridó Potiguar. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 87-107, jan./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/29829/20673>. Acesso em 12 de jan. de 2015.

SILVA, Pontes da; ARAÚJO, Fátima. **Parahyba 400 anos**. Campina Grande: Grafset, 1985.

SILVEIRA, Renato Diniz. Psicanálise e psiquiatria nos inícios do século XX: a apropriação do conceito de esquizofrenia no trabalho de Hermelino Lopes Rodrigues. In. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 582-596, setembro 2009. p.5. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n3/v12n3a13.pdf>. Acesso em 20.12.2015.

SIMMONDS N.; MCCOLLUM., E. V. **A biological Analysis of Pelagra-producing diets**. Disponível em: <http://www.jbc.org>. Acesso em 12/11/2014.

SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: O limpo e o sujo na Paraíba (1912 – 1924)**. Dissertação (Mestrado) em história – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

SOUSA, Antônio José de. **Apanhados Históricos geográficos e Genealógicos do Grande**

SOUSA. Fabio Gutemberg R. Bezerra de. **Territórios de Confrontos: Campina Grande (1920-1945)**. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

SOUSA, Verneck Abrantes de. **Um olhar sobre Pombal antiga (1906 a 1970)**. João Pessoa: A União, 2002.

_____. **A Cadeia Velha de Pombal**. Pombal: Sales Gráfica, 2005.

_____. **A Cruz da Menina de Pombal**. Pombal: Gráfica Martins, 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Política Biológica como projeto: A “Eugenia Negativa” e a construção da Nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Dissertação (mestrado em História) Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2006. Disponível em <http://beta.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6134/2/8.pdf>. Acesso em 20.08.2015.

SOUZA. Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)**. 2002. Tese (DOUTORADO EM História do Brasil) – UFPE, Recife.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

TEIXEIRA, Luís Antonio. **Da raça à doença em Casa Grande e Senzala**. Disponível em <http://www.iteixeira.xpg.com.br>. Acesso em 02.09.2015.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

TESSER, Charles Dalcanale. **Medicalização social (I): o excessivo sucesso do epistemológico na saúde**. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em 01.02.2015.

THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Belisário Penna: notas fotobiográficas**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, versão on-line. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200008. Acesso em 12.12.2015.

THIESEN, Icléia; PATRASSO André Luís de Almeida .Informação, Representação E Produção De Saberes Sobre O Crime: o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro (1903-1907).In. **Revista eletrônica Memória científica original**. Acesso em 12.01.2016.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

URTEAGA. **Higienismo y ambientalismo en la medicina decimonónica**, Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/Dynamis/article/viewFile/121798/170265>. Acesso em 10/01/2016.

URTEAGA. **Miseria, Miasmas y Microbios**. Las Topografías Médicas y el estudio del medio ambiente em el siglo XIX, 1980. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/geo29.htm>>. Acesso em 03.05.2013.

VALE, Vanda Arante. As doenças nos escritos de Pedro Nava. In. NASCIMENTO. Dilene Raimundo. et al. (Orgs.) **Uma História Brasileira das Doenças**. Rio de Janeiro, MAUAD X, 2006, p. 92.

VARELLA, Drauzio. **Doenças infecciosas: Coléra**. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br>>. Acesso em 26.12.2014.

VIDAL, Wyllyna Carlos Lima. **Transformações Urbanas: A modernização da Capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940**. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Engenharia Urbana da UFPB. João Pessoa-PB, 2004.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a Tolerância**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2015.

WADI, Yonissa Marmitt, **A História de Pierina** (subjetividade, crime e loucura). Uberlândia: EDUFU, 2009.

WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos**. Uma História de lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

WANDERLEY, Helmara Giccelli Formiga. **Cotidiano, Cultura e lazer em Pombal: Contradições do Progresso (1927-1959)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – UFCG, Campina Grande-PB, 2009.

_____. Da loucura que habita as ruas às ruas sem loucos: A tentativa de normatização do louco[a] na cidade de Pombal – PB (1930-1945)..

_____. Uma história de Pombal – Sangue, Sofrimento e fé no Sertão da Paraíba: Revisitando a História de Pombal e construindo novas representações sobre seu passado. In. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (Org.) **História dos Municípios Paraibanos**. v. 2. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

ANEXOS

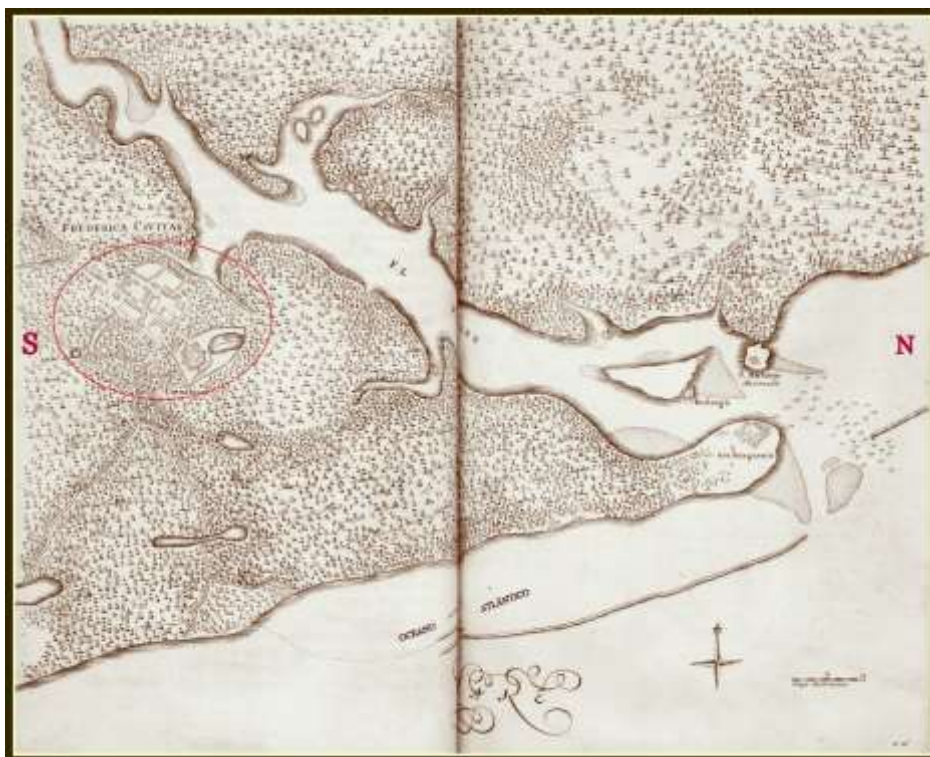
ANEXO A



MAPA - Carta topográfica a onde se compreendem as capitanias de que se compoem ao prezente o governo de Pernambuco : oferecida ao Ilmo e Exmo Sr Franco. X. de Mça. Furtado, do Conselho de S. Mag.e Fidelissima, Ministro, e Secretario de Estado da Marinha, e Conquistas. Produzido por **José Gonçalves da Fonseca** - 1766.

Fonte - Cartas, Plantas, Esboços e Projetos: Cartografia Militar Portuguesa dos XVIII-XIX. Disponível em <http://sidcarta.exercito.pt/nucleos/brasil/4586-3-38-52.htm>. Acesso em 01.08.2015.

ANEXO B



MAPA- Frederica Civitas (1637-1645) Georg Marggraf- Modificado por Helmara Giccelli Formiga Wanderley.

Fonte - BAERLE, Caspar van. *Rervm per octennivm in Brasilia*, 1647, p.155 Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02460028>. Acesso em 12.02.2014.



Nesta representação fica em evidência o plano apreendido anteriormente pelo português, Antonio Gonçalves Pascoa, onde a cidade é dividida em função de seu relevo, em dois planos: Cidade Alta e Cidade Baixa. Tal divisão caracteriza-se também pelas funções que cada parte comportaria e que se expressou também nas suas edificações, que podem ser observadas tanto na paisagem produzida por Post, como no mapa de Marggraf. Assim, voltando nossa atenção para o ultimo, observa-se a disposição dos os prédios religiosos, Convento de São Francisco (1), Igreja Matriz (2), Convento Beneditino (3), Convento Carmelita (4), Igreja da Misericórdia (5), Igreja Jesuíta (6), Praça do Mercado, onde localizava-se, também, o Pelourinho, a Casa da Câmara e a Cadeia (7), todos estes situados na Cidade Alta, centro do poder. Na Cidade Baixa ficam em evidência os Armazéns (8). A disposição de tantos templos religiosos nos permite observar o ordenamento da cidade a partir destes bastiões.

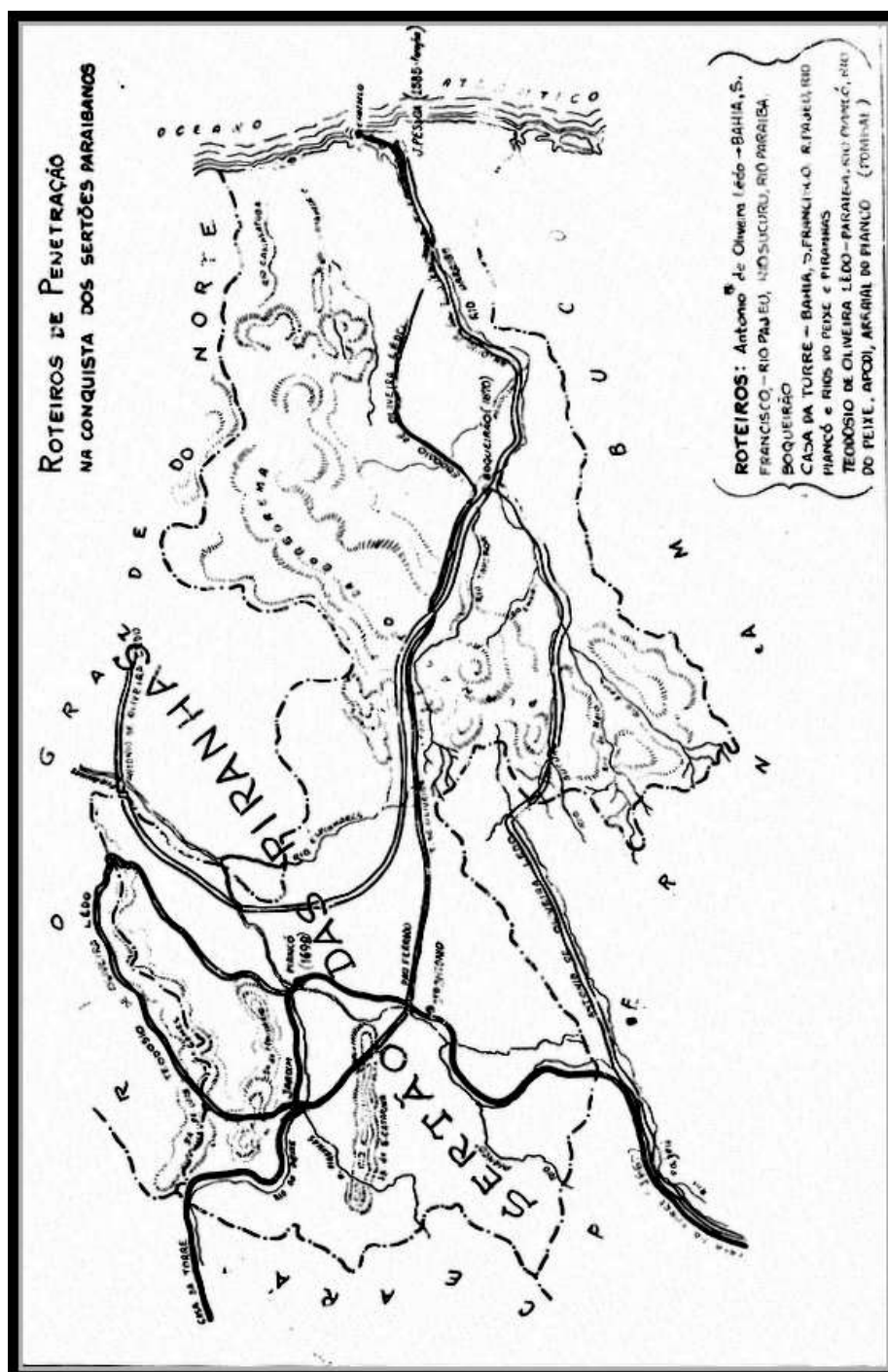
MAPA - Frederica Civitas (1637-1645) Georg Marggraf

Recorte destacando a Topografia da Cidade e suas edificações.

Fonte - BAERLE, Caspar van. *Rervm per octennivm in Brasilia*, 1647. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02460028>. Acesso em 12.02.2014.

***Modificações e legenda feitas por Helmara Giccelli Formiga Wanderley**

ANEXO C



MAPA - Mapa dos Roteiros de Penetração de penetração na conquista dos Sertões Paraibanos.

Fonte - SEIXAS, Wilson. Pesquisa para a História do Sertão da Paraíba. In. Revista do IHGP, nº 21, João Pessoa, 1975. Disponível em <http://www.ihgp.net/revistas.htm>. Acesso em 10.01.2010.

ANEXO D



IMAGEM- Sítio Cruz do Peixe, vendo-se a Usina da Empresa Tração, Luz e Força, 1910.
Fonte: Acervo. Walfredo Rodriguez, Arquivo do Estado da Parahyba.



IMAGEM- Sítio Cruz do Peixe, vendo-se a Usina da Empresa Tração, Luz e Força, 1910.
Fonte: Acervo. Walfredo Rodriguez, Arquivo do Estado da Parahyba.

ANEXO E

IMAGEM – Largo do Erário, vendo-se ao fundo o prédio da Cadeia Velha (1910)
Fonte – RODRIGUEZ, Walfredo. Acervo. **2 Séculos da Cidade**: Passeio retrospectivo (1870-1930), João Pessoa-PB.



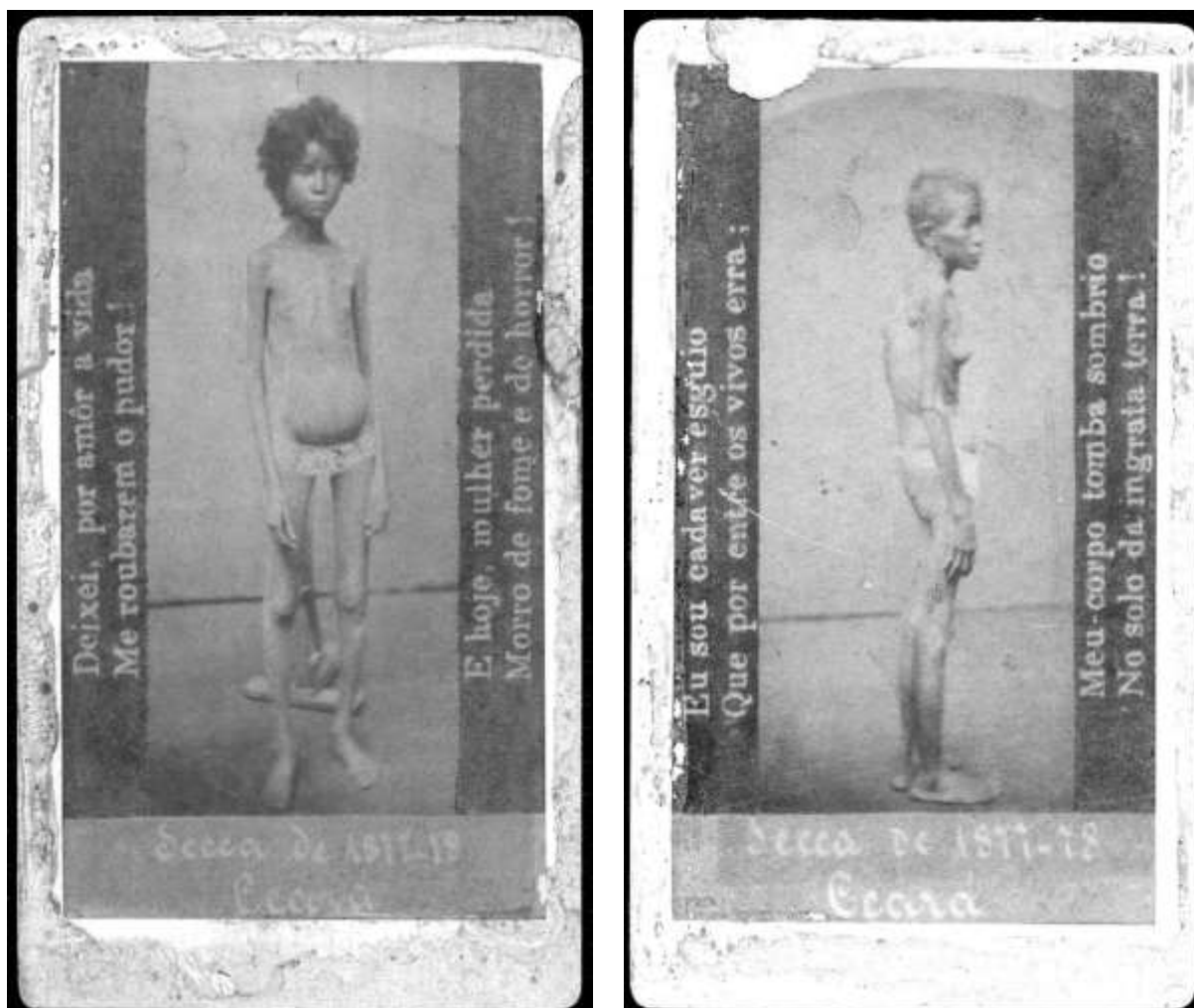
IMAGEM – Cadeia Nova (1920)
Fonte – Stucket Filho, Gilberto Lyra. Parahyba Capital em fotos. João Pessoa, F&A, 2004.

ANEXO F

IMAGEM – Prédio onde funcionou até 1914 o Hospital da Santa Casa De Misericórdia – Hospital Santa Isabel, S/D.

Fonte – Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba.

ANEXO G



FOTOGRAFIAS – Retratos da Seca de 1877-78, Inanição – Ceará (CE) Brasil, por Corrêa, J. A.

Fonte - <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/504>. Acesso em 01/07/2015

ANEXO H



IMAGEM - Fachada do Hospital Santa Izabel, construído entre os anos de 1912 e 1914,
no Arrabalde Cruz do Peixe

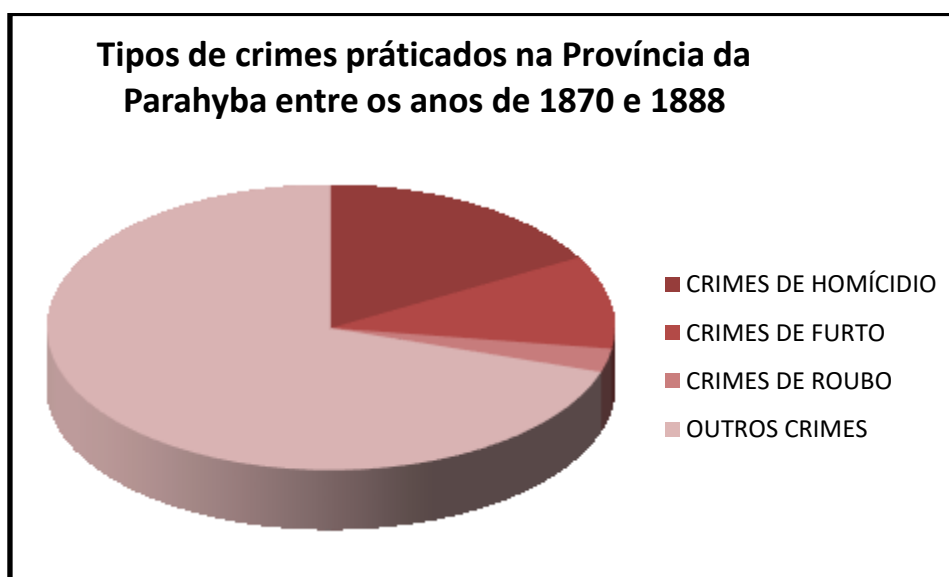
*A seta indica a localização do “Asylo de Sant’Anna”

Fonte: NOVAES, José Ferreira de. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia do ano de 1933**. João Pessoa: Tipografia Oficial, 1933.

ANEXO I

GRÁFICO – Crimes ocorridos na Província da Parahyba entre os anos de 1870 e 1888

Fonte - Relatórios dos Presidentes da província da Parahyba dos anos de 1870 a 1888

GRÁFICO – Tipos de crimes praticados na Província da Parahyba entre os anos de 1870 e 1888

Fonte - Relatórios dos Presidentes da província da Parahyba dos anos de 1870 a 1888

ANEXO J

ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS

Nome *Irineia Pictora da Silva*

Seção _____ Filiação *Gracilene*

Entrada em *11 de Agosto* de *1949*

Idade *28* Cor *branca* Profissão _____

Nacionalidade *Brasileira* Naturalidade *Paraíba* Instrução _____

Procedência *Grande* Ent. Seção _____ Observações _____

Endereço _____

N. ordem geral *250* N. ordem anual *1294*

Transf. _____

Alta _____

Regresso _____

Tratamento _____

Diagnóstico *Sifilis cerebral*

Falecimento *14-6-38* Causa mortis _____

IMAGEM - Ficha de admissão de paciente no Serviço de Assistência a Psicopatas do Hospital-Colônia Juliano Moreira, 1929/38.

Fonte – Arquivo do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira – João Pessoa-PB.

RESUMO DA OBSERVAÇÃO

Vandermaier + + + + - Neobolus an. 7. 10. 31

IMAGEM – Verso de Ficha de admissão de paciente no Serviço de Assistência a Psicopatas do Hospital-Colônia Juliano Moreira, 1928/31

Fonte – Arquivo do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira – João Pessoa-PB.